

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LUCCAS RIBEIRO DO COUTO

A expansão da fronteira nos limites do capital: a construção habitacional brasileira na primeira década e meia do século XXI

Versão Corrigida

São Paulo

2023

LUCCAS RIBEIRO DO COUTO

A expansão da fronteira nos limites do capital: a construção habitacional brasileira na primeira década e meia do século XXI

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C872e Couto, Luccas
A expansão da fronteira nos limites do capital: a construção habitacional brasileira na primeira década e meia do século XXI / Luccas Couto; orientador Anselmo Alfredo - São Paulo, 2023. 475 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia. 2. David Harvey. 3. acumulação de capital. 4. produção do espaço. 5. construção habitacional. I. Alfredo, Anselmo, orient. II. Título.

“Não pode ser ‘provada’ de imediato, no sentido que a ciência burguesa dá ao termo, nem a teoria de um limite interno absoluto do capital que hoje se manifesta, nem a afirmação de estarmos perante ‘tendências tanto para a expansão como para o aprofundamento do capitalismo’, que ‘ainda só está a começar’. No entanto, esta última afirmação já entra, por esta altura, em contradição aberta com os fenômenos observáveis. O que importa não é a prova positivista, de qualquer modo impossível, que só para lá das situações epocais dadas poderia ser fornecida sob a forma de uma mera constatação a posteriori (‘foi assim’), mas a real capacidade explicativa de uma teoria. O critério é saber que posição analítica de conceitos está em melhores condições para explicar os verdadeiros fenômenos de uma época, ou seja, não apenas oscilações e acontecimentos no curto prazo, etc., mas o processo de desenvolvimento real, o que não inclui apenas uma avaliação e um prognóstico actual, mas igualmente uma explicação analítica do passado (KURZ, 2014, p. 272)”.

Agradecimentos

O caminho percorrido para a realização desta tese não foi fácil ou tranquilo, seja do ponto de vista físico ou psíquico. Isso não quer dizer que o resultado, como é de se esperar, tenha acompanhado na mesma medida o elevado dispêndio de tempo e de dedicação. Por outro lado, o processo formativo crítico, a vivência de novos lugares, o afeto, a generosidade, o acolhimento, o apoio e o alento dado pel@s nov@s e velh@s amig@s foram e são inestimáveis e ultrapassaram muito as dificuldades; tenho clareza de que foram o mais importante nesses anos.

Nas breves linhas abaixo, tento registrar o meu agradecimento às pessoas que, direta e/ou indiretamente, tornaram possível escrever esse texto.

Sabendo da dificuldade de expressar em palavras a presença companheira da Laís, ainda assim gostaria de agradecer, insuficientemente, pela sua força, energia, o entusiasmo e a alegria de viver a vida em seus múltiplos momentos, incluindo os estudos, que me retiravam do lugar cinzento e mostravam para mim outros aspectos verdejantes do mundo. Sem deixar de citar Kafka e estudar comigo aqueles pesados textos teóricos, ela também foi companheira amorosa constante de todas as horas e das diversas coisas mundanas.

Minha mãe e minha avó com todo o carinho, incentivo, apoio e afeto foram fundamentais. Em meio à falta de dinheiro e perspectivas, minha mãe sempre me disse que eu iria fazer uma graduação. Apesar das suas muitas privações, ela me deu o suporte e o empurrão necessários para eu entrar na USP.

Agradeço muito aos amigos e amigas: Fernando (o Tang, amigão para todos os espaços-tempos); Aquillis (o Tílio, mano também sempre presente e de muitos rolês); Dárcio e a Fernanda (apesar da distância, sei que torcem muito); o Anderson (cujo codinome não se pode dizer e que está lá me acompanhando na velha Pinda bem antes do tempo das regueiras); o Erick, a Mônica e a Luiza, que nos acolheram, apoiaram e deram muita força para o doutorado e aqui em Ouro Preto; nesse mesmo sentido e também me dando abrigo no “dark side of the Geo”, @s man@s Alex (e seu companheiro André), Carol e o (mais novo) Gabriel; o amigo Eduardo (que já me livrou de uma enorme cilada) e a Ju, desde Bambuí nossa amizade só cresce; @s reencontrad@s Márcio e Paulinha, que nesse finalzinho me trouxeram muitas boas lembranças da USP; a turma de São João da Laís, que também se tornaram meus/minhas amig@s, em especial a Ana Paula, a Gabi, o Ed, o André, a Simone, o Edvan, a Mari e a Aline; do além mar, @s brasileir@s dublinenses Lu e Alê e Diogo e Camila (e o Ben), que ajudaram a espantar o frio e a chuva que por vezes nos entristecia na Irlanda; a Natália, hispano-brasileira

que nos apresentou um pouco de Barcelona e nos levou aos pueblos para comer barbacoa, conhecer a sua comunidade, beber cerveja e festar. Sem o apoio, a ajuda e o afeto da Reni, do Maurílio e da Lívia, respectivamente, mãe, pai e irmã da Laís, teria sido muito mais difícil atravessar esses anos, sobretudo com a pandemia; nunca esquecerei dos almoços e daquela horta gigantesca que nos deram ânimo durante o isolamento em São João.

Os inúmeros grupos de estudos em que participei tanto no Labur, quanto fora da universidade foram imprescindíveis para esse doutorado. Foi grande o aprendizado com @s divers@s colegas nesses espaços, dentre @s quais agradeço ao Dani, à Ju, ao Pedro, à Suelen, ao Rinaldo e à Ana pelas explicações, a paciência e as conversas. Nesses grupos e para além deles, a generosidade, a atenção, o incentivo e as orientações do Carlão me ampararam não só teoricamente, mas foram emocionalmente essenciais para não desistir.

Agradeço ao Anselmo pela confiança, a orientação, as conversas e os ensinamentos desde o mestrado. Ao Fábio, cujas reflexões acompanho e com as quais aprendo desde quando entrei na pós, sou muito grato pela leitura minuciosa e atenta da minha qualificação e da tese final, assim como pelos comentários e os apontamentos que ultrapassam o doutorado. Com esse mesmo cuidado, generosidade e rigor em relação ao que escrevi, o Maurílio também contribuiu grandemente na qualificação e na defesa, deixando algumas críticas para serem incorporadas em outros momentos de pesquisa. Ao César, que, sabendo das nossas divergências teóricas e interpretativas, aceitou gentilmente participar da minha banca e, à semelhança dos outros dois professores, fez importantes críticas e apontamentos ao meu texto.

Realizei o doutorado na condição de docente afastado do IFMG – *Campus* Ouro Preto. Agradeço à Codageo por terem consentido o meu afastamento, o intercâmbio e me apoiado no retorno às atividades.

Resumo

Na presente pesquisa, proponho compreender as fronteiras abertas à reprodução capitalista no país através da produção de casas e apartamentos durante a primeira década e meia do século XXI, no contexto do Brasil neodesenvolvimentista, não como uma mera repetição de formas sempre iguais em configurações espaciais diferentes, mas contrapondo o que ficou comumente conhecido como boom habitacional à contradição em processo, cujo desdobramento atinge o seu ápice com o colapso da produção de valor. Nessa perspectiva, o capital nas últimas décadas tornou-se incapaz de superar a sua crise de acumulação por meio de ajustes espaciais, ainda que lançando mão de expedientes típicos da assim chamada acumulação primitiva. O desenvolvimento progressivo das forças produtivas, imparável e irrevogável a cada novo ciclo do capital, entra em contradição com o seu próprio fim de valorizar o valor, assim, procuro deslocar a contradição basilar do capital da tendência permanente à superacumulação, em razão dos desequilíbrios potenciais nas metamorfoses do capital, para a contradição entre forma e matéria, riqueza abstrata e riqueza concreta. Toda a reluzente materialidade das paisagens em construção e destruição ao redor das geografias do desenvolvimento desigual mundial, onde encontramos a particularidade brasileira, passa a ser determinada pelas bolhas e circuitos mundiais de capital fictício. No caso em estudo, procurei traçar a mediação desses capitais com as construtoras/incorporadoras de capital aberto, o Estado e seu fundo público/semi-público financiando o Minha Casa, Minha Vida e o consumidor endividado, entrelaçamento esse que teria conformado a fronteira nacional da produção habitacional e seus elevados preços. Frente a atual crise do capital, o horizonte de transformação pela via da construção do Estado de bem estar social nacional, em queda até mesmo nos países que nos servem de modelo, depara-se com uma barreira que não pode ser atribuída somente à luta de classes no interior da política e sim deve ser pensada considerando os limites da valorização do valor, pois é cada vez mais difícil de distribuir o trabalho social em declínio e engendrar crescimento econômico, não obstante o aumento da riqueza material em volumes nunca antes vistos. Cabe então, diante do acirramento das catástrofes, violências, destruições, da dominação e da exploração, levar a cabo uma crítica que, ao reconhecer essas características como imanentes às formas de ser e pensar da modernização capitalista, tem como horizonte a ruptura com essa forma de vida.

Palavras-chave: produção do espaço; crise do capital; produção habitacional; reprodução fictícia do capital.

Abstract

In this research, I propose to understand the frontiers open to capitalist reproduction in the country through the production of houses and apartments during the first decade and a half of the 21st century, in the context of neo-developmental Brazil, not as a mere repetition of always the same forms in different spatial configurations. , but contrasting what became commonly known as the housing boom with the contradiction in process, the unfolding of which reaches its peak with the collapse of value production. From this perspective, capital in recent decades has become incapable of overcoming its accumulation crisis through spatial adjustments, even using devices typical of so-called primitive accumulation. The progressive development of productive forces, unstoppable and irrevocable with each new cycle of capital, comes into contradiction with its own purpose of valuing value, thus, I seek to displace capital's basic contradiction of the permanent tendency to overaccumulation, due to potential imbalances in the metamorphoses of capital, for the contradiction between form and matter, abstract wealth and concrete wealth. All the shiny materiality of the landscapes under construction and destruction around the geographies of unequal global development, where we find Brazilian particularity, starts to be determined by the global bubbles and circuits of fictitious capital. In the case under study, I sought to trace the mediation of these capitals with the publicly traded construction companies/developers, the State (and its public/semi-public fund) financing Minha Casa, Minha Vida and the indebted consumer, an intertwining that would have formed the national border housing production and its high prices. Faced with the current crisis of capital, the horizon of transformation through the construction of the national welfare state, in decline even in the countries that serve as our model, is faced with a barrier that cannot be attributed solely to the struggle for classes within politics but must be thought of considering the limits of value appreciation, as it is increasingly difficult to distribute declining social work and engender economic growth, despite the increase in material wealth in volumes never seen before. It is then necessary, in the face of the intensification of catastrophes, violence, destruction, domination and exploitation, to carry out a critique that, by recognizing these characteristics as immanent in the ways of being and thinking of capitalist modernization, has as its horizon the rupture with this form of life.

Keywords: production of space; capital crisis; housing production; capital (fictitious) reproduction.

Sumário:

Introdução	11
Capítulo I - Do “boom” ao “fim do mundo” na construção habitacional no período dos governos do PT	16
1.1 - O “mundo maravilha” do “boom” habitacional.....	25
1.2 - “Das nuvens ao chão” ou a reestruturação do setor.....	53
1.3 - O neodesenvolvimentismo e os governos do PT.....	60
1.4 - “Do chão às nuvens”.....	69
1.5 - Os velhos problemas do novo ciclo de crescimento.....	79
1.6 - O novo “fim do mundo” sem “perspectiva de retomada para o setor”.....	89
Capítulo II - A acumulação por espoliação no Brasil e na produção habitacional nacional na primeira década e meia do século XXI	108
2.1 - As transformações mais recentes na produção, no financiamento da moradia e o MCMV.....	111
2.2 - “Uma nova fronteira para a acumulação de capital”: o avanço sobre a terra urbana e a moradia.....	129
2.3 - O Brasil na nova etapa do capitalismo.....	142
2.3.1 - A dominação financeira no novo regime de acumulação.....	143
2.3.2 - A autonomização do capital e as crises.....	145
2.3.3 - O Brasil na fase financeirizada do capitalismo: A dependência consentida da plataforma de valorização financeira.....	151
2.3.4 - A estruturação da acumulação por espoliação nacional através do Estado de emergência e da plataforma internacional de valorização financeira.....	153
2.3.5 - Uma possível interpretação do boom e da crise da produção habitacional nos termos da nova dependência via plataforma de valorização financeira sob o domínio das finanças e do capital fictício.....	163
2.4 - O modo de produção social democrata e as suas contradições.....	166
2.5 - Os ajustes espaço-temporais para a tendência à superacumulação do capital.....	171
2.5.1 - Acumulação de capital e formação da região.....	173
2.5.2 - Integração espacial: mobilidades do capital e da força de trabalho, aliança territorial e suas contradições.....	175
2.5.3 - O capital fixo e o ambiente construído.....	179

2.5.3.1 - O capital fixo e o ambiente construído como saídas temporárias para a superacumulação de capital.....	181
2.5.3.2 - O capital fictício, o ambiente construído e as crises especulativas.....	182
2.5.4 - A Moderna propriedade capitalista em sua forma pura.....	185
2.5.4.1 - A função coordenadora da pura propriedade privada capitalista.....	187
2.5.4.2 - As “formas insanas” do capital fictício na propriedade da terra e os limites da apropriação.....	188
2.5.5 - Competição inter-regional, (des)equilíbrio espacial e o ciclo de desvalorização.....	189
2.5.6 - O ajuste espacial.....	192
2.5.7 - O imperialismo e a Guerra Global.....	196
2.5.8 - A acumulação por espoliação ou novo imperialismo.....	198
2.5.8.1 - A relação Estado x acumulação de capital no imperialismo capitalista.....	202
2.5.8.2 - Fases do imperialismo.....	204
2.5.8.3 - Uma alternativa à acumulação via espoliação para o capital.....	209
Capítulo III - O ajuste espacial ou avanço da fronteira imobiliária nos limites da valorização do valor.....	211
3.1 - Contradição em processo e a plenitude do capital.....	213
3.2 - Capital monetário portador de juros, sistema de crédito e o capital fictício.....	222
3.3 - Os mecanismos de compensação externos e internos, o colapso substancial da contradição em processo e a simulação da acumulação por capital fictício.....	236
3.4 - O neodesenvolvimentismo brasileiro no processo de dessubstancialização do capital.....	242
3.5 - A entrada do capital fictício internacional no Brasil.....	245
3.6 - O capital fictício e as incorporadoras/construtoras.....	251
3.7 - O desenvolvimento das forças produtivas no setor imobiliário.....	267
3.8 - As incongruências e o desacoplamento entre preço e valor.....	295
3.9 - A formação de um amplo mercado consumidor da habitação pelos financiamentos públicos e privados.....	309
3.10 - A reprodução do Estado e o capital fictício.....	317

3.11 - O refluxo dos capitais fictícios ou estouro da bolha.....	320
3.12 - Crise e Crítica: algumas considerações sobre as interpretações dos agentes do mercado imobiliário, a acumulação por espoliação e o marxismo tradicional pela perspectiva da crítica do valor.....	347
3.12.1 - A gestão neo desenvolvimentista da crise.....	356
3.12.2 - Marxismo tradicional e crítica antissemite.....	367
3.13 - Uma leitura possível do livro “Os Limites do Capital”.....	374
3.13.1 - Os limites do capital segundo David Harvey.....	375
3.13.1.1 - O Primeiro Corte na teoria da crise.....	376
3.13.1.1.1 - Os dois primeiros modelos da acumulação.....	378
3.13.1.1.2 - O engano de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a incompletude do terceiro modelo.....	381
3.13.1.1.3 - O fundamento oculto por debaixo do fenômeno da queda nos lucros e as catástrofes que daí advêm.....	383
3.13.1.1.4 - A relação contraditória fundamental e a sua especificidade sob o capitalismo.....	386
3.13.1.2 - O segundo corte na teoria da crise.....	388
3.13.1.2.1 - Da contradição da mercadoria ao capital fictício e suas crises.....	390
3.13.1.3 - Os ciclos de acumulação.....	399
3.13.2 - As interpretações superficiais das contradições do capital pelo marxismo e a formulação esotérica da teoria da crise de Marx.....	401
3.13.2.1 - A recepção redutora da crise por algumas leituras de Marx.....	403
3.13.2.2 - A contradição entre a matéria e a forma.....	408
3.13.2.3 - A ascensão do sistema de crédito, do capital fictício e os ciclos do capital em desubstancialização.....	409
3.13.2.4 - A desvalorização das formas mercadoria e dinheiro.....	413
3.13.2.5 - A relação entre a lógica e a história.....	417
3.13.2.6 - A determinidade histórica do trabalho e a crítica radical.....	420
3.13.3 – A geografia de tudo isso.....	423
Considerações Finais.....	430
Referências Bibliográficas.....	450

Introdução

Antes de mais nada, é fundamental registrar nessas primeiras linhas que esta tese foi pensada em meio às conversas e leituras desenvolvidas nos grupos de estudos sobre Marx e a crítica do valor-dissociação do Laboratório de Geografia Urbana da USP e, para além desse espaço, junto às pessoas que circulam ou já circularam nesses grupos. Gostaria de deixar claro que as principais ideias levadas adiante aqui não são o resultado de um esforço individual e sim fazem parte das elaborações de um coletivo de pesquisas, com diferenças internas e gente indo e vindo, inclusive de fora da Geografia, de onde saem debates, seminários, monografias, dissertações, teses, etc. A minha participação nesse coletivo desde o mestrado oscilou no decorrer dos anos, sendo ora mais intensa, ora intermitente e às vezes completamente ausente por motivos diversos. Durante esse meu caminho de aprendizado e formação muitas dúvidas, inquietações e dificuldades permaneceram em torno das teorias discutidas e da ação de pesquisar, acredito que provocadas por alguns fatores, entre os quais: a incompatibilidade do pensamento de Marx e de seus continuadores que radicalizam a sua crítica da economia política com o modo tradicional de fazer ciência – como lidar na pesquisa com “coisas físicas metafísicas”?; o caráter marginal de certa leitura das obras de Marx dentro da Geografia (talvez não só aí); a opacidade e não imediatidade da relação social objeto de estudos; o hermetismo (para mim) da teoria, que deve ser adequada a esse objeto, muito difícil de se penetrar, compreender, mediar, analisar, interpretar, criticar e apresentar como uma realidade abstrata-concreta; acrescento também a minha história individual, de quem entrou na universidade contrariando o percurso da família e carregou ao longo dos anos inúmeras dificuldades.

Mas se este texto e a minha formação acadêmica se devem à participação naqueles grupos de estudos e ao diálogo com os professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados nas obras de Marx e seus intérpretes, bem como pela leitura das suas produções intelectuais, os erros e problemas desta tese são de minha inteira responsabilidade.

O pressuposto teórico que tenho em mente não identifica imediatamente os dados, estatísticas, resultados, as representações dos sujeitos, etc. com o todo das relações sociais que é o objeto da crítica, pois o próprio valor como essência do processo social não é redutível à empiria e suas partes, nem é imediatamente apreensível e palpável. Essa totalidade, que é o capital global, entretanto, só existe e funciona mediando-se nas suas inúmeras particularidades concretas, desde a cabeça dos sujeitos às economias nacionais inteiras. O desafio desta pesquisa, portanto, não é oferecer provas cabais através da verdade dos fatos coletados à exaustão e sem qualquer referência à um nexos social mais profundo, nem explicar o setor da produção

habitacional olhando unicamente para o seu desempenho individual ou, no máximo, para o recorte da economia diretamente envolvido, o que levaria à raciocínios de conjuntura. A busca é por mediar os fenômenos observados e analisados com a contradição em processo e em ascensão do capital, isto é, esboçar uma explicação atrelando a lógica com a história no seu processo de desenvolvimento moderno. Nesse sentido, compreende-se que o predomínio das espoliações em formas semelhantes à acumulação dos primórdios do capitalismo, a plataforma nacional financeira, o estado de exceção, a expulsão do trabalho da construção de moradias, as bolhas no mercado financeiro nacional, as fronteiras e configurações espaciais movidas à financiamentos e dívidas, a dependência da política e da economia do capital fictício, o inflacionamento dos preços dos ativos da chamada economia real e financeira, a superexploração dos trabalhadores ainda empregados, etc. são indícios de que o capital ergueu um limite absoluto à sua capacidade de valorizar o valor. Isso significa procurar ultrapassar o individualismo metodológico - ao qual poderia levar, por exemplo, um recorte de pesquisa que se ativesse apenas às oscilações e resultados das construtoras/incorporadoras em um período de tempo - sem descuidar da particularidade, mas indo em direção ao capital global, acessível mediante a reconstrução teórica; contra esse plano, o hercúleo esforço dos especialistas e empresários pela via do planejamento, do aumento da produtividade e da eficiência do capital individual, em que pese os sucessos momentâneos, nada pode fazer. A intenção então é apresentar, a partir do problema em questão envolvendo a construção habitacional no neodesenvolvimentismo dos governos petistas, uma totalidade concreta que continua a se reproduzir, desacoplada da sua base substancial e simulada por capital fictício, em meio às catástrofes sociais e ambientais agudizadas.

Ao longo da escrita, a tentativa de desenvolver um diálogo crítico com importantes autoras e autores do pensamento brasileiro¹, cujas obras são referência para o entendimento do capitalismo nacional e da urbanização que o acompanha, sendo neste trabalho cruciais para o entendimento do fenômeno pesquisado, está relacionada às transformações da sociedade moderna² e, consequentemente, à entrada escolhida para explorar a obra de Marx. Considerando

¹ Apesar de ter sintetizado aquilo que entendi ser o cerne das elaborações desses autores e autoras, o que deixou o texto excessivamente longo, estou ciente de que a minha tentativa de diálogo crítico pode ter simplificado, enviesado e sido imprecisa com essas pesquisas.

² “O que importa saber agora é se essa ruptura se deu no âmbito de uma história contínua, significando apenas uma modificação de estruturas basilares da sociedade moderna, que ainda continua a ser capaz de se desenvolver no seu próprio terreno, ou se se trata do fim de uma história enquanto história da modernização e, assim, de uma ruptura estrutural de ordem superior. Da resposta a esta pergunta depende o modo como os fenômenos são tratados a nível teórico e integrados na auto-reflexão da própria crítica radical do capitalismo – ou seja, se esta apenas precisa de se modificar para acertar o passo com as alterações, ou se tem de operar em si própria uma ruptura consciente que ponha profundamente em causa todo o entendimento antigo (KURZ, 2014, p. 16)”.

uma ruptura na história do capitalismo e, no caso aqui, na recente produção habitacional do país, que formalmente lembra o Banco Nacional da Habitação (BNH) da época desenvolvimentista, o texto procura se apropriar de uma teoria e de aspectos dos escritos de Marx que apontam, por exemplo, para um ponto de não retorno às condições do Estado de Bem Estar Social, que grosso modo representa o horizonte da leitura do marxismo tradicional aqui criticado, de sorte que nos limites do capital o movimento operário torna-se incapaz de alcançar novas conquistas no terreno das categorias capitalistas. Além disso, tendo em vista que as categorias do capital em Marx não são transhistóricas ou próprias do homem em geral, pois têm uma história de formação e uma objetividade que universalizaram uma forma catastrófica, autodestrutiva e inconsciente de sofrimento e socialização, ou seja, são categorias negativas, a crítica radical, pressuposta aqui, não pretende levar adiante formas naturais ou neutras de vida sob o apelo ético de uma modernização mais democrática capitaneada por sujeitos trabalhadores determinados por essas mesmas categorias³, mas pretende uma ruptura categorial e prática no modo de viver e pensar. Igualmente, deve se ter na cabeça que a própria teoria crítica só é adequada ao seu contexto histórico de existência, portanto não serve para alicerçar as bases de uma nova sociedade, bem como o sujeito crítico deve ser autocrítico, pois é parte da divisão social do trabalho nas instituições de ensino e pesquisa e não pode conceber deter um conhecimento superior para planejar outra forma de vida a partir das mesmas categorias com que trabalha.

Em linhas gerais, a tese foi estruturada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, o boom e a crise da construção habitacional, em meio ao projeto político neodesenvolvimentista dos governos petistas, tomam forma e leitura crítica através dos engenheiros, investidores, economistas, empresários, especialistas no setor e representantes de classe. Nessa primeira parte, esse projeto político é analisado pelo olhar do partido que o encampa e por intelectuais que o defendem como horizonte político. Se de um lado o conjunto de fatos e dados parecem compor e explicar em definitivo todo esse fenômeno de ascensão e queda da produção de moradias e a conjuntura na qual ocorreu, ao mesmo tempo deixam entrever as contradições inauditas para os sujeitos que pretendem controlar todo o processo. Esboçados os principais fatos, razões e o funcionamento dessa construção de casas e apartamentos na versão daquelas

³ A crítica às autoras e autores a que me refiro não significa um posicionamento político pragmático no cotidiano diverso desses pesquisadores. Ao contrário, em termos de política pública e disputa do fundo público e do aparato de Estado para a tentativa de manutenção do Estado democrático de Direito em ruínas e de ampliação de direitos, concordo com as propostas destas pesquisas, inclusive porque sou professor militante do ensino público. Apesar disso, posiciono-me de modo totalmente distinto em relação à defesa e à ideologia envolvendo a modernização social-democrata que apaga não só os limites do Estado na crise do capital, mas esquece também que as versões mais destrutivas e autoritárias do Estado brotam da monstruosa relação social capitalista e sua democracia.

fontes, bem como as intenções e os problemas que derrubaram o tal projeto de país, nos termos do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos intelectuais desenvolvimentistas, o passo seguinte foi interpretá-los segundo uma perspectiva marxista de reconhecida importância nos meios acadêmicos e que têm em comum, além de Karl Marx, a base em David Harvey.

A partir das pesquisas de Mariana Fix, Raquel Rolnik e Luciana Royer, o segundo capítulo inicia com a análise das transformações no financiamento e na promoção de moradias do Brasil, que aprofundaram a mercantilização da casa-própria e constituíram a financeirização do setor, cujo ápice no recorte temporal em questão teria sido a enorme entrada de capitais financeiros internacionais nas incorporadoras/construtoras que ofertaram publicamente as suas ações. A demanda dessas empresas foi garantida em grande medida pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que abriu mão de todo o ideal popular e participativo do PT e das primeiras propostas do Ministério das Cidades para viabilizar a produção e a realização da casa própria em escala até então não vista no país. Em seguida, apresento o cerne da atual reprodução capitalista para essas autoras, que veem a terra e a moradia no Brasil sendo disponibilizadas como novas fronteiras para o capital superacumulado, que soluciona essa sua tendência de crise pela via da acumulação por espoliação. Recorrendo à Leda Paulani, o tal projeto neodesenvolvimentista é lido não como uma ruptura com o antigo neoliberalismo, mas como uma continuidade, consolidando uma plataforma nacional de valorização financeira por meio de um estado de exceção, que inviabilizou qualquer projeto de nação popular e democrático, ao contrário, abriu o território nacional sob o comando das finanças para a espoliação do capital. Dado o fracasso do que se esperava de um governo de esquerda, sintetizo o argumento em defesa do anti-valor (fundo público) de Francisco de Oliveira procurando dar relevo às contradições que o autor já visualizava nos países da Europa Ocidental, na segunda metade do século XX, e que erguia barreiras ao “modo social-democrata de produção” da época, tido como horizonte de luta política das autoras acima tratadas. Para encerrar o capítulo, sintetizo em pormenores a leitura de David Harvey⁴ do processo de formação e destruição/desvalorização das configurações espaciais, que ocorrem em simultâneo e interligadas ao processo de acumulação de capital. São apresentadas a estrutura espacial da acumulação de capital em um mundo formado por geografias desigualmente em desenvolvimento, cuja reprodução resolve e repõe as contradições capitalistas, assim como a teoria do imperialismo e do ajuste espacial.

⁴ Assim como mencionei para as autoras e autores acima, o mesmo vale para David Harvey. Ao tentar desenvolver um diálogo crítico com um autor que possui uma obra tão vasta e importante, estou ciente do risco de se apagar alguns aspectos das suas reflexões e cair em uma caricatura do seu argumento, ainda que eu tenha me detido longamente nos livros selecionados para tal diálogo.

No último capítulo, após recuperar a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do valor como a finalidade do capital das obras de Karl Marx, expressa na monstruosa coleção de mercadorias representando cada vez menos valor, e o fetiche do capital fictício capaz de simular processos de acumulação, apresento o argumento de Robert Kurz segundo o qual o capital sofre uma ruptura qualitativa em razão dos elevados graus de produtividade alcançados pelo emprego da ciência e das técnicas desde a terceira revolução industrial. A partir do último quarto do século XX, os “mecanismos de compensação” à contradição fundamental do capital através da ampliação da exploração do trabalho e da mediação por mercadoria e trabalho a todos os países e níveis da vida não puderam mais resolver a queda global na produção de valor. Isso significa que o capital atingiu o seu ápice histórico ao expandir-se por todo o mundo, generalizar-se pelas formas de consciência e alcançar elevada produtividade e automatização, dispensando o trabalho da produção de mercadorias que é, ao mesmo tempo, a única fonte criadora de valor. Com os pressupostos acima apresentados em mente e confrontando-os com o problema empírico da primeira parte deste texto, tentei argumentar que a aparentemente pujante articulação entre Estado, incorporadoras/construtoras e mercado consumidor não pôde engatar ou ser parte do que seria a ascensão de uma nova fase de crescimento nacional e somar mais-valor ao capital global mediante um “ajuste espacial”, foi sim o resultado de um circuito de bolhas e dívidas dos capitais a nível mundial em busca de valorização, que aportaram no país e deram ensejo para o boom da construção habitacional. Por fim, considerando ter esboçado um movimento de totalidade concreta, tensionei os principais aspectos das teorias da gênese da crise e seus desdobramentos em David Harvey e Robert Kurz.

Capítulo I

1. Do “boom” ao “fim do mundo” na construção habitacional no período dos governos do PT⁵

Começo a apresentação da presente tese pela descrição de parte do material analisado, principalmente a partir do conteúdo de duas revistas setoriais, a Revista Construção Mercado e a Revista Conjuntura da Construção, que eram no período aqui tratado de grande interesse e representatividade para a construção civil nacional. As suas reportagens, artigos, entrevistas e material técnico contavam com a presença constante dos porta-vozes e empreendedores das incorporadoras e construtoras de capital aberto, daqueles à frente do capital financeiro interessado no setor e dos formuladores das políticas públicas. A Revista Construção Mercado é o resultado da unificação, em 2001, de diversas publicações regionais e de regularidade mensal sobre a construção civil, que desde o seu início na década de 1940, com o nome de Revista A Construção e referente ao estado de São Paulo, teve a intenção de ser referência nacional em assuntos de ordem técnica, financeira e de inovação no setor. A Revista Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral e conjunta do Sindicato da Construção Civil do estado de São Paulo (Sinduscon – SP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A perspectiva dessas publicações e de algumas outras especializadas no setor e nos negócios relacionados, utilizadas nessa primeira parte, é a dos empresários, investidores, analistas, engenheiros, economistas e representantes de classe que têm como principais interesses, segundo as suas declarações dispersas ao longo desse material, o crescimento sustentável, permanente e equilibrado da construção.

Nesse início, as sínteses das informações e análises provenientes desses materiais não serão mediadas pelas categorias abstratas reais e as suas contradições; a “empíria” imediata dos dados está, aparentemente, cindida das suas determinações e da teoria que pretende decifrá-la; escrevo aparente porque em nenhum momento deixou de ser pensada na relação dialética com o todo do qual é parte, ainda que nesse começo não tome essa forma textual. A minha escolha foi proceder de modo a recuperar parcialmente o caminho da pesquisa por entre os dados encontrados e esboçar através deles, isto é, no plano dos fenômenos com que lidam os

⁵ Na qualificação, recebi duras críticas quanto à forma do texto. Nas páginas abaixo, procurei responder algumas das objeções da banca, justificar o caminho de apresentação da tese e fundamentar teoricamente o que à primeira vista soou como um empirismo vazio de determinação e sem mediação.

empreendedores e investidores, o boom e a crise da produção habitacional no Brasil ao longo da primeira década e meia do século XXI.

Apesar de manter a escrita no nível da aparência sem tensioná-la com a sua contraparte essencial, isto é, com o valor em processo socializando veladamente todas as pessoas, a reprodução de trechos de alguns dos artigos e documentos já demonstram por si só o irromper na superfície dos fenômenos das contradições imanentes, a serem abordadas mais à frente, e as soluções e explicações formuladas no nível imediato pelos agentes do setor e seus representantes e teóricos, que serão confrontadas no momento oportuno do texto. Em muitos trechos de declarações e reportagens, por exemplo, o otimismo pretensamente protagonista dos agentes do setor cai por terra frente à crise provocada por forças “naturais-sociais” que não controlam e sequer sabem que existem enquanto tais, mas que determinam as suas práticas e se impõem na forma de “leis” “com necessidade férrea” sobre eles (MARX, 1996, p. 18, tomo I) - ainda que, ao menos nas revistas citadas, parece que a crise não foi capaz de “enfiar a dialética⁶” na cabeça de ninguém.

Estou ciente de que após colher, sistematizar, analisar, interpretar e refletir ao nível teórico todo esse material empírico, a apresentação da pesquisa poderia partir de formulações mais abrangentes envolvendo a totalidade social e as formas mais abstratas da socialização por mercadorias e trabalho em direção à uma concretização do seu objeto, ou ainda, recorrer a um cotejamento entre um e outro lado no decorrer do texto e deixar claro a contradição constitutiva da realidade “empírica”; sem isso, o panorama geral traçado por mim mais abaixo corre o risco de parecer um mero caso empírico sem determinidade histórica e social.

Não obstante, procurei, primeiro, explicitar qual foi a particularidade concreta que serviu “como ponto de partida efetivo (MARX, 2011, p. 54)” em torno do qual girou a tese, sem querer apagar com isso os pressupostos teóricos e as mediações sociais que já estavam na minha cabeça quando fiz tal escolha e, obviamente, no concreto particular. A ideia foi deixar o rastro na escrita da minha tentativa de mobilizar a teoria à medida em que o objeto a exigia e, ao mesmo tempo, refletir a intenção de colocá-lo, como se verificará nos capítulos seguintes, sob o crivo das categorias abstratas reais. Busquei não tornar o pressuposto teórico ou a “empíria” um absoluto ou proeminente sobre o outro, já que ambos são históricos e estão intrinsecamente interligados, de sorte que o concreto particular deve permanentemente acossar

⁶ “O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante – a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quanto pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunadas do novo Sacro Império Teuto-Prussiano (MARX, 1996, p. 27, tomo I)”.

a teoria para superar a possível defasagem histórica entre ambos e essa última precisa insistir nas abstrações em processo para decifrá-lo em sua atualidade.

Tendo em vista que a totalidade social capitalista, por não ser o “resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo (MARX, 2011, p. 54)”, só pode ser apreendida através do “todo vivente, concreto, já dado (Ibidem, p. 55)” – isso não envolve necessariamente uma pesquisa acadêmica nos moldes aqui realizados, pois o todo está contido em toda a parte, das artes e situações cotidianas à mais palpável habitação – e a necessária tensão entre teoria e prática, cujos desdobramentos podem levar a compreensões diferentes da totalidade social, como as existentes entre o marxismo tradicional e a crítica do valor, escolhi deixar evidente através daqueles sujeitos, suas fontes e ideias que o fenômeno do boom e da crise da produção habitacional no Brasil dos anos 2000 é a referência para a interpretação crítica a ser desenvolvida ao longo do texto e do diálogo crítico com as leituras de alguns autores e autoras que se debruçaram sobre esse tema e a conjuntura do período.

Antes, porém, de começar, procuro aqui esclarecer rapidamente, com base em Marx, o que entendo ser essa materialidade descrita e os sujeitos que nela atuam para evitar que essa abordagem pareça de início uma discussão independente do todo, tão somente sobre uma dada imediatidade fenomênica resultante de interesses e relações de classe, bem como dos poderes em disputa sobre o Estado; ou que, nessa qualidade de aparente particularismo, só depois o fenômeno estudado será somado externamente a outros conjuntos de fenômenos e determinações, culminando em um todo por agregação e soma.

Assim, embora a escrita possa soar como uma transcrição, de teor jornalístico, da verdade em si dos fatos e de dar voz aos agentes e especialistas envolvidos com a produção habitacional, não considero que o mero movimento das “coisas físicas” na forma do crescimento ou queda do número de casas e apartamentos construídos, bem como o seu correlato na produção de aço, ferro e cimento, por exemplo, e as relações que tais “coisas físicas” “tecem entre si e com os homens (MARX, 1997, tomo I, p. 71)” na superfície do dia-a-dia – competição, margem líquida, escassez, preço, falta de demanda, excessos de mercado, entre outros - sejam suficientes para explicar o fenômeno em questão. As análises setoriais e de conjuntura econômica, essa última aludindo à soma dos diversos setores nacionais, seus índices, avanços e recuos, cujo resultado é a riqueza do país expressa no produto bruto nacional, são bons exemplos do conhecimento que se atém ao fato, à pura objetividade mensurável e quantificável. No mesmo sentido, a ação daqueles agentes na superfície do mercado através de pesquisas, modelos matemáticos, estratégias, investimentos, pressão política sobre o Estado,

etc., tendo em vista impulsionar o crescimento, equilibrar e racionalizar todas as etapas da produção habitacional e maximizar os seus ganhos, não é tomada como a de sujeitos volitivos e protagonistas do processo social, em que pesem os êxitos e as influências que possam ter em certos momentos e situações.

Observada sem a mediação da forma social negativa e destrutiva da qual é imanente, o crescimento da “substância material (MARX, 1985, p. 254, tomo III)” dos países, ou no caso desta pesquisa, do número de casas e apartamentos, pode aparecer como o resultado do progresso nacional ou humano e de suas necessidades, indeterminado de sua especificidade histórica, auto evidente e passível de ser controlado segundo as vontades e a compreensão das suas leis naturais. Daí que quanto mais aumenta a “imensa coleção de mercadorias” (Idem, 1996, p. 165, tomo I), mais positivada subjetivamente é a sociedade aos olhos das suas “personificações de categorias econômicas”, dos seus “portadores de determinadas relações de classe e interesses”, pois é encarada como mais rica, desenvolvida e avançada; “as figuras do capitalista e do proprietário fundiário (Ibidem, p. 19, tomo I)”, por exemplo, veem na ocasião a oportunidade de ampliarem o acúmulo de suas riquezas e de disputarem o comando do processo.

Todavia, como interpretou Marx, os elementos materiais da riqueza não são simples coisas ordinárias físicas, cujo corpo material possui propriedades naturais de valor, que têm como fim o “bem estar social” e estão disponíveis às vontades das personificações de sujeitos que, nessa ilusão, acreditam poder controlar e se realizar através dessas coisas, o que existe é “uma relação oculta sob uma capa material (1996, p. 72, tomo I)”. O produto social na forma da mercadoria, segundo Marx, apenas parece trivial e evidente, pois ao analisá-lo através das práticas cotidianas ele descobre que essa coisa tem um “caráter místico”, ela é “cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas (Ibidem, p. 70)”. Para o autor,

“O misterioso da forma mercadoria consiste [...] simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, no qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos que nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1996, p. 71, tomo I)”.

O caráter fetichista da mercadoria, afirma Marx, vem do trabalho que a produziu, de sua natureza social dupla: trabalho útil concreto produtor de valores de uso e trabalho humano igual e abstrato produtor de valor, destinado a compor através do seu produto cindido, em valor de uso e valor, “o trabalho social total (1996, p. 71, tomo I)” no mercado, onde todas as espécies de mercadorias se equivalem ou procuram se equivaler – o fracasso está sempre à espreita - na luta concorrencial para serem transformadas em dinheiro. Esse é o resultado de uma forma de socialização historicamente específica, em que os sujeitos em sua liberdade cotidiana, ao menos no interior dessa camada do mercado expressa na citação de Marx, estão circunscritos a vendedores e compradores de mercadorias - força de trabalho e produtos em geral - “independentes” e iguais, movendo-se em suas trocas “voluntárias” de mercadorias por dinheiro, ou seja, os sujeitos e seus vínculos sociais estão mediados por trabalho - “universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza” –, mercadorias - “universalidade do objeto determinado como riqueza (2011, p. 57)” e dinheiro como seu “equivalente geral” universal.

Com efeito, a aparente “coisa ordinária física” suscetível aos indivíduos é “uma coisa fisicamente metafísica (MARX, 1996, p. 70, tomo I)” sob a qual eles se encontram. Para os porta-vozes das mercadorias importa realizar na troca a sua “objetividade de valor socialmente igual” para poderem acessar outras objetividades de valor, sendo que esse “caráter de valor das coisas já” é de antemão “considerado ao serem produzidas (Ibidem, p. 71)”. Eles, ao equipararem “seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem (Ibidem, p. 72)”. Essa objetividade de valor é o pressuposto e o sentido da produção e circulação de mercadorias, tanto é assim que se elas falassem diriam, segundo Marx: “É possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete como coisas. Mas o que nos compete enquanto coisas é nosso valor. [...] Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca (Ibidem, p. 77)”. O produto, portanto, não é fabricado por causa das suas qualidades, “O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*⁷. Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca (Ibidem, p. 148)”.

A fantasmagoria do valor, entretanto, não vem à consciência imediata como metafísica ou abstração, essa substância social que “[...] reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como

⁷ Que se ama por si mesma.

propriedades naturais sociais dessas coisas”, adquire expressão e corporeidade na figura do preço e do dinheiro, de maneira que, individualmente, em razão do dinheiro ser a expressão do valor e a sua corporificação, parecendo como se aquilo que representa fosse uma propriedade natural do seu corpo - outra figura enigmática, tal qual as mercadorias -, o esforço dos sujeitos para acumular essa “forma autônoma” é equiparado por Marx ao trabalho infinito de Sísifo⁸ (MARX, 1996, p. 112, tomo I). De acordo com o autor, a figura mais racional dessa “caça apaixonada pelo valor” é o capitalista, pois as “suas operações”, sintetizadas na fórmula $D - M - D'$, tem como fim a “valorização do valor” (Ibidem, p. 125) ou a “acumulação pela acumulação, produção pela produção (Idem, 1996, p. 228, tomo II)” – alcançada através da exploração do trabalho produtor de mais-valia -, isto é, “a apropriação crescente da riqueza abstrata” e que ao final se torna palpável na figura do dinheiro (D'), sendo essa “a sua meta subjetiva” como um sujeito que personifica um processo que abrange toda a sociedade; para ele, “O fim de cada ciclo individual” do seu capital “constitui [...] por si mesmo o início de novo ciclo (Idem, 1996, p. 125, tomo I)”. E é apenas como “fanático da valorização do valor” que o capitalista tem “valor histórico e aquele direito histórico à existência (Idem, 1996, p. 225, tomo II)”.

Quando Marx trata das formas mais desdobradas e concretas do capital e, por isso, mais fetichistas, ele aponta no capital monetário portador de juros (e suas formas derivadas de investimentos e empréstimos de capital) a realização desse “desejo impiedoso do entesourador (MARX, 1986, p. 295, tomo IV)”. Aqui, como está apagado qualquer mediação com o processo de produção e exploração do trabalho, o capital se valoriza “em virtude de sua propriedade inata de ser um valor que dura e cresce eternamente (Ibidem, p. 295)”. Qualquer soma de dinheiro, portanto, é capital em potencial e tem a qualidade de gerar valor tanto “quanto o crescer, às arvores (Ibidem, p. 294)”. O “desejo impiedoso do entesourador” toma a figura de um “Moloch”, ao qual pertence “todo o trabalho excedente que a humanidade possa fornecer (Ibidem, p. 297)”.

⁸ Apesar de nesse momento da exposição Marx se referir ao entesourador, uma personificação social que “sacrifica os prazeres da carne”, laborioso, poupador e avaro, ligado à esfera da circulação, por isso pouco representativo do capitalista determinado pela concorrência a valorizar o valor e seus comportamentos atuais, ainda assim a alusão ao esforço infinito de Sísifo indica traços da subjetividade dos investidores e empresários aqui descritos; eles partilham “[...] com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento [...] efeito do mecanismo social do qual ele é apenas uma engrenagem (MARX, 1996, p. 225, tomo II)”. Nas palavras de Marx, “O impulso por entesourar é por natureza sem limite. Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação (Idem, 1996, p. 112, Tomo I)”.

O movimento social engendrado por meio dessas “relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (MARX, 1996, p. 71, tomo I)” parece ter autonomia “do cérebro humano”, uma “necessidade exterior (Idem, 2011, p. 40)”, como no “mundo da religião (MARX, 1996, p. 71, tomo I)”, e volta-se assim como lá contra os seus criadores na “forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las (Ibidem, p. 73)”. “Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (Idem, 1996, p. 253, tomo II). Do ponto de vista do todo social, a direção da reprodução desta forma de socialização e, obviamente, do seu mundo de objetos, é de um “fim em si⁹ (Idem, 2011, p. 45)”, que busca aumentar incessante e ilimitadamente o valor – “que nos compete enquanto coisas”, diriam as mercadorias. Nessa “forma absurda (MARX, 1996, p. 73, Tomo I)”, “que se baseia na inconsciência dos participantes¹⁰”, o indivíduo “é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (Ibidem, p. 19)”. O verdadeiro sujeito é o valor, uma “substância em processo (Ibidem, p. 126)” que se multiplica a si mesma autonomamente e assume diferentes formas ao longo do seu percurso, como no corpo das diferentes mercadorias e do dinheiro, para recomeçar sempre de novo o seu ciclo D – M – D’...; o dinheiro é a “forma autônoma” e necessária por meio da qual as quantidades recém produzidas de valor entram em identidade com as quantidades iniciais (Ibidem, p. 126).

“Na circulação D – M – D’ [...] mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. [...] o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro (MARX, 1996, p. 126, tomo I)”.

Fica evidente que Marx não está tratando de um mero processo de produção e realização de produtos para satisfazerem necessidades sociais ou circunscrevendo a sua reflexão a uma interpretação classista de que o problema estaria na acumulação de dinheiro, na autonomização do mercado e no controle da propriedade por uma certa classe gerando desigualdade social, como se se tratasse simplesmente de objetos materiais naturais, processos produtivos

⁹ Marx responde aqui, ao utilizar a ideia de um “fim em si”, aos críticos da economia política que censuram os seus representantes por verem a produção como uma esfera cindida da distribuição, como se a primeira fosse regida por leis universais eternas e a segunda por casualidade social. Marx discorda de ambos, mas entende que tal ideia reflete as relações reais de produção no capitalismo.

¹⁰ Aqui Marx cita Engels quando trata do tempo de trabalho socialmente necessário que se impõe como lei natural reguladora do tempo de produção das mercadorias (1996, p. 73, Tomo I).

individuais e autônomos e sujeitos conscientes que determinam a organização social e trocam os seus produtos voluntariamente no mercado ou de que essas mesmas categorias deveriam ser planejadas e controladas pela classe trabalhadora. Ele apresenta uma forma social “historicamente determinada” funcionando automaticamente à revelia daqueles que a criaram, que se produz e reproduz como totalidade das “condições materiais de existência da vida humana”, o que inclui os “portadores desse processo” e “suas relações recíprocas (MARX, 1986, p. 254, Tomo V)”. Esse sujeito automático produz, portanto, “não somente um objeto” “determinado” “para o sujeito, mas também um sujeito” subjetivamente alinhado “para o objeto (Idem, 2011, p. 47)”. Deve-se ter em conta que a “moderna sociedade burguesa” está dada “tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...] (Ibidem, p. 59)”. Ainda nas palavras de Marx:

“Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção geral. Este último é tanto processo de produção das condições materiais de existência da vida humana quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma sócio-econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo sua estrutura econômica (MARX, 1986, p. 254, tomo V)”.

A intenção ao trazer essas breves reflexões de Marx é esclarecer que as determinações fetichistas da “substância em processo” por trás da produção e realização das mercadorias e, conseqüentemente, dos sujeitos “responsáveis” por tal processo, não podem ser alcançadas no plano do fenômeno ou da perspectiva dos capitais individuais e nem pelo olhar das personificações atuando imediatamente na superfície do mercado, pois do seu ponto de vista precisam lidar com as verdades e os efeitos das manifestações válidas do “sujeito automático” no seu dia-a-dia. Assim, reitero ter em mente, portanto, que reconstruir em detalhes fáticos a produção habitacional no Brasil dos anos 2000 e as manipulações teórico-práticas¹¹ identificadas com essa “aparência objetiva”, ou melhor, expor a mera soma das partes do conjunto empírico e “as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção (MARX, 1986, p. 253, Tomo V) não apreende a “forma fantasmagórica” por detrás das coisas “físicas” (“e metafísicas ou sociais”); mais do que isso, não pode explicar a reprodução da totalidade social constituída de personificações relacionando-se entre si e com os seus objetos determinada por poderes autônomos e místicos de uma “substância em processo”, “uma força cega (Ibidem, p. 255)” de relações que “possuem a estabilidade de forma

¹¹ “De fato, a Economia vulgar não faz nada mais que traduzir, sistematizar e louvar baseada numa doutrina as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção (MARX, 1986, p. 253, Tomo V)”.

naturais (Idem, 1996, p. 73, tomo I”) e que são adequadas “a finalidades externas (MARX, 1986, p. 255, tomo V)”, isto é, de um fim-em-si fetichista; atendo-se apenas às “manifestações alienadas das relações econômicas” ficam de fora as “contradições totais e absurdas (Ibidem, p. 253)”, que se desdobram nas crises e catástrofes; em suma, a reflexão circunscrita a essa aparência é incapaz de explicar a dominação e o sofrimento intrínsecos ao processo social e à sociedade, que funcionam criticamente abstraindo as pessoas que os criaram e põem no seu horizonte a destruição geral – da humanidade e da natureza.

Apoiado em Marx, segundo o qual “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (MARX, 1986, p. 253, tomo V)”, considero a partir dele que lançar mão da “faculdade de abstrair (Idem, 1996, p. 18, tomo I)” para recuperar tal essência é parte fundamental do processo de pesquisa para analisar os fenômenos dessa forma social que não são uma simples “relação física entre coisas físicas (Ibidem, p. 71)”. Isso, que será realizado mais explicitamente no decorrer do texto, significa ir além da aparência comum e das abstrações de conceitos superficiais, que seriam “uma representação caótica do todo (Ibidem, p. 54)” indeterminado, em busca das “determinações abstratas” que são ao mesmo tempo práticas sociais desse todo para reconstruí-lo como “uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Ibidem, p. 54)”. Marx estava atento aos riscos dessa “faculdade de abstrair” do pensamento teórico recair no oposto do empirismo vulgar factual, transformando o “mundo efetivo” em simples manifestação do “pensamento conceitualizante (Ibidem, p. 55)”, isto é, erigir formas de abstrações do pensamento sem relação com as abstrações sociais reais relacionadas efetivamente com o concreto. O que ele faz para expor o movimento real é não descartar as “categorias da economia burguesa”, que são “formas de pensamento socialmente válidas” envolvidas nas práticas sociais, mas procura apresentar a magia e a fantasmagoria que são constitutivas e movem essas formas objetivas, que dependem de sua aparência autônoma para funcionarem na reprodução social. Esse conceito ou abstração sobre as coisas válido no dia-a-dia tem a sua raiz mais profunda, como já exposto, naquela abstração fetichista das mercadorias desde que são produzidas pelo trabalho. Essa “abstração da categoria ‘trabalho’”, por exemplo, “não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos”, mas “corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos” são indiferentes ao tipo de trabalho em que se empregam, por isso vale “não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral (MARX, 2011, p. 57-8)”. O próprio “método dialético (Idem, 1996, p. 26, tomo I)” de Marx como o “cerne (Ibidem, p. 27)” a partir do qual ele pôde compreender a “vida da matéria (Ibidem, p. 26)” só foi capaz de cumprir essa tarefa porque tal forma de pensar é o reflexo das relações reais, de maneira que

ele através da dialética conseguiu apresentar o movimento real e contraditório da sociedade capitalista, a transformação das suas formas, bem como a contradição necessária entre física e metafísica, essência e aparência, o negativo no pensamento positivo do existente.

Sem descartar, portanto, a necessidade da abstração e reconhecendo a sua existência real na vida cotidiana, avanço nesse primeiro capítulo da tese recuperando parte da minha tentativa de “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução” para, assim, nos capítulos seguintes, poder expor a “sua conexão íntima” visando ultrapassar as “configurações da aparência (MARX, 1986, p. 262, Tomo V)”. “Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (Idem, 1996, p. 26, Tomo I)”. O concreto exposto nesse início, portanto, apesar de não desdobrado nas mediações categoriais e na relação com a totalidade, não é o empírico imediato tal qual nos documentos, relatórios e revistas, já se trata de uma escolha de exposição em que ele está na minha cabeça determinado na tensão com as abstrações historicamente específicas; no decorrer do texto ficará mais claro a sua posição como “síntese de múltiplas determinações (Ibidem, p. 54)”. O meu ponto de vista, portanto, desde o começo é o da “totalidade concreta”, que não para no “todo vivente, concreto, já dado” ou o separa das “determinações abstratas”, como se o primeiro fosse mera representação “caótica de um todo” indeterminado e o segundo derivação de construções mentais, mas entende que o concreto já detém a qualidade da totalidade social, que, por sua vez, se medeia e se expressa como processo histórico contraditório e em crise através de múltiplas formas em sua particularidade.

1.1 O “mundo maravilha” do “boom” habitacional

Desde os primeiros anos do governo Lula empossado em 2003, os representantes e empresários do segmento da habitação encampavam um discurso sobre a necessidade de combater o chamado “déficit habitacional”¹², concentrado na baixa e média-baixa renda, e insistiam em políticas adequadas de financiamento tanto ao consumo, quanto à produção. As soluções para o crescimento do setor e para a falta de habitações, apontavam nesse primeiro ano de governo, estariam em programas de financiamento direto à produção, redução dos juros, aumento do crédito para a renda média, subsídios para a habitação popular, destinação de

¹² Jorge Hereda, secretário nacional da habitação no período, declarava que o déficit habitacional no ano 2000 era de 6,6 milhões de moradias, sendo que 84% se concentrava na faixa de 0 a 3 salários mínimos e, ampliando a faixa de renda para até 5 salários mínimos, chegava-se a cobrir 92% da população sem moradia. De olho nisso, já no primeiro ano de mandato, em 2003, a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) enviou para o governo Lula uma proposta de construção de unidades habitacionais para a baixa renda (Rev. CM, n. 27, ano 56, 2003).

recursos de fundos públicos e da caderneta de poupança para o setor imobiliário e as obras de saneamento (Rev. CM, n. 27, ano 56, 2003). Esse clamor quanto ao déficit seguirá em frente e ganhará intensidade ao longo do tempo, sendo totalmente indiferente ao número de domicílios vagos no país, que são até hoje mais do que suficientes para resolver o problema desse déficit habitacional¹³; as políticas estatais, com exceção de algumas poucas iniciativas municipais, também não intervêm para transformar esses imóveis em locais de moradia. Em muitos trechos das revistas, fica claro que esse discurso e a militância de classe sobre o Estado tinham como finalidade transformar a população de baixo poder aquisitivo em demanda consumidora da casa própria produzida em grande escala pelas incorporadoras e construtoras, abrindo novas frentes de expansão para o capital imobiliário e financeiro, de modo que as novas habitações, a produtividade dos novos sistemas técnicos de construção e as representações do “sonho da casa-própria” eram os meios para viabilizarem tal fim. Na perspectiva das fontes usadas, o acolhimento das suas propostas pelo governo nos anos vindouros, aliadas aos investimentos privados nacionais e internacionais, disponibilizando grandes volumes de capitais às construtoras/incorporadoras, criaram um “boom” imobiliário gerador de grande entusiasmo para os que empreendem no ramo, sem, contudo, eliminar a tensão entre os que produzem e investem em relação ao governo¹⁴.

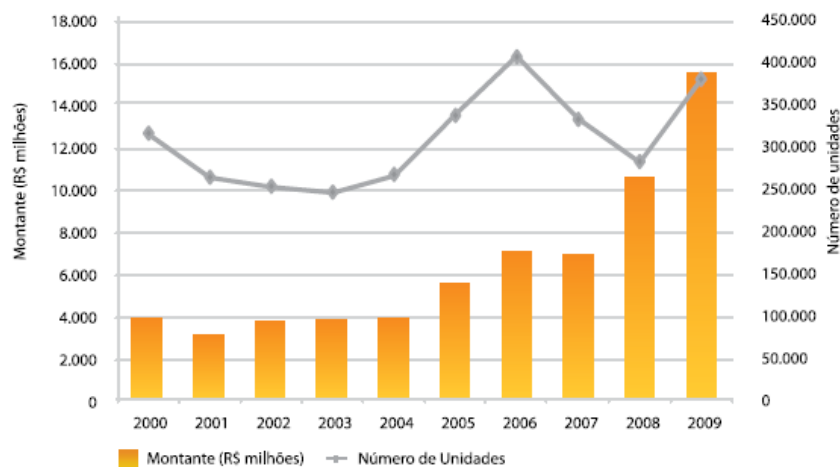
Em uma cronologia das ações políticas, uma das primeiras medidas tomadas no sentido da maior disponibilização dos fundos públicos envolveu a modernização institucional da Caixa Econômica Federal (CEF), operadora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com vistas a agilizar, flexibilizar e desburocratizar o acesso ao financiamento para as construtoras/incorporadoras e ao crédito habitacional, de sorte a não deixar nenhum potencial consumidor de fora (Rev. CM, n. 51, ano 58, 2005). Essas mudanças, que foram implementadas no início do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da presidência, eram

¹³ Maricato (2005; 2006), com base nos dados do censo de 2000, aponta alguns exemplos: em Campo Grande e Palmas o número de áreas vazias servidas de infraestrutura acomodaria mais do que o dobro da população nessas cidades; em São Paulo e Rio de Janeiro o número de imóveis edificadas vazios se aproxima do déficit dessas capitais. O Censo de 2010 (IBGE, 2010) apontava 6,1 milhões de domicílios vagos (para venda, aluguel, abandonados, litígio, etc.) e 3,9 milhões de uso ocasional (usados para descanso, fins de semana, férias, etc.), contra, respectivamente, 6 milhões vagos e 2,7 milhões de uso ocasional em 2000. No período entre 2007 e 2012, o déficit habitacional no país passou de 5,59 milhões de domicílios para 5,24 milhões (FURTADO, KRAUSE, LIMA NETO, 2013).

¹⁴ Alguns dos “velhos problemas conhecidos do setor” atravessariam todo o período pesquisado sem uma solução ao gosto dos que empreendem, ainda que reconhecidamente bastante atenuados. Nos termos do empresariado, a alta carga tributária, a legislação trabalhista onerosa, a burocracia, a falta de qualificação da mão-de-obra, a legislação ambiental, etc., que acarretam, segundo eles, no mínimo, baixas margens de lucro, desemprego e informalidade, não deixaram de afligir os negócios, embora de modo variável, reclamavam. Posteriormente, quando o setor entra em crise, adicionam-se a essas reivindicações as exigências de reformas estruturais, aprofundamento da segurança jurídica nos contratos, fomento ao investimento privado, responsabilidade fiscal e programas públicos para a habitação e a infraestrutura.

parte de uma política mais ampla com recursos do FGTS no âmbito do recém criado Ministério das Cidades, que passou a ser o responsável pela gestão do fundo, tendo como prerrogativa, entre outros, o estabelecimento de metas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana. O novo ministério instituiu mudanças na aplicação dos recursos do fundo, garantindo 60% para a habitação popular. Em 2004, um novo modelo de concessão de subsídios diretamente à pessoa física permitiu o financiamento para famílias cuja renda era de até R\$ 1.500,00¹⁵ (ROYER, 2014, p. 92-4). A partir daí, os montantes aplicados do FGTS foram quase ininterruptamente crescentes, como se pode notar no gráfico abaixo, apesar do número de unidades não o ter acompanhado na mesma velocidade, provavelmente porque os valores individuais dos imóveis financiados aumentavam concomitantemente ao volume de crédito liberado, por isso a linha que representa o número de unidades não segue o mesmo ritmo das barras dos montantes em reais. O aumento abrupto no número de unidades entre 2008-2009 talvez possa ser o resultado dos efeitos da crise mundial sobre o preço dos insumos da construção, da terra e dos preços dos imóveis, reduzindo-os e barateando o preço final da habitação enquanto crescia concomitantemente os montantes de crédito.

Gráfico 1 – Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do FGTS (em R\$ milhões)



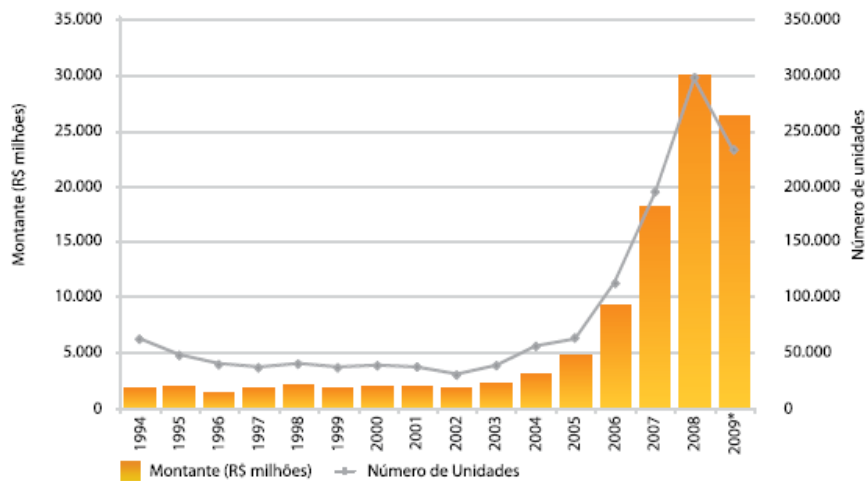
Fonte: CBIC/CEF/Uqbar (UQBAR, 2010, p. 17).

Do lado dos bancos privados, o primeiro mandato do PT também marcou uma inflexão na curva dos financiamentos ao consumidor e à produção, como representado no gráfico a seguir, onde, diferente do anterior, a linha das unidades habitacionais acompanha o aumento crescente dos créditos concedidos. Se seguirmos a hipótese de antes, que carece de pesquisa mais aprofundada, isso se deu porque o volume de recursos superou o aumento dos preços dos

¹⁵ “Esse subsídio tem sua origem em recursos oriundos de parte do rendimento auferido pelos recursos do FGTS em aplicações financeiras (‘diferencial entre as aplicações financeiras do Fundo (a taxas de juros praticadas pelo mercado’) e as taxas de remuneração pagas às contas vinculadas ao Fundo’ (ROYER, 2014, p. 94)”.

imóveis. As mudanças no ambiente regulatório e nas condições para a tomada do crédito, ambas descritas rapidamente em seguida, levaram o financiamento através dos recursos privados do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) a um crescimento acelerado, batendo o primeiro recorde histórico no ano de 2008, cujo número de unidades financiadas foi equivalente ao total financiado de 1995 a 2002 (ROYER, 2014, p. 73-99).

Gráfico 2: Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do SBPE (em R\$ milhões)



Fonte: Banco Central/Uqbar (UQBAR, 2010, p. 22) *Dados até outubro de 2009

O aumento e flexibilização do crédito público e privado destinados à produção e ao consumo, assim como os instrumentos de garantia jurídica contra os riscos dos negócios envolvendo esse crédito e a produção foram apontados por muitos especialistas como as razões principais da guinada do setor da construção de habitações no Brasil. Em abril de 2006, um artigo da Revista Construção Mercado¹⁶ explicava a ascensão paulatina do mercado residencial, observada desde 2004, e as expectativas quanto ao seu futuro promissor como decorrentes dos seguintes fatores: taxas de juros decrescentes, expansão do crédito e prazos dilatados; crescimento econômico sustentável do país e arcabouço institucional que beneficiavam o setor - instituição do Patrimônio de Afetação¹⁷, a Medida Provisória do Bem (medidas tributárias de incentivo ao setor produtivo), a utilização do FCVS¹⁸ (Fundo de Compensações de Variações

¹⁶ Daqui em diante, a Revista Construção Mercado será citada apenas com as iniciais CM.

¹⁷ “O instituto do Patrimônio de Afetação segrega os ativos de um empreendimento dos outros ativos da empresa promotora, de forma que os recursos financeiros de um determinado empreendimento ficam apartados do resto dos ativos da empresa (...) evitando que o comprador de um determinado empreendimento venha a ser prejudicado pela falência total da empresa (ROYER, 2014, p. 125-6)”.

¹⁸ O FCVS foi criado na época do BNH e “pensado para que a correção monetária instituída no SFH não gerasse um descasamento entre as prestações e o saldo devedor. Ou seja, se, ao final do contrato de financiamento pactuado entre o mutuário e o agente financeiro, houvesse algum saldo devedor (resíduo, na linguagem contábil) e o contrato estivesse coberto pelo FCVS, o fundo pagaria ao agente financeiro essa diferença, sem ônus para o mutuário (ROYER, 2014, p. 56-7)”. Com a inflação e o aumento dos juros nos anos 1970-80, o FCVS adquiriu um passivo assumido pela União. Durante algum tempo, muitos bancos puderam utilizar os créditos do FCVS junto ao governo, inclusive depois desse comprar parte da dívida, como percentual da exigibilidade da poupança que deveria obrigatoriamente ser investida em financiamento à habitação. Após 2002, essas instituições financeiras

Salariais) e a alienação fiduciária¹⁹ (Rev. CM, n. 57, ano 59, 2006, p. 28). Importante destacar que essas medidas vão se somando a muitas outras implementadas ao longo do governo Lula para impulsionar a construção civil, mas que não serão reconstruídas em sua totalidade e pormenores aqui. Em setembro de 2006, por exemplo, entre os itens de um pacote habitacional anunciado pelo governo federal, constam: não incidência direta de TR²⁰ em financiamentos (facultativo, o que permite as instituições do SBPE emprestar a taxas pré-fixadas), consignado para financiar casa própria, linha de crédito do BNDES para inovação no setor, regime de tributação diferenciado, redução do IPI para os produtos da cesta básica da construção, etc. Apesar disso, empresários e representantes dos sindicatos patronais criticavam a insuficiência das medidas para combater o déficit habitacional (Rev. CM, n. 64, ano 59, 2006, p. 30; PACOTE, 2006).

O crescimento contínuo do número de empreendimentos verificado nesses anos acirrava a concorrência e a disputa por terrenos e serviços, impelindo o desenvolvimento dos negócios para fora do eixo Rio – São Paulo, região onde historicamente se concentrou as maiores empresas e boa parte da produção imobiliária do país, analisava a Revista CM. Essa ampliação de horizonte das grandes incorporadoras e construtoras, conjugada à sua atuação fragmentada nos segmentos de renda e à baixa participação em um mercado predominantemente informal demonstravam o potencial a ser desbravado a nível nacional, projetava Pasternak, consultor da FESA Global Recruiters, no ano de 2005. De olho nesse potencial, investidores e gestores de fundos passaram a alocar o seu capital em algumas construtoras e incorporadoras voltadas ao mercado habitacional, acontecimento que, segundo artigo da Revista CM, revolucionava o modo de operar das empresas e alavancava a sua “saúde” financeira e operacional (Rev. CM, n. 51, ano 58, 2005, p. 62).

foram obrigadas a aplicar paulatinamente os percentuais que representavam o FCVS nos empréstimos (Ibidem, p. 85-9).

¹⁹ “(...) a alienação fiduciária foi reinventada como forma de contrapor a lenta execução das operações feitas com hipoteca no Brasil, especialmente na sua execução judicial. Na hipoteca é transferido o direito de posse e o domínio ao mutuário. Mesmo este tendo pago apenas 20 ou 30% do valor total do financiamento, o tomador do empréstimo já tem a posse e o domínio, ainda que esse domínio seja entregue ao agente financeiro. Na alienação transfere-se apenas a posse e não o domínio. O domínio só é transferido com a liquidação da dívida. (...) Foi considerada uma importante adequação do arcabouço jurídico visando fornecer ao investidor os instrumentos para uma demanda exequível sobre o imóvel que constitui garantia para o empréstimo no caso do devedor deixar de cumprir com suas obrigações (ROYER, 2014, p. 123)”. A garantia hipotecária, assim como o processo judicial de recuperação do imóvel, é moroso, podendo levar 10 anos para a sua conclusão, sem mencionar que a legislação não permite a execução do imóvel único da família, enquanto a alienação fiduciária pode recuperar o imóvel em 6 meses (Ibidem, p. 124).

²⁰ Taxa de juros calculada sobre a média dos títulos de dívidas dos principais bancos do país. Essa taxa variável é usada como parâmetro de cálculo para alguns financiamentos.

Concomitante ao aumento na disponibilidade de crédito à produção e ao consumo nesses anos e ao correspondente crescimento da produção, o empresariado da construção empenhava-se junto ao governo federal para que a casa própria pudesse chegar até às camadas sociais onde se concentrava o chamado déficit habitacional, principal alvo das companhias, que permanecia ainda como uma demanda potencial a ser realizada. Além disso, obviamente, atuava também para que a política habitacional não o deixasse às margens do combate a esse déficit, que deveria ser viabilizado, segundo as suas intenções, na forma da produção de unidades habitacionais pelas empresas privadas, descartando qualquer outro possível arranjo para suprir as necessidades por moradias – tais como aluguel social, desapropriações de imóveis vazios, construção por empresas públicas, etc.

Um estudo apresentado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) em 2005 demonstrava que a autoconstrução era responsável por 77% da produção habitacional anual e o autofinanciamento correspondia a 92% das unidades por ano (Rev. CM, n. 55, ano 59, 2006, p. 23). Preocupados que a autoconstrução se consolidasse como política pública²¹, muitos representantes²² do setor desfiaram os pontos negativos desta opção: riscos ao usuário, desperdício de material, lentidão nas obras, baixa qualidade, informalidade, concorrência desleal, exclusão das construtoras e dos profissionais da produção, ocupação irregular do solo, favelização, redução da eficácia no combate ao déficit, desestímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias, falta de racionalidade no uso dos recursos etc (Ibidem, p. 25). Para João Carlos Robusti, presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon – SP), a maioria dos recursos do FGTS deveria ir para o setor produtivo, capaz de produzir moradias dignas, de forma racional e planejada, ao contrário do modelo que era vigente, em que só 22% dos recursos do FGTS destinava-se ao setor produtivo, sendo o restante direcionado à compra de imóveis usados, insumos para a autoconstrução e reformas (Ibidem, p. 23-4). “Isso só aumenta a favelização e não produz nada para o país. É jogar dinheiro fora”, alertava Roberto Kaufmann, vice-presidente do Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e presidente do Sinduscon – RJ (Ibidem, p. 24). De acordo com ele, “O cidadão não é obrigado a trabalhar nos fins de semana para ter sua moradia (Ibidem, p. 25)”, “a

²¹ Essa posição, contudo, não foi consensual no interior da cadeia produtiva. Cláudio Conz, presidente da Anamaco, defendia mais crédito ao consumidor, a desoneração dos produtos e que a autoconstrução deveria ser aprimorada mediante assessoria técnica. Para ele, essa modalidade de construção da casa própria não é sinônimo de informalidade, pois a fabricação e o comércio dos produtos são formais (Rev. CM, n. 55, ano 59, 2006).

²² Anos mais tarde, no início de 2012, um estudo realizado pela FGV com base no PAIC do IBGE, trouxe o que seriam os resultados desse empenho: a migração da produção informal para a formal resultou na participação das construtoras formalmente constituídas como responsáveis por 65% do PIB setorial em 2009, que somou R\$ 146,8 bilhões (Rev. CM, n 129, ano 65, 2012).

equação do déficit habitacional deve ser feita pelas construtoras, com subsídio do Governo para as famílias de baixa renda (Ibidem, p. 26)”. Eram muitos os motivos elencados pelos empresários do setor que corroboravam com essa solução, indo desde o trabalho nos finais de semana até o crescimento do país, todavia, o problema de fundo foi sintetizado pela Revista CM:

Essas obras (a autoconstrução), em geral, dispensam completamente os serviços das construtoras e predominam na camada de baixa renda, onde há uma enorme demanda reprimida e, por isso, um mercado promissor para construtoras, indústria e comércio de materiais de construção, caso sejam dados incentivos (Rev. CM, n. 55, ano 59, 2006, p. 23).

Visando atingir o déficit de moradia, junto ao déficit de saneamento básico, o Comitê da Cadeia Produtiva da Construção Civil (Comcic) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que congregava 67 entidades do setor da construção civil, elaborou uma série de propostas divididas em três grupos: habitação de interesse social, habitação de mercado e saneamento básico. A apresentação das propostas ocorreu por meio do 6º Seminário da Indústria Brasileira da Construção (Construbusiness), no ano de 2005, e contou, pela primeira vez, com a participação de um Presidente da República - o presidente Lula -, além de Ministros, Senadores, entre outros representantes do poder público. Para somar esforços a essas propostas, que foram consensuais na cadeia produtiva da construção, como ressaltou Luciano Coutinho, diretor da LCA Consultores e responsável pelo trabalho que resultou na agenda apresentada pelo Comcic, foi anunciado também, pelo presidente Lula, a criação de um grupo de trabalho para buscar soluções conjuntas (Rev. CM, n. 52, ano 58, 2005, p. 37-8). As ações convergentes, como essa acima, entre as iniciativas empresariais, visando produzir moradias em série e no menor tempo possível através do fundo público, e o intervencionismo estatal, com metas de crescimento econômico, emprego e habitação popular, dá ensejo a uma intensa discussão, ainda a ser tratada, sobre o caráter desenvolvimentista do governo nesse período.

O ano de 2006 foi marcado pelo maior crescimento do setor da construção civil desde a criação do Plano Real e pela oferta pública de ações (OPA's) de um número expressivo de companhias do segmento residencial²³: Gafisa, Rossi, Company, Cyrela (2005), Abyara, Klabin Segall e Brascan. A confiança nos resultados da economia e na capacidade das empresas de gerar resultados impulsionavam a captação das companhias na bolsa²⁴, segundo a Revista CM.

²³ Antes deste ano, apenas duas empresas da construção civil que atuam no segmento residencial tinham aberto o seu capital: a Rossi Residencial, em 2003 - mais tarde a empresa ofertou novo lote de ações -, e a Cyrela, em 2005. A empresa Adolpho Lindenberg é uma exceção entre as demais, pois abriu pela primeira vez o seu capital em 1972, reabrindo no ano de 1981.

²⁴ Um dado da Cyrela Brazil Realty é ilustrativo a esse respeito: a empresa abriu capital em setembro de 2005 e, no mês de dezembro, as ações tiveram variação de 113% positivo. No mesmo dia do lançamento cada ação já havia subido 67,6% (Rev. CM, n. 57, ano 59, 2006, p. 28).

A provável elevação da nota do Brasil pelas agências de rating também gerava expectativa de um alto volume de negócios financeiros, o que incluía as ações das empresas, em decorrência do possível aumento na entrada de capital estrangeiro, de acordo com essa mesma fonte. Pautados por essa probabilidade, ou seja, antes mesmo dessa avaliação positiva no mercado internacional que alteraria formalmente a percepção de risco sobre o país, principalmente dos investidores mais conservadores acostumados a investir em países e títulos considerados mais seguros, os estrangeiros adquiriram em torno de 70% das ações ofertadas²⁵ (Rev. CM, n. 57, ano 59, 2006, p. 28).

Segundo as revistas consultadas, a abertura de capital trouxe profundas alterações na organização interna e no modo de expansão das empresas para corresponder aos montantes investidos, bem como desencadeou adequações e ajustes necessários para enquadrá-las no Novo Mercado, que é classificado como o mais alto grau de governança corporativa da Bovespa. As duas primeiras mudanças serão tratadas mais à frente. Aquelas que dizem respeito ao Novo Mercado estão relacionadas com o aumento dos níveis de transparência, o que demandou a contratação de auditorias externas, a prestação de contas através de relatórios frequentes de desempenho, novas exigências contábeis, a elaboração de novos planejamentos compatíveis com os investimentos captados, etc. Outro desafio para as empresas, citado na Revista CM, esteve relacionado com o desconhecimento dos investidores e analistas com as particularidades da produção do setor imobiliário, dada a sua presença ainda precoce na bolsa. De acordo com Alexandre Tadeu Navarro, sócio da Navarro Advogados, diferentemente da indústria tradicional com produção cotidiana e resultados rápidos, a construção tem ciclo longo e sujeito a muitas vicissitudes. Desse modo, “As empresas sofreram severas pressões e questionamentos dos analistas, por isso o ano de 2007 foi de um profundo aprendizado para ambos” (Rev. CM, n. 81, ano 61, 2008, p. 27).

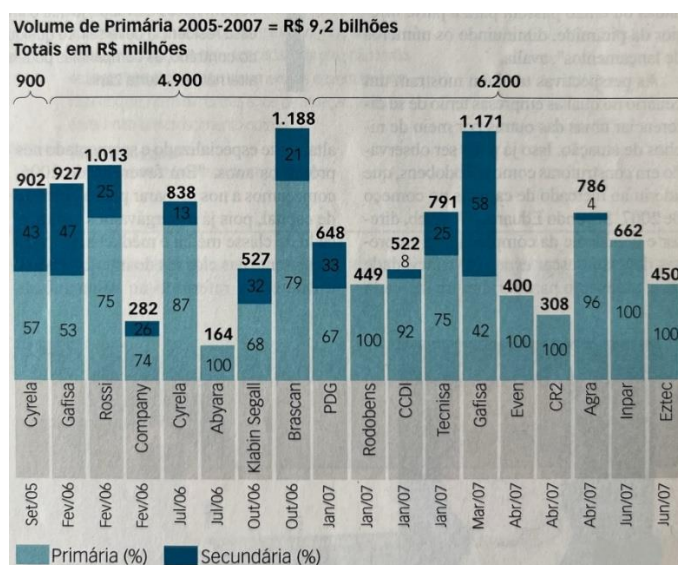
Em linha com a necessidade de aumentar a segurança, o controle e a transparência para os investidores do mercado financeiro, a dinâmica dos negócios e a produção das empresas passaram por uma burocratização, em que os projetos deveriam percorrer diversas instâncias, aumentando a morosidade para reforçar as garantias, analisa a Revista CM. As exigências de intensa troca de informações entre a empresa e os acionistas levaram à criação de uma nova área, denominada de Relações com Investidores (RI), que divulga relatórios, resultados,

²⁵ Para Tavares, a elevada participação de estrangeiros pode ser explicada: pelo aumento da liquidez no mercado externo, pelas expectativas quanto a melhora da nota do país na classificação de risco (categoria de investment grade) e o enquadramento das empresas na categoria de Novo Mercado na Bovespa, que proporcionava uma maior transparência das empresas em relação aos investidores sobre as suas informações e procedimentos (2008, p. 50).

balanços, informes, cotações, etc. Essa transparência que o mercado exige retorna sobre as empresas obrigando-as a aprofundarem as análises sobre o seu desempenho. Um dos efeitos positivos ressaltados pela revista foi a questão motivacional. Marcos Mori, diretor financeiro da Agra, conta que a sua empresa espalhou telões e painéis com os resultados e cotações na bolsa, assim todos os funcionários acompanhavam. Luiz Sargman, da Cyrela Brazil Realty, relata que o plano de ações e bônus para os funcionários são vinculados ao desempenho na bolsa da empresa. Com todos afinados para um objetivo comum, “Quem já vestia a camisa passou a vestir ainda mais (Rev. CM, n. 81, ano 61, 2008, p. 28)”. Compulsória ou voluntária, a adoção de políticas de governança corporativa, que é interpretada como maior comprometimento com os acionistas e a transparência, tende a aumentar o valor de mercado das empresas em decorrência da maior visibilidade das suas operações. Promove também vantagens competitivas ao reduzir a estimativa de risco, facilitando a captação de recursos com menores custos de capital (juros e melhores oportunidades de financiamento) e permitindo maior alavancagem financeira com a melhoria da confiança dos investidores, de acordo com a revista (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008, p. 32).

Entre setembro de 2005 e junho de 2007, 18 empresas do setor imobiliário, com foco em empreendimentos residenciais, realizaram R\$ 12,1 bilhões entre ofertas primárias e secundárias de ações. O volume médio mensal de transações envolvendo essas ações para os meses de junho de 2006 até maio de 2007 foi superior a R\$ 1,4 bi, aumentando nos últimos seis meses para R\$ 1,9 bi e nos últimos dois meses para R\$ 2,1 bi, superando a média de negócios da Bovespa (ALENCAR; LIMA JR., 2007). Abaixo, o gráfico apresenta as datas de lançamento e o volume das ofertas associadas às empresas:

Gráfico 3: Total de ações emitidas pelas construtoras/incorporadoras de capital aberto entre 2005 - 2007



Fonte: Bradesco BBI (Rev. CM, n. 73, ano 60, 2007, p. 61)

Não obstante o “aprendizado” do mercado, o maior controle sobre as decisões, as medidas de transparência e as adequações para a classificação no Novo Mercado, Lima Jr (2007b), professor e especialista na área do Núcleo de *Real State* (NRE) da Poli - USP²⁶, em meio à euforia das captações em bolsa, demonstrava preocupação com esses grandes volumes transacionados mensalmente e as oscilações de curto prazo nos preços das ações, pois não refletiam os comportamentos das empresas uma vez que o ciclo do negócio em *Real State*²⁷ é de 3 a 4 anos até a venda do empreendimento. Eram movimentos especulativos presentes desde o início da emissão primária das ações, cujos preços de lançamento já não foram pautados em uma análise adequada da capacidade de gerar resultados e retornos das empresas, mas em “falsas verdades” para alavancar os preços das ações, alertava o engenheiro, que defendia análises mais rigorosas focadas na real capacidade de produção e na independência de decisão das empresas sobre os seus rumos em relação às determinações do mercado financeiro.

No plano mundial, analisava Gregório (2010) do NRE da Poli USP, o momento era de alta liquidez e de taxas de atratividade menores nas economias mais evoluídas, o que elevou o interesse pelo mercado brasileiro - não apenas no setor de *Real State* – e gerou aquela absorção por investidores estrangeiros da maior parte das ofertas de ações, ademais com preços bem superiores ao valor justo dos ativos. Na ocasião, Daniel Citron, presidente da *Tishman Speyer* no Brasil - uma das maiores incorporadoras de imóveis comerciais de alto padrão no mundo e, no período, focada nos mercados emergentes, sendo que no Brasil passou a investir no segmento

²⁶ Segundo definição que consta no site do NRE Poli – USP: “O Núcleo de Real Estate [NRE-POLI] é a unidade de prestação de serviços à comunidade do Grupo de Ensino e Pesquisa em Real Estate da Escola Politécnica da USP, orientado para a economia e os negócios no âmbito do REAL ESTATE. Os serviços prestados pelo NRE-POLI são conduzidos por meio da aplicação da doutrina que nele se desenvolve e que evolui continuamente através dos estudos e pesquisas de seu grupo de professores e pesquisadores em programas de pós-graduação. Desse modo, ocorre uma eficiente transferência de tecnologia da Universidade para o setor produtivo”. [...] Dos serviços prestados pelo NRE-POLI destacamos: O Sistema de Classificação da qualidade de Edifícios de Escritórios, [...] Os Estudos Setoriais que contemplam tanto a análise do comportamento de segmentos de mercado, quanto à elaboração de cenários de comportamento futuro, [...] As Análises do Valor da Oportunidade de Investimento em Empreendimentos de Base Imobiliária e a construção de Índices de Valor de portfólios de Base Imobiliária, [...] A orientação de estudos e a emissão de Relatórios da Qualidade do Investimento em Empreendimentos Imobiliários [...]”. Disponível em: https://www.realestate.br/site/conteudo/pagina/1,81+O_NRE.html, Acessado em: 07/08/2021.

²⁷ Royer oferece uma boa definição do termo *Real State* e de suas mudanças ao longo do tempo para se adequar às transformações nesse setor de negócios: “Nos últimos anos, com a internacionalização dos mercados e com a massificação do sistema norte-americano pelas escolas de negócios, o termo ‘real state’ tem ocupado um lugar de destaque na descrição dos negócios imobiliários. Na origem, a expressão, que não tem uma tradução exata para o português, referia-se à propriedade e aos bens incorporados. Posteriormente, passou a descrever uma atividade negocial. Assim, o termo ‘real state’ significa atualmente tanto o bem imóvel como a atividade imobiliária. [...] No entanto, a atividade de *real state* adquiriu outra conotação após a desregulamentação dos mercados financeiros iniciada na década de 70. Desde então, ‘real state’ traduz um negócio financeiro, completamente imerso no mercado de capitais e dedicado à promoção de ganhos específicos, da incorporação e administração de imóveis ao agenciamento de crédito e administração de garantias. [...] o negócio imobiliário passou [...] a configurar um novo modo de ser da reprodução do capital imobiliário, demandando a estruturação de um sistema de crédito a serviço da valorização imobiliária e da acumulação financeira do capital (2014, p. 44-5)”.

residencial para a média e alta renda -, enxergava oportunidades no mercado imobiliário em todos os lugares do país, principalmente no residencial, se houvesse financiamento abundante (Rev. CM, n. 60, ano 59, 2006, p. 24). Enquanto Gregório e Lima Jr. acreditavam que os preços das ações estavam “injusta” e “falsamente” elevados, Citron, frente à grande disponibilidade de liquidez mundial, argumentava em sentido contrário:

O mercado (imobiliário) passa por um momento histórico, está atraindo a atenção de investidores e tem muito dinheiro entrando. O dinheiro está comprando mais o Brasil do que o mercado em si. O único recado que esse capital dá é que o mercado imobiliário está barato. Esse capital, que já passou por diversos países, não entra para brincar, mas para ganhar dinheiro rápido. Em todos os países onde já circulou, como na Europa Oriental, Turquia, Espanha e outros, houve uma valorização do mercado imobiliário (Rev. CM, n. 60, ano 59, 2006, p. 24).

Atento ao crescimento econômico em geral e no desempenho da construção civil em particular, que envolve uma ampla cadeia produtiva e diversos serviços, e, principalmente, no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²⁸ como política pública em 2007, João Cláudio Robusti, presidente do Sinduscon – SP, declarava que o poder executivo federal “assimilou que construção é a mola do crescimento (Revista Conjuntura da Construção, n. 1, ano 5, 2007, p. 4)”. Robusti atribui esse reconhecimento à incorporação das propostas da União Nacional da Construção (UNC)²⁹ pelo governo federal, como no caso do PAC, recebido como uma conquista pelo setor³⁰. Melvyn Fox, presidente da Abrammat, afirmava que o PAC passa necessariamente pela construção e que há muito tempo já demonstrava o caminho do crescimento para o governo. Cláudio Conz, presidente da Anamaco, também comemorou o amplo beneficiamento do setor, “Estamos organizando uma caravana para ir a Brasília. Vamos levantar o presidente no colo e passear com ele lá em volta do Palácio” (Ibidem, p. 4). “Fomos a Brasília e dissemos: somos 13% do PIB. Coloquem em prática as medidas que sugerimos que nós garantimos 2,4% daquele crescimento (do PIB) que ninguém acha que será alcançado

²⁸ “A partir de 2006, o aumento do investimento em infraestrutura se tornaria prioridade para o governo federal e, no início do segundo mandato, em 2007, as políticas federais nesta área seriam reorganizadas, centralizadas e ampliadas, com a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o PAC, o país recuperou a capacidade de induzir, por meio da iniciativa governamental, o desenvolvimento de amplo espectro de setores fundamentais para a modernização da economia. A estratégia do governo federal, pela primeira vez em muitas décadas, foi apoiar a formação de capital da parte do setor privado e, simultaneamente, aumentar o investimento público em infraestrutura. [...] De modo geral, o principal mérito do PAC foi liberar recursos para o aumento do investimento público e estimular o investimento privado. Sua adoção fez aumentar os investimentos por parte da União, que passaram de uma média de 0,4% do PIB, em 2003-2005, para 0,7% do PIB, em 2006-2008. [...] Não obstante as dificuldades iniciais, o PAC é um sucesso não só na aceleração do crescimento econômico [...] mas também no aumento da taxa de investimento da economia. De maneira mais detalhada: o investimento em capital fixo no Brasil passou de 15,9% do PIB, em 2005, para 19,0% do PIB, em 2008 (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 15)”.

²⁹ A União, criada em 2006, representa 33 entidades nacionais e 60 regionais de toda a cadeia produtiva da construção (Rev. CC, n. 1, ano 5, 2007, p. 5).

³⁰ Robusti declarou que 80% do PAC foi extraído da proposta da UNC feita ao governo a partir do documento: “A construção do desenvolvimento sustentado – a importância da construção na vida econômica”, elaborado a partir de estudo da FGV (Rev. CC, n. 1, ano 5, 2007, p. 5).

(Ibidem, p. 5)”. Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), reiterou a boa opção do governo para combater os gargalos de Infraestrutura. Paulo Safady Simão, presidente da Cbic, estava entre os representantes que se entusiasmaram com o PAC. Do lado da indústria de materiais de construção, os 30% de capacidade ociosa permitiria absorver sem problemas e sem inflação a nova demanda, garantindo nesse aspecto a viabilidade do plano, assegurava Fox da Abramat. Ainda nessa direção, Conz da Anamaco avaliava que havia excedentes de produtos no mercado interno e que as indústrias ampliariam naturalmente a produção com a perspectiva de crescimento. A preocupação estava na falta de mão-de-obra qualificada, empecilho às inovações (Ibidem, p. 7). Se para os setores envolvidos com a infraestrutura avultaram-se boas notícias, para a habitação social o investimento do PAC ainda não resolvia o problema do déficit habitacional, de acordo com o empresariado. Faltava subsídio, que consistia não só em dinheiro, mas em infraestrutura, desoneração e doação, reclamava Robusti (Ibidem, p. 6).

Outro fato que mereceu destaque nas revistas setoriais por demonstrar novamente a iniciativa do empresariado da construção civil, comprometido com a aquisição de *know-how* e as propostas para combater o déficit habitacional no Brasil, foi a sua viagem ao México. Como em pouco mais de uma década esse país criou uma “engrenada máquina de produzir moradias (Rev. CM, n. 70, ano 60, 2007, p. 37)”, o Sinduscon – SP formou um comitê de construtores, incorporadores e fornecedores para ver como funcionava a tal máquina de produzir e assim trazer lições para o Brasil “suprir a demanda reprimida de um nicho que representa mais de 80% do déficit habitacional do País (Ibidem, p. 34)”. Outras incorporadoras brasileiras também foram, sem a mediação do sindicato patronal, inspirar-se no país (Ibidem). Após o estudo no México, o sindicato paulista apresentou um plano com 13 sugestões, ratificado por toda a cadeia produtiva do setor³¹, que foi bem recebido pelos formuladores do Planhab (Plano Nacional da Habitação), assegura a reportagem da Revista Conjuntura da Construção³² (Rev. CC, n. 2, ano VI, 2008). O relatório produzido foi entregue ao Ministério das Cidades, à CEF e para agentes do mercado imobiliário. João Cláudio Robusti, presidente do Sinduscon – SP, reconheceu que o modelo mexicano produzia casas em regiões distantes, de péssima qualidade, sem infraestrutura, sem garantia dos direitos trabalhistas, fazendo uso inclusive de trabalho infantil,

³¹ Entre as sugestões estavam: criação de nova modalidade de financiamento com FGTS para a baixa renda; combate ao déficit; diminuição da burocracia; redução da carga tributária sobre as moradias populares; estímulo à regularização fundiária para formalizar o mercado imobiliário da baixa renda; acelerar a concessão de crédito e reduzir seu custo; criação de mecanismos de garantia de crédito; estímulo ao mercado secundário de hipotecas e recebíveis, etc (Rev. CM, n. 78, ano 61, 2008, p. 48).

³² Daqui em diante, a Revista Conjuntura da Construção será citada através da sigla CC.

todavia, achava que poderia incorporar a experiência mexicana, com suas medidas de desburocratização, seu sistema de financiamento e de produção em escala, repelindo “[...] qualquer medida que comprometa as conquistas no campo trabalhista, ambiental e normativo [...]” para erradicar o déficit no Brasil (Rev. CM, n. 70, ano 60, 2007, p. 42).

O discurso geral dos empreendedores da construção habitacional insistia, reiteradamente, na função do Estado para combater o déficit habitacional que, nos termos da Revista CM, tratava-se do “grande filão do mercado” (Rev. CM, n. 65, ano 59, 2006). O crescimento sustentável da cadeia da construção dependia de uma política de combate ao déficit, afirmava Robusti, presidente do Sinduscon – SP (Rev. CC, n. 3, ano V, 2007, p. 4). No mesmo sentido, João Crestana, presidente do Secovi – SP (Sindicato da Habitação), alertava em 2007 para a saturação no mercado paulistano – que refletiria o mercado nacional – dos imóveis voltados para as famílias de renda média e média alta, defendendo que o crescimento sustentável do setor e o aumento da sua participação no PIB “[...] vai depender da migração do setor imobiliário para os produtos econômicos (SECOVI, 2007)”. De acordo com João da Rocha Lima, coordenador do NRE da Poli USP, a grande disponibilidade de dinheiro nas empresas não podia ser comportada em investimentos nos ramos tradicionais de atuação, tendo que ser direcionada para o maior potencial de demanda situado na classe média e média baixa (Rev. CM, n. 70, ano 60, 2007, p. 34).

Face aos limites da expansão e sem uma política sistemática de combate ao déficit habitacional pelo governo federal em acordo com as suas necessidades, as grandes incorporadoras/construtoras, aproveitando-se do fácil acesso às linhas de crédito, juros baixos e longos prazos, passaram a empreender maciçamente no “segmento econômico”. “Empreendimentos para a classe média e média baixa viraram o pólo de atração do momento (Rev. CM, n. 70, ano 60, 2007, p. 30)”. Segundo a Revista CC, a baixa renda sofreu uma transformação de lagarta à borboleta, se antes era preterida, virou o maior potencial de negócios (Rev. CC, n. 1, Ano VI, 2008). Em reportagem de agosto de 2008, a Revista CM apontava o segmento econômico – unidades em torno de R\$ 80 mil e R\$ 120 mil – como o carro-chefe do crescimento imobiliário. O segmento supereconômico – R\$ 50 mil a R\$ 80 mil – também virou alvo e esperava-se que aumentassem os investimentos nesse nicho a partir de 2008, declarava Luiz Paulo Pompéia, diretor da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio). Pompéia falava também de outro segmento a ser explorado, voltado para pessoas que ganham até R\$ 2 mil, com imóveis na faixa de valor entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008, p. 36).

De acordo com Fábio Bonfim Medeiros, pesquisador do NRE da Poli USP, os principais fatores que transformaram o público de renda baixa e média-baixa – entre 0 e 5 salários mínimos, no primeiro caso, e 6 a 10 salários mínimos no segundo - em uma boa oportunidade de negócios, foram:

(1) aumentos constantes dos recursos direcionados ao financiamento da habitação popular; (2) forte entrada de recursos no mercado imobiliário por meio da abertura de capital na bolsa de valores de diversas empresas do setor, impulsionando-as a expandir suas operações para outros Estados e outras faixas de renda, na busca de remunerar adequadamente os recursos captados; (3) déficit habitacional crescente, concentrado principalmente nas classes de menor renda; (4) saturação da oferta de produtos de alto padrão nas grandes metrópoles, demandando diversificação; (5) maior segurança jurídica e eficácia na execução de garantias, por meio da introdução da alienação fiduciária; (6) controle inflacionário e ganhos reais do salário mínimo; dentre outros (Rev. CM, n. 90, ano 62, 2009, p. 24).

A tabela abaixo³³ elaborado por Shimbo demonstra um grande aumento na produção para o “segmento econômico”³⁴ das empresas de capital aberto a partir do ano de 2007³⁵:

Tabela 1: Produção das incorporadoras/construtoras de capital aberto que atuam no segmento econômico

	Número de empresas	Número de unidades lançadas	Número de unidades vendidas	VGv (em R\$)	Vendas contratadas (em R\$)
2006	7	8.415	6.934	983.029.000,00	562.279.000,00
2007	11	54.850	26.933	4.971.584.000,00	2.493.834.000,00
2008	12	78.521	52.563	8.659.035.000,00	5.431.385.000,00

Fonte: Shimbo (2010, p. 148).

Esse movimento impôs uma profunda adaptação no modelo de negócio. Entre as maiores incorporadoras/construtoras do país, cada qual desenvolveu uma nova forma para atuar nas faixas de renda mais baixas: lançamento de novas marcas; desenvolvimento de novos sistemas construtivos; investimento em padronização e industrialização do processo produtivo para reduzir os custos e manter a lucratividade; ocorreram também associações, aquisições, *joint-ventures*, contratação de novos funcionários etc. Um exemplo citado pela Revista CM e que ilustra bem algumas dessas mudanças é o caso da Rossi, que fez os produtos padronizados – planta única, várias unidades e grandes terrenos -, economizando em projetos, mão de obra e matéria prima. Segundo Paulo Diniz, diretor de negócios da companhia, “A ideia é comprar um

³³ Shimbo (2010) considerou para a sua tabulação de dados apenas as empresas que discriminaram, em seus documentos públicos, todos os 5 índices por ela apresentados na tabela. O índice VGv (Valor Geral de Venda) se refere ao valor lançado, diferente do índice das vendas já contratadas.

³⁴ De acordo com Shimbo (2010), o novo nicho de mercado, cujos imóveis variam de R\$ 50 mil até R\$ 200 mil, foi denominado de modo distinto pelas diversas empresas, tais como “econômico”, “supereconômico”, “acessível”, “popular”, “baixa renda” e “médio”, sem uma padronização também quanto às faixas de preço dos imóveis comercializados. A autora considerou para a sua pesquisa os imóveis de até R\$ 200 mil sob a denominação de “segmento econômico”.

³⁵ “No ano de 2007, por exemplo, do total dos atendimentos habitacionais realizados com os recursos do FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA, SBPE, 76,8% foram destinados à faixa de renda até 3 salários mínimos (SHIMBO, 2010, p. 95)”.

grande terreno, fazer o loteamento e depois a incorporação, construindo bairros, e não só imóveis. Isso barateia o produto e agrega valor a ele ao mesmo tempo”. “No Villa Flora, construímos há anos a mesma casa. Depois da padronização, chegamos ao ponto da industrialização total da construção. Primeiro veio o processo de padronização. Depois, passamos a gerir uma verdadeira fábrica de imóveis. Agora, vamos instalar novas unidades dessa fábrica Brasil afora” (Rev. CM, n. 70, ano 60, 2007, p. 31). À época, João da Rocha Lima, do NRE da Poli - USP, apontava: “É preciso que se adapte o custo do terreno e da produção, além de tirar o foco exclusivo do marketing, onde a concorrência maior costuma ocorrer no segmento de alto padrão. A questão primordial passa a ser a engenharia do produto (Rev. CM, n. 83, ano 61, 2008, p. 30)”. Diante da grande preocupação com as margens de retorno no segmento econômico, já que os preços eram limitados pela capacidade de pagamento, Alencar destacava que deveria ser melhorada a capacidade de planejamento e gerenciamento - conformação do produto, controle da produção, sistemas de inovação, estruturação de processos logísticos e de suprimentos, racionalização da produção etc. - para resguardar as margens de lucro (Ibidem, p. 20-22).

Todos os investimentos de adequação das empresas às novas necessidades da produção não sofreriam com o risco de uma superprodução pelo excesso de oferta, afirmavam os entrevistados pela Revista CM, para os quais o déficit habitacional era a garantia da demanda e a alavanca para o crescimento. Celso Petrucci, diretor e economista-chefe do Secovi – SP (Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo), dizia que “Nesse segmento, há uma demanda que tende para o infinito”. Para Odair Senra, vice-presidente do Sinduscon – SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), “Se os empreendedores desenvolverem produtos assertivos com relação à localização, tamanho, preço e boas condições de crédito imobiliário, não vejo o risco de superoferta. O déficit é muito grande” (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008, p. 36).

Os especialistas consultados pela Revista CM em meados de 2007³⁶ asseguravam que o excesso de liquidez mundial associado com o elevado déficit habitacional e os retornos sobre imóveis no país encontrava uma boa opção de investimento e diversificação no mercado imobiliário brasileiro. Esse setor era a última fronteira que faltava para o avanço do mercado de capitais no Brasil, afirmava Fábio Nogueira, que dirigia a holding *Brazilian Finance Real State Participações S. A* (Rev. CM, n. 72, ano 60, 2007).

³⁶ Síntese das declarações de: Roberto Akazawa, gerente do departamento de economia e estatística do Secovi – SP; Amaryllis Romano, analista da Tendências Consultoria; Edson Ferrari, gerente de investimentos da CBC Richard Ellis (Rev. CM, n. 72, ano 60, 2007, p. 39).

Grande parte das construtoras passaram a apostar não só na baixa renda, como a desbravar áreas para essa e outras faixas de consumo no interior e nas capitais de vários estados do país (Rev. CM, n. 74, ano 60, 2007). A expansão das empresas era concomitante ao processo de centralização do capital nesse ramo produtivo, ou nas palavras da Revista CM, o setor passava por um amadurecimento³⁷, que já havia se generalizado por vários setores no país, inclusive da construção pesada, e ocorria através da concorrência, com a eliminação dos menos preparados, mas também pelas fusões, aquisições, alianças ou *joint ventures*, criando grupos maiores, o que tornava viável grandes empreendimentos e elevava a captação de recursos. A partir dessas modalidades, as construtoras/incorporadoras, analisava João Crestana, vice-presidente do Secovi – SP, lançaram ofensiva em outras regiões sem, contudo, eliminar a pulverização das empresas, que permanecia no setor imobiliário (consolidado) no Brasil (Rev. CM, n. 60, ano 59, 2006).

Antes de continuar a descrever um pouco mais desse processo de expansão das empresas e seus meios para tanto nas perspectivas das fontes, sintetizo rapidamente as novas configurações dos capitais voltados para o comércio dos imóveis em sua busca para viabilizar a realização da mercadoria habitação nos novos volumes requeridos pela produção. De acordo com a Revista CM, para acompanhar o ciclo de fusões, aquisições e a expansão geográfica, algumas imobiliárias também se capitalizaram na bolsa e, por meio de aquisições e abertura de novos escritórios, passaram a atuar em consonância aos grandes lançamentos, profissionalizando a prestação de serviços de venda e eliminando o risco de gargalos nessa área. As imobiliárias, porém, ultrapassaram as suas antigas atribuições e passaram a atuar na concepção de projeto, escolha do lugar, perfil do empreendimento, estratégia de publicidade, métodos de análise, desenvolvimento de pesquisas, assessoria, etc., tudo para escoar o mais rápido possível o produto. Por outro lado, as incorporadoras ficaram sem opção de concorrência, já que houve um processo de aquisição e de ampliação da disputa no interior de uma mesma imobiliária, que vende para mais de uma empresa. Os próprios corretores eram assediados para se fidelizarem a determinadas companhias que, por sua vez, elevavam as comissões e os prêmios para estimularem os profissionais a venderem seus produtos, desequilibrando o mercado pela elevação dos custos de corretagem. A relação é marcada por

³⁷ No mesmo artigo que trata desse processo no setor imobiliário, a Revista Construção e Mercado mencionava que outras etapas da cadeia produtiva também passavam por consolidação. A revista cita a joint venture entre a CCC (Camargo Correa Cimentos) e o grupo Equipav, para a criação da CBC (Companhia Brasileira de Cimentos) e atuação em SP, MG, RJ, PR e RS. Ocupando o segundo maior lugar no mercado, atrás do grupo Votorantim, a empresa passou a deter no ano de 2006, 7% do mercado, com meta para crescer via aquisições das pequenas e médias (Rev. CM, n. 60, ano 59, 2006).

tensão também no momento em que um empreendimento não é bem sucedido, ainda que recomendado antes por esses agentes, que têm risco zero, diferente das incorporadoras/construtoras que imobilizam o seu capital. Essas grandes imobiliárias eram cruciais na venda para o segmento econômico, com estratégias focadas nesse mercado, cuja meta era de venda em massa e em curto período de tempo (Rev. CM, n. 82, ano 61, 2008, p. 32-42).

No que diz respeito às estratégias de crescimento, diversificação e aos modelos de negócios adotados para realizar essa expansão, Souza e Alencar (2009), do NRE da Poli USP, apresentam um panorama das formas de atuação das empresas de incorporação/construção residencial que abriram capital na bolsa, comparando dois períodos, sendo um pré-abertura de capital, nos anos 2005 e 2006, e o outro em 2007 e 2008, após o que chamaram de ciclo de intensa captação nas bolsas, que ocorreu entre 2006 e 2007. Os autores analisaram as 20 empresas do segmento residencial da Construção Civil listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa em 2009: Agra, Brascan, CCDI, Company, CR2, Cyrela, Even, Eztec, Gafisa, Helbor, Inpar, JHSF, KlabinSegall, MRV, PDG, Rodobens, Rossi, Tecnisa, Tenda, Trisul e Brookfield, essa última resultado da fusão entre as empresas Company e Brascan. As empresas foram classificadas por eles quanto ao grau de movimentação pelos segmentos de renda³⁸ e pela sua expansão geográfica³⁹; posteriormente foram enquadradas segundo o nível de diversificação dos seus portfólios e as estratégias de crescimento adotadas. Nota-se, a partir do quadro abaixo, que a grande maioria das empresas adotou, nas palavras dos autores, a estratégia de diversificação de seus portfólios⁴⁰, cujo objetivo, de acordo com o estudo, era mitigar os riscos e explorar as oportunidades em mercados favoráveis:

³⁸ Para classificar o grau de diversificação das empresas segundo a atuação por segmentos de renda, utilizou-se um modelo obtido a partir da razão dos dois maiores segmentos em que a empresa atua sobre o total do seu VGV no mesmo período. Chegou-se então à seguinte classificação: negócio único (índice maior ou igual a 0,95), negócio dominante (maior ou igual a 0,70) e negócio diversificado.

³⁹ A classificação reúne as empresas por número de regiões em que atuam: concentrada (até 2 unidades federativas); dominante (3 a 5 unidades federativas); diversificada (mais de 5 unidades federativas).

⁴⁰ A classificação das empresas de acordo com as estratégias de portfólio seguiu o seguinte critério: estratégia de diversificação com o objetivo de mitigar os riscos e explorar oportunidades em outras regiões – segmento de mercado: negócio dominante e/ou diversificado, geografia: dominante e/ou diversificado; estratégia de competência de produto, aproveitando-se do conhecimento em produtos específicos e os replicando em diferentes lugares – segmento de renda: negócio dominante e/ou diversificado, geografia: dominante e/ou diversificado; a estratégia de competência de mercado aproveita o conhecimento da região para lançar diferentes produtos para distintos segmentos de renda – segmento de renda: negócio dominante e/ou diversificado, geografia: concentrado; a estratégia de especialização atua no mercado já conhecido, desenvolvendo produtos para um único segmento de renda – segmento de renda: negócio único, geografia: concentrado.

Quadro 1: Posicionamento estratégico das incorporadoras/construtoras de capital aberto nos biênios 2005/2006 e 2007/2008

		Período A – Biênio 2005/2006			Período B - Biênio 2007/2008		
Segmentos de Mercado	Diversificado	Trisul, KlabinSegall	Rossi		Trisul	CCDI, Even, KlabinSegall	Gafisa, Inpar, Rossi
	Dominante	Cyrela, Eztec, Helbor <i>Competência de Mercado</i>	PDG, Gafisa <i>Diversificação</i>		Eztec <i>Competência de Mercado</i>	Agra, Brookfield, Helbor, Tecnisa <i>Diversificação</i>	Cyrela, PDG
	Único	<i>Especialização</i> Brookfield, CCDI, CR2, JHSF, Tenda, Tecnisa	<i>Competência de produto</i> Agra, Even, Rodobens, MRV		<i>Especialização</i> CR2, JHSF	<i>Competência de produto</i>	MRV, Rodobens, Tenda
		Concentrada	Dominante	Diversificada	Concentrada	Dominante	Diversificada
		Diversificação Geográfica			Diversificação Geográfica		

Fonte: Souza e Alencar a partir dos prospectos de abertura de capital e releases operacionais (2009, p. 8).

A partir do perfil dos portfólios, os autores classificaram as empresas segundo as estratégias de crescimento, dividindo-as em quatro: estratégia de penetração de mercado, focada na especialização e no conhecimento do mercado local, com permanência nos mesmos segmentos e região; estratégia de expansão geográfica, pautada no conhecimento e experiência em determinados produtos e nos segmentos que os consomem, ampliando a região geográfica de atuação; estratégia de expansão de segmentos, aproveitando o conhecimento e as competências da sua área de atuação para investir em outros segmentos; estratégia de diversificação, atuando em novo mercado e novos segmentos, em geral através de alianças estratégicas. A tabela abaixo ilustra essa classificação:

Tabela 2: Movimentação estratégica das incorporadoras/construtoras de capital aberto e a sua classificação quanto ao tipo de crescimento

Empresa	SEGMENTO DE MERCADO		REGIÕES GEOGRÁFICAS		Estratégia de crescimento predominante
	Período A (2005/06)	Período B (2007/08)	Período A (2005/06)	Período B (2007/08)	
EZTec	Dominante	Dominante	Concentrada	Concentrada	Penetração de mercado
JHSF	Único	Único	Concentrada	Concentrada	Penetração de mercado
Trisul	Diversificado	Diversificado	Concentrada	Concentrada	Penetração de mercado
MRV	Único	Único	Dominante	Diversificada	Expansão geográfica
Rossi	Diversificado	Diversificado	Dominante	Diversificada	Expansão geográfica
Helbor	Dominante	Dominante	Concentrada	Dominante	Expansão geográfica
Cyrela	Dominante	Dominante	Concentrada	Diversificada	Expansão geográfica
PDG	Dominante	Dominante	Dominante	Diversificada	Expansão geográfica
Tenda	Único	Único	Concentrada	Diversificada	Expansão geográfica
Rodobens	Único	Único	Dominante	Diversificada	Expansão geográfica
Company	Único	n/a	Concentrada	Concentrada	Expansão de segmento
Even	Único	Diversificado	Dominante	Dominante	Expansão de segmento
CR2	Único	Único	Concentrada	Concentrada	Diversificação ¹
Brookfield	Único	Dominante	Concentrada	Dominante	Diversificação
CCDI	Único	Diversificado	Concentrada	Dominante	Diversificação
Gafisa	Dominante	Diversificado	Dominante	Diversificada	Diversificação
Inpar	Dominante	Diversificado	Dominante	Diversificada	Diversificação
Tecnisa	Único	Dominante	Concentrada	Dominante	Diversificação

Fonte: Souza e Alencar (2009)

De acordo com Souza e Alencar (2009), mesmo as empresas que se destacaram pela estratégia de penetração de mercado e expansão de segmento não deixaram de expandir a sua área de atuação, ainda que no interior das regiões em que já atuavam ou fora dela, embora sem grande impacto nos negócios. As empresas que lançaram mão das outras estratégias de crescimento enfrentavam diferentes riscos, interpretam os autores: de ordem técnica, pois os distintos segmentos têm requisitos de processos e materiais construtivos também específicos; de inserção no mercado, pelo desconhecimento das dinâmicas e tendências locais; dos parceiros locais; das características da demanda etc. Desse modo, para viabilizar as novas investidas, diferentes modelos de negócios foram empregados, como já mencionados acima e a partir daqui novamente retomados em associação com as estratégias de crescimento das empresas. A Rossi e a Rodobens, por exemplo, desenvolveram tecnologia própria e readequaram processos internos para adentrarem no segmento econômico e popular. As *joint-ventures* também foram usadas para a entrada em novos segmentos e envolveu maior intensidade na parceria, pois não se limitava a um único empreendimento e possuía recursos administrativos e operacionais próprios. A Bairro Novo, constituída pela Gafisa e Odebrecht - extinta após a Gafisa incorporar a Tenda -, e a Living, entre Gafisa e Cyrela – mais tarde adquirida pela Cyrela -, são exemplos dessa modalidade. A expansão geográfica ocorreu, predominantemente, através das alianças contratuais, chamadas informalmente de parcerias locais, com a participação conjunta das empresas em Sociedades de Propósito Específico. A baixa interdependência nesse modelo evitava contaminar a empresa com os riscos da parceria, uma vez que se ocorresse fracasso, esse ficaria restrito ao empreendimento específico.

As fusões e aquisições foram estratégias perseguidas pelas empresas Agra, Brascan, Company (Brookfield), CCDI, Cyrela, Gafisa, MRV e PDG. A fusão da Company e Brascan teve como objetivo o fortalecimento financeiro de ambas as empresas, bem como a intensificação da presença da última no mercado de São Paulo. A MRV objetivou a expansão geográfica para as regiões GO, DF e RJ a partir da aquisição das empresas Prime e Blás Engenharia. Tanto a Agra, CCDI, Cyrela e Gafisa incorporaram empresas para expansão para o segmento econômico e popular. A primeira através da Asa Incorporadora, a segunda adquiriu a empresa Living, antes uma *joint-venture*, a terceira a HM Engenharia, e a última incorporou a Tenda. Já a empresa PDG tem como modelo de negócio justamente a aquisição de empresas para incorporação de empreendimentos. A empresa realizou importantes aquisições para constituição do seu portfólio de negócios, através da aquisição total ou parcial das empresas Goldfarb, Lindencorp, Cipasa, CHL e outras. Apesar da empresa fazer uso de alianças contratuais e *joint-ventures* através de suas parceiras, principalmente com o objetivo de expandir-se geograficamente, o modelo de aquisição é predominante em sua estratégia de negócio (ALENCAR; SOUZA, 2009, p. 12).

Abaixo, segue tabela elaborada pelos autores que permite visualizar o entrecruzamento entre os modelos de negócios dominantes e as estratégias usadas pelas empresas:

Tabela 3: Modelos de negócios e alianças estratégicas predominantes nas estratégias de crescimento e diversificação das incorporadoras/construtoras de capital aberto

Estratégia de Crescimento	Agra	Brookfield	CCDI	Company	CR2	Cyrela	Even	Gafisa	Helbor	Inpar	MRV	PDG	Rodobens	Rossi	Tecnisa	Tenda
Desenvolvimento próprio													S	S		
Alianças contratuais					D		S	G	G	G			G	G	G	G
Joint-Ventures						S		S								
Fusões e Aquisições	S	G	S	G		D		S			G	D				

S=expansão de segmento ; G=expansão geográfica ; D=diversificação

Fonte: Souza e Alencar (2009)

Ainda sobre a expansão e as estratégias implementadas pelas empresas, mas tratando especificamente da atuação no segmento econômico, Shimbo (2010, p. 141-2), em sua tese, apresenta uma tabela das construtoras e incorporadoras de capital aberto voltadas a esse nicho, sintetizando as informações acerca da sua configuração para atuar no segmento, o tipo de produto, ano de início na modalidade de negócio, faixa de preços comercializada e localização dos empreendimentos. Como se visualizará abaixo, das quatorze empresas produzindo no segmento econômico e que participavam da Bovespa em 2009, “A maior parte (nove empresas no total) são joint ventures ou subsidiárias de grandes construtoras nacionais (Gafisa, Cyrela, Odebrecht, Camargo Corrêa), ou ainda, empresas voltadas para o alto padrão – por vezes, aquelas grandes empreiteiras de obras públicas – que destinaram uma porcentagem de sua produção ao segmento, a partir de 2006 (p. 143)”.

Tabela 4: Origem e características das incorporadoras/construtoras de capital aberto que atuam no segmento econômico

Nome	Configuração da empresa para atuação no segmento	Início de atuação	Faixa de preço das unidades	Faixa de renda atendida (em SM)	Padronização de produtos	Cidades de atuação (até 2008)
Tenda	Especializada no mercado de baixa renda. Em set. 2008, a Gafisa adquiriu a Tenda.	1970	Até R\$ 120 mil.	Sem info.	Padronizados: 4 produtos, sendo empreendimentos horizontais e verticais (até 5 pav.).	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Estados: RJ, MG, BA, RS, GO.
MRV	Atuação exclusiva no segmento de "Empreendimentos Residenciais Populares".	1979	R\$ 41,5 mil e R\$ 220 mil	3 a 17	Padronizados: 1 produto para empreendimentos horizontais; e 2 para verticais (em média, 5 pav.).	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Estados: MG, DF, SC, PR, ES.
InPar	Constituição da "Viver Empreendimentos Imobiliários" para atuar no segmento econômico, em 2007, mas já atuava no segmento desde 1999. Em 2008, 27% dos lançamentos se concentraram nos segmentos "econômico" e "supereconômico" da empresa.	1999	Até R\$ 115 mil.	Sem info.	Padronizados: 2 produtos econômicos (horizontais e edifícios de mais de 4 pav.) e 1 modelo supereconômico (edifícios de até 4 pav.).	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Estados: ES, RS, GO e PA
Rossi	Em 2007, 18% das unidades produzidas destinavam-se no segmento "econômico". Em 2008, essa porcentagem passou para 26%.	1999	R\$ 70 mil e R\$ 160 mil	Sem info.	Padronizados: 3 linhas de produtos, sendo 2 horizontais e 1 vertical.	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Estados: ES, RS, RJ e PR.
Rodobens	"Terra Nova" é o carro-chefe da atuação no segmento. Em 2008, essa linha representou 57% dos VGV lançado pela empresa.	2002	R\$ 60 mil e R\$ 150 mil	5 a 10	Padronizados: 2 produtos, sendo 1 vertical e 1 para condomínio horizontal.	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Outros estados: sem especificação.
Company	No primeiro trimestre de 2009, 2,5% dos lançamentos se concentraram no segmento "econômico" da empresa.	2006	Até R\$ 130 mil.	Sem info.	Não há padronização de produtos.	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana. Outros estados: RJ, GO, MS, MT, CE, DF, RN.
Klabim Segall	Em 2008, 9% das vendas contratadas se concentraram no segmento "econômico" e "popular" da empresa.	2006	Até R\$ 120 mil.	Sem info.	Não há padronização de produtos.	Interior de SP, São Paulo (capital). Estados: RJ e MG.
Tecnisa	Em 2008, 16% do VGV lançado se concentrou no segmento "médio", cujos valores de unidades não ultrapassam R\$ 200 mil.	2006	Até R\$ 200 mil.	Sem info.	Não há padronização de produtos.	Interior de SP, São Paulo (capital). Outros estados: DF, GO, BA
Living	Subsidiária da Cyrela para o segmento econômico, com empreendimentos localizados na cidade São Paulo. Em 2008, os segmentos "econômico" e "supereconômico" totalizaram 29% do VGV lançado, contra 6% em 2007.	2006	R\$ 55 mil e R\$ 150 mil	até 12	Empreendimentos verticais, sem informação sobre padronização.	Interior de SP e São Paulo (capital). Estados: RS, RJ, ES e BA.
Bairro Novo	Joint venture entre Gafisa e Odebrecht para construir conjuntos de mil apartamentos, em áreas sem infraestrutura. Em fev. 2009, acordo é rompido: a Gafisa retém o empreendimento em Cotia e os demais empreendimentos sob a marca "Bairro Novo" ficam com a Odebrecht.	2007	Até R\$ 50 mil	3 a 10	Padronizados: condomínios entre 1 e 10 mil unidades, com casas e edifícios (até 4 pav.).	Metrópoles e arredores. Projeto-piloto em Cotia (SP).
Fit Residencial	Subsidiária da Gafisa para o segmento econômico, para atuação exclusiva em regiões metropolitanas. Em 2008, é incorporada pela Tenda (que foi adquirida pela Gafisa nesse mesmo ano). Em 2008, 46% do VGV da Gafisa refazia-se aos lançamentos da Tenda.	2007	R\$ 50 mil e R\$ 150 mil	5 a 20	Padronizados: 5 perfis de produtos de empreendimentos verticais com até mil unidades	São Paulo (capital), Salvador, Belém, Ribeirão Preto, Taboão da Serra, Aparecida de Goiânia, São Luiz do Maranhão e Guarulhos.
Cytec+	Joint ventures entre Cyrela e Concima, Cury e Tecnum, para atuação no segmento econômico, com atuação geográfica diversificada.	2007	Sem info.	até 12	Empreendimentos verticais, sem informação sobre padronização.	Interior de SP e São Paulo (capital). Estados: RS, RJ, ES e BA.
CCDI/HM (Camargo Córrea)	CCDI adquiriu HM (especializada no segmento, criada há 30 anos), investindo 18% do VGV no segmento. Os segmentos de "baixa renda" e "econômico" totalizaram 81% dos lançamentos em 2008.	2007	R\$ 40 mil e R\$ 200 mil	Sem info.	Empreendimentos horizontais e verticais (até 5 pav.), sem informação sobre padronização.	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana.
EzTec	Em 2008, 1,6% das vendas contratadas se destinou ao padrão "econômico" e "supereconômico".	2007	até R\$2.500/m ²	Sem info.	Não há padronização de produtos.	Interior de SP, São Paulo (capital) e região metropolitana.
Trisul	Em 2008, 48% do VGV lançado se concentrou na linha "Trisul L ^{ite} ", o "padrão econômico" da empresa.	2007	Até R\$ 200 mil.	6 a 10	Padronizado: vertical (até 20 pav.)	Interior de SP.
Even	Notadamente uma empresa voltada para o "alto padrão", em 2008, aproximadamente 1% de sua produção foi destinada ao segmento "acessível".	2008	Até R\$ 200 mil.	Sem info.	Não há padronização de produtos.	São Paulo (capital), Sorocaba, S.B.do Campo, Guarulhos, Capitais dos estados: RJ, MG, RS

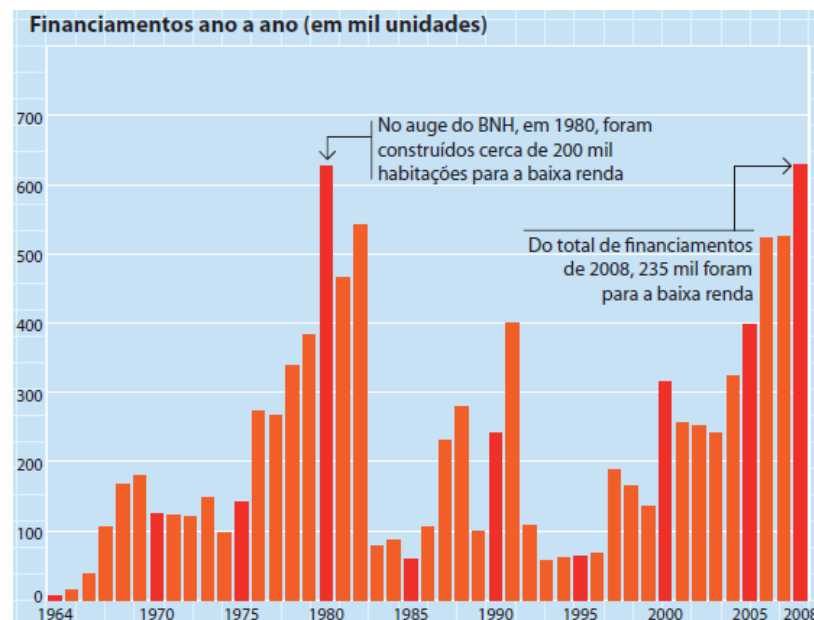
Fonte: Shimbo (2010, p. 141-2).

A produção habitacional por todas as regiões do país e classes de renda estimulou o otimismo do empresariado. Do ano de 2007 até meados de 2008, a pesquisa intitulada Sondagem da Construção, realizada a nível nacional pela Revista CC com empresários do setor e medindo diversos índices, registrou a confiança ascendente do empresariado, com ápice nesse final de período, marcado pelas maiores expectativas positivas do setor imobiliário desde 1999, quando a mensuração começou. "As taxas de crescimento até parecem coisa da China", comemorava a Revista CC referindo-se ao crescimento do emprego formal em todo o país, do consumo de materiais de construção, do setor varejista de materiais, do setor de edificações etc (Rev. CC, n. 4, ano V, 2007, p. 22). Em declaração de 2008, João Cláudio Robusti, Presidente do Sinduscon – SP, vice presidente da CBIC e diretor de Habitação, Saneamento e

Infraestrutura da Fiesp, afirmava que “Desde os tempos do ‘milagre econômico’ e do boom do extinto BNH, a construção civil não se desenvolveu tanto no Brasil como nos últimos quatro anos (Rev. CC, n. 2, ano VI, 2008, p. 12)”. Nesse período, o PIB do setor da construção acumulou crescimento de 22,4% e o emprego aumentou 37%. O mercado imobiliário, as obras de infraestrutura e a habitação popular estavam em alta. Para Robusti, a administração Lula, antes uma incógnita, deu lugar à confiança dos investidores (Ibidem). De 2005 a 2008, o volume de investimento na construção atingiu 43% de tudo o que foi investido no país e a cadeia produtiva da construção respondeu por 9,2% do PIB nacional nesse último ano. O governo reconheceu, afirmava reportagem da Revista CC, a construção como um dos motores do desenvolvimento (Rev. CC, n. 3, ano VII, 2009, p. 8).

À época, observa-se nas revistas citadas a ideia de que havia uma convergência entre os capitais disponíveis a nível mundial, o crescimento e a expansão das empresas produtoras da habitação e o aumento do crédito para o consumidor da casa própria, viabilizando o tão ventilado déficit habitacional. O gráfico abaixo, publicado na Revista CC (n. 1, ano VII, 2009, p. 6), embora não discrimine as unidades habitacionais por faixa de renda, por tipo de imóvel (novos ou usados) e nem por fonte de financiamento, oferece uma medida do financiamento habitacional em perspectiva histórica:

Gráfico 4: Total de unidades habitacionais financiadas entre 1964 e 2008



Fonte: Revista Conjuntura da Construção (n. 1, ano VII, 2009, p. 6).

Com o início da crise americana em 2008, a conjuntura interna de crescimento, com aquecimento da produção e da demanda, parecia excluir, na perspectiva de muitos daqueles que escreviam nas revistas CM e CC, o Brasil da recessão que se alastrava ao redor do mundo.

Enquanto o investimento estrangeiro direto nesse ano sofria retração nos países desenvolvidos, batia novo recorde na América do Sul – Brasil, Chile e Colômbia eram responsáveis por 80% dessa entrada de capitais -, especialmente no Brasil, onde o montante superava em 30% o do ano anterior. As cifras para o subcontinente também eram superiores à média mundial (CEPAL, 2009). As previsões quanto ao futuro mantinham-se otimistas, inclusive pela iminente obtenção do grau de investimento das agências de rating pelo país, como já mencionado. “A expectativa de obtenção do grau de investimento já foi o motor de grande parte das investidas na Bolsa brasileira nos dois últimos anos (Rev. CC, n. 4, ano V, 2007, p. 10)”. Esperava-se que o fluxo estrangeiro aumentasse substancialmente nos próximos anos, por isso o periódico CC lançava o alerta sobre a necessidade de planejamento para as empresas que pretendiam abrir capital (Rev. CC, n. 2, ano VI, 2008).

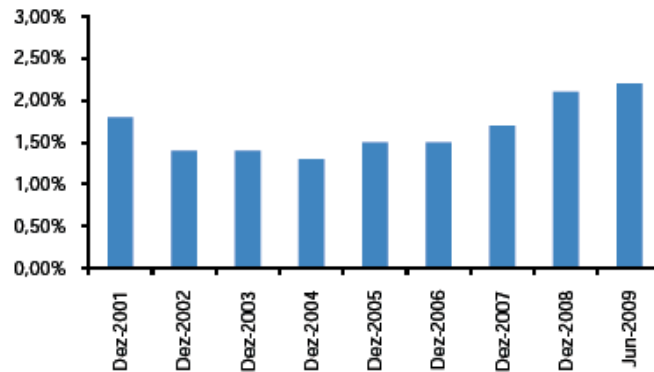
Acompanhando de perto a expansão do mercado de capitais sobre o setor imobiliário em países como Índia, Espanha e México, Garry Garrabrant, co-fundador do fundo de investimento norte-americano Equity Internacional, estimava altos retornos sobre os investimentos no Brasil; o seu fundo já tinha aplicado R\$ 800 milhões de dólares no setor imobiliário brasileiro. Com a notícia da entrada do país no grupo de baixo risco⁴¹, segundo classificação da Standard & Poor’s em abril de 2008, Garrabrant aguardava o aumento ainda maior da já crescente confiança e do investimento no mercado brasileiro. Naquele momento, ele declarava: “O Brasil é um mercado maravilhoso para investimentos e está atraindo uma gama de investidores, tanto de curto prazo quanto de longo prazo (Rev. CM, n. 83, ano 61, 2008, p. 12)”. O investidor dizia estar entusiasmado com o alargamento do setor de *Real State* no país, que inclui construção de residências, logística, infraestrutura, edifícios comerciais etc. “O país, como outros mercados emergentes, tem um grande número de atrativos: grande e crescente população, que é diversa e multinacional; grande área de terreno e uma grande economia, com aumento da disponibilidade de capital e crescimento forte de índices, juntamente à estabilidade/diminuição da inflação, da estabilidade da moeda (Ibidem, p. 12)”. A entrada do seu fundo no setor residencial apoiara-se na demanda não atendida de milhões de moradia, bem como na futura demanda de uma população jovem pelas próximas décadas. Logo no mês seguinte ao anúncio dessa nova classificação de rating, a administradora de capitais norte americana Janus, comprou 5,6% das ações da Rossi, e o banco de investimento Morgan

⁴¹“A concessão de nota de rating BBB- por duas agências (Fitch e S&P) para os instrumentos de dívida soberana brasileiros elevou o piso de qualidade dos investimentos em Reais para a categoria *investment grade* (grau de investimento). A nota de risco nesse patamar sugere que recursos internacionais com destino a aplicações conservadoras possam vislumbrar alternativas de investimento no mercado brasileiro (ALENCAR; LIMA JR., 2008a, p. 1)”.

Stanley comprou 12,4% das ações da Gafisa. Wilson Amaral, CEO dessa companhia, esperava maior liquidez nos mercados de dívida e de capital, já que naquele momento um maior número de investidores teria percebido o forte potencial de crescimento do país. De acordo com Manoel Felix Cintra Neto, presidente da BM&FBovespa, “Esse crescimento sustentado que o Brasil vive e o desenvolvimento dos mercados imobiliário e de capitais vieram para ficar (Ibidem, p. 18)”.

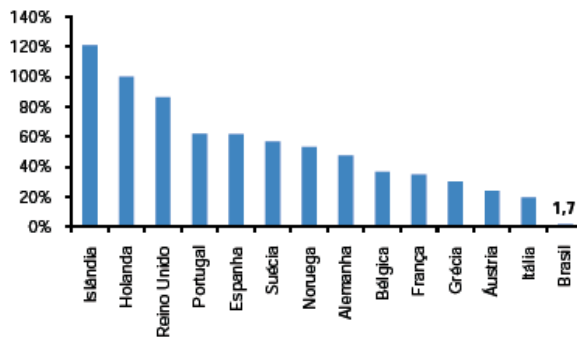
A elevada confiança contrastava com alguns problemas presentes no setor da construção civil ao longo daqueles anos e que começaram a gerar maiores preocupações no decorrer de 2007 e 2008. O debate, por exemplo, sobre a possível formação de uma “bolha imobiliária” aparecia como pauta das discussões no meio dos investidores, construtores e analistas, embora na revista CM, na voz dos especialistas consultados, tivesse sido rechaçada em uníssono. Sobre o tema, Fábio Nogueira, que dirigia a holding *Brazilian Finance Real State* Participações S. A., declarava que o mercado não é perfeito, mas à medida em que se deixar de vender, ele se regula. “As empresas abertas não podem se dar ao luxo de errar porque uma simples falha pode punir o acionista, essa é a beleza do mercado de capitais. O mercado é implacável, então à medida que se ocupam espaços, as próximas etapas têm de ser muito bem previstas sob pena de grandes prejuízos (Rev. CM, n. 72, ano 60, 2007, p. 13)”. Amaryllis Romano, analista da Tendências Consultoria, afirmava na ocasião que não se pode falar em excesso de oferta com o tamanho do déficit brasileiro. O excesso, assegurava ela, pode ocorrer em uma determinada faixa de preço, mas logo o mercado se ajusta (Ibidem, p. 36). Roberto Sampaio, diretor de crédito imobiliário do HSBC, declarava que a demanda ainda é muito maior que os lançamentos (Ibidem, p. 37). Apesar de refutarem o risco de excesso de oferta, com a mesma veemência falava-se da necessidade de aumentar o crédito imobiliário no Brasil, considerado baixo demais em comparação com outros países desenvolvidos ou mesmo em desenvolvimento. Não só o volume de crédito deveria aumentar, mas ser direcionado para as classes de menor poder aquisitivo, foco do déficit habitacional. O presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Luiz Antonio Nogueira, apontava a necessidade de, no futuro, procurar outros fundings, apesar de, naquele momento, a poupança e o FGTS terem ainda grande margem para financiar (Rev. CC, n. 1, Ano VI, 2008, p. 13). Abaixo, seguem três gráficos elaborados pelo Banco Central do Brasil (BCB) (2008, p. 80), o primeiro aborda a relação crédito/PIB no Brasil e os outros dois comparam essa proporção do país com o mesmo índice de outros países.

Gráfico 5: Brasil: Crédito Habitacional/PIB



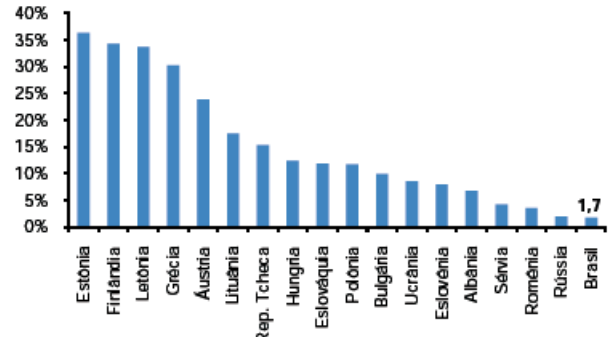
Fonte: Banco Central do Brasil (2008, p. 80)

Gráfico 6: Crédito habitacional/PIB – Dez./2007



Fonte: Banco Central do Brasil (2008, p. 80)

Gráfico 7: Crédito habitacional/PIB – Dez./2007



Fonte: Banco Central do Brasil (2008, p. 80)

Observa-se nas fontes consultadas que o aumento da renda das famílias, a expansão do crédito e os maiores investimentos públicos e privados, indicadores esses apreciados pelos empreendedores, deixavam paulatinamente o seu aspecto positivo para suscitar preocupação pela ameaça que causavam à sustentação do crescimento decorrente do risco de desabastecimento do setor, dada a escassez de mão-de-obra e de certos materiais. Toda a cadeia produtiva da construção, o emprego e a infraestrutura cresciam em ritmo acelerado e por todo o país. Segundo Roberto Mingroni, consultor da Fundação Vanzolini, a modernização das atividades da construção, que tem início nos anos 1990, com a abertura do mercado e a intensificação da concorrência, demandou novas tecnologias, métodos construtivos e equipamentos, fato que exigiu uma mão-de-obra cada vez mais qualificada. O trabalhador braçal perdia lugar para o montador e profissionais mais qualificados e produtivos. Apesar disso, mesmo com economia de mão-de-obra por empreendimento, a falta de trabalhador não era suprida. A situação quanto à produtividade não era homogênea, pois em grande parte dos canteiros, em sua maioria informais, ainda prevalecia as formas tradicionais de produção. Antonio de Souza Ramalho, presidente do Sindicatos dos trabalhadores da construção civil (Sintracon – SP), dizia: “Temos emprego, mas não temos gente. Estamos prestes a viver o apagão da mão-de-obra”. Várias iniciativas promovidas por entidades de classe, fabricantes de

materiais, organismos de capacitação, órgãos governamentais e empresas procuravam dar conta da necessidade de qualificação (Rev. CM, n. 73, ano 60, 2007, p. 31). A concorrência por profissionais qualificados e a falta de mão-de-obra permitiram ganhos salariais acima da inflação e maiores direitos trabalhistas, a nível nacional, elevando os custos da produção. Na área de engenharia, as empresas contratavam tecnólogos ou profissionais com cursos de duração mais curto que aqueles que completavam o ensino superior na engenharia, tendo casos inclusive de estudantes não formados, segundo reportagens da Revista CM (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008, p. 46).

No que concerne aos materiais para a construção, até o ano de 2006 havia 30% de capacidade ociosa nas indústrias responsáveis pela sua produção, segundo declaração de 2007 do presidente da Abramet, Melvyn Fox. Com o crescimento da demanda de 12,5% até setembro de 2007, ainda havia capacidade para atender à produção, apesar disso as empresas já investiam em ampliação e reativação de fábricas, garantia ele. Nesse momento, mesmo diante da falta de cimento no Centro-Oeste brasileiro e de rumores de formação de cartel e proteção regional por algumas empresas, Fox afirmava que não haveria inflação por demanda, ao contrário, os índices mostravam-se baixos. Admitia, contudo, que poderiam faltar alguns produtos ou, se a demanda aumentasse muito, a situação poderia se agravar. Esse cenário traçado por ele não contabilizava o aumento das contratações de obras pelo PAC (Rev. CM, n. 75, ano 60, 2007, p. 23-4). Logo em meados de 2008, as indústrias de materiais operavam com capacidade próxima ao limite, com a possibilidade de faltar material, como ocorreu com a falta de cimento do ano anterior. Marcio Chamma, diretor da Votorantim Cimentos, relatava a dificuldade da indústria em precisar o volume da demanda, inclusive pelo crescimento sem precedentes do setor. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre - FGV) no período, 57% das empresas de material de construção e da indústria de transformação não conseguiriam atender todas as encomendas do ano⁴². Se no curto prazo havia problemas de abastecimento, no médio prazo 70% das empresas afirmaram à pesquisa que os investimentos em ampliação iriam resguardar a demanda. O empresariado já admitia o encarecimento dos

⁴² A Revista Construção e Mercado fez um levantamento sobre a situação dos fornecedores de matérias-primas e as principais iniciativas de expansão. Ainda no ano de 2008 esperava-se que a argamassa pudesse ter a oferta comprometida em decorrência dos gargalos no fornecimento de matéria-prima; a produção de cimento estava no limite, com riscos de desabastecimento; os fabricantes de fôrmas investiram no aumento da sua capacidade de produção, porém os preços tinham tendência a aumentar pela pressão dos custos; a oferta de vergalhões era garantida pelos grandes investimentos da siderurgia, embora os preços tivessem tendência ao crescimento; esperava-se que o fornecimento das chapas de compensado e das fôrmas de madeira pudesse ser prejudicado pelo alto consumo global de madeira e pela falta da matéria-prima; a indústria de vidro declarou que os novos investimentos garantiriam o abastecimento; os preços dos fios e cabos tinham tendência a subir, mas não corriam o risco de escassez, etc (Rev. CM, n. 83, ano 61, 2008, p. 30-44).

preços dos produtos⁴³, embora argumentassem que isso se dava pela alta das matérias-primas – petróleo, ferro, cobre, etc. - no mercado internacional (Rev. CM, n. 83, ano 61, 2008, p. 28-29).

O rápido crescimento da construção civil preocupava o setor não só pelo risco de desabastecimento de materiais e força de trabalho, mas igualmente pela viabilidade de se produzir na velocidade e nos custos necessários. João Fernandes, presidente da empreiteira Cofix, empresa especializada na execução de formas para concreto e que atendia grandes empresas de capital aberto, relatava que “(...) as pessoas estão extasiadas com a facilidade da venda. Mas a coisa é mais complexa e exige cuidado (...) A incorporadora quer realizar produtos e a construtora tem que construir e garantir prazos. Vender é mais fácil. (...) O problema é o depois: construir tudo isso que foi tão rapidamente vendido (Rev. CM, n. 82, ano 61, 2008, p. 14)”. O executivo falava da pressão, do “sufoco para construir”, da perda de qualidade e da falta de profissionais qualificados ou do excessivo aumento salarial, o que atrasava os projetos e elevava os custos. A empreiteira Cofix sofria pressão para aumentar os negócios e a produção na ordem de 50%, sendo que sua capacidade de crescimento era de 10%, mesmo com aumento da produtividade via novas tecnologias e capacitação de mão de obra (Ibidem, p. 14-6). Roberto de Souza, diretor da empresa de assessoria Centro de Tecnologia de Edificações (CTE), ao analisar o quadro de disparada no número de obras que acometeu as construtoras e incorporadoras - citando o exemplo de uma empresa que, entre 2004 e 2006, cresceu 1000% -, tratava do desafio de implementar uma gestão adequada a esse volume. Nessa mesma área, Maria Angélica C. Silva, consultora do NGI (Núcleo de Gestão e Inovação), mencionou que não apenas faltavam profissionais qualificados para gerir nessas novas condições, mas a própria formação desses profissionais, bem como os quadros acadêmicos estavam inadequados às novas exigências do mercado (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008). A citação abaixo sintetiza os principais riscos enfrentados pela construção habitacional naquele momento:

[...] ligados à gestão de suprimentos (em que se notam empreiteiros abarrotados de solicitações e desafio de se garantir o fornecimento de materiais); planejamento e controle (monitoramento de itens como custo, prazo, qualidade, meio ambiente, segurança, diante da grande expansão de obras) e risco na gestão de incorporação (escassez e aumento no preço dos terrenos, muitos produtos iguais sendo ofertados) (Rev. CM, n. 85, ano 61, 2008, p. 31).

No discurso das fontes, a construção habitacional através das grandes incorporadoras e construtoras aparece como sendo capaz de impulsionar o crescimento do país e cumprir com a responsabilidade social auto-atribuída pelos empreendedores para justificar o apelo ao Estado por recursos para produzir moradias às camadas sociais de médio baixo e baixo poder

⁴³ Segundo reportagem da Revista Construção e Mercado, algumas construtoras já importavam equipamentos e materiais da China para fugir da alta dos preços e do desabastecimento (Rev. CM, n. 83, ano 61, 2008, p. 50).

aquisitivo, o chamado déficit habitacional. Indiferentes aos imóveis vazios ou a qualquer outra opção de produção de moradias, a militância empresarial buscou transformar, com o apoio do governo cujas metas se aproximavam, tal déficit em uma das principais frentes de expansão dos seus negócios. A ideia de progresso social e desenvolvimento nacional permeia a apresentação dos dados do “boom” da construção, que procura comprovar materialmente uma enorme quantidade de canteiros de obras, aumento da produtividade, do emprego e de novas habitações por todas as regiões do país.

A entrada da “liquidez mundial” desbravando a “última fronteira ao mercado de capitais” combinada com a “segurança jurídica” e a disponibilidade de crédito ao consumo e à produção, constituindo um mercado nacional da habitação, centralizando os capitais e viabilizando a demanda do déficit habitacional, forneciam, sob esse olhar, o arranjo ideal para o “crescimento sustentável” da construção e a rentabilidade projetada pelas incorporadoras/construtoras e seus investidores. As interpretações recorrem a uma concepção de equilíbrio em torno da qual os desequilíbrios iriam por força da própria atuação dos investidores e capitais individuais se reajustando. O Estado também surge como elemento crucial no fornecimento de algumas das condições para tais capitais promoverem o desenvolvimento e na recolocação do equilíbrio setorial e entre produção e consumo. Nessa situação descarta-se qualquer risco de bolha imobiliária, de falta de demanda, de capacidade ociosa e de desabastecimento, embora o clamor por aumentar incessantemente o crédito na relação com o PIB fosse constante. Do lado do capital individual, as medidas de transparência e a maior burocratização adotadas pelas grandes companhias no Novo Mercado pareciam aumentar o controle e as garantias sobre a atuação das empresas. Nota-se uma ideia de que o setor produtivo e o mercado financeiro passam por processos de interconexão e aprendizagem em direção à uma reciprocidade de crescimento para ambos.

Merece destaque as reflexões do NRE da Poli USP que, como veremos ainda mais claramente abaixo, defendem um maior controle e uma racionalidade da produção baseadas em análises rigorosas da capacidade real setorial, enquanto criticam os excessos especulativos e as determinações do capital financeiro sobre o setor produtivo. Apesar disso, a entrada desse capital é entendida em muitas das declarações encontradas nas revistas como impulsionador de uma enorme transformação no setor da construção habitacional em direção a uma maior produtividade, aumento do controle, planejamento e da transparência. Esperava-se, para o capital internacional, elevada rentabilidade sobre o déficit habitacional brasileiro e os ativos imobiliários, que segundo um investidor internacional citado acima estão baratos e atrativos.

1.2 “Das nuvens ao chão” ou a reestruturação do setor

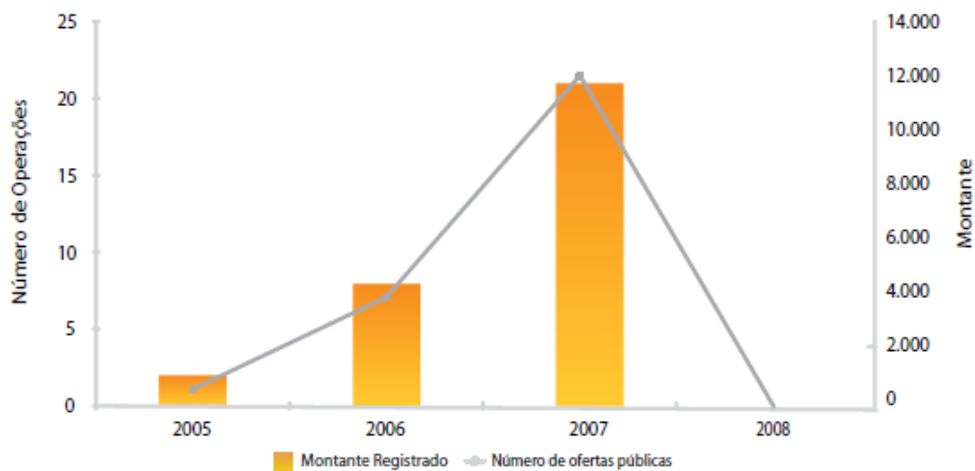
Ainda no ano de 2008, as interpretações nas revistas CM e CC quanto aos efeitos da crise norte-americana no país e no setor não convergiam, de modo que as expectativas também destoavam, algumas mantendo o otimismo de que a crise passaria ao largo⁴⁴, outras acreditavam que a queda no crescimento preparava bases mais saudáveis para um novo ciclo de expansão e tinha também aquelas que apontavam a desvalorização das empresas e propunham medidas anticíclicas para viabilizar os compromissos assumidos e recuperar as atividades atingidas pela recessão; essas opiniões mesclavam-se também entre si.

Apesar da confiança de alguns analistas financeiros, apostando que os investidores saberiam separar o país do que acontecia nos EUA, a crise chegou ao Brasil. As opiniões a seguir são ilustrativas desse otimismo: Tomas Awad, da Itaú Corretora, afirmava que os investidores não confundem as realidades de mercados distintos e não viviam receio de crise no país. André Segadilha, gerente de análise da Prosper Gestão de Recursos, apontava uma série de fatores que desvalorizaram as ações das incorporadoras na bolsa - como baixa liquidez, baixo conhecimento dos investidores acerca do setor, adequação de valor após os preços superestimados das Opas, ausência de resultados comprovados e o fator psicológico -, mas como os mercados brasileiro e americano são diferentes, assim como as empresas e o crédito, dizia ele, “(...) se as incorporadoras brasileiras mostrarem que estão saudáveis em termos de venda e comprovarem que vieram para fazer dinheiro, não haverá problema algum” (Rev. CM, n. 80, ano 61, 2008, p. 23). Ao contrário do que pensavam, os investidores, receosos com o mercado imobiliário ao redor do mundo, reduziram o seu apetite acionário, o que freou as novas emissões de ações para financiar os caixas e os projetos de expansão das empresas, avaliava Felipe Cunha, chefe de análise da Brascan Corretora. Segundo ele, os mesmos investidores estrangeiros que derrubaram a bolsa americana detinham a maioria das ações no Brasil (Rev. CM, n. 80, ano 61, 2008, p. 22). De mais recomendadas e promissoras na época das OPAs entre 2005 e 2007, as ações das companhias do setor imobiliário chegaram a desvalorizar em até dois

⁴⁴ Em meio aos piores efeitos da conjuntura, Luiz A. N. de França, diretor de crédito imobiliário do Banco Itaú e presidente da Abecip, afirmava que o boom imobiliário ainda estava por vir. Para ele, a economia atingiu a estabilidade e as reformas para assegurar os agentes financeiros foram feitas, o Brasil teria pela frente um longo caminho para aumentar o crédito imobiliário sobre o PIB, que era de 2% - os países desenvolvidos tem média superior a 60% (Rev. CM, n. 87, ano 61, 2008, p. 14-17). A Revista CC também demonstrava otimismo quanto à retomada do país, destacando o seu papel anticíclico no mundo. O país conquistou um grande patrimônio que avançou desde os anos 90, afirmava a Revista: “a confiança de que este país tem um papel no mundo e que vale a pena investir aqui (Rev. CC, n. 3, ano VI, 2008, p. 5)”. Com a libido desenvolvimentista – segundo expressão da Revista Conjuntura da Construção - e o despertar do espírito animal do empresariado pelo então presidente Lula, o capitalismo nacional estava a salvo, garantia Delfim Neto (Ibidem).

dígitos de um dia para o outro em 2008. A pesquisa da consultoria Economática sobre o valor de mercado dos principais setores da Bovespa, abrangendo de janeiro a outubro de 2008, apontava que “A construção foi a que mais caiu, com 72,3% de desvalorização. Há empresas do setor que, sozinhas, viram seu valor de mercado se dissolver em mais de 90% (Rev. CM, n. 89, ano 61, 2008, p. 38)”. No gráfico abaixo, demonstrando o número de ofertas públicas de ações e o seu montante em milhões, retirado do “Anuário 2009 – Securitização e Financiamento Imobiliário” da empresa Uqbar, observa-se que no ano de 2008 não houve nenhuma emissão de ações:

Gráfico 8: Número e montante de registros de ofertas públicas de ações de empresas do setor imobiliário (em R\$ milhões)



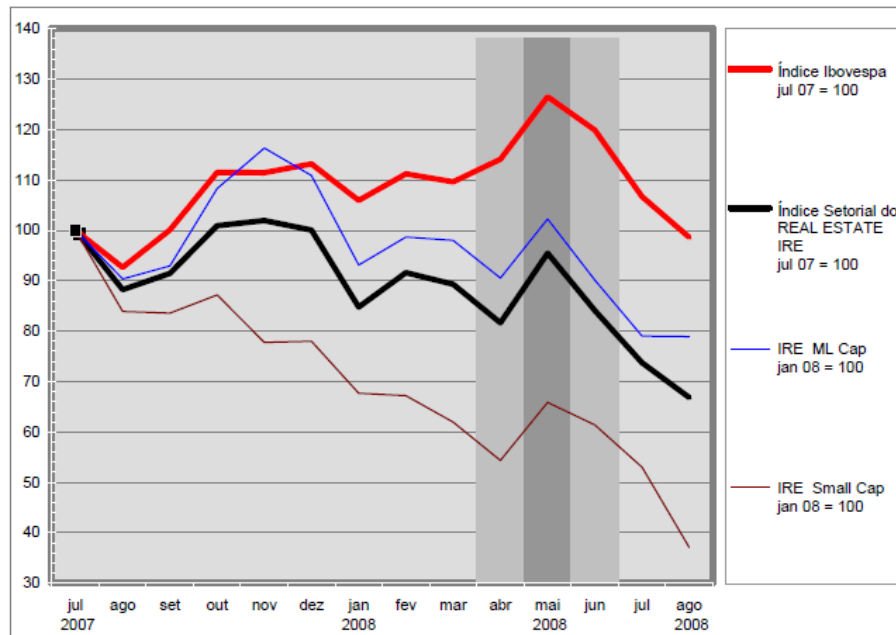
Fonte: Uqbar (2009).

O gráfico a seguir, elaborado pelo NRE da Poli - USP, apresenta o descolamento para baixo do índice setorial de *real state* (IRE)⁴⁵ - composto pelas ações das empresas do segmento residencial e daquelas que investem nos empreendimentos que geram renda – em relação ao índice da Bovespa (IBovespa) – composto pelos negócios com ações das demais empresas. Lima Jr. e Alencar explicam que todos os índices foram afetados negativamente pela percepção pessimista do mercado quanto à solvência das instituições financeiras americanas, com breve recuperação diante da conquista pelo Brasil do grau de investimento pelas agências de rating, seguida de forte queda, mormente do preço das ações do setor imobiliário, “[...] refletindo um descrédito do mercado de que as ações das corporações de real state listadas possam se sustentar nos valores que vinham sendo praticados (ALENCAR; LIMA JR., 2008a, p. 4-5)”. Em

⁴⁵ “O IRE é o agregado de três índices de segmentos de mercado: i.- o IRE R50+, que reflete o comportamento dos preços das ações de empresas de real state residencial que representam mais de 50% do volume de negócios do setor da Bovespa, atualmente composto pelas 3 das mais antigas listadas do setor (CYRE3, GFSA3 e RSID3), que inclusive estão presentes no Ibovespa; ii. – IRE R50- está associado ao comportamento das ações das demais 18 empresas de empreendimentos residenciais negociadas na Bovespa e, iii. – o IRE BI, que representa as flutuações de preço das ações das 6 empresas que investem em portfólios de empreendimentos para geração de renda (ALENCAR; LIMA JR., 2008a, p. 2)”. No gráfico o índice R50+, está representado pela legenda ML Cap, e o índice R50-, na legenda Small Cap.

dezembro de 2007, o valor de mercado das empresas ligadas ao segmento de residências estava em torno de R\$ 54 bilhões para um valor patrimonial de R\$ 18,8 bilhões. Em queda acentuada desde junho de 2008, quando as primeiras reduções de metas foram divulgadas, em novembro o conjunto das empresas chegaram a valer na Bovespa R\$ 11,3 bilhões. Para os autores, o valor das transações e de mercado das empresas caíram muito abaixo do que uma análise técnica do comportamento do setor indicaria (ALENCAR; LIMA JR., 2008b).

Gráfico 9: Comportamento dos índices setorial do Real State e do Ibovespa



Fonte: Alencar e Lima (2008a)

Parte desse desempenho negativo não se justificaria pela explosão da crise internacional, pois estaria relacionado com as características próprias do setor e a forma errônea pela qual o mercado financeiro teria interpretado o seu modo operacional, ou seja, haveria uma incompatibilidade dos negócios imobiliários com o mercado de capitais, por isso a ideia de uma recessão profunda na produção habitacional seria um engodo, explica reportagem da Revista CM. Apesar do ritmo menor, a construção civil manteve o crescimento e a solidificação dos anos anteriores, continuando com os lançamentos. Por outro lado, as respostas de curto prazo do mercado acionário se mostravam incompatíveis com o ciclo da produção dos empreendimentos, que variam de três a seis anos, a partir do qual seria possível medir o desempenho das incorporadoras. Para corresponder a essa demanda do mercado de capitais, continua a revista, as companhias adotaram em massa parâmetros de avaliação parcial de seu desempenho, baseados no estoque de terrenos, metas de lançamento e no potencial de comercialização das unidades, o VGV (Valor Geral de Venda). Esse método de análise é que teria sido o responsável pela instabilidade e a precificação negativa dos papéis (Rev. CM, n. 89,

ano 61, 2008, p. 39-40). De acordo com João da Rocha Lima Jr., coordenador do NRE – Poli USP, “O setor passou a achar que estava certo porque os analistas⁴⁶ de mercado de capitais induziram a que empresas tomassem esse comportamento (Rev. CM, n. 89, ano 61, 2008 p. 39)”. Em outro artigo, Lima Jr. e Alencar (ALENCAR; LIMA JR., 2008a) apontam que as análises de qualidade dos investimentos – publicadas nos prospectos que acompanham a emissão de ações das empresas -, que basearam a precificação das ações das empresas brasileiras, eram frágeis, de modo que a realidade do mercado estaria evidenciando os erros.

A crise passava dos negócios com ações para a retração do crédito, segundo as reportagens do período. O financiamento à produção enfrentava problemas com a escassez e o encarecimento do crédito junto aos bancos e no mercado de capitais, fosse com as OPAs, debêntures ou recebíveis. A euforia e as práticas corriqueiras das grandes companhias, tais como a formação de grandes bancos de terrenos e sua compra à vista, a intensificação dos lançamentos de projetos, a expansão para regiões inexploradas e novos segmentos de renda, na tentativa de incrementar “a todo o custo” o VGV das empresas arrefeceram, aponta a Revista CM (Rev. CM, n. 88, ano 61, 2008, p. 34). Outros tantos elementos dos seus negócios foram modificados, tais como as estratégias de venda e marketing, o quadro de funcionários, abandonou-se a diversificação de portfólios e as companhias retornaram para o negócio principal, isto é, centralização geográfica e concentração nos segmentos tradicionais (Rev. CM, n. 91, ano 62, p. 28; n. 92, ano 62, 2009, p. 26).

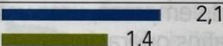


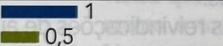
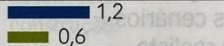
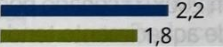

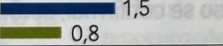
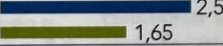
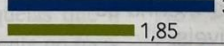
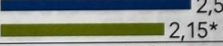
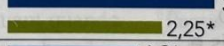
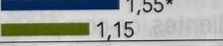
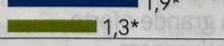
Em relação aos terrenos, houve várias mudanças: muitas empresas venderam as glebas de terra, inclusive com deságio, e voltaram a comprar através de permuta, antes preterida pela compra em dinheiro; a compra se tornou mais seletiva e realizada a partir de incontestáveis oportunidades de negócios e a venda de terrenos foi utilizada para viabilizar as obras em andamento ou já planejadas. Segundo Marcelo Melão, diretor da Ecoesfera, “Não são poucos os compradores que, seis meses depois de terem comprado um terreno valorizado acima do preço de mercado, estão devolvendo esses ativos aos antigos proprietários por 20% a menos do preço pago (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009, p. 27).

⁴⁶ Os analistas dos bancos e corretoras de valores são os mediadores entre as empresas e os investidores. De acordo com a Revista CM, o trabalho desses profissionais é divulgar e analisar uma série de dados - as estratégias, indicadores financeiros, projeções de desempenho etc. - sobre as empresas, sendo que esse crivo influencia diretamente os investidores e, por conseguinte, o desempenho das ações. Essa influência leva muitas companhias a desenvolverem várias formas de aproximação com esses analistas para apresentar as características e qualidades do setor e da empresa (Rev. CM, n. 91, ano 62, 2009, p. 40). Analistas de diferentes empresas, em entrevista para a revista, mencionam alguns dos critérios específicos considerados por eles para formatar diferentes indicações de investimentos: nível de alavancagem da incorporadora (volume de financiamentos); exposição de caixa (a relação entre o dinheiro que a empresa tem disponível e a dívida total); a relação das vendas com as unidades lançadas; o resultado dos balanços e o mercado no qual está inserida; correspondência às expectativas. Todavia, muitos deles afirmam que não é preciso conhecimento técnico aprofundado no setor para analisá-lo (Ibidem, p. 43).

Como grande parte dos recursos captados em bolsa foram imobilizados em terrenos e o crédito escasseou, a preocupação passava a ser fechar o ciclo do negócio, ou seja, era preciso construir, entregar o imóvel e receber o dinheiro das vendas e não só possuir terreno, lançar e vender, dizia Eduardo Silveira, da corretora Fator. De acordo com o levantamento do NRE – Poli USP, seriam necessários R\$ 19 bilhões para a conclusão das obras em terrenos adquiridos até 2007 pelas 20 companhias listadas na Bovespa, quantia superior a toda a captação realizada por elas na bolsa, que girava em torno de R\$ 13 bilhões (Rev. CM, n. 88, ano 60, 2008, p. 34).

Foi comum nesse momento, entre representantes dos múltiplos segmentos envolvidos com os negócios imobiliários, a análise em torno do caráter efêmero e reestruturador da crise. Eduardo Silveira, da corretora Fator, e Roberto Sampaio, da área de crédito imobiliário do HSBC, acreditavam que a crise traria amadurecimento às empresas e números mais realistas para um mercado hiperdimensionado (Rev. CM, n. 88, ano 60, 2008). Em uma síntese das entrevistas com lideranças setoriais da construção civil de 12 Estados brasileiros, no final de 2008, a Revista CM publicou que as projeções de “crescimento vertiginoso”, que vinham ocorrendo desde meados de 2006, cederam lugar a uma expectativa de ajustes, embora o otimismo permanecesse e os mercados em todo o país continuassem em crescimento – nesse cenário geral, havia variações por segmentos de renda, área de atuação (residencial, industrial, comercial, segunda residência) e região. “É unânime, entre os consultados, que o novo momento traz novo fôlego à adequação da oferta de materiais, equipamentos e mão-de-obra às necessidades da demanda, ajustando as expectativas e estimulando a criação mais assertiva de produtos (Rev. CM, n. 89, ano 60, p. 30)”. Na tabela abaixo, publicada pela Revista CM, verifica-se a redução em valores das metas de lançamento das companhias de capital aberto:

Tabela 5: Redução das metas de lançamento das incorporadoras/construtoras de capital aberto

	Previsões R\$ (em bilhões)	2008 Redução percentual	Previsões R\$ (em bilhões)	2009 Redução percentual	
Agra	 2,1 1,4	33,30% ↓	– –	39% ↓	Inicial Atual
Abyara	 2,35* 2,2	22,80% ↓	 2,85* 2,2	22,80% ↓	
Cr2	 1 0,5	50% ↓	 1,2 0,6	50% ↓	Inicial Atual
Even	 2,2 1,8	18% ↓	 2,5 1,8	28% ↓	Inicial Atual
Eztec	 1,5 0,8	46,60% ↓	– –		Inicial Atual
Inpar	 2,5 1,65	34% ↓	 3 1,85	38,30% ↓	Inicial Atual
Rossi	 2,55* 2,15*	14% ↓	 3* 2,25*	25% ↓	Inicial Atual
Trisul	 1,55* 1,15	25,80% ↓	 1,9* 1,3*	31,50% ↓	Inicial Atual

Fonte: Revista Construção Mercado (Rev. CM, n. 88, ano 60, 2008, p. 32) *Média entre o VGV máximo e mínimo projetado

Dirceu Bezerra Junior, cofundador da consultoria empresarial Rosenberg & Associados, apontava para um cenário de restrição do crédito, redução da atividade econômica e reestruturação do setor, que teria, no longo prazo, empresas mais saudáveis para iniciar um novo ciclo. Boa parte da riqueza virtual criada no ambiente financeiro seria destruída e a aversão ao risco subiria, reduzindo a disponibilidade de crédito, inclusive dos outros instrumentos financeiros de captação. O ajuste, segundo Bezerra Junior, não seria pela demanda, mas pelo crédito, o que é mais rápido e doloroso. “A construtora tem capacidade de construir, tem terreno para construir, haverá disponibilidade de material porque a demanda vai diminuir, a mão-de-obra também estará disponível – pode haver até desemprego no setor por causa da queda na demanda – mas o capital de giro, o crédito, pára (Rev. CM, n. 88, ano 60, 2008, p. 19)”. O resultado é que se, antes, as empresas alavancadas com a captação faziam bancos de terrenos e projetavam o seu VGV sobre os terrenos, financiando inclusive a entrada nos empreendimentos, pensando em uma terceira OPA – ele fala que no curto prazo não haverá nem a segunda -, no cenário de crise em 2008 o banco de terras, os prédios prontos e as obras em andamento viraram um desafio, analisa Bezerra Junior. O crédito ao consumo deve ficar mais caro e raro, as exigências para a cessão de crédito aumentarão, os prazos mais curtos e a produção também enfrentarão dificuldades de financiamento. O economista faz uma descrição de como a crise deverá atingir o setor até o início de outro ciclo de crescimento:

O mercado do mundo inteiro está em reprecificação de tudo: de imóvel, mercadoria, ações, salário, emprego, renda, e daí a volatilidade do mercado. [...] Quem está atento a isso tem que parar de comprar terreno e concomitantemente vender o mais rápido possível e, à exceção de oportunidades incontestáveis, parar de lançar. As margens de lucro vão cair e, eventualmente, vai haver prejuízos operacionais e quebras. Por outro lado, como a demanda diminui, os preços das matérias-primas também caem. [...] Vai haver uma reestruturação em todo o setor. [...] Esse cenário força as empresas a desovarem terrenos e, por consequência, acelera o processo de fusão e aquisição para aumentar a produtividade. [...] mas quem souber operar sairá fortalecido e com um ganho de Market share lá na frente muito grande. O setor será mais enxuto e com empresas mais saudáveis, já que terão sobrevivido à tempestade. Quem souber operar, lá na frente, vai pegar a retomada desse ciclo e sair vitorioso (Rev. CM, n. 88, ano 60, 2008, p. 19).

Essas narrativas da crise deixam claro que a interrupção do “fluxo da liquidez” mundial para o país, nos termos da linguagem aqui corrente, na figura dos investidores do mercado financeiro e seus analistas, impediu o prosseguimento da produção de habitações, paradoxalmente, frente à enorme quantidade de terrenos, materiais e equipamentos sob o comando das incorporadoras/construtoras, bem como dos canteiros de obras em andamento e da força de trabalho mobilizada; ou seja, dada a enorme capacidade em termos materiais de se produzir, tal não pode ocorrer nos novos volumes sem renovados e crescentes aportes de crédito e capitalização, segundo os relatos nas revistas. Viu-se que mesmo se repetissem novas ofertas

públicas de ações com bons resultados, como no da capitalização de 2005-2007, as empresas não seriam capazes de levarem a cabo a produção nos novos patamares sobre os terrenos adquiridos. As declarações demonstram a necessidade de crédito constante e em crescentes volumes à produção e ao consumo para o funcionamento das construtoras/incorporadoras e o déficit habitacional serem viabilizados.

Percebe-se que a capitalização gerou expansão territorial e por segmento das empresas com o sentido, entre outros, de incrementar “a todo o custo” o VGV das mesmas - à revelia do “ciclo do negócio” – e precificar as suas ações no mercado, tornando-as mais atrativas para o mercado financeiro. Na explicação de Lima Jr. citada acima, foram “os analistas de mercado de capitais” que “induziram a que empresas tomassem esse comportamento”. Segundo a compreensão dos professores do NRE da Poli USP, na busca por explicar o porquê um setor tão valorizado e promissor para os investidores ter sido tão rapidamente desvalorizado, derrubado para baixo de outros na bolsa e do seu próprio valor patrimonial, em que pese a continuidade da produção - ainda que em ritmo menor e com a revisão das metas - e a permanência de condições técnicas idênticas às existentes antes, o problema está na incompatibilidade entre o mercado de capitais e a construção habitacional. Para eles, o setor produtivo não poderia ter cedido aos desígnios e às verdades do mercado de capitais, o que levou as empresas a serem avaliadas e depreciadas de um modo injustificável para os parâmetros reais. Busca-se uma verdade empírica última que não estaria vinculada às especulações, por exemplo, com os preços das ações, que culminou na sua queda ou subida excessiva, ou com um crescimento incompatível à realidade operacional das empresas e do mercado. Nesse sentido, se o setor produtivo estivesse atento a certas formulações desse núcleo, acreditam os especialistas, a construção cresceria com estabilidade e solidez. Por outro lado, eles parecem não considerar que a própria existência de uma racionalidade do processo produtivo aí defendida, majorada pelos novos métodos, controles e planejamento, e o funcionamento básico das incorporadoras/construtoras, ao contrário de serem incompatíveis com o mercado de capitais, são o resultado desse capital “irracional” – em contraposição à racionalidade e estabilidade defendidas pelo núcleo da Poli - em seus parâmetros. A crise, ao escassear a entrada dos capitais financeiros e o crédito, demonstrou que a construção não pode funcionar sem eles, bem como a expansão por segmentos de renda e novas regiões a nível nacional.

Mas há, nas fontes citadas, o entendimento de que o mercado de capitais, nas pessoas dos investidores racionais e seus analistas, não confunde realidades de países diferentes, reconhece a sanidade das empresas e pode gerar ajustes necessários, aliás seria essa a “beleza

do mercado de capitais”, como declaração acima. Ao contrário do pensamento anterior, aqui esse mercado e seus agentes é que recebe a função de regulador e é dotado de uma racionalidade onisciente.

Alguns trechos reproduzidos trazem também uma concepção positiva de crise que, à maneira de uma lei natural indeterminada histórica e socialmente, tem a função de restabelecer o equilíbrio e bases mais racionais para a retomada de um crescimento econômico igualmente naturalizado.

1.3 O neodesenvolvimentismo e os governos do PT

Interrompo a descrição do “boom” da produção habitacional, porém ainda em estreita relação com esse fenômeno, para apresentar um pouco da autoimagem de um governo, assim como de seu partido, que se viam como continuadores de uma tradição de desenvolvimento do país e junto a isso alguns aspectos da sua gestão. O próprio presidente Lula em diferentes ocasiões se comparou com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, aludindo ex-presidentes que são correntemente identificados com a promoção do crescimento urbano industrial e a institucionalização de direitos trabalhistas no Brasil⁴⁷. Mas como não se trata apenas de auto projeção sem vínculo com os acontecimentos empíricos, a intenção principal desse subitem é caracterizar, com base nas fontes do Partido dos Trabalhadores (PT) e em algumas interpretações que partem do ponto de vista de uma defesa do desenvolvimento nacional, o projeto dos governos do PT que pareceu consumir-se na prática durante um tempo, sendo parte constitutiva do fenômeno tratado. Nos meses seguintes em que a crise mundial chega ao país e ao setor imobiliário, como continuaremos descrevendo logo adiante, esses governos estruturaram e aprofundaram um amplo leque de medidas chamadas de anticíclicas para superar a recessão e promover o crescimento econômico. A partir de então, ainda mais do que antes, as suas ações foram determinantes para o setor. Cabe destacar que a construção civil era parte fundamental do projeto de desenvolvimento nacional com redução da desigualdade social idealizado pelo PT. Não entro aqui em uma discussão crítica sobre esse tema, a ser tratado mais à frente.

⁴⁷ Em muitas reportagens que circularam na mídia nacional encontram-se essas comparações: “Lula diz que sua gestão é melhor que FHC e se compara a Getúlio e JK (LULA, 2005)”; “Lula se compara a JK e diz que sonhos devem virar conquistas (LULA, 2006a)”; “Lula diz ser vítima de massacre e se compara a ex-presidentes (LULA, 2006b)”; “Lula diz ‘estar indignado com as coisas que estão acontecendo no país’ (LULA, 2016)”; “Não tenho a intenção de me matar; vou enfrentar”, diz Lula (NÃO TENHO, 2017).

Observa-se ao longo da primeira década deste século e adentrando nos anos seguintes um amplo debate sobre as possibilidades e a efetividade ou não de um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil puxado pela intervenção estatal. A amplitude que tomou o tema tem relação direta com a (re)eleição de Lula e de Dilma Rousseff ao posto de presidente(a) da república, quando de ideário do Partido dos Trabalhadores (PT) virou controvérsia e disputa na condução das políticas de Estado no interior do próprio partido e do governo federal. As gestões do PT criaram um terreno fértil para as discussões entre cientistas sociais e economistas, no ambiente acadêmico e meios de comunicação, matizados por análises que iam desde agendas pró-desenvolvimentistas em políticas públicas até críticas ao conceito de desenvolvimento como forma de dominação do capital, incluindo análises sobre os governos do PT, seus erros e acertos, etc. Do lado mais à direita do espectro político também não faltaram posicionamentos em torno da questão, contrapondo ao aumento da participação estatal nos rumos do país a eficiência do mercado.

No interior do partido, as propostas de desenvolvimento com apoio direto do Estado já pontuavam os seus documentos às vésperas da eleição de 2003 - não resgataremos como esse ideário aparece na formação do partido ou nas eleições anteriores. Em resolução de 2001, por exemplo, o partido enfatizava a necessidade de romper com o modelo neoliberal vigente que, “[...] fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na consequente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado [...] (XII ENCONTRO, 2001, p. 20)”, havia desestruturado o Estado brasileiro e limitado a sua autonomia na formulação e gestão da política econômica, dentre inúmeros outros problemas causados ao país. No programa de governo do PT de 2002 e na concepção e diretrizes desse programa, o modelo nacional desenvolvimentista vigente até os anos 1980 era criticado, embora tivesse as suas vantagens reconhecidas quando comparadas com os resultados do modelo neoliberal (PROGRAMA, 2002; CONCEPÇÃO, 2002). Nesse programa, o Estado assume função decisiva no que seria um novo modelo de desenvolvimento:

Além de um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição de renda, e do apoio às cooperativas de crédito e de trabalho, às pequenas e médias empresas, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento e ciência e tecnologia, que são fundamentais para aumentar a eficiência de qualquer sistema econômico. O Estado também tem responsabilidade central na articulação de políticas que aumentem a capacidade competitiva e as exportações do País (PROGRAMA, 2002, p. 32)

Mais tarde, dentro dos anos à frente do poder federal, teria sido só no final do primeiro mandato do presidente Lula, compreendido entre os anos de 2003 e 2006, que o governo teria dado de fato uma “inflexão ‘desenvolvimentista’”. Com olhar retrospectivo, Nelson Barbosa e José Antônio Pereira de Souza, respectivamente Secretário de Política Econômica do Ministério

da Fazenda (Professor do Instituto de Economia da UFRJ) e assessor dessa secretaria (Economista do BNDES) (2010, p. 1-2, 9), afirmam que foi a partir de então que o governo Lula deixou para trás a era Palocci-Meirelles, de consenso neoliberal na política econômica, predominante nos primeiros três anos da gestão, para uma nova fase caracterizada pela retomada da função do Estado no estímulo ao desenvolvimento econômico e no planejamento de longo prazo.

No começo do segundo mandato, vigente entre os anos de 2007 e 2010, quando a “inflexão ‘desenvolvimentista’” já podia demonstrar as suas realizações e encontrava as condições internas e externas ainda mais favoráveis para dar continuidade às suas ações, o Ministro da Fazenda Guido Mantega (BRASIL, 2007) declarou que o país ingressava em um novo ciclo econômico, que chamou de social-desenvolvimentista, definido por ele como um fato inédito na história do país, no qual havia crescimento – do consumo doméstico, da produção nacional de bens de capital, assim como da sua importação, recorde de investimentos estrangeiros diretos na produção, etc. – com aumento da renda, do poder aquisitivo da população e fortalecimento do mercado de massa. Em dezembro de 2010, no final desse mandato no qual Lula atingia elevados níveis de aprovação popular, o então senador Aloizio Mercadante do PT-SP, recém doutorado pela Unicamp com a defesa da tese “A base do Novo Desenvolvimentismo: Análise do governo Lula”, durante o seu discurso de despedida do senado⁴⁸ tomava a política do governo Lula como novo desenvolvimentista, que elegia o social como o eixo estruturante do econômico. O papel do Estado teria sido redefinido, segundo ele, e passava a ser o de regulador da economia, mas também o de planejador e gestor de projetos estratégicos e estruturantes de uma nova dinâmica econômica regional no país.

No ano de 2013, o penúltimo do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, que durou de 2011 a 2014, o documento intitulado *O Décênio que mudou o Brasil*, publicado pelo Partido dos Trabalhadores, o Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramo, trazia uma análise comparativa entre dois projetos de país: o neoliberal (1995 – 2002) e o desenvolvimentista (2003 – 2012). Durante os anos 1990, na ausência de uma perspectiva de construção de um país autônomo e livre para toda a população, as elites tradicionais conservadoras incorporaram o projeto neoliberal e condenaram o país à regressão econômica, social e à condição de dependente e subordinado na globalização (O DECÊNIO, 2013, p. 9 – 10). Segundo o

⁴⁸ “[...] defendo a tese de que, ao longo do governo Lula, começou-se a deitar as bases de um Novo Desenvolvimentismo no Brasil. Um período que se distingue nitidamente tanto do período neoliberal anterior quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo, embora incorpore conquistas de ambas essas fases históricas [...]”. Pronunciamento de Aloizio Mercadante em 22/12/2010.

documento, na contramão dos governos neoliberais, tem início no Brasil, no ano de 2003, um projeto desenvolvimentista que se opôs ao modelo até então presente. O país revertia “[...] a decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal (Ibidem, p. 5)”, deixava a subordinação aos grandes detentores da riqueza financeira e passava a liderar “[...] um novo projeto de desenvolvimento mundial, cujo movimento amplo em torno da inclusão social se transforma na mola propulsora de inédita base para o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável (Ibidem, p. 6)”. O Estado não era mais tratado como o responsável por todos os males, concepção distinta daquela que entendia que cabe à espontaneidade do mercado o desenvolvimento nacional, para constituir-se em pilar dos investimentos em diversos setores produtivos e distribuir renda por meio de inúmeras políticas públicas (Ibidem).

Apesar das críticas aos governos da década de 1990, a autoimagem do governo do PT pairava como sendo a de um sujeito histórico capaz de uma síntese⁴⁹ do que foi bem sucedido tanto nos anos desenvolvimentistas, quanto nos neoliberais para levar a cabo a modernização do país. Sobre esse último – o neoliberalismo –, Lula antecipara, em 2002, antes de assumir a presidência, que o projeto para “[...] o Brasil [...] navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social” precisaria de um período de transição, que estabeleceria um novo contrato social mediante uma ampla negociação nacional (CARTA, 2018)⁵⁰. Sem “milagres” ou “passe de mágica”, o Brasil respeitaria os contratos, as obrigações e vários elementos da política econômica do governo anterior. Os quase quatro mandatos do partido à frente da presidência deixariam claro que muitas dessas medidas não só persistiriam, mas seriam aprofundadas e defendidas ao longo dos anos⁵¹.

⁴⁹ Em análise sobre o período e sem desconsiderar o que seriam as diferenças teóricas e práticas das abordagens desenvolvimentistas, Sampaio Junior (2012, p. 679) entende que os partidários do novo desenvolvimentismo procuram uma terceira via que evite os aspectos negativos do neoliberalismo - a cumplicidade com o rentismo - e do velho desenvolvimentismo - como o populismo fiscal, o nacionalismo anacrônico e a complacência com a inflação – e concilie os aspectos positivos de ambos: compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional, no primeiro caso; comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social, no segundo. “Assim, toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão ultra light da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social (Ibidem, p. 680)”.

⁵⁰ Em 2002, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiro”.

⁵¹ Seguem alguns exemplos do que na literatura foi discutido como conflito interno ao partido entre neoliberais e desenvolvimentistas, ruptura incompleta, continuísmo, oscilação entre os lados, hibridismo, etc. Barbosa e Souza (2010), respectivamente Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e assessor dessa secretaria, comentam sobre as disputas no interior do primeiro mandato do governo Lula entre os neoliberais e os desenvolvimentistas. Cardoso Junior e Gimenez (2012), em estudo a partir de documentos oficiais referentes ao planejamento econômico e social elaborados pelo governo Lula entre 2003 e 2010, apontam a discrepância entre a política econômica e os esforços de planejamento para o desenvolvimento. Ao longo de todo o período estudado, o conservadorismo na política econômica, baseado na tríade juros altos, câmbio valorizado e política fiscal de

Na tentativa de caracterizar as principais ideias e o momento histórico aos quais os debates e os projetos de governo remetiam-se no século XXI, recorro acriticamente a alguns autores, que se empenham na defesa de um capitalismo nacional, autônomo e menos desigual, inclusive entre alguns deles há identidade com o projeto petista, para traçar, brevemente, o que teria sido o desenvolvimentismo do século XX. De acordo com Singer (1998), o período desenvolvimentista e industrializador em muitos países da América Latina foi marcado pela perda de hegemonia das oligarquias agro e/ou extrativo exportadoras e a sua substituição por uma burguesia industrial e seus aliados – empresários agrícolas, comerciais, bancários, etc. –, voltados sobretudo ao mercado interno. Com o fim da segunda guerra, os governos estimulavam os setores exportadores, garantidores de divisas, para importar os insumos, as tecnologias e os bens de capital indispensáveis para a industrialização, ao mesmo tempo em que fomentavam e protegiam a indústria nascente. Nos termos da ideologia desenvolvimentista, não seriam os mercados a definir os rumos do desenvolvimento, mas as decisões políticas com seus planos de longo prazo, apoiadas pela crença da nova elite, que seriam capazes de reverter a dependência desses países em relação à Europa e aos EUA no momento em que a industrialização tornasse os países desenvolvidos.

Nas palavras de Sampaio Junior, desenvolvimentismo designa um “[...] pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento (2012, p. 673)”. A reflexão crítica desenvolvimentista, afirma ele, tem a sua gênese no momento de consolidação das estruturas econômicas e sociais burguesas, constituídas no processo de industrialização por substituição de importações e na formação e organização dos centros de planejamento, decisão e pensamento. Nessa perspectiva, era preciso, por um lado, realizar mudanças estruturais atacando os pilares do subdesenvolvimento, a saber, o imperialismo e as bases objetivas e subjetivas da segregação social – o latifúndio, os privilégios da burguesia dependente, a miséria, a superexploração do trabalho, etc. –, por outro, a acumulação de capital,

ajustamento, mostrou-se contrário aos objetivos do desenvolvimento da estrutura produtiva e tecnológica nacional. No governo da presidenta Dilma Roussef, as mudanças adotadas no seu primeiro mandato receberam o nome de “nova matriz macroeconômica” por Márcio Holland, secretário da Política Econômica do Ministério da Fazenda, que consistiram na combinação de “[...] juro baixo, taxa de câmbio competitiva e uma consolidação fiscal ‘amigável ao investimento’”. Mantendo o tripé adotado no governo FHC – considerado uma fórmula neoliberal –, baseado no câmbio flutuante, metas de inflação e disciplina fiscal, o objetivo era promover intensa desoneração dos investimentos e da produção, estimulando investimentos de longo prazo (PAÍS, 2012). De acordo com Singer (2015), foi no ano de 2013 em que ocorreu a ruptura com o projeto desenvolvimentista. Depois de desentendimentos entre Guido Mantega, ministro da fazenda, amparado por Dilma Roussef, e Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, os juros voltaram a subir, conformando a dualidade típica anterior ao ensaio desenvolvimentista, em que a Fazenda buscava estimular a economia e o Banco Central apostava na contração para controlar a inflação e encaminhar os recursos para os rentistas.

o avanço das forças produtivas e a integração nacional deveriam “[...] criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista (Ibidem, p. 673)”. Para tanto, bastaria a “vontade política” nacional para superar a contingência histórica de um capitalismo selvagem, ou seja, sujeitos sociais dispostos a submeter a acumulação de capital a uma vontade coletiva e capaz de integrar o conjunto da população nos benefícios do progresso, em especial uma burguesia que enfrentasse a reprodução de uma estrutura de subdesenvolvimento e dependência, além de ser capaz de aliar capitalismo, democracia e soberania nacional (Ibidem, p. 674-5).

No seu propósito de resgatar as origens do desenvolvimentismo no Brasil, Fonseca chama a atenção para um “[...] ‘núcleo duro’ que o caracteriza em suas várias manifestações concretas como a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo [...] (2004, p. 2)”. Os elementos desse “núcleo duro” precisam estar concatenados e estruturando não apenas um conjunto de ideias, mas também servir como um guia de ações e justificar a atuação estatal. Nessa direção, é necessária uma política consciente e deliberada do governo na busca do desenvolvimento econômico, que seria a própria razão de ser do Estado.

O desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2016), pressupõe uma coalização de classes voltada para o desenvolvimento econômico, cujo centro é formado por uma burguesia industrial relativamente nacional, os trabalhadores urbanos industriais e parte da burocracia pública. O desenvolvimento econômico é entendido como mudança estrutural, transformador da sociedade, que parte da industrialização e progride com a sofisticação dos processos produtivos, dos produtos, a qualificação profissional e o aumento dos salários, ou seja, implica o aumento do padrão de vida da população através da elevação da produtividade do trabalho e da renda dos habitantes. No que concerne ao Estado, no plano microeconômico, o mercado é o melhor coordenador na ação das empresas competitivas, cabendo ao poder público a coordenação do setor não competitivo. No plano macroeconômico, o mercado não tem condições de garantir as medidas certas para as taxas de lucro, de câmbio, de salários, inflação e juros, por isso é fundamental a atuação do Estado. Para o pacto desenvolvimentista, a competição não é apenas de empresas, mas também de Estados-nação, daí a necessidade das estratégias de desenvolvimento nacional.

Muitas dessas questões foram atualizadas frente ao novo contexto histórico e às preocupações, segundo os autores consultados, em corrigir os antigos erros e elaborar novas formulações para corroborar com o modelo desenvolvimentista dos governos do PT em andamento no Brasil, mas a ideia de que o Estado poderia mudar os rumos da modernização do

país e superar ou amenizar a sua condição dependente e profundamente desigual permaneceu como lastro em torno do tema e dos discursos dos governos petistas. Na maioria das publicações acadêmicas de caráter propositivo de políticas de Estado entre 2003 e 2016 consultadas por mim, encontrei análises referindo-se ao tipo do modelo e ao seu grau de oscilação entre neoliberalismo e desenvolvimentismo, à profundidade do planejamento e do intervencionismo estatal e à duração do projeto desenvolvimentista, bem como as possíveis soluções aos erros, incompletudes e insuficiências da sua implantação. O aprofundamento dessas pesquisas deu origem a vertentes distintas do pensamento neo desenvolvimentista, cada qual com a sua prescrição para atingir o desenvolvimento⁵². Resumidamente, na literatura mais crítica sobre o assunto há um consenso de que teria faltado radicalidade no enfrentamento do imperialismo e do rentismo, além de políticas que fomentassem uma indústria competitiva, o desenvolvimento de setores mais intensivos em tecnologia e um combate mais estrutural à desigualdade social.

Não obstante o malogro do projeto petista, as aparentes semelhanças desse período com aquele desenvolvimentista criaram a impressão de que se poderia reatar com a história de décadas atrás em uma versão renovada, como se fosse possível ir além da modernização até então realizada no país. Não à toa Carvalho (2018, p. 13-33) vai se referir aos anos do governo Lula, mais especificamente entre 2006 e 2010, como de “Milagrinho” econômico, que é explicado por ela como uma combinação entre os ganhos com as exportações de commodities associados com três pilares de crescimento: distribuição de renda, expansão do crédito e investimentos públicos. O “Milagrinho”, diferentemente do Milagre do período da ditadura militar (1969-73) com o qual é comparado e empresta o nome no diminutivo, que não foi

⁵² Para Carneiro (2012), o debate desenvolvimentista divide-se basicamente em torno de duas correntes: “[...] de um lado está o novo-desenvolvimentismo, cujo centro de irradiação é a FGV-SP, que privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado. Esta corrente prioriza o desenvolvimento das forças produtivas e o mercado externo, entendendo que a distribuição da renda decorrerá da primeira, mas não automaticamente, sendo necessário a implementação de políticas que garantam a transferência de ganhos de produtividade aos salários. De outro lado, coloca-se o social-desenvolvimentismo, com origem na UNICAMP e UFRJ. Como a qualificação sugere, o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do consumo – de bens públicos e privados - das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado”. Amado e Mollo (2015), por exemplo, colocam-se ao lado dos social-desenvolvimentistas, “em particular pela melhor inserção dos trabalhadores na relação capital-trabalho”. Para elas, “é principalmente o lado da demanda de investimentos que precisa ser priorizado, seja para aumentar a capacidade produtiva, emprego e os salários sem pressões inflacionárias, ou para adaptar as estruturas produtivas às nossas especificidades e desenvolver padrões tecnológicos próprios (Ibidem, p. 22-3)”. Bresser-Pereira (2016) assume ter fundado junto a um grupo de economistas uma escola novo-desenvolvimentista no início dos anos 2000. Em geral, o novo-desenvolvimentismo centra-se na explicação e combate à tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, que impede o estabelecimento de um câmbio competitivo que permite o desenvolvimento da indústria de maior incremento tecnológico e sua inserção competitiva a nível internacional. A taxa de câmbio apreciada resulta em déficits em conta corrente e na necessidade de investimentos e financiamentos estrangeiros. O câmbio valorizado e os juros altos interessam diretamente aos capitalistas rentistas e aos financistas.

distributivo e reforçou os ganhos de uma classe média empregada nos setores de bens industrializados (automóveis e linha branca), combateu a desigualdade distribuindo renda e elevando o salário das ocupações com menor qualificação, gerando um círculo virtuoso entre mercado interno e mercado de trabalho com justiça social. A sua interrupção se deu por um conjunto de erros, o principal diz respeito à mudança no emprego do fundo público, que saiu dos investimentos para serem gastos em subsídios e desonerações, uma aposta nos capitais privados para puxar o crescimento que não ocorreu. A situação se agravou ainda mais com a piora na conjuntura internacional e nas contas públicas.

Para Singer (2015), foi Dilma Rousseff, liderando uma aliança de classe produtivista - composta por empresários e a classe trabalhadora -, quem seguiu “as pegadas da década de 1960⁵³” (Ibidem, p. 70) e retomava “a iniciativa sistemática do Estado [...] suprimida desde os anos 1970 (Ibidem, p. 50)”. Intensificando os passos dados por Lula através de uma série de medidas anticíclicas para sustentar o crescimento do país frente aos efeitos da crise mundial⁵⁴, o seu governo atingiu o auge do desenvolvimentismo, ou na expressão do autor para referir-se à curta duração do fenômeno, do “ensaio desenvolvimentista”, quando se rendeu no final de 2014 à formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista⁵⁵. Na busca por acelerar

⁵³ O fim desse desenvolvimentismo também pareceu trilhar os caminhos do fim daquela primeira versão: “Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “*contra seus próprios interesses*” (Cardoso*) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. Tal como em 1964, as camadas populares não foram mobilizadas para defender o governo quando a burguesia o abandonou. Mais uma vez o *mecanismo burguês pendular* ficou sem contrapartida dos trabalhadores (SINGER, 2015, p. 70)”. *Cardoso, Fernando Henrique. *Empresario industrial e desenvolvimento economico no Brasil*. Sao Paulo: Difel, 1964.

⁵⁴ Entre elas destacavam-se: a redução dos juros para próximo dos países desenvolvidos, chegando a 0,619% em termos reais, pressionando os spreads privados através dos bancos públicos e reduzindo a remuneração da poupança; o aporte bilionário de recursos do tesouro para o BNDES financiar a juros subsidiados a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica; a aposta na industrialização com o Plano Brasil Maior e medidas que misturavam financiamento, incentivos fiscal, etc.; desonerações em folha de pagamento e do IPI, PIS/Cofins sobre bens de investimento; novo regime tributário para a cadeia automotiva, etc.; plano para a infraestrutura com o Programa de Investimentos em Logística via pacote de concessões; reforma do setor elétrico para baratear a energia e atender a reivindicação da indústria para reduzir os custos e ganhar competitividade em relação aos importados; desvalorização do real que afetava as indústrias; controle de capitais impondo tarifas sobre os fluxos de capital estrangeiro que pudessem valorizar o real; proteção ao produto nacional através de aumento dos impostos sobre produtos importados ou que tivessem uma cota menor que a determinada de produtos nacionais, Programa de Compras Governamentais da produção nacional, uso de navios-sonda pela Petrobrás e produzidos no país (SINGER, 2015, p. 48-9).

⁵⁵ Entre as explicações para o malogro dessas ações desenvolvimentistas, Singer (2015) ressalta o embate do governo de Dilma Rousseff sobre a taxa de juros, com o objetivo de baratear o crédito e estimular os investimentos privados por meio da pressão sobre os spreads bancários - diferença entre os juros cobrados pelos bancos e os juros básicos da economia -, não apenas com os bancos e investidores financeiros, mas também com as grandes empresas produtivas que tinham nos títulos da dívida pública um importante fator de lucratividade. Os industriais haviam aderido ao programa rentista - que unificava a classe média tradicional e o capital financeiro - e a sua fuga

o passo do presidente Lula, Dilma teria cutucado um número excessivo de onças sem uma coalizão de forças políticas e sociais em seu apoio (por isso, com “vara curta”) – sólida aliança interclassista e/ou mobilização da classe trabalhadora. Para Singer, em tom de lamento, “Se tivesse dado certo, seria uma reversão histórica (SINGER, 2015, p. 50)”.

Nesse contexto, no qual parecia estar em andamento um novo ciclo de crescimento econômico e discutiam-se os rumos da nova versão do desenvolvimento, foi gestado o “boom” da produção habitacional no país. A importância da construção civil para ambos os ciclos desenvolvimentistas foi outra aparente coincidência na comparação entre os momentos históricos, sendo que no seu modelo homônimo mais recente o volume de unidades produzidas superou as previsões mais otimistas do empresariado e bateu o recorde anterior da construção de casas próprias, que tinha sido alcançado no esgotamento daquele primeiro ciclo desenvolvimentista.

Em uma perspectiva distinta do argumento a ser construído neste texto, mas que reforça a importância desse setor da construção civil para a reprodução do capital em ambos os momentos da história do país, Santos (2013) afirma que a fronteira de acumulação foi e é urbana, ao menos desde meados do século XX. Ele vê na urbanização do território durante a industrialização desenvolvimentista, inclusive mediante expedientes de acumulação primitiva, a expansão das fronteiras do capitalismo nacional, absorvendo os excedentes de capital e impulsionando a reprodução ampliada por todo o país, dinâmica essa substituída, em decorrência do seu esgotamento no final dos anos 1980, por outra, voltada para o interior das metrópoles brasileiras. “Trata-se, nesse caso, não mais da produção, pura e simplesmente, de espaços urbanos num território ‘vazio’, como foi estigmatizado por essa lógica desenvolvimentista, mas da reprodução do espaço urbano no interior das metrópoles já consolidadas (p. 9)”. Assim como antes, o tripé formado pelo Estado, capital nacional e estrangeiro continuam, sob outras formas no neodesenvolvimentismo, determinantes para a acumulação nacional.

A seguir, continuo a descrição do fenômeno do “boom” da construção de casas próprias e suas consequências setoriais parcialmente interrompidos pela crise mundial. Nas próximas linhas, as intervenções do governo para reverter os efeitos da crise, sobretudo com o programa

deixou o governo sem apoio. “Afora mobilizar os trabalhadores e as camadas populares para uma política autônoma, que saída teria Dilma senão buscar a recomposição com a burguesia? (Ibidem, p. 61)”. Uma possível interpretação para a formação de uma frente única burguesa contra o ensaio desenvolvimentista estaria na financeirização do capitalismo, isso significa que o empresariado também investe em atividades rentistas, com segurança e liquidez. A dupla condição dos industriais e o componente financeiro dos lucros comprometeu o empenho produtivista (Ibidem, p. 65).

Minha Casa, Minha Vida, deve tornar ainda mais explícito a ideia que se fazia do seu caráter desenvolvimentista.

1.4 “Do chão às nuvens”

O Brasil, como muitos países ao redor do mundo que em janeiro de 2009 já tinham disponibilizado trilhões de dólares em pacotes de auxílios governamentais, também ofereceu incentivos em diversos setores e aumentou a disponibilidade de crédito. Na área da habitação, o governo federal propôs soluções que convergiam diretamente com os interesses dos capitais privados, que clamavam por crédito para capital de giro e execução das obras, queda nas taxas de juros, controle do preço dos insumos e a redução dos impostos⁵⁶. No tocante ao crédito, por exemplo, a união disponibilizou 5% dos compulsórios sobre a poupança de todos os bancos para financiamento da construção, concedeu R\$ 3 bilhões para capital de giro das empresas através da CEF e criou a Caixa Investimentos S/A, que poderia participar das Sociedades de Propósito Específico. O BNDES abriu linha de crédito de R\$ 1 bilhão para financiar, entre outros, “‘o desenvolvimento de produtos pré-moldados ou pré-fabricados’, além de ‘implantação, modernização e expansão de unidades industriais de casas pré-moldadas ou pré-fabricadas’” (Rev. CM, n. 94, ano 62, 2009, p. 42). A criação do Fundo Garantidor de Crédito para as micro, pequenas e médias empresas no final do primeiro semestre flexibilizou as exigências para a concessão de crédito - até R\$ 500 mil bastaria as empresas comprovarem adimplência - e reduziu os juros dos empréstimos (Rev. CM, n. 99, ano 62, 2009, p. 27-8). O Banco do Brasil, que passara a financiar desde dezembro de 2007 pelo SFH (Sistema Financeiro Habitacional) – na época disponibilizou 10% da poupança para esse fim, 50% para pessoas físicas e 50% para pessoas jurídicas (Rev. CM, n. 89, ano 61, 2008, p. 43) -, no início de 2009, liberou mais R\$ 1,5 bilhões. A CEF, no final de 2008, aprovou outros R\$ 3 bilhões para famílias com renda de até R\$ 2 mil. A partir de janeiro de 2009 foi permitido que a Caixa adquirisse CRIs, FDICs (Fundos de Investimento em Direito Creditório), FII e debêntures de empresas que produziram novos empreendimentos – esses instrumentos de captação serão explicados mais à frente (Rev. CM, n. 90, ano 62, 2009, p. 33).

O PAC foi outra frente de combate à retração dos capitais privados e incentivo à construção civil, investindo, inclusive, por meio das estatais. Na ocasião, a Copa do Mundo de Futebol, a ser realizada em 2014, também exigia novos investimentos - recebendo parte dos

⁵⁶ As medidas de fomento à produção, financiamento e consumo da habitação extrapolam o que foi possível esboçar nesse texto, pois demandariam um levantamento mais profundo.

recursos do PAC - nas cidades que sediariam os jogos, tais como: reforma de estádios, infraestrutura, aeroportos, portos, sistema de transporte urbano e interurbano, terminais rodoferroviários etc. Estimava-se em R\$ 40 bilhões os investimentos necessários para a realização do evento (p. 32). “Via crédito, investimento ou contratação de obras, uma coisa é certa: o governo voltou ao jogo” (Rev. CM, n. 90, ano 62, 2009, p. 30).

Mas o maior programa habitacional a coroar o então desenvolvimentismo de viés social do governo federal ainda estava por vir. Antes do seu lançamento, em entrevista para a Revista CM, Walter Torre Junior, presidente do grupo WTorre⁵⁷, demonstrava grande otimismo com a receptividade do presidente Lula às propostas das incorporadoras e construtoras. De acordo com ele, o grupo WTorre, a Gafisa, a Rossi, a Rodobens, a Bairro Novo e a MRV teriam entregado um “pacote” ao presidente, com medidas para desburocratizar a aprovação de crédito e os empreendimentos. Em contrapartida, o presidente teria “comprado a ideia” que, depois de analisada, seria incorporada ao futuro plano habitacional brasileiro. A proposta buscava alargar a base da pirâmide solvável, ou seja, permitir a liberação de crédito para o enorme déficit habitacional (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009).

A ideia é termos um produto de crença no brasileiro. Hoje, temos que comprovar que não somos maus pagadores. Isso é muito difícil para o mutuário. Agora bastará provar que sou um bom pagador. [...] Em Parauapebas, no sudeste do Pará, construímos casas extremamente rápidas. Mas de que adianta construirmos quatro casas por dia, se eu levo de seis a oito meses para, depois de vendida a casa, conseguir finalizar o financiamento ao mutuário? (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009, p. 13).

Torre Junior afirmava ainda que alguns eletrodomésticos⁵⁸ também deveriam ser colocados na casa e financiados no longo prazo (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009).

No início de 2009, mais precisamente no mês de março, o governo federal lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com a meta de construir 1 milhão de moradias em dois anos. João Crestana, presidente do Secovi – SP e da Comissão Nacional da Indústria Imobiliária do CBIC, comemorava: “Superamos os efeitos de uma das piores crises financeiras internacionais sem grandes abalos ou prejuízos. Fomos interlocutores diretos com o governo

⁵⁷ Segundo o presidente do grupo, a empresa está entre as seis maiores, sendo a segunda que mais captou e sem fazer IPO – mais de um bilhão entre debêntures e financiamentos convencionais. Torre Junior não especifica a data, mas faz menção ao ano de maior captação na bolsa (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009, p. 15).

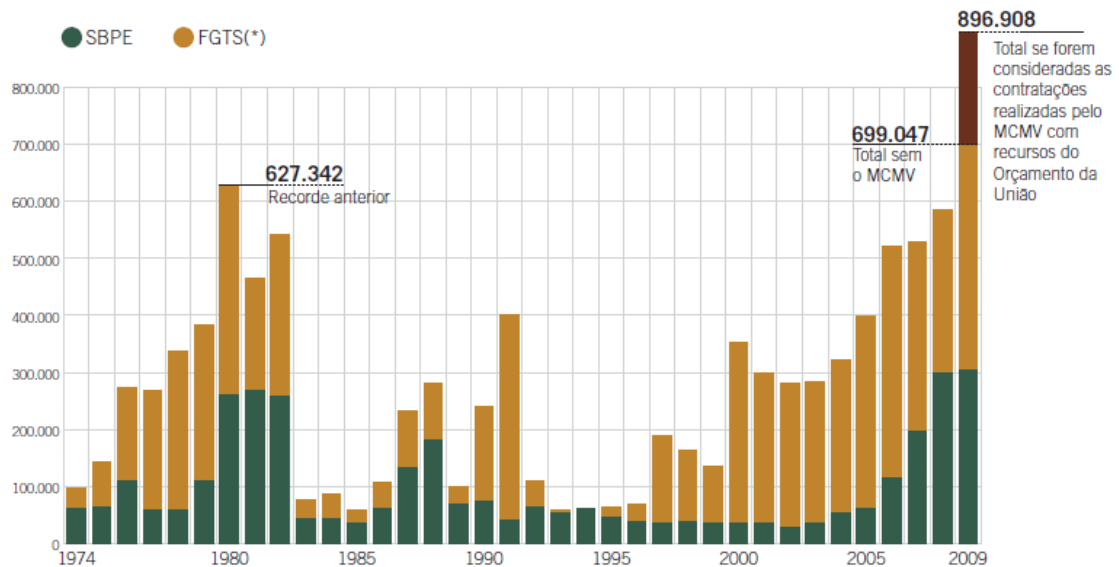
⁵⁸ Em junho de 2013, a presidenta Dilma Roussef lançou o programa “Minha Casa Melhor”, cujo objetivo oficial era permitir o acesso ao crédito e viabilizar a compra de bens modernos para o conforto e dignidade das famílias. De acordo com reportagem do G1 (FAMÍLIAS, 2013), o governo anunciou “[...] uma linha de crédito de R\$ 18,7 bilhões para os beneficiários do Minha Casa, Minha Vida adquirirem móveis e eletrodomésticos. Cada família poderá financiar até R\$ 5 mil com taxa de juros de 5% ao ano e prazo de 48 meses para pagamento”. “A condição para ter acesso ao programa, de acordo com o ministro, é estar em dia com as prestações do imóvel adquirido por meio do Minha Casa, Minha Vida. Os beneficiários poderão comprar geladeira, fogão, lavadora de roupas, computador, TV digital, guarda-roupa, cama de casal e de solteiro (com ou sem colchão), mesa com cadeiras e sofá”. Um ano e meio depois, Roussef declarou que a inadimplência motivou a suspensão do programa, que passaria por um processo de avaliação. Na opinião do jornal Estadão (INADIMPLÊNCIA, 2015), que relatou o fato, a suspensão ocorreu devido à restrição fiscal do governo.

federal na elaboração do programa Minha Casa, Minha Vida, primeiro passo para solucionar o déficit habitacional brasileiro de 8 milhões de moradias (SECOVI, 2009)”. De acordo com reportagem da Revista CC em meados desse ano, a crise não revogara os fundamentos da economia brasileira, pelo contrário, quem não investisse ficaria para trás (n. 3, ano VII, 2009, p. 4).

Com a gigantesca demanda por habitação viabilizada pelo programa MCMV, as companhias listadas na bolsa reviram para cima as suas metas de lançamento já para o ano de 2009. A emissão de novas ações das empresas do segmento imobiliário, a entrada de novos montantes de investimentos estrangeiros através de vários tipos de instrumentos financeiros, dos fundos e participações, assim como as fusões e aquisições marcaram uma nova ascensão nos volumes de negócios, que se refletiram na construção massiva de habitações e, muitas vezes, de bairros inteiros (Rev. CM, n. 96, ano 62, 2009, p. 28). Albuquerque (2010), do NRE Poli – USP, menciona que o programa teve efeito imediato no mercado de ações das empresas e nos seus preços que, mesmo sem estarem assentados em indicadores consistentes de melhora progressiva, chegaram a dobrar em um prazo de dois meses.

“Das nuvens ao chão e do chão às nuvens em pouco mais de um ano”, a frase faz referência à queda no índice da sondagem realizada pelo Sinduscon-SP e publicada pela Revista CC acerca das expectativas do empresariado ao menor nível, sob efeito da crise, desde o começo da medição em 1999, e sua ascensão ao maior nível desde então no final de 2009 (Rev. CC, n. 4, ano VII, 2009, p. 23). O índice da BM&F Bovespa, que representa as ações do setor imobiliário, apontou uma disparada dos seus preços em 120% do final de 2008 até agosto de 2009, enquanto o índice que mede os outros negócios subiu apenas 50%, um descolamento para cima, ao contrário do que houve na queda das ações entre 2007 e 2008. Esse crescimento da economia era garantido e sustentável, analisava o Economista Fernando Camargo, da LCA Consultores. A retomada, afirmava ele, se refere à construção habitacional, sendo que a baixa renda deve ser estratégica, embora a alta renda sempre seja dinâmica e não deva ser descuidada (Rev. CM, n. 98, ano 62, 2009, p. 10-3). Apresento abaixo um gráfico retirado da Revista CC muito semelhante a um outro de páginas atrás, a intenção aqui não é só tornar evidente o aumento progressivo do financiamento à habitação nos anos em questão e em perspectiva histórica, o que o gráfico anterior já cumpre, mas demonstrar o salto nesse crescimento resultante do PMCMV:

Gráfico 10: Histórico do sistema de financiamento da habitação



Fonte: Abecip, BNH e CEF (Rev. CC, n. 2, ano VIII, 2010, p. 7). *FGTS inclui materiais de construção

Diante dessa retomada do setor da construção, a Revista CM, em editorial de setembro de 2009, propôs uma reflexão sobre os erros do passado, quando a situação beirou o insustentável, devido, por exemplo, à alta generalizada dos custos e a busca das empresas por cumprir metas muitas vezes irrealistas, à briga por terrenos a qualquer preço, inflacionando o mercado e comprometendo a rentabilidade, aos lançamentos para impressionar investidores, etc (Rev. CM, n. 98, ano 62, 2009). Em outra edição, a revista sugere, a partir da consulta com especialistas, empresas e dos casos de êxito no mercado, algumas recomendações para evitar os descuidos dos momentos de euforia: a prospecção de negócios e oportunidades deve recorrer ao auxílio de pesquisas, dicas de contatos, parcerias com vendedores e à percepção empreendedora; o planejamento orçamentário – custos, orçamentos, e estimativas – precisa ser elaborado com baixa margem de erro e estudo de viabilidade, do contrário o empreendimento pode ser inviabilizado; é importante a austeridade financeira – modelo de captação de recursos, fluxo de caixa, controle de gastos comparando os valores orçados, estimativa de receita e débitos – e o planejamento fiscal; o desenvolvimento de novos produtos imobiliários deve estar apoiado em novas tecnologias produtivas, na qualificação de fornecedores, em pesquisa de tendências, no investimento em bons arquitetos e profissionais de marketing e de vendas para entender as necessidades dos clientes, etc.; a implementação da integração e a padronização dos processos reduzem os custos, o tempo dos processos e o retrabalho, aumentando a produtividade e o controle gerencial, além de melhorar a comunicação entre as obras, conectar e alinhar processos, identificar desvios e impactos, etc.; investimento em marketing diferenciado a depender do público a ser atingido, mais agressivo e criativo; o estabelecimento de parcerias com fornecedores permite a garantia de preços, qualidade, prazo, a redução de

estoque, a padronização e os ganhos de produtividade; entre outros (Rev. CM, n. 92, ano 62, 2009, p. 32-51).

Ainda sob a euforia do PMCMV lançado em 2009, que envolveu um total de R\$ 70 bilhões, em março de 2010 o governo federal apresentou a segunda fase do programa, com a meta de construir mais 2 milhões de moradias até 2014 e envolver cerca de R\$ 278 bilhões⁵⁹. Na ocasião, o governo federal também lançou o PAC 2, com estimativa de investimentos da ordem de R\$ 1,59 trilhões, que incluía o desembolso com infraestrutura e mobilidade urbana, além de investimentos no PMCMV 2. A UNC (União Nacional da Construção), coalização das entidades que compõem a indústria da construção, a indústria de materiais de construção e de crédito, formada em 2006, comemorava novamente as conquistas das suas pautas no interior desses programas (Rev. CM, n. 106, ano 63, 2010, p. 9; Rev. CC, n. 2, ano VIII, 2010). Se voltarmos à literatura sobre o desenvolvimentismo acima, essa coalisão enquadra-se nos parâmetros defendidos para o progresso do país, sendo a construção civil, nos termos dessa abordagem, ao assumir a dianteira na geração de emprego, construção de casas populares e crescimento industrial, uma peça chave para aquele momento de desenvolvimento com redução da desigualdade social.

Entre os anos de 2009 e 2010 cresceram novamente junto aos investidores, não só do setor imobiliário, as perspectivas promissoras acerca do Brasil. O país transformou-se em um dos principais focos do investimento estrangeiro no mundo em 2010⁶⁰. Pedro Klumb, sócio da MSFI, especializada em formatação de operações financeiras para empresas do ramo imobiliário, declarava que o Brasil era moda para os investidores estrangeiros e que não faltaria dinheiro para o setor (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010). O Anuário da empresa de assessoria Uqbar referiu-se a 2010 como o ano que “[...] elevou as dimensões do mercado financeiro vinculado ao universo imobiliário a novos patamares (2011, p. 2)”. Observou-se, nesse período e de acordo com as fontes acima, destaque para o setor imobiliário brasileiro a nível

⁵⁹ Em dezembro de 2010, o governo anunciou algumas mudanças no MCMV: desonerações do IPI para os produtos da cesta da construção civil, regimes especiais para o PIS e o Cofins, permissão para o uso de terrenos pendentes de regularização na construção de habitações de interesse social nas favelas - casos de reassentamento -, desvinculação das faixas atendidas pelo MCMV do salário mínimo e áreas destinadas ao uso comercial para custeio dos condomínios, aumento dos subsídios, atualização dos valores dos imóveis atendidos pelo programa, prioridade para as famílias em áreas de risco, insalubres ou que tenham sido desabrigadas etc. (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 21; n. 117, ano 64, 2011, p. 50-1).

⁶⁰ Enquanto os fluxos de investimento estrangeiro direto se contraíam nos países desenvolvidos, a América Latina e o Caribe, mas principalmente a América do Sul, foi a região mais dinâmica, com o maior número de ingressos e saídas de IED. No Brasil, esses investimentos aumentaram 87% em relação a 2009 e o país conquistou o primeiro lugar na região, com R\$ 76,9 bilhões, o maior resultado nominal desde 1947, quando começou a série histórica (CEPAL, 2010, p. 10; INVESTIMENTO 2011).

internacional e o excelente desempenho dos investimentos nesses ativos⁶¹, que indicavam, no mínimo, a permanência no ritmo dos negócios do pré-crise.

Com relação à quase totalidade das fontes de financiamento do setor imobiliário⁶², o Anuário da Uqbar de 2011 destacou que as cifras de 2010 bateram recordes históricos em termos de montante e de taxas de crescimento anual⁶³. O FGTS e o OGU (Orçamento Geral da União), as duas principais fontes públicas de financiamento imobiliário, emprestaram, respectivamente, em 2010, R\$ 27,55 bilhões, superando em 72,1% o ano anterior, totalizando 660.052 unidades financiadas, e R\$ 48,46 bilhões, aumento de 44,5% sobre o ano de 2009. O montante de financiamento imobiliário concedido com recursos do SBPE saltou de R\$ 34,02 bilhões, referente a 302.680 unidades, para R\$ 55,99 bilhões, financiando 416.384 unidades, um crescimento de 64,6% se comparado com 2009. As LCIs (Letras de Crédito Imobiliário)⁶⁴ também atingiram os maiores valores desde que começaram a ser negociadas, foram R\$ 39,06 bilhões depositados nessas letras de crédito, superior aos R\$ 26,19 bilhões do ano anterior. Os FIIs⁶⁵ (Fundo de Investimento Imobiliário) apresentaram enorme liquidez em suas negociações diárias e um grande salto nos valores dos seus negócios, em relação a 2009: o valor de mercado dos fundos ascendeu 99,7%, para R\$ 8,12 bilhões, e a captação de recursos via emissão de cotas cresceu 223,6%, um total de R\$ 4,07 bilhões em 2010⁶⁶. As emissões de CRIs⁶⁷ (Certificado de

⁶¹ Em reportagem de novembro de 2009, a Revista CM abordava o aumento da atratividade dos ativos imobiliários - baixa volatilidade dos retornos, bom desempenho e baixa correlação com outros ativos – junto aos fundos de pensão, dada a queda na taxa Selic, referência de remuneração dos títulos da dívida pública (Rev. CM, n. 100, ano 62, 2009, p. 26).

⁶² Não serão reproduzidos aqui dois instrumentos de captação de recursos, citados no Anuário da Uqbar de 2011, pela sua baixa capacidade financeira, segundo essa fonte, são eles: os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), outra forma de securitização com lastro imobiliário, e as Letras Hipotecárias (LH), com tendência ao desaparecimento, pois substituídas pelas LCIs em decorrência da sua maior capacidade de garantia.

⁶³ Apesar de muitos investidores estrangeiros terem aportado capital no Brasil naqueles anos, havia uma reclamação geral de que tanto no Brasil, como no setor, os empresários não estavam preparados para se comunicar com os investidores do mercado financeiro (Rev. CM, n. 108, ano 63, 2010, p. 34-41).

⁶⁴ As LCIs funcionam como um empréstimo para as instituições financeiras, que captam o dinheiro e financiam a construção, compra e reformas de imóveis, portanto, as letras de crédito têm como lastro a carteira de crédito do banco e é remunerada com juros e correção.

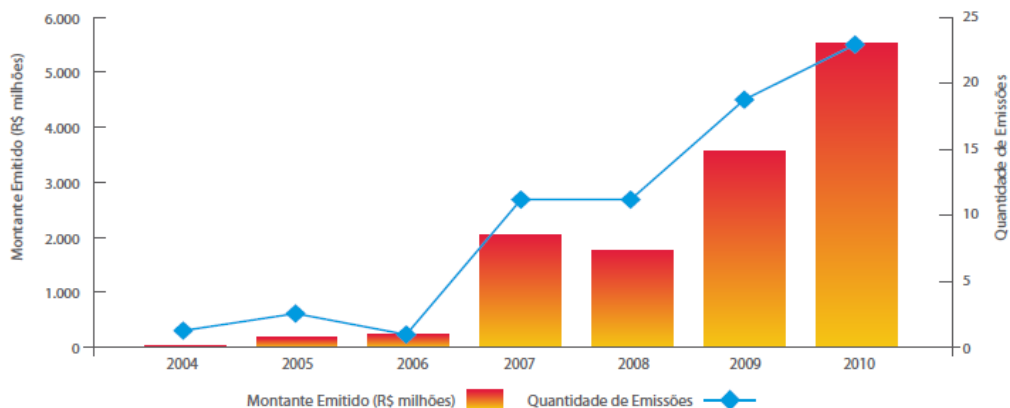
⁶⁵ Os FIIS investem em ativos imobiliários, que envolve desde a construção e aquisição de imóveis até títulos financeiros relacionados ao mercado imobiliário, tais como as LCIs, CRIs, cotas de outros fundos, ações do setor etc. Os fundos são compostos por cotas, adquiridas e transacionadas em bolsa de valores, e que representariam o seu patrimônio, embora seja comum os valores das cotas e do mercado dos fundos oscilarem para além ou aquém desse patrimônio do fundo. O investidor recebe remuneração com a negociação das cotas ou receitas provenientes de lucro, aluguel etc., referente à composição do seu patrimônio.

⁶⁶ A parcela dos FIIs investida em imóvel destinado à residência foi de apenas 2,7% do total dos investimentos em imóveis para o ano de 2010. Os escritórios, varejo e shopping centers somaram 75% dos imóveis adquiridos pelos fundos nesse ano (UQBAR, 2011). Ainda assim, as ofertas de FIIs residenciais bateram recorde em 2010. Até o mês de agosto o volume de emissão chegou a R\$ 3,5 bilhões, enquanto em todo o ano de 2009 foi de R\$ 3,4 bilhões. Esse modelo de FII investe em sociedade com outro investidor através de SPE (Rev. CM, n. 113, ano 63, 2010).

⁶⁷ Os CRIs são títulos que representam créditos concedidos para financiar projetos imobiliários, por isso quem investe nesses instrumentos de securitização tem direito sobre os fluxos de pagamentos desses créditos. A empresa

Recebível Imobiliário) somaram, em 2010, R\$ 8,54 bilhões, quantia superior aos R\$ 3,80 bilhões de 2009 e maior que o recorde anterior, de R\$ 4,71 bilhões em 2008⁶⁸. Os estoques em CRIs fecharam 2010 em R\$ 18,92 bilhões, quase o dobro do ano anterior. Os estoques de CCIs⁶⁹ (Cédulo de Crédito Imobiliário) no fim de 2010 também dobraram, somando R\$ 24,29 bilhões. No que concerne às emissões de ações, as companhias do setor imobiliário realizaram, nos dois últimos anos, 15 ofertas públicas, somando R\$ 10,5 bilhões, não superando a marca de 2007, com 22 emissões em um total de R\$ 12,27 bilhões. Isso ocorreu, segundo o Anuário 2011 da Uqbar, porque as condições de mercado tornaram a emissão de debêntures mais vantajosas do que a de ações⁷⁰. Foram 23 emissões de debêntures por empresas do setor imobiliário no ano de 2010, no valor de R\$ 5,53 bilhões, e 19 emissões no ano anterior, no valor de R\$ 3,57 bilhões. Abaixo, seguem dois gráficos, o primeiro ilustra o montante crescente de emissões de debêntures (p. 34), em especial nos últimos dois anos, enquanto o segundo demonstra que as emissões de ações não chegaram aos valores captados nos anos de 2006-2007 (UQBAR, 2011, p. 34, 38):

Gráfico 11: Histórico das emissões primárias de Debêntures de empresas do setor imobiliário



Fonte: Uqbar (2011, p. 34).

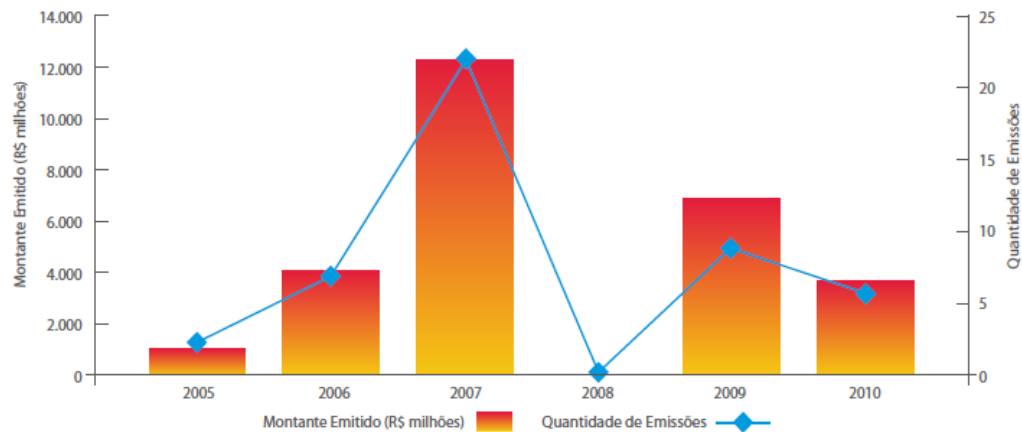
que concedeu o crédito recebe o dinheiro à vista, enquanto a companhia securitizadora transforma esses créditos em títulos (CRIs) para serem negociados no mercado financeiro. O lastro dos créditos pode ser composto por financiamentos residenciais, comerciais, construções, locação, arrendamento, etc.

⁶⁸ No ano de 2010, em torno de 15% das emissões foram lastreados por créditos originados de pessoas físicas para a compra de imóveis residenciais (UQBAR, 2011).

⁶⁹ As CCIs representam um direito sobre créditos e são emitidas, principalmente, por construtoras, incorporadoras e bancos, que negociam essas cédulas, lastreadas em dívida imobiliária, e recebem o seu valor correspondente, transferindo a outro o direito sobre esse crédito. As CCIs são predominantemente usadas como lastro dos CRIs, mas também são adquiridas por bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, etc.

⁷⁰ “No final de 2010, o Governo Federal lançou uma série de “medidas de desenvolvimento e modernização financeira ‘visando estimular o financiamento de longo prazo da economia brasileira”. Apesar das mudanças regulatórias se aplicarem de forma mais abrangente para o mercado de debêntures, o setor imobiliário tende a ser um dos principais beneficiários de tais medidas (UQBAR, 2011, p. 11)”.

Gráfico 12: Histórico das emissões primárias de Ações de empresas do setor imobiliário



Fonte: Uqbar (2011, p. 38).

Atenta a esse crescimento dos investimentos, a consultoria Colliers Internacional divulga uma pesquisa em abril de 2010, com dados relativos ao mês de dezembro de 2009, que aponta São Paulo na quinta posição no número de lançamentos de edifícios corporativos de alto padrão em meio a 61 países e 154 mercados, atrás apenas de Moscou, Cantão, Dubai e Xangai (Rev. CM, n. 106, ano 63, 2010, p. 8). Segundo a consultoria Economática, a partir dos dados do terceiro trimestre de 2010, entre 39 empresas de capital aberto do setor de construção residencial do continente americano, as oito mais lucrativas foram brasileiras – PDG Realty, MRV, Cyrela, Gafisa, Rossi, Brookfield, Even e Eztec. Em valor de mercado, a PDG Realty assumiu a primeira colocação, com US\$ 6,911 bilhões, a Cyrela em segundo, com US\$ 5,395 bilhões e a Gafisa em sétimo, com US\$ 5,123 bilhões (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 6).

No que diz respeito às fusões e aquisições, os dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) demonstravam que 2009 deu prosseguimento ao movimento anterior, mesmo em meio à crise do mercado financeiro norte-americano. Em 2007, foram 11 fusões envolvendo empresas de capital aberto do setor da construção, no valor de R\$ 2,8 bilhões; em 2008, 7 fusões somaram R\$ 2,3 bilhões; em 2009, 6 operações contabilizaram R\$ 4,5 bilhões e representaram 8,22% das fusões e aquisições no Brasil. Enquanto por esse critério no primeiro quadrimestre de 2009 apenas uma grande aquisição tinha sido realizada, com os critérios da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC)⁷¹ foram registradas 10 transações no setor da construção. Essas operações procuravam viabilizar a atuação das empresas em diversos locais, antes não atingidos, bem como a produção em novos

⁷¹ A consultoria contabiliza as seguintes operações: aquisições de participações não-controladoras (transações em que o controle não é transferido com as ações, somando menos de 50% do capital), aquisição controladora, fusões (duas empresas deixam de existir e geram um terceira empresa), incorporações (absorção de uma empresa por outra), joint-venture (empresas criam uma nova empresa, sem deixarem de existir independentemente) e não apenas operações com empresas de capital aberto (Rev. CM, n. 108, ano 63, 2010).

segmentos de renda, além de permitir os ganhos com escala, conhecimento e o acesso a terrenos escassos e capital (Rev. CM, n. 108, ano 63, 2010).

A alta atratividade do mercado da habitação e a falta de capital nas incorporadoras e construtoras para acompanhar a velocidade de crescimento desse mercado, sobretudo nas pequenas e médias empresas com potencial para atuar na baixa renda, atraiu os fundos de investimento em participações para realizarem grandes aportes de capital nessas empresas, segundo a Revista CM (Rev. CM, n. 99, ano 62, 2009, p. 54-5). É por meio dos fundos de *equity* ou fundos mezaninos que as médias e pequenas empresas acessam o mercado de capitais, explica Pedro Klumb, sócio da MSFI. Ele define as duas modalidades básicas:

Uma é o investimento direto, o *equity* puro: o fundo entra como sócio, com 50% dessa SPE (Sociedade de Propósito Específico) e o incorporador com 50%. Lucro repartido. Outro é o modelo mezanino, em que o fundo entra, por exemplo, com 70% do capital necessário e o comprador/cliente, com 30%. Sobre esses 70%, o incorporador paga juros que giram em torno de algo como 12% ao ano, mais uma participação de 20% do resultado (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 15).

Outra reportagem da Revista CM explica que no caso dos investimentos via participação societária, os fundos adquirem frações das empresas em expansão, viabilizando o desenvolvimento e os negócios para depois vender com lucro a parcela adquirida (Rev. CM, n. 104, ano 63, 2010, p. 30-7).

De acordo com a pesquisa realizada pela Empea (Emerging Markets Private Equity Association) e a Coller Capital em 2009, o Brasil foi o segundo país emergente mais atrativo para esse tipo de investimento. Entre 2005 e 2008, segundo dados do Panorama da Indústria Brasileira de Private Equity e Venture Capital - realizado pelo Centro de Estudos em Private Equity e Venture Capital da Fundação Getúlio Vargas -, o capital comprometido no país passou de R\$ 8 bilhões para R\$ 27 bilhões, sendo 17% destinado à construção civil (Rev. CM, n. 104, ano 63, 2010, p. 30-7). Segundo a ABVCAP (Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital), os fundos brasileiros passaram de quatro empresas do setor em suas carteiras, em 2004, para 61 em 2009 (Rev. CM, n. 118, ano 64, 2011). Nesse ano, aponta a Revista CM, o setor imobiliário foi o terceiro maior negócio na carteira desses fundos em número de empresas, que se apresentaram como alternativas às OPAs e viriam a somar em 2010 uma quantia investida nas empresas do setor imobiliário equivalente às emissões de ações no período. Em 2010, 68% dos investimentos concentravam-se em São Paulo, seguido de 21% no Rio de Janeiro, mas havia ainda grande potencial de crescimento do setor imobiliário em cidades de 200 a 400 mil habitantes (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011, p. 45).

Seguem alguns exemplos do crescimento das pequenas e médias empresas impulsionado pelos investimentos dos fundos de Private Equity ou FIPs (Fundos de Investimento em Participações):

A construtora e incorporadora Sabiá, com apenas três anos de mercado, está recebendo investimentos da ordem de R\$ 50 milhões e planeja crescer 350% em VGV (Valor geral de vendas) só em 2010. Outra construtora de pequeno porte, a Altana, fechou um contrato de R\$ 30 milhões para aumentar em 500% a média anual de lançamentos num período de dois anos. A maranhense Meta Construtora, de 2008 para cá, capitalizou-se com R\$ 25 milhões, ampliou o faturamento do conjunto de seus empreendimentos em 10 vezes e quadruplicou seu caixa (Rev. CM, n. 104, ano 63, 2010, p. 30).

O caso da Kallas Incorporações e Construções oferece outro exemplo da entrada de capital financeiro por outras vias que não pelas OPAs. Segundo a Revista CM, a empresa manteve o capital fechado para manter maior flexibilidade e independência em relação aos parâmetros dos analistas e investidores do mercado financeiro, que empurraram as empresas para formar grandes banco de terrenos e empreendimentos com baixa rentabilidade, ambos geradores de prejuízo. Entre 2009 e 2010, a empresa passou de R\$ 200 milhões para R\$ 600 milhões em lançamentos e o lucro líquido saltou de R\$ 33 milhões para R\$ 90 milhões, com a meta de ampliar a sua área de ação, restrita a dois estados e ao distrito federal, assim que recebesse novo funding. A capitalização da Kallas se deu através de inúmeras formas: parcerias com empresas de capital aberto, com o fundo de investimento CarVal e a RB capital (empresa de crédito estruturado e investimentos imobiliários); debêntures; securitização de créditos; financiamentos bancários; planejava também duas grandes *joint ventures* e conversava com entidades financeiras para receber um grande aporte de capitais, sem descartar a possibilidade de uma OPA (Rev. CM, n. 117, ano 64, 2011, p. 14-8).

Do ponto de vista das fontes, a construção habitacional retomava a perspectiva de crescimento contínuo e estável, o que refletia nos índices de otimismo do empresariado. As oscilações nos preços das ações para cima e para baixo - para além do que uma análise rigorosa da capacidade operacional das incorporadoras/construtoras indicaria, nos termos do debate já citado -, as mudanças nas estratégias de crescimento e expansão das empresas, as vendas de terrenos, o retorno das empresas às regiões de origem, a retração dos lançamentos, entre outros, resultantes da crise, não estavam mais no horizonte predominante dos sujeitos retratados pelas revistas. Enquanto ficava para trás desse olhar a paralisação gerada pelo encolhimento do crédito e do capital externo, a retomada em patamares superiores deixa evidente a sincronia do setor com a entrada em volumes inéditos na história do país do capital financeiro em suas diversas formas no setor imobiliário. O Estado brasileiro, em sua versão desenvolvimentista, como apresentei acima, disponibilizava os fundos públicos para a produção e o consumo,

incentivando o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos construtivos, assim como a produção da infraestrutura urbana capaz de abrigar os novos milhões de unidades habitacionais. Nas publicações consultadas, em que pese as reclamações permanentes do empresariado acerca da insuficiência das medidas do governo, fica evidente uma ação integrada, cujos resultados deveriam ser tão conhecidos e previsíveis quanto foi o planejamento e os pressupostos racionais que a embasaram.

1.5 Os velhos problemas do novo ciclo de crescimento

O aumento no volume dos negócios realizados na esfera financeira, cuja referência é o setor imobiliário, e a captação de recursos pelas incorporadoras e construtoras avançavam simultaneamente aos problemas envolvendo a produção dos imóveis, de acordo com as revistas consultadas à época. Ainda nos termos das fontes, esse crescimento dos investimentos não era acompanhado na mesma proporção pelas ofertas dos materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra necessários à produção e pela capacidade do setor de produzir na quantidade exigida, com a qualidade adequada e dentro das margens de custo e lucro esperadas pelas empresas e investidores. “É nos canteiros de obra que hoje estão os principais desafios das empresas [...]”, afirmava reportagem da Revista CM (Rev. CM, n. 113, ano 63, 2010, p. 30).

A crise, aponta o periódico CC, já havia encontrado o setor perto do limite de sua operação, com enormes dificuldades em contratar mão de obra, escasseamento de materiais e equipamentos para construção e inflação dos preços dos terrenos, empurrando os custos para cima e pressionando os lucros (Rev. CC. n. 3, ano VII, 2009). Mas apesar de certo alívio que a crise ofereceu em relação a esses limites, em decorrência da redução dos lançamentos e da revisão das metas das construtoras/incorporadoras, conseqüentemente, permitindo o aumento da capacidade ociosa das indústrias de materiais e equipamentos e a redução da demanda por mão de obra, o interregno de arrefecimento dessas tensões foi curto. Em meados de 2009, as pressões sobre os negócios voltaram, como sinalizavam a retomada das contratações⁷², da concorrência, dos lançamentos e do aumento da demanda sobre os insumos da construção. Esperava-se um crescimento maior do que nos anos pré-crise, puxado pelo investimento público

⁷² Na contratação de operários, o ano de 2009 já superava o pico de 2008 e havia falta de alguns profissionais de acabamento (Rev. CM, n. 101, ano 62, pg. 22-7). Muitas empresas discutiam estratégias para aumentar a produtividade da força de trabalho, reter os profissionais, além de acordos para evitar os elevados ganhos salariais e a sua circulação entre empresas.

e privado em habitações e infraestrutura (Rev. CM, n. 98, ano 62, 2009; n. 99, ano 62, 2009, p. 54-5; n. 101, ano 62, 2009, p. 16; Rev. CC, n. 4, ano VII, 2009).

O Sinduscon – SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de São Paulo) iniciou o ano de 2010 com a expectativa de crescimento no PIB do setor da construção de 8,8%, ao mesmo tempo em que os problemas relativos à mão de obra, materiais, equipamentos etc., precipitavam ameaçar os resultados, como se vê, por exemplo, no alerta da Revista CM: “A disputa setorial por operários já afeta a dinâmica da gestão (inclusive financeira) de incorporadoras e construtoras (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 26)”. De acordo com reportagens dessa revista, o principal gargalo a ser enfrentado era, novamente, a falta de mão de obra qualificada a nível nacional, em todos os níveis de escolaridade e, dessa vez, por todos os ramos da construção civil - infraestrutura, preparativos para a Copa de 2014, programa Minha Casa, Minha Vida e obras públicas diversas. Em uma de suas publicações, o periódico CM se perguntava: “(...) para dar conta dos US\$ 300 bilhões que serão investidos tanto no setor público (em especial pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) quanto do privado nos próximos anos, será preciso contratar 300 mil engenheiros em um curto espaço do tempo. A questão que fica é: tem gente para isso? (Ibidem, p. 31)”. Fábio Villas Boas, diretor técnico da Tecnis, falava que entre as alternativas para suprir a falta de engenheiros - que além de demorarem para se formar, depois de empregados tinham rapidamente os salários elevados e queriam ocupar outros cargos e sair dos canteiros - estavam: “roubar” profissionais das indústrias, recuperar os aposentados e aumentar a importação de sul-americanos (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 31). Para resolver esse problema da falta de mão-de-obra qualificada⁷³, aponta a fonte citada, foram implementadas diversas ações⁷⁴, envolvendo sindicatos, organizações de classe, recursos públicos federais em parcerias com Estados, municípios e a iniciativa privada; muitas empresas também aumentaram a mecanização dos canteiros para economizar trabalhadores (Rev. CM, n. 103, ano 63, 2010). Além desses meios mais recorrentes, como as

[...] iniciativas governamentais, de ONGs, do “Sistema S” e mesmo das empresas no sentido de formar mais trabalhadores para o setor, o mercado tem procurado grupos sociais menos convencionais nos canteiros, como os egressos do sistema penitenciário, os estrangeiros e as mulheres – estas, já uma realidade nos canteiros de obras (Rev. CM, n. 112, ano 63, 2010, p. 26)

⁷³ A mão de obra não qualificada também estava escassa, dizia Paulo Sanches, diretor da construtora paulistana Sinco, que além disso também reclamava que todos estavam galgando cargos, ganhando aumentos de salários e o migrante nordestino não queria mais sair do seu lugar de origem (Rev. CM, n. 103, ano 63, 2010, p. 35).

⁷⁴ O Sinduscon – SP, por exemplo, através de um acordo com o Senai, propôs o treinamento nos próprios canteiros de obras com a criação dos canteiros-escolas, que evitava tirar o trabalhador da obra, por isso não prejudicava a produção e reduzia os custos com transporte (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 14, 31).

O novo ciclo de aumento da demanda na construção civil superava a capacidade das indústrias fornecerem máquinas e equipamentos – guias, escoras, andaimes, elevadores, empilhadeiras, retroescavadeiras, carregadeiras etc. -, mesmo com a sua expansão realizada nos anos 2007-2008. Faltavam peças de reposição, máquinas e equipamentos também nas locadoras – o aluguel é a principal forma de acessar esse capital fixo -, o que levou algumas empresas a comprá-los, inclusive com incentivos governamentais, passando a arcar com os custos da manutenção e a dificuldade em encontrar mão de obra para operá-los. As tentativas de importar as peças, máquinas e equipamentos deparavam-se com a desmobilização das indústrias externas atingidas pela crise. As indústrias nacionais e as locadoras iniciavam a sua expansão para atender a demanda e, face a perspectiva de escassez ao longo do ano, os preços subiam. Uma forma de minimizar os custos para não derrubar as margens, relatada pela Revista CM, foi a fidelização com os fornecedores e a locação com pagamento adiantado de até seis meses. A situação não era melhor do lado dos materiais da construção. Os representantes dos setores de cimento, blocos cerâmicos e concreto, aço, caixilhos de alumínio e PVC e formas e escoramentos apontavam, em uníssono, para o crescimento dos preços, ajustados pelo mercado e pela pressão das matérias primas, energia, fretes, combustíveis e tributos (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010).

No final de 2010, considerando esse cenário de escassez de materiais de construção e equipamentos, somado ao real valorizado e aos preços competitivos dos produtos importados, Fernando Garcia, professor da FGV e coordenador da área habitacional de um estudo desenvolvido pela LCA Consultores e pela FGV Projetos encomendado pela Fiesp, tratava da necessidade de um plano de competitividade para a indústria nacional, articulando as empresas e o Estado para aumentar a escala da produção, mudar as tecnologias, reduzir os tributos e o custo do capital para investimento. Outro problema abordado por Garcia estava ligado à concentração da produção industrial no Sudeste, enquanto as obras se espalhavam por outras regiões, o que implicava a necessidade de diversificação regional, que já estava sendo planejado pela indústria (p. 10-3) (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011).

A sobrecarga chegou às instituições públicas responsáveis pelos registros, pelas licenças e a aprovação dos projetos, pois não havia uma estrutura capaz de viabilizá-los com a rapidez necessária, criando impactos na liberação dos financiamentos, no prazo das obras e no retorno sobre os empreendimentos (Rev. CM, n. 111, ano 63, 2010). Ainda no que diz respeito à questão normativa, o programa MCMV exigiu o cumprimento das Normas de Desempenho para Edificações Habitacionais, porém essa exigência esbarrava na insuficiência dos laboratórios

instalados para efetuar os ensaios de materiais, componentes e sistemas construtivos (Rev. CM, n. 112, ano 63, 2010).

O retorno do crescimento do mercado imobiliário trouxe de volta a escassez de terrenos em muitos centros metropolitanos, segundo a Revista CM, daí as ações públicas para abrir novas frentes de expansão imobiliária através de operações urbanas, investimentos públicos e mudanças nos usos de antigos terrenos (Rev. CM, n. 113, ano 63, 2010). Nessa direção, Fernando Garcia, um dos responsáveis pelo estudo encomendado pela Fiesp citado acima, afirmava que não havia terras disponíveis para construir o volume de moradias suficientes para acabar com o déficit habitacional, sendo necessário a intervenção de políticas que viabilizassem essa oferta: regularização de áreas, alteração do zoneamento, criação de espaço urbano sobre área rural e valorização e recuperação de áreas deterioradas (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 12).

Muitos dos problemas até aqui descritos provocaram, segundo o periódico CM, um crescente número de atrasos nas obras, que atingiram diferentes regiões e segmentos de renda, afetando a credibilidade das empresas, o fluxo de caixa, elevando os custos, o risco jurídico, inviabilizando a disponibilidade das equipes para outras obras, etc (Rev. CM, n. 110, ano 63, 2010). João da Cunha Rocha Lima, do NRE da Poli – USP, alertava também para os problemas nas parcerias firmadas entre as grandes empresas e as empresas regionais (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 35). No mês de dezembro de 2010, a revista CM trazia uma reportagem especial que tratava dos desafios nos canteiros de obras, destacando o estouro dos custos em muitas empresas e o aparecimento recorrente de falhas técnicas. De acordo com a reportagem, “[...] falta competência do mercado para responder, em prazos curtos e com orçamentos apertados, a um número cada vez maior de empreendimentos, distribuídos nacionalmente e com tecnologias cada vez mais complexas. Se antes era preciso capitalizar, hoje é urgente resgatar a engenharia (Rev. CM, n. 113, ano 63, 2010, p. 30)⁷⁵”.

Ao longo de todo o ano de 2010 as revistas consultadas publicaram os sucessivos esforços, que já pontuavam as suas publicações desde a retomada no pós-crise, dos empresários e as propostas de especialistas para superar, amenizar ou antecipar os crescentes entraves à construção civil. As empresas aumentavam a atenção com a gestão da qualidade para reduzir

⁷⁵ Após consultar especialistas, a reportagem explica que a solução passaria, basicamente, pela melhoria da qualidade da formação do engenheiro, integrando o currículo e as universidades às necessidades do mercado por inovações e tecnologias, além do reposicionamento do engenheiro no canteiro de obras, responsabilizando-o pelos prazos, custos e a qualidade, retirando da sua responsabilidade outras tarefas que mudassem o foco. A ideia era retirar os engenheiros dos trabalhos administrativos para que pudessem concentrar-se na supervisão técnica (Rev. CM, n. 113, ano 63, 2010).

os desperdícios, o retrabalho, os custos de manutenção e garantir a qualidade do produto, uma vez que os defeitos e a queda na qualidade desqualificavam a marca da empresa (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 38). A segurança no trabalho também era outra preocupação, já que poderia impactar nos custos das empresas – arcar com custos de acidentes ou mortes, investir novamente em treinamento, contratar novos profissionais, paralizações das obras pela justiça, danos à imagem da empresa etc (Ibidem, p. 39). Para antecipar possíveis riscos de lançamento, muitas empresas recorriam às pesquisas de mercado para diagnosticar a demanda em determinadas regiões e certos produtos (Rev. CM, n. 107, ano 63, 2010, p. 56-7).

Nesse contexto de aumento dos custos, riscos de lançamentos fora da demanda de mercado e pressão sobre os lucros, Maria Covelo Silva, diretora da NGI Consultoria e Desenvolvimento Ltda, analisava que, do ponto de vista da construção, a máxima produtividade com as tecnologias tradicionais já teria sido atingida mediante a racionalização do projeto e o uso de novos materiais e componentes. No novo cenário, era necessário reduzir o ciclo total da produção, diminuir a necessidade de mão de obra e os riscos de qualidade que decorrem da sua falta de experiência, bem como elevar a produtividade em toda a cadeia produtiva para reduzir os custos, atender aos regulamentos e normas técnicas etc. De acordo com Silva, o caminho

Para elevar significativamente a produtividade sem comprometer a qualidade (entendida como desempenho dos edifícios construídos ao longo de sua vida útil) e a segurança, e ainda poder atender a todos os demais requisitos legais da atividade, [...] é a introdução de métodos de trabalho, ferramentas de tecnologia da informação⁷⁶, materiais, componentes, sistemas construtivos e equipamentos de produção que tirem o caráter artesanal da produção ainda presente no nosso modelo, herdado de anos e anos de falta de escala para essa transformação (Rev. CC, n. 3, ano VIII, 2010, p. 14).

As preocupações sobre os limites da lucratividade recebiam atenção redobrada na faixa de 0 a 3 salários mínimos do programa MCMV, pois atingir o “novo filão do mercado” dependia de novas formas de produzir. Com o preço fechado, o lucro não poderia vir do que os empresários denominam de agregação de valor ao produto – arquitetura, marca da empresa, tecnologia no edifício, bairro etc. -, mas estaria ligado ao custo de produção. Algumas soluções eram apontadas pela Revista CM, tais como a produção de alguns insumos no canteiro – concreto, pré-moldados e blocos -, o uso de equipe própria de trabalho, a construção em escala,

⁷⁶ Reportagem da Revista CM de fevereiro de 2011 trata do uso e implantação nas empresas brasileiras do sistema de Modelagem da Informação da Construção, tradução do termo BIM (Building Information Modeling). “Ao permitir a construção virtual dos edifícios antes que eles sejam erguidos no terreno real, o BIM (Building Information Modeling) tem prometido revolucionar a área técnica das empresas de construção no Brasil. Por meio da criação de um modelo 3D que congrega todas as disciplinas de projetos, é possível detectar antecipadamente as incompatibilidades construtivas. O modelo permite extrair quantitativos automáticos dos materiais e, integrado a informações de custos e prazos, estudar sequências construtivas, simular alternativas tecnológicas, melhorar a logística de canteiro, entre inúmeras outras possibilidades que devem mexer com a produtividade das empresas”. Com a possibilidade de reduzir os erros, os prazos de entrega serão mais ágeis, o planejamento fica mais eficiente ao simular a produção e a logística otimizada (Rev. CM, n. 115, ano 64, 2011, p. 26).

a padronização dos produtos, a compra antecipada e negociada de materiais para evitar a inflação, os atrasos e a falta de suprimentos etc. O setor propunha ao poder público, para viabilizar a produção com a taxa de lucro esperada, aumentar o valor por unidade, a cessão de terrenos, incentivos fiscais e infraestrutura (Rev. CM, n. 109, ano 63, 2010).

O estudo apresentado pela Fiesp em novembro de 2010, durante o nono ConstruBusiness (Congresso Brasileiro da Construção), que tinha como objetivo manter o crescimento econômico no setor de infraestrutura e habitação até 2022, além de atender ao déficit habitacional, também apontava o aumento da produtividade como saída para os problemas do setor. Diante de escassez de trabalhadores, o Brasil precisa ter um incremento de produtividade de 3% ao ano e qualificar o trabalhador para lidar com as novas tecnologias e, ainda assim, será necessário aumentar o número de trabalhadores de 6,9 milhões na construção para 10,2 milhões, afirmava Fernando Garcia, professor da FGV e coordenador desse estudo na área habitacional. Segundo ele, “Se tivéssemos um ritmo de aumento da produtividade de 3% ao ano nos últimos cinco anos estaríamos pagando os mesmos salários, mas ocupando menos trabalhadores e teríamos obras mais rápidas, com menos desperdício etc”; sem esse aumento de produtividade vai permanecer a escassez de mão de obra e a demanda não será atendida. O aumento da produtividade deverá ser atingido por duas iniciativas: aumentar o número de máquinas e equipamentos, o que o Brasil já vem fazendo desde os anos 90, e reduzir a carga tributária para estimular a mudança e a difusão de novas tecnologias (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 10-11).

Ainda nesse ano, uma reportagem da Revista CM ecoava os rumores acerca da formação de uma bolha imobiliária, logo descartada pela maioria dos especialistas e representantes do setor, que procuraram explicar o elevado número de lançamentos, das vendas, do crescimento dos preços e do crédito ancorados no crescimento do poder aquisitivo da população e na demanda reprimida até a pouco tempo. Alguns especialistas apontavam, todavia, o risco de falta de liquidez em alguns tipos de empreendimentos e faixas de renda caso o mercado não corrigisse o excesso de lançamentos e os preços elevados em certos nichos (Rev. CM, n. 108, ano 63, 2010, p. 28-33). Alguns meses mais tarde, Luiz Paulo Pompéia, diretor da Embraesp, advertia para o risco de saturação de demanda em certos nichos de moradia e tipos de escritório em São Paulo, assim como em algumas cidades do interior paulista e capitais, enquanto na baixa renda a demanda seguia maior que a oferta (Rev. CM, n. 114, ano 64, 2011, p. 36).

Desde os anos pré-crise, uma possível insolvência dos consumidores não foi motivo de preocupação, os clamores encontrados nas fontes consultadas iam no sentido oposto, o de aumentar o crédito imobiliário como porcentagem do PIB, endividamento para o qual as fontes

disponíveis até então pareciam insuficientes. Se até aquele momento os recursos da poupança e do FGTS ainda garantiam a demanda, a expectativa de crescimento futuro do mercado seria inviabilizada se dependesse somente dessas fontes. Luiz A. N. de França, diretor de crédito imobiliário do Banco Itaú e presidente da Abecip, alertava no final de 2008, que o país precisaria encontrar outras fontes de funding para as operações de crédito imobiliário, já que a caderneta de poupança deveria durar mais dois ou três anos, sendo insuficiente para a demanda de crédito. Paradoxalmente, enquanto França dizia que o Brasil teria pela frente um longo caminho para aumentar o crédito imobiliário sobre o PIB, que era de 2% - os países desenvolvidos têm média superior a 60% -, a mesma reportagem apresentava que pelas estatísticas do Banco Central, o índice de inadimplência do crédito ao consumidor chegava a 7%, fato que França minimizava, argumentando sobre a necessidade de tomar os devidos cuidados na concessão de crédito e de garantir uma proporção na entrada dos empreendimentos (Rev. CM, n. 87, ano 61, 2008, p. 14-7).

José M. A. Lopez, superintendente-executivo do banco Santander, apontava mecanismos de mercado como alternativa à escassez de crédito (Rev. CC, n. 3, ano VII, 2009, p. 14). Fabio Nogueira, Diretor da Brazilian Finance & Real State, afirmava que o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário) e a securitização se consolidaram e já podem ser uma alternativa aos recursos da poupança e do FGTS para financiar o setor imobiliário (Rev. CC, n. 3, ano VIII, 2010, p. 11-3). Na mesma linha, os Bancos e a Abecip (Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) indicavam algumas fontes alternativas: securitização dos créditos bancários, que começava a ser implementada pela Caixa, embora ainda existissem entraves nos bancos privados; investidores internacionais; liberação do compulsório da poupança e covered bonds (papéis garantidos por financiamentos de diversos tipos, formando um pool, forma de securitização com modos de garantia distintos dos já existentes) (Rev. CM, n. 108, ano 63, 2010; Rev. CC, n.3, ano VIII, 2010).

Dois outros aspectos em relação ao crédito chamam a atenção no material consultado. Em ordem histórica, um primeiro, no início de 2010, está relacionado com a taxa Selic da economia e a taxa de atratividade dos negócios. Com a perspectiva de aumento da Taxa Selic, um efeito em cascata era desencadeado: aumento no custo do crédito para as empresas, por conseguinte dos custos do empreendimento, e risco de inadimplência do consumidor. A taxa serve também para validar o investimento, explica o coordenador do NRE da Poli – USP, João da Rocha Lima:

Embora não tenha uma ligação direta com nenhuma parte do negócio, a Selic é usada como um balizador das taxas de atratividade dos negócios nos diferentes segmentos da economia. Em real state, como nos demais setores, se admite que os

empreendedores arbitrem suas taxas de atratividade, que usam na validação dos preços dos empreendimentos, levando em conta a taxa referencial de juros (Selic) (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 36)

Desse modo, “Selic para cima, colabora para que preços fiquem mais altos. Para baixo, reduz os preços a patamares mais moderados. No segmento imobiliário, a taxa em baixa torna os investimentos em real state mais atrativos em relação às opções em produtos financeiros (Ibidem, p. 36)”. O segundo aspecto diz respeito ao recorde recente na concessão de crédito pelos bancos para a compra de imóveis. Nas palavras do consultor Roberto Sampaio do NRE – Poli USP, ex diretor de real state dos bancos Citibank e HSBC, havia três razões para isso: o crédito imobiliário era a única operação de pessoa física que ainda não tinha sido totalmente explorada pelos bancos de varejo - as outras opções de crédito (veículos e consumo em geral) e suas alternativas para outros produtos, mais rentáveis, já estavam esgotadas e a concorrência acirrada -, a queda na Selic e a possibilidade de fidelizar clientes e manter operações em longo prazo (Rev. CM, n. 116, ano 64, 2011, p. 14-7; n. 118, ano 64, 2011, p. 50-2).

No ano de 2011, tem início o primeiro mandato da presidenta Dilma Rouseff. O sexto mês da sua gestão é marcado pelo lançamento oficial da segunda fase do MCMV, com a sanção da lei 12.424/11, que modificava o texto do programa habitacional. Com a meta de construir dois milhões de unidades até 2014, o governo anunciou investimentos de R\$ 125,7 bilhões, sendo R\$ 72,6 bilhões em subsídios e R\$ 53,2 bilhões em financiamentos. Entre as mudanças⁷⁷ merecem destaque os reajustes dos preços máximos dos imóveis em todas as faixas de renda. O empresariado, contudo, não ficou satisfeito com o aumento do preço dos imóveis na faixa 1, que mesmo com ajustes ainda era desestimulante, segundo eles, sobretudo com o aumento no preço dos insumos e dos terrenos nos grandes centros. A concentração de 60% dos recursos na baixa renda e o limite máximo de R\$ 5.000 de renda para se enquadrar no programa, sem chegar a completar dez salários mínimos, também foram alvos de reclamações, mas as insatisfações se prolongaram por muitos elementos, como a demora no prazo de aprovação das prefeituras, tramitação lenta nos cartórios etc (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011).

A partir das consultas nas revistas CC e CM, verifica-se que até o primeiro semestre de 2011 há continuidade do movimento anterior de expansão do volume de negócios, dos mercados financeiros atrelados aos ativos imobiliários e dos problemas já expostos. À medida que os meses passavam as reportagens que permaneciam oscilando nesse cenário vão cedendo

⁷⁷ Outras mudanças na segunda fase do programa, foram: o foco na faixa 1, que receberá 60% da meta, a faixa 2 contará com 30% e o restante dos 10% ficarão com a faixa 3; as faixas de renda foram ajustadas no meio urbano e rural; o preço máximo dos imóveis foi reajustado em todas as faixas de renda; na faixa 1, em edificações multifamiliares, foi liberado a atividade comercial, desde que a exploração das unidades seja destinada ao custeio do condomínio; os municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes também serão contemplados (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011).

lugar a uma piora na conjuntura, sem que os investidores, inclusive estrangeiros, deixassem de ver o Brasil como uma boa paragem para os seus negócios.

Em reportagem da Revista CM de fevereiro, o Brasil ainda figurava entre os mais atraentes do mundo para receber investimentos estrangeiros no setor imobiliário, superando a China e assumindo o primeiro lugar entre os países emergentes, segundo pesquisa da Afire (Associação de Investidores Estrangeiros em Mercado Imobiliário), que controla mais de R\$ 1 trilhão em ativos imobiliários no mundo. Ademais, o Brasil estava em quarto lugar entre os países com maiores chances de valorização do setor imobiliário, atrás apenas dos EUA, Inglaterra e China (Rev. CM, n. 115, ano 64, 2011, p. 10). No segundo semestre do ano, os fundos de private equity continuavam a investir no país em diversas áreas, como shoppings, escritórios, matérias-primas, educação, *real state*, logística, setor financeiro etc. De acordo com o Centro de Estudos de Capital de Risco da FGV – Eaesp (Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas), os fundos de private equity concentravam mais de US\$ 17,8 bilhões para aplicar em empresas brasileiras de capital fechado (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011, p. 44).

Os problemas para algumas frações do empresariado se converteram em oportunidades de novos investimentos para outros. O aumento dos preços e a escassez de terrenos, que representavam de 20% a 40% do valor da obra, aliados à falta de infraestrutura nas grandes cidades, transformaram o investimento em loteamentos uma nova frente a ser explorada. Segundo a Revista CM, a entrada de investidores de grande porte é um sinal da mudança, como a Gafisa comprando a Alphaville Urbanismo, a gestora de fundos de investimento norte-americano Carlyle com o seu primeiro investimento no Brasil ligado à participação na Scopel e a compra da Cipasa pela Prosperitas, uma das maiores gestoras de private equity imobiliário no Brasil. Os dados da Aelo (Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano) apontam para mais de 200 empresas desse segmento no país, porém, exceto por essas três, os demais players do mercado tinham atuação mais regional e sofriam com a obtenção de crédito, já que os recursos do SBPE e do FGTS não poderiam ser direcionados para loteamentos. Na época, as empresas de loteamento desenvolviam planos de diversificação regional a partir de joint ventures, aquisições e SPEs, além de buscar o setor financeiro para captar recursos por meio da securitização e não só através de parcerias (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011).

No final de 2011, em meio a um contexto de redução na produção e acirramento dos problemas no setor imobiliário, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil superavam o do

ano anterior e o país ainda permanecia como destino atraente para os investidores que se deparavam com um cenário de crise nos países do centro.

Assim como acontece em outros setores, o mercado brasileiro da construção civil tem atraído cada vez mais players internacionais. São empresas de projeto, gerenciamento, consultoria, fabricantes de equipamentos e materiais, incorporadoras e construtoras. Companhias de todos os portes, interessadas em abocanhar uma parcela daquela que promete se tornar a sexta economia do mundo até o final de 2011 (Rev. CM, n. 125, ano 64, p. 28).

Segundo Pedro Kassab, diretor da Fiabci/Brasil (Federação Internacional das Profissões Imobiliárias), “As empresas dos países ricos buscam hoje a possibilidade de participar do mercado brasileiro, um dos mais dinâmicos e pujantes do mundo, enquanto predomina no mercado europeu um clima de fraco investimento, baixa demanda e estoque excessivo” (Rev. CM, n. 125, ano 64, 2011, p. 30). “As empresas europeias têm agora um capital intelectual e humano ocioso que pode ser aplicado aqui (Ibidem, p. 31)”.

Todavia, como já mencionado, os indicadores de previsão do crescimento encolhiam e as expectativas otimistas em relação ao setor se desfaziam paulatinamente ao longo do ano. O país parecia deixar um cenário previsível e rumar para condições de instabilidade. Sucessivas reportagens ilustravam o cenário com uma coleção de fatos e percepções negativas, que além de reiterar as condições do ano anterior acresciam ainda outras: aumento da inflação e dos juros - esfriando a demanda -; escassez de mão de obra⁷⁸ e de terrenos - encarecendo os custos⁷⁹; queda na confiança dos consumidores; crescimento menor e perda de confiança do investidor no setor; fim da alta nos preços dos imóveis; esgotamento das fontes de crédito⁸⁰ e o risco de uma bolha imobiliária. Sobre essa última, o segmento do mercado residencial e de pequenos escritórios apresentava uma escalada nos preços puxados por investidores especulativos que, frente à modesta rentabilidade das aplicações financeiras, investiam nos imóveis⁸¹ (Rev. CM, n. 122, ano 64, 2011, p. 40-5).

⁷⁸ A mão de obra continuava sendo disputada pelas empresas, com crescimento médio da remuneração acima dos outros setores e queda na produtividade das equipes, decorrente da absorção de profissionais menos qualificados. A mão de obra passou de 40% a 45% do custo total, a cinco anos, para 48% a 50% em 2011. Os especialistas apontavam algumas soluções: capacitação de mão de obra, industrialização do processo produtivo, remuneração segundo produtividade, estratégias de atração e retenção dos profissionais ou práticas de terceirização, a depender do caso (Rev. CM, n. 123, ano 64, 2011).

⁷⁹ Os custos do setor, apesar do crescimento mais moderado, ainda estavam pressionados pela alta demanda estimulada pelo MCMV, o PAC e os recursos para financiamento habitacional (Rev. CM, n. 122, ano 64, 2011).

⁸⁰ Dentro de dois anos os recursos captados pela poupança não serão mais suficientes para dar conta da demanda – ao consumo e à produção – por financiamentos imobiliários, pois a concessão crescia mais do que a captação, alertava reportagem da Revista CM (Rev. CM, n. 121, ano 64, 2011, p. 52-5; n. 119, ano 64, 2011).

⁸¹ Para João da Rocha Lima Jr., professor do NRE – Poli USP, a alta nos preços dos imóveis nos anos anteriores foi resultado da precificação e ampliação das margens de proteção em decorrência do encarecimento do custo dos terrenos e da construção, desvios entre custos e orçamentos etc., de modo que a estrutura de custos, financiamento e as margens de lucro em meio a desaceleração econômica não justificaria o sobrepreço, gerando taxas de retorno desequilibradas, situadas acima do valor justo do imóveis. Outro sintoma do desajuste se refere à redução das dimensões das unidades para os mesmos compradores, que não tiveram o salário ajustado na mesma proporção.

À primeira vista, o que se observa nas reportagens, entrevistas e declarações é o quadro de um país em crescimento econômico e pleno emprego. A desproporção setorial e os gargalos resultantes desse movimento desencadeavam novas rodadas de produtividade na construção habitacional, de expansão por segmento e regiões do mercado habitacional e o aumento da produção industrial de máquinas, equipamentos e demais insumos destinados aos canteiros de obras. Não faltavam formulações, planos e soluções para superar os obstáculos do que seria um novo ciclo de crescimento econômico, brevemente interrompido pela crise de 2008, impulsionado pela continuidade crescente do investimento estrangeiro e do investimento público.

A leitura das revistas dá a impressão de um esforço permanente dos empreendedores - balizados pela taxa de juros estabelecida pelo Banco Central (Selic) para validar se o seu investimento produtivo vale a pena ou não - para remunerar o seu investimento e, conseqüentemente, o capital mundial no “mercado brasileiro, um dos mais dinâmicos e pujantes do mundo”. Nessa perspectiva, o novo patamar de investimentos não encontrava nas condições vigentes da construção os meios suficientes para realizar a sua expectativa, daí a série de medidas observadas e soluções propostas: melhoria do planejamento empresarial como um todo, aprofundamento do controle da produção, aumento da produtividade, os apelos constantes por profissionais qualificados – quando não a culpabilização dos profissionais pelos resultados negativos -, a luta política por elevar o preço dos imóveis do MCMV, para desburocratizar a aprovação dos empreendimentos e do crédito com o fim de acelerar a rotação dos capitais, as exigências pela ampliação do endividamento das famílias para garantir a demanda, entre outros.

1.6 O novo “fim do mundo” sem “perspectiva de retomada para o setor”

O momento retratado pelas revistas era de desconfiança depois que as incorporadoras e construtoras apresentaram resultados abaixo do esperado e elevadas taxas de endividamento. De acordo com Flavio Queiroz, analista do banco Santander, o mercado de capitais subestimou a complexidade e o ciclo muito longo do setor ao imaginar que as empresas cresceriam de forma rápida e sustentável por um longo período. Ao contrário do esperado, o setor é capital intensivo e, à medida em que aumentam os lançamentos cresce concomitantemente a necessidade de capital, por isso as empresas recorriam ao lançamento de novas ações (2009-2010) e outros

Com os preços no limite da capacidade dos compradores, ele acredita que o mercado deve ajustá-los para um futuro equilíbrio, pressionado tanto pela oferta das empresas, quanto dos especuladores, que podem ter prejuízo ao enfrentar a falta de liquidez na taxa de lucro pretendida (Rev. CM, n. 122, ano 64, 2011, p. 40-5).

instrumentos de crédito, imobilizando grandes volumes de capitais. O resultado, analisava ele, foi um crescimento maior do que cabia nelas, com aumento do endividamento, redução das margens de lucro e estouro dos custos. Nas palavras de Queiroz, durante o período de abertura de capital

[...] muito se prometeu do ponto de vista de crescimento, que era exatamente aquilo que o mercado estava pedindo. Mas muitas empresas não estavam prontas para multiplicar por cinco ou seis vezes o tamanho de suas operações. Isso não é tão trivial⁸² assim, porque este não é um negócio em que se tenha tanta alavancagem operacional. Multiplicar por cinco as operações significa gerar e gerenciar cinco vezes mais projetos, e não há muito ganho de escala nesse setor. A execução nesse período ficou comprometida pela necessidade de entregar crescimento. Em muitos casos a avaliação de viabilidade dos projetos foi feita de uma forma menos precisa, e ao longo da construção todas as premissas que tinham sido consideradas acabaram se tornando um pouco agressivas. Por conta disso o setor passou, recentemente, conforme os empreendimentos foram sendo entregues, por um ajuste de custos muito grande, que veio parte por conta da mão de obra, e parte devido a um orçamento menos preciso feito lá atrás. Subestimaram os custos a incorrer, venderam apartamentos em um determinado patamar, e não conseguiram repassar os custos além do INCC (Índice Nacional de Custos da Construção), e o setor passou por uma constrição de margens [...] A reputação das companhias ainda é muito boa, mas o negócio, por conta de ter um ciclo longo, traz muita volatilidade. Porque em três anos, que é o ciclo de empreendimentos, o mundo acaba e começa de novo, e acaba mais uma vez (risos). Em 2007 o mundo era uma maravilha, em 2008 quebrou, em 2009 as coisas estavam incertas, em 2010 recuperou tudo, e agora que o empreendimento está sendo entregue o mundo está prestes a acabar de novo (Rev. CM, n. 125, ano 64, 2011, p.14).

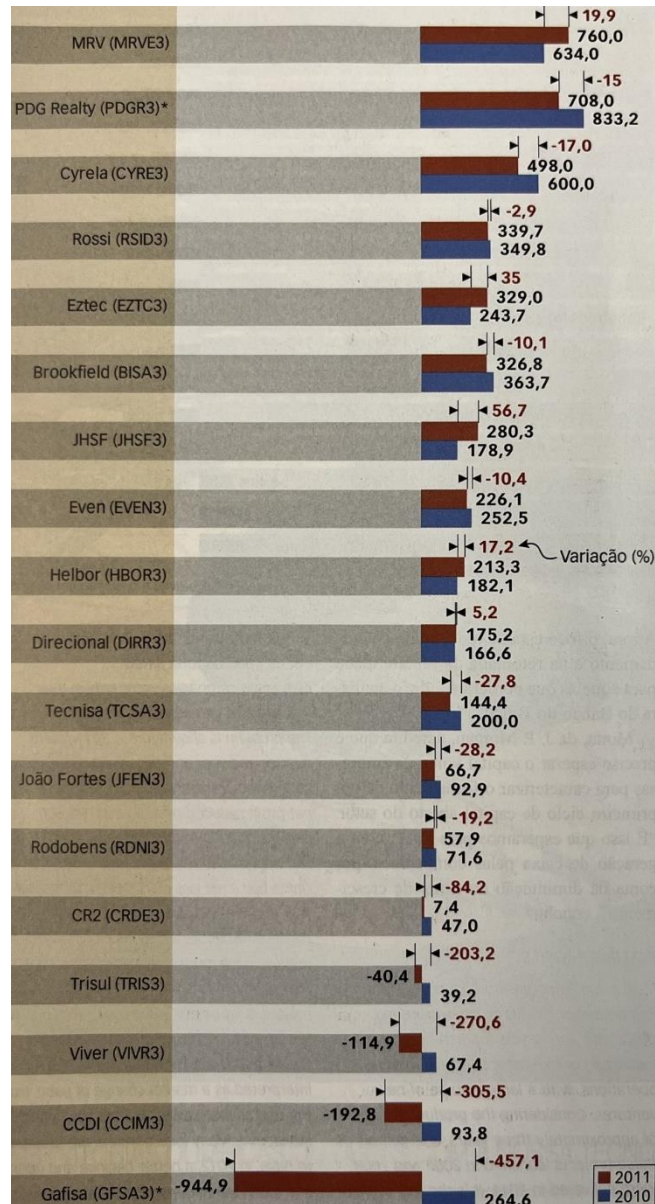
Os resultados esperados a partir das grandes metas de lançamento projetadas sobre um banco de terras estocado até quase a sua escassez em muitas cidades, sobre o qual uma igualmente grande quantidade de canteiros de obras produzia imóveis a nível nacional, sofreram uma reviravolta. Parecia paradoxal, analisava reportagem de junho de 2012 da Revista CM, que em meio à pujança da construção imobiliária, com demanda crescente, exploração de novos mercados, empreendimentos lançados e vendidos os resultados de muitas das grandes empresas se mostrassem fracos. Os balanços de muitas delas em 2011 demonstravam prejuízos, estouro nos custos, aumento das dívidas, redução do lucro, além de perda de qualidade dos produtos e atraso nas obras. Os gráficos abaixo, demonstram os dados da retração do lucro líquido⁸³ e da

⁸² De acordo com João da Rocha Lima Jr. (NRE – Poli USP), “(...) o crescimento vertiginoso das incorporadoras que abriram capital não foi acompanhado por uma remodelação profunda e necessária da estrutura de gestão. Para ficar oito vezes maior, não basta multiplicar o número de gestores por oito. A empresa precisa ter todos os processos de gestão e hierarquias de decisão redesenhadas e ajustados a essa nova estrutura. Isso claramente não foi feito (Rev. CM, n. 126, ano 65, 2012, p. 21-2)”.

⁸³ Reproduzo aqui longos trechos da tese de Shimbo (2010, p. 166-7, negrito meu) que ajudam a compreender como a contabilidade das empresas chega ao lucro líquido. “As receitas das empresas são provenientes, principalmente, da incorporação e da venda das unidades residenciais de seus empreendimentos. Dessa **Receita Bruta** são deduzidos os impostos sobre vendas (PIS e COFINS) e os descontos, abatimentos e devoluções [...] Após esse desconto, obtém-se a **Receita Operacional Líquida**. Da receita líquida é subtraído o Custo dos Imóveis Vendidos para se chegar, então, no **Lucro Bruto**”. Esses custos, segundo ela, dizem respeito à aquisição de terrenos, à construção e com a administração da obra. “Do **Lucro Bruto** são deduzidas as **Despesas Operacionais** (também chamadas de ‘receitas operacionais’) que incluem: as despesas comerciais [...]; despesas gerais e administrativas (honorários da administração, despesas com serviços de terceiros e com pessoal, despesas societárias, tributos governamentais e taxas referentes ao desenvolvimento de projetos imobiliários); e outras

margem líquida – relação entre a receita total e o lucro líquido - na grande maioria das dezoito empresas com capital aberto:

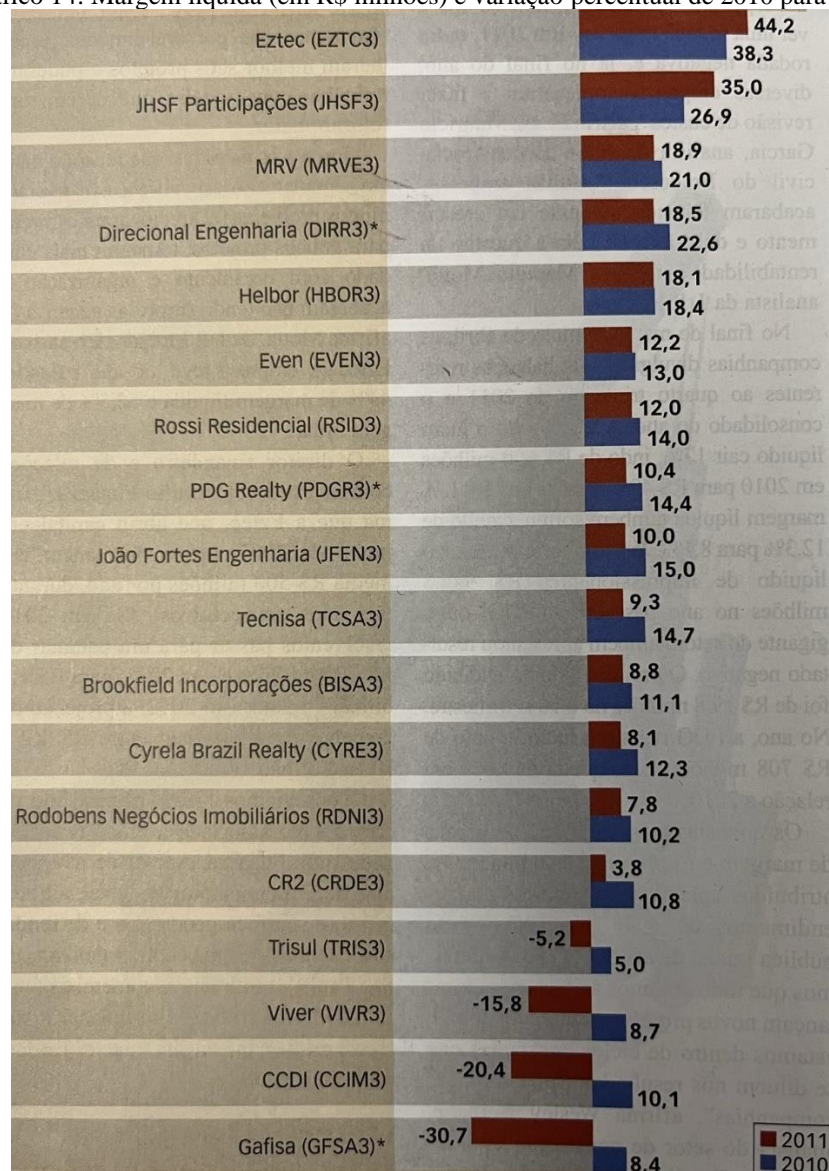
Gráfico 13: Lucro líquido (em R\$ milhões) e variação percentual de 2010 para 2011



Fonte: Balanços trimestrais das empresas (Rev. CM, n. 130, ano 65, 2012, p. 27)

receitas operacionais líquidas (prestação de serviços comerciais e de administração de obras). A partir dessa subtração é obtido o **Lucro Operacional** antes do **Resultado Financeiro**. O **Resultado Financeiro**, por sua vez, refere-se às despesas financeiras (encargos com empréstimos e financiamentos de capital de giro, quando aplicável) e às receitas financeiras, que incluem os rendimentos sobre investimentos financeiros e o resultado financeiro proveniente dos clientes por incorporação de imóveis [...]. Depois do **Resultado Financeiro** são subtraídos o Imposto de Renda e a Contribuição Social para, então, finalmente, obter-se o **Lucro Líquido**. Uma referência no mercado financeiro é o **EBITDA Ajustado** (sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) que se refere ao **lucro líquido** antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas de depreciação e amortização”.

Gráfico 14: Margem líquida (em R\$ milhões) e variação percentual de 2010 para 2011



Fonte: Balanços trimestrais das empresas (Rev. CM, n. 130, ano 65, 2012, p. 26) *Margem líquida ajustada

Do lado do consumidor, as reclamações aumentavam na proporção dos imóveis entregues, sendo que de cada dez unidades, três possuíam problemas, registrava o Procon de São Paulo e a Associação dos Mutuários de São Paulo e Adjacências (AMSPA). “Estou no mercado há muitos anos e eu não tinha tantos problemas de falhas construtivas como tenho hoje, após o boom imobiliário”, dizia Marcelo Mahtuk, diretor da Manager Administradora, empresa que gerencia mais de 350 condomínios (Rev. CM, n. 131, ano 65, 2012, p. 30). Outro alerta vinha do aumento dos estoques de imóveis, conforme pesquisa do Secovi – SP⁸⁴. Em São Paulo, houve crescimento de 64,2% nas unidades remanescentes desse ano, com 19.731 imóveis novos sem serem comercializados. Levantamento da empresa Eztec, a partir dos dados

⁸⁴ O sindicato considera em estoque as unidades não vendidas a partir do sexto mês após o lançamento, porém a metodologia varia por empresas.

divulgados ao mercado por 17 empresas em 2011, demonstra que o crescimento médio dos estoques foi de 20% - vendas acumuladas em 12 meses -, somando mais de R\$ 34 bilhões em valor de mercado – com grandes oscilações entre as empresas, algumas, por exemplo, reduziram os estoques em relação a 2010. Segundo a Revista CM, o crescimento dos estoques é o resultado de três fatores: o aumento excessivo da oferta, em decorrência da avalanche de empreendimentos de 2007-2008 que ficaram prontos, o grande número de lançamentos de 2011 e a queda nas vendas (Ibidem, p. 29).

Desde a abertura de capital, as empresas com ações negociadas em bolsa nunca tinham atingido o patamar de endividamento de 2012. Logo no início do ano, as incorporadoras Gafisa, Tenda (100% capital da Gafisa) e Trisul tiveram o seu rating de crédito rebaixado pela agência Fitch Ratings, resultado da redução das margens operacionais⁸⁵, da piora dos indicadores de crédito, do vencimento das dívidas de curto prazo e da piora da liquidez – capacidade da empresa em pagar os seus passivos. A Cyrela também permaneceu com perspectiva negativa no seu rating (Rev. CM, n. 128, ano 65, 2012). A revista CM de fevereiro de 2012 traz a seguinte síntese para a situação: “Enquanto as empresas cresceram oito vezes em receita operacional e seis vezes em patrimônio líquido⁸⁶ entre 2006 e 2011, o crescimento da dívida onerosa foi de 21 vezes (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 20)”.

A tabela reproduzida abaixo, sobre alguns indicadores de desempenho das empresas entre os anos de 2006 e o terceiro trimestre de 2011, ilustra a situação do endividamento. Observa-se que para as empresas cumprirem as suas metas de lançamento foi necessário recorrer a sucessivos empréstimos (dívida onerosa) ao longo dos anos. A captação de recursos mediante as ofertas públicas de ações e através das parcerias com fundos de investimento ou outras empresas (recursos não geradores de ônus) aumentaram o Patrimônio Líquido das companhias, mas não foram suficientes para levar a cabo os projetos, como evidencia a elevada participação de capital de terceiros (empréstimos e financiamentos). As dívidas cresceram quinze vezes mais do que o ritmo de crescimento do capital próprio das empresas e trezes vezes mais do que a multiplicação das receitas operacionais, ou seja, não impulsionou a produção e seus resultados na mesma medida em que aumentou. Se as empresas usassem as suas disponibilidades de Caixa e os seus investimentos mais facilmente conversíveis em dinheiro para pagar a dívida onerosa (Caixa e disponibilidades de Caixa), o resultado ainda seria uma

⁸⁵ A Margem Operacional é o resultado da relação entre o Lucro Operacional, obtido antes dos resultados financeiros e impostos, e a Receita Líquida, obtida depois da dedução dos impostos sobre vendas, os descontos, os abatimentos e as devoluções.

⁸⁶ Refere-se aos bens, direitos e valores em posse da empresa, tais como reservas de capital, lucros, ações em tesouraria, máquinas, imóveis, investimentos, etc.

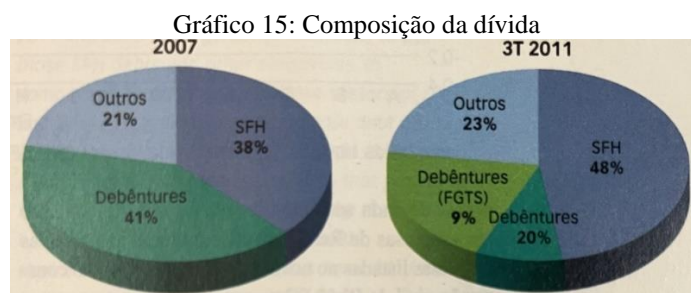
elevada dívida líquida, por volta de 60% dos capitais próprios das empresas (Patrimônio Líquido). Seria necessário, como analisou o artigo da revista CM, quase quatro anos de geração de caixa operacional (Ebitda) para equivaler ao montante da dívida líquida (Ibidem).

Tabela 6: Evolução do capital, dívida onerosa e indicadores de endividamento

INDICADORES (R\$ MILHÃO - VALORES NOMINAIS)	2006	2007	2008	2009	2010	12M 3T11
Capital próprio	54%	-78%	49%	44%	41%	39%
Capital de terceiros	46%	178%	51%	56%	59%	61%
Dívida onerosa	1.483	4.914	10.909	15.356	25.249	31.760
Caixa e aplicações financeiras	2.367	5.420	3.850	8.599	8.772	10.339
Dívida líquida	(884)	(505)	7.060	6.757	16.477	21.421
Patrimônio líquido	5.974	15.600	17.409	23.857	32.579	36.362
Dívida onerosa/PL	25%	32%	63%	64%	78%	87%
Dívida onerosa líquida/PL	-15%	-3%	41%	28%	51%	59%
Ebitda	722	1.384	2.215	4.122	5.881	5.780
Dívida/Ebitda	2,1	3,6	4,9	3,7	4,3	5,5
Dívida líquida/Ebitda	-1,2	-0,4	3,2	1,6	2,8	3,7

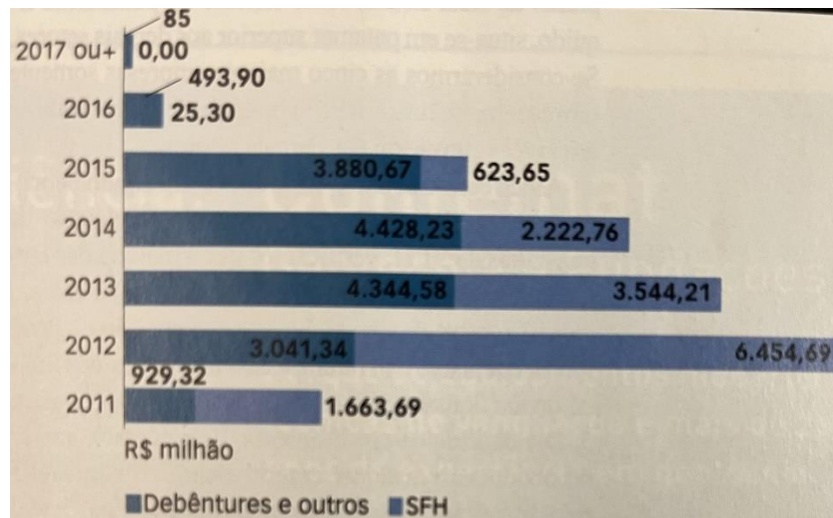
Fonte: BM&FBovespa (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 21)

Em outros dois gráficos sobre a composição das dívidas podemos visualizar que os financiamentos tomados no âmbito do SFH e destinados obrigatoriamente à construção, com prazos que acompanham o ciclo da produção, não chegaram a 50% do total, enquanto os outros instrumentos da dívida, como as debêntures e outros créditos, mais flexíveis quanto ao destino, pois podem ser empregados para pagar outras dívidas, comprar terrenos, capital de giro ou obras, tendo prazos de carência e vencimento mais longos, somaram na comparação dos anos de 2007 e 2011 mais da metade das dívidas. De acordo com a análise da Revista CM dos prospectos das debêntures das empresas, “(...) estima-se que 30% dos recursos obtidos a partir de 2006 foram destinados para compra de terrenos, outros 30% para capital de giro, e 40% para o pagamento e substituição de dívidas antigas (Ibidem, p. 21)”. A revista destacava, a partir do cronograma de vencimento das dívidas divulgado nos relatórios das empresas no terceiro trimestre de 2011, o empenho que as mesmas deveriam ter com os empreendimentos lançados em 2011 e 2012 para gerar os recursos necessários ao pagamento das dívidas; a pressão ainda deveria aumentar porque não havia mais espaço para lançar ações e aproveitar os recursos para financiar o crescimento ou pagar dívidas (Ibidem, p. 23). A partir de 2013 o SFH era minoria e as debêntures, cuja maior parte, por volta de 70%, foi empenhada em capital de giro e no pagamento de outras dívidas somariam a maioria dos pagamentos a serem efetuados (Ibidem).



Fonte: Revista Construção Mercado (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 21).

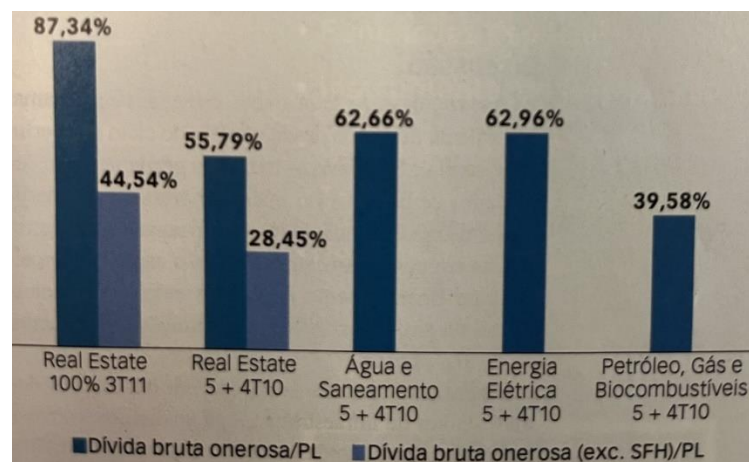
Gráfico 16: Cronograma de vencimento da dívida



Fonte: Revista Construção Mercado (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 21).

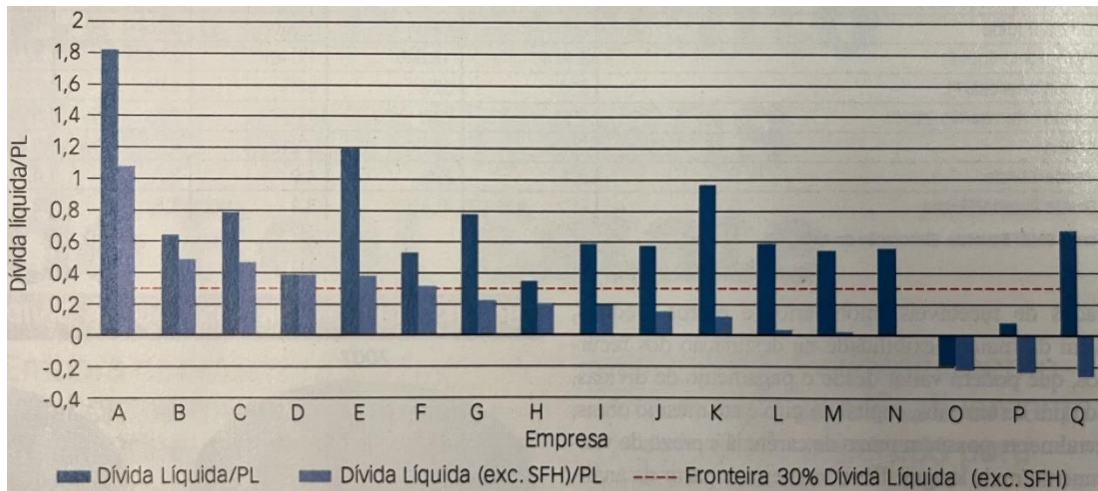
Ainda na mesma publicação, constam dois gráficos (Ibidem, p. 21, 22) que procuram relativizar a situação de endividamento das empresas. No primeiro gráfico, a partir das informações do exercício de 2010 das cinco maiores empresas de quatro setores, as construtoras/incorporadoras aparecem em terceiro lugar quanto ao nível de endividamento, situação que muda quando somadas todas as companhias de capital aberto, como pode ser observado abaixo. De acordo com a Revista CM, as empresas manifestaram a intenção de reduzir o volume do seu endividamento quando o seu montante líquido ultrapassou em 30% o patrimônio líquido. No segundo gráfico, que compara o nível de endividamento de dezessete empresas da produção habitacional, quatorze delas ultrapassavam esse teto, mas quando retirado o financiamento do SFH, relacionado diretamente com a construção no canteiro e com prazos restritos ao ciclo produtivo, apenas cinco estariam em uma situação mais grave.

Gráfico 17: Endividamento por setor de atuação



Fonte: Fonte: Revista Construção Mercado (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 21).

Gráfico 18: Dívida líquida por empresa



Fonte: Fonte: Revista Construção Mercado (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 22).

Em virtude desses acontecimentos, Lawant, do Banco Itaú BBA, explicava o baixo desempenho do segmento no mercado de ações brasileiro, que acumulava perdas superiores a outros setores (Rev. CM, n. 134, ano 65, 2012). As reportagens publicadas na Revista CM no ano de 2012 refletiram certa desorientação dos capitais privados e de seus especialistas que investiram no setor: chegou-se à conclusão de que não havia uma regra única ou fórmula pronta quanto ao porte ideal de uma incorporadora e construtora – havia grandes empresas de capital aberto com orçamentos estourados e lucros em queda, ao mesmo tempo, muitas pequenas empresas obtinham êxito no mercado -; instaurou-se confusão sobre se o que agradava os analistas financeiros era bom para o setor⁸⁷; crescimento acelerado e diversificação geográfica e por segmentos de renda foram questionados em sua capacidade de produzir bons resultados.

Nas revistas consultadas, as explicações mais recorrentes para os resultados ruins focaram em duas causas: as empresas se voltaram para o mercado financeiro, criando indicadores de acordo com os seus parâmetros de avaliação e esquecendo-se das particularidades e das condições de produção do setor, e o fracasso das parcerias e aquisições entre empresas para produzir no volume desejado. As duas explicações encontram-se interligadas, pois a expansão das empresas através de novas regiões e segmentos de renda através das aquisições e parcerias eram condição para a valorização das suas ações e as

⁸⁷ Sobre a influência dos investidores no crescimento acelerado, Cristiano Machado, da Brookfield, afirmava: “O mercado, inicialmente, focava em banco de terrenos. Depois, o foco mudou para volume de lançamentos, depois para total de vendas contratadas. Depois, ainda, para velocidades de vendas’, enumera. ‘E agora, mais recentemente, o foco está na geração de caixa e no fluxo de caixa das companhias’, completa (Rev. CM, n. 130, ano 65, 2012, p. 28)”.

avaliações positivas no mercado financeiro, engendrando um circuito que desaguou nos problemas mencionados.

Sobre o primeiro ponto, João da Rocha Lima Jr, do NRE Poli – USP, afirmava que os analistas de mercado, mesmo fazendo alusões a resultados mais frágeis, valorizavam as ações das empresas - acima dos preços praticados no mercado – com o uso de métodos inadequados (Rev. CM, n. 131, ano 65, 2012, p. 46). Segundo o professor:

Em defesa das empresas, o que aconteceu desde os IPOs é que elas procuraram dialogar com o mercado na linguagem proposta pelos banqueiros de investimento e analistas. O romântico da novidade – múltiplos para valuation, land bank é a base de leitura da qualidade da empresa, VGV, ebitda, etc – tirou o foco do essencial do real state – produto adequado ao mercado alvo (liquidez elevada e preços estáveis), custos de construção contidos no entorno do orçamento, preços com margem de proteção aos riscos, medida do esforço de investimento e sua equação de fundi, leitura da taxa de retorno dos investimentos (que não aparece em nenhum registro formal) e visão de impactos de risco⁸⁸ (Ibidem, p. 47)

Para ele, os indicadores usados pelos analistas eram adequados para a produção em série, não para o *real state*, cujos resultados não podem ser analisados trimestralmente. Esse argumento de que a “linguagem proposta pelos banqueiros de investimento e analistas” é incompatível com as necessidades da produção já era usado por Lima Jr e outros pesquisadores do NRE – Poli USP desde as primeiras OPAs. Pautadas o tempo todo pelo “método inadequado” e com vistas a sustenta-lo frente aos resultados negativos, ele aponta que as construtoras/incorporadoras ocultaram prejuízos enquanto puderam, só demonstrando quando não tiveram mais saída. Como o mercado usava dados trimestrais e anuais para indicar o desempenho e precificar as ações, várias companhias falsificaram os custos no decorrer das obras. Fizeram orçamentos otimistas ou convenientemente distorcidos, declara o autor, não revelando os reais custos ao longo dos anos dos empreendimentos, o que elevava a receita contra os custos incorridos. Usando essa falsificação, produzia-se uma margem de resultado acima da real e que foi usada pelos analistas para indicar performance adiante. Ao se aplicar isso ao portfólio de empreendimentos criava-se uma distorção para aquele período. As empresas esperavam que os custos elevados dos primeiros anos fossem compensados no futuro por empreendimentos que apresentassem melhores resultados, o que se revelou falso. Com o ocultamento dos problemas ao longo de todo o ciclo de construção de muitos empreendimentos, os resultados muito altos antes das obras serem encerradas tiveram que se revelar falsos no fechamento do ciclo dos negócios e sob a pressão dos auditores, pois os orçamentos precisaram ser ajustados e o prejuízo apareceu (Rev. CM, n. 131, ano 65, 2012, p. 47-8).

⁸⁸ Ele cita também outras informações gerenciais, tais como receitas, velocidades de vendas e estoques de cada empreendimento.

No que diz respeito à segunda causa, a expansão geográfica ocorreu, sobretudo, através de parcerias com empresas locais, que não conseguiram, segundo as análises presentes na Revista CM, absorver a necessidade de crescimento das grandes, daí os problemas com atrasos e estouros de orçamentos, principalmente com a mão de obra. Na diversificação por segmentos, muitas companhias adquiriram construtoras já reconhecidas por sua atuação na baixa renda, gerando problemas para integrar as operações e absorver o aumento dos custos. Desta feita, de acordo com os últimos balanços, as empresas de capital aberto e de menor porte, que não optaram por um crescimento mais intenso e focaram em regiões e segmentos, com atenção para o orçamento e organização, tiveram maior êxito, sem grandes surpresas negativas, garantia Motta, da J. P. Morgan. Por outro lado, a expansão e a diversificação aceleradas trouxeram prejuízos. Luiz Maurício Garcia, analista do Bradesco, avaliava que “Quem optou pelo caminho de crescimento acelerado acabou focando muito no volume de lançamentos e vendas, mas não teve o mesmo foco na parte de execução, e foi aí que os problemas se originaram”. Para a Revista CM, as empresas não estavam preparadas para o salto na produção imobiliária, impulsionado pelas captações em bolsa e o crédito farto: faltaram planejamento, gestão, equipamentos para locação; os projetos foram feitos às pressas; houve encarecimento e escassez de materiais para construção; faltaram operários e engenheiros qualificados (Rev. CM, n. 130, ano 65, 2012, p. 25, 34).

Em que pese o acirramento dos problemas, os resultados ruins a que chegaram muitas empresas da produção habitacional no país no ano de 2011/2012 e o paulatino esgotamento das políticas anticíclicas puxadas pelo consumo, o mercado brasileiro ainda gerava boas expectativas quando comparado aos mercados do mundo desenvolvido, sob os efeitos da crise. Algumas declarações nesse sentido apoiavam-se na própria piora da conjuntura do setor para projetar uma mudança no cenário⁸⁹. O já citado Flavio Queiroz, analista do banco Santander, acreditava que o mercado tinha mudado a sua perspectiva sobre as empresas, cujo principal índice de qualidade fora o VGV lançado. Boa parte das empresas estava crescendo menos para ter retorno de capital e estancar o endividamento, o setor caminhava, afirmava ele, para ser um

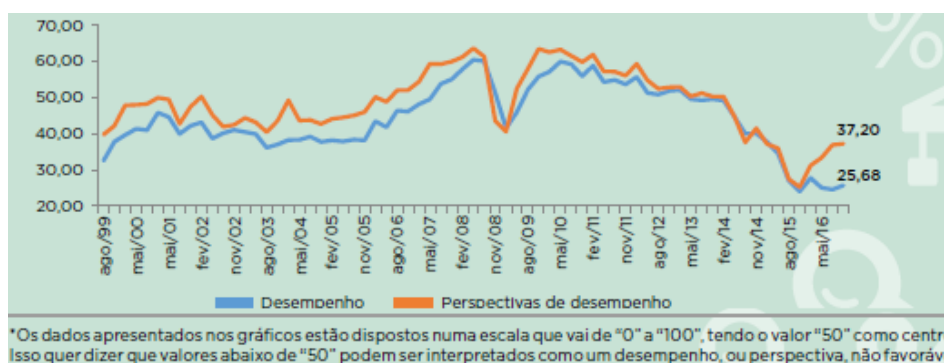
⁸⁹ Desde janeiro de 2010, o Comitê de Mercado do NRE – Poli USP projetava uma retomada do ciclo de crescimento mais ajustado e sustentado das empresas que abriram o seu capital. Avaliava-se que essas empresas, responsáveis pelas novas chamadas de capital na bolsa e que obtiveram êxito, trazendo novamente os investimentos estrangeiros, estavam mais fortalecidas para tomar decisões sob risco e mais cuidadosas quanto aos lançamentos. Dotadas de novas virtudes, O NRE – Poli acreditava que tanto a sua equipe, quanto as empresas listadas em bolsa tinham a importante função de educar o mercado para uma avaliação que não fosse baseada em parâmetros trimestrais, já que os ciclos dos negócios são mais longos que esse período (Rev. CM, n. 102, ano 63, 2010, p. 40-2).

setor de valor, que fosse mais rentável, com baixo crescimento e grande pagador de dividendos e não simplesmente multiplicasse o número de projetos (Rev. CM, n. 125, ano 64, 2011, p. 14).

Na ocasião, o empresário brasileiro Daniel Citron, ex presidente da Tishman Speyer e ex diretor financeiro e de relações com investidores da Cyrela, estabeleceu parceria com duas grandes incorporadoras americanas que chegavam ao Brasil, a Related Companies e o The Related Group, e declarava que a retração dos negócios beneficiou a entrada das empresas, pois com o novo foco nos resultados ao invés do crescimento começava a sobrar recursos no mercado, como mão de obra e terrenos com bons preços (Rev. CM, n. 130, ano 65, 2012, p. 14-8). Sergio Watanabe, presidente do Sinduscon-SP, esperava que a velocidade de vendas voltasse à normalidade (Ibidem, p. 4), e Cláudio Bernardes, do Secovi-SP, avaliava que haveria um crescimento sustentado e ajustes na oferta e nos preços em 2013 para São Paulo. Ele menciona que um novo patamar de crescimento viria do enfrentamento de gargalos com a infraestrutura, a desburocratização, revisão dos planos diretores, melhoria da inovação tecnológica, treinamento de mão de obra e aumento da produtividade (Ibidem, p. 5).

Mas a piora progressiva do país e do setor passa a ser dominante no conteúdo dos artigos e reportagens consultadas. A Sondagem da Construção do Sinduscon - SP demonstrou uma ruptura na percepção e nas expectativas do empresariado sobre diversos aspectos envolvendo a construção civil a partir de 2012. O ano de 2010 permaneceu insuperável no quesito crescimento do setor, do emprego e da percepção de desempenho do empresariado. Desde então, muitos dos quesitos que compõem a sondagem caíram quase ininterruptamente ao longo dos anos, com breves recuperações, quando no final de 2015 atingiram o ponto mais baixo de toda a série iniciada em 1999, como verificável no gráfico abaixo. A sondagem demonstrou que houve queda em todos os indicadores mensurados, de modo que nesse final de ano “Os empresários apontam uma atividade setorial extremamente enfraquecida, com dificuldades financeiras altas e custos em elevação, e mostram-se muito pessimistas em relação à retomada dos negócios e da economia (Ibidem, p. 4)”. Nessa direção, após a análise em um dos artigos da revista constatar: a retração na produção e venda dos insumos, dos bens de capital e dos materiais para a construção; a diminuição das obras públicas do PAC e no MCMV (atrasos nos pagamentos e adiamento da terceira fase); a piora do quadro de ajuste fiscal e a previsão de retração dos investimentos das empresas, conclui: “Vistos em conjunto, esses números sugerem que não há no horizonte perspectiva de retomada para o setor (Ibidem, p. 20)”.

Gráfico 19: Indicadores de desempenho e perspectiva de desempenho

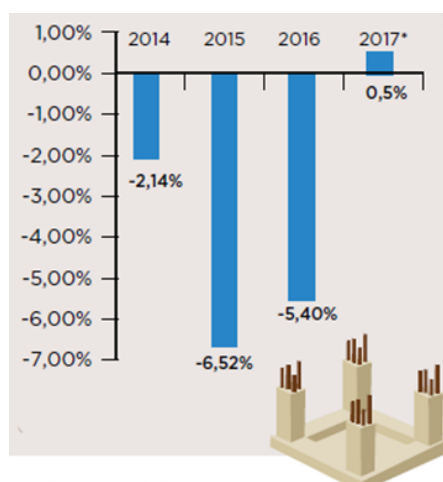


Fonte: Revista Conjuntura da Construção (Rev. CC, n. 4, ano XIII, 2015, p. 7).

O ligeiro aumento das expectativas quanto ao futuro ao longo de 2016, observado no gráfico, dizia respeito à possibilidade de retomada das obras do MCMV e do lançamento do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). O editorial da revista de dezembro de 2016 registra também outras notícias consideradas boas para o setor, pois, se implementadas, trariam, segundo entrevistas e reportagens anteriores, confiança aos investidores, maior volume de recursos e a custos mais baratos para o país e conteriam a crise fiscal do Estado, são elas: a aprovação da PEC do teto de gastos, o envio da reforma da previdência para o congresso e as esperanças de uma reforma trabalhista e tributária (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016).

No decorrer desse período de deterioração da construção civil, o PIB do setor acumulou as suas primeiras quedas trimestrais sucessivas no ano de 2014, quando comparado com os trimestres de 2013, e nos dois anos seguintes o resultado negativo foi mantido, como pode ser observado no gráfico “PIB da construção”, que abarca infraestrutura, edificações, arquitetura e engenharia, preparação de terrenos, acabamento, entre outros (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 6). O indicador da atividade da construção (INCC – Indicador de atividades das empresas da construção civil), elaborado pela FGV/IBRE, por solicitação do Sinduscon - SP, demarca igualmente uma ruptura a partir de 2014, sem retorno para os patamares dos anos anteriores. Esse indicador, de acordo com a sua proposição e visualizável no gráfico à direita, pretendia estimar a atividade formal da construção em termos de produção física e não de valor, sendo que para tanto lançou mão das seguintes séries de dados: nível de emprego total das construtoras, produção física de insumos típicos da construção, produção física de bens de capital para a construção e nível de utilização da capacidade para equipamentos e trabalho.

Gráfico 20: PIB da construção



Fonte: Revista Conjuntura e Construção (n. 4, ano XIV, 2016, p. 6). *Projeção FGV

Gráfico 21: Indicador de atividade da construção (índice)

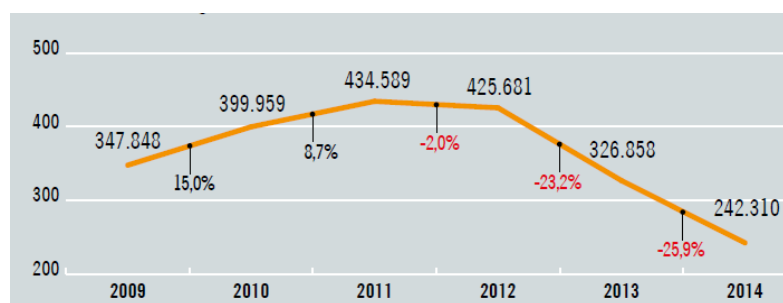


Fonte: Revista Conjuntura e Construção (n. 4, ano XIV, 2016, p. 5). *Projeção FGV

Não havia sinais que o setor habitacional voltasse aos resultados dos anos anteriores. As famílias estavam endividadas, as linhas de crédito não se expandiam como antes e havia baixa expectativa de crescimento da renda no curto prazo (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 13-6). Parecia um contrassenso que 40,8% das empresas no final de 2015 apontassem a falta de demanda como o principal obstáculo dado o elevado déficit habitacional (Ibidem, p. 16-8). Os empresários reclamavam do aumento das dificuldades financeiras com o crédito mais caro e escasso, pois os juros internos estavam altos e a perda pelo país da classificação de grau de investimento pelas agências de risco internacionais – o “risco Brasil” – elevou os custos de captação no mercado (Rev. CC, n. 1, ano XIV, 2016, p. 21, 4). O setor imobiliário enfrentava queda das vendas, estoques parados, queda nos lançamentos, inflação, falta de demanda e escassez de crédito. O levantamento da empresa Criactive, envolvendo 4.825 construtoras e incorporadoras monitoradas, captou parcialmente a crise no setor através das quedas sucessivas no número de unidades lançadas, como pode ser visualizado no gráfico abaixo do número de unidades lançadas por ano⁹⁰ (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015, p. 18). Esse fraco desempenho da construção civil, sobretudo a partir de 2014, refletiu na queda da sua participação no PIB do país que também estava em queda, como é apresentado na comparação entre os anos disponíveis na tabela a seguir.

⁹⁰ A participação relativa das regiões brasileiras na metragem construída entre 2009 e 2014 manteve-se quase inalterada, com elevada participação da região sudeste (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015, p. 18).

Gráfico 22: Lançamentos por ano (unidades)



Fonte: Criactive (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015)

Tabela 7: Taxa de crescimento (em %)

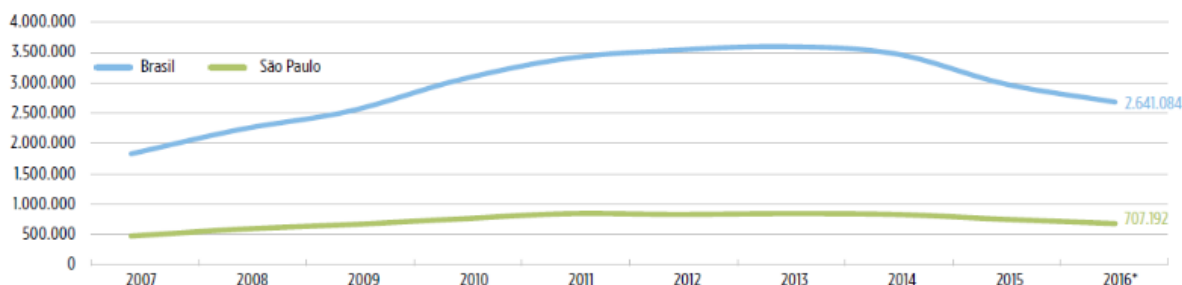
	PIB	Construção	Participação no PIB
2002	3,1	4,8	5,8
2003	1,1	-8,9	5,2
2004	5,8	10,7	5,5
2005	3,2	-2,1	5,2
2006	4,0	0,3	5,0
2007	6,1	9,2	5,2
2008	5,1	4,9	5,2
2009	-0,1	7,0	5,5
2010	7,5	13,1	5,8
2011	3,9	8,2	6,1
2012	1,9	3,2	6,1
2013	3,0	4,5	6,2
2014	0,1	-0,9	6,2
2015	-3,8	-7,6	5,9
2006-2013	3,9	6,3	

Fonte: IBGE (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 6)

Foi também no ano de 2014, o mesmo que marcou a primeira queda no PIB da construção após anos de crescimento, que os dados do IBGE registraram o primeiro saldo líquido (admissões – demissões) negativo de contratação de trabalhadores formais na construção desde 2006, com o número de empregos voltando ao mesmo patamar de 2011 (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 19). Nos dois anos seguintes, a queda no estoque de trabalhadores formais da construção se aprofundou, como representado no gráfico abaixo. Antes do começo dessa inflexão, segundo estudo realizado para o Sinduscon – SP entre os anos de 2004 e 2013, com dados do PNAD – IBGE e apresentados pela revista CC, o número de pessoas ocupadas na construção civil (formais, informais e por conta própria) passou por um crescimento ininterrupto de 5 milhões para 9 milhões de pessoas ou 65% no período. Esses números equivaliam a 9% do total de ocupados no país, contra 6% em 2004, somando 4% da população brasileira, número que era de 3% no ano anterior da comparação. A nível nacional, o país

creceu 13%, a população 10% e a PEA 11%, de modo que o desemprego caiu de 8,9% para 6,5% (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015, p. 10-3).

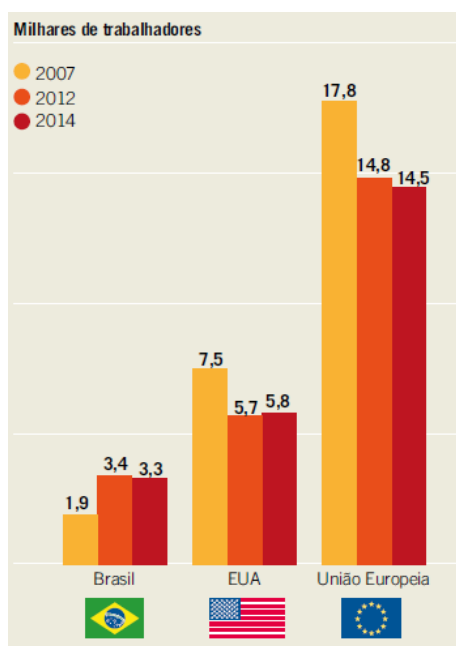
Gráfico 23: Emprego na construção civil (dezembro)



Fonte: Sinduscon-SP/FGV e MTE (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 28) *Dados até outubro/2016

Outro artigo da revista CC procura demonstrar que o ciclo de expansão da construção civil ocorreu no Brasil em um momento distinto daquele dos EUA e UE, mais precisamente em um movimento oposto, como pode ser observado, entre outros, no nível do emprego formal⁹¹:

Gráfico 24: Comparação do nível de emprego na construção civil entre o Brasil, EUA e União Europeia



Fonte: Revista Construção e Conjuntura (n. 1, ano XIII, 2015, p. 15)

O editorial da primeira publicação de 2015 da Revista CC apontava para o “fim de um ciclo virtuoso” de investimentos na construção civil – já mencionado em 2014 na revista -, depois do setor ter crescido 50% entre 2007 e 2011 e contribuído para a recuperação da economia brasileira durante a crise, e cobrava a ação do governo em várias frentes, além da

⁹¹ “No Brasil, entre 2007 e 2013, o setor criou 1,5 milhão de postos de trabalho. Em termos relativos, o crescimento foi de 12% ao ano em média. Tanto nos EUA quanto na Europa o quadro foi bastante distinto. No mesmo período, a construção civil norte-americana fechou 1,8 milhão de postos de trabalho, o equivalente a uma queda de 3,1% ao ano em média. Considerando-se os 27 países na União Europeia, a queda no nível de emprego do setor entre 2007 e 2013 chegou a quase 3 milhões de postos de trabalho, resultado de uma queda de 3,6% ao ano em média (Rev. CC, n. 1, XIII, 2015, p. 14)”.

retomada do MCMV (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015, p. 3). Desde 2012, observa-se nas publicações a recorrência do reconhecimento dos empresários e representantes do setor da construção civil acerca dos limites a que chegaram as finanças públicas, como na fala de José Carlos Martins, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC): o “Governo tem hoje bem menos margem de manobra, seja pela opção de fazer investimentos capitaneados com recursos do orçamento público, seja pela dificuldade de sustentar uma taxa de investimento elevada por conta da baixa poupança interna. O fato é que há menos espaço fiscal hoje para novas desonerações e novas reduções da taxa básica juros (Rev. CC, n. 4, ano X, 2012, p. 4)”. Ao mesmo tempo, todas as opções de retomada futura por eles propostas exigiam o comprometimento do Estado e de seus recursos, pois se fossem realizadas as reformas adequadas, os cortes nos gastos desnecessários, o saneamento das contas públicas e a austeridade necessária, haveria espaço para impulsionar a construção que, por conseguinte, tem uma posição estratégica para a economia do país. Segundo Martins, “A construção promove o investimento que deverá fomentar um novo ciclo de expansão sustentável de crescimento” (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2015, p. 5).

Era comum a opinião de que o Estado deveria desburocratizar-se, reduzir os tributos, implementar medidas que favorecessem a competitividade - como, por exemplo, a melhoria da infraestrutura através de concessões mais atrativas para a iniciativa privada, melhorando a lucratividade das concessões -, flexibilizar a legislação trabalhista, atualizar os preços dos imóveis dentro do MCMV, assim como dar continuidade a esse programa e aos investimentos do PAC (Rev. CC, n. 4, ano XI, 2013, p. 4-9). Nas palavras de José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sinduscon – SP,

O governo precisa agir em várias frentes para retomar o crescimento da construção: ativar novas concessões e parcerias público-privadas, lançar com aperfeiçoamentos a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), agilizar processos de licenciamento de empreendimentos, sobretudo na área ambiental, trabalhar pela recomposição de sua base de sustentação no Congresso Nacional, de modo a viabilizar o ajuste fiscal [...] (Rev. CC, n. 1, ano XIII, 2014, p. 4).

A indefinição quanto à continuidade ou não do MCMV entre 2013 e adentrando nos meses de 2015, em que pese todas as reclamações envolvendo o programa, preocupava o empresariado, piorando as suas expectativas e a previsibilidade do futuro. Em 2013 terminaram de ser contratadas as últimas unidades previstas das duas fases do MCMV, totalizando 3 milhões de unidades, além de terem sido adicionadas outras 750 mil unidades que começaram a ser contratadas. Não havia perspectiva de lançamento da terceira fase. Em diversos artigos era reforçada a importância do programa para a economia do país, a geração de emprego e a arrecadação, nesse sentido argumentava-se que o programa deveria virar uma política de Estado

e não só de governo, com fontes de recursos próprias que garantiriam a sua perenidade. Com base em uma pesquisa da FGV para o CBIC sobre os resultados do programa MCMV até dezembro de 2015, a revista apresentou os dados do que foi feito e do que poderia ser realizado com a terceira fase do programa e, em seguida, argumentava sobre as perdas que o país teria caso ele não existisse ou não continuasse: nas fases 1 e 2 foram contratadas R\$ 287,8 bilhões em unidades habitacionais, gerados 2,5 milhões de empregos diretos e esse mesmo número para indiretos, produzidas 4,157 milhões de unidades em 7 anos e arrecadados 82,9% dos subsídios⁹² (Rev. CC, n. 2, ano XIV, 2016, p. 8). No ano de 2015 iniciou-se as contratações da fase 3, antes do anúncio formal do programa, realizado em março de 2016, quando Dilma Rousseff anunciou 2 milhões de unidades habitacionais até 2018⁹³. Caso o programa acabasse, o país deixaria de gerar 2,8 milhões de empregos diretos e indiretos, R\$ 145,7 bilhões não seriam agregados ao PIB e o país perderia R\$ 37,3 bi em arrecadação (Ibidem, p. 10).

Na mesma revista de junho de 2016, uma análise do déficit habitacional entre 2007 e 2014 demonstrava que, em quantidades absolutas, o número de habitações inadequadas⁹⁴ cresceu 4,1% em relação à 2007 - desconsiderando os diferentes resultados regionais e locais, como no caso extremo de RR, que cresceu 61% -, puxado pelas famílias que comprometem mais de 30% da sua renda para pagar aluguel. Outros componentes do déficit teriam caído, como os domicílios improvisados, moradias com paredes rústicas, habitações em cômodos, residências com adensamento excessivo e de famílias coabitando a mesma casa. “Em 2014, havia 6,2 milhões de famílias vivendo em condições habitacionais precárias, sendo 863 mil em domicílios rústicos ou improvisados, 1,9 milhão em situação de coabitação, 3 milhões com ônus excessivo de aluguel e 515 mil em situação de adensamento excessivo (Rev. CC, n. 2, ano XIV, 2016, p. 11)”. Esses números representam 9,1% dos municípios do país - antes 10,4% em 2007 -, estão concentrados na área urbana (87%), em dez regiões metropolitanas (31%) e na baixa renda - 84% dos domicílios que compõem o déficit tinham renda de até 4,5 salários mínimos no ano de 2014, ou R\$ 3.275,00. No estado de São Paulo, o déficit absoluto em 2014 era de 1,34 milhão e cresceu 17,1% desde 2007. Apesar dos 4,2 milhões de moradias produzidas no

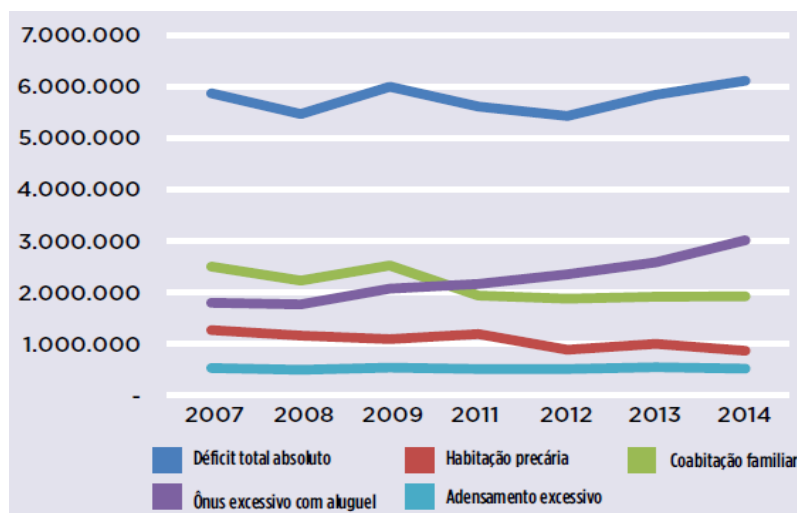
⁹² “No período analisado, o total de contratações do programa foi da ordem de R\$ 287,8 bilhões. Destes, 28,4% se referem à faixa 1 de renda familiar mensal, 57,4% à faixa 2 e 14,2% à faixa 3. Os subsídios somaram R\$ 115,8 bilhões, sendo 69% provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e 31% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Rev. CC, n. 2, ano XIV, 2016, p. 8)”.

⁹³ “Destas, 500 mil seriam relativas a cada uma das faixas 1 e 1,5, 800 mil seriam alocadas na faixa 2 e 200 mil na faixa 3. O total dos investimentos somaria R\$ 210,6 bilhões. Como cerca de 400 mil unidades já haviam sido contratadas e estavam em execução, o montante total do investimento que ainda seria realizado alcançaria R\$ 158,8 bilhões (Rev. CC, n. 2, ano XIV, 2016, p. 9-10)”.

⁹⁴ Segundo o artigo, considera-se uma habitação adequada quando as famílias não vivem em condições precárias, coabitação com outras famílias, com ônus excessivo sobre a renda ou moradias com excesso de pessoas.

MCMV, o programa habitacional não conseguiu atender, principalmente, afirma a reportagem, as famílias de baixa renda dos centros urbanos (Ibidem, p. 11-3), além disso, junto ao “boom” habitacional, provocou o aumento dos preços dos aluguéis e, contraditoriamente, o crescimento dessa variável no déficit total de moradias (Ibidem, p. 13):

Gráfico 25: Evolução do déficit habitacional brasileiro



Fonte: Revista Conjuntura e Construção (n. 2, ano XIV, 2016, p. 11).

As narrativas desse último subitem apontam para o final de um breve ciclo de crescimento da construção civil, deixando entrever pelas menções à queda no nível de renda, emprego, na capacidade de investir do Estado e na contração do seu PIB a chegada também do fim do projeto desenvolvimentista, que se apoiou em grande parte na capacidade do setor da construção civil em criar empregos e gerar efeitos para o crescimento econômico do país. As explicações para o mal desempenho das empresas e as baixas margens de lucros focam, sobretudo, no descuido das incorporadoras/construtoras com a execução produtiva e as demais funções adjacentes à construção, enquanto miravam nos índices financeiros e na consequente atratividade dos seus negócios aos investidores.

Nas revistas, o debate em torno dos erros e dos métodos inadequados cometidos pelo setor produtivo, que teria sido induzido pelo desconhecimento curto-prazista do mercado financeiro, é acompanhado dos números de uma excessiva alavancagem se comparado com os seus efeitos operacionais. Têm-se o esboço de um movimento de capitalização das incorporadoras/construtoras através de dívidas onerosas (financiamento bancário, debêntures, etc.) e não onerosas (OPAs), sem mencionar outras formas de acesso a capitais de terceiros como securitização, joint-ventures e parcerias com outras empresas ou fundos financeiros, seguidos de formação de grandes bancos de terrenos, expansão nacional e por segmentos de consumo, lançamentos de empreendimentos e, finalmente, a contração da expansão e a crise. O escasseamento, por um lado, desse capital – ao que parece, saído dos países em crise e que

tenham engendrado no Brasil um movimento de expansão da construção na contramão dos EUA e UE (como apresentado no gráfico acima) -, que colocava as incorporadoras e construtoras para funcionar e, de outro, dos fundos públicos garantindo o consumo desembocaram em capacidade produtiva ociosa, estoques e falta de demanda. O quadro de rápido crescimento da produção, do emprego e da casa própria parece ter sido rapidamente revertido. Por fim, nem com todas as milhões de moradias e bairros inteiros produzidos o tantas vezes referido déficit habitacional diminuiu em termos absolutos e a nível nacional, o que se observa no último gráfico é o seu aumento como um dos efeitos do boom da habitação e do programa anticíclico MCMV sobre o preço dos imóveis.

Capítulo 2

2. A acumulação por espoliação no Brasil e na produção habitacional nacional na primeira década e meia do século XXI

Um primeiro passo em busca de uma compreensão crítica da ascensão e queda da produção habitacional no país recorre às reflexões das arquitetas Mariana Fix (2011), Luciana Royer (2014) e Raquel Rolnik (2015). As suas pesquisas e o diálogo crítico com elas foram cruciais nesse caminho, como se verá ao longo de todo o texto. De início, apresento como se deu, na perspectiva das autoras, a constituição das condições do que elas entendem ser o predomínio do capital financeiro sobre a produção habitacional no Brasil, ou seja, as transformações que permitiram aquela emergência do boom habitacional e suas contradições. Se antes, a política habitacional de viés desenvolvimentista destinava-se a formar proprietários urbanos médios durante o processo de industrialização e um circuito imobiliário como frente de valorização dos capitais nacionais, exercendo para tanto certo controle sobre os fundos públicos e privados, bem como na promoção da habitação, nos anos posteriores vê-se, nessa leitura, uma política explicitamente mercadológica, a partir da qual a produção habitacional foi submetida ao domínio das finanças, à promoção privada e os fundos públicos foram apropriados pelo capital financeiro.

Em oposição às expectativas, os governos de esquerda do PT e o seu principal programa habitacional, o MCMV, apesar das declarações contrárias e certas aproximações com práticas de viés democrático participativas, desenvolvem ainda mais esse caráter mercantil e financeirizado da produção de moradias. Durante os seus anos no poder, de acordo com as autoras, as políticas para habitação abandonaram as ideias e projetos nascidos com base nos movimentos por moradia e através de ampla participação de várias camadas da sociedade civil, cujas raízes estão na própria formação do partido, para culminarem no MCMV, notadamente elaborado em associação direta com o empresariado da construção, o que já deve ter ficado explícito nas sínteses do material empírico das revistas consultadas. Os resultados desse programa habitacional, tão comemorado e defendido pelo empresariado, em que pesem as suas críticas, é brevemente descrito em seus inúmeros problemas ao final desse capítulo; o que se observou foi algo bem diferente do que se esperaria de um projeto de base popular.

Após a descrição das transformações no modo de se produzir e financiar as moradias no país, procuro explorar nos itens subsequentes os aspectos teóricos das pesquisas das arquitetas para apresentar as suas convergências interpretativas e a referência teórica na obra de David

Harvey. Em contraste com o material empírico anterior, as autoras, em níveis diferentes, avançam para além das relações de causa e efeito mais imediatas e interpretam o fenómeno descrito através das categorias e de um viés crítico marxista. Na perspectiva adotada por elas, e aqui incluo também a economista Leda Paulani, cujas reflexões aliadas as das arquitetas também me ajudam a compreender e a avançar nessa aproximação crítica do boom e da crise da produção habitacional - em especial, a economista contribui para o entendimento do projeto desenvolvimentista dentro do qual isso ocorre -, o processo de autonomização da esfera financeira e o seu domínio em relação à chamada economia real, ao Estado e à vida cotidiana ocorre em resposta à mais recente crise de superacumulação do capital. As autoras partem da ideia de um esgotamento de uma fase ou modelo de acumulação nos anos 1970, o qual foi substituído por uma outra configuração do capital hegemônica pelas finanças e suas classes, que aprofundaram as tendências iminentes de crise, exploração do trabalho e tragédias sociais. Têm-se então a repetição de expedientes típicos da acumulação primitiva, que se tornam o principal modo do capital acumular riquezas. Chamada de “acumulação por espoliação” a partir de David Harvey, a nova fase é ainda mais destrutiva e distante das necessidades dos sujeitos, além de não resolver a eterna superacumulação do capital; essa tendência é sim agravada.

No Brasil, essa nova fase começa a configurar-se em sua particularidade no final da década de 1980 e início de 1990. Com a mesma acuidade das pesquisas das arquitetas para a produção e o financiamento das moradias, que apresento no primeiro item, Paulani analisa as transformações do país a partir dos conceitos de “plataforma internacional de valorização financeira” e de “estado de emergência”. Sem contrapor-se ou reverter esse quadro que foi imposto ao país, o partido da esquerda no poder, como mencionado acima para o caso da habitação, aprofundou-o, por isso as críticas em uníssono das autoras contra o governo que não teria realizado o projeto desenvolvimentista com justiça social.

Para além das especificidades das pesquisas e seus recortes de interesse, espero demonstrar nesse capítulo que, para essas autoras, o capital tende permanentemente à superacumulação e à autodestruição, buscando espaços, bem como destruições e desvalorizações através dos quais possa ajustar os seus desequilíbrios, abrindo novas fronteiras de acumulação, sendo que atualmente o faz sob domínio do capital financeiro e fictício. Na particularidade aqui em questão, a produção habitacional em âmbito nacional do Brasil pretensamente desenvolvimentista faz as vezes da fronteira.

Tendo em mente a primazia da luta na esfera política como horizonte de transformação social nessas interpretações e a função do fundo público e do aparato estatal nesse projeto, apresento em um dos itens do capítulo a discussão do sociólogo Francisco de Oliveira sobre a

social democracia e os direitos dos trabalhadores construídos contra o mercado e o processo de acumulação. Essa elaboração de Oliveira é referência para as ciências sociais no país e também para as reflexões em questão, seja direta ou indiretamente. Ao sintetizar o autor, procuro dar relevo às contradições que surgem do que ele chamou de “modo de produção social democrata” concretizado em alguns países onde se desenvolveu o estado de bem estar, oposições essas que elevaram obstáculos à sua própria continuidade e ao projeto coletivo de justiça social almejado por essa crítica.

Por fim, depois de apresentar os limites desse projeto nascido das lutas de classes através do Estado e seus recursos, pelo viés do próprio autor, e as perspectivas daquelas autoras acerca da produção habitacional no país e do projeto desenvolvimentista petista, bem como a relação desses fenômenos com o processo de acumulação e crise do capital, busco reproduzir através de dois livros de David Harvey o seu caminho de elaboração teórica que vai das coerências territoriais e regiões de acumulação ao conceito de acumulação por espoliação. Essa última formulação é central para o entendimento das autoras sobre a reprodução do capital na atualidade e na sua particularidade espacial (imobiliária) e brasileira. Para tanto, recorro aos livros “Os Limites do Capital⁹⁵”, no qual Harvey expõe a relação entre a estrutura espacial e o processo de acumulação e crise no capitalismo, oferecendo uma explicação lógica e histórica para o imperialismo, e o “Novo Imperialismo”, em que ao desenvolver a tese anterior o autor chega às práticas de espoliação dos capitais como determinante dos processos de acumulação e catástrofes sociais dos últimos tempos.

Rapidamente, ressalto que, apesar das pesquisas das autoras citadas e de David Harvey serem partes importantes para o desenvolvimento da reflexão do presente texto, tentarei, no próximo capítulo, confrontar os achados dos materiais empíricos com essas interpretações para propor um outro caminho de compreensão dos fenômenos em questão. Nesse capítulo, porém, apenas apresento os argumentos sem tencioná-los.

⁹⁵ Botelho (2014), após leitura atenta e o confronto das edições em inglês, espanhol e português do livro “Os Limites do Capital”, demonstra e comenta em seu artigo sobre a “Teoria da crise em David Harvey: observações sobre Os Limites do Capital” os enormes erros de tradução da editora Boitempo, que comprometem o entendimento de várias passagens dessa obra.

2.1 As transformações mais recentes na produção, no financiamento da moradia e o MCMV

No ano de 1964, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) estabeleceu as bases financeiras para a constituição de um circuito imobiliário no país, que passou a funcionar como um sistema paralelo de acumulação, cujos primórdios datam do desenvolvimento da urbanização e da industrialização no Brasil (FIX, 2011, p. 53). Desde então, “O meio ambiente construído começa a se constituir como uma fronteira de valorização dos lucros e dos excedentes obtidos em outras atividades pelo capital agrário, comercial e, futuramente, industrial (Ibidem, p. 59)”. No período de seu funcionamento, o BNH atuava como o “(...) órgão central, normativo e financiador [...] (ROYER, 2014, p. 51)” do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ambos instituídos pela mesma lei, e operava com os recursos provenientes, principalmente, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que se tornaram os principais instrumentos de financiamento para a habitação no país⁹⁶ (Ibidem, p. 52-6).

A política habitacional do SFH não foi homogênea, passando por diversas mudanças ao longo do tempo em que funcionou o BNH. Simplificadamente, essa política segmentou o mercado segundo níveis de renda familiar, sendo cada segmento regido por uma legislação e responsabilidade de um promotor específico. Nas faixas popular (até 3 salários mínimos) e econômica (de 3 a 6 salários mínimos) a promoção era pública, centrada no BNH ou nas Cohabs (Companhias de Habitação), financiada com recursos do FGTS e construída pelo setor privado; na faixa de mercado (acima de 6 salários mínimos), o financiamento se dava via SBPE e toda a operação ficava a cargo da iniciativa privada. Esses dois subsistemas que compunham o SFH, apesar de disporem de condições distintas de financiamento a depender da classe social, operavam sob a lógica empresarial, portanto, de acordo com os interesses dos diversos agentes do circuito imobiliário que, impulsionados por esses fundos, galgavam a produção em escala e

⁹⁶ Apesar da lei que criou o BNH/SFH ter previsto recursos a partir de algumas fontes de contribuição, foi apenas com o FGTS, criado em 1966, que o BNH foi impulsionado, tornando-se nos anos 1970 o segundo maior estabelecimento bancário do país. Essa fonte era de origem financeira, portanto, previa o pagamento de remuneração sobre os custos e margens para cobrir inadimplências, ou seja, a utilização dos recursos deveria estar adequada à capacidade de pagamento do tomador. No caso do SBPE, a sua implantação se deu junto à estruturação do SFH, sendo composto pelo próprio BNH, as carteiras imobiliárias das caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. Cabia ao BNH fiscalizar e normatizar as carteiras imobiliárias das instituições, tratar das questões financeiras, urbanísticas e arquitetônicas, definindo as tipologias, regulamentando as condições de financiamento das operações do SBPE, os planos de reajuste das prestações, o saldo devedor, os programas de financiamento empresarial, o financiamento da construção em terreno próprio, etc (ROYER, 2014, p. 52-8).

elevadas taxas de crescimento, em uma acumulação com capitais predominantemente nacionais (FIX, 2011, p. 90-108).

A criação do BNH/SFH era parte da montagem de um sistema que financiava também a infraestrutura urbana e nacional. O setor da construção civil no Brasil – infraestrutura, construção pesada e edificações – desenvolveu-se como órbita dos capitais nacionais a partir de laços estreitos com o Estado (FIX, 2011, p. 53; ROYER, 2014, p. 64-5). “À concessão ao capital estrangeiro da hegemonia do circuito industrial corresponde à reserva para o capital privado nacional do circuito imobiliário como grande fronteira de valorização, além da agricultura e do sistema financeiro (FIX, 2011, p. 85)”. Nesse período, analisa Fix (Ibidem, p. 95-7), os interesses em disputa combinaram uma política capaz de atender aos anseios pela acumulação de capital e, ao mesmo tempo, em plena vigência da ditadura, formar uma camada urbana popular e média de proprietários de imóveis na tentativa de conter as lutas sociais por moradia e emprego. Os fundos públicos – FGTS, bancos públicos e caixas econômicas – e privados – associações de poupança e empréstimo, sociedades de crédito imobiliário e bancos – garantiram um fluxo contínuo para o circuito imobiliário, o que permitiu alargar as classes de renda atendidas, porém, sem abandonar a lógica empresarial e financeira – lucros, juros e correção -, estabelecendo uma política de habitação privatista que, combinada com uma política econômica concentradora de renda, não resolveu o problema da moradia no Brasil. “O SFH tratou a habitação como mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas (Ibidem, p. 97)”. A produção da habitação como uma mercadoria, exigindo rentabilidade do financiamento à produção, não foi acessada por grande parte da classe trabalhadora, que resolveu a necessidade da moradia via autoconstrução em áreas irregulares, o que era compatível com a industrialização que pagava baixíssimos salários (Ibidem, p. 106). “[...] com essa orientação o banco se transformou em um funil por meio do qual os recursos do FGTS são drenados para o setor privado, a fim de alimentar o mecanismo da acumulação e da concentração de renda (Ibidem, p. 108)”. Quando os mercados de rendas mais altas foram saturados, a produção voltou-se para as rendas mais baixas, deparando-se com a incapacidade de consumo.

“Ao considerarmos todo o período de vigência do BNH, chega-se ao número (...) de, aproximadamente, 1,5 milhão de financiamentos concedidos no âmbito do mercado popular, somando-se as unidades feitas via COHABs com os programas alternativos do tipo João-de-Barro (apoio à autoconstrução) e programas de lotes urbanizados. Comparando-se com outros resultados do SFH, esse número representa 68% dos financiamentos destinados ao mercado médio, acima de 10 salários, e ainda 33,5% de toda a produção do SFH no período (ROYER, 2014, p. 69)”.

O fim do BNH⁹⁷, em 1986, levou à queda abrupta nos financiamentos do SFH, sobretudo na produção habitacional promovida pelo Estado. A política habitacional foi desarticulada e fragmentada, com os recursos públicos canalizados para os promotores e agentes privados; a favelização deu um salto em relação às décadas anteriores (FIX, 2011, p. 54-5). A transferência para a Caixa Econômica Federal (CEF) da função de agente financeiro do SFH demonstrava a ausência de uma política definida para o setor habitacional⁹⁸, além de manter os problemas antigos, pois a instituição não deixava de lado o fato de ser um banco comercial e ter que garantir equilíbrio financeiro, taxas de retorno, etc. (ROYER, 2014, p. 62-5). Ao longo da década de 1990 foram introduzidos explicitamente os critérios de mercado para a provisão habitacional, ao mesmo tempo em que os recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União eram contingenciados e os privados no âmbito do SBPE tinham a sua exigibilidade de aplicação no financiamento habitacional flexibilizados. Muitas Companhias de Habitação (Cohabs) faliram ou passaram a atuar como institutos de desenvolvimento urbano e não mais como promotoras de habitações para a baixa renda. A ênfase deixava de estar centrada na oferta via prestadoras públicas, como na época do BNH, para focar no financiamento ao mutuário final de imóveis novos e usados, especialmente nas classes médias, ou para fomentar a oferta de imóveis pelo empreendedor privado - responsável por toda a operação (compra do terreno, construção, projeto) (FIX, 2011, p. 121 - 125; ROLNIK, 2015, p. 286-9).

Mas o principal marco dos anos 1990 para o financiamento imobiliário foi a aprovação de uma lei, em 1997, que instituiu o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), tendo como objetivo introduzir inovações para ampliar a participação do capital financeiro na produção imobiliária. Em meio a alardeada falência do Estado intervencionista naqueles anos, de onde se derivava os argumentos acerca da incapacidade do SFH para garantir os recursos da habitação, e aos discursos e práticas neoliberais recém incorporadas no país, os defensores do novo sistema alegavam que o mercado de capitais proveria os fundos necessários para a habitação. O SFI – resultado de uma série de debates travados entre os sindicatos patronais da construção civil, entidades de crédito e poupança, universidades e governo, além das influências dos documentos de instituições financeiras internacionais e multilaterais para o desenvolvimento do mercado de

⁹⁷ Segundo Royer, são várias as causas da extinção do BNH em meio à crise econômica brasileira dos anos 80, entre elas destaca-se: o descasamento entre a correção dos saldos devedores e do ajustamento das parcelas, a queda da arrecadação do FGTS, a redução dos salários, o desemprego, a informalidade, os saques elevados do FGTS, a inadimplência, a concessão indistinta de subsídios, etc (2014, p. 64-5).

⁹⁸ Se antes, o BNH determinava aos participantes do SBPE o quanto dos recursos disponíveis iria para financiar a habitação, bem como percentual, a forma e a renda de destino, e o quanto seria retido no Banco Central (BACEN) para compor as reservas monetárias, com o seu fim coube ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central o controle dos recursos, reforçando o seu viés de política monetária.

capitais no setor imobiliário – tem como finalidade, “(...) segundo seu art. 1, promover o financiamento imobiliário em geral, segundo condições compatíveis com as da formação dos fundos respectivos (ROYER, 2014, p. 104)”. Essas condições e a origem desses fundos, porém, eram incompatíveis com as regulações acerca das taxas de juros, do valor do imóvel e do financiamento vigentes no SFH, pois o SFI é um marco regulatório “[...] da participação e da operação de instituições financeiras e correlatas no financiamento imobiliário e no mercado de capitais [...] (Ibidem, p. 110)”.

Nesse sistema, “Inspirado no modelo norte-americano, centrado na captação de recursos via mercado de capitais [...] (ROYER, 2014, p. 15)”, não haveria a dependência dos fundos públicos destinados à habitação e do direcionamento obrigatório de frações da poupança interna, como no caso do FGTS e do SBPE. Caberia ao Estado flexibilizar as regras do financiamento imobiliário e garantir a segurança jurídica – uma nova regulação - para que o mercado equilibrasse a oferta e a procura (ROYER, 2014, p. 112-113; FIX, 2011, p. 128-130). “O SFI prevê, em seu modelo teórico, que o coração do sistema seja a captação de recursos em um mercado secundário de títulos de crédito e recebíveis imobiliários (ROYER, 2014, p. 108)”. Buscava-se então, “(...) deslanchar o crédito imobiliário com o uso de instrumentos financeiros inovadores [...] que teria como função primordial transformar a concessão de crédito imobiliário em um investimento dotado de segurança e liquidez (Ibidem, p. 15)”. As inovações e atualizações referentes a essa lei foram: os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), a criação das companhias securitizadoras para “operacionalizar a securitização desses recebíveis imobiliários (p. 110)”, a reabilitação do instituto jurídico da alienação fiduciária para o mercado imobiliário e a reformulação das Debêntures, das Letras Hipotecárias e das Cédulas de Crédito Bancário (Ibidem, p. 108-110). Cabe acrescentar que os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), criados em 1993, também foram importantes na aproximação do imobiliário com o mercado de capitais nessa década⁹⁹ (FIX, 2011, p. 126).

No início, o funcionamento do SFI não obteve êxito nem mesmo nos empreendimentos comerciais, ramo que mais tarde concentraria os negócios financeiros com base imobiliária, pois os altos juros e a segurança dos títulos do tesouro brasileiro tornavam a dívida pública uma

⁹⁹ “A vantagem dos FII do ponto de vista do circuito imobiliário é que os fundos permitem reunir recursos para investimentos, sem fragmentar a propriedade do imóvel. Algo particularmente vantajoso para torres de escritório que, no padrão anterior, exigiam a reunião de um número grande de investidores, que repartiriam as salas ou andares do edifício. A criação de um FII permite que cada um deles se torne proprietário de certo número de cotas. Ainda para o setor imobiliário, isso permitia atrair investidores que não tinham necessariamente interesse em utilizar o imóvel. Ou seja, facilitando a desvinculação entre uso e propriedade, o empreendimento poderia ser tratado de fato como um negócio, ou melhor, como um ativo financeiro com maior liquidez, colocado ao lado de outros no portfólio de um investidor (FIX, 2011, p. 126)”.

alternativa mais vantajosa para os investidores. Além disso, de acordo com Royer, apesar da boa repercussão no mercado da lei do SFI, para o pleno desenvolvimento da securitização “(...) era necessária uma base legal que garantisse o pleno cumprimento das leis, normas operacionais e contratos, que pudessem enquadrar o risco jurídico como mínimo e previamente mensurável, especialmente no caso da retomada das garantias legais (2014, p. 125)”. A lacuna foi então preenchida pelo governo seguinte, o do presidente Lula do PT, que implementou as leis para desencadear o funcionamento do SFI: “(...) em 2004 foi editada a Lei n. 10.931, conhecida como a Lei do Patrimônio de Afetação, mas que continha, além desse instituto, o instituto do Valor do Incontroverso¹⁰⁰, bem como novos títulos de crédito, tais como as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCB)¹⁰¹ (Ibidem, p. 125)”; a alienação fiduciária - considerada o instrumento mais inovador pelo mercado de crédito imobiliário – foi inserida no Código civil, que disciplinava as garantias da sua execução para reduzir a insegurança jurídica (Ibidem, p. 125-7). Dando continuidade à liberalização do setor imobiliário, essa “[...] lei consolidou a base legal do setor imobiliário-financeiro e reforçou as garantias a financiadores e compradores, reforçando o arcabouço jurídico necessário à expansão do setor imobiliário no modelo do SFI (Ibidem, p. 125)”. A lei em questão definiu os três pilares jurídicos – alienação fiduciária, patrimônio de afetação e a regra do incontroverso – para o sistema financeiro imobiliário, afirma Rolnik (2015).

O que se observou, segundo Royer (2014, p. 18), foi uma inversão entre o financeiro e o produtivo, pois se antes aquele servia para viabilizar o segundo, com a mudança proposta no padrão de financiamento o primeiro torna-se o ponto de chegada da política habitacional. O enfrentamento das necessidades habitacionais – conceito mais abrangente e que envolve a ideia de moradia digna, com serviços, infraestrutura, habitabilidade, acessibilidade, transporte, custos acessíveis, segurança jurídica, como foi discutido desde os anos 80 e na assembleia nacional constituinte – ou do déficit habitacional mudou de função, sendo usado como pretexto para a criação de novos instrumentos de crédito, a despeito da sua inadequação para resolver o problema.

Nos anos 2000 houve o aprimoramento e aprofundamento de um modelo baseado na redução da promoção estatal e do controle do crédito público, acompanhados pelo

¹⁰⁰ “Já o Valor do Incontroverso procura viabilizar o pagamento das prestações cujos contratos estão sendo questionados judicialmente. Trata-se de suspensão de pagamento do financiamento imobiliário restrito ao que está sendo questionado judicialmente e não em relação a todo o contrato (ROYER, 2014, p. 126)”.

¹⁰¹ As diferenças entre esses títulos “são relativas ao tipo de crédito, garantia, agente emissor, entre outros, não se diferenciando enquanto instrumentos de captação e intermediação de recursos no âmbito do mercado financeiro de títulos (ROYER, 2014, p. 108)”.

fortalecimento do mercado de capitais, sem que isso significasse a substituição do financiamento público à moradia. No Brasil, onde diferente da Europa ocidental “nunca teve nada parecido com um sistema de bem-estar ao longo de sua história (ROLNIK, 2015, p. 266)”, a implantação do projeto neoliberal reorientou os gastos públicos “da promoção de direitos sociais – mesmo que em dimensão muito limitada [...] – em direção à aceleração do desenvolvimento de um ambiente *Market friendly* (Ibidem, p. 270)”. Com a redemocratização dos anos 1990 não veio a extensão dos direitos e a igualdade de oportunidades exigidos pelos movimentos sociais e reconhecidos na constituição de 1988, mas houve o aumento da pobreza e a redução das políticas distributivas, pressionando as necessidades sociais a serem atendidas através do mercado (Ibidem, p. 273).

Para Royer (2014), a arquitetura financeira destinada a suprir e superar o “antiquado” financiamento estatal é inadequada¹⁰² para atender as necessidades habitacionais do país, por isso a alocação de recursos do FGTS e do SBPE pelo poder público permaneceram como os principais financiadores da moradia (Ibidem, p. 114; 142-7). Segundo ela, o que aconteceu foi uma confusão entre os objetos de financiamento¹⁰³, que rompeu a fronteira entre o que seria atribuição do SFH e do SFI, de modo que os recursos do FGTS e do SBPE ao invés de financiarem a moradia diretamente, e no caso do primeiro para a baixa renda, passaram também a adquirir títulos financeiros com lastro imobiliário, principalmente de imóveis comerciais, e financiar amplamente as construtoras e incorporadoras. Ademais, o discurso em torno do déficit habitacional e da universalização da moradia foi mobilizado para capturar os fundos públicos

¹⁰² Acerca da incompatibilidade do mercado de capitais para suprir as necessidades habitacionais, em especial da baixa renda, a autora cita os exemplos da crise no mercado imobiliário norte americano, os movimentos especulativos e a queda das ações das empresas nacionais na bolsa e a preferência dos investidores por títulos de securitização de empreendimentos imobiliários comerciais. Sobre esses últimos, Royer (2014) afirma: “O mecanismo de operação e a lógica que perpassa a arquitetura da securitização, base do sistema de captação de recursos do SFI, é [...] a lógica dos produtos financeiros (Ibidem, p. 120)”, portanto, todo o empreendimento que servir de lastro para essa operação deve ser atrativo ao investidor, o que significa ser gerador de um fluxo de caixa, oferecer boa qualidade de crédito, servir para diversificar o portfólio, facilitar a comercialização dos títulos, etc. “[...] essa arquitetura financeira influencia de maneira decisiva as decisões sobre o que, como e para quem produzir. E, em última instância, quem determina o que é melhor ou não é o investidor, que busca, por sua própria característica, rentabilidade acima ou equivalente a outros investimentos no mercado financeiro (Ibidem, p. 121)”.

¹⁰³ “A confusão entre o SFH e o SFI expõe, nesse sentido, uma contradição da própria matriz teórica do SFI quando aplicada em um país periférico, extremamente desigual, em que o desafio das políticas econômicas sempre foi mais a criação de condições para a existência dos mercados do que a correção de falhas em um mercado imperfeito. Ora, se por estes lados o fundo público sempre foi condição indispensável para a formação dos mercados, se a acumulação de capital sempre teve a atividade estatal como alavanca, como apostar no protagonismo do mercado para a solução do déficit habitacional? Como recorrer à racionalidade econômica das instituições como antídoto à ineficiência da política? Como acreditar na universalização do direito à moradia a partir da criação de um ambiente de negócios seguros e favorável à acumulação de capital? Como compatibilizar o atendimento a uma demanda incapaz de arcar com os custos de aquisição de uma unidade habitacional nas condições de mercado com a necessidade de proporcionar aos investidores do setor imobiliário uma remuneração não inferior à taxa de lucro média do mercado financeiro? (Royer, p. 143)”.

para as grandes companhias e o setor financeiro, desviando os “antiquados” recursos usados desde o BNH, o oposto do que se ouvia em muitos argumentos que defendiam o SFI em sua autonomia e desoneração do Estado (Ibidem, p. 154-169). “O desenvolvimento econômico brasileiro demonstra que a constituição e fortalecimentos dos mercados se dão na captura do orçamento público (Ibidem, p. 169)”.

De acordo com Royer (2014), a busca por substituir um modelo de financiamento baseado na intensiva participação estatal por outro orientado pelo mercado, como demonstra a pressão exercida pelo setor imobiliário pela diminuição do controle estatal sobre o crédito dirigido, não pretende abandonar as fontes tradicionais de recursos que aumentaram o seu desempenho, mas visa fortalecer o mercado de capitais como fonte de financiamento através desses recursos. Por detrás da crítica dos defensores do SFI, que apontaram o modelo do SFH como simplório e ultrapassado, está a intenção de acessar os recursos que durante décadas financiaram a habitação no Brasil. Essa última é usada para alocação de recursos do SFH em um sistema cujo foco são em imóveis não residenciais. Além disso, a defesa do mercado privado na promoção da casa própria, ao acentuar a equação renda x consumo e transformar um direito social de acesso à moradia a uma possibilidade individual de acesso ao crédito, catalisa o processo de mercadorização da habitação, como descrito por Harvey (Ibidem, p. 170-3).

Desta forma, o discurso do protagonismo do mercado para a solução do déficit habitacional brasileiro não pode ser compreendido senão como um processo de falsificação. Falsificação pelo que critica – um Estado de Bem-Estar que nunca existiu. Falsificação pelo que predica – a capacidade deste mercado ávido por recursos públicos resolver um problema crônico como o déficit habitacional (ROYER, 2014, p. 168).

Como se viu, a vitória do candidato da esquerda nas eleições de 2002 não alterou esse quadro, ao contrário, esse governo foi parte do seu desenvolvimento e consolidação. Antes de chegar ao posto federal, porém, e com base no plano apresentado por Lula para a construção de habitações no ano 2000, chamado de “Projeto Moradia” - resultado das discussões e experiências desde os anos 1980 entre o partido dos trabalhadores, acadêmicos, movimentos sociais e gestores públicos -, havia a expectativa de que o Estado retomaria para si, a partir de um novo patamar mais democrático e popular, a produção de moradias no país. Esse projeto, que tinha como meta gerar crescimento econômico, emprego e enfrentar a questão social, pretendia focar os recursos públicos onerosos e não onerosos na baixa renda e retomar a produção habitacional para a classe média com crédito privado. Previa também combater a especulação com imóveis ociosos e baratear e facilitar o acesso à terra através do Estatuto da Cidade. Sob influência do Projeto Moradia e dos movimentos sociais, o governo do presidente Lula instaurou o Ministério das Cidades e atuou para a aprovação do projeto de lei popular que

criava o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e seu respectivo fundo (FNHIS) (FIX, 2011, p. 132-3; ROLNIK, 2015, p. 294-6).

De acordo com o modelo da lei, todos os recursos públicos destinados à habitação fazem parte do sistema, inclusive os onerosos, e devem se submeter à Política e ao Plano Nacional da Habitação. Os recursos do FNHIS são oriundos do Orçamento Geral da União, de outros fundos e de fontes não onerosas. O atendimento prioriza as famílias de menor renda, através da concessão de subsídios, com caracterização diferenciada por regiões. Os recursos são utilizados para diversos tipos de intervenção, como produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação. [...] De acordo com o modelo do SNHIS, o Ministério das Cidades é o gestor do FNHIS e a Caixa, banco público de fomento, é o agente operador. [...] O Conselho Gestor Nacional é paritário e composto por 24 membros, metade deles representando o governo federal e metade, a sociedade civil (movimentos populares, empresários do setor, trabalhadores, ONGs e universidades). Tem como competências alocar os recursos, aprovar as diretrizes, prioridades e estratégias, regulamentar, estabelecer regras de repasse e concessão de subsídios (ROLNIK, 2015, p. 297).

Todavia, desde o início, o SNHIS e o seu fundo, esvaziado da sua capacidade financeira, bem como a agenda de reforma urbana do Ministério das Cidades se depararam com várias resistências no interior do próprio governo. Com efeito, as medidas de estímulo ao crédito da Política Nacional da Habitação, que dividia o perfil da demanda e as fontes em dois subsistemas, o de Habitação de Interesse Social (recursos do FGTS, do FNHIS, do OGU entre outros) e de Habitação de Mercado (dependente das cadernetas de poupanças e outros instrumentos de captação de recursos de investidores, tais como o do mercado de capitais no âmbito do SFI), permitiram o acesso pelas empresas dos fundos destinados à habitação de interesse social (SHIMBO, 2010).

Para garantir o pleno funcionamento do crédito imobiliário privado, do SFI e do mercado habitacional, além do setor imobiliário-financeiro como um todo, o governo Lula não só aprovou o “ pilar jurídico ” (ROLNIK, 2015) para o seu desenvolvimento, como implementou várias outras medidas (mudanças tributárias, incentivos e redução dos impostos), leis e modificações de legislações anteriores de modo a aumentar a segurança e fomentar o setor, todos esses elementos parcialmente já citados anteriormente. Segue uma síntese de algumas das decisões direcionadas à produção e ao consumo da habitação entre 2004 e 2006: melhoria do ambiente regulatório; redução dos juros e a flexibilização da TR (Taxa referencial), que permitiu taxa de juros prefixadas no SFH; aumento dos prazos; diminuição da entrada na compra do imóvel; ampliação do volume de crédito às incorporadoras/construtoras e da porcentagem de financiamento via CEF; insumos da construção civil na lista de desoneração; revisão da carga tributária; obrigatoriedade de aplicação mínima de 65% da poupança para financiamento imobiliário e redução dos juros pagos sobre depósito não utilizado para incentivar o seu uso no financiamento dentro do SFH; ampliação dos subsídios oferecidos pelo

governo federal e duplicação do orçamento da habitação mediante resolução do Conselho Gestor do FGTS; resoluções emitidas pela autoridade financeira nacional permitindo às tradicionais fontes de financiamento do SFH (SBPE e FGTS) investirem em títulos financeiros de lastro imobiliário dentro do SFI; a “MP do Bem”, isentando de impostos a venda dos imóveis se fosse destinado para a compra de outro imóvel etc. (ROLNIK, 2015, p. 289-90, FIX, 2011, p. 134-5, ROYER, 2014, p. 126-134).

Esse conjunto de ações modificou quantitativa e qualitativamente o setor de incorporação/construção da habitação, afirma Fix (2011), derrubando alguns dos obstáculos que atravancavam a sua desnacionalização¹⁰⁴. Nos anos 1990, enquanto as políticas de abertura econômica, desregulamentação e privatização inseriam diversos setores nacionais na mundialização financeira, “[...] o caráter estreito, segmentado e estratificado do circuito imobiliário o mantinha como órbita reservada das elites brasileiras”, tal qual ocorrera na época do BNH, quando as multinacionais comandavam a industrialização e o setor imobiliário permanecia controlado pelo capital nacional (Ibidem, p. 147). As transformações que se iniciaram nessa década¹⁰⁵ e aprofundaram-se nos anos posteriores, adequaram o setor para receber investimentos vultuosos, inclusive internacionais, sendo que as OPAs, nomeadamente entre os anos de 2006 e 2007, marcaram a ruptura com a estrutura familiar e nacional das empresas, assim como impulsionaram a concentração e centralização dos capitais (FIX, 2011, p. 219).

Em sua análise do conjunto das empresas que realizaram ofertas públicas de ações, Fix (2011) afirma que a passagem das empresas de estrutura familiar para outra configuração, na qual os antigos donos não integram mais a empresa ou compartilham a gestão com financistas,

¹⁰⁴ “[...] o setor é difícil de ser inteiramente capturado por capital internacional, ao menos em um primeiro momento. Os conhecimentos locais, a pressão sobre o poder público (executivo, legislativo e judiciário), a falta de articulação com a economia mundial, a pouca proximidade entre os mercados de capitais e o mercado imobiliário são alguns dos fatores que dificultam a metamorfose completa. A desigualdade de renda no Brasil – uma das maiores do mundo – é ainda um obstáculo maior, especialmente a um setor cuja mercadoria tem preços elevados como a casa. Esse problema será apenas contornado pelo Minha Casa Minha Vida, e ainda assim parcialmente (FIX, 2011, p. 150)”.

¹⁰⁵ Afora as transformações envolvendo a participação do Estado na promoção da habitação e os mecanismos de ligação entre o setor imobiliário e financeiro, outras decisões mais gerais, envolvendo as cidades como um todo, foram desenvolvidas em muitos países ao redor do mundo. “Exerceram-se pressões em diversas frentes, no contexto da crise fiscal do Estado e do ajuste estrutural dos anos 1980 e 1990. As teses que advogavam a adequação de todos os países às necessidades da globalização e a reestruturação do Estado foram acompanhadas, no urbano, pelo discurso da Cidade Global (Global City) e pelo receituário do Planejamento Estratégico de Cidades. Alguns de seus principais ingredientes, como revitalização de centros históricos, renovação de antigas áreas desativadas (portuárias, industriais, orla ferroviária, etc.), abertura de novas centralidades podem ser compreendidos, em parte, como frentes de expansão da base de circulação no meio ambiente construído. Operações Urbanas e Concessões Urbanísticas estão entre os instrumentos mobilizados para tentar contornar as barreiras encontradas pelo capital e pelos governos (FIX, 2011, p. 217-8)”.

começou antes das OPAs, com os investimentos de fundos de *private equity*¹⁰⁶ nas empresas de capital fechado, que preparavam-nas para a abertura de capital na expectativa de elevados ganhos futuros com a venda na participação (Ibidem, p. 161). Mas foram as OPAs que modificaram de modo mais amplo o patrimônio das empresas, ainda que em algumas delas os antigos proprietários se mantivessem como os maiores acionistas, assinala a autora (Ibidem, p. 163). A entrada de capital internacional se deu, principalmente, através dos fundos de investimento, dos fundos de participação, por *private equity* ou em Sociedades de Propósito Específico (SPE), modalidade na qual o investidor não aparece entre os acionistas, investindo em empreendimentos específicos (Ibidem, p. 163). “Os resultados da pesquisa indicam, assim, uma espécie de aliança entre o capital local – que anteriormente comandava sozinho as empresas de estrutura familiar – e os novos investidores (Ibidem, p. 164)”. Rolnik (2015) cita alguns exemplos desse movimento, que ganha intensidade em meados dos anos 2000, quando a compra de frações das empresas e de suas concorrentes por fundos de investimentos e bancos e a abertura de ações evidenciam a tomada do setor residencial pelo financeiro:

Foi a GP¹⁰⁷ que trouxe para a Gafisa, em 2005, a Equity Internacional, um dos maiores fundos de investimento imobiliário dos Estados Unidos, que adquiriu 32% do capital da incorporadora. Em 2006, sob a liderança da GP e da Equity, a Gafisa fez sua *Initial Public Offering* (IPO, ou, na sigla em português, OPA – Oferta Pública de Ações), arrecadando 927 milhões de reais com a venda de 47% de suas ações. Em 2007, a incorporadora arrecadou 1,17 bilhão de reais em uma operação de *follow-on*. No mesmo ano, a GP sai da Gafisa, realizando um lucro de aproximadamente 6,5 vezes o capital investido.

[...] Depois de ser parcialmente adquirida pelo Spinnaker Capital Group, com sede em Londres, a Even promoveu a abertura de capital na Bolsa de Valores em 2007. Em 2006, a MRV vendeu 16,7% de seu capital para o fundo de investimento Autonomy Capital Research LLP, do britânico Charles Gibbins. Em outubro de 2011, 7,8% das ações da Cyrela eram de propriedade de um banco de investimento francês (o Carmignac Gestion), 5,3% de seu capital era de uma empresa norte-americana, líder de gestão de ativos – a BlackRock Inc. -, enquanto 5,18% das ações eram detidas pelas Janus Capital Management LLC, outra empresa de investimento dos Estados Unidos. No mesmo mês, 7,2% das ações da PDG era de propriedade da BlackRock e 5,06% eram da T. Rowe Price Associates, uma financeira norte-americana. A BlackRock também possuía 5,1% das ações da Gafisa (ROLNIK, 2015, p. 291-2).

Quando em 2008 o crescimento econômico em geral e do setor imobiliário em particular foi interrompido pela crise iniciada nos EUA, o governo deixou definitivamente de lado o processo participativo criado desde 2003 no âmbito do Ministério das Cidades e acatou, sob o

¹⁰⁶ [...] termo utilizado para designar investimento em empresas e ativos cujas ações ou cotas não são negociadas publicamente em um mercado organizado, como o da Bolsa de Valores, por exemplo. Empresas gestoras captam recursos financeiros de investidores e compram a participação minoritária de uma empresa ou assumem controle do negócio. Depois de algum tempo a gestora procura sair do investimento por meio de venda da participação, pela abertura de capital em Bolsa de Valores, pelo repasse das cotas e ações para os investidores ou mesmo pela assunção do prejuízo ou falência ou fechamento da empresa. Vários fundos desse tipo compraram participações em empresas do setor, participaram da preparação para a oferta primária inicial, e depois desmobilizaram seus ativos ao longo do ano (FIX, 2011, p. 162)”.
¹⁰⁷ Fundo de Investimento que comprou parte da Gafisa, antes empresa familiar, em 1997.

argumento de urgência da situação, as demandas das incorporadoras e construtoras¹⁰⁸. Lançou então, no começo de 2009, a primeira fase do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), maior programa habitacional da história do país, cujo principal objetivo foi a produção da casa própria:

Entre seminários, oficinas e reuniões técnicas realizaram-se mais de 60 atividades participativas, que reuniram governos estaduais e municipais, movimentos populares e profissionais, para a elaboração do Planhab. O MCMV, entretanto, foi elaborado sob liderança da Casa Civil e do Ministério da Fazenda, em diálogo direto com representantes da construção, e sem participação popular. A estrutura operacional do Ministério das Cidades, que articula as políticas de habitação, saneamento, transportes e desenvolvimento urbano, não foi mobilizada na concepção do pacote. O Conselho das Cidades, órgão deliberativo do Ministério, não foi consultado. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que deveria concentrar todos os recursos da política habitacional de modo a uniformizar os critérios de acesso, ficou também fora do MCMV, exceto na modalidade —Entidades, restrita a 1,5% do subsídio público. Diferentemente, o pacote direciona os recursos para um fundo público secundário e sem conselho, o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), mais maleável e desregulado, utilizado para a faixa de 0 a 3 salários mínimos (FIX, 2011, p. 140).

A descrição abaixo do modo de funcionamento do MCMV e de alguns dos seus efeitos não está mais centrada nas pesquisas das autoras em diálogo até aqui. Para um quadro com maiores detalhes, embora sucinto, recorri principalmente ao livro *Minha Casa... E a Cidade?* (2015), elaborado por um conjunto de pesquisadores que avaliaram essa política pública em seis estados brasileiros¹⁰⁹. O MCMV em suas duas primeiras fases dividiu a demanda em três faixas, sendo que cada uma delas tinha sua própria especificidade quanto às características do produto, forma de acesso e fonte de financiamento. Na primeira fase do programa, a faixa 1 era destinada para famílias com renda mensal até R\$ 1.395,00, o subsídio público cobria quase todo o preço do imóvel e o restante do saldo financiado não tinha juros. Um Fundo Garantidor dava suporte às operações financeiras e eliminava o seguro do custo dos financiamentos. Nessa faixa,

¹⁰⁸ “A situação de crise foi, justamente, a alegação utilizada para o lançamento do pacote Minha Casa Minha Vida no momento em que um plano nacional para a habitação – encomendado pelo próprio governo em 2007 – estava praticamente pronto: o Planhab. Vale lembrar que o governo chegou a propor outra resposta ao problema da crise das empresas do setor, antes do MCMV. A Medida Provisória 443, de 2008, autorizou o governo, em especial a Caixa Econômica Federal, por meio da criação de uma subsidiária (Caixa Participações), a comprar ações de empresas da construção civil – construtoras e incorporadoras. O setor imobiliário se opôs fortemente à medida e a Cbic acusou o governo de tentar estatizar o setor. Assim, o setor advogava apoio do governo como condição necessária para produção de habitação de baixo custo e, simultaneamente, liberdade para a construção das casas nos seus termos, de modo semelhante ao de seus colegas norte-americanos [...] (FIX, p. 139)”.

¹⁰⁹ “Trata-se de uma produção coletiva de equipes autônomas, que analisaram diferentes aspectos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério das Cidades, em edital lançado em 2012. São equipes articuladas em uma rede, denominada **Rede Cidade e Moradia**, que partiram de uma perspectiva de análise comum – a questão da inserção urbana dos conjuntos habitacionais – que deu unidade às abordagens. As equipes, entre 2013 e 2014, reuniram-se sistematicamente, compartilharam metodologias, dados, hipóteses e achados de pesquisa. São **onze equipes** que falam sobre a produção em **seis estados** da federação, das regiões Norte, Nordeste e Sudeste (Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), vinculadas a **seis universidades públicas, uma universidade privada** e ainda a **duas ONGs** (AMORE, 2015, p. 12-3)”.

tanto a construtora poderia apresentar à Caixa a operação completa, quanto a prefeitura podia oferecer as terras e promover “chamamentos” para as construtoras apresentarem o pacote completo da produção. O município era responsável por organizar a demanda do empreendimento, podendo estabelecer critérios próprios adicionais aos definidos nacionalmente. Os reassentamentos de famílias, em decorrência das obras de infraestrutura, urbanização de favelas e de eliminação de riscos diversos formavam uma demanda fechada para os empreendimentos. A urbanização de favelas pelo PAC, por exemplo, utilizava o MCMV para produção das novas habitações. Ainda na faixa 1, associações e cooperativas, habilitadas no Ministério das Cidades, poderiam direta ou indiretamente construir os empreendimentos na modalidade Entidades. Nas faixas 2 e 3, o financiamento via FGTS exigia retorno e juros, mas subsidiava de duas formas: baixa taxa de juros e subsídio direto decrescente até o limite de renda da faixa 2 (AMORE, 2015, p. 20-1).

Na fase 1 do programa, de abril de 2009 a junho de 2011, a faixa 1 concentrou 40% das unidades, embora as pesquisas apontassem para 90% do déficit nessa faixa, que vai até 3 salários mínimos. O restante das unidades abarcava as faixas de renda que já se consolidavam para as empresas antes mesmo do lançamento do programa. Na fase 2, de junho de 2011 a dezembro de 2014, a faixa 1 foi priorizada com 60% das unidades e o corte pela renda foi determinado por valores nominais, desvinculando-o da delimitação por salários mínimos em razão da valorização que vinha passando, o que poderia excluir a população mais pobre desta faixa de atendimento. O Programa também inclui a Habitação Rural (PNHR) com recursos do FGTS e do orçamento, sendo o corte pela renda anual (AMORE, 2015, p. 19). Abaixo, seguem 3 quadros que permitem visualizar as faixas do programa e a renda familiar correspondente, as metas quantitativas por fases, faixas de renda e modalidades e os tetos máximos dos valores financiados por localidade dentro do programa.

Quadro 2: Faixas de renda do PMCMV por fases

Fase	Faixa	Renda familiar mensal
Fase 1	Faixa 1	Até 1.395,00 reais
	Faixa 2	De 1.395,01 a 2.790,00 reais
	Faixa 3	De 2.790,01 a 4.650,00 reais
Fase 2	Faixa 1	Até 1.600,00 reais
	Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00 reais
	Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00 reais

Fonte: Ministério das cidades, CEF e PAC (AMORE, 2015, p. 20)

Quadro 3: Metas quantitativas (unidades e investimento) por fases, faixas de renda e modalidades

Fase	Faixa	Modalidade	Unidades Hab.	%	Investimento
Fase 1	Faixa 1	FAR	não especificada		28 bilhões de reais
		FDS (Entidades)	30.000	3%	
		Rural (PNHR)	s/ esp.		
	Faixa 1 — total	400.000	40%		
	Faixa 2	FGTS	400.000	40%	
Faixa 3	FGTS	200.000	20%		
Fase 1 — totais			1.000.000	100%	
Fase 2	Faixa 1	FAR	860.000	43%	125 bilhões de reais
		FDS (Entidades)	60.000	3%	
		Rural (PNHR)	60.000	3%	
		Oferta pública	220.000	11%	
	Faixa 1 — total	1.200.000	60%		
	Faixa 2	FGTS	600.000	30%	
	Faixa 3	FGTS	200.000	10%	
Fase 2 — totais			2.000.000	100%	

Fonte: Ministério das cidades (AMORE, 2015, p. 22).

Quadro 4: Tetos máximos dos valores financiados por unidade habitacional (em reais)

Tipo de município*	Faixa 1		Faixas 2 e 3	
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2
	Valores de 2009	Valores de 2012	Valores de 2009	Valores de 2012
Capitais e municípios das Regiões Metropolitanas de SP, RJ e DF	52.000,00	76.000,00	130.000,00	190.000,00
Mais de 1 milhão de habitantes, demais capitais	46.000,00	76.000,00	130.000,00	170.000,00
Entre 250 mil e 1 milhão de habitantes, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), demais municípios de Regiões Metropolitanas	46.000,00	76.000,00	100.000,00	145.000,00
Entre 50 e 250 mil habitantes	46.000,00	76.000,00	80.000,00	115.000,00
Até 50 mil habitantes	Não se aplica	70.000,00	Não se aplica	90.000,00

Fonte: Ministério das cidades (AMORE, 2015, p. 22). *Os tetos máximos especificados são para SP e o DF.

Para os demais estados, os valores são menores e variados.

De acordo com Rufino (2015, p. 55), uma das mudanças mais importantes do MCMV em relação ao BNH é a ausência da promoção pública da moradia, antes a cargo das Companhias Metropolitanas de Habitação (COHABs), associações e cooperativas, responsáveis pela incorporação e gestão dos empreendimentos. Os vínculos dessas instituições com o poder público criavam a possibilidade de uma articulação das políticas urbanas com as habitacionais, ao invés disso, atualmente ganham relevo a relação entre a Caixa Econômica Federal, como instituição financeira, e as empresas privadas. O desenho institucional adotado, explica a autora, reforça a lógica financeira, pois, de um lado, o banco estabelece normas e condições mínimas, oferecendo o crédito para a Faixa 2 e 3 ou comprando o empreendimento a ser oferecido a uma demanda cativa no Faixa 1 e, por outro lado, as propostas das empresas junto ao banco buscam maximizar o lucro através dos requisitos mínimos exigidos. Nesse

sentido, de acordo com Cardoso *et all.* (2015), caberia à CEF apenas verificar a compatibilidade dos projetos dos empreendimentos com os parâmetros técnicos estabelecidos pelas normativas, analisar se os custos estariam de acordo com o mercado, bem como se responsabilizar pelas metas e resolução de entraves. Aos municípios restaria corroborar para a atuação do setor privado, sendo as suas atribuições a de aprovar os projetos dos empreendimentos, modificar as legislações urbanísticas de acordo com a demanda do programa e selecionar os futuros moradores da Faixa 1. Fix (2011, p. 191) relata que muitas empresas pressionavam as prefeituras para mudarem a legislação de modo a viabilizar os projetos ou ampliar os ganhos¹¹⁰. Nas faixas acima de 3 salários mínimos, em que havia a possibilidade de apropriação de uma renda diferencial, muitas empresas forçavam as prefeituras para ampliarem a infraestrutura.

“O setor privado passa, então, a ser o principal agente promotor da política, cabendo às empresas construtoras e incorporadoras a iniciativa de produzir, assim como o direito de tomar decisões referentes à escolha dos terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado (CARDOSO *et all.*, 2015, p. 74)”.

O MCMV leva a cabo o pensamento vigente desde os anos 1990 de incentivo à provisão privada da habitação e que já vinha ocorrendo pelas medidas regulatórias e o aumento dos recursos direcionados ao financiamento habitacional. O discurso do déficit de moradias e da importância do empresariado nessa política procurava viabilizar a habitação para a baixa renda e os fundos públicos para serem acessados pelas grandes companhias. Esse pacote habitacional deu absoluta prioridade para as empresas construtoras tanto na operacionalização da política, quanto no volume de recursos públicos destinados – 97% dos subsídios, com recursos da União e do FGTS, foram destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a entidades sem fins lucrativos (cooperativas e movimentos sociais) na primeira fase do programa (AMORE, 2015, p. 20-1; CARDOSO *et all.*, 2015, p. 93-6).

Essas incorporadoras/construtoras, protagonistas da produção habitacional no país, estavam conectadas à “[...] nuvem de capital financeiro internacional (FIX, 2011, p. 219)” e sob permanente pressão dos analistas e dos investidores por resultados. As estratégias implementadas por elas ficaram submetidas à lógica financeira, inclusive com muitos CEOs

¹¹⁰ “Também foram identificadas ações dos poderes locais no sentido de alteração de perímetros urbanos e de leis e normas urbanísticas de modo a autorizar a produção em áreas rurais ou com parâmetros urbanísticos específicos e excepcionais em relação às normas edilícias e de parcelamento do solo precedentes. Ficou evidente, em muitos casos, a articulação da implementação do Programa com a delimitação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS passaram a ser regulamentadas e delimitadas como uma estratégia de flexibilização de parâmetros, de maneira a permitir a implementação de empreendimentos habitacionais em áreas que muitas vezes possuíam restrições urbanísticas. Verificou-se, em alguns casos, que a delimitação das ZEIS não obedeceu a quaisquer critérios de planejamento ou de política habitacional. Por exemplo, no caso do município de Queimados, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde a partir da demanda de uma empresa para a construção de empreendimentos para a Faixa 1 foi delimitada uma ZEIS no terreno em questão (RUFINO, 2015, p. 56-7)”.

dos fundos financeiros assumindo posições de comando nas empresas¹¹¹ (ROLNIK, 2015, p. 292). As suas ações e títulos de dívidas compunham diferentes estratégias de investimentos, de portfólios e das apostas de curto ou longo prazo dos capitais financeiros. Segundo Fix (2011), o capital fictício também estava presente nas projeções de crescimento e nas metas das empresas apresentadas para o mercado, materializadas sobre um enorme banco de terras, que balizavam os preços das suas ações. Ela entende que esse fetiche oculta o valor que nasce “no canteiro de obras e nos outros campos da produção (Ibidem, p 220)”, sobretudo pelo trabalho precário e superexplorado.

Dentro dessa racionalidade, a disputa pelos terrenos, que incluía a expansão sobre as periferias, áreas rurais e cidades médias, a ampliação da escala e a padronização dos projetos estavam entre as estratégias essenciais de ação no MCMV. Simultaneamente, as empresas buscavam contornar as barreiras nacionais para atuar nos segmentos com maior potencial de retorno através de diversos tipos de soluções e inovações, tais como aquelas empreendidas “[...] na organização da empresa, nos instrumentos financeiros e urbanísticos, nos produtos imobiliários e nos canteiros de obras (FIX, 2011, p. 219)”. O ritmo dos lançamentos, da produção, das vendas e os parâmetros gerais dos produtos, assim como todas as outras estratégias de ação e inovação mencionadas, também eram predominantemente definidos segundo as expectativas dos rendimentos financeiros. Esse modo de operação das empresas era amplificado à escala nacional por decisões cada vez mais centralizadas. De acordo com Fix, apesar da aparente dispersão na participação das empresas no MCMV, grande parte dos contratos eram assinados pelas maiores empresas ou pelas menores associadas àquelas. “Estimamos que cerca de metade das unidades do MCMV foram, até o presente, contratadas por 15 empresas em São Paulo (Ibidem, p. 189)”. Essa temporalidade e as ações concretas definidas pela necessidade de apresentar resultados ao sistema financeiro não eram estranhas às intenções político-eleitorais:

O impacto de *marketing* do pacote depende da velocidade da construção, assim como os resultados financeiros da empresa dependem do valor geral de vendas (VGV). A temporalidade político-eleitoral do MCMV parece se ajustar melhor ao ritmo do capital financeiro – que promete atropelar resistências de todos os tipos – do que àquele das lutas urbanas e dos direitos sociais (FIX, 2011, p. 145).

No que concerne às transformações no processo da construção de moradias, Fix (2011) - entre as arquitetas o tema é unicamente desenvolvido por ela - discute as dificuldades em pensar o canteiro de obras a partir dos parâmetros usados para a indústria tradicional. Nessa

¹¹¹ O processo de decisão, que vai da localização do terreno à composição do preço final das unidades, passa a se concentrar no conjunto de diretores e executivos da grande empresa, sob pressão dos investidores do mercado de capitais (FIX, 2011, p. 54).

abordagem errônea entende-se a produção simplesmente pela permanência de um atraso relativo ou como sendo passível de uma evolução linear, por isso ela se refere ao canteiro da construção de moradias como uma produção dotada de condições próprias. Para a autora, as inovações nos processos produtivos são combinadas com os baixos investimentos em capital fixo e o uso extensivo do trabalho no canteiro de obras, dando continuidade à exploração da mais-valia absoluta (Ibidem, p. 201). Os novos fluxos financeiros teriam encontrado diversos tipos de soluções no canteiro, indo desde aquelas mais tradicionais à busca por novas tecnologias para construir em escala e com pouco tempo, em uma combinação de atraso e modernização das técnicas, que resultam na capacidade que o setor tem de se apropriar da mais-valia como lucro no canteiro e gerar valorização imobiliária através da renda da terra (Ibidem, p. 222). A gestão empresarial das “[...] novas empresas combinam [...] formas sofisticadas e abstratas de financeirização com a extração da mais-valia absoluta e relativa nos canteiros de obras (Ibidem, p. 221)”.

Na descrição que a autora faz dos canteiros de obras, as transformações estão mais centradas no controle sobre o trabalhador do que em uma alteração substancial na proporção de máquinas e equipamentos em relação ao uso da força de trabalho. O sistema de acompanhamento on line dos profissionais da produção, por exemplo, permite a padronização dos produtos e dos processos, assim como das informações disponíveis em distintos canteiros, o que possibilita a comparação entre obras, o estabelecimento das metas e do controle sobre o trabalho, mas a dominação se aproxima mais da formal do que da real sobre o trabalhador. A gestão informatizada, continua ela, permite atrelar as duas modalidades mais usadas de subcontratação, por subempreitada, com empreiteiros de mão-de-obra e a terceirização com equipes especializadas, com a mão-de-obra própria trabalhando na mesma obra. Nesse caso, apesar dos argumentos técnicos a favor da subcontratação, a superexploração do trabalho através da burla à legislação trabalhista é a outra razão não admitida. A profissão do engenheiro e do arquiteto também passaram por transformações, o primeiro perde muitas das funções relacionadas à execução e assume o gerenciamento financeiro da obra, determinado pelos limites financeiros, e tem sua atuação mediada por manuais detalhados de procedimentos, enquanto o arquiteto acaba sendo fundido com os profissionais de marketing e, no segmento econômico, torna-se responsável pela simplificação dos projetos. Na execução da obra, a escassez e a alta competição por profissionais estimularam o uso de migrantes, ou seja, o uso de trabalho precário, terceirizado e de baixa remuneração em um contexto de redução das desigualdades regionais e redução dessa disponibilidade de trabalho (FIX, 2011, p. 200-3).

Nas linhas abaixo, cito algumas das conclusões a que chegaram as diversas pesquisas consultadas no livro *Minha Casa... E a Cidade?* (2015), entendendo serem representativas do programa MCMV tal como foi formulado pelo governo e criticado pelas autoras até aqui: o alongamento das faixas de renda a serem atendidas por essa política habitacional incorporou frações da classe média que poderiam ter a sua demanda satisfeita pelo mercado privado; transferiu-se os riscos para as instituições públicas e os lucros, muitas vezes aumentados pelos subsídios, para os agentes privados; abandonou-se alternativas com custo mais reduzido e com capacidade para atingir maior número de famílias (lotes urbanizados e material com assistência técnica); foram desconsiderados os diferentes programas e produtos pensados pelo PlanHab de acordo com os municípios; desmobilizaram-se os esforços estaduais e municipais anteriores e o MCMV veio a ser a única política habitacional; não foi enfrentada a questão fundiária - problema amplamente discutido no meio acadêmico e movimentos sociais -, ao contrário, o programa estimulava o negócio e os ganhos com a terra, impedindo a construção de moradias para a população mais pobre, direcionando-as para as periferias, muitas vezes sobre área rural; o crédito era muitas vezes apropriado na forma de renda da terra; o aumento dos preços dos terrenos dificultou cada vez mais a construção de moradias em regiões mais centrais nas cidades ou nos principais municípios das regiões metropolitanas; a regulação através das legislações, por exemplo, atuou para realizar a valorização imobiliária e não para os interesses sociais, como o acesso da população de baixa renda às melhores localizações; a lógica dos negócios pautava a provisão habitacional ao invés da lógica do planejamento urbano e das necessidades habitacionais; criaram-se “frentes pioneiras” de empreendimentos sem continuidade urbana e por vezes em áreas de topografia inadequada ou em áreas de preservação ambiental; orientados pelo critério de rentabilidade, os agentes privados decidiam sobre a localização e desenhavam os projetos; a produção de unidades não coincidiu, em muitos casos, com as demandas habitacionais e sim com a disponibilidade de terras em áreas distantes das necessidades dos moradores; o programa foi usado para viabilizar processos de remoções forçadas de favelas e de áreas para projetos urbanos, assim as expropriações viravam negócios para as construtoras; a metropolização do déficit levou à implantação de empreendimentos distantes do núcleo central, com o mercado de terras direcionando as construções, elevando os ganhos do setor privado e aumentando a distância em relação aos serviços, comércio, emprego etc.; a formalização da moradia na faixa 1 criou custos com a habitação – água, energia, gás, internet - e o condomínio, às vezes maiores do que a prestação da moradia, antes inexistentes, já que muitos serviços eram acessados de modo irregular, gerando endividamento nas famílias e, por conseguinte, altas taxas de inadimplência, problemas na manutenção dos condomínios, vendas

irregulares das unidades e casos de abandono; o Programa Minha Casa Melhor, destinado ao financiamento do mobiliário e eletrodomésticos para essa mesma faixa de renda, também corroborou para o aumento do endividamento; o foco recaiu na construção rápida e em massa de moradias em benefício do setor da construção; o produto padronizado e em sua grande maioria baseado em condomínios era inadequado para as demandas e necessidades de muitos daqueles que acessaram a habitação, em razão, por exemplo, do tamanho e padrão das famílias; a produção em escala industrial, assim como as técnicas e os arranjos espaciais, desconsideraram o desempenho, o conforto ambiental e os aspectos locais – clima, diversidade urbana, aspectos sociais, etc. -, replicando os mesmos modelos por todo o país e tamanho de cidades; sem investigação arquitetônica para melhorias internas e externas das unidades, as empresas se atêm a um rigoroso controle sobre prazos, orçamento, gestão e execução; o aumento da produtividade e dos avanços nos sistemas construtivos buscaram viabilizar o lucro e a rapidez da construção em detrimento da qualidade arquitetônica e urbanística, além de bloquearem tentativas futuras de modificação do imóvel; a rigidez dos sistemas de construção e a economia nos recursos para a construção levam os moradores à constantes adaptações e mudanças; observa-se que a grande adesão dos responsáveis pela execução do programa tem o objetivo de contratar e construir o mais rápido possível para atingir as metas; os reguladores – CEF e Prefeituras – estavam submetidos às inovações – homogeneização, padronização, áreas públicas residuais e mal definidas, etc. -, que aumentavam a lucratividade das empresas; as soluções arquitetônicas e as tecnologias de construção foram destinadas a maximizar os lucros, reduzir os riscos de rejeição pela CEF e os futuros problemas com ajustes; a CEF, que não tem responsabilidade sobre os projetos ou o modelo padrão, estabelece medida mínimas para os espaços e área mínima para as unidades, sendo assim as construtoras fazem o mínimo pelo menor custo; muitas prefeituras e a própria CEF eram incapazes de propor ou modificar projetos – no caso da produção pelas grandes companhias, essa possibilidade de interferir nos projetos a nível local não existia, pois os projetos eram aprovados por uma secretaria nacional da Caixa em São Paulo -, de modo que se o projeto das construtoras estivessem de acordo com a legislação, não poderiam ser recusados; faltava fiscalização devido as indefinições de atribuições entre a CEF e as Prefeituras, o que ocasionava uma série de problemas no pós-obra, frequentemente atribuídos aos moradores; em muitos casos a realização do sistema de cadastro era confusa e pouco transparente para as famílias enquadradas na Faixa 1 do programa; faltavam espaços públicos e coletivos que estimulassem a sociabilidade entre os moradores; a falta de integração com o entorno ou as elevadas distâncias de regiões mais densamente habitadas exacerbavam a segregação e a guetificação; percebeu-se a estigmatização dos moradores,

principalmente da parcela prioritária a ser atendida pelo programa Faixa 1 – famílias removidas ou residentes em moradias insalubres e em área de risco, mulheres responsáveis pela família, idosos e deficientes, etc.

2.2 “Uma nova fronteira para a acumulação de capital”: o avanço sobre a terra urbana e a moradia

Há um consenso entre Fix (2011), Rolnik (2015) e Royer (2014) de que o capitalismo, cuja tendência imanente é a superacumulação, deixou a sua fase de predomínio de uma acumulação produtiva combinada ao controle estatal dos mercados e das finanças, quando o crescimento econômico era acompanhado de ganhos salariais e da formação de um Estado de Bem-Estar Social, ao menos nos chamados países desenvolvidos, para ingressar em uma fase altamente especulativa e sujeita a crises, dominada pelas finanças e seus mecanismos de acumulação por espoliação, que atacam os direitos sociais e redistribuem renda para o topo da pirâmide. Esse é o pressuposto teórico das análises acima sobre as transformações na forma da produção e do financiamento à moradia e que vamos expor com mais detalhes abaixo.

Para Royer (2014), os excedentes acumulados nos anos de elevado crescimento industrial no pós-guerra, incluindo as poupanças das famílias, não encontravam mais no último quarto do século XX as taxas de lucro vigentes nos trinta anos que seguiram o fim do conflito mundial. A constituição de um mercado desregulado de empréstimos envolvendo bancos, empresas e Estados, em um movimento de retroalimentação entre dívidas e juros, deu vazão aos excedentes e impulsionou a riqueza financeira para além dos volumes da riqueza física (Ibidem, p. 35-40). Embora as mudanças tenham levado a recorrentes “bolhas especulativas”, representando “um limite das possibilidades de descolamento da esfera financeira da base produtiva”, “a ‘fantasmagoria’ de um processo que ‘produz’ dinheiro a partir do dinheiro”, ou seja, a “financeirização”, não deixa de se escorar no “aumento das horas de trabalho na economia global” – “uma massa crescente de valor sendo produzida e apropriada em algum lugar (ainda que de forma menos visível) (Ibidem, p. 39)”. Considerando essa continuidade da valorização do valor entre as fases do capitalismo e recuperando Harvey, ela escreve que “um dos aspectos do novo regime de acumulação”, de inspiração neoliberal, é o predomínio “dos processos de acumulação por espoliação sobre a acumulação via reprodução ampliada do capital (Ibidem, p. 13)”.

Várias práticas fariam parte desse processo, como a privatização da terra, a conversão de formas estatais e coletivas de propriedade em propriedade privada, a supressão de direitos aos bens comuns, os processos neocoloniais de apropriação privada de ativos

(como os recursos naturais) e, o mais devastador de todos, o uso do sistema de crédito como meio radical de apropriação privada do excedente econômico (ROYER, 2014, p. 26).

As transformações no padrão de acumulação capitalista e a disseminação das finanças, junto à crise fiscal do Estado, refletiram diretamente na formulação das políticas públicas e, conseqüentemente, na política habitacional e seu modelo de financiamento progressivamente aberto para a acumulação via espoliação.

“Inicialmente, compreendida como uma política de bem-estar, a provisão habitacional migrou, paulatinamente, do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital, especialmente, nos Estados Unidos da América (ROYER, 2014, p. 13)”.

Até os anos 1970, “na fase de expansão material do sistema capitalista no século XX, o fundo público, nos países desenvolvidos, constituía a principal fonte de financiamento da política habitacional” e “operava, positivamente, na organização política da acumulação através da atribuição de salários indiretos (ROYER, 2014, p. 13)” – parte da reprodução da força de trabalho era garantida pelo Estado na forma de moradia, saúde, educação, subsídios, etc. Nas décadas seguintes, “na fase de expansão financeira do sistema mundial, a crise fiscal e a insuficiência dos fundos administrados pelo Estado esvaziaram a sustentação estatal das políticas do bem-estar, deslocando para o mercado o atendimento das necessidades básicas da classe trabalhadora (Ibidem, p. 13-4)”. O antigo cidadão que era beneficiário de um direito depende então dos serviços ofertados pelo mercado e da sua capacidade individual de pagar as modalidades de financiamento disponíveis¹¹². No caso do direito à moradia, a sua “[...] redução [...] à simples garantia do acesso privado a uma mercadoria faz do crédito o principal instrumento na execução das políticas habitacionais, circunscrevendo a questão política à definição dos limites do subsídio estatal aos financiamentos tomados pelos mutuários (Ibidem, p. 29)”.

No Brasil, onde não houve a instauração de um Estado de Bem-Estar, “a crise de financiamento do estado serviu de pretexto para conter as aspirações transformadoras embutidas na efetivação dos direitos sociais, especialmente, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte”, e, antes de que o país alcançasse os níveis almejados, “o projeto nacional de desenvolvimento” foi reduzido “ao aperfeiçoamento das instituições de mercado e à inclusão seletiva de cidadãos no sistema de crédito direcionado (ROYER, 2014, p. 14)”. O país, assim

¹¹² “Como nota Harvey, pensando no desmonte das políticas de bem-estar na Europa e dos Estados Unidos, ‘um sistema de responsabilidade pessoal substituiu as proteções sociais (pensões, assistência à saúde, proteção contra acidentes) que foram antes responsabilidades dos empregadores e do Estado. Os indivíduos compram produtos nos mercados, que passam a ser os novos fornecedores de proteções sociais. A segurança individual se torna assim uma questão de escolha individual vinculada à capacidade de pagamento por produtos financeiros inseridos em mercados financeiros arriscados’ (Harvey) (ROYER, 2014, p. 29)”.

como outros países até recentemente chamados de “Terceiro Mundo”, passou por uma versão periférica de um processo em comum de desconstrução da habitação como um bem social e meio de distribuição de riqueza no sentido de sua transformação em mercadoria e ativo financeiro. Na nova arquitetura de financiamento da habitação, que é instaurada no país a partir da década de 1990, a acumulação por espoliação desbrava o mercado da moradia do seguinte modo: mercadificação (os direitos de moradia são reduzidos a uma mercadoria negociada e promovida pelo mercado, entendido como meio mais eficaz, e o cidadão à simples cliente dos bancos), financialização (formação de instrumentos de crédito e mercados primários e secundários para negociação dos novos produtos financeiros) e a redistribuição via Estado a favor da acumulação (os fundos estatais participam com aporte direto de recursos ou através das isenções e vantagens tributárias) (Ibidem, p. 29-31).

O domínio das finanças ou a mundialização financeira e seus mecanismos de criação de capital fictício¹¹³, que se estendem pelos países e desdobram-se nesses e nos seus setores de modo particular, também são vistos por Fix (2011) como as novas formas de resolução da tendência imanente à superacumulação do capital, mais precisamente da que ocorre com o fim da acumulação fordista. Outras duas formas de superar os limites do capital referem-se às liberalizações do comércio, finanças e investimento – as últimas diretamente ligadas à mundialização financeira - e à reincorporação dos antigos Estados socialistas e da China – com suas imensas capacidades de produzir mais-valia - no sistema capitalista. Não obstante, esses meios engendram novas contradições e novamente o problema da sobreacumulação em escala ampliada.

Analisando em pormenores a formação de um circuito imobiliário nos EUA e no Brasil, a autora entende que a produção do ambiente construído sempre funcionou como fronteira de

¹¹³ A categoria de capital fictício será retomada e discutida em vários momentos ao longo do texto, mas como ela aparece aqui pela primeira vez através da síntese da pesquisa de Fix, apontaremos a sua definição acerca da mesma. A autora, apesar de usar em vários momentos de sua tese essa categoria, define-a de modo mais detido em um artigo que escreve junto com Leda Paulani. Na definição das autoras de capital fictício, os ativos dessa qualidade “funcionam ao revés” do capital real, se a determinação desse último é o movimento de valorização na produção, na sua forma de ativo fictício o capital inverte essa posição: “é o valor excedente pressuposto num determinado período de tempo que, trazido de frente para trás pela taxa de juros, gera seu valor e garante sua posição como capital (2019, p. 644)”. Na figura de capital fictício, os ativos nunca precisam abandonar a forma monetária, já que não necessitam passar pela produção. Nessa definição, a ideia de real tem uma dimensão empírica material e relacionado a um valor de uso funcionando no processo de produção. O ativo fictício como capital fictício ou mercadoria fictícia (terra) podem vir a ter o seu valor realizado, a diferença é a simulação de possuírem valor ao antecipar um valor externo a eles e que não possuem, porém compõem o cálculo do seu preço e podem servir para apropriação desse valor no futuro. Elas dão a entender que os ganhos com as transações dos ativos financeiros, criados pela simples mudança de mãos e a alteração dos seus preços, nada tem a ver imediatamente com a produção de valor. Mas citam situações, como aquelas envolvendo a especulação com os ganhos futuros das rendas da terra a serem geradas, assim como outras atividades especulativas tendo como objeto o imobiliário, como a abertura de ações na bolsa, que pressionam as atividades a serem desenvolvidas a remunerarem os investidores (as autoras deixam implícito que essa especulação pressiona a produção de valor).

acumulação, mas no período em questão a sua produção e consumo passaram por profundas alterações no sentido da financeirização do urbano e das políticas públicas, o que inviabiliza uma produção não mercantil da cidade e da moradia ao transformar a produção do ambiente construído em um ramo privilegiado do rentismo do capital financeiro. A atual fronteira urbana de acumulação é explorada por novos instrumentos financeiros, com apoio das políticas públicas, que vinculam aquele sistema com o imobiliário e são, por sua vez, “[...] parte constitutiva do processo de financeirização da economia expressa pelo crescimento exponencial da riqueza financeira e por sua dominância (FIX, 2011, p. 38)”. A característica mais marcante desse padrão de acumulação no urbano, ressaltada diversas vezes por ela ao longo da tese, é o destravamento da terra e dos imóveis para serem livremente mercantilizadas e negociadas na forma de títulos financeiros nos mercados secundários, o que não aconteceu diretamente no Brasil, correspondendo ao predomínio das formas mais abstratas, fetichistas e alienadas do capital, isto é, ao capital fictício.

A partir da teoria de Harvey, Fix (2011) afirma que desaparece a contradição entre a lei do valor e a renda da terra, com a propriedade tomando a sua forma verdadeiramente capitalista. A livre circulação do capital no financiamento à habitação, cujo maior exemplo é o caso da securitização das hipotecas norte-americanas, transformou a propriedade imobiliária em um bem de alta liquidez. A renda da terra exigida pelo solo e o imóvel deixam de ser um empecilho aos ganhos de capital, pois os ativos territoriais, sem qualquer legislação que controle a propriedade da terra e priorize a sua função social ou um plano político que conceba a cidade como um bem comum, junto aos novos dispositivos que os lançam nos mercados financeiros, são tratados à semelhança de qualquer outro ativo financeiro, ou seja, aposta-se na terra, nos imóveis e nos títulos financeiros que os representam como em qualquer outro ativo financeiro em busca de um fluxo de rendimentos futuro ou de ganhos com os seus preços; daí o caráter de capital fictício da terra, dos imóveis e dos títulos dos quais fazem parte. Com essa forma mais desdobrada da renda da terra, em que todos, do proprietário imediato ao proprietário do título financeiro fazem apostas, o que seria um mecanismo de coordenação dos investimentos transforma-se em “fonte de contradição, confusão e irracionalidade (Ibidem, p. 213)”.

Fomentando e garantindo esse movimento, o Estado, imerso nos ideais neoliberais, deixou cada vez mais de lado qualquer alternativa de política habitacional que não fosse a promoção direta pelo mercado e criou as instituições, garantias, leis e inovações para que o mercado financeiro adentrasse mais profundamente no setor e alterasse a forma da produção e do consumo da habitação. Na escala da cidade, a autora cita uma série de exemplos das novas regulações que abrem o ambiente construído ao capital portador de juros, indo desde as

operações urbanas, o planejamento estratégico municipal, até a escala do canteiro de obras e do financiamento individual. A habitação deixa de ser reconhecida como direito e a função financeira se sobrepõe à social. O aparelho estatal reduz a sua participação na promoção, organização e formulação de políticas sociais sem deixar de elaborar novas regulações e oferecer o fundo público ao capital fictício.

Nos EUA, por exemplo, enquanto a habitação pública era combatida, os empréstimos lastreados em hipotecas avançavam cada vez mais para a baixa renda e, simultaneamente, essas garantias compunham títulos negociados nos mercados secundários. Esses empréstimos, que não eram concebidos para aumentar o acesso à casa própria e sim os ganhos com capital fictício, foram realizados por uma população que não tem mais a garantia do pleno emprego, mas conta apenas com ocupações precárias, subempregos, salários reduzidos e tem dificuldades para acessar os serviços como saúde, habitação, alimentação, educação e o consumo em geral. Assim como na acumulação primitiva, em que a terra se transformava em propriedade e servia direta e indiretamente para a acumulação de capital, Fix (2011) vê no movimento das hipotecas sendo negociadas como títulos líquidos ou nos ativos imobiliários sendo transferidos dos inadimplentes para o capital financeiro, o que inclui os despejos, a violência física e as dívidas, novos mecanismos de acumulação primitiva ou por espoliação, nos termos de Harvey. No contexto da crise de sobreacumulação, o capital recorre aos expedientes de acumulação por espoliação e a securitização funciona como uma máquina de extrair renda e riqueza. Nas palavras de Fix:

Esse mercado reúne formas típicas da acumulação primitiva com a sofisticação do sistema financeiro, numa combinação que Harvey chamou de acumulação por espoliação (ou despossessão) no seu livro *O novo imperialismo*. Força, fraude, opressão, pilhagem são exibidas abertamente, de modo recorrente. Uma parcela importante da riqueza acumulada pelas elites viria desse tipo de ganhos, e não do crescimento econômico, segundo Harvey. O sistema de crédito ter-se-ia tornado a ponta de lança da acumulação por espoliação. As execuções hipotecárias concentradas étnica, social e geograficamente representam um processo de espoliação em larga escala (2011, p. 32).

Os “nexos entre imobiliário e financeiro”, que permitem uma evolução e adequação das formas mais fluidas e abstratas do capital com a forma mais desenvolvida da propriedade da terra em processos de acumulação por espoliação, aumentam “o campo de acumulação do circuito imobiliário” e “prolongam a vida do capitalismo”, ao mesmo tempo em que “geram também novas contradições”, sendo a crise de 2008 nos EUA o seu corolário. Os expedientes que buscavam superar “as barreiras ao capital” engendram novas catástrofes através das bolhas e distorções do sistema de crédito, além de funcionarem como “alavanca da superprodução e da superespeculação (FIX, 2011, p. 37)”. Não demora para que o alargamento do circuito imobiliário na mundialização financeira, com os seus mecanismos de alocação de recursos,

liquidez, disponibilização da terra urbana e produção do ambiente construído em escala e tempo ótimos deságue em contradições e irracionalidades.

Em sintonia com os posicionamentos anteriores, Rolnik (2015) parte da ideia de que nas décadas de 1970 e 1980 o “desenvolvimentismo fordista” entrou em crise, resultando no desmantelamento do “arranjo dos Estados de bem-estar social”. Entre as razões que explicariam “essa crise estão o declínio da lucratividade dos setores fordistas, a intensificação da competição internacional, o agravamento da desindustrialização e do desemprego em massa e a suspensão da política monetária de Bretton Woods (Ibidem, p. 31)”. Consequentemente, o “lucro acumulado de grandes corporações” e “da entrada em cena de novas economias emergentes, como a China”, sem ter onde ser investido gerou um “pool de superacumulação” no último quarto do século XX, que precisou se internacionalizar e encontrar novos lugares para lucrar. “Essa ‘muralha de dinheiro’ (wall of Money) passou a buscar cada vez mais novos campos de aplicação, transformando setores (como *commodities*, financiamento estudantil e planos de saúde, por exemplo) em ativos para alimentar a fome de novos vetores de aplicação rentável para os investidores (Ibidem, p. 27)”. Dentre as opções para resolver o “desequilíbrio entre o tamanho dessa poupança e os mercados domésticos (Ibidem, p. 27)”, a autora dá especial destaque para “a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros e a tomada do setor habitacional pelas finanças globais (Ibidem, p. 27)”. Embora a dependência dos serviços financeiros pelos consumidores recém incluídos nesse circuito possa ocorrer sem a ligação direta com a aquisição de imóveis e formar por si uma frente de expansão, como por exemplo, nas modalidades do microcrédito e empréstimos pessoais, em muitas dessas operações a propriedade da terra ou do imóvel ainda pode participar como garantia do empréstimo.

No seu livro *A guerra dos lugares*, Rolnik (2015) apresenta a generalização em nível mundial dos processos que interligam a financeirização da vida cotidiana com a da produção imobiliária. A formação de “sistemas financeiros da habitação”, que ocorre simultaneamente à “desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro (Ibidem, p. 26)”, constituiu com o tempo um “ajuste espacial (spatial fix)” para todo aquele capital “aterrissar (Ibidem, p. 28)”. Esse processo é visto como parte estruturante da “transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea – era de hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo (Ibidem, p. 26)”.

A partir do seu trabalho de relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, ela observou que esse ajuste espacial tem como requisito de sua realização a redução dos

“vínculos com o território [...] à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição”. Isso levou os governos, investidores, empresários, diversas instituições e organismos internacionais à formulação de que a resolução dos problemas habitacionais deve se dar por meio da “hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento com o território habitado (ROLNIK, 2015, p. 13)”. Nessa direção, “Tanto o processo de reforma fundiária como o de titulação têm sido utilizados como poderosos mecanismos para eliminar formas de relação com a terra e com a moradia que, por uma razão ou outra, não sejam regidas pela impessoalidade e anonimato dos encontros contratuais”. Tal redução/hegemonia constitui, ao mesmo tempo, “um dos mecanismos poderosos da máquina da exclusão territorial e de despossessão em marcha no contexto” das políticas habitacionais “do capitalismo em sua versão contemporânea” e dos “grandes projetos, sejam eles de infraestrutura e desenvolvimento urbano, seja de reconstrução pós-desastres (Ibidem, p. 203)”.

O aparelho estatal e seu fundo público não são avessos a esses processos. A defesa desse padrão e a violência decorrente dependem das suas ações para serem implementadas, por isso são acompanhadas pela “construção da hegemonia ideológica e prática de um modelo de política pública de habitação (ROLNIK, 2015, p. 13)” na qual o mercado imobiliário e os “produtos financeiros experimentais e ‘criativos’ vinculados ao financiamento do espaço construído” são aventados e incorporados como os meios mais eficientes e racionais de alocação e distribuição de recursos, em detrimento dos “conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público” (Ibidem, p. 15).

A “tomada do setor habitacional pelo setor financeiro (ROLNIK, 2015, p. 28)” como parte das políticas neoliberais que sucederam a crise do “desenvolvimentismo fordista” aconteceu de maneiras diferentes em cada país¹¹⁴, “como um amálgama [...], como processos de destruição *parcial* do existente e de criação *tendencial* de novas estruturas (Ibidem, p. 31)”. Em que pese as particularidades, de algum modo a estruturação ou reestruturação dos sistemas financeiros nacionais vinculados com o imobiliário, por meio de forte participação estatal, interligaram, com diferentes intensidades, as famílias e os indivíduos aos “vários atores centrais do sistema financeiro global [...] como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema

¹¹⁴ “De acordo com outro documento do Banco Mundial, destinado a promover mercados hipotecários em países emergentes, a financeirização da habitação também se desenvolveu recentemente neles, ainda que em ritmo menor. [...] Do antigo bloco soviético da Ásia Central e do Leste Europeu até a América Latina, da África até a Ásia, a tomada do setor habitacional pelas finanças tem sido uma tendência massiva e hegemônica (ROLNIK, 2015, p. 32)”.

bancário paralelo (*shadow banking*), instituições de crédito e instituições públicas (Ibidem, p. 28)”. Junto a isso, “Ocorre, de modo generalizado, o desmonte das políticas de habitação pública e social, a desestabilização da segurança da posse, inclusive do aluguel, e a conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro (Ibidem, p. 31)”. Em muitos países nos quais a provisão da moradia era um dos eixos do bem estar social e que possuíam um grande estoque público ou semipúblico de habitações, especialmente para locação, os governos passaram de provedores da habitação à facilitadores dos mercados privados e as moradias com participação do fundo público sofreram um processo de mercantilização. A financeirização da moradia ganha impulso também porque a valorização dos imóveis e os empréstimos em seu nome substituem os salários em queda, uma vez que cai a participação dessa remuneração na renda global, e os sistemas públicos de pensão e aposentadoria entram em deterioração.

O protagonismo estatal atua também, de acordo com a autora, produzindo as “suas margens”, como se vê pela população empobrecida e sem outra alternativa de moradia vivendo em condições precárias - “tanto o *subprime* norte-americano como o informal das cidades do ‘Terceiro-Mundo’”. Sob o risco constante de sofrer expulsão e remoção dos lugares por não possuírem o título formal da propriedade, a retirada/saída dessas pessoas abre novas áreas a serem incorporadas pelo mercado e as finanças, como por exemplo, nas operações urbanas e outros grandes projetos, ou essa situação de insegurança as coagem a serem absorvidas como novas “fronteiras do mercado (ROLNIK, 2015, p. 14)” através do crédito, das novas políticas financeirizadas e da propriedade privada; podem ocorrer também combinações de ambas as situações: a população expropriada ser enquadrada nas políticas de crédito, habitacional e de titulação de terras ou a dívida decorrente desse acesso à casa e ao crédito levarem às expulsões. “Desta forma, enlaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remoções e deslocamentos forçados (Ibidem, p. 13)”, de modo que “A propriedade imobiliária (*real state*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro (Ibidem, p. 14)”.

As transformações em questão avançaram para além da nova “economia política” ou “nova política” da habitação, “Trata-se, então [...] de um complexo urbanístico, imobiliário e financeiro com impactos profundos no redesenho das cidades e da vida dos cidadãos (ROLNIK, 2015, p. 29)”. As reformas habitacionais foram acompanhadas de reformas no sistema de planejamento e da política urbana, reduzindo o controle e a intervenção pública direta para flexibilizar a atuação dos incorporadores e investidores financeiros na produção da cidade.

As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho

financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos ‘sem lugar’, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades (ROLNIK, 2015, p. 15).

No contexto da “necessidade de remuneração do capital financeiro”, os conteúdos da urbanização são redefinidos, “não se trata mais da implementação de transformações urbanísticas como instrumentos de estratégias e planos de desenvolvimento futuro das cidades, definidos por e a partir das necessidades dos cidadãos (ROLNIK, 2015, p. 242)”. O que passa a ocorrer é “a negociação em detrimento da regra majoritária e o contrato em detrimento da lei (Ibidem, p. 242)”. Como se verifica nos megaprojetos de desenvolvimento, há um “processo de radicalização da transformação da cidade em empresa”, com transformações não apenas na esfera econômica, em que a extração de renda sobrepõe-se à produção, mas também no modelo político, “Nele, a hegemonia é construída pela captura contratual dos fundos públicos e implementada por meio de um sistema blindado do controle social, através de um complexo de procedimentos regulatórios e estruturas de gestão com fortíssima participação dos investidores (Ibidem, p. 244)”. Daí decorre uma série de remoções e violações dos direitos humanos relacionados com os megaprojetos, os grandes eventos e as reconstruções pós-desastres, que formam enclaves nas cidades controlados pelas finanças. Além do impacto direto, há uma desconstrução da “cultura de direitos que, juntamente com a construção material e econômica, se constitui a duras penas nesses lugares”. O bloqueio da participação social nessa forma de governar o espaço, com o apoio do fundo público, “enfraquece ainda mais a capacidade dos mais pobres de participar ativamente na definição dos destinos da cidade – e, portanto, de lutar por um lugar (Ibidem, p. 251)”.

As pautas e necessidades das cidades, inscritas em seus planos, regras e normas e na disputa cotidiana de seus habitantes por espaços e recursos, cedem lugar a um projeto estruturado a partir de um modelo de negócio superimposto sobre o território, por meio de um estado de suspensão das normas e conflitos ali inscritos. Isso permite o ‘sucesso’ do empreendimento, ou o compromisso de que será possível, ao longo dos prazos contratuais, garantir a extração de renda necessária para os investidores (ROLNIK, 2015, p. 245-6).

A produção habitacional nessa nova fase do capitalismo e da atuação do Estado em muitos países da América Latina teve como modelo a experiência chilena, implementada no final da década de 1970 sob os ideais neoliberais da ditadura militar. Variando de um país ao outro, as políticas habitacionais em geral combinaram subsídios estatais para viabilizar uma demanda empobrecida e sem condições de arcar com os preços dos imóveis à oferta da habitação social pelo mercado. Esse modelo foi difundido por muitos órgãos multilaterais internacionais e, no Brasil, serviu de referência para o MCMV. Os resultados, afirma a autora, foram catastróficos:

Programas de subsídio na África do Sul, no México e no Brasil [...] têm sido criticados por substituírem moradias informais espalhadas pelas cidades por habitações de baixo padrão, estigmatizadas, que vêm concentrando famílias de baixa renda. Esse processo tem reforçado – ou gerado – uma crescente segregação social e urbana, o aumento na disparidade de acesso a serviços urbanos, a piora das condições locais de vida, além do crescimento da degradação ambiental e dos problemas de segurança urbana.

Esses programas também têm negligenciado a habitabilidade da moradia. As casas construídas não apenas são mal localizadas, mas frequentemente são também muito pequenas ou de baixa qualidade material, com limitadas possibilidades de melhoria. [...]

A princípio voltados para as populações mais pobres e vulneráveis, os programas de concessão de capital tiveram dificuldade em atingir as famílias de mais baixa renda, devido principalmente à impossibilidade que estas têm de reunir recursos suficientes para dar entrada na moradia ou para arcar com as parcelas definidas pelo mercado. Em alguns casos, os subsídios eram tão baixos que não havia possibilidade, *a priori*, de comprar uma casa sem uma poupança ou um crédito substancial adicional. Mesmo quando conseguiam atender as exigências de crédito ou de poupança, muitos dos novos proprietários não tinham condições de manter os imóveis ou de pagar as contas de água ou de eletricidade, por exemplo, sendo forçados a vender suas casas.

[...]

Apesar de investimentos orçamentários substanciais dos governos e o foco específico em famílias de baixa renda, subsídios à concessão de capital promoveram, em parte, apenas o aspecto econômico-financeiro do direito à moradia adequada. Privilegiou-se a redução substancial do déficit de moradias em alguns países em desenvolvimento em detrimento de aspectos mais amplos desse direito, como habitabilidade, localização, disponibilidade de serviços e infraestrutura (ROLNIK, 2015, p. 125-7).

Para as famílias de baixa renda, em especial nos países que haviam construído um amplo estoque de moradias públicas e desenvolvido políticas de habitação social mais independentes do mercado, não sobrou outra alternativa do que se agarrar às inovações do crédito e do ideal da propriedade privada da casa própria. Desde então e com mais intensidade nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que cresciam em alguns países os proprietários privados – endividados - da casa própria, aumentavam também as filas por moradias públicas, por subsídios do Estado e de sem-tetos, enquanto a participação dos salários na riqueza global caía. Nos EUA, por exemplo, o acesso à propriedade imobiliária via enormes montantes de dívidas – com riscos de despejos permanentes - e o aumento especulativo dos preços imobiliários foram monetizados por uma população assolada pela piora nos empregos, nos salários e dos sistemas de bem-estar social, o que as permitiram elevar temporariamente a capacidade de consumo a partir de uma dívida disfarçada de riqueza, como já mencionado (ROLNIK, 2015, p. 36-41). Com o estouro da bolha das hipotecas, “as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados”, cuja “existência” fica “exposta às oscilações do jogo especulativo das mercadorias fictícias, sofreram as consequências reais da crise: transformaram-se de endividados em sem-teto (Ibidem, p. 40-1)”. Essa “crise hipotecária dos empréstimos *subprime*” foi o resultado da destruição de políticas alternativas de moradia para os mais pobres, com o objetivo de “constituir, exatamente no setor habitacional de mais baixa renda,

uma nova forma de extração de renda – dos mercados de hipotecas, assim como dos próprios proprietários privados endividados – para os investidores financeiros (Ibidem, p. 69)”.

A resposta para a “emergência habitacional” que sucedeu a crise em muitos países não foi “um reforço para programas ou políticas de habitação social não mercantilizada, muito menos a implementação de novos modelos de provisão e gestão da moradia (ROLNIK, 2015, p. 106)”, ao invés disso as medidas governamentais foram em geral centradas na injeção de recursos nos bancos, instituições financeiras e na produção privada de habitações, ou seja, “mais finanças para a moradia tem sido a resposta mais comum dos países (Ibidem, p. 106)”. De acordo com Rolnik, “A habitação, que representou uma das novas fronteiras mais dinâmicas do neoliberalismo tardio ao longo das décadas do *boom* econômico, no início da crise foi convertida em uma das principais estratégias keynesianas para recuperação (Ibidem, p. 103)”. A autora aponta que em alguns países os investidores procuraram se recuperar dos seus prejuízos aproveitando a crise para comprar grandes estoques públicos de moradias ou de casas e apartamentos com baixos preços destinados a aluguel ou venda¹¹⁵, ao mesmo tempo em que cresciam o número de sem-tetos, as moradias superlotadas e o preço dos aluguéis. Nos EUA, a aquisição desses imóveis por fundos de investimento com perspectivas de altas taxas de retorno foi chamada de “a próxima Corrida do Ouro de Wall Street (Ibidem, p. 109)”.

Os resultados do ‘balé fantástico’ da financeirização da moradia, em sua versão hipotecária – um estoque desvalorizado de casas vazias, assim como uma enorme pressão no mercado privado de aluguéis também resultantes de um ‘estoque’ de pessoas sem casa e sem alternativa de acesso à habitação -, podem ser interpretados, em termos schumpeterianos, como um processo de destruição criativa. Trata-se de uma mutação que revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha estrutura para poder criar uma nova. Essa ideia, já presente na obra de Marx, pressupõe que o capitalismo não apenas destrói e reconfigura a antiga ordem econômica, mas necessita de um movimento incessante de desvalorização – através da guerra ou de crises periódicas – para poder abrir caminho à criação de nova riqueza.

[...] em função da superacumulação, a expansão territorial e setorial do mercado permitiu absorver o capital excedente, através da transformação da habitação em mercadoria e ativo financeiro em várias regiões do planeta. Isso, por sua vez, gerou um *boom* e um novo ciclo de superacumulação sob o controle dos agentes financeiros. Quando o mercado ficou saturado de *collateral*, a rápida retirada dos investidores imediatamente desvalorizou esse estoque, criando um novo mercado de aluguel residencial, o que constituiu uma nova fronteira para a acumulação financeira.

¹¹⁵“Na antiga Alemanha Oriental, por exemplo, grandes conjuntos públicos pré-fabricados, situados em cidades que perderam relevância econômica, estão sendo comprados por investidores privados a preços muitos baixos e com garantia de algum fluxo de retorno por meio de aluguéis pagos por sistemas de bem-estar. Corporações e fundos imobiliários internacionais, como Cerberus, German Annington, Level One e Tower Group, têm comprado esse tipo de imóvel. Em várias cidades norte-americanas também é possível observar um fenômeno parecido. Desde 2011, mas com maior intensidade a partir de 2012, fundos de *hedge* e empresas de *private equity* de Wall Street têm comprado centenas de milhares de casas e apartamentos, principalmente aqueles que foram objeto de execuções hipotecárias. (...) O negócio – hoje chamado de ‘REO-to-rental’ – consiste em comprar casas a preço de banana, investir em sua renovação, aluga-las por um período, aproveitando a alta do mercado dos sem-casa, e esperar um novo ciclo de alta no preço dos imóveis (ROLNIK, 2015, p. 108)”.

Esta é uma das contradições do capitalismo: o fato de que ele necessita do espaço físico para funcionar. Em certos momentos da história, o capitalismo destrói o espaço – e desvaloriza a maior parte do capital ali investido. Em um momento posterior, abre caminho para um novo ajuste espacial, através da abertura de novos territórios para um novo ciclo de acumulação (ROLNIK, 2015, p. 110).

A outra fronteira para a acumulação de capital já mencionada é a aposta de que “os mais pobres do mundo” possam ser “bancáveis”. A partir de 1980, o microfinanciamento tornou-se um ramo de negócios para diversos tipos de instituições financeiras e passou a ser defendido por organizações multilaterais, incluindo as medidas de combate à pobreza da ONU¹¹⁶. Os empréstimos tinham diversas finalidades, “Inicialmente voltado para financiar o empreendedorismo dos pobres – uma das bases ideológicas e econômicas de expansão de políticas neoliberais -, o microfinanciamento incluiu, mais recentemente, linhas para moradias destinadas a apoiar processos de autoconstrução progressiva (ROLNIK, 2015, p. 130)”. Nas propostas da ONU para a habitação, “Não há qualquer menção ao tema da redistribuição social – o papel do Estado é o de prover condições que permitam a operação do mercado (Ibidem, p. 133)”. Ao invés de políticas de bem-estar social, distribuição de renda e trabalho assalariado, o combate à pobreza passa pelo autoemprego e autoiniciativa, que disponibiliza a “base da pirâmide” como grande mercado ainda inexplorado. Entende-se a questão como um problema de financiamento, por isso o foco na esfera do mercado e na poupança e disciplina dos pobres¹¹⁷.

As garantias mais flexíveis e frágeis usadas pelas instituições que emprestam através do microfinanciamento para a população mais pobre, embora muitos entre esses não consigam acessá-lo por serem incapazes de sequer pagar as prestações mensais ou ter qualquer renda, são compensadas por elevadas taxas de juros, o que gera um aumento do endividamento “e agravam o círculo vicioso pobreza-probabilidade de inadimplência (ROLNIK, 2015, p. 135)”. Além dos altos juros e do ciclo de endividamento e pobreza que tais empréstimos aprofundam, os microfinanciamentos destinados à moradia não garantem a segurança da posse, boa localização, disponibilidade de infraestrutura e serviços, afirma Rolnik (Ibidem, p. 134-5). Várias

¹¹⁶ Na utopia do ‘capitalismo para todos’, propalado por organismos financeiros internacionais, a ONU e tecnocratas, imagina-se que a partir do acesso à propriedade o mercado deverá efetuar o resto, afirma Rolnik: “Ou seja, proverá infraestrutura e serviços para todos, oferecerá crédito formal e autorregulará o mercado imobiliário inflado pela entrada desses novos ativos e clientes. Nesse processo, todas as famílias obterão sua casa própria e até mesmo farão dinheiro com ela ao poder hipoteca-la. A utopia também se aplica à titulações de terra rural: graças aos títulos fundiários, os proprietários de parcelas rurais serão capazes de ter acesso ao crédito agrícola e, investindo em mecanização, sementes e outros insumos, poderão aumentar seus lucros (2015, p. 212)”.

¹¹⁷ “O microfinanciamento habitacional pode ser entendido, em termos de financeirização, em dois aspectos: primeiro, é um modelo que estabelece vínculos entre os moradores de favelas e os mercados de capitais nacionais e, mais recentemente, internacionais. Em segundo lugar, é um modelo que pressupõe uma visão financeira da vida, na qual a casa é apresentada como um ativo a ser investido, trocado e usado como garantia para alavancar financiamentos adicionais, a fim de financiar o consumo, o bem-estar ou a atividade empreendedora (ROLNIK, 2015, p. 139)”.

instituições de microfinanciamento também passaram por financeirização, securitizando os seus créditos e sendo uma possibilidade de mercado a serem exploradas.

O microfinanciamento parece ser a nova fronteira *subprime* do capitalismo, na qual o capital destinado a promover o desenvolvimento e o capital financeiro fundem-se e colaboram de tal forma que novos sujeitos do desenvolvimento são identificados e novos territórios de investimento são abertos e consolidados. Assim como o *subprime* do mercado hipotecário norte-americano e as hipotecas ‘criativas’ da Espanha, o microfinanciamento transforma territórios e populações estigmatizadas – por raça, classe, gênero e forma de posse – em objeto de colonização e exploração financeira, em nome da inclusão.

[...]

Dessa forma, o microfinanciamento marca a expansão do capital na direção de sua última fronteira urbana: as favelas da periferia do capitalismo, fim de linha de uma longa estratégia de desconstrução da moradia como direito e de sua transmutação em ativo financeiro. Em nome do combate à pobreza (ROLNIK, 2015, p. 140).

As alternativas centradas no crédito e na propriedade privada formal levaram a uma “crise global de insegurança da posse”, que “marca a experiência de vida de milhões de habitantes do planeta (ROLNIK, 2015, p. 148)”, provocada pelas execuções hipotecárias, o boom dos preços, a incapacidade de arcar com as dívidas e as remoções provocadas pela usurpação de terras, os projetos de desenvolvimento, os desastres naturais e os conflitos armados (Ibidem, p. 148-9). Nesses “tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo” e as “terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados (Ibidem, p. 152)”, fica claro que as leis, instituições e as decisões estatais envolvendo o acesso e o uso da moradia e da terra corroboram para essa “insegurança da posse”; o mesmo acontece, obviamente, com os programas relativos à questão fundiária: “As políticas de planejamento, administração e gestão da terra – inclusive das terras públicas – têm enorme impacto na construção da matriz segurança-insegurança (Ibidem, p. 153)”. O capital financeiro tem adquirido terras a partir da compra, da regularização e registro da propriedade privada, das formas de concessão pública de terras e do avanço sobre comunidades que não têm o título formal da terra. O reconhecimento do acesso à terra e à moradia exclusivamente via propriedade privada individual permite, como discutido acima, que as terras sob outros regimes de posse funcionem como reserva e futura garantia para frações do capital financeiro. “Assim, de *locus* de um exército industrial de reserva, as favelas do mundo convertem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro (Ibidem, p. 166-7)”.

Rolnik (2015) chama esse movimento descrito acima de “urbanização sem crescimento econômico (Ibidem, p. 166)”. De acordo com ela, não se trata de “mais um entre os vários ciclos históricos de expansão territorial e despossessão, que mais uma vez alarga as fronteiras como forma de criar um novo ajuste espacial para o capital”, pois dessa vez a “nova relação do capital

com o espaço”, hegemônica pelo capital financeiro e rentista, junto a um quadro de escassez de terras e recursos naturais, ultrapassa a sua função de meio de produção: “Expulsão e despossessão não aparecem mais como uma máquina de produção de proletários, mas como uma espécie de efeito colateral de uma nova geografia, baseada no controle de ativos”. Para a autora, “o capital aplicado no mercado imobiliário e na terra ganhou centralidade ao apresentar-se como garantia capaz de alavancar mais crédito e oferecer remunerações cada vez maiores para a fome do crescimento composto (*compound growth*), a necessidade de remuneração exponencial do capital financeiro (Ibidem, p. 160)”. Nesse movimento que, como já dito, não constitui mais uma “extensão das fronteiras” produtivas do capital e sim do “improdutivo capital rentista (Ibidem, p. 166)”, “a renda sobre a terra tornou-se novamente central (Ibidem, p. 166)” ao lado de outros ativos financeiros, representando “então, uma espécie de última fronteira, em um quadro em que o capital terá cada vez menos um novo *wild West* para ‘conquistar’ (Ibidem, p. 165)”.

Em que pese os diferentes objetos empíricos sobre os quais Fix (2011), Rolnik (2015) e Royer (2014) se debruçaram, elas concebem que a hegemonia das finanças e suas classes dominantes no novo padrão de acumulação, que assume o lugar da crise do modelo fordista keynesiano anterior, bloquearam as lutas sociais pela distribuição de renda, as políticas públicas mais participativas e capturaram para os seus interesses os fundos públicos e o aparelho estatal. O problema da moradia e da miséria foi usado para substituir os arranjos do Estado de bem estar social ou aqueles protagonizados pelo Estado e pôr em funcionamento uma acumulação por espoliação, mecanismo que repete incessantemente as velhas formas da acumulação primitiva, porém com ênfase na extração de renda ao invés da expansão da produção de valor por um capitalismo desenvolvimentista. Com a complacência e apoio dos governos, o capital fictício, os instrumentos de crédito e as dívidas combinaram-se com as necessidades por moradia ao redor do mundo constituindo novas fronteiras de valorização para os capitais superacumulados.

2.3 O Brasil na nova etapa do capitalismo

Nesse subitem, sintetizo algumas das reflexões desenvolvidas pela economista Leda Paulani em alguns de seus artigos. Tentarei apresentar ao longo do texto, principalmente, três ideias que mais interessam para os propósitos dessa tese. De acordo com ela, teria se formado no Brasil uma “plataforma internacional de valorização financeira” por meio da qual se instaurou o domínio das finanças no país e os negócios com capital fictício se generalizaram

levando à perda do fio com as atividades produtivas; em sua aparente potência de criar riqueza real, o capital nessa forma acarreta severos efeitos negativos na economia nacional, na política e gera ainda mais catástrofes sociais. A hegemonia financeira e seu novo modelo de acumulação foi viabilizada no Brasil através de um “estado de emergência econômico”, uma forma do estado de exceção. Esse ataque à democracia recém conquistada no país e a formação da plataforma impediram a retomada de um projeto de nação e de desenvolvimento interno com redução das desigualdades sociais. Instaurou-se então uma versão nacional de uma “acumulação por espoliação”, cujo funcionamento associando as classes proprietárias e o Estado vai criando novas frentes para a valorização do capital.

Se voltarmos às pesquisas das arquitetas Mariana Fix (2011), Luciana Royer (2014) e Raquel Rolnik (2015) sobre a produção habitacional, embora não façam menção aos conceitos de “estado de exceção” e “plataforma internacional de valorização financeira”, elas demonstram que o Estado se tornou fiador do rentismo em detrimento dos direitos sociais, formulando leis, criando instituições e transferindo o fundo público para o sistema financeiro e as grandes empresas. Sem a ampliação da participação popular na formulação das políticas públicas e do Estado na promoção do bem estar social, as transformações na produção habitacional e no mercado imobiliário em geral, o que envolve os seus consumidores, adequaram-se à acumulação por espoliação crônica em que o capitalismo pós-1970 ingressou. A ideia na fala de alguns investidores de que o setor era uma fronteira a ser desbravada reaparece explicitamente nesses textos através do conceito de acumulação por espoliação criado por Harvey. Assim sendo, considero que há um campo interpretativo em comum perpassando a reflexão dessas autoras. Recorrer a elas permite uma entrada crítica à descrição empírica da ascensão e da crise da produção habitacional no primeiro capítulo, bem como ao neodesenvolvimentismo do qual é indissociável, como já mencionado no começo desse capítulo.

2.3.1 A dominação financeira no novo regime de acumulação

Segundo Paulani (2009a, p. 26-8), a crise mundial do regime de acumulação fordista-keynesiano, no último quarto do século XX, foi sucedida por um novo regime de acumulação¹¹⁸

¹¹⁸ Além das obras de Marx e David Harvey, Paulani apoia-se, principalmente, na “Teoria da Regulação” e nas obras de François Chesnais para analisar o atual período da reprodução capitalista. Para a teoria da regulação, “[...] em cada momento histórico determinado, o processo de acumulação capitalista assume uma forma específica. A partir daí, desdobra o conceito marxista de modo de produção em duas categorias: o *regime de acumulação* (RA), constituído pelo conjunto das regularidades econômicas e sociais que, em cada momento histórico, são capazes de

dominado pelas finanças¹¹⁹ capaz de dar vazão aos capitais superacumulados em virtude daquela ruptura. Desde então, a preponderância da lógica financeira se reproduz à medida em que cresce o volume da riqueza e dos negócios nesta forma e, com eles, o poder de classe e das instituições relacionadas. O ineditismo dessa situação, afirma Paulani, é o protagonismo que a valorização dos títulos de propriedade - de ações, de dívidas públicas e privadas – e outros derivados financeiros, bem como o rentismo que lhes é associado, assumem em detrimento da acumulação produtiva – contribui para isso a autonomização daqueles títulos e derivados frente à real produção de valor -, ao mesmo tempo em que se instalam no seu âmago e passam a determinar uma série de transformações na produção em busca de lastrear o preço dos ativos. Não se trata, todavia, da supressão da acumulação produtiva em face da valorização financeira - ainda que isso possa ocorrer eventualmente ou em alguns setores -, posto que as finanças estariam sugando mais-valor social. O predomínio é de ordem mais qualitativa do que quantitativa, apesar do seu crescimento exponencial dos últimos 30 anos. A posição dupla das finanças, de propriedade externa à produção e alojada junto à exploração de mais-valia, determina profundas transformações nas relações de trabalho (trabalho precário, informal, temporário, autônomo, etc.), na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo) e na organização do processo produtivo (*just in time*, deslocalização produtiva, etc.). Sob o imperativo da valorização financeira, a produção de renda e riqueza real devem corresponder a alguns requisitos: giro rápido e prontidão para aproveitar os ganhos impostos pelo capital financeiro; alto rendimento real¹²⁰; elevada valorização dos ativos

garantir a acumulação no longo prazo, e o *modo de regulação* (MR), que vem a ser o conjunto dos procedimentos e comportamentos individuais ou coletivos capazes de reproduzir as relações fundamentais ao processo de acumulação, sustentar e pilotar o regime de acumulação em vigor e garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas (2009a, p. 25)”. “Sinteticamente falando, a teoria da regulação preocupa-se com as instituições, normas, os modos de cálculo e procedimentos que asseguram a reprodução do capital como relação social. As crises surgem porque, mesmo regulado, o processo de reprodução implica, dado seu caráter contraditório, rupturas e descontinuidades (Ibidem, p. 26)”. “Baseando-se nas características que marcam o capitalismo dos anos 1980 e da primeira metade dos anos 1990 (baixo crescimento do produto, redução de salários e desemprego em boa parte dos países, enorme crescimento do valor dos ativos financeiros, conjuntura instável entrecortada por sobressaltos monetários e financeiros com alto poder de contágio entre os países), François Chesnais, em trabalhos de 1996 e 1997, passa a defender a tese de que, desde o início dos anos 1980, o capitalismo vive sob um regime de acumulação com dominância da valorização financeira, tendo constituído um modo de regulação adequado a esse tipo de acumulação (Ibidem, p. 26)”.

¹¹⁹ A entrada nesse regime de acumulação é marcada pela crise do vigoroso crescimento do pós-guerra, produzido pelas políticas keynesianas, o Estado de Bem Estar, a reconstrução da Europa, Ásia e a industrialização da América Latina. A conjuntura internacional, com destaque para os choques do petróleo, o aumento dos preços dos insumos e a estagflação norte-americana colaboraram para a piora das expectativas de lucro. Os dólares excedentes na Europa (eurodólares), já não reinvestidos pelas reduzidas perspectivas de ganho, somados aos petrodólares, se acumularam na city londrina, um espaço off shore. Toda essa massa de riqueza em busca de valorização, fora da produção, demandava desregulamentação e abertura financeira dos mercados mundiais (2009a, p. 31).

¹²⁰ Paulani, em nota, escreve sobre a meta em torno de um número mágico de rentabilidade em torno de 15%, como no mercado de capitais, e dificilmente alcançável por processo não fictício de valorização (2009a, p. 28).

financeiros; a operação de caixa deve antes servir como fonte de lucro adicional do que apoio à produção; os gestores devem buscar, acima de tudo, elevar o valor acionário da empresa pelos meios que forem necessários – fraude de demonstrativos, recompra de ações, etc.

Paulani (2009a, 29-30) considera que um dos elementos mais importantes para demonstrar a tese da dominância financeira é a enorme diferença entre o crescimento mundial do estoque de ativos financeiros (riqueza fictícia) em relação ao crescimento da renda real, representada pela evolução do PNB (Produto Nacional Bruto) e materializada em máquinas, equipamentos, instalações, edificações, tecnologia, entre outros que permitem a reprodução ampliada. No quadro abaixo, essa relação fica explícita, ainda que sub representada, pois o valor dos derivativos fica de fora, já que os seus valores nocionais não correspondem àqueles pelos quais eles são liquidados, justifica Paulani. A discrepância seria ainda maior se eles fossem considerados: em 2007 era estimado o total de US\$ 200 trilhões em ativos financeiros não derivativos e US\$ 674 trilhões, em valores nocionais, para os derivativos.

Quadro 5: Riqueza fictícia e renda real

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros* (US\$ trilhões)	PNB mundial (US\$ trilhões)	Relação estoque ativos financeiros/ PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

Fonte: McKinseys Global Institute (Ativos) e FMI (PIB) (PAULANI, 2009a, p. 29).

*Inclui ações e debêntures, títulos de dívida privados e públicos e aplicações bancárias; não inclui derivativos.

**Estimativa.

***Projeções.

2.3.2 A autonomização do capital e as crises

Nessa perspectiva, o descolamento crescente da riqueza fictícia em relação à riqueza real, observado ao longo dos últimos trinta anos, em meio aos cada vez mais frágeis ou ausentes aparatos de controle estatal, cria uma permanente instabilidade na reprodução capitalista e dá origem às chamadas bolhas financeiras, que a cada momento ou lugar podem representar o inflacionamento de preços acima da “economia real” para diferentes tipos de ativos, indo desde as palpáveis commodities às expectativas com as taxas de juros futuras, e que, invariavelmente, redundam na destruição de grandes volumes de capitais. Para a autora, todavia, nem toda a

“riqueza fictícia”, proveniente das operações com capital fictício¹²¹, gera apenas “valorização fictícia”, o domínio da esfera financeira sobre os processos de extração de mais-valia também engendra “valorização verdadeira” (2009a, p. 28-9). Em que pese esse possível impulso à produção de valor, isso não impediu que o movimento da riqueza financeira, a cada passo mais aprimorado e aparentemente mais autônomo, saltando “de ativo para ativo financeiro” entre os países e “buscando a valorização que não encontra no mundo da produção real”, resultasse na “crise de enormes proporções” de 2007-08 (2009b, p. 31”).

No Brasil, apesar do governo desdenhar do risco de contaminação da crise norte-americana, os efeitos chegaram encolhendo as exportações, o crédito externo e o interno pela falta de confiança na economia em geral e no país em particular. A ideia de que o nosso sistema financeiro seria sólido e não haveria bolha alguma que pudesse estourar foi desmentida, continua ela, pela “queda desbragada do índice Bovespa, rompendo todas as marcas psicológicas imagináveis”. O país tinha inflado “uma poderosa bolha no mercado acionário” apoiada e alimentada por outra, a dos derivativos cambiais. A sobrevalorização do real¹²² virou alvo das apostas em derivativos de câmbio de muitas grandes empresas nacionais e exportadoras que, contraditoriamente, torciam para que a moeda continuasse o movimento de apreciação. O esvaziamento da bolha cambial, que funcionou também impulsionando os resultados das empresas e corroborou para a precificação das ações no mercado a partir dos ganhos com essas operações, trouxe enormes perdas às empresas negociadas em bolsa, cujas ações estavam em alta (2008, p. 3-4). Nesta conjuntura, a autora menciona também a elevação dos preços das commodities puxadas pelas compras da China até a sua queda na crise, porém não comenta se esse aumento teria criado uma outra bolha derivada das expectativas com a alta dos preços dessas mercadorias (2011a, p. 11). De todo modo, ela afirma que é “a formação de

¹²¹ A autora define capital fictício como “tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal (2009a, p. 28)”. Essa é a forma mais desdobrada do dinheiro que passa a atuar como capital sem o ser, pois faz de qualquer rendimento em dinheiro sobre direitos de propriedade parecer produção de valor (D – D’), quando, na verdade, apenas o capital funcionante ao explorar o trabalho nos processos produtivos produz valor.

¹²² Paulani (2008) explica que a teoria corrente segundo a qual em uma economia de câmbio flutuante o mercado atribui racionalmente o valor mais adequado da moeda, de acordo com a balança de pagamentos do país, não reflete o que houve no Brasil. Ela observa que o real subiu desde 2002 até o começo do segundo semestre de 2008, enquanto as contas externas reduziam os saldos positivos e se deterioravam – transações correntes saíram do positivo para o negativo. A explicação para a valorização do real desconsiderando o resultado das contas externas, estaria: na política monetária, com seus elevados juros; na abertura financeira em meio a elevada liquidez internacional; na elevação do preço das commodities e o lastro que os superávits comerciais pareciam representar. A enxurrada de dólares – “Fundos de *hedge* fazendo *carry trade* (tomando emprestado onde o juro é baixo e aplicando onde é elevado), investidores estrangeiros maximizando seu ganho em moeda forte, empresas exportadoras compensando no ganho financeiro com derivativos as perdas que a apreciação cambial lhes impunha no ganho operacional e chineses comprando todo o minério de ferro que a Vale era capaz de colocar no mercado, combinaram-se, dentre outros personagens [...]” – piorava a balança das transações correntes e derrubava o seu preço em relação ao real. Todo esse movimento gerou também um fluxo “autorreferencial”, formando um “círculo vicioso” em torno das apostas com a moeda (Ibidem, p. 4”).

crises” a característica mais marcante do “regime de acumulação com dominância da valorização financeira” e seu modo de regulação (2009a, p. 33). Nesse sentido, se nas últimas décadas em que vige tal regime “[...] a economia mundial tornou-se [...] mais parecida com um cassino do que com uma oficina de produção, o Brasil não fez má figura, muito ao contrário (2008, p. 4)”.

Para explicar a formação das crises na atual etapa da acumulação, a autora recorre em alguns dos seus textos à apresentação categorial do dinheiro e do crédito em Marx, desdobrando o processo de autonomização progressivo e lógico do princípio abstrato do valor em relação a qualquer entrave material, concreto e substancial. Ela começa pelas determinações contraditórias da mercadoria entre valor de uso e valor para, em seguida, diferenciar cada lado dessa categoria de acordo com a sua delimitação histórica. O valor de uso tem uma validade transhistórica, já que as necessidades humanas e as utilidades que as satisfazem são constantes antropológicas, que recebem uma determinação social diferente em cada momento histórico, fazendo dele uma forma social que se altera de acordo com a sociedade da qual é parte. Do outro lado, o valor é uma forma social exclusiva, que só tem realidade efetiva no capitalismo (2011b, p. 5), “Daí, pois, a necessidade de qualificar de “verdadeiramente sociais” as formas que expressam com mais precisão a natureza do modo de produção capitalista (Ibidem, p. 6)”.

Esse raciocínio é replicado para o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. O trabalho concreto, particular e específico é entendido como sendo uma forma social que tem validade transhistórica, responsável pelo valor de uso, e o trabalho abstrato, como trabalho em geral, sem qualificação e constitutivo da substância do valor é a forma “especificamente social” (Marx) ou “verdadeiramente social”; “nessa medida, como algo concreto e objetivamente posto” é “uma *abstração real*” (2011b, p. 6)”. A contradição da moderna sociedade burguesa entre esses dois tipos de formas sociais, que ao não se resolver se repõe em nível superior, “deriva do fato de que a sociedade moderna põe como concreto e efetivo, aquilo que é geral (Ibidem, p. 6)” em detrimento do seu polo oposto particular, material e necessário, isto é, o movimento crescente da abstração real em busca por multiplicar a si mesma – a forma “verdadeiramente social” - impõe uma lógica de autonomização constante sobre o outro lado eterno da contradição, o da “forma social” (Ibidem, p. 6). A forma “verdadeiramente social” procura atingir a sua plenitude ao se “desvencilhar dos entraves concretos [...] criando assim novos níveis de tensão e novas formas de autonomização (Ibidem, p. 7)”.

Nessa direção, a contradição contida na mercadoria, fruto do duplo caráter do trabalho, resolve-se ao projetar o seu lado de valor no corpo de outra mercadoria, que funciona como um

equivalente universal (dinheiro), medindo o valor da primeira com a qual se confronta; assim está dado o primeiro passo no movimento de autonomização do plano abstrato. Mas se nessa determinação de medida de valor dos produtos, o dinheiro como encarnação do valor ainda mantém junto a si o lado material, observável no ouro, prata ou no dinheiro com lastro em metais, pois interioriza a tensão entre a matéria e a forma de valor das mercadorias, ao longo do desenvolvimento das suas outras determinações como padrão de preço, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, crédito e capital fictício – nesses dois últimos o dinheiro já assume a forma de capital - há uma progressiva autonomização lógica, quase absoluta do dinheiro em relação ao plano material, concreto e do valor de uso, que coincide com o conteúdo de valor, que contém a substância valor. Por outras palavras, o princípio abstrato tende a um impulso constante de se valorizar, enquanto deixa de lado o aspecto material onde reside a riqueza real. Nas palavras da autora:

[...] com o dinheiro, posto como equivalente geral, o valor se autonomiza do valor de uso, mas internaliza no dinheiro a tensão que constitui a mercadoria entre a generalidade abstrata do valor que ela porta e a concretude do valor de uso que sustenta esse valor (e que também determina a mercadoria); com o meio de circulação, o dinheiro se autonomiza do concreto que a medida do valor requer, mas internaliza no meio de circulação a tensão entre abstrato e concreto constitutiva da medida do valor (que aparece como a exigência de que a medida do valor se apresente como padrão de preços); com o meio de pagamento, o meio de circulação se autonomiza da própria circulação, mas internaliza no meio de pagamento a contradição constitutiva do meio de circulação entre sua natureza abstrata e imaterial (que aponta logicamente para o dinheiro inconversível) e a materialidade da circulação a quem ele serve. Ora, com o desdobramento do dinheiro (já plenamente constituído) em sua figura de crédito, o processo de acumulação se autonomiza da produção e realização da mais valia, mas internaliza no crédito a contradição constitutiva desse processo entre o impulso lógico de valorizar indefinidamente o valor em geral e a dependência que essa valorização tem da produção de riqueza real (ou seja, que tem o valor de uso por conteúdo) (2011b, p. 16-7).

Contraditoriamente, a autonomização do dinheiro e do capital (dinheiro na função de capital portador de juros) procura se libertar daquilo que lhe “constitui essencialmente”, a saber, os processos concretos de produção e circulação com a sua materialidade repleta de valores, de sorte que o dinheiro tende, assim, a uma forma pura¹²³, como se fosse ele mesmo “a riqueza

¹²³ “A moeda inconversível própria ao sistema monetário mundial pós-1971 está pressuposta nos esquemas de Marx [...] Estava pressuposta porque estava com todas as suas determinações, ainda que não tivesse a determinação posição [...] Se em Marx o dinheiro inconversível está pressuposto, sua necessidade objetiva foi posta em 1971 (PAULANI; ROTTA, 2009, p. 610)”. A forma mais bem acabada do dinheiro, como forma pura que expulsou de si a materialidade que um dia a lastreou, tornando-a mais adequado ao seu conceito por corresponder melhor à sua função social, apresenta-se ou é tomada ao contrário do que é, como pura materialidade. A contradição entre forma e matéria é resolvida da seguinte forma: “O Estado neste caso é absolutamente necessário, pois é o ‘guardião da identidade’. A ilusão, fruto também da gramática não-dialética do entendimento, reside na indiferenciação entre posição e pressuposição, já que o pensar representativo só trabalha com termos positivados, plenamente constituídos. Assim, o processo de constituição da forma monetária pura se reduz a uma identidade “garantida” na prática por um carimbo do Federal Reserve norte-americano. Sem o Estado, a forma inconversível do dinheiro não teria lugar, pois sua formação contraditória ou ficaria a descoberto ou nem mesmo se efetivaria. O dólar só é possível e efetivo como unidade contraditória por ter a figura estatal como ‘garantidora’ desta identidade (Ibidem,

verdadeira e real” (2011b, p. 14), e o capital aparece como potência criadora de valor. Na forma do capital portador de juros, o dinheiro é envolto em uma ficção ao simular que pode criar valor a partir de si mesmo. O dinheiro emprestado (D) volta acrescido de mais dinheiro (D' = montante principal + juros), como se fosse uma propriedade sua essa capacidade de multiplicação e não do processo de produção e exploração do trabalho. Essa ilusão fetichista, que cria o capital fictício, encontra respaldo objetivo com a generalização e a naturalização desse processo de capitalização em diversas transações. “Assim, qualquer soma de dinheiro, qualquer rendimento monetário determinado, provenha ele ou não de um capital, aparece como juro de um capital e faz surgir o capital fictício, seja ele dívida pública, ações, ou letras sobre vento (Ibidem, p. 19)”. Nessa forma mais desdobrada,

“[...] o capital se autonomiza de si mesmo. O princípio lógico que preside seu movimento de valorização salta de si para se difundir por todas as transações. Portanto, já não precisa ele se prender às exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva. Além disso, os títulos de propriedade que o princípio da capitalização gera ganham um movimento autônomo, pois se transformam em mercadorias o que, segundo Marx, confirma a aparência de que eles constituem capital real. Sua relação, contudo, com o mundo concreto da produção material, da produção de valor ancorado em trabalho (renda real) é tênue e débil, quando não inexistente, o que escancara as portas para todas as formas de especulação e de formação de bolhas (2011b, p. 19).

O “funcionamento normal do capitalismo” produziu essa situação “onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção”, um capitalismo “essencialmente rentista”, de predomínio da “propriedade enquanto base de justificação da remuneração do capital” (2016, p. 533). Essa capacidade de acumulação do rentismo e da propriedade do lado de fora da real produção de valor não ficou restrita apenas à esfera financeira, o desenvolvimento do capitalismo constituiu novas modalidades de extração de renda e aprimorou algumas já existentes, tais como a intensificação da exploração dos recursos naturais (minério, petróleo), as apostas crescentes em terras, as rendas provenientes da propriedade intelectual de mercadorias compostas de conhecimento e a renda de monopólio das marcas, patrimônio intangível “gerador de valor” e negociável (Ibidem, p. 523-3). As categorias de juro e renda, que remuneram os proprietários, bem como o poder das suas personificações e instituições, criam a ilusão de serem independentes da exploração do trabalho, mas “o fundamento de vários dos fenômenos que têm caracterizado a etapa atual do capitalismo está no mesmo lugar onde sempre esteve: o velho e conhecido trabalho não pago (Ibidem, p. 534)”

p. 615)”. Mas para além da mera garantia que viabiliza a existência e a circulação da moeda, nesse mesmo texto Paulani reflete sobre o problema da determinação do valor da moeda e da sua função como medida de valor quando torna-se, pós-1971, inconversível em ouro (a queda do padrão dólar-ouro). A autora, até onde compreendi, resolve a questão desviando para o dólar como moeda mundial e sem lastro. A posição do dólar é a existência necessária posta na essência do dinheiro como forma pura. O dólar pode medir os valores e ser meio de circulação apoiado no poder econômico norte-americano, ele está garantido pelo déficit dos EUA e a capacidade de se financiar por meio de capital fictício das dívidas estatais (p. 630).

Já que a mão de obra e as máquinas parecem estar sendo cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, já que os capitais associam-se em holdings cada vez mais afastadas do chão da produção, já que os capitalistas são cada vez mais difusos grupos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equities*, já que os principais ativos das empresas são imagens, marcas e patentes, parece que o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos. Seus rendimentos agora não têm nada que ver com a atividade de explorar e ser explorado, eles são “direitos” que a propriedade lhe confere. Diante disso, não há espantar em que o fim do trabalho tenha sido decretado (2016, Rev. Ec. Pol, p. 533-4).

Paulani reforça nesse momento da sua interpretação a ideia de que a imposição e os constrangimentos cada vez mais violentos da acumulação da riqueza financeira e fictícia, assim como o rentismo derivado das várias formas de propriedade, sobre a produção de valor e o Estado - principalmente com a dívida pública -, devem ser explicados com recurso à tendência “natural”, ou necessidade lógica, que as formas mais abstratas têm de serem mais livres do que o capital produtivo, o que seria uma determinação ontológica categorial. Ao falar do dinheiro inconversível, por exemplo, ela entende o fim do padrão-ouro como “realização necessária da essência do dinheiro” e não resultado “de um capricho humano ou de uma contingência histórica” (PAULANI; ROTTA, 2009, p. 612). As tentativas de resolver as permanentes catástrofes financeiras nesses marcos apenas acentuariam o “descompasso por não permitir a destruição de capital suficiente” para desinflar as bolhas e acabar com os excedentes de capital fictício sobre a produção de riqueza real (2011b, p. 22).

Como anteriormente mencionado, as autonomizações do dinheiro e do capital, executoras de uma natureza imanente, devem sempre carregar consigo o inelutável peso das coisas materiais e substanciais que, contraditoriamente, contêm o valor e são um entrave ao próprio impulso de valorização por sobre o fardo de produzir coisas e explorar trabalho. Nas formas mais desenvolvidas – dinheiro inconversível e capital fictício -, elas parecem totalmente independente desses fardos. O ingresso do capitalismo na atual fase de destruições e instabilidades demonstra, segundo Paulani, a impossibilidade dessa liberdade em relação às coisas materiais e que contêm valor, daí o recrudescimento da violência sobre o trabalhador na produção e no seu cotidiano para fazer o valor se equivaler à multiplicação da “riqueza” financeira e rentista. No final das contas, ainda que tragicamente, o descolamento permanente da riqueza fictícia sempre retorna a sua verdade material e de valor, o que abriria a possibilidade de um novo recomeço.

2.3.3 O Brasil na fase financeirizada do capitalismo: A dependência consentida da plataforma de valorização financeira

De acordo com Paulani (2012, 2013), o Brasil está inserido atualmente no novo regime de acumulação como “plataforma internacional de valorização financeira”, a mais recente etapa da dependência internacional do país – a autora considera a história de formação do Brasil como um processo de desenvolvimento de sucessivas rodadas de dependência¹²⁴. A constituição da “plataforma” se deu nas etapas mais recentes, quando o Brasil ingressou na financeirização mundial, que também estava em seu início, consumindo os capitais superacumulados dos países centrais na forma de empréstimos - das finanças ainda intermediadas pelos bancos e instituições que disponibilizavam créditos convencionais -, que desembocaram na crise da dívida e na moratória em 1987. Com o avanço da financeirização, fortalecida com o pensamento e a prática neoliberal, o Brasil foi transformado, na década de 1990, em “plataforma internacional de valorização financeira”, ou seja, assumia-se uma forma ativa, porém, não menos subordinada, no capitalismo dominado pelas finanças. Essa passagem, de uma forma passiva dos anos 1980, como consumidor de crédito, para uma ativa, na década seguinte, com o aparato estatal e econômico adequados à financeirização, corresponde ao ganho de força das finanças diretas sobre as intermediadas, cujos principais personagens são os fundos de investimento e de pensão, as bolsas e os mercados secundários de títulos, a securitização e os derivativos.

A transição implicou em uma alteração na composição das despesas financeiras do país ao longo do tempo. Os anos da década de 1980 foram marcados pelos dispêndios com os juros sobre empréstimos convencionais, os anos de 1990 com as despesas sobre lucros e dividendos resultantes dos investimentos diretos, em razão das privatizações, e no início do século XXI, merecem destaque os gastos com rendas decorrentes dos investimentos em carteiras – ações, dívida pública e privada, derivativos, etc -, resultado da crescente internacionalização do

¹²⁴ Paulani (2012, p. 90-1) divide em cinco fases a história da inserção brasileira na acumulação capitalista mundial: primeira fase, como parte da acumulação primitiva europeia, reserva patrimonial, base da força de trabalho compulsória e fonte de extração de matérias-primas e metais preciosos; segunda fase, que vai do exclusivo metropolitano até o início do século XX, o país mantém-se durante todo esse período produzindo produtos primários de baixo valor agregado alavancando a acumulação no Centro; terceira fase, com início nos anos 1930, abre-se a possibilidade da acumulação brasileira ter a sua dinâmica pautada por variáveis relacionadas à economia doméstica, nesse período o Brasil também é alvo do deslocamento dos capitais superacumulados no Centro, o que insere um comando externo nos setores mais dinâmicos da economia no interior de uma acumulação determinada a partir de dentro; quarta fase, o Brasil não galga a autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação, ao invés disso, passa a absorver parte dos capitais superacumulados responsáveis pela crise dos anos de 1970 e pela financeirização, cujos juros escorchantes irromperam na crise da dívida pública brasileira; quinta fase, o processo de financeirização transforma o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, submetendo-se aos credores pelo discurso e práticas neoliberais, sendo uma fonte de ganhos financeiros para o capital cigano que busca aplicação pelo mundo.

mercado financeiro e das negociações com títulos da dívida pública (PAULANI; PATO, 2005, p. 4-5).

A nova fase da dependência assenta-se na recorrente absorção de elevados montantes de poupança externa. O Brasil perdeu capacidade de formar capital, ao mesmo tempo em que passa a ter despesas cada vez maiores com rendas de investimento e dívidas. Um elevado volume de renda real é subtraído para o pagamento das remunerações requeridas pela poupança externa. Os dados que mensuram a formação bruta de capital fixo (FBKF) como proporção do PIB¹²⁵ demonstram a perda da capacidade do país em produzir um fluxo crescente de bens e serviços. Os investimentos públicos e privados em capital fixo que atingiram 25% do PIB nos anos de 1970 chegavam, no máximo, no ano de 2004, a 14% (PAULANI; PATO, 2005, p. 1). O crescimento das despesas na balança de pagamentos brasileira evidencia a crescente absorção de poupança externa:

Se compararmos os valores dos fluxos enviados ao exterior em razão da remuneração, seja de investimentos reais (investimentos externos diretos), seja de investimentos financeiros (investimentos em carteira e outros investimentos, especialmente empréstimos convencionais), veremos que esses cresceram, entre 1990 e 2011, 356%, para um crescimento do PIB de apenas 87% no mesmo período. Vista a mesma questão agora do ângulo dos estoques, verificamos que o passivo externo de curto prazo da economia brasileira está hoje na casa dos US\$ 650 bilhões, para um volume de reservas de cerca de US\$ 350 bilhões (dados de dezembro de 2011) (PAULANI, 2012, p. 238).

De acordo com Paulani e Pato (2005), na função de plataforma de valorização financeira, o Brasil ingressara em uma fase de “dependência desejada” ou de “servidão consentida”, forma mais adequada ao conceito de dependência¹²⁶. Ao contrário da “dependência tolerada” dos anos desenvolvimentistas, segundo expressão de Singer (1998), em que ainda se mantinha a expectativa de um desenvolvimento autônomo e soberano a partir dessa relação¹²⁷, passou-se a acreditar que o abandono do desenvolvimentismo, a abertura do mercado interno às importações e à entrada incondicional dos capitais estrangeiros, tomados como inexoráveis e necessários, salvaria o país, apesar de inclui-lo de forma a mais subalterna possível. Mas foi o período anterior, quando a indústria valorizava os fluxos de capitais

¹²⁵ Segundo a definição de Paulani e Pato, “[...] a formação bruta de capital fixo (FBKF) é o valor total dos investimentos brutos (sem deduzir o uso devido à depreciação e obsolescência) em capital fixo (máquinas e equipamentos, estruturas e edificações, rebanhos e culturas permanentes) realizados pelas empresas públicas e privadas no ano. O valor indica o aumento bruto da capacidade produtiva do país (2005, p.1)”.

¹²⁶ “Seria preciso a consolidação do regime de acumulação sob dominância financeira e a posição da periferia latino-americana como plataforma de valorização financeira internacional para que a dependência encontrasse uma forma de existência adequada a seu conceito (PAULANI, 2005, p. 17)”.

¹²⁷ Antes, a dependência como relação que ligava o capitalismo periférico ao centro do sistema se legitimava pelos ganhos mútuos, a industrialização periférica com perspectiva de desenvolvimento dava vazão aos capitais com dificuldade de valorização no centro do sistema. Os empréstimos canalizavam para a industrialização os recursos abundantes no mercado de eurodólares (PAULANI, 2005, p. 14-5).

excedentes do centro e ainda se guardava a perspectiva de autonomia e desenvolvimento, que constituiu o substrato necessário para a posterior punção rentista do valor produzido pelo país (2005, p. 14-5).

Olhando mais concretamente o movimento, diríamos que, sem o “desenvolvimento” que a relação de dependência produziu por aqui, não estaríamos hoje guarnecidos das condições materiais necessárias para nossa transformação em plataforma de valorização financeira internacional (ou será que há outra explicação para o fato de os países africanos não poderem desempenhar o mesmo papel?). Mas condições materiais podem não bastar, e não bastavam. A herança do mundo regulado e potencialmente inflacionário, humanamente condescendente e estatizante da etapa anterior exigia profundas transformações institucionais para que essa condição material se transmutasse em condição efetiva para a posição do Brasil como mercado “emergente” (2005, p. 17).

2.3.4 A estruturação da acumulação por espoliação nacional através do Estado de emergência e da plataforma internacional de valorização financeira

As principais transformações no quadro normativo e institucional para o Brasil adentrar, de modo reiteradamente dependente, na nova etapa da acumulação capitalista sob a hegemonia das finanças foram em grande parte implementadas pelos governos FHC (1995 – 2002) e Lula (2003 – 2010): desengessamento do orçamento do Estado, que havia sido garantido pelas veiculações obrigatórias da constituição de 1988; redução das despesas públicas com a previdência e abertura desse mercado promissor para o setor privado; mudança na prioridade das leis de falência, que antes colocava os direitos dos trabalhadores e do Estado à frente dos credores; controle das taxas de inflação, que complicava o cálculo financeiro com os ganhos em moeda e a especulação; lei de responsabilidade fiscal, que garante uma hierarquia para os gastos públicos, preservando os detentores de ativos emitidos pelo Estado; privatizações; estabilidade cambial; abertura comercial; benefícios fiscais aos investidores financeiros; enorme abertura financeira, com ausência de qualquer controle sobre os fluxos internacionais de capital; taxas reais de juros extremamente elevadas; autonomia do Banco Central, que deve garantir uma política monetária destinada a honrar o pagamento da dívida e premiar com elevados juros os detentores da dívida pública, etc (2005, p. 19-25; 2017a, p. 145).

Instaurou-se no Brasil, de acordo com Paulani (2010) olhando do ano de 2010, desde as primeiras tentativas de estabilizar a economia e conter a hiperinflação durante a transição da ditadura para a redemocratização, com aprofundamento gradativo pelos governos posteriores e ápice no governo Lula, um estado de emergência econômico permanente, uma variação do estado de exceção, produzido propositalmente. Burlando as leis ou com o aval dos poderes

republicanos, os sucessivos governos perenizaram “um estado de exceção econômico” até que ele se tornasse a regra, embora o discurso fosse de retomar certa normalidade e legalidade ou estabilizar uma situação de ameaça para galgar desenvolvimento¹²⁸. Não restrita apenas ao Brasil, a confusão entre tempos de exceção e de normalidade e, por conseguinte, da indistinção entre as medidas de excepcionalidade e aquelas tomadas em tempos normais, pontuaram a história do capitalismo em diversos momentos, transitando de situações de conflitos internos e guerras para aquelas de emergência econômica. A exceção tornou-se perene por diversos motivos ou disseminou-se no funcionamento normal institucional. O estado de emergência econômico brasileiro, portanto, não é estranho ao que ocorre em outros países, sendo, nesse caso, o reflexo do atual período de dominância da valorização financeira, uma tentativa de tornar compatível o rentismo financeiro e o açambarcamento da riqueza social – “por uma aristocracia capitalista privilegiada e bem postada junto ao Estado (Ibidem, p. 132)” - com as normas do país. Por aqui, o estado de emergência permanente engendrou e acompanhou as transformações institucionais e legais para a instauração da plataforma de valorização financeira no país, bem como marcou a passagem da dependência tecnológica e da acumulação industrial para a dependência financeira do capitalismo rentista ou de uma “dependência tolerada” para uma “dependência desejada e consentida”.

Nos termos da autora, logo no primeiro governo do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), um sentimento de emergência econômico difundia-se sob a tensão entre a promessa de um futuro alvissareiro, com a execução de seu projeto neoliberal, e os diversos riscos decorrentes do seu malogro. Era premente a adoção de medidas de exceção – isenção da CPMF dos recursos aplicados em bolsa de valores, isenção de imposto de renda sobre a distribuição e remessas de lucros ao exterior, altas taxas de juros etc. -, injustificáveis se não fosse a necessidade de salvar o país dos fantasmas da inflação, da perda da credibilidade, do atraso etc. Mas a decretação definitiva do estado de emergência econômica viria com o governo Lula e seu rol de medidas impensáveis para um governo de esquerda, que anos antes se opunha ao projeto neoliberal do seu adversário político. Contrariamente às expectativas que o cercavam e às suas próprias denúncias das arbitrariedades cometidas pelo governo anterior, o presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores criou de início, voluntariamente, um estado de emergência como sua prática essencial de ação, tornando-o regra e justificando a manutenção

¹²⁸ “Como justificar a pessoalidade das relações mercantis, o acesso privilegiado a informações, concorrências e fundos públicos senão pelo fato de que nos encontramos, afinal, em uma situação de emergência em que as infrações à regra devem ser encaradas com ‘naturalidade’? Quando se trata de ‘salvar a sociedade’ é preciso ter flexibilidade para que as normas não atrapalhem (PAULANI, 2010, p. 132-3)”.

das maiores taxas reais de juros no mundo, os elevados pagamentos do serviço da dívida - enquanto não haviam recursos para ações básicas e sociais -, os superávits primários acima dos exigidos pelo FMI etc. Contornada a beira do precipício em que teria se metido o país, analisa Paulani (2010), já que a conjuntura anterior havia se resolvido, passou-se a defender o sacrifício da sociedade para conquistar definitivamente a credibilidade, afastar o risco da inflação e do default externo. Em seguida, os escândalos de corrupção em meados de 2005 reforçaram o discurso da emergência para evitar que a crise política atingisse a economia. O governo Lula frustrara a esperança de que retomaria o desenvolvimento e resgataria o processo de reconstrução da nação, interrompido nos anos 1960 (2010, p. 122-124; 2017b, p. 15-51).

A continuação do receituário ortodoxo – juros altos, metas de inflação e moeda sobrevalorizada –, implementado durante a emergência econômica dos anos 1990, ao longo do seu segundo mandato agravou tendências estruturais¹²⁹ no país. O crescimento econômico e as políticas de redução das desigualdades¹³⁰ e de geração de emprego nos governos do PT, que incluem os dois mandatos do presidente Lula e o tempo em que a presidenta Dilma Rousseff permaneceu no poder, não foram suficientes para caracterizá-los de Neodesenvolvimentistas e colocar em risco a acumulação financeira que ocorria em detrimento da produtiva (2017a, p. 147). Sem êxito na reversão da desindustrialização e da reprimarização da economia, o crescimento puxado pelo consumo – com apreciação cambial e crédito -, ao invés do investimento produtivo, criava demanda efetiva para fora do país e aumentava a importação, assim o país seguia sem conseguir substituir os setores de baixo valor agregado por bens de

¹²⁹ Paulani retoma os trabalhos de Bresser Pereira a partir dos anos 2000, segundo os quais a sobrevalorização cambial, mormente em países subdesenvolvidos, é vista como inexorável por dois fatores estruturais: a existência de recursos naturais baratos e abundantes e/ou mão-de-obra barata, que permitem a exportação de produtos com uma taxa de câmbio mais valorizada do que a necessária para permitir que os produtos manufaturados e de maior incremento tecnológico sejam competitivos. Essa “doença”, como referida pelo autor, combinada com as maiores taxas de lucro e juros, comparativamente aos países desenvolvidos, provocados pela escassez de capital, atraem capitais em excesso e também provocam a apreciação do câmbio. Mas ao contrário das teses neoliberais que defendem a atração e o uso da poupança externa e a sua transformação em investimento produtivo, o que ocorre é o aumento do consumo inflado pela apreciação cambial e atendido pelas importações. Sem influência positiva para o investimento interno, a poupança externa substitui a interna pela redução das oportunidades de investimento, além disso provoca o desequilíbrio no balanço de pagamentos, ou seja, sai muito mais capital na forma de renda do que o país seria capaz de auferir pelas trocas comerciais ou operações de investimento no exterior. Quando a sobrevalorização cambial culmina necessariamente na fragilidade financeira do país pelo desequilíbrio na balança de pagamentos, rompe-se a crise que arrasta a taxa de câmbio para baixo até que todo o ciclo se reinicie. Bresser Pereira, argumenta Paulani, defende a neutralização da “doença” pelo Estado – como na industrialização latino-americana, onde foi adotado taxas múltiplas de câmbio, tarifas de importação e subsídios às exportações, com a meta de desvalorização da moeda para os produtores industriais – ou não há possibilidade de crescimento econômico com concomitante industrialização e a redução das taxas de juros com controle do câmbio (Paulani, 2013, p. 246-251).

¹³⁰ A autora cita o Bolsa Família, a elevação do valor real do salário mínimo, afetando também os beneficiários do INSS, o PROUNI, a criação de novas universidades, o MCMV, o Programa de Cisternas, o Luz para todos, a ampliação de direitos, as cotas etc. (2017a, p. 147).

mais alto valor agregado e intensivos em tecnologia. “Esse arranjo macroeconômico [...] em que um consumo puxado por crédito aparece como o elemento dinâmico, está de forma evidente completamente invertido, mas é um arranjo típico de um processo de acumulação em que a finança está no comando, fomentando o crescimento de riqueza fictícia (2009a, p. 35)”.

Paulani se posiciona explicitamente contra as posições do partido apresentadas na parte inicial deste texto, contrapondo-se à ideia que a um novo projeto de país seguiu o desenvolvimento que rompia com a dependência histórica. De acordo com ela, a única saída para essa condição, que foi apenas parcial e temporariamente implementada pelos governos naqueles anos, seria focar no investimento como elemento dinâmico da demanda efetiva pela via dos bancos públicos e empresas estatais, além de assentar o consumo de massa na produção doméstica. Como parte dessa estratégia o Estado deveria deixar de funcionar como plataforma de valorização financeira, reduzindo os ganhos dos rentistas e taxando os superlucros dos setores beneficiados com a alta dos preços das commodities (2012, p. 100-1), o que significa reverter o estado de emergência econômico e instaurar outra institucionalidade. Os “anos petistas”, todavia,

revelam [...] um caráter errático e enorme oscilação: fidelidade integral, de início, aos cânones da prescrição ortodoxa (anos Palocci), inspiração Desenvolvimentista na sequência (anos PAC), reação embaralhada de ortodoxia com heterodoxia, mas certamente menos Desenvolvimentista que a etapa anterior, no primeiro período de Dilma, e novamente um retorno forte à ortodoxia nos últimos 16 meses de governo petista (com Joaquim Levy assumindo o Ministério da Fazenda). Ora, esse vaivém, esse bate-cabeça é a prova maior de que não se pode rotular de Desenvolvimentistas os anos petistas, porque é a prova maior de que faltava aí um projeto nacional – de preferência nacional, popular e democrático, que tivesse permitido, desde seu início, o planejamento da intervenção econômica. Os três governos petistas, sem projeto e sem planejamento, caminharam ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o status quo vigente. A inspiração Desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso, em meio a uma institucionalidade construída para o benefício da acumulação financeira, que não foi enfrentada, de modo decisivo, em nenhum momento desses 12 anos. Isto posto, seria difícil esperar [...] destino diferente para essa, digamos assim, “aventura cidadã” da periferia do capitalismo no início do século XXI (2017a, p. 153).

Nesse ponto, porém, Paulani parece oscilar entre a possibilidade de retomada de um projeto de desenvolvimento nacional e a sua inviabilidade histórica, ou nas suas palavras, ela explica a recente inserção do país no mundo por um “fator estrutural” e outro “fator político” (2017b, p. 129). Em um trecho dos seus escritos, por exemplo, a autora argumenta que o crescimento econômico dependente com perspectiva de superar a condição de subdesenvolvimento, no período em que a industrialização da América Latina interessava para o centro do sistema, teria ocorrido tarde demais, já “na fase terminal da fórmula fordista e milagrosa dos 30 anos dourados”; soa como se o país tivesse perdido a oportunidade histórica aberta pelo mercado mundial (PAULANI, PATO, 2005, p. 26). O Brasil e a sua “matriz

interindustrial praticamente completa” – apesar do “atraso de quase três décadas”, desde que Vargas “[...] tinha percebido como de fundamental importância para ordenar o crescimento econômico do país” - foram atropelados “pelo segundo choque do petróleo, pela guinada monetarista de Reagan e Thatcher no fim dos anos 1970 e pela consequente crise das dívidas”. Segundo a autora, “As possibilidades que então se abriam de um desenvolvimento menos embaraçado por gargalos reais e menos dependente de recursos externos oriundos da balança de capitais (empréstimos, investimentos diretos e capitais de curto prazo) esboroavam-se em função da financeirização do mundo e da ‘ditadura dos credores que então se iniciava (2017b, p. 55)”. Os novos requisitos em ciência e tecnologia, bloqueados pelas patentes, exigem “um esforço permanente de investimento que está sempre acima das forças internas de acumulação dos países periféricos (Ibidem, p. 130)”. Nos anos que viriam, o capitalismo ingressava “na fase da acumulação flexível e da dominância financeira” e a industrialização anterior, sem ter tornado o país independente e soberano, cumprira o seu sentido em um país dependente, servindo posteriormente de mera base para a extração de renda (PAULANI, PATO, 2005, p. 26). Em um mundo dominado pelos capitais fictícios e pelo ímpeto de valorização do valor sem a mediação da produção, a “captura de excedente” através dos dividendos, juros da dívida pública e de ativos de crédito, entre outros, é “muito mais eficiente que a deterioração dos termos de troca como mecanismo de extração de valor (2013, p. 254)”.

Mas encontra-se também em seus textos alusões ao consentimento tanto das elites – “[...] que padecem de crônico sentimento de inferioridade [...] (2017b, p. 131)” –, por terem abandonado a pretensão de autonomia e soberania, quanto dos governos do PT – que frustraram “[...] mais uma vez, o processo de refundação da sociedade brasileira [...] (Ibidem, p. 139)” -, antes popular e de esquerda, ambos endossando a “dependência desejada” “em detrimento de nossa capacidade de aumentar nosso estoque de riqueza, de crescer e de conter o aumento da miséria e da barbárie social (PAULANI; PATO, 2005, p. 27-8)”. Sobre a atuação do PT em prol do rentismo e do grande capital, Paulani é assertiva: “O governo do PT, sem coragem de afrontar os interesses constituídos, sem nenhuma disposição para arriscar uma mudança na postura do Estado que o tornasse capaz de enfrentar os problemas experimentados pelos país, escolheu a reafirmação da lógica perversa que já estava em curso e a entrega total do Brasil às exigências da acumulação privada (2017b, p. 49)”. No que concerne às elites, “Ainda que não estivessem [...] exatamente conscientes” da “submissão incondicional do país a interesses a ele alheios”, “a possibilidade de internacionalizar de vez seu padrão de vida, [...] de desterritorializar sua riqueza, fez as elites brasileiras [...] abraçarem de modo incondicional o discurso neoliberal e o defenderem com unhas e dentes (Ibidem, p. 131)”. Essa submissão da

burguesia e dos governos ao longo dos anos e a consequente perda da hegemonia do país na relação com o centro fez com que “O alcance do estatuto de Nação desenvolvida” ficasse “mais distante” (2010, p. 134). Apesar disso, Paulani não deixa de encaminhar propostas¹³¹ para a reversão do quadro que se aprofundara desde o fim dos governos petistas. O cerne de qualquer tentativa de mudança, para ela, seria “um projeto nacional que liberte o país da armadilha da financeirização”, que se bem sucedido “terá como resultado também o resgate da soberania do país na condução de seus destinos” (2017a, p. 33).

Ainda em relação ao “fator político” e sem recorrer àquele processo lógico de autonomização das categorias do capital, a autora (2010) argumenta em torno da dominação de classe e do consentimento do PT ao rentismo, enfatizando os aspectos sociológicos dessa dominação: nesse período não houve apenas a montagem de um estado de emergência econômico permanente, mas esse combinou-se com uma hegemonia às avessas¹³². No contexto, as classes dominadas exerciam a liderança moral e intelectual, com a aparente ascensão da desigualdade e da pobreza ao primeiro plano das prioridades políticas, além dos movimentos sociais terem sido cooptados e desmobilizados através da dependência financeira do Estado e

¹³¹ Ela cita, como exemplo de modelo alternativo e soberano, o de Bielschowsky. Segundo o autor, o país é um dos poucos do mundo que possui três poderosas frentes de expansão, chamadas por ele de “motores” de desenvolvimento: amplo mercado interno de massas, com tendência a se ampliar com distribuição de renda e estrutura produtiva potencialmente capaz de atender a produção de larga escala nos setores primários, industrial e de serviços; forte demanda nacional e internacional dos seus recursos naturais; perspectiva favorável de demanda estatal e privada por infraestruturas social e econômica. Para ele, se essas três frentes de demanda efetiva impulsionarem adequadamente o investimento no país, que deverá ser tanto maior e mobilizar mais a atividade produtiva e o emprego, quanto mais amplos forem os processos de inovação – de processos, produtos, novas atividades e novos encadeamentos produtivos em segmentos tecnologicamente avançados - e os encadeamentos produtivos tradicionais, haverá uma oportunidade rara de desenvolvimento a longo prazo na economia brasileira. As inovações tecnológicas (P&D) poderão turbinar as três engrenagens do investimento – o autor menciona a importância de inserir a inovação nas estratégias de expansão das empresas no Brasil, o que poderia gerar um quarto motor -, com efeitos multiplicadores de renda e emprego e capacidade de reduzir a vulnerabilidade externa. O segundo “turbinador” dos motores de desenvolvimento diz respeito ao fortalecimento dos encadeamentos produtivos, incluindo a recuperação daqueles fragilizados (BIELSCHOWSKY, 2012).

¹³² Após analisar a vitória de Lula na reeleição sobre Alckmin em 2006 e o amplo leque de alianças incluindo os setores e partidos mais conservadores, Oliveira (2010) afirma que o governo eleito despolitizara a questão da pobreza e da desigualdade, funcionalizando-a, sendo trabalhada como uma questão administrativa. “Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil (p. 25)”. Para o autor, a “hegemonia às avessas” é uma nova forma de dominação sem paralelo na história do país. “Parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula (p. 26)”. “Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a ‘revolução moral’ - derrota do apartheid na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada. [...] E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração: são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista (p. 27).”

da sua incorporação em algumas instâncias políticas, enquanto as classes burguesas exerciam a liderança material, sem ter que se preocupar com as concessões e as reformas da faceta moral da liderança. Com efeito, “[...] pode-se considerar que a hegemonia continua a ser dos dominadores (continua a ser do capital), mas é operada pelos dominados (que detêm o comando do Estado)” (2010, p. 127).

Esses dominadores, principalmente a sua fração rentista¹³³, na figura dos grandes e influentes – junto ao Estado - portadores de títulos de propriedade, avessos ao risco, a não ser sob a possibilidade de enormes ganhos, se atrelam ao poder público¹³⁴ e seus negócios - com garantias de elevados retornos, liquidez e segurança - como em um “jogo de cartas marcadas”, cujo “Acesso privilegiado a informações sobre papéis públicos, concorrências públicas, fundos públicos e vendas de ativos públicos tornam-se então fundamentais (2010, p. 130-1)”. A autora reconhece nesse fenômeno um modo de operar que “[...] lembra os inícios do capitalismo, a época da acumulação primitiva, quando os Estados Nacionais se formavam como grandes negócios e a acumulação capitalista passava diretamente pelo poder desses Estados (Ibidem, p. 131)”. Outros processos típicos da fase da acumulação primitiva, escreve Paulani a partir de David Harvey¹³⁵, tais como fraudes, roubos, violências, entre outros, que nunca deixaram de existir, se exacerbam nas fases de sobreacumulação de capital como a atual e se repõem em renovadas formas de “acumulação por espoliação”, já que esse recurso imanente ao capitalismo reproduz as condições de sua gênese ao longo de toda a sua história, por isso não pode ser apenas “primitiva”, restrita à fase inicial. Nessa perspectiva de Harvey, de acordo com ela, “O resgate desses expedientes violentos minora as consequências da sobreacumulação, visto que desbrava ‘territórios’ para a acumulação de capital antes fora de alcance (Ibidem, p. 131)”.

¹³³ “[...] o rentismo é o avesso daquilo que a ideologia liberal diz que o capitalismo é. Segundo esse discurso, o capitalismo é encarnado no espírito animal dos empresários que, longe de qualquer auxílio e/ou proteção do Estado, enfrentam a concorrência e arriscam seu capital na produção, buscando um retorno maior ao fim do movimento. É daí que vem também, atrelada ao liberalismo, a ideia de que o capitalismo é meritocrático e, portanto, quem se dá mal nessa sociedade não tem méritos e/ou qualidades e/ou virtudes (PAULANI, 2010, p.130)”.

¹³⁴ “A principal ferramenta para a engorda dos recursos de rentistas internos e externos é o Estado. É o Estado que sustenta, sem nenhuma razão teórica ou empírica que a justifique, a maior taxa real de juros do mundo. Por essa via, ele destina uma parte substantiva da renda real gerada pela economia brasileira para a sustentação do rentismo. Do ponto de vista externo, isso significa que uma parte da mais valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles. Colocando-se como emergente plataforma de valorização financeira, a economia brasileira atrai capital de forma crescente, o que sobrevaloriza ainda mais nossa moeda, aumentando os ganhos e fechando o circuito. Com a taxa de câmbio valorizada, ficam também muito mais baratas as transferências de lucros e dividendos para o exterior, o que estimula essas remessas (PAULANI, 2012, p. 98)”.

¹³⁵ A menção direta é ao livro “O Novo Imperialismo” de David Harvey.

Desde os anos 1970, quando as ordenações espaço-temporais¹³⁶ do período fordista-keynesiano fracassaram na resolução da tendência imanente à sobreacumulação do capital - e nessas ordenações estavam incluídas a própria industrialização do Brasil (a dependência com perspectiva de desenvolvimento) e da periferia capitalista como extrapolação dos capitais nos países centrais -, a financeirização da acumulação associou-se estreitamente com o aparato do Estado, que

[...] vai paulatinamente se organizando de modo a viabilizar a operação de diferentes expedientes de espoliação, seja por meio da abertura de novos territórios de acumulação (como nos processos de privatização), seja através da criação exacerbada de capital fictício (principalmente dívida pública), seja, finalmente, como ‘facilitador’ dos processos de financeirização da riqueza (por conta de deter o monopólio da violência e a prerrogativa de formular leis) (2011c, p. 257).

Nesse arranjo, apontado em alguns dos seus textos como apoiado por um estado de exceção, a discricionariedade, o compadrio, o privilégio e o açambarcamento da riqueza social por uma aristocracia que atua no Estado são totalmente compatíveis com o discurso do mercado e as suas virtudes da concorrência, competitividade e eficiência (2010, p. 131-3). O que a acumulação por espoliação faz então é liberar, mediante o aparato normativo, regulador e de portador legítimo da violência do Estado, ativos com baixíssimos custos ou custo zero. Com esse apoio, o sistema financeiro e de crédito pode desenvolver a espoliação através da “[...] entre outras coisas, dilapidação de ativos, valorizações fraudulentas, falsos esquemas de enriquecimento e o aprisionamento de populações inteiras a enormes montantes de dívidas estatais (2011c, p. 256)”.

Ao longo dos diversos textos supracitados, Paulani, apesar de oscilar entre uma perspectiva que ora recorre ao movimento lógico e automático do capital, ora às vontades individuais, de classe e de governo para explicar o que seria a particularidade nacional no novo modo de acumulação financeirizado e na acumulação por espoliação, destaca nos dois lados da sua compreensão a autonomização do capital financeiro e fictício em sua imbricação na reprodução do Estado, nos capitais individuais e na população em geral, enredando todos nas múltiplas formas do crédito/dívidas. Igualmente, a crítica surge nuançada entre a negatividade do desdobramento categorial do fetiche do capital portador de juros e fictício, em seu automatismo destrutivo, e a necessidade de rebaixar o capital financeiro aos desígnios da produção e da geração de renda real, esses positivados por ela, por isso a variação no tratamento da questão envolvendo a possibilidade do país se desenvolver, por vezes como inviabilidade histórica e em alguns momentos como questão de projeto nacional.

¹³⁶ “[...] (deslocamentos no tempo, por meio de investimentos de longo prazo de maturação, e deslocamentos no espaço, por meio da abertura de novos mercados e novas capacidades produtivas) [...] (PAULANI, 2011c, p. 255)”.

No viés mais regulacionista e a-histórico em relação ao desenvolvimento das finanças, ela afirma, por exemplo, que “o endividamento é sinal de dinamismo”. As dívidas do Estado, das empresas e do consumidor são sinônimos “de investimento, e investimento é sinônimo de reprodução ampliada do capital e de alavancagem do processo de acumulação”. Para algumas teorias, argumenta a autora em acordo, “o crédito, e, portanto, o endividamento de alguns agentes, é condição *sine qua non* para que se rompa a inércia estacionária do processo de acumulação [...] Ou seja, sem crédito e sem dívida, o desenvolvimento não aparece”. Cabe ao Estado regular esse dispositivo que pode ter uma função positiva para o desenvolvimento e não apenas crítica e destrutiva. Essa constatação da teoria de Paulani tem validade para toda a história do capitalismo, portanto, não haveria transformação categorial do capital e mudança quanto ao papel do crédito ao longo do tempo na reprodução capitalista. “Nada mais distante da realidade do capitalismo do que a ideia da dívida como um ‘mau passo’ que deve ser reparado e cuja repetição deve ser evitada a qualquer preço (2017b, p. 62)”. Contudo, a autora vê mudanças na relação entre capital e Estado, cuja “dança que eles compartilham” desde a acumulação primitiva pode ser alterada por decisão estatal.

Entre o pós-guerra e meados dos anos 1970, a direção que os Estados predominantemente deram a essa sociedade natural foi a da geração de renda real e expansão da capacidade produtiva. No centro do sistema, o movimento ganhou uma característica adicional, originando aquilo que Francisco de Oliveira chamou de ‘antivalor’¹³⁷, ou seja, um *locus* no qual um volume cada vez mais expressivo de mercadorias deixava de ter seus valores determinados pelo mercado e pela acumulação privada, pondo como questão política a determinação do valor da força de trabalho, da saúde, da educação etc.

Era, portanto, uma necessidade desse arranjo que a geração de renda tivesse absoluta primazia. A prática do rentismo [...] era, nessa época, instrumento para alavancar a produção de renda real, de um lado, e para expandir e aprofundar o espaço do antivalor, de outro. A partir de meados dos anos 1970, essa sociedade começa a mudar de feição. Se nos ‘trinta anos dourados’ ela chegou a criar o espaço do antivalor, agora afirma cegamente o espaço do valor e do capital (2017b, p. 64).

No Brasil desse período de afirmação cega do valor e do capital, o predomínio das finanças com a constituição da plataforma internacional de valorização financeira, viabilizada através do estado de exceção como um estado de emergência econômico e suas formas de violência direta e indireta, marcam a proeminência da acumulação por espoliação, na qual o desenvolvimento de um projeto de modernização soberana com integração nacional permanece inviável, ou seja, o ideal propagado pelo PT não poderia ser executado sem a reversão desse cenário. Atrair a qualquer custo a poupança externa e as práticas de acumulação por espoliação apoiadas no Estado, tomando a forma de um ajuste nacional à superacumulação do capital através da abertura de novas fronteiras antes inexploradas - e aí podem se encaixar desde as

¹³⁷ Mais à frente discutiremos esse livro de Oliveira ao qual Paulani se refere aqui.

privatizações à integração de novos setores e camadas da população a serem exploradas diretamente ou pelo crédito -, esfacelam a economia nacional produtiva e os parcos direitos sociais conquistados. Observa-se que para autora, o estado de emergência econômico e a plataforma de valorização financeira já não estão mais no registro da construção de um projeto de nação, mas destinados a atrair aquele capital autonomizado mundial para o país. O não enfrentamento dessa situação, ou seja, o rebaixamento das finanças ao desenvolvimento democrático nacional, nos levaria a afundar na barbárie e a perecer como nação, afirma (2017b, p. 139).

O partido de esquerda elevado à presidência, do qual se esperava romper com a dependência e o imperialismo, bem como fazer grandes reformas redutoras das desigualdades e acabar com a miséria social, não fez muito mais do que aprofundar o que vinha dos governos anteriores. Nesses anos, o Brasil esteve sujeito às bolhas no mercado financeiro, ao crescimento puxado pelo crédito e ao arranjo macroeconômico voltado aos credores do estado cada vez mais privilegiados com os altos juros. Enquanto operava um complexo de índices econômicos e realizava as reformas legais e institucionais para a plataforma de valorização, o PT simultaneamente respaldava-se com a classe trabalhadora a partir de reformas colaterais. Para Paulani, a dependência se atualizou e a violência direta - com apoio do aparato estatal - ou mediante a supressão de direitos e das conquistas sociais - através das reformas, supressão de leis e cooptação de agentes públicos -, junto às novas formas de dominação – pelo crédito pessoal, a austeridade fiscal, a hegemonia financeira - e exploração passaram a figurar como partes integrantes da reprodução do capital e do Estado que, sem a pretensão de desenvolvimento e autonomia, cedeu o seu território para ser pilhado em um tipo de ajuste particular ou nacional do capital. Ela entendeu que esse fracasso da modernização nacional se integrava a um novo imperialismo, chamado por ela, a partir de David Harvey, de uma acumulação por espoliação no país.

Nota-se que nos textos de Paulani que tratam da conjuntura nacional, a necessidade lógica que se realiza através da história e faz coincidir o que está posto na essência com a posição na realidade, como se pode ver no dinheiro inconversível e no capital fictício, parece ficar subsumida às instituições e à política governamental, que podem conter e controlar ou dar livre vazão a essa essência inexorável em qualquer período do desenvolvimento do capital, dependendo dos interesses dominantes, como abordado mais acima. Nas suas palavras:

[...] tudo isso indica que se trata mais do que nunca de uma escolha do Estado a direção a ser seguida por essa ‘sociedade natural’ que ele tem com o capital. Ele pode jogar do lado da afirmação do rentismo, que é perverso do ponto de vista social, mas absolutamente familiar e benéfico do ponto de vista da acumulação privada, ou pode afrontar essa lógica e utilizar seu poder, não para extrair renda real da sociedade e

engordar financeiramente os capitais, mas obriga-los à acumulação produtiva e à expansão da renda real (2008b, p. 49).

Nessa mesma direção se encontra a sua afirmação de que a hierarquia e o poder que o capital portador de juros e suas formas derivadas assumem “em cada circunstância histórica” dependem “dos contornos institucionais em que se dá a produção capitalista (2011b, p. 19)”. Nos últimos trinta anos, o predomínio da “farsa” em torno do rentismo é corroborado pelas mudanças institucionais que facilitaram o movimento de soltar o capital das suas amarras materiais, ou melhor, do dinheiro conversível, cujo padrão dólar-ouro foi o seu último resquício (PAULANI; ROTTA, 2009, p. 612). Como se viu nas linhas acima, as suas análises sobre o papel central das transformações institucionais e da condução da política econômica no Brasil para a implantação da versão nacional do domínio das finanças e do rentismo, uma forma, segundo ela, mais adequada ao conceito de dependência, deixam completamente de lado a impotência do “capricho humano” frente à “realização necessária da essência”, de modo que estaria sempre ao alcance dos formuladores da política nacional implementar o controle das finanças e medidas de crescimento econômico.

2.3.5 Uma possível interpretação do boom e da crise da produção habitacional nos termos da nova dependência via plataforma de valorização financeira sob o domínio das finanças e do capital fictício

Se arriscarmos uma interpretação do boom da construção habitacional na perspectiva de Paulani, talvez teríamos que compreendê-lo como o resultado da arquitetura armada pela plataforma de valorização financeira e das práticas de acumulação por espoliação, que permitiram a exploração de novas regiões do país, as cidades de diversos tamanhos, a terra urbana e rural e da população endividada, em especial a mais pobre. Esse mercado imobiliário, na compreensão da autora, é uma frente permanente de valorização, sobretudo no atual momento do capitalismo marcado “[...] pela sobreacumulação e por uma permanente pletora de capitais monetários [...] (FIX; PAULANI, 2019, p. 653)”, ou seja, por um excesso de capital em relação às oportunidades de investimento.

No que diz respeito ao movimento fenomênico no mercado de capitais, o preço das ações das incorporadoras/construtoras, por exemplo, que inclui a precificação das emissões primárias, os negócios diários com esses papéis, a ascensão das cifras acima dos demais negócios da bolsa e o movimento de queda para baixo do valor patrimonial das empresas, é um bom índice para evidenciar a posição de exterioridade e de comando das finanças, próprio do desdobramento categorial que tende à autonomização, discutida por Paulani. Ao longo de todo

o período considerado e com base nas declarações de alguns dos especialistas, os preços das ações coincidiram com o “valor real” das empresas apenas fortuitamente, mas nem por isso os capitais que aí investiam deixaram de mobilizar trabalho e, de acordo com os pressupostos apresentados, açambarcar o valor produzido nas empresas. O imperialismo ou a “dependência desejada” repete-se no setor com a transferência de valor para os rentistas estrangeiros via “plataforma”, enquanto o capital produtivo é estrangulado pelas finanças e os trabalhadores são explorados pela mais-valia absoluta e relativa.

A bolha que se formou com os preços das ações, além de ter sido autorreferencial, inflava projeções irreais quanto à produção efetiva de habitações para sustentá-la nas alturas e também era inflada por elas, desse modo o movimento dos capitais fictícios engendrava a acumulação real por meio da abertura do território nacional para os canteiros de obras das construtoras/incorporadoras. Do lado da demanda, o endividamento do futuro morador nas peias da dívida com a liberação crescente do crédito público e privado para a compra da casa própria fomentava a acumulação para as empresas e aos credores, se bem que deixando os especialistas em alerta constante para os riscos de uma bolha.

A facilidade com que as empresas acessavam o crédito junto aos bancos ou mesmo a abundância dos investimentos diretos de alguns fundos nas empresas e os instrumentos de crédito destinados à produção, capital de giro ou para quitar outras dívidas, pautavam-se pela capacidade da empresa em manter as expectativas sempre elevadas, comprando terrenos, produzindo, projetando adiante e, o mais importante de tudo, explorando trabalho criador de mais-valia. Com base nessa teoria da crise até aqui exposta, pode-se imputar à lógica de autonomização do valor ou à posição volitiva de exterioridade dos rentistas e analistas em relação às condições e exigências da produção – como mencionamos, Paulani oscila acerca das duas possibilidades em seus textos - a lacuna que se abriu entre os negócios no mercado financeiro e os seus resultados. Foram eles, ou a lógica nas suas figuras, que determinaram toda a estratégia de crescimento e expansão das empresas, sendo que essas, em sintonia com aqueles, permaneceram de olho apenas nos negócios em bolsa e nas captações de crédito. Com o tempo, os bons negócios em torno das ações e dos títulos representativos das dívidas teriam se descolado da real capacidade de produção de valor nos empreendimentos residenciais, como demonstrou depois o estouro dos custos, o endividamento excessivo, as fraudes nos balanços e a incapacidade de produção adequada das empresas.

No artigo citado logo acima escrito por Paulani e Fix (2019), os capitais sobreacumulados na forma do capital financeiro e fictício além de determinarem a produção do espaço através de uma grande quantidade de trabalho nos canteiros de obras, em geral com

elevadas jornadas e baixos salários, integram a terra nos circuitos da acumulação como objeto de especulação e, conseqüentemente, capital fictício; produção de valor e apropriação de renda tornam-se cada vez mais indiscerníveis no preço do imóvel e nos negócios envolvendo o mercado imobiliário. Nesse contexto, a terra, que não é em sua natureza capital fictício¹³⁸, “[...] quando [...] é tratada como ativo puramente financeiro, o que acontece é que a forma de determinação de seu preço prevalece sobre sua especificidade de ser um ativo real e de ter um valor de uso efetivo (2019, p. 645)”. Na sua condição dúbia, de ativo real relacionado com a produção real de valor e ativo fictício que simula possuir um valor que não tem e que procura se apropriar na forma do preço, a terra aprofunda as desigualdades sociais e “[...] deixa o sistema sempre em suspenso, sempre prestes a sucumbir às correntes irracionais que a especulação desenfreada acaba por criar (2019, p. 653-4)”, como se viu tanto nos resultados das moradias no MCMV, quanto nas dificuldades que os enormes bancos de terras causaram às empresas em um momento do boom.

Em suma, as apostas cruzadas do capital superacumulado nas empresas nacionais e nas de outros países simultaneamente, formando um portfólio diversificado na tentativa de equilibrar perdas e ganhos, revelam a autonomização do capital fictício e a indiferença que caracteriza os rentistas cada vez mais distantes do que seria a economia real. A enxurrada de capitais estrangeiros superacumulados em um dia de negócios ou a sua fuga pouco tempo depois frente a alguma notícia ruim, sem importar o que acontece nos canteiros de obras ou no mercado consumidor, ou até mesmo o salto de quase 70% em uma ação da noite para o dia, para ficar em alguns exemplos, é típico dos ganhos com capital fictício. No fim, a crise é certa e as catástrofes que se instauram servem para recolocar o lado abstrato “verdadeiramente social” ao lado irrevogável da matéria onde está o valor de fato. Sem um projeto de governo para controlar e podar essa hegemonia financeira, como poderia ter ocorrido através de um verdadeiro desenvolvimentismo, o funcionamento continuará sendo o de promover o máximo de liquidez

¹³⁸ “Assim, a terra, apesar de ser uma *mercadoria fictícia*, não é, por sua própria natureza, um *capital fictício*. Em primeiro lugar, o fato de a terra nunca poder abandonar sua forma concreta de espaço, porção do território, coloca já uma primeira diferença. Em segundo lugar, tal como as máquinas e outros tipos de capital fixo, o surgimento de valor excedente que sua propriedade privada engendra só se efetiva se ela estiver diretamente articulada com o processo produtivo. A renda, que constitui sua forma específica de se apropriar de valor excedente, só aparece junto com a produção, ainda que sua condição de elemento ou instrumento de produção não seja a base para a apropriação de tal renda, mas sim o poder monopólico exercido por seus proprietários. Finalmente, apesar de a determinação de seu preço se dar de forma similar àquela observada para os capitais fictícios, isso acontece porque, diferentemente de outros ativos reais (como as máquinas, por exemplo), a terra é um ativo não reproduzível. Contudo, no caso da terra, o resultado contábil da capitalização das receitas futuras não é tudo a que ela se reduz como capital (como acontece no caso dos capitais fictícios). Isso é apenas seu preço. Sustentando esse preço, temos um pedaço de terra, algo efetivamente real. Seu valor de uso não se resume à sua capacidade de “produzir valor”, mas conta também com sua capacidade de funcionar como *meio de produção*, como *condição objetiva* do processo de trabalho ou como elemento do *fundo de consumo* (FIX; PAULANI, 2019, p. 644-5)”.

no mercado para fazer o dinheiro, na figura de um título de propriedade sobre direitos, metamorfosear-se em mais dinheiro, como afirma Paulani (2009a, p. 26-7).

2.4 O modo de produção social democrata e as suas contradições

As pesquisas até aqui apontam que o Estado perdeu capacidade de planejar, decidir e intervir no sentido da distribuição de renda e do bem comum. O predomínio da acumulação financeira e do neoliberalismo substituiu os projetos de desenvolvimento nacionais e a ampliação dos direitos sociais com o orçamento público. No lugar do crescimento econômico, soberania nacional, geração de empregos estáveis, aprofundamento dos direitos e distribuição de renda tem-se o seu exato oposto, submissão ao rentismo, suscetibilidade às crises e fragilidade econômica, precarização do trabalho, desemprego, perda de direitos e acumulação por espoliação.

No Brasil, a redemocratização e a ascensão ao poder federal de um partido de esquerda não resgataram ou deram origem a um projeto nacional desenvolvimentista capitaneado pelos trabalhadores. O MCMV, maior programa público de produção de moradias da história do país, significou o fortalecimento do mercado de capitais e das incorporadoras/construtoras, que passaram a dispor em massa dos fundos públicos, de uma demanda cativa pela casa própria e do poder para transformar as cidades segundo a equação que mais lhes favorecessem.

O desvio das funções antes atribuídas ao Estado, o açambarcamento dos seus recursos por frações das classes dominantes e a acumulação por espoliação são centrais na crítica elaborada nesses textos. A reversão dessa configuração ou, no contexto brasileiro em que nunca houve um Estado de bem estar nos moldes dos países da Europa Ocidental, a disputa por um projeto de desenvolvimento nacional e popular parece ser o horizonte imediato dessa crítica. Esse argumento, apesar da diferença de contexto e do período histórico ao qual se refere, tem certa semelhança com a reflexão desenvolvida por Francisco de Oliveira (1998) em seu livro *Os Direitos do Anti-Valor* (1998); mesmo quando esse autor não é citado diretamente, nota-se a sua influência nas reflexões.

Oliveira (1998), por sua vez, não desconsidera as contradições da lógica do capital, todavia eleva a política junto ao seu aparato estatal e a luta de classes em torno do fundo público, esse último que parece guardar uma potência em certa medida emancipatória, ao primeiro plano da análise e da crítica ao capital. Mas para além do entendimento compartilhado acerca da primazia por justiça social e redução das desigualdades através do fortalecimento do Estado e da condução dos seus recursos para o bem comum, recorro ao raciocínio do autor,

principalmente, porque ele aponta os obstáculos à reprodução social provocados pelas contradições existentes no capitalismo e por outras que surgem do que teria sido a realização de um projeto de classe regulacionista e distributivista nos países que desenvolveram um “modo de produção social democrata”. Essas contradições entrevistadas por Oliveira alcançam o Estado-Nação e parecem colocar em risco o seu ideal social-democrata de sociedade.

No seu livro, escrito entre os anos 1980 e 1990, a ampliação da luta de classes do terreno da produção para o âmbito do Estado e suas instituições constituiu uma esfera pública de participação que permitiu a proeminência dos interesses públicos sobre os privados, representando um equilíbrio de poder entre as classes. Sem revogar o capitalismo, era possível certa regulação das esferas da reprodução capitalista, o planejamento de muitas das necessidades sociais e a generalização de direitos, o que deu origem ao Welfare State ou Estado-providência.

Para Oliveira, desde a década de 1930, o uso do fundo público na reprodução capitalista deixou de ser apenas esporádico e objeto da disputa de grupos sociais específicos para vir a ser empregado permanentemente de acordo com as finalidades definidas “pelos principais grupos sociais e políticos (1998, p. 21)”. Esse fenômeno teve a sua gênese no fortalecimento político dos trabalhadores através dos sindicatos, partidos e instituições correlatas, e na reação da burguesia e do “próprio sistema capitalista para evitar o seu colapso¹³⁹”. A partir de regras universais e pactuadas entre as classes, o fundo público passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação e da reprodução da força de trabalho, ou seja, a reprodução social se tornou cada vez mais imbricada em uma forma de socialização do excedente social “mediada pelo fundo público (e não pelo mercado)” (Ibidem, p. 64). O fundo entrava, de um lado, como salário indireto da força de trabalho - saúde, educação, pensões, subsídio ao lazer, etc. -, liberando o salário direto para formar a grande massa de consumo do pós-guerra, e do outro, era imprescindível para a produção capitalista e os seus lucros, “Na forma dos títulos públicos e dos vários tipos de incentivos e subsídios (Ibidem, p. 28)”.

[...] o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje *senaliza* as possibilidades da reprodução (OILIVEIRA, 1998, p. 21).

Esse padrão de financiamento estatal, socializado e orientado por um planejamento de viés público e democrático, operou uma “revolução copernicana” nos fundamentos da categoria do valor como “nervo central” da reprodução do capital e da força de trabalho, afirma Oliveira

¹³⁹ Entendo que aqui Oliveira se refere à crise de 1929 e às ofensivas do movimento operário da primeira década do século XX.

(1998). O valor foi “implodido” como único pressuposto da reprodução de ambos, sendo desfeito “[...] parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral (Ibidem, p. 27)”. No seu lugar toma forma uma contradição entre o valor e o fundo público, que não é valor, mas um “anti-valor” ou “anticapital”; o valor passa a depender do seu negativo para reproduzir-se. Oliveira dá um caráter de negatividade a esses recursos por entender que eles são fruto da ação consciente das classes na esfera pública e que não têm como finalidade a valorização do valor e nem estão circunscritos às determinações da mercadoria e do lucro, de sorte que a socialização dessa riqueza social destrói o caráter auto-reflexivo do capital.

Além da reprodução ter se tornado mais estável e a competição entre alguns setores regulada, isso teve um efeito duplo do lado dos capitalistas: o fundo público teve que ser considerado junto ao capital variável e constante no cálculo dos pressupostos da produção e da taxa final de lucro, ou seja, o capital passou a reportar-se a si e ao fundo público para a sua reprodução (OLIVEIRA, 1998, p. 28-9). A fórmula $D - M - D'$ foi reelaborada pelo autor do seguinte modo: $\text{anti} - D - D - M - D' (-D')$, sendo que o dinheiro das duas extremidades contém uma oposição interna ao valor, o “anti-valor”, fração essa correspondente ao fundo público; tanto no início, quanto no fim o “D” representa uma certa quantidade de dinheiro que é meramente uma expressão monetária, uma mistura de valor e anti-valor e não mais apenas da primeira substância¹⁴⁰ (Ibidem, p. 32-3). Do lado da reprodução da força de trabalho, os bens e serviços públicos financiados pelo Estado à maioria da população “[...] funcionaram [...] como *antimercadorias* sociais, pois sua finalidade não é a de gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia (Ibidem, p. 29)”. Assim, há uma tendência à desmercantilização da força de trabalho pelo fato de que boa parte dos componentes da sua reprodução - no mínimo um terço do salário total nos países mais ricos da OCDE - eram representados pelo salário indireto na forma de *antimercadorias* sociais. O raciocínio em torno da exploração do trabalho através da taxa e da massa de mais-valia, ou as suas versões na superfície da sociedade como salário e lucro, não poderiam mais estar referenciados apenas na proporção entre capital constante, variável e no tempo em que se dividia a jornada de trabalho entre trabalho necessário e mais-valia, mas deveria levar em consideração também o salário indireto financiado pelo fundo público (Ibidem, p. 30).

¹⁴⁰ “[...] não sendo mais [...] a expressão do tempo de trabalho socialmente necessário – erodida nessa função pelo anticapital e pela antimercadoria -, terminou por ser apenas a expressão monetária – mas não necessariamente de valor – de uma relação entre credores e devedores (OLIVEIRA, 1998, p. 32)”.

A consequência lógica dessa implosão do valor como único pressuposto do processo da acumulação, do cálculo do capital e da força de trabalho “deslanchou um processo de inovações tecnológicas sem paralelo (OLIVEIRA, 1998, p. 30)”. A perda de capacidade de auto-mensuração do capital atuou nesse sentido através da dupla “desparametrização” – da força de trabalho e do capital - já mencionada, cujos efeitos precisos foram: com o salário indireto, o processo de inovação técnica, que antes se dava como reação ao aumento do salário do trabalhador, torna-se indiferente a esse custo, de modo que a inovação foi “desparametrizada do salário real total”, ademais, a desmercantilização parcial da força de trabalho e do seu caráter de mercadoria retira a exploração da força de trabalho como limite e suporte da acumulação, assim abre-se uma “brecha” para a autonomização do progresso técnico (Ibidem, p. 30-1, 57); a valorização do capital, sem ter que se prender à produção de valor pelo trabalho e incentivado pelo anti-valor, pode desencadear todas as suas potencialidades de inovações nos processos produtivos. Em suma, os recursos públicos desataram “o capital de suas determinações autovalorizáveis” que, sem conseguir mais medir-se a si mesmo segundo o seu próprio critério, isto é, ao perder sua capacidade auto-regulatória, “detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que *o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar*, as novas possibilidades de progresso técnico abertas (Ibidem, p. 31)”. A queda nas taxas de lucro tornou “o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação do capital (Ibidem, p. 31)”.

O resultado do movimento lógico e da luta de classes descritos foi a formação de um “modo de produção social democrata”, uma espécie de capitalismo regulado com consciência das classes e distribuidor de renda. A constituição de uma esfera pública e democrática transformou o Estado e as suas instituições em uma arena da luta por reconhecimento e garantia dos direitos - “são critérios antimerca do os que fundamentam os direitos modernos (OLIVEIRA, 1998, p. 37)”. Nas palavras de Oliveira, “A tarefa da esfera pública é, pois, a de criar *medidas*, tendo como pressupostos as diversas *necessidades da reprodução social*, em todos os sentidos (Ibidem, p. 40)”, por isso nega os automatismos do mercado e a consequente tendência à concentração e exclusão (Ibidem, p. 39). “[...] a esfera pública e a democracia contemporânea afirmam, de forma mais peremptória que em qualquer outra época da história, a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital (Ibidem, p. 41)”. Dessa tomada de consciência pela classe trabalhadora abrem-se novas possibilidades sociais, tais como: “a virtualidade da desnecessidade da exploração” e o desbloqueio das “imensas potencialidades da produção (Ibidem, p. 60)”.

Oliveira (1998), todavia, não deixa de reconhecer as contradições desse novo modo de produção e ainda o bloqueio que elas representam para o pleno desenvolvimento daquelas possibilidades. A solução necessária e potencialmente posta para tanto, ou como ele chamou, a conclusão da “revolução copernicana” iniciada, seria: “O socialismo [...] como necessidade enquanto um sistema que possa resolver as contradições do que chamei o modo social-democrata de produção (Ibidem, p. 59)”. Voltando às contradições, o desenvolvimento autonomizado das forças produtivas e a obsolescência da mercadoria trabalho, essa última criada pela tendência a sua desmercantilização, pelo desemprego tecnologicamente induzido e a trava no processo de exploração pela luta de classes (queda da taxa da mais-valia), impuseram limites a autovalorização do valor e ao trabalho como substância da acumulação, de onde o autor deriva também a perda do lastro em valor das moedas. O revolucionamento incompleto das relações sociais com a manutenção, por exemplo, da forma mercantil, tornou o endividamento público, o desemprego e a permanência da desigualdade de renda inevitáveis. Com a retração da exploração do trabalho como base do capital e a continuidade da apropriação privada da riqueza social, a “grande transformação do Estado” com a sua “autonomização fiscal”, isto é, de “Um Estado que antecipa o que gasta, que é mais do que arrecada” (Ibidem, p. 55), culminou no déficit público que aumenta até a crise fiscal do Estado.

A principal explicação de Oliveira (1998) para os crescentes desequilíbrios dos gastos públicos refere-se à internacionalização dos investimentos e da renda, enquanto o financiamento permanecia dentro dos limites nacionais, criando um descasamento entre a arrecadação fiscal e o investimento público¹⁴¹. A reação da direita conservadora neoliberal, nas figuras de Reagan e Thatcher, por exemplo, tinha a pretensão de “dissolver as arenas de conflitos e negociações” (Ibidem, p. 44), “O que ela propõe é a destituição da regulação institucional com a supressão das alteridades entre os sujeitos sócio-econômico-políticos” com o objetivo de manter o fundo público apenas para o capital, pois a relação entre o valor e o anti-valor tornou-se estrutural e não pode ser desfeita sem o risco de anular a possibilidade de

¹⁴¹ “A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo - da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes de renda e produto. Deve-se assinalar, desde logo, que aquela circularidade foi possível graças ao padrão de financiamento público do Welfare State, um dos fatores, entre outros aliás, que levaram à crescente internacionalização. Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retro-alimentação. Pois des-territorializam-se o investimento, e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde – nem pode, até agora – desterritorializar-se. [...] a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. Daí que, nos limites de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal [...] emergiu na deterioração das receitas fiscais e parafiscais [...] levando ao déficit público (OLIVEIRA, 1998, p. 26)”.

reprodução do capital¹⁴². No lugar do Estado de Bem Estar e da função do fundo público na correção da desigualdade e da pobreza, o Estado, na proposta reacionária, deveria, no melhor dos casos, ser caritativo e assistencialista, quando não descambasse para a repressão direta (Ibidem, p. 46).

Não interessa aqui apresentar todo o argumento do livro, a intenção é dar destaque, como já mencionado, às contradições do “modo de produção social democrata”, forma social que emergiu, segundo Oliveira (1998), do misto entre lógica abstrata do capital e luta de classes e que parece ser, ao menos nos textos consultados, o ponto de chegada da crítica elaborada por Paulani, Fix, Royer e Rolnik. Isso quer dizer, que, em bases semelhantes, esse horizonte da crítica poderia se confrontar com as contradições já antecipadas por ele: queda das taxas de lucro; desenvolvimento desenfreado das forças produtivas nos limites estreitos da forma mercantil; revogação do trabalho e, obviamente, do valor, como substância social, critério de medida e fundamento do capital e do dinheiro; valor e anti-valor funcionando como pressuposto e resultado da produção de um capitalismo quase sem substância; internacionalismo do capital minando o desenvolvimento nacional e crise fiscal do Estado.

2.5 Os ajustes espaço-temporais para a tendência à superacumulação do capital

Desviando um pouco da questão sobre o Estado, o fundo público, a luta de classes e as possíveis contradições à realização de um projeto social desenvolvimentista no Brasil, esses últimos obstáculos que vieram à pauta com o antivalor de Oliveira, apresento, nas próximas linhas, o que entendo ser a base teórica comum das pesquisas de Fix, Paulani, Rolnik e Royer. Em certo sentido, alguns aspectos do projeto de transformação social voltados para um capitalismo produtivo e mais justo, ou desenvolvimentista, ao menos na atual conjuntura como “uma meta suficientemente ampla pela qual lutar (HARVEY, 2012, p. 168)”, também é outro ponto de identidade entre os textos anteriores e David Harvey, que apresentarei abaixo; nesse viés de leitura marxista da luta política, podemos encontrar um terreno comum inclusive entre esse último autor e a concepção de Oliveira (1998). Todavia, não desconsidero que as pesquisas das autoras até então citadas tenham outras referências teóricas, mas parece-me que a obra de David Harvey, especialmente o seu livro “O Novo Imperialismo”, está entre os principais

¹⁴² Para Oliveira, o limite que o capital põe para si com o desenvolvimento das forças produtivas deveria ou ser controlado pelo aparato público ou pelo término da revolução iniciada na sua derradeira forma socialista, que liberaria a potencia das inovações das amarras do capital. Nas suas palavras, “essa voracidade não pode ser deixada entregue a si mesma, sem controles públicos, sob pena de transformar-se numa tormenta selvagem na qual sucumbiram juntos a democracia e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos (1998, p. 47)”.

pressupostos para elas explicarem a atual reprodução do capital na forma cíclica de acumulação e crise, em que o processo de acumulação por espoliação determina esse movimento, sobretudo, a partir dos anos 1970.

Do mesmo modo como sintetizei as autoras e o autor acima, dando relevo ao que acredito serem os elementos centrais de suas discussões e que serão debatidos apenas no próximo capítulo, faço o mesmo com David Harvey, porém, no primeiro dos dois livros que abordo, me atenho à dinâmica histórica do capital – acumulação, crise e resolução - e a sua relação com a estrutura espacial, deixando para a última parte desta tese o problema da gênese das contradições e da crise, assim como o aprofundamento no tema do capital financeiro e fictício; no segundo livro, por ser menos lógico e mais histórico, a questão espacial surge interligada com o capital financeiro e as origens da crise para tornar compreensível a nova fase de resolução da superacumulação de capital. Procuro então reproduzir nas páginas abaixo, com base em dois livros de Harvey, a teoria da acumulação por espoliação e as formulações que a precedem sobre o ajuste espacial na superação das crises do capital.

A partir do livro “Os Limites do Capital”, resgato o processo de formação das estruturas espaciais em simultâneo e intrínsecas aos processos de acumulação de capital, descrevendo os elementos fundamentais dessa estrutura e a dinâmica constituinte dos territórios ou regiões geográficas, que são partes integrantes da própria expansão da produção capitalista. Nessa chave, a reprodução ampliada do capital é, ao mesmo tempo, a reprodução ampliada de uma geografia mundial de espaços desiguais, onde as contradições se formam e se resolvem sucessivamente. Coagidos pela competição ou sob o risco de desvalorização, os capitais e os territórios buscam novos espaços dentro dessa geografia para realizar o seu ajuste espacial e superar as suas contradições. As desvalorizações e destruições, todavia, sempre podem os assolar. Na falta de um “outro”, ou seja, de um espaço externo, isto é, fora ou não totalmente tomado pela lógica da acumulação, o capital volta-se sobre si e se canibaliza, executando a acumulação primitiva mediante a expropriação e a desvalorização nos seus próprios espaços. É uma geografia de catástrofes, onde a guerra tende a ser o seu ápice e que, ainda assim, guarda o germe de novos processos ascendentes de acumulação e criação de espaços. Nesse livro, Harvey concebe ter integrado “a geografia do desenvolvimento desigual” à teoria de Marx e de ter dado uma contribuição decisiva para explicar teoricamente os fenômenos do imperialismo, ao compreendê-lo como o ajuste espacial do capital. Nesse momento da obra, o crédito e o capital fictício são cruciais para dar vazão aos capitais excedentes e viabilizar os meios para a produção de novas geografias mediante o ambiente construído e a propriedade da terra, além

de definir a temporalidade da circulação do capital na estrutura espacial e na apropriação da renda.

No livro o “Novo Imperialismo”, Harvey elabora mais detidamente a face histórica do ajuste espacial (spatio-temporal fix) e a função das finanças e do capital fictício recebem destaque para explicar esse processo a partir dos anos 1970. Transcrevo desse livro o que vem a ser as “práticas predatórias” da acumulação por espoliação, que assumiu o “aspecto maior da lógica capitalista”. O Novo Imperialismo, como uma mistura de espoliação e reprodução ampliada - essa última sem a qual o capital não pode sobreviver, caso contrário os capitais fictícios investidos desaguariam em uma grande desvalorização - é a resposta para o esgotamento das soluções capitalistas anteriores. O resultado é um capitalismo muito pior que a sua fase anterior, daí Harvey propor algumas metas imediatas pelas quais lutar. Nesses trechos da síntese do autor, a referência interpretativa das pesquisas citada até aqui na tese deve ficar explícita, apesar de só no próximo capítulo serem discutidas.

Para começar a apresentação do autor, uma pergunta levantada por Harvey: Como o capitalismo sobreviveu às crises? Não faltaram “sinistras previsões” daqueles que “tanto da esquerda como da direita apostavam na “sua queda iminente”. A sobrevivência do capitalismo “é um mistério que requer esclarecimento”, afirma Harvey¹⁴³ (2012, p. 76). Em elaboração a mais de 20 anos, a teoria da “ordenação espaçotemporal” é a sua resposta para o mistério. No livro “O Novo Imperialismo”, se comparado aos “Os Limites do Capital”, ele oferece um atalho para a compreensão desse mistério com uma síntese daquela teoria. Assim, no próximo parágrafo, parafraseio a resposta do primeiro livro e antecipo a solução do mistério para, depois, seguir com a formulação e elaboração mais longa da questão no segundo livro.

O cerne desse pensamento da “ordenação espaçotemporal” baseia-se na ideia de que as crises, manifestas como excedentes de capital nas suas múltiplas formas e de trabalho sem a possibilidade de serem empregados com lucro, derivam de uma “tendência capitalista crônica [...] de produzir [...] sobreacumulação (HARVEY, 2012, p. 78)”. Harvey admite que essa tendência é “[...] uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx (Ibidem, p. 78)¹⁴⁴”, a qual abordaremos mais tarde. Para evitar a desvalorização ou a destruição desses excedentes em um dado sistema territorial, as ordenações espaçotemporais constituem

¹⁴³ Na busca por resolver esse mistério, Harvey cita Henry Lefebvre, o qual teria respondido que o modo de produção capitalista se reproduz mediante a produção do espaço. Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin, por outras razões e argumentos, teriam encontrado no imperialismo a resposta para o mistério, embora tal solução fosse finita e com contradições terminais.

¹⁴⁴ Nesse livro, o autor não desenvolve essa derivação e nem a própria teoria da qual derivou, mas faz isso em outra obra que será apresentada mais à frente.

uma potência de absorção, portanto, resolvem periodicamente a contradição do capitalismo atuando através de três fatores:

[...] (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (MARX, 2012, p. 93-4).

2.5.1 Acumulação de capital e formação da região

Entre os recursos explicativos para demonstrar a relação da estrutura espacial do capitalismo com a teoria da acumulação e das crises de Marx, Harvey lança mão de um esquema regional autônomo de acumulação para em seguida relativizá-lo e desmontá-lo em sua independência a partir do funcionamento do capital mundial e das contradições que lhe são imanentes. A intenção do autor ao argumentar através desse modelo de desenvolvimento regional “fechado” e “coerente”, evidentemente “[...] inconsistente com o universalismo ao qual o capitalismo sempre aspira [...]” (2013, p. 527)”, é de tornar evidente os mecanismos que constituem e solapam a base territorial do capitalismo, demonstrando o oposto do que muitas vezes aparece como autonomia, equilíbrio, harmonia e coerência.

Nesse modelo, simultaneamente ao processo de acumulação de capital, que pressupõe uma série de requisitos – força de trabalho, capital fixo, constante, monetário, propriedade da terra, instituições físicas e sociais, etc. – para se efetivar em um determinado tempo e espaço, chamado por Harvey no livro “O Novo Imperialismo” de “processos moleculares de acumulação”, constitui-se uma “coerência territorial” ou “coerência estruturada”. Essa “coerência” envolve não apenas um padrão de produção, distribuição, troca, consumo e as infraestruturas físicas e sociais, mas incorpora toda uma série de elementos, tais como: atitudes, valores culturais, crenças, aspectos da vida cívica, sistemas de governo, especializações produtivas, combinações tecnológicas, alianças de classe e entre as classes, etc. “Os processos moleculares convergem, por assim dizer, na produção da ‘regionalidade’ (2012, p 88)”, uma lógica territorial do poder que pode variar de escala, indo desde a formação de regiões subnacionais até o nível supranacional - apesar das análises do autor privilegiarem o Estado-Nação. O caráter “difuso” e “poroso” existente nas fronteiras entre as regiões não impedem, portanto, a produção de uma “coerência” suficiente para distinguir uma “área geográfica” de todas as outras (2012, p. 89). No interior dessa configuração regional, a “estrutura de classes” e os “gêneros de aliança de classes” exercem influência direta ou indireta sobre o Estado,

determinando os rumos da dinâmica interna e das relações externas à região. Nesse esquema explicativo, a ideia de coerência territorial ou regionalidade pressupõe uma estrutura que se reproduz, ao menos temporariamente, em certa complementariedade e estabilidade¹⁴⁵.

2.5.2 Integração espacial: mobilidades do capital e da força de trabalho, aliança territorial e suas contradições

Ao longo da sua exposição, Harvey (2013) argumenta no sentido de uma geografia mundial do capital sem abandonar a ideia de que o processo de acumulação e crise ocorre nas configurações espaciais e regionais. Ele vai tensionar o modelo anterior apresentando a integração espacial como próprio da acumulação capitalista, bem como as contradições que surgem desse processo interno às regiões e na sua relação com os espaços externos junto às possibilidades de crise. A fuga dos capitais e do trabalho para fora da região está sempre à espreita, ao mesmo tempo em que ocorre a competição entre sistemas territoriais e os riscos de desvalorização são uma constante.

Ao invés do isolamento, a atividade produtiva em um espaço e tempo e a configuração espacial/regional em meio a qual ocorre desenvolvem-se simultaneamente e em inter-relação com outros processos produtivos e regiões, conformando divisões espaciais do trabalho. A troca de mercadorias entre diferentes localizações constitui o seu principal vínculo integrador, ou melhor, a integração espacial que é “[...] necessária para o valor se tornar a forma social do trabalho abstrato (2013, p. 479)”. Por outro lado, o valor só pode ser a base da produção social na medida em que a integração espacial esteja constituída como mercado mundial; um movimento de pressuposto e resultado¹⁴⁶.

A realização no mercado do conjunto dos trabalhos corporificados nas mercadorias, previamente materializados em determinado espaço e contendo determinado tempo, define o tempo social médio de trabalho necessário para a produção de cada mercadoria individual em

¹⁴⁵ “Para o mais-valor ser produzido e realizado dentro de uma região ‘fechada’, a tecnologia da produção, as estruturas de distribuição, os modos e formas de consumo, o valor, as quantidades e qualidades da força de trabalho, assim como todas as infraestruturas físicas e sociais necessárias, devem todos ser consistentes um em relação ao outro dentro dessa região. Para uma base estável para a acumulação ser mantida, cada mudança no processo de trabalho teria de ser correspondida por mudanças na distribuição, no consumo etc. Cada região tenderia a desenvolver uma lei de valor para si mesma, associada a padrões de vida materiais particulares, formas de processo de trabalhos, arranjos institucionais e infraestruturais etc. (HARVEY, 2013, p. 527)”.

¹⁴⁶ “Provavelmente foi isso que Marx tinha em mente quando escreveu: ‘A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro e, por conseguinte, o *trabalho abstrato*, se desenvolvem na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade de diferentes modos de trabalho abarcando o mercado mundial. A produção capitalista se baseia no *valor* ou na transformação do trabalho incorporado no produto em trabalho social. Mas isso só é possível tendo por base o comércio exterior e o mercado mundial. E é, ao mesmo tempo, a precondição e o resultado da produção capitalista’ (HARVEY, 2013, p. 479-80)”. Trecho retirado por Harvey do livro “Teorias da Mais-Valia, de Marx.

sua espécie, que retroage sobre os processos particulares de produção em cada espaço validando ou não o tempo de trabalho incorporado nas mercadorias, que podem estar dentro ou fora do tempo necessário e, portanto, determina quais configurações espaciais/regionais e condições concretas de trabalho sobrevivem na concorrência. O malogro é sempre uma possibilidade e a desvalorização imposta atinge um tempo e lugar específicos.

A integração espacial unificadora dos lugares através do mercado funciona efetivamente junto com as mobilidades geográficas do capital e do trabalho. A fluidez que deve assumir seja qual for a forma do valor e da força de trabalho está circunscrita e destinada a cumprir os objetivos da acumulação. Apesar disso, quanto maior a integração espacial conquistada com as mobilidades, cresce igualmente as contradições que tendem a inibi-la.

No caso das mercadorias em geral é preciso que o seu deslocamento seja rápido e eficiente, conforme os custos socialmente necessários ou custo médio para levar as mercadorias ao mercado. Os custos de transporte entram nos custos de produção das mercadorias, de modo que o seu preço final pode aumentar a competitividade ou inibir a produção em certos lugares. Um sistema de transporte integrado, eficiente, garantindo regularidade e confiabilidade, reduz os estoques e a rotação do capital, liberando mais capital para a acumulação. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas no sistema de transportes e comunicações deve acompanhar as revoluções tecnológicas dos outros setores, que aumentam o volume das mercadorias produzidas. A redução dos custos e do tempo da mobilidade da mercadoria altera constantemente as relações entre os espaços e na produção de valor. Lugares distantes, antes parcialmente integrados ou às margens do controle do “valor como uma média social”, podem ser integrados na rede de troca e desenvolver seu sistema de produção e acumulação, fornecendo, por exemplo, matérias-primas e força de trabalho a baixo custo. A “expansão da contração dessa rede” pode desencadear desvalorizações em alguns lugares, ascensão do capitalismo em outras e interferir diretamente na composição de valor das mercadorias e nos seus custos de produção.

Os sistemas de acumulação locais, frequentemente reposicionados no conjunto das regiões, sofrem com a intensificação dos ataques competitivos entre os lugares e a desvalorização do capital nas diversas formas. A conquista da integração espacial traz consigo o inevitável acirramento da competição, mas não é só desse resultado que advém os riscos, a própria estruturação eficiente da mobilidade cria consigo outro problema. Com o progresso da acumulação, elevaram-se os volumes de capital que se deslocaram para a produção dos meios de transporte e de comunicação com vistas à superação das barreiras à circulação das mercadorias e que, por outro lado, formaram novas barreiras decorrentes da necessidade da

circulação do valor ter de estar restrita para realizar o capital fixo imobilizado como infraestrutura, restringindo a expansão do valor em geral e as inovações no setor.

Fortes desvalorizações e reestruturações dentro do sistema de transporte, com tudo o que isso direciona para a moldagem de configurações espaciais e dos níveis de integração espacial, tornam-se inevitáveis. Esta é a principal contradição que modifica e circunscribe a mobilidade do capital na forma de mercadoria (HARVEY, 2013, p. 485).

A mobilidade do trabalhador, determinada pela acumulação do capital, também é marcada por contradição. A mobilidade geográfica da força de trabalho, a versatilidade e a indiferença do trabalhador em relação ao conteúdo do seu trabalho são condições necessárias para a acumulação e, uma vez atingidos, permitem adotar novos processos de trabalho e explorar as vantagens das melhores localizações. Contudo, essa mobilidade pode ser suspensa para manter um exército industrial de reserva, consolidar e segmentar os mercados de trabalho como meio de controle social, fomentar a qualificação da força de trabalho, etc. Muitas vezes as demandas particulares dos capitalistas contrapõem-se às exigências gerais da acumulação. “Tais impulsos contraditórios, que normalmente derivam das contradições internas do capitalismo, geram influências mitigadoras à mobilidade geográfica da força de trabalho, independentemente da vontade dos próprios trabalhadores (HARVEY, 2013, p. 490)”.

No que concerne à mobilidade do capital monetário, as diferentes formas do dinheiro – barras de ouro, crédito, cédulas, moedas, etc. – são movimentadas com distintos níveis de facilidade e segurança, sendo o crédito o mais móvel de todos. Limitado fisicamente apenas pelos sistemas de comunicações, a abrangência mundial e a sua rapidez podem integrar e coordenar a produção e a troca sem os limites espaciais. A sua potência, contudo, só pode operar apoiada nas diferentes moedas locais, cuja qualidade depende “da posição no câmbio exterior, das reservas de ouro, das políticas do banco central e condições semelhantes”, ou seja, dispositivos nacionais garantidos pelo Estado e vinculados aos processos de acumulação intrafronteiras. Na crise, cada Estado-Nação procura defender a sua base monetária através do aumento da produção de valor ou da sua apropriação no estrangeiro, competindo pelos fluxos de capital (Ibidem, p. 492-4).

Mas toda a lógica agora se volta contra si mesma. Para proteger a base monetária que constitui a base do dinheiro de crédito – a forma mais móvel do capital –, pode-se tornar necessário restringir a mobilidade espacial do capital em geral! Tal situação é inerentemente instável e contraditória. E a instabilidade gera incerteza e mais atitude defensiva por parte das autoridades monetárias em diferentes Estados-nação (HARVEY, 2013, p. 494).

As mobilidades do capital e do trabalho necessárias para a produção e a circulação do valor, assim como para a integração espacial, estão em permanente tensão com as barreiras que as impedem de seguir o seu curso. Quando não há empecilhos ao livre fluxo, forças contrárias podem ser empregadas para estancar a face disruptiva da mobilidade e da integração para

viabilizar a acumulação ou proteger da desvalorização os sistemas regionais que a própria mobilidade e a integração outrora criaram.

Nesse cenário, as alianças territoriais de classes, nas múltiplas formas que podem assumir, buscam proteger e promover os interesses em certo espaço e impedir a desvalorização local. As infraestruturas sociais e físicas resultantes da necessidade de parte do capital social ser imobilizado para proporcionar ao restante do capital e da força de trabalho maior flexibilidade de movimento, às quais são parte de um complexo maior, o ambiente construído, a ser tratado à frente, constituem a base material das alianças territoriais interclasses. Certamente, esse núcleo material deve ser protegido dos riscos da desvalorização. Assim, as alianças e a coerência territorial e regional sustentada por elas surgem da necessidade da mais-valia ser produzida e realizada em um determinado tempo, sendo que para isso precisa ser produzida e realizada em determinado espaço.

Essas mesmas alianças que são reativas e estabilizadoras, conduzem também à competição interespacial/inter-regional, buscando captar e reter os benefícios da circulação do capital ou, em tempos de crise, impingir a outro espaço o peso da desvalorização. Vê-se por quais fins crescem as ideias sobre a harmonia da comunidade e da solidariedade, assim como as bases materiais e objetivas em que assentam. Todavia, a própria coalizão, embora muitas vezes duradoura, é repleta de tensões, que variam de acordo com as possibilidades e comprometimentos de cada participante, por isso a estabilidade e a coerência das alianças de base territorial estão sempre ameaçadas.

Na tentativa de aliviar e conter as contradições crescentes desse cenário, descritas por Harvey como sendo entre a fixação e o movimento na circulação do capital, a concentração e a dispersão, o compromisso local e os interesses globais, são criados e recriados arranjos institucionais transversais, tanto públicos como privados, ao longo da história do capitalismo. As estruturas hierárquicas de arranjos que se erguem daí também são tomadas pelas lutas entre as classes ou por suas frações e pelas crises, o que as leva às constantes transformações para readequá-las aos novos processos de acumulação.

2.5.3 O capital fixo e o ambiente construído

A base material em torno da qual as alianças territoriais são forjadas é teorizada por Harvey a partir da categoria de capital fixo¹⁴⁷ e mereceu um longo escrutínio na obra do autor, pois a sua produção como ambiente construído em novas geografias ou regiões de acumulação é parte importante da teoria que ele desenvolve sobre a gênese e a resolução das crises do capital. Para entender esse aspecto da sua obra é preciso ter em mente as intrincadas relações espaciais e de longo prazo estabelecidas na formação e reprodução do ambiente construído, bem como a qualidade específica dessa fração do capital, que exige certa estabilidade no processo de acumulação e grandes investimentos de capital e trabalho. A seguir, cito um trecho no qual o autor define o seu conceito de ambiente construído:

(...) funciona como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo. Do ponto de vista da produção, esses valores de uso podem ser tanto considerados condições gerais para a produção quanto forças diretas da produção. Então, temos de lidar com ‘melhorias incorporadas no solo, aquedutos, edificações; e, em grande parte, a própria maquinaria, uma vez que ela, para exercer sua atividade, precisa ser fisicamente fixada; ferrovias; em suma, toda forma em que o produto da indústria é preso à superfície da terra’. O ambiente construído para o consumo e a troca não é menos heterogêneo.

O ambiente construído compreende toda uma série de elementos diversos: fábricas, represas, escritórios, lojas, armazéns, rodovias, ferrovias, docas, usinas hidrelétricas, sistemas de suprimento de água e tratamento de esgoto, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes – a lista é infinita. Muitos elementos – igrejas, casas, sistemas de drenagem etc. – são legados de atividades realizadas em relações de produção não capitalistas. A qualquer momento o ambiente construído aparece como um palimpsesto de paisagens moldadas segundo os ditames de diferentes modos de produção em diferentes estágios do seu desenvolvimento histórico. Nas relações sociais do capitalismo, no entanto, todos os elementos assumem a forma de mercadoria (HARVEY, 2013, p. 315).

O valor nessa forma material de existência não pode ser movido sem a destruição do trabalho ali cristalizado, mas apesar de não circular fisicamente a sua reprodução não se dá isoladamente, o ambiente construído está inserido em uma série de inter-relações das quais participa ativamente. De acordo com o autor, essa mercadoria tem uma natureza geográfica

¹⁴⁷ “O conceito de capital fixo é amplo e não se restringe apenas às máquinas, abarcando investimentos de larga escala e grande durabilidade – represas, pontes, estações hidrelétricas, navios, portos, ferrovias, etc. Nessa forma, o capital pode ser dividido também segundo a sua função, seja como parte de um processo de produção fechado, imediato, ou circulando de modo autônomo – canais, ferrovias, aquedutos, estradas, capitais incorporados à terra etc. -, conformando as condições gerais da produção. Essa última, normalmente propriedade à parte do produtor capitalista, como parte do negócio de outro capitalista ou grupos de investidores, ou ainda como propriedade do Estado, circula na forma de um empréstimo, [...] ele funciona como um equivalente material do capital monetário (HARVEY, 2013, p. 309)”, que recupera paulatinamente o valor principal investido e o mais-valor na forma de juros. Após a apresentação das características, dos diferentes tipos e funções do capital fixo, Harvey chega à concepção de um ambiente construído.

“ordenada, complexa e composta¹⁴⁸”. A sua localização é fundamental, seja para realizar-se economicamente ou manter coerência com as demais atividades sob o capitalismo, além disso, por essa lógica, a sua construção em determinado local deve gerar efeitos diferenciais sobre a localidade e, conseqüentemente, na apropriação da renda da terra¹⁴⁹. Com efeito, o seu valor de uso e de troca¹⁵⁰ só são realizados na relação com os outros elementos do ambiente construído e dependem imediatamente da acumulação local (HARVEY, 2013, p. 314-6).

A produção do capital fixo em geral, mormente a sua fração como ambiente construído, constitui-se de maiores volumes de trabalho e realiza-se por tempo mais longo quando comparado com os outros elementos do capital constante. Diante destas características, as condições históricas e sociais para a sua formação são o aumento da produtividade e a produção de excedentes relativos¹⁵¹, que podem ser obtidos via acumulação primitiva – apropriação de instrumentos de trabalho e meios de produção por meio da expropriação dos trabalhadores – ou a superacumulação periódica do capital.

Em outro ponto do seu livro, no qual Harvey pretende explorar a relação de necessidade entre o capital fixo, em especial o ambiente construído, e o capital a juros, ele argumenta que com o progresso da acumulação e o crescimento da escala, da quantidade e da durabilidade do

¹⁴⁸ “A produção, disposição, manutenção, renovação e transformação dessa mercadoria implica sérios dilemas. A produção de elementos individuais – casas, fábricas, lojas, escolas, rodovias, etc. – tem de ser coordenada, tanto no tempo como no espaço, de maneira a permitir que a mercadoria composta assuma uma configuração apropriada. Os mercados fundiários servem para alocar terra aos usos, mas o capital financeiro e o Estado (principalmente mediante a interferência na regulação e no planejamento do uso da terra) também atuam como coordenadores. Também surgem problemas porque os diferentes elementos têm diferentes tempos de vida física e se desgastam em velocidades diferentes. A depreciação econômica, particularmente de elementos que funcionam como forças produtivas para o capital, também desempenha o seu papel. Mas como a utilidade dos elementos individuais depende, em grande parte, da utilidade dos elementos circundantes, padrões complexos de depreciação e apreciação (com ramificações para as relações de valor) são acionados por atos individuais de renovação, reposição ou transformação. Os efeitos de ‘repercussão’ das decisões de investimentos individuais são localizados no espaço. Similarmente, o desinvestimento em uma parte do ambiente construído pode depreciar os valores das propriedades adjacentes (HARVEY, 2013, p. 316)”.

¹⁴⁹ “Se as coisas não fossem assim, o capital não poderia se estabelecer (com todas as suas contradições) na paisagem física de uma maneira que em geral apoia a acumulação – o ambiente construído que o capital requer para a produção, a troca e o consumo não poderia ser influenciado nos interesses do capital (HARVEY, 2013, p. 317)”.

¹⁵⁰ Na condição de ser uma parcela do espaço, o valor de troca do ambiente construído mantém constante interação com as frações públicas e privadas que o compõe, por isso é possível que uma mercadoria deste ambiente tenha preço mesmo depois do seu valor já ter sido realizado, sendo esse preço constituído pela capitalização de um arrendamento (terra+acessórios) a uma taxa de juros vigente, de sorte que dois tipos de preços podem ser formados, os derivados dos preços de produção ou aqueles resultantes da renda capitalizada. Apesar das possibilidades de auferir vultosos ganhos, a expectativa de resultados futuros com o mercado de terras, imóveis ou demais mercadorias espaciais pode não se realizar, redundando em prejuízos de mesma proporção quanto ao que se esperava ganhar. Essa contradição remete aos problemas específicos da formação, reprodução e circulação do capital fixo.

¹⁵¹ “Além disso, essas ‘população excedente e produção excedente relativas’ devem ser ainda maiores se o capital fixo for de larga escala, longa vida e apenas indiretamente relacionado à produção – ‘ou seja, mais para construir ferrovias, canais, aquedutos, telégrafos etc. que para produzir maquinaria’ (HARVEY, 2013, p. 296)”.

capital na forma fixa, o montante de dinheiro a ser adiantado e que se repete também para os bens públicos implementados pelo Estado ou na compra de algumas mercadorias de longa duração – como os automóveis e as residências - torna imprescindível o sistema de crédito. Para facilitar a exposição do argumento de Harvey, separo aqui os dois momentos da sua obra.

2.5.3.1 O capital fixo e o ambiente construído como saídas temporárias para a superacumulação de capital

No primeiro momento do livro, no qual o autor teoriza sobre o capital fixo, a transformação dos excedentes – trabalho, mercadorias, capacidade produtivas e dinheiro - nessa forma fixa dá vazão para a superacumulação e funciona como uma solução deste problema, “(...) na verdade, (...) as contradições da acumulação produzem as precondições necessárias para a formação de capital fixo em uma base periódica (p. 298)”. Assim, não só os problemas são sanados como esses investimentos constituem uma força imprescindível para o próprio processo de acumulação, corporificando as revoluções nas forças produtivas e as condições para a produção e a circulação, logo, o reparo da superacumulação eleva as capacidades da acumulação a renovados estágios. Enquanto o capital fixo proporcionar um alívio para a superacumulação e funcionar também como uma “alavanca poderosa para a acumulação” seu uso deve exigir o comprometimento de longo prazo do trabalho e dos capitalistas, sendo que quanto maior o investimento nesta forma fixa, mais a produção e o consumo precisam se restringir em determinada atividade ou espaço até a realização do seu valor.

Todavia, ainda que não houvesse impedimentos para o livre deslocamento de capital excedente dos diversos setores em direção à produção de capital fixo e volumes cada vez maiores pudessem ser transferidos com esse destino, a saída seria temporária, de curto prazo. Outras contradições florescem do que parecia estabilizar os desequilíbrios. O aumento da produtividade do trabalho agrava o problema da superacumulação no longo prazo e a ociosidade do capital fixo daí decorrente o condena à desvalorização¹⁵². O que é alterado, então, com isso, é “(...) o momento e o ritmo da formação e da resolução da crise (...) agora profundamente afetados pelo processo de circulação do próprio capital fixo (HARVEY, 2013, p. 299)”. O entrave pode surgir também em razão do seu engessamento de longo prazo, pois o capital perde flexibilidade de alocação e capacidade de inovação, com isso as “revoluções eternas” nas forças

¹⁵² Por outro lado, a desvalorização também tem uma função positiva em relação a acumulação, como na estabilização da composição de valor do capital ao longo de crises parciais ou gerais, por isso Harvey demonstrar a função particular da superacumulação e da desvalorização para a circulação no capital fixo.

produtivas podem não só acarretar em desproporcionalidade entre os setores da economia, mas, sobretudo, levar à desvalorização do capital fixo, como já tratado acima. Daí a busca por controlar a velocidade da mudança tecnológica – monopólios, patentes, etc. Isso significa que o tempo de vida útil física do capital fixo não corresponde à vida útil econômica, pautada no valor de uso para a criação de mais-valor em um contexto dinâmico¹⁵³.

2.5.3.2 O capital fictício, o ambiente construído e as crises especulativas

No segundo momento do seu livro em que trata do capital fixo e do ambiente construído, Harvey integra-os ao sistema de crédito. O adiantamento do capital portador de juros para a produção do capital fixo baseia-se nas expectativas sobre o trabalho futuro a ser comprometido em um valor de uso específico. Essa antecipação é rodeada de incertezas quanto a realização futura do valor e não é de antemão lastreada no valor de qualquer mercadoria ou de troca de produtos, portanto, trata-se, na definição do autor, de uma forma de capital fictício. Nas suas palavras:

A categoria de ‘capital fictício’ é um fato implícito quando o crédito é ampliado previamente, em antecipação ao trabalho futuro como um contravalor. Isso permite um deslocamento suave do capital circulante superacumulado para a formação de capital fixo – um processo que, em curto prazo, pode disfarçar inteiramente a aparência das crises (2013, p. 352-3).

Só com o florescimento dessa forma fictícia de capital os elevados volumes de investimentos que o capital fixo exige pode ser proporcionado, ao passo que através dela o sistema de crédito pode apoiar a transformação do capital excedente em fixo e suportar as pressões – longo prazo de rotação - do aumento da circulação do capital nesta forma¹⁵⁴. Se é

¹⁵³ “Por isso, a vida econômica de uma máquina não pode ser previamente conhecida, pois depende de mudanças no desenho e no custo da máquina, na velocidade e nas formas gerais da mudança tecnológica, nas condições que afetam a taxa de exploração da força de trabalho (o fluxo e refluxo do exército industrial de reserva, por exemplo), nos diferenciais da taxa de lucro com o uso de diferentes tecnologias (...) O tempo de vida útil das máquinas, sendo uma determinação social, é, na melhor das hipóteses, variável e, na pior, muito imprevisível (HARVEY, 2013, p. 290-1)”.

¹⁵⁴ Para Harvey, o crédito pode ter também a função de coordenar os fluxos dotados de ritmos distintos entre o capital circulante e o capital fixo, além de redirecionar os excedentes de capital e de população para a formação de capital fixo e criar demanda para outros setores. Nesse caso, “Nós observamos (...) a dificuldade potencial que surge quando o capital circulante superacumulado tem de ser transformado em circulação de capital fixo. O capital monetário ocioso de, digamos, fabricantes de calçados pode ser desviado via o sistema de crédito e colocado para trabalhar com trabalhadores desempregados para construir, por exemplo uma ferrovia. Mas isso deixa intocadas a capacidade produtiva excedente e as mercadorias excedentes de propriedade dos fabricantes de sapatos. Através da criação de valores monetários equivalentes aos excedentes de sapatos é à capacidade ociosa, e colocando esse dinheiro em circulação como capital na construção de ferrovias, o capital pode na verdade ser deslocado de uma esfera para outra. (...) A expectativa, evidentemente, é que o emprego expandido na construção de ferrovias aumenta a demanda por sapatos de modo a eliminar os estoques excedentes e fazer a capacidade produtiva ociosa voltar a trabalhar. Nesse caso, o capital fictício avançado é subsequentemente realizado na forma de valor real (2013, p. 352)”.

certo que o capital fictício pode delimitar o que lhe pertence no futuro e funciona pautado nessa expectativa, “[...] a criação de valores fictícios antes da produção e realização real da mercadoria é sempre um negócio arriscado”, pois depende, para ser bem sucedido, da competição, mudança tecnológica, taxa de exploração, dinâmica geral da acumulação e superacumulação. “O sistema de crédito torna-se a última palavra da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz”. Com o tempo, o trabalho empregado pode não ter sido efetivado como deveria ou não ser realizado na circulação, enquanto as dívidas, que inclusive podem circular como títulos no mercado financeiro e gerar negócios independentemente dos resultados a que se referem, mostram “A lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito” e o valor realizado de fato. “É montado o palco para as crises dentro do sistema de crédito (HARVEY, 2013, p. 352-3)”. Não obstante o risco, o crédito deve ser adiantado constantemente para a formação do capital fixo, sendo assim, a produção do ambiente construído torna-se um campo profícuo para a absorção de capital e as contradições do capital monetário fictício, a serem abordadas mais à frente, o que impõe uma estrutura espacial e temporal determinada pelo capital portador de juros.

Assim sendo, na produção do ambiente construído “a circulação do capital que rende juros desempenha um papel hegemônico”. Sob as coerções da dívida, o sistema de crédito exerce poder sobre todas as frações de classes que atuam na produção e realização dessa mercadoria e sobre o Estado. Os juros estabelecem uma disciplina comum para todas as formas de capital, afirma Harvey (2013, p. 520). Ademais, “Os horizontes temporais e geográficos” são reduzidos à métrica da taxa de juros, que representa o valor em movimento. A depender dessa taxa, “os horizontes temporais e geográficos do fluxo de capital pulsam para fora ou se contraem” (Ibidem, p. 504-5). Se a taxa de juros cai, os capitalistas são obrigados a explorar alguma fronteira geográfica ou a investir em empreendimentos de longo prazo, no caso oposto, os horizontes temporais e espaciais se contraem.

Nessa linha, o autor percebe que a temporalidade que corresponde à formação e ao uso do capital fixo e do ambiente construído e que extrapola os seus limites e atinge a circulação do capital como um todo, ao circunscreve-la em dado espaço para que esse não se desvalorize, não pode ser encontrada na natureza dessa fração espacial do capital. Isso porque “O processo de circulação do capital fixo não estabelece uma escala de tempo absoluta contra a qual a acumulação pode ser medida (HARVEY, 2013, p. 318)”, ao parâmetro da decadência física dos materiais é adicionado a intensidade do uso, sendo que o de vida econômica se contrapõe ao primeiro. Assim, a métrica temporal “(...) se transforma em uma reflexão da intensidade geral da produção de mais-valor dentro do processo de trabalho. (...) O esforço no sentido do mais-

valor relativo promove, assim, uma constante remodelagem da temporalidade do trabalho social e da vida social (Ibidem, p. 319)”. Ademais, a definição desse ritmo temporal geral depara-se com a multiplicidade de tempos de circulação em potencial, decorrente da igual diversidade de tipos e funções dos capitais. “O sistema parece direcionado para uma total incoerência – a menos que possamos rastrear uma força unificadora única que coloque a sua marca nos processos temporais como um todo. A ideia central que emerge do estudo da formação do capital fixo é que a taxa de juros desempenha exatamente essa função (Ibidem, p. 320)”. A ironia aqui, afirma Harvey, é que a circulação do capital através do capital fixo é regulada pelo capital monetário em sua forma pura e mais fluida, de modo que ao se descobrir o que regula a taxa de juros revela-se igualmente o segredo do tempo de rotação socialmente necessário.

Na forma fixa, como já tratado acima, o valor está aprisionado como valor de uso submetido a uma forma específica de produção e de tecnologia, por isso deve confinar o desenvolvimento capitalista futuro e restringir as transformações tecnológicas. O capital fictício intensifica essas restrições, pois procura controlar o trabalho futuro para que o valor se realize e estabelece uma métrica temporal para a circulação do capital. A forma “mais fluida” do capital como crédito se metamorfoseia na forma “mais fixa” e, nessa forma aprisionada e não “instantaneamente maleável”, o capital fixo se transforma em uma barreira que o capital encontra em sua própria natureza, escreve Harvey citando Marx. Essas contradições podem ser resolvidas de duas maneiras, argumenta o autor, seja no decorrer de uma crise, reestruturando a produção de valor em uma dada configuração espacial, ou sendo deslocada para o âmbito financeiro, “[...] onde proporcionam os ingredientes para a formação de uma crise de um tipo diferente e com frequência mais profundo (HARVEY, 2013, p. 320)”.

Ao teorizar sobre o capital fixo e o ambiente construído, Harvey procura demonstrar o que, segundo ele, Marx tinha em mente nos seus estudos acerca dessa fração do capital: a “Circulação do capital fixo torna-se enredada na malha de forças contraditórias associadas à mudança tecnológica, ao desequilíbrio, à formação de crise, à superacumulação e à desvalorização (2013, p. 302)”. Preso às contradições, o capital fixo e a sua forma de ambiente construído em uma certa configuração espacial são determinados pelo capital excedente na forma de crédito e capital fictício, que impõem uma estrutura espacial e temporal por meio das quais as tensões se movem, alterando fundamentalmente “Toda manifestação material e o ritmo temporal da formação de crise [...] (Ibidem, p. 303)”.

2.5.4 A Moderna propriedade capitalista em sua forma pura

A produção das configurações espaciais/regionais até aqui discutidas e do ambiente construído como saída para os capitais superacumulados depende da propriedade privada da terra para se conformarem, mais especificamente da sua forma mais desenvolvida, chamada por Harvey de forma “ideal” ou “pura”. Isso significa que a terra deve ser livremente negociada – desimpedida de qualquer entrave legal, econômico ou social - e alocada às atividades que paguem a maior renda ou a quem pagar o maior preço de compra, ou seja, a terra deve ser tratada como um mero bem financeiro destinada a gerar rentabilidade.

Essa forma da propriedade territorial capitalista não foi generalizada de imediato, ela resultou de um longo processo histórico e particular de transição, a depender de onde ocorreu¹⁵⁵. Em um primeiro momento da análise de Harvey, o ponto de inflexão para que a terra fosse tomada como um mero bem financeiro, destinada a gerar rentabilidade tal qual outros investimentos, é dado pela necessidade do capital subsumir realmente o trabalho na terra, ou seja, mediante o incremento das forças produtivas e da extração da mais-valia relativa. De acordo com o autor, “[...] a única maneira de isso poder ocorrer é mediante a remoção completa do proprietário da terra de qualquer poder direto sobre o uso da terra, sobre a força de trabalho empregada nisso, e sobre o capital adiantado, em troca de um pagamento em dinheiro (HARVEY, 2013, p. 445)”. A forma da produção de valor a ser estabelecida deve romper com as formas intermediárias de produção, assentadas na mais-valia absoluta e na subsunção formal do capital, que “[...] tendem a inibir ‘o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, das formas sociais do trabalho, da concentração social do capital [...] e da progressiva aplicação da ciência (Ibidem, p. 445)’”.

Em outro momento da sua argumentação, Harvey afirma que um dos triunfos do capitalismo foi obrigar os donos de terras a desempenhar um papel positivo para a acumulação

¹⁵⁵ “O aumento da troca de mercadorias, a difusão das relações monetárias e o crescimento do sistema de crédito constituem condições contextuais favoráveis ao tratamento crescente da terra como um bem financeiro. O atrativo da terra como um investimento (sua segurança e também o prestígio tradicionalmente vinculado à sua posse) sempre a tornou vulnerável ao capital excedente. Quanto mais capital excedente existir (tanto em curto prazo, mediante a superacumulação, quanto em longo prazo), maior será a probabilidade de a terra ser absorvida na estrutura da circulação do capital em geral. O crescimento dos mercados hipotecários, a taxação da terra como um bem financeiro por parte do Estado (o que pressiona a monetização) e toda a história complexa da acumulação primitiva e da monetização das relações do feudalismo (da qual Marx apresenta um relato parcial nos *Grundrisse*) também desempenham seus respectivos papéis. Mas na análise final é provavelmente a necessidade de revolucionar as forças produtivas sobre a terra, de abrir a terra ao fluxo livre do capital, que obriga a redução do feudalismo à condição de um mero bem financeiro. Isso implica que as formas tradicionais da exploração rural (o mais-valor absoluto extraído do campesinato) não pode mais satisfazer as necessidades do capital em geral (a oferta de alimentos e matérias-primas) (HARVEY, 2013, p. 448-9)”.

como condição da sua sobrevivência. Como esses proprietários não estavam necessariamente dispostos a tratar a terra como mero bem financeiro e a dispendar o seu dinheiro acumulado como capital, “No fim das contas, o poder social do dinheiro estava destinado a dominar o poder social da terra”¹⁵⁶. No intuito de maximizar os seus ganhos monetários com os negócios envolvendo a terra, o comportamento do proprietário fundiário se aproximou dos interesses das demais personificações dos capitalistas, mas as características da sua mercadoria o levariam a uma identificação com o investidor que emprega o seu dinheiro para auferir juros. Desse modo, estava dado o acabamento final à propriedade sobre a terra e ao dinheiro por ele controlado. “Nesse processo, a parte da renda no mais-valor total produzido é [...] cada vez mais internalizada dentro da lógica que coloca a circulação do capital que rende juros entre as várias formas de capital fictício que surgem dentro do modo de produção capitalista (HARVEY, 2013, p. 470)”.

Nota-se que na sua forma verdadeiramente capitalista, de acordo com o autor, na qual as potencialidades da subsunção real do capital se desenvolvem e o poder social do dinheiro triunfa sobre o poder social da terra, a propriedade da terra se transforma em um ramo particular da circulação do capital que rende juros. E “Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário”. Os proprietários são enredados no sistema geral da circulação desse capital e nos seus riscos. “Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante”. Os proprietários fundiários tornam-se uma fração dos capitalistas monetários, que podem mudar o seu investimento para qualquer outro ativo financeiro gerador de receita futura. Nessa posição, eles também estão sujeitos às formas especulativas que ocorrem no sistema de crédito.

“A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro (HARVEY, 2013, p. 447-8)”.

¹⁵⁶ “O uso da terra para adquirir dinheiro vinha sendo durante muito tempo a meta dos segmentos mais dinâmicos dos proprietários fundiários, e no longo prazo isso significou a fusão dos proprietários fundiários com todos os tipos de arrendatários. Os proprietários fundiários perderam o seu papel autônomo e independente e foram necessariamente transformados em uma facção do próprio capital. As lutas históricas entre os proprietários fundiários e os industriais na Inglaterra do século XIX, e as lutas semelhantes que continuam havendo em muitas outras partes do mundo, têm de ser situadas em contraposição ao pano de fundo dessa transformação necessária que assimila a ambos dentro da estrutura da circulação do capital que rende juros (HARVEY, 2013, p. 470)”.

2.5.4.1 A função coordenadora da pura propriedade privada capitalista

A moderna propriedade fundiária, apesar de não estar isenta de contradições¹⁵⁷, é responsável pela alocação adequada do capital na terra e no espaço. A abertura da terra em campo aberto para a circulação do capital, destituída de outras formas de controle e barreiras que não o pagamento de renda, funciona igualando as taxas de lucro ao se apropriar do excedente sobre o lucro médio e impulsiona a competição entre os produtores, que tendem a desenvolver as forças produtivas e racionalizar a produção. A moderna propriedade é crucial para os saltos de produtividade da agricultura, o aumento da escala da produção, o equilíbrio da divisão do trabalho entre agricultura e indústria e do trabalho social entre os setores da agricultura. Quando os negócios com a terra não correspondem aos anseios por alta rentabilidade, “[...] a circulação do capital que rende juros promove atividades na terra que visam seus mais elevados e melhores usos, não simplesmente no presente, mas também prevendo a produção futura de mais-valor [...]”, portanto, coordena o uso da terra com vistas a maximização da produção de mais-valor, tanto quanto coordena a alocação de trabalho e a equiparação das taxas de lucro, como já mencionado. “Os proprietários de terra que tratam a terra como um simples bem financeiro desempenham exatamente essa tarefa. Eles coagem o capital (por meio de aumento das rendas, por exemplo) ou cooperam com ele para garantir a criação de rendas fundiárias mais elevadas (HARVEY, 2013, p. 472-3)”.

O êxito no ajuste das terras aos usos mais rentáveis significa que o capital fictício pôde circular livremente pelo mercado fundiário, na figura concorrencial dos proprietários de terras em busca da maior apropriação de renda futura, e determinar a configuração da estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, os espaços socioeconômicos da reprodução, da divisão do trabalho, a reestruturação geográfica, etc. Tal qual o capital fictício em geral, a circulação do capital a juros em títulos fundiários indica os caminhos para a futura acumulação, ao mesmo tempo em que reorganiza a configuração espacial de acordo com os seus imperativos (HARVEY, 2013, p. 476).

¹⁵⁷ Entre as possíveis influências negativas, Harvey considera: a barreira que a propriedade imobiliária constitui ao capital, que não pode usar as frações do espaço sem antes pagar o seu tributo; a elevação nos preços de mercado dos produtos – caso dos investimentos nos piores solos com produtividade decrescente -; a inibição a certos investimentos – ocasião em que os novos investimentos em bons solos tem produtividade decrescente, não reduzindo ou mantendo o preço de produção -; o entrave a redistribuição de valor social – renda absoluta -; a captação do valor produzido em outros ramos – casos da renda de monopólio; a precificação até mesmo dos solos não utilizados. Daí o autor concluir que “A apropriação da renda pode ser encarada alternadamente como socialmente necessária, totalmente deletéria ou um aspecto indiferente em relação à acumulação do capital (2013, p. 461)”.

2.5.4.2 As “formas insanas” do capital fictício na propriedade da terra e os limites da apropriação

O preço da mercadoria *sui generis* que é a terra capta, simultaneamente, afirma Harvey, o caráter temporal da acumulação, através dos movimentos da taxa de juros, e o caráter específico dos valores de uso materiais constituídos no espaço¹⁵⁸, integrando ambos os aspectos – temporal e espacial - em uma estrutura definida pela lei do valor. A realização desse preço mediante a extração de renda deve aprisionar o trabalho em determinada localização durante um período de tempo, delimitado pela taxa de juros (HARVEY, 2013, p. 476).

O “caráter anárquico” da competição entre os proprietários fundiários para auferir as maiores rendas e preços nos negócios com a terra pode pressionar a produção de valor a uma escala e intensidade, assim como levar a configurações geográficas, que são inconsistentes com a capacidade do capital de se valorizar nessas condições. “Consideradas em conjunto, as forças que moldam a geografia do capitalismo mediante o funcionamento dos mercados fundiários estão em risco eterno de se dissolverem em um pesadelo de incoerência e periódicas orgias de especulação (HARVEY, 2013, p. 475)”. No caso do investimento ser mal sucedido, a tão necessária abertura do mercado fundiário ao capital fictício deixa entrever que esse mecanismo de coordenação interiorizou as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, “Por isso, impõe tais contradições ao próprio cenário físico do próprio capitalismo (Ibidem, p. 476)”. A especulação necessária, como outros investimentos em apropriação, pode criar “formas insanas”¹⁵⁹ e distorções resultantes da própria função de coordenação da propriedade. O que era necessário à acumulação se transforma, periodicamente, em destruição para o capital. “O problema é impedir essa dissolução e ao mesmo tempo preservar o mercado fundiário como um dispositivo de coordenação básico¹⁶⁰ (Ibidem, p. 475)”. Essa tensão existente no âmago dos mercados fundiários deriva da ilusão de que padecem os seus operadores, isso porque, à

¹⁵⁸ Harvey argumenta que cada atividade tem um grau de sensibilidade diferente em relação aos atributos qualitativos do espaço e, por isso, competem entre si e com atividades distintas pelo seu uso. Daí o autor criticar Marx por não ter se aprofundado nesse aspecto da competição pelo uso do solo, segundo ele: “Marx se abstrai explicitamente desse processo, embora ele um tanto insensatamente arrisque a opinião (mais ou menos como um aparte) de que a renda de toda terra não agrícola ‘é regulada pela própria renda agrícola’. Ele deveria ter encarado as rendas como simultaneamente determinadas por muitas atividades concorrentes (2013, p. 441)”. Para Harvey, Marx contorna as dificuldades desviando da questão da localização e suas interações complexas com os diferenciais de fertilidade, concentrando-se apenas no último aspecto. Nesse raciocínio, ele também não trata dos constantes investimentos tanto em um quanto no outro, nem da competição entre as diferentes atividades gerando efeitos sobre o seu princípio teórico, que consiste no solo menos fértil como regulador.

¹⁵⁹ Expressão citada por Harvey dos Grundrisse de Marx.

¹⁶⁰ De acordo com Harvey, cabe a esse sistema social criar formas de regular e tornar menos destrutivo a coordenação da produção de valor mediante o mercado fundiário, sendo que para tanto o capital tem duas formas: pela monopolização, pelo capital financeiro, por exemplo, ou pelo controle do Estado.

semelhança dos demais especuladores com o capital a juros, acreditam que são produtores de valor. Segundo Harvey,

A apropriação da renda, por exemplo, estimula a ilusão fetichista de que a terra e até mesmo a localização são diretamente produtores de valor. Ilusões semelhantes cercam, os mercados imobiliários e a circulação da dívida do governo. Os capitais fictícios são, afinal, fictícios. A circulação dos títulos para reivindicações sobre o trabalho futuro é inerentemente especulativa. Todo o sistema de relações nos quais se baseia a produção das configurações espaciais no ambiente construído tende a facilitar e, ocasionalmente, exacerbar os surtos insanos de especulação aos quais o sistema de crédito é de todo modo propenso. Ao que parece, há algo perverso em tentar criar condições físicas favoráveis a acumulação dando rédea à *apropriação* de mais-valor por parte dos proprietários de terra, empresários, financistas e seus semelhantes (nenhum deles, com exceção dos construtores, organiza a produção real de mais-valor). Mais especificamente, isso traz a questão: quanta apropriação é apropriada? Não há resposta clara para isso e, mesmo que houvesse, não existiria garantia de que as forças em vigor no capitalismo pudessem chegar a alcançá-la. Surge daí a preocupação persistente de que demasiado capital pode circular na especulação de terra e na propriedade ‘improdutiva’, ou na dívida do Estado, à custa da produção real de mais-valor (2013, p. 506).

A existência desse exército de apropriadores, diz Harvey, deve ser tolerada porque a especulação nos mercados fundiário, imobiliário e na dívida do governo são males necessários. Se a especulação em demasia é prejudicial à produção real, o seu oposto, a redução excessiva da especulação, também é danoso. As transformações necessárias na configuração espacial do ambiente construído para a acumulação futura seriam restringidas.

A especulação desenfreada e a apropriação incontrolada, por maior que seja o seu custo para o capital e por mais destruidoras que possam ser para o trabalho, geram a excitação caótica da qual podem ser desenvolver novas configurações espaciais. As reestruturações especulativas atingidas em fases de crédito e expansão fáceis podem ser racionalizadas no decorrer das crises subsequentes. Ondas de especulação na criação de novas configurações espaciais são tão vitais para a sobrevivência do capitalismo quanto outras formas de especulação. E, dada a sua forma, não pode haver dúvida de que os processos que aqui consideramos podem todos muito facilmente adicionar sua contribuição para o apogeu de insanidade periodicamente manifestado dentro do sistema de crédito. A criação de configurações espaciais e da circulação do capital no ambiente construído é, podemos concluir, com segurança, um momento extremamente ativo nos processos gerais de formação e resolução da crise (HARVEY, 2013, p. 506).

2.5.5 Competição inter-regional, (des)equilíbrio espacial e o ciclo de desvalorização

Por trás das configurações espaciais, da mobilidade capitalista e dos “processos moleculares de acumulação” está a concorrência, que age coercitivamente sobre os capitais individuais e as formações territoriais impelindo-as a acumularem mediante constantes transformações na produção de valor e na estrutura espacial. Igualmente ao que desencadeia a corrida pelo desenvolvimento das forças produtivas no processo de produção, Harvey (2013) explica a dimensão espacial da competição através da busca por um lucro excedente sobre o lucro médio, porém, nesse caso a ser obtido em um dado espaço. As vantagens relativas de

localização para a produção se baseiam, em geral, na redução dos custos – do capital constante, variável, monetário, dos serviços de apoio, da terra, dos transportes para a demanda efetiva e produtiva - em um dado momento, levando os produtores a disputarem as localizações mais favoráveis para a acumulação. São os custos locais inferiores, quando confrontados com a média social, que permitem ao capitalista se apropriar de um lucro excedente, do mesmo modo como ocorre com a vantagem relativa que os produtores desfrutam quando fazem uso de uma tecnologia superior.

Para orientar o seu argumento a esse respeito e os possíveis desdobramentos, Harvey (2013) traça dois modelos simplificados¹⁶¹ a partir dos quais analisa a tensão entre equilíbrio e desequilíbrio espacial e os potenciais efeitos dessa contradição sobre o desenvolvimento das forças produtivas e a busca de diferenciais espaciais de lucratividade pelos capitais. Em suma, a livre mobilidade dos capitalistas para configurações espaciais que permitam maximizar as taxas de lucros individuais tende a equiparar as vantagens e os custos entre os lugares, logo, as próprias taxas de lucro seriam equalizadas, constituindo um equilíbrio espacial, que elimina a vantagem relativa das localizações e, por conseguinte, o excesso de lucro. Do contrário, se o excedente sobre o lucro médio se torna permanente, a renda da terra cuida de taxá-lo. Pressupondo essa situação de equilíbrio, nunca atingida sob o capitalismo, e um limite na oferta de força de trabalho, os capitalistas são impelidos ao uso de novas tecnologias que rompem o equilíbrio espacial e reativam a competição espacial de diversas maneiras¹⁶².

Decorrido algum tempo, o desequilíbrio tende a uma nova situação de equilíbrio que se erguerá em bases diferentes, uma vez que o investimento em novas forças produtivas mudará o

¹⁶¹ O primeiro modelo segue as seguintes premissas: livre concorrência; os capitalistas realizam todo o seu capital ao longo de um ano e podem mudar livremente de localização sem desvalorização; a competição ocorre num plano fechado, com tecnologias idênticas e produtos homogêneos; todos os capitalistas detêm as mesmas informações sobre as oportunidades de lucro. O segundo, adiciona a essas premissas um limite à oferta de força de trabalho e transformações nas forças produtivas.

¹⁶² Ele divide em quatro grandes grupos esse novo estado de coisas, que deve gerar inúmeros efeitos de interação até que outro “equilíbrio espacial” – equalização das taxas de lucro – seja restabelecido: “em primeiro lugar”, as tecnologias superiores podem ganhar mercado e obrigar os outros capitalistas a mudarem de localização ou a aderirem as inovações, assim caso as novas tecnologias permitam ganhos de escala e não reduzam o valor da força de trabalho o valor permanece constante e é redistribuído entre os capitais, se houver aumento da composição orgânica a taxa de lucro médio cairá - “Vemos aqui mais uma vez em ação o aspecto espacial da taxa de lucro decrescente (HARVEY, 2013, p. 498)” -, sendo que a solução para a estabilização da taxa de lucro é a eliminação de alguns competidores, desvalorizando frações do lugar; “em segundo lugar”, sem a estabilização da composição orgânica, a demanda por força de trabalho pode arrefecer e criar condições para a apropriação de mais-valia relativa pela queda nos salários, o mercado de bens salariais declina e os fornecedores de meios de produção estarão temporariamente em vantagem; “em terceiro lugar”, as novas necessidades em torno da força de trabalho (qualidade e quantidade) e dos capitais constantes (tipo de matéria-prima, mudanças técnicas) alteram o cálculo das vantagens locais relativas; “em quarto lugar”, as mudanças tecnológicas e organizacionais promovem uma tensão entre, de um lado, a concentração geográfica da produção e, de outro, a especialização e a dispersão territorial (Ibidem, p. 498-500).

cálculo de vantagem relativa da localização; as novas demandas da produção podem ser modificadas tanto quantitativa, quanto qualitativamente em relação à força de trabalho; a cisão entre projeto e execução pode dividir espacialmente fases antes integradas; a substituição de uma matéria-prima por outra pode oferecer vantagens a certos ramos produtivos ou regiões em detrimento de outros; as mudanças nas técnicas afetam a dependência de algumas condições espaciais. As transformações tecnológicas e organizacionais, com a crescente interdependência da divisão do trabalho, promovem a aglomeração nos centros urbanos, ao mesmo tempo em que a renovada divisão e interdependência social do trabalho e a criação de novos produtos estimulam a divisão territorial do trabalho e a dispersão geográfica. A tensão entre concentração geográfica, dispersão e especialização territorial deve ser entendida à luz do dinamismo tecnológico, seus efeitos criam novas formas de concorrência pelo sobrelucro de localização.

A conclusão geral a ser extraída de todos os pontos acima é que a busca por excesso de lucro mediante a mudança tecnológica não é independente da busca por excesso de lucro mediante a realocação. Na medida em que as oportunidades para excesso de lucro são eliminadas (por meio da mobilidade da produção ou da apropriação da renda), os capitalistas individuais são obrigados a buscar excessos de lucros mediante mudanças tecnológicas. Estas tipicamente criam novas aberturas para a aquisição de excessos de lucro a partir da localização. Em outras palavras, quanto mais a produção se aproxima de alguma condição de equilíbrio espacial (a equalização das taxas de lucro mediante as localizações, por exemplo), maior o incentivo competitivo para os capitalistas individuais perturbarem a base desse equilíbrio por intermédio da mudança tecnológica. E isso acontece independentemente de quaisquer outras forças – como mobilidade do trabalho ou mudanças no transporte – que também alterarão a base do equilíbrio espacial. Podemos concluir então que a competição promove simultaneamente mudanças nas configurações espaciais da produção, mudanças nas incorporações tecnológicas, a reestruturação das relações de valor e mudanças temporais na dinâmica geral da acumulação. O aspecto espacial da competição é um ingrediente ativo nessa mistura de forças voláteis. Na ausência de qualquer contenção das forças contrárias, a busca individual por excessos de lucro manteria a economia de espaço da produção capitalista em um estado que se assemelha a um jogo das cadeiras incoerente e frenético (HARVEY, 2013, p. 500-1).

O resultado lógico das “Revoluções no valor [...] estimuladas pela busca por mais-valor relativo mediante a mudança tecnológica ou mudanças de lugar” é a ruptura com os padrões tecnológicos e com as configurações espaciais anteriormente vigentes. “O efeito disso é desvalorizar os capitais empregados em tecnologias inferiores ou em localizações inferiores”. Mas essa não é uma característica excepcional, Harvey entende a desvalorização como “uma determinação social” que assola um lugar, setor ou capital individual quando não cumprem os desígnios da acumulação, enumerando uma série de situações nas quais espreita, pois “Elas são simplesmente parte do custo humano normal, do desgaste social, da acumulação mediante a competição”. Ademais, cumprem uma importante função ao racionalizar as estruturas da produção e as configurações espaciais, reestruturando uma região e abrindo novas oportunidades de lucro que, do contrário, estariam sujeitas à superacumulação. “O efeito total disso é que as desvalorizações específicas do local se tornam mais que apenas uma questão

aleatória e casual”. O fechamento de fábricas, perdas de emprego ou a capacidade ociosa das infraestruturas, sistematizadas por alguma aliança territorial de classes em certa configuração espacial são exemplos de ajustes na economia do espaço do capitalismo. Esse ciclo de “[...] contínua reestruturação das configurações espaciais por meio de revoluções no valor deve mais uma vez ser vista como uma característica normal do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2013, p. 537-8)”.

Harvey concebe que todas “as forças mitigadoras” da tendência ao equilíbrio espacial, incluindo o ciclo de desvalorização disseminado irregular e assincronicamente por entre as regiões, produzem um “estado de desequilíbrio crônico” que assume “[...] um papel potencialmente importante a desempenhar na protelação, limitação ou resolução das crises espaciais agregadas da acumulação”. Isso significa que a disseminação permanente, irregular, desigual e pontual da desvalorização e destruição para algumas frações do capital e da força de trabalho, associados com as “revoluções no valor” através das mudanças tecnológicas ou de lugar, reedificam as condições para renovados processos de acumulação (HARVEY, 2013, p. 497).

O significado geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital, que vamos posteriormente chamar de ‘desenvolvimento geográfico desigual’, ao lado das reestruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um ‘ajuste espacial’ (como o chamamos) para as contradições internas do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 497).

2.5.6 O ajuste espacial

A “[...] estrutura de desenvolvimento geográfico desigual¹⁶³ produzida por mobilidades diferenciais de vários tipos de capital e força de trabalho, todos juntos dentro das restrições

¹⁶³ O desenvolvimento geográfico desigual, afirma Harvey (2013), também pode ser parcialmente expressado através da oposição entre as forças que determinam a concentração ou a dispersão geográfica da circulação do capital. Se por um lado, os efeitos da interação conduziram à rápida aglomeração da produção nas cidades, gerando efeitos cumulativos de investimentos nos mesmos lugares, ao mesmo tempo em que concentra formas de exploração e degradação, as tendências à aglomeração encontram limites físicos e sociais. “Mas a dispersão também encontra restrições limitantes poderosas. As grandes quantidades de capital incorporadas na própria terra, as infraestruturas sociais que desempenham um papel tão importante na reprodução do capital e da força de trabalho e as restrições à mobilidade do capital vinculadas a processos de trabalho concretos tendem a manter o capital no lugar. [...] Tendências opostas para a concentração e dispersão geográfica correm uma contra a outra. E não há garantia de um equilíbrio estável entre elas (p. 529)” “É mediante essa teorização que nós podemos entender melhor o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em um local e seu retardo em outro, a rápida transformação das relações sociais aqui e sua relativa rigidez ali. Fenômenos como a urbanização e o desenvolvimento regional e internacional encontram seu local natural dentro do esquema de coisas marxiano. Mas eles são entendidos mais em termos de oposições do que simplesmente de maneira unilateral. Os antagonismos entre a cidade e o campo, entre o centro e a periferia, entre o desenvolvimento e o desenvolvimento do

temporais impostas pelo processo de circulação do próprio capital [...] (HARVEY, 2013, p. 536)”, conforma a base onde os capitalistas (sobre)acumulam capital e criam, simultaneamente e sucessivamente, as condições restauradoras do processo de acumulação através das desvalorizações durante uma crise ou da exploração de novas possibilidades de lucros pelos meios já mencionados em algum espaço dentro dessa matriz. Sobre essa última potência, Harvey afirma que o movimento dentro dessa estrutura espacial desigual não só permite a busca por superlucros e melhores oportunidades de negócios, outrossim pode resolver o problema da tendência imanente à superacumulação do capital. Há, na sua concepção, uma potência geográfica imanente para sanar, ainda que temporariamente, a tendência para a superacumulação, que ele chamou de Ajuste Espacial ou Ordenação Espacial, a depender da tradução em português.

Para explicar a sua tese, o autor recorre novamente a um modelo de acumulação em que toda a produção e a realização ocorrem em uma região fechada, dentro da qual a superacumulação é iminente. O desencadeamento de um renovado ciclo de acumulação depende dos processos de desvalorização e destruição do capital e da força de trabalho para restaurar as condições favoráveis a um novo processo de expansão. Essa é, assegura Harvey, “[...] o tipo de ‘dialética interna’ que obriga a sociedade a procurar alívio mediante algum tipo de ‘ajuste espacial’ (2013, p. 539)”. As fronteiras da região se estendem ou o alívio é conquistado com exportação de capital monetário, mercadorias, capacidade produtiva ou importando força de trabalho. Apesar da tendência à superacumulação permanecer dentro da região, a desvalorização pode ser evitada com “transformações externas” sucessivas e mais grandiosas.

O resultado disso é que o desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 528).

A forma de resolução das crises através da expansão geográfica pode ser encontrada em algumas elaborações de Marx em *O Capital*, escreve Harvey, mais precisamente no último capítulo do primeiro livro, chamado de “A Moderna Teoria da Colonização” e nas suas elaborações sobre o comércio internacional e a queda nas taxas de lucro. Mas as suas ideias teriam sido uma resposta à reflexão inicialmente apresentada por Hegel, afirma ele. Esse autor identifica uma dialética interna dentro da sociedade civil, ao analisar a expansão da indústria e

subdesenvolvimento não são impostos acidental ou exogenamente. Eles são o produto coerente de diversas forças interligadas operando dentro da unidade geral do processo de circulação do capital (p. 530)”.

da população, que produz, simultaneamente, acumulação crescente de riqueza e miséria. Incapaz de conter a polarização e a proliferação crescente de miseráveis mediante uma transformação interna de si mesma, a sociedade burguesa é obrigada a buscar alívio externo.

Mais particularmente, uma sociedade civil ‘madura’ é levada a encontrar colônias para suprir sua população com novas oportunidades e para suprir “a si mesma com uma nova demanda e campo para a indústria’. Hegel propõe, em resumo, soluções imperialistas e coloniais para as contradições internas de uma sociedade civil fundamentada na acumulação do capital (HARVEY, 2013, p. 524).

Não obstante, Hegel teria deixado em aberto a relação exata entre os processos de transformação interna e externa, assim como não explicou se os problemas internos a uma sociedade civil seriam resolvidos permanentemente mediante a expansão espacial. É dessa questão em aberto que tratará Marx. Ele reconhece que a solução externa pode criar novos mercados e áreas para a indústria, constituindo novas relações capitalistas, e resolver, por um período de tempo, a queda nas taxas de lucro, todavia, tanto em um caso quanto em outro as soluções seriam temporárias. Segundo Harvey, Marx chega próximo de admitir que “O limite externo a esse processo está no ponto em que toda pessoa em todo canto do mundo fica espremida dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja alcançado, as resoluções ‘externas’ para as contradições internas do capitalismo parecem factíveis (2013, p. 525)”. Ainda assim, na obra de Marx fica claro que as contradições são transferidas para uma esfera mais ampla, com uma área maior de ação e sem perspectiva de resolução. Por fim, faltaria “Uma resposta abrangente e irrefutável ao problema que Hegel colocou”. No âmbito da teoria marxista, “O papel do imperialismo e do colonialismo, da expansão geográfica e da dominação territorial, na estabilização do capitalismo ainda não está resolvido”. Harvey então lança a pergunta: “Será que existe um ‘conserto espacial’ para os problemas do capital? Se não existe, que papel desempenha a geografia nos processos de formação e resolução da crise? (Ibidem, p. 526)”.

A concepção do autor sobre o Ajuste ou Ordenação Espacial converge com o caráter temporário apresentado por Marx sobre o problema. Os sistemas de acumulação regionais, formados pelos contínuos processos de acumulação, crise, desvalorização e reestruturação deram origem a um todo composto por geografias desiguais, dentro do qual cada região vai buscar aliviar os seus problemas internos e evitar a desvalorização mediante as transformações em suas relações externas. Comandados por alguma aliança de classe e amparados por certo arranjo organizacional, “[...] os problemas da superacumulação [...] podem ser aliviados por mais desenvolvimento ou desvalorização em outro local”. “Esse processo pode provavelmente continuar até que todas as possibilidades externas estejam esgotadas ou que outras regiões resistam a serem tratadas como simples apêndices convenientes (HARVEY, 2013, p. 539)”.

Por outro lado, os impulsos para abrir as fronteiras inter-regionais e permitir a maior liberdade dos fluxos de capital e trabalho de modo a viabilizar os ajustes, pode acarretar o efeito inverso sobre uma região que buscava dar vazão ao seu capital excedente¹⁶⁴. “A posição competitiva da região como um todo pode ser corroída [...] A região, longe de resolver seus problemas de superacumulação [...] pode ser obrigada a experimentar uma desvalorização ainda mais selvagem devido à pressão externa (Ibidem, p. 539)”. Apesar dos riscos, a expansão geográfica e o efeito retroativo em pequenas desvalorizações internas, diante dos múltiplos fluxos indo e voltando por entre as regiões, podem evitar grandes catástrofes no interior de uma região e reduzir as crises a “crises cíclicas menores”. Caso contrário, se as fronteiras forem fechadas¹⁶⁵ ou a “circulação do capital” ficar “cada vez mais aprisionada” em decorrência das “forças da inércia geográfica¹⁶⁶”, que criam uma barreira para a construção de novas configurações regionais ou reestruturações espaciais, “mais profundas se tornarão as crises agregadas do capitalismo e mais selvagens as crises cíclicas se tornarão para poderem restaurar o equilíbrio perturbado” (HARVEY, 2013, p. 540-1).

Mas por mais selvagens que possam ser essas crises cíclicas, a total reestruturação da economia de espaço do capitalismo em uma escala global ainda conserva a perspectiva de uma restauração do equilíbrio mediante uma reorganização das partes regionais. As contradições do capitalismo ainda estão contidas dentro das estruturas globais do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2013, p. 541).

¹⁶⁴ Sintetizo a seguir duas formas descritas por Harvey, retomadas da obra de Marx, que podem assumir o ajuste espacial. A primeira diz respeito aos limites do mercado externo para solucionar a falta de demanda efetiva, estratégia que entende as crises do capitalismo como um problema de subconsumo. O alívio da superacumulação mediante o empréstimo de capital por um país para o consumo das suas mercadorias em outro é efêmero. Os efeitos da superacumulação se multiplicam no espaço e, o que inicialmente era uma brecha entre a balança comercial e de pagamentos entre as regiões, inverte-se quando o sistema de crédito desmorona e volta à sua base monetária. Em situações de comércio com formações não capitalistas, novos problemas podem ser criados ao ter que se fomentar novos sistemas de produção e novas relações sociais em outras regiões. Algo semelhante, porém mais profundo e complexo, ocorre com a exportação de capital para a produção em outras regiões. Nessa segunda hipótese, a criação de novas forças produtivas em outro país deve ser acompanhada da expansão do proletariado, dos modos de distribuição e consumo. No plano internacional, uma divisão internacional do trabalho obsoleta para as necessidades da acumulação cede lugar para outra mais adequada, como o exemplo da posterior industrialização em muitos países antes simples exportadores de matérias-primas. As novas forças produtivas engendram o problema da superacumulação e a região que antes era destino de exportação de capitais ascende à cena internacional competindo pelo seu próprio ajuste espacial, além de intensificar o capital superacumulado no país exportador de capital (2013, p. 545-9). “O efeito disso é aumentar a taxa de lucro médio e apressar a tendência para a queda nos lucros em longo prazo. O mesmo resultado é alcançado se a expansão da produção no exterior barateia os elementos do capital constante e dos bens salariais no mercado doméstico. A composição de valor do capital declina temporariamente e a taxa de exploração aumenta. Como resultando, mais capital ainda é produzido (Ibidem, p. 547)”.

¹⁶⁵ “As fronteiras podem ser fechadas, as sociedades pré-capitalistas podem resistir à acumulação primitiva, podem surgir movimentos revolucionários etc. (HARVEY, 2013, p. 540)”.

¹⁶⁶ A inércia geográfica, como já mencionado, é fruto do desenvolvimento das forças produtivas imobilizadas em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo, que formam uma barreira contra a mobilidade e a reestruturação geográfica. Essa é uma versão da contradição entre o trabalho morto e o trabalho vivo. “As alianças territoriais, que com frequência se tornam cada vez mais poderosas e mais profundamente entrincheiradas, surgem para proteger e aumentar o valor do capital já comprometido dentro da região (HARVEY, 2013, p. 540)”.

2.5.7 O imperialismo e a Guerra Global

Em todas as formas renovadas de configurações e reestruturações espaciais internas e externas há uma proposição irredutível de Marx, afirma Harvey: “a acumulação do capital é o aumento do proletariado”. Para a saída externa ser algo além de “um paliativo temporário, a expansão do proletariado deve ocorrer mediante o “crescimento da população, mobilização de setores latentes do exército de reserva ou da acumulação primitiva (2013, p. 557)”. Em outro trecho de seu livro, Harvey enfatiza que o aumento do proletariado significa “acumulação primitiva de um tipo ou de outro (Ibidem, p. 550)”. “A insaciável sede do capitalismo por ofertas novas de trabalho é responsável pelo vigor com que ele tem buscado a acumulação primitiva (Ibidem, p. 557)”. Assim, enquanto o capitalismo puder explorar as formas sociais pré-capitalistas e subsumi-las através da acumulação primitiva, em um processo de “desenvolvimento geográfico desigual [...] lavrado nos anais da história humana em letras de ‘sangue e fogo’” (Ibidem, p. 551), proletários “livres” podem ser incorporados e a solução externa, enquanto não se deparar com outro obstáculo, resolve a contradição interna.

Mas o século XX seria marcado pela escassez de força de trabalho¹⁶⁷ e o esgotamento das “possibilidades de acumulação primitiva à custa das formações sociais pré-capitalistas e intermediárias (HARVEY, 2013, p. 551)”. Foi essa a grande mudança “enquanto o capitalismo ingressava no século XX”. O “fechamento das fronteiras para a acumulação primitiva” empurrou “o capitalismo cada vez mais fundo no lodo das crises globais e conduziu, inexoravelmente, aos tipos de acumulação primitiva e desvalorização conjuntamente forjados por meio das guerras intercapitalistas (HARVEY, 2013, p. 558)”. Com o esgotamento da opção por sobre formações não capitalistas, restava ao capital “[...] canibalizar a si mesmo (Ibidem, p. 551)”.

Ao descrever a tendência ao canibalismo, Harvey aponta algumas formas de subsunção de capitalistas por outros de sua própria classe, como por exemplo através do crédito, do assalariamento parcial de uma camada da burguesia e da sua proletarização integral, ademais destaca, a partir de Marx: “as fases de desvalorização que são sempre, em um grau ou outro, fases de acumulação primitiva à custa de capitalistas já existentes” (HARVEY, 2013, p. 551-2). Essas fases podem transitar, em razão da tendência comum e universal “para a superacumulação e para a desvalorização” presente em todas as regiões, para crises globais

¹⁶⁷ Harvey menciona que uma das formas de enfrentar a escassez de força de trabalho teria sido com a criação do desemprego tecnologicamente induzido, o que gerou desequilíbrios entre a produção e a realização e entre as forças produtivas e as relações sociais.

(Ibidem, p. 543-4), de modo que “as tendências canibalísticas do capitalismo” se transformem “em muitos modos de destruição mutuamente assegurados, que são periodicamente desencadeados como a forma final da desvalorização (Ibidem, p. 552)”. A luta por acesso às reservas de trabalho, aos recursos naturais e outras formas de ajuste espacial assumiu, no início do século XX, a forma de duas guerras mundiais entre potências imperialistas autossuficientes. “O mundo foi salvo dos terrores da grande depressão, não por algum glorioso *'nem deal'* ou pelo toque mágico da economia keynesiana nos cofres mundiais, mas pela destruição e morte da guerra mundial (Ibidem, p. 559)”. Com o término da segunda guerra e sob a hegemonia dos EUA, ergueu-se dos escombros as novas potencialidades de expansão geográfica “fundamentada no internacionalismo e no comércio multilateral (Ibidem, p. 558)”.

Nos períodos de “forte desvalorização” e acirramento das “rivalidades inter-regionais”, a concentração de poder econômico e político em algumas regiões, corriqueiramente funcionando mediante a exploração, trocas desiguais, açambarcamento de valor etc. sobre outras regiões, tomam a forma de uma luta em torno dos custos da desvalorização. A diferenciação regional, como negação da homogeneização do mundo pela lei do valor no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual, é o terreno onde a luta acontece. Muitos métodos são utilizados para exportar o desemprego, a inflação, o capital ocioso etc. – “Guerras comerciais, dumping, guerras de taxa de juros, políticas de imigração, conquistas coloniais, guerras etc. (HARVEY, 2013, p. 552)”. A política imperialista ou ajuste espacial, ainda que não “possa conter em longo prazo as contradições do capitalismo (Ibidem, p. 556)”, “desempenha o seu papel na estabilização em longo prazo do capitalismo, contanto que capital suficiente seja destruído no caminho (Ibidem, p. 552)”. Nos anos 1970, época em que Harvey escreveu a sua obra “Os Limites do Capital”, uma outra guerra mundial “com armas de imenso e insano poder destrutivo, e direcionada para a acumulação primitiva à custo do bloco socialista” parecia ser para o autor “o único meio que o capitalismo tem à sua disposição para conseguir os níveis de desvalorização [...] requeridos (2013, p. 559)”.

Marx, afirma Harvey, não chegou a propor uma teoria do imperialismo, que provavelmente seria tratado nos outros livros que não chegou a publicar. Desde então, inúmeros estudos versam sobre o tema, seu caráter de exploração, violência e de “ajuste espacial”, sem conseguir, todavia, integrar os acontecimentos históricos ou “a série de representações sobre o assunto” “em uma estrutura única de referência teórica (2013, p. 553)”. O desafio, continua ele, seria integrar “as diversas teorias daqueles que procuram representar a experiência histórica da

exploração por meio do imperialismo” com a teoria da acumulação de Marx¹⁶⁸. Harvey acredita que a sua teorização da dinâmica espacial do capitalismo, resumida por nós até aqui, definiria “uma base material dentro da teoria da acumulação para muito do que é aceito como imperialismo” (Ibidem, p. 554). Na sua tarefa de desenvolver a teoria da crise de Marx, o imperialismo como uma forma de ajuste espacial compõe os seus esforços “de integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria da crise”. Esse aspecto geográfico é chamado por ele de “terceiro recorte” na teoria da formação da crise elaborada em seu livro *Os Limites do Capital*, os outros dois, também deduzidos por Harvey dos escritos de Marx, serão apresentados no último capítulo.

2.5.8 A acumulação por espoliação ou novo imperialismo

As geografias desiguais, o imperialismo, as guerras e as desvalorizações canibalísticas no interior das regiões são as formas mais concretas que o ajuste espacial para as contradições do capital assume no livro *Os Limites do Capital*. Décadas mais tarde - esse livro foi escrito nos anos 1980 - e ao que tudo indica a partir das bases teóricas elaboradas nessa obra, David Harvey desenvolve no seu livro “*O Novo Imperialismo*”, publicado no início dos anos 2000, alguns dos pontos antes já presentes, inclusive demonstrando as formas históricas da lógica do capital e do ajuste espacial, ou ordenação espaçotemporal na tradução aqui usada (spatio-temporal fix), assim como traz outros elementos para a sua teoria da crise, tais como: o Estado é teorizado em sua unidade contraditória com o processo de acumulação, embora sobredeterminado pela burguesia a partir do século XIX, e na sua função para a resolução ou protelação das crises; a ordenação espaçotemporal na forma do imperialismo adquire feições históricas e atinge formas cada vez mais destrutivas; o canibalismo do capital é teorizado como acumulação por espoliação, repetição da acumulação primitiva em novas formas; os anos 1970 marcariam uma ruptura com os padrões de ordenação anteriores e a sua falência; a partir desta década a sobreacumulação do capital se torna crônica e a acumulação por espoliação ascende ao primeiro plano da acumulação capitalista; destaca-se o domínio do capital financeiro e das

¹⁶⁸ “Da maneira como a situação atual se apresenta, os vínculos ou estão baseados na emoção, baseados no apelo aos fatos da exploração, ou então estão projetados nos mais altos planos possíveis da abstração, concebendo o imperialismo como a confrontação violenta entre o capitalismo e outros modos de produção (ou de formações sociais), que então se tornam ‘articulados’ uns sobre os outros em configurações particulares em diferentes locais e épocas, dependendo do resultado das lutas travadas. A terceira abordagem, que tanto Rosa Luxemburgo quanto Lenin compartilham, é enxergar o imperialismo como a expressão *externa*, dominante em um estágio particular na história do capitalismo e atingido sob a égide do capitalismo financeiro, das contradições *internas* às quais o capitalismo está sistematicamente propenso (HARVEY, 2013, p. 553-4)”.

formas fictícias de capital como determinantes desse tipo de acumulação, chamada pelo autor de novo imperialismo, assim como o suporte imprescindível do Estado e das instituições políticas internacionais; reprodução ampliada e acumulação por espoliação são entendidos como um par contraditório e necessário da atual configuração do capital, ambas unidas pelo capital financeiro; as políticas desenvolvimentistas aparecem como alternativas menos destrutivas, ao menos temporariamente, à acumulação por espoliação, de modo que o Estado poderia levar a cabo formas mais amenas e civilizatórias do capital.

À semelhança do que já foi descrito, Harvey também explica esquematicamente nesse livro, embora de modo bem sucinto, o funcionamento das ordenações espaço temporais. No plano temporal, o deslocamento dos excedentes produzidos no circuito primário (domínio imediato da produção e do consumo) são direcionados para o secundário (capital fixo e formação de fundo de consumo) e o terciário (gastos sociais e de pesquisa e desenvolvimento). O logro desse deslocamento ocorre se é aberto novo “caminho para a ulterior acumulação de capital” e os excedentes podem voltar a fluir para o circuito primário com renovadas capacidades de produtividade, em um movimento de espiral que engendra novos investimentos nos circuitos secundário e terciário¹⁶⁹. O oposto, porém, pode suceder, e o sobreinvestimento nesses dois circuitos ao invés de sanar os problemas e impulsionar a acumulação pode desencadear crises mais gerais (2012, p. 94-5). Caso os excedentes de capital e força de trabalho não possam ser absorvidos lucrativamente em um dado território, como um Estado-Nação ou uma região, entra em cena o aspecto espacial: “[...] é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem (2012, p. 99)”. Ademais, como já foi mencionado, a solução para tanto pode assumir simultaneamente o lado temporal e espacial.

A busca por soluções externas¹⁷⁰ a um dado território pode se dar sobre um exterior preexistente, como sociedades não capitalistas e setores não proletarizados, ou o capitalismo

¹⁶⁹ Os capitais excedentes não podem ser direcionados imediata e diretamente de uma forma à outra, nas palavras de Harvey, “Não se pode converter diretamente capitais excedentes na forma de camisas e sapatos num aeroporto ou instituto de pesquisa”, mas dependem das instituições do Estado e das instituições financeiras para “revezar o direcionamento dos fluxos de capital entre os três circuitos do capital (2012, p. 97)”. Ambas as instituições “detêm o poder-chave de gerar e oferecer crédito”, portanto, criam “capital fictício (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material mas que podem ser usados como dinheiro)” necessário para a ordenação. Se os deslocamentos viabilizarem o uso produtivo e lucrativo do capital, “os valores fictícios serão resgatados”, se não, crises mais gerais tem origem envolvendo o sistema financeiro e o próprio Estado endividado. Aqui, Harvey cita uma série de crises, ou seja, fracassos nas ordenações, desde a década de 1970 envolvendo o setor imobiliário e o financeiro (2012, p. 98-9).

¹⁷⁰ A ideia “de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se” (2012, p. 118) é retomada por Harvey do argumento de Rosa Luxemburgo acerca da tendência à crise do capitalismo ligada ao subconsumo, que poderia ser resolvido, para ela, a partir do comércio com formações sociais

pode “produzi-lo ativamente” (HARVEY, 2012, p. 118). Tanto em um caso como em outro, Harvey entende que o capitalismo pode lançar mão dos expedientes típicos da acumulação primitiva. Mas a continuidade e a persistência dessas “práticas predatórias” (Ibidem, p. 119) são entendidas por ele com apenas uma ressalva: “Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei [...] esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’ (Ibidem, p. 120-1)”. Para o autor, “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona¹⁷¹ permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias¹⁷² (Ibidem, p. 121)”, ainda assim alguns mecanismos novos foram criados¹⁷³ e outros aprimorados, como o sistema de crédito e o capital financeiro, transformados em “trampolins de predação, fraude e roubo”, ao menos desde a década de 1970, com o domínio do capital financeiro. Nessa mesma década, “A acumulação por espoliação ressurgiu de sua posição secundária anterior a 1970 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista (HARVEY, 2012, p. 150)”. O poder do Estado, tanto antes quanto atualmente atua com frequência para impor esse mecanismo (Ibidem, p. 122-3).

A acumulação por espoliação, alçada então ao primeiro plano da acumulação capitalista, funciona disponibilizando ativos nos quais investir a um custo muito baixo ou zero, por

não capitalistas. Luxemburgo faria ecos à concepção de Hegel sobre a dialética interna do capitalismo e da necessidade de buscar resolvê-la através de soluções externas a si (Ibidem, p. 115-7).

¹⁷¹ “Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado (HARVEY, 2012, p. 121)”.

¹⁷² Hanna Arendt teria oferecido essa ideia importante ao perceber que o roubo, típico da acumulação primitiva do capital, se repetira no final do século XIX para permitir novas vias de investimento ao capital sobreacumulado na Europa. Arendt via na acumulação “primitiva” ou “original” “uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo” (HARVEY, 2012, p. 119).

¹⁷³ “A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e o licenciamento de material genético, do plasma das sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminho muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de ‘expropriação das terras comuns’ (HARVEY, 2013, p. 123)”.

exemplo, através das amplas privatizações ao redor do mundo e das crises de desvalorizações que, com o apoio de organismos internacionais e programas de austeridades estatais, “podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema”. Essa abertura de novos campos para absorver os excedentes sobreacumulados no decorrer das crises “costumam destruir de modo mais geral o bem-estar social e as instituições sociais (HARVEY, 2012, p. 129)”. As crises e desvalorizações “como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio ‘outro’ a partir do qual se alimentar (Ibidem, p. 125)” devem ser controladas pelo Estado e as instituições financeiras “para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral (Ibidem, p.126)”. Apesar da preponderância desse mecanismo nas últimas décadas, há um “‘vínculo orgânico’ entre a acumulação por espoliação e a reprodução expandida (Ibidem, p. 143)”, unidas pelo capital financeiro e as instituições de crédito. Isso significa que a espoliação não pode existir sem a expansão da produção de valor, portanto, “A acumulação do capital tem de fato caráter dual. [...] os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente (Ibidem, p. 144)”.

O duplo aspecto que caracteriza a acumulação de capital – a espoliação e a reprodução expandida -, ou as ordenações espaço temporais, pode ser afetado de diversas maneiras pelas formas que adquirem as “estruturas” e os “poderes financeiros e institucionais (particularmente do Estado)”, como por exemplo, a maior ou menor regulamentação dos mercados financeiros, a abertura dos mercados, o nível de intervenção na economia, etc (HARVEY, 2012, p. 107-111). O Estado ao mesmo tempo em que luta para não perder o poder e o controle sobre as suas fronteiras frente ao processo mundial de acumulação, precisa gerenciar esse processo em seu benefício tanto interna, quanto externamente, o que significa lutas geopolíticas e práticas imperialistas (Ibidem, p. 93). As relações entre as classes também exercem sua influência, Harvey cita exemplos do imperialismo da Inglaterra, França e dos EUA e afirma que não resultaram “[...] de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e, por conseguinte, da recusa a absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas domésticas, mesmo diante de crescentes clamores dos movimentos da classe trabalhadora (Ibidem, p. 107)”. Nos EUA dos anos 2000, pôde se ver “[...] o bloqueio das reformas internas e dos investimentos infraestruturais pela configuração dos interesses de classes” como fundamentais para “uma adoção cada vez mais declarada do imperialismo (Ibidem, p. 147)”. Com efeito, para o autor, o funcionamento das ordenações envolve o entrelaçamento entre a forma dominante da luta de classes em um país,

o Estado em sua capacidade “de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação” e os mercados financeiros.

Com isso em mente, a afirmação anterior de que na versão contemporânea da ordenação espaço temporal a acumulação por espoliação sobreveio ao primeiro plano como a forma dominante do imperialismo nos anos 1970 pode ser melhor compreendida. Segundo Harvey, isso ocorreu devido aos “problemas crônicos de sobreacumulação de capital” engendrados pela reprodução expandida do capital. A tendência tornou-se crônica porque de um lado, as ordenações externas falharam em resolver os problemas da sobreacumulação e, no plano interno, houve uma recusa política em desenvolver uma reforma interna desenvolvimentista. Novos arranjos envolvendo esses planos foram estabelecidos para viabilizar o novo imperialismo. A articulação de um sistema financeiro internacional, sobretudo pelos EUA, “era capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (HARVEY, 2012, p. 129)”. A abertura forçada dos mercados de capitais e dos mercados em geral, sob a pressão de instituições internacionais como o FMI e a OMC, por exemplo, e das principais potências econômicas, tornaram-se o principal meio da acumulação por espoliação e para criar “vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista (HARVEY, 2012, p. 147)”. O Estado, presente em todas essas mudanças e “sempre um grande agente da acumulação por espoliação” aderiu à teoria neoliberal em detrimento das políticas desenvolvimentistas e de bem-estar social anteriores.

Harvey conclui que a sobrevivência do capitalismo depende não só de ordenações espaço temporais criativas, que constroem “uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político” e “que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas”, a sua contraparte é a face “sinistra” e “destrutiva” das ordenações que cai, principalmente, sobre as populações e os territórios mais vulneráveis e pobres (HARVEY, 2012, p. 113). A “diabólica aliança” entre o Estado e o capital financeiro comporta tanto as “práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso (Ibidem, p. 114)”.

2.5.8.1 A relação Estado x acumulação de capital no imperialismo capitalista

Preocupado em definir o termo imperialismo, distinguindo-o do seu uso “corriqueiro” e de outros contextos históricos, Harvey apresenta o “imperialismo capitalista” como o resultado

da fusão entre “a política do Estado e do Império” com “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2012, p. 31). Esse processo de fusão, todavia, deve ser visto como dialético, de modo que o imperialismo seria a “interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas”. A lógica da face estatal e imperial diverge da lógica capitalista; os interesses, as motivações, o modo de atuar etc., não permitem uma associação imediata entre ambas, ao invés disso, muitas vezes as duas lógicas, em seu complexo entrelaçamento, entram em total antagonismo, sem que a atuação de uma lógica permita observar qualquer coincidência de interesses. “A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico (Ibidem, p. 34)”. A interpretação do imperialismo capitalista pode basear-se em uma dupla dialética, “primeiro a das lógicas territorial e capitalista do poder e, em segundo lugar, a das relações interiores e exteriores do Estado capitalista (HARVEY, 2012, p. 150)”.

A relação contraditória entre as duas lógicas remete ao processo de desenvolvimento do capitalismo. O poder político, constituído a partir de combinações instáveis de coerções, emulações e liderança consentida, e as formas nas quais ele é exercido, ergue-se sobre uma base material formada por três pilares: dinheiro, capacidade produtiva e força militar – essas bases também seriam instáveis e poderiam variar historicamente. A hegemonia dos Estados e Impérios, ou a busca incessante de expansão e intensificação do poder, apesar da sua aparente independência, é o par simultâneo da acumulação interminável de capital, de modo que a história burguesa poderia ser compreendida também como uma história das hegemonias, assim, a acumulação de capital implica o aumento do poder político e vice-versa¹⁷⁴ (HARVEY, 2012, p. 43).

Ao longo desse co-desenvolvimento necessário, a tensão entre os dois polos inclina-se para a lógica da acumulação, que tende a prevalecer, apesar das oscilações nas quais a lógica territorial pode sobrevir ao primeiro plano e contrariar de imediato os objetivos da acumulação. O marco dessa mudança é a primeira grande crise capitalista de sobreacumulação em meados do século XIX, quando o Estado é tomado definitivamente pela burguesia e o imperialismo assume a sua forma inteiramente capitalista. Para sair da crise, a burguesia reorientou a política territorial dos Estados, primeiramente, direcionando os capitais excedentes aos investimentos

¹⁷⁴ Para explicar a relação entre poder e acumulação, Harvey cita Arendt, segundo a qual a acumulação interminável de capital deve assentar-se na estrutura política de um poder ilimitado. “Se, contudo, a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo (HARVEY, 2012, p. 37)”.

de longo prazo em infraestrutura e equipamentos públicos, depois, saturada essa via de usos interno do capital, as ordenações espaço-temporais externas mergulharam o mundo em uma onda de investimentos e comércio especulativos (HARVEY, 2012, p. 43-5).

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as ‘assimetrias’ inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas om fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele (HARVEY, 2012, p. 35).

2.5.8.2 Fases do imperialismo

Na primeira etapa do imperialismo capitalista, o problema da sobreacumulação, que impeliu muitos Estados europeus à ordenação espaço temporal, constituiu impérios territoriais em tensão com a ideia de nação no interior desses mesmos países. A contradição entre Estado nação e imperialismo expunha a necessidade de encontrar saída para os capitais excedentes. O racismo, junto às diversas teorias raciais¹⁷⁵, foram usadas para arrefecer essa tensão e justificar a necessidade de expansão territorial sobre os “[...] povos bárbaros, selvagens e inferiores que fracassaram em criar a adequada combinação entre trabalho e terra [...]” (HARVEY, 2012, p. 45)”. Essas ideias legitimaram a passagem para uma “acumulação via espoliação”, que lançou mão de formas violentas e opressivas de exploração e domínio. Não obstante, a expansão do controle geográfico e a acumulação através da espoliação, que chegaram até o limite do conflito mundial interimperialista, não lograram resolver o problema de base. A depressão dos anos 1930 atesta o fracasso dos domínios imperiais fechados em resolver o problema do capital excedente¹⁷⁶.

¹⁷⁵ De acordo com Arendt, “Pode haver, diz ela, ‘um abismo entre nacionalismo e imperialismo’ na teoria, ‘mas, na prática, ele pode e tem sido superado pelo nacionalismo tribal e pelo racismo puro e simples’ (HARVEY, 2012, p. 45)”.

¹⁷⁶ “A formação de impérios fechados depois da Primeira Guerra Mundial quase com certeza foi um fator de causação da incapacidade de resolver o problema da sobreacumulação nos anos 1930, tendo preparado o terreno econômico pra os conflitos territoriais da Segunda Guerra Mundial. A lógica territorial dominou e frustrou a lógica capitalista, lançando assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial (HARVEY, 2012, p. 117)”.

Logo após a segunda guerra mundial, os EUA, como grande potência em ascensão, criou a sua própria forma de imperialismo. Enquanto os moldes europeus amparavam-se no racismo e nos grandes domínios territoriais, os EUA, ao menos no discurso, descartavam a importância territorial para articular o seu poder, ocultando assim a sua ambição imperial num universalismo abstrato. Esse país atacava o racismo no plano externo, em contradição com a imigração seletiva e a política racial interna, com vistas à desautorizar a reconciliação entre nacionalismo e imperialismo. “A Declaração de Direitos Humanos da ONU e vários estudos da UNESCO negaram a validade do racismo e buscaram fundar um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais apropriado a uma segunda etapa de regime político burguês (HARVEY, 2012, p. 53)”. No lugar dos decadentes valores europeus, a nova potência era promovida à “farol da liberdade”, “pináculo da civilização e um bastião dos direitos individuais”¹⁷⁷. O imperialismo da nova era de “paz” e “prosperidade” assentava-se nas instituições internacionais criadas com o propósito de promover o comércio mundial, o desenvolvimento econômico e a estabilização financeira – Acordo de Bretton Woods, Banco Mundial, FMI, GATT, OCDE etc. A política externa norte-americana sobre os seus domínios, definidos de forma negativa, sendo todos os territórios fora da influência soviética, adotou tipos diferentes de atuação, desde intervenções diretas às ações tácitas e indiretas, como fomento a golpes e apoio implícito às classes dominantes nos diversos países; diversos acordos, coações e o uso de organismos internacionais foram amplamente empregados (Ibidem, p. 43-53).

No âmbito do ‘mundo livre’, os Estados Unidos buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital em termos capitalistas. Isso exigiu o desmantelamento dos antigos impérios baseados na nação-Estado. A descolonização requereu a formação de Estados e o autogoverno ao redor do globo (HARVEY, 2012, p. 52).

No plano doméstico, os EUA promoviam a acumulação acelerada de capitais e o massivo consumo doméstico, impedindo qualquer contestação do *modus operandi*. O Estado “desenvolvimentista” era “a principal máquina de acumulação de capital” e arrastava o mundo em seus trilhos, afirma Harvey, com seus investimentos em infraestrutura, suburbanização, desenvolvimento das regiões sul e oeste, etc. Na medida em que uma dialética exterior se fazia necessária, os investimentos e as trocas comerciais ocorriam, principalmente, com a Europa e o Japão, em um contexto keynesiano e de políticas de bem-estar (HARVEY, 2012, p. 53-4).

Assim, o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico

¹⁷⁷ “Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais [...] O imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral. [...] Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como o dos direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser (HARVEY, 2012, p. 53)”.

consistente nos países capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinas e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrados nas regiões nucleares. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o ‘desenvolvimentismo’ como meta generalizada para o resto do mundo. A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o mundo não comunista. Internamente, o crescente poder do trabalho no âmbito do pacto capital-trabalho significou a extensão dos benefícios do consumismo às classes inferiores e mesmo a algumas minorias (...). O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaçotemporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo (HARVEY, 2012, p. 55).

Mas da solução anterior veio a saturação da capacidade de absorção interna dos capitais excedentes e a recuperação dos países europeus e do Japão, que culminaram no acirramento da competição com os EUA, ou seja, as soluções de ordenamento espaçotemporal interna e externa estavam bloqueadas. Os enormes custos com o imperialismo, que incluíam as guerras contra o comunismo, e os vastos investimentos em infra-estrutura física e social produtiva, além dos gastos sociais, os dois últimos desencadeados sob a pressão da classe trabalhadora, que também galgou elevados ganhos salariais, derrubando a taxa de lucro, culminaram na crise fiscal do Estado nos anos 1960-1970. A impressão de dólares para conter a situação, associada com a queda nos lucros, as falências e as reduzidas oportunidades de lucros marcaram o período como de estagflação. A arquitetura financeira em funcionamento desde Bretton Woods entrava em colapso. Chegava ao fim a segunda etapa do regime global da burguesia e retornava o problema da sobreacumulação (2012, p. 55-8), que a partir daí se tornaria um problema crônico¹⁷⁸.

Com o abandono do padrão ouro e a prerrogativa monopolista dos bancos americanos reciclarem os petrodólares, em meio ao aumento do preço do petróleo proveniente do conluio entre o governo americano e do oriente médio, os EUA pressionaram o resto do mundo a abrirem seus mercados, nomeadamente o de capitais. Foi o período de ascensão do neoliberalismo, que atacava os gastos públicos, os direitos e os salários, alçando os EUA à hegemonia financeira mundial. A grande mobilidade geográfica do capital produtivo e a “hipervolatilidade” do capital financeiro alocavam-se com rapidez e fluidez sem precedentes para explorar as melhores oportunidades de negócios, sendo que o último se “alimentava” do primeiro (HARVEY, 2012, p. 58-60). “Os Estados Unidos estavam caminhando para ser uma

¹⁷⁸ “[...] proponho-me a aceitar as provas empíricas oferecidas por Brenner, que vê um problema crônico e persistente de sobreacumulação presente no capitalismo como um todo desde a década de 1970 (HARVEY, 2012, p. 93)”.

economia rentista com relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico (Ibidem, p. 61)”.

Em maior ou menor medida, o que acontecera nos EUA se reproduzia pelos principais centros da economia mundial. Assim, apesar de centrado em Wall Street, a financeirização mantinha muitos aspectos multilaterais, envolvendo uma hierarquia de centros ao redor do mundo com a emergência de uma elite transnacional de banqueiros, financistas e corretores de ações (HARVEY, 2012, p. 150-1). Nessa conformação, os “conglomerados de poder político e econômico”, situados nos EUA, Europa e Japão, com “influência desproporcionada na arquitetura financeira”, buscam “seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da sobre acumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis (Ibidem, p. 112-3)”. Nesse sentido, a crise em muitas economias e nas finanças públicas de vários Estados abriam caminho para os ajustes estruturais promovidos por instituições internacionais, sendo parte dos “surto de desvalorização e destruição do capital” que abriam caminho para a apropriação de ativos e especulações para o capital financeiro “volátil e predatório”.

Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias [...] Aquilo que denomino ‘acumulação por espoliação’ (...) tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global (com a privatização como um de seus elementos-chave) (HARVEY, 2012, p. 61-2).

Embora Harvey não descarte a capacidade de absorção dos excedentes através da acumulação por espoliação em muitos países ao redor do mundo, ele argumenta que o principal centro de acumulação produtiva e absorção de excedentes nos anos 1990 estaria no leste e sudeste asiático, principalmente na China. As imensas obras de infraestrutura nesse país e seu mercado interno teriam uma enorme capacidade de resolver o problema da sobreacumulação, superior a dos EUA nos anos 1950-1960. No entanto, essa ordenação espaçotemporal não é isenta de riscos, caso os déficits não impulsionarem o processo de acumulação no prazo correto “[...] uma crise fiscal do Estado vai engolfar rapidamente a China (2012, p. 104)”. Os investimentos tanto públicos quanto privados são altamente especulativos e podem irromper como a bolha norte-americana dos anos 1990. Tal fato faz referência à onda de acumulação mundial que os EUA pareciam desencadear, mas a ruptura da bolha da “nova economia” erigida em torno de ganhos de produtividade supostamente fortes e toda uma teia de empresas

‘virtuais’ [dot.com] (Ibidem, p. 64)” demonstrou a vulnerabilidade do capital financeiro “com relação à produção de valor na atividade industrial e agrícola (Ibidem, p. 63)”.

Em que pese todos os riscos da ordenação espaçotemporal chinesa, a “enorme quantidade de capital excedente a nível global” demanda que se abram “novas arenas de acumulação lucrativa do capital (como a China) ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital (HARVEY, 2012, p. 64)”. Harvey lança a pergunta sobre onde e quem vai suportar esse ônus, o que levaria a tensões geopolíticas. A própria ascensão da China enquanto potência significou o aumento do seu poder político em detrimento dos EUA, em uma relação de dependência conflituosa entre os dois países (Ibidem, p. 186). O grau de tensão mundial já havia aumentado com o estouro da bolha mencionado. De acordo com o autor, o colapso econômico dos EUA com as empresas de alta tecnologia nos anos 1990, quando o capital fictício se mostrou irresgatável, marcou uma falência do imperialismo neoliberal nos EUA e a ascensão de um imperialismo neoconservador, pautado em uma política conservadora e medidas de exceção no plano doméstico e no racismo intervencionista no externo, como se viu no Afeganistão e no Iraque. A crescente tensão com o Irã e a Síria, somada às alianças no Leste Europeu visava a construção de um controle geoestratégico na região para inibir qualquer controle do petróleo pela China ou a Europa. Os neoconservadores prosseguiram com a acumulação por espoliação, o neoliberalismo no plano econômico, intensificavam a competição geopolítica e abandonavam certas regras multilaterais por parte dos EUA. O autor traça diversas possibilidades de alianças e rearranjos de poder territorial em um mundo sob a hegemonia de um poder com grandes riscos de se financiar, haja visto os enormes déficits internos e externos¹⁷⁹.

Há porém nisso tudo um delicado equilíbrio entre manter o mundo aberto o suficiente para permitir que a lógica capitalista se desenvolva relativamente livre de restrições e a manutenção da lógica territorial com estabilidade e limitação suficientes para evitar o surgimento de qualquer contestação de monta ao domínio militar e político dos Estados Unidos (HARVEY, 2012, p. 74).

¹⁷⁹ “Uma importante falha geológica de instabilidade está na rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. (...) Essa vulnerabilidade, contudo, está dos dois lados. Se o mercado dos Estados Unidos entrar em colapso, as economias que buscam nesse mercado a saída para sua capacidade produtiva excedente também entrarão. A alacridade com que os banqueiros centrais de países como a China, o Japão e Taiwan emprestam para cobrir déficits norte-americanos contém um forte elemento de interesse próprio: assim agindo, eles fornecem fundos para o consumismo dos Estados Unidos, que constitui o mercado para seus produtos (HARVEY, 2012, p. 65)”

2.5.8.3 Uma alternativa à acumulação via espoliação para o capital

Frente ao predomínio da acumulação por espoliação, das políticas imperiais conservadoras adotadas pelos EUA e do risco de uma crise mundial e possíveis guerras, Harvey sugere algumas políticas alternativas, tais como a redução ou eliminação dessa forma de imperialismo que acirra a competição violenta entre os blocos de poder, propõe a redistribuição de riqueza, o redirecionamento dos fluxos de capital para a produção, a revitalização do setor produtivo, a renovação de infra-estruturas físicas e sociais, o direcionamento das políticas do consumismo para o bem-estar públicos, etc. Na atual conjuntura, afirma ele, “uma meta suficientemente ampla pela qual lutar” é um imperialismo menos violento e mais benevolente, ou seja, uma aliança liderada pelos EUA e Europa de viés desenvolvimentista interna e externamente, portanto, que sustente uma acumulação “mediante a reprodução expandida” e que reduza a necessidade de uma acumulação por espoliação, o que pode angariar o apoio de “forças democráticas, progressistas e humanas” (HARVEY, 2012, p. 168-9). Ele vê nesse cenário mundial de instabilidade a possibilidade de um bloco “antineoliberal” entre a Índia, o Brasil, a Rússia e a China “redesenhar a geografia econômica do mundo, no século XXI, segundo linhas bem mais justas do que as atuais (Ibidem, p. 187)”.

Harvey afirma que ou ataca-se o neoliberalismo e o corte dos gastos sociais e cria-se algo do gênero de um “novo New Deal” para proteger “o capitalismo de suas tendências autodestrutivas” ou será preciso uma grande crise para reestabilizar o capitalismo “diante da acachapante capacidade excedente que o sistema global apresenta” (2012, p. 69). Essa opção, apesar de não ser uma solução permanente para o capitalismo além de não haver certeza de que funcionará¹⁸⁰, poderia “dar-lhe certo fôlego para que pudessem surgir calmamente outras opções” (Ibidem, p. 183).

Ao criticar veementemente as formas violentas e destrutivas que assume a acumulação por espoliação, Harvey entende que essa forma, apesar de ser “um corolário lógico” da acumulação de capital, seria pior que a forma anterior da acumulação expandida desencadeada pela acumulação original do capital¹⁸¹. Baseado em uma leitura de Marx, ele afirma que a

¹⁸⁰ “É salutar lembrar as lições dos anos 1930: há bem poucas provas de que o ‘New Deal’ de Roosevelt tenha resolvido o problema da Grande Depressão. Foi necessário o esforço de guerra entre Estados capitalistas para realinhar as estratégias territoriais de modo a lançar outra vez a economia numa trilha estável de acumulação do capital continua e disseminada (HARVEY, 2012, p. 69)”.

¹⁸¹ Harvey relativiza a exploração capitalista em alguns países frente às formas anteriores, pré-modernas, de exploração, no campo, por exemplo. Aqui ele cita, entre outros casos, o da Indonésia. O que teria piorado a situação, sem dúvida nenhuma, foi a acumulação por espoliação. “Qual foi, à luz disso, a maior dificuldade: a importação e a inserção da acumulação do capital por meio da reprodução expandida na economia indonésia ou a

acumulação primitiva e o desenvolvimento capitalista teria algo de progressista. Como “Não é possível fazer omeletes sem quebrar ovos”, foi preciso os episódios violentos de “destruição criativa” para desencadear um “lado positivo”:

[...] a abolição das relações feudais, a liberação de energias criadoras, a abertura da sociedade a fortes correntes de mudança tecnológica e organizacional e a superação de um mundo fundado na superstição e na ignorância, substituído por um mundo de ilustração científica potencialmente capaz de libertar as pessoas dos anseios e necessidades materiais. É possível afirmar, desse ponto de vista, que a acumulação primitiva foi uma etapa necessária, ainda que tenebrosa, pela qual teve de passar a ordem social para chegar a uma condição na qual se tornassem possíveis tanto o capitalismo como algum socialismo alternativo. Marx [...] valorizou pouco, quando o fez, as formas sociais destruídas pela acumulação primitiva. De igual forma, não defendeu a perpetuação do status quo e sem dúvida não foi favorável a nenhuma reversão a relações sociais e formas de produção pré-capitalistas. Em sua opinião, havia algo de progressista no desenvolvimento capitalista, inclusive no caso do imperialismo britânico na Índia [...] (HARVEY, 2012, p. 134).

total demolição dessa atividade por meio da acumulação por espoliação? Embora seja óbvio que esta última foi um corolário lógico daquelas, e que a verdadeira tragédia se traduz em atrair com grande rapidez (por vezes à força) populações para o proletariado e logo depois as descartar como mão de obra redundante, julgo igualmente plausível que o segundo movimento prejudicou bem mais as esperanças, aspirações e possibilidades de longo prazo das massas empobrecidas do que o primeiro. A implicação é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz rui e destrói um caminho já aberto (HARVEY, 2012, p. 135)”.

Capítulo 3

3. O ajuste espacial ou avanço da fronteira imobiliária nos limites da valorização do valor

Esse último capítulo começa com os pressupostos teóricos da tese. A intenção não é recorrer às suas obras para defender alguma verdade última contida nos seus escritos ou simplesmente deduzir a explicação dos planos mais concretos, descritos em sua aparência no primeiro capítulo, a partir de uma lógica interna da teoria e suas categorias, que não se contamina com a miríade de fenômenos em constante transformação presentes na vida cotidiana.

Para reconstruir então uma “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx) é imprescindível a preocupação de Marx de que ultrapassar a aparência das manifestações fenomênicas não significa cair no outro polo da abstração meramente nominal e do pensamento sem relação com as abstrações das práticas sociais. A ideia, difícil de ser mais do que uma declaração de princípio para ser de fato realizada durante a pesquisa - inclusive porque quem pensa está limitado a um recorte da realidade e situado historicamente sem poder olhar de fora o processo em andamento depois de acabado -, é que a teoria esteja em constante confronto com a particularidade do desenvolvimento histórico, de modo que o desdobramento desse último tenha correspondência nas categorias de entendimento do capital e, nessas idas e vindas, o pensamento possa teorizar a sociabilidade em mutação como um todo, pois as abstrações teóricas no sentido de Marx não são meras construções mentais sempre iguais e sim reais e em processo, por isso, tal tensão deve levar a refletir sobre a validade da teoria e o procedimento simultâneo deve ser mediar a história e os fenômenos.

O desafio, portanto, conforme já visto em Marx e retomado aqui pelos desenvolvimentos de Scholz, é não dar nenhuma prioridade ao princípio da forma social em detrimento das análises sociais ou se estabelecer qualquer hierarquia entre ambas, sendo imprescindível considerar tal fundamento “[...] no seu desenvolvimento enquanto *totalidade concreta* e na dinâmica histórica que lhe está associada, ou seja, na mediação com análises concretas (2009, p. 1)”. Trata-se de superar uma crítica truncada que “[...] contrapôs a determinação da forma abstracta à empiria, ou jogou uma contra a outra, e/ou onde o conceito de totalidade foi distorcido com adoções sem mediação do quotidiano vulgar e fenomenológicas [...] (Ibidem, p. 2)”; na busca pela “unidade da totalidade concreta” “[...] tem

de se lutar sempre pela adequação das categorias gerais e abstractas e das relações sociais empíricas e concretas (Ibidem, p. 14)”, procurando as mediações em sua historicidade.

No esforço de reconstruir a totalidade social nesta parte da tese, procuro confrontar o boom e a crise da produção habitacional, no contexto do neodesenvolvimentismo brasileiro, com a perspectiva marxista do capítulo anterior, centrada na superacumulação de capital e no seu ajuste espacial, partindo de uma leitura de Marx pela crítica do valor, que repensou a teoria desse autor à luz da “contradição em processo” do capital nos finais do século XX e início do XXI; obviamente, esse pensamento também não deve ser absolutizado, daí a necessidade de confrontá-lo e criticá-lo segundo as necessidades das transformações nas particularidades históricas.

No decorrer deste capítulo, busco me apoiar no que considero serem indícios do limite à valorização do valor ou do colapso substancial com que se depara a reprodução capitalista na produção de moradias no país, tais como: o desenvolvimento das forças produtivas e a expulsão do trabalho da produção que vão levando à dessubstancialização do todo social e se realiza também nesse setor; a abertura de fronteiras e a mobilização do trabalho determinados por bolhas e instrumentos de capital fictício desacoplados definitivamente do valor; o crescimento baseado no endividamento do Estado, dos sujeitos consumidores e das incorporadoras/construtoras; os lucros auferidos pelos preços em elevação garantidos pelo ciclo de dívidas e expansão. Com isso em mente, procuro apontar as divergências com as abordagens sintetizadas no segundo capítulo, segundo as quais ainda haveria a possibilidade de ajuste espacial para a superacumulação do capital e o Estado poderia criar economias nacionais mais independentes e soberanas atreladas a um novo estado de bem estar contra a espoliação da atual fase de reprodução do capital. Nessa direção, o curto boom da imensa coleção de casas e apartamentos e seus preços, construídos racionalizando a produção e expulsando trabalho, assim como a elevação dos salários, dos lucros e dos ganhos provenientes das rendas e com os juros envolvendo o setor e os títulos de dívidas e propriedade, circunscritos à duração do elevado volume de capital fictício que entrava no país e na construção podem indicar rupturas nas categorias com as quais os sujeitos lidam no seu cotidiano. A particularidade, portanto, aponta para uma totalidade concreta em crise.

Antes de chegar a esse momento, contudo, resgato da obra de Marx a “contradição em processo”, que leva à “máxima negação do trabalho”, e as possibilidades de uma reprodução aparentemente “normal” do capital determinada por capital fictício criando até mesmo formas de acumulação fictícia. Em seguida, sintetizo alguns escritos de Kurz nos quais, segundo ele, a partir do último quarto do século XX o enorme desenvolvimento das forças produtivas passa a

impedir qualquer “mecanismo de compensação” para as crises do capital, seja pela intensificação da exploração do trabalho, a conversão de setores não monetarizados ou via expansão espacial. A dispensa de trabalho chegou ao ponto de não poder mais valorizar o volume de capital requerido para a reprodução social e as mercadorias e o dinheiro esvaziaram-se da sua substancia. O sonho de um novo estado de bem estar social só pode ser simulado, junto com a acumulação, por um curto período de tempo, enquanto durarem as bolhas de capital fictício e os circuitos mundiais de déficits, pois tanto a política, quanto a economia estão alicerçados sobre as mesmas categorias em crise.

Por último, depois do resgate teórico e da tentativa de reproduzir a totalidade concreta através da produção de moradias no país e por meio desta teoria, retomo o fundamento da teoria das crises de David Harvey cotejando-a com o entendimento de Robert Kurz acerca desses aspectos teóricos. Considero nessa última parte não estar apenas confrontando duas teorias e tomando a posição por uma delas em abstrato, já que precede esse subitem a crítica que parte do boom e da crise da produção habitacional.

3.1 Contradição em processo e a plenitude do capital

Marx, no primeiro livro de *O Capital*, apresenta as categorias fundamentais do modo de produção capitalista e suas contradições constitutivas, a saber, a mercadoria, em sua duplicidade de valor de uso e valor, e o trabalho, ao mesmo tempo trabalho concreto, útil e trabalho abstrato, igual e indiferenciado. Ao longo das suas páginas, ele deriva logicamente dessas categorias outra contradição, que se verá mais à frente é disruptiva do próprio capital, segundo a qual com o desenvolvimento das forças produtivas o caráter abstrato do trabalho, cuja multiplicação é o sentido dessa forma de socialização, representado no valor das mercadorias move-se no sentido oposto do seu lado que cria um universo de produtos úteis e concretos. O valor de uma mercadoria, portanto, cai com as transformações na força produtiva do trabalho, quanto maior essa última menos tempo de trabalho é exigido para a sua produção: “A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza (1996, Tomo I, p. 170)”. Considerando o duplo aspecto do trabalho, Marx afirma que a “Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto”, tornando-o “uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva (Ibidem, p. 175)”. Nesse sentido, “[...] à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor (Ibidem, p. 175)”. Em síntese:

O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 1996, Tomo I, p. 175)".

Têm-se então, com o progresso da acumulação, que o desenvolvimento das forças produtivas, determinante dessa produtividade do trabalho e do crescente volume de mercadorias disponíveis, cada qual representando menos valor, transforma a composição técnica do capital e tende a fazer o mesmo com a composição em valor dos componentes do processo de produção, o que Marx chamou de composição orgânica do capital: há um aumento da sua parte constante (trabalho morto ou objetivado) em detrimento da variável (trabalho vivo) criadora de valor, refletindo, como se viu acima, na quantidade de valor representado na mercadoria final. Até certo ponto, esses métodos de elevar a produtividade social do trabalho são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia social. Isso ocorre quando os produtos consumidos pela força de trabalho, ou seja, os seus custos de reprodução são barateados, reduzindo por isso o tempo em que o trabalhador dispense a sua energia de “cérebro, nervos e músculos” para equivaler ao seu salário e aumentando o tempo de trabalho excedente para compor o lucro do capital. Esse tipo de divisão da jornada de trabalho deve criar uma crescente mais-valia relativa materializada em mais mercadorias, sendo que a relação entre ambos os lados - o tempo de trabalho necessário, representado no salário ou no capital variável do processo produtivo e aquele excedente, criador de mais-valia – conforma a taxa de mais-valia. Certamente, essa expansão de um lado e compressão de outro tem os seus limites, já que os custos do trabalho não podem ser zero e nem a produtividade do trabalho consegue expandir indefinidamente e nas mesmas proporções a mais-valia relativa. Para o efeito geral em valor continuar sendo positivo, a queda relativa do capital variável em relação ao constante deve ser compensada pelo crescimento contínuo dessa taxa de mais-valia junto ao aumento absoluto do capital variável, ou seja, através da contratação de mais trabalhadores. Dada essa premissa, o processo de produção, funcionando em espiral, é posto em movimento por quantidades crescentes de capital e trabalho, o que gera acumulação acelerada de capital, por outro lado, simultaneamente, tem-se o impulso incessante para a mudança na composição orgânica “[...] pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante (MARX, 1996, Tomo II, p. 256)”.

Com a aceleração da acumulação acirra-se a concorrência e a concentração dos capitais mediante a acumulação passa a coexistir com processos de concentração via centralização, em que capitalista expropria capitalista redistribuindo os capitais já existentes; o crédito é

fundamental para tanto. A luta entre esses capitais é “conduzida por meio do barateamento das mercadorias (MARX, 1996, Tomo II, p. 257)”, dependente da produtividade do trabalho que, por sua vez, está ligada à escala da produção e ao tamanho dos capitais; cresce, com isso, o tamanho dos capitais necessários para conduzir um negócio. Assim, “os capitais maiores derrotam portanto os menores (Ibidem, p. 258)”.

A expansão da escala dos capitais industriais, seja pela concentração ou pela centralização, que “reforça e acelera os efeitos da acumulação (MARX, 1996, Tomo II, p. 259)”, é o “ponto de partida” “para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos (Ibidem, p. 259)”. Além disso, a centralização, junto ao crédito, dá um salto no volume de capital disponível para empreendimentos que, do contrário, demorariam anos para serem viáveis ao depender do processo de acumulação que é mais lento, desse modo “amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho (Ibidem, p. 259)”. Com a acumulação social alavancada pela centralização e seu revolucionamento técnico, o processo de produção em sua nova configuração depende cada vez menos de trabalho, que põe em movimento massas crescentes de máquinas e matérias-primas (Ibidem, p. 259). A força de trabalho dispensada pelo aumento da composição orgânica dos capitais torna-se superabundante, supérflua tendo em vista a desnecessidade ou a falta de capacidade da valorização do valor de explorá-la lucrativamente.

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital [...] Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. [...] Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante. Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população

trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1996, Tomo II, p. 260-1)”.

Pelo lado da população trabalhadora, que é a fonte da acumulação de capital, a sua ação e o objetivo da sua existência produzem, ao mesmo tempo, a sua própria redundância relativa. A superpopulação, proveniente do “crescimento absoluto da população trabalhadora” desempregada, “[...] constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa (MARX, 1996, Tomo II, p. 263)”. Tal “material humano”, formado por todo o trabalhador desocupado total ou parcialmente, está “sempre pronto a ser explorado (Ibidem, p. 263)” pelas massas crescentes de riqueza, que nas fases de expansão precisa de toda a disponibilidade desse exército industrial de reserva, sendo que nas de crise e estagnação repõe essa superpopulação para o próximo ciclo. Marx acrescenta que os “liberados” pelo capital não são apenas aqueles desocupados pelas máquinas, junto com eles estão “[...] sua equipe de reserva e — com a expansão costumeira do negócio sobre sua velha base — o contingente adicional regularmente absorvido (Ibidem, p. 269)”, apesar disso, o capital pode expandir sem sequer ocupar aqueles liberados pela maquinaria. Essa população trabalhadora é dispensada mais rapidamente do que o crescimento do capital global a emprega, por isso aumenta em termos absolutos mais depressa do que pode ser explorada. “Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (Ibidem, p. 274)”. Consequentemente, o aumento da riqueza alheia produzida pelos trabalhadores e sua crescente produtividade, ou seja, o êxito do emprego do trabalho torna a “[...] sua função de meio de valorização do capital [...] cada vez mais precária para eles [...] (MARX, 1996, Tomo II, p. 269-70)”.

“Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital (MARX, 1996, Tomo II, p. 274)”.

No livro terceiro de O Capital, esse movimento descrito acima e chamado por Marx de “lei absoluta da acumulação de capital”, “segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana (MARX, 1996, p. 274, tomo II)”, culmina na “lei da taxa decrescente de lucro”. Como aí mencionado, “[...] por meio do crescente emprego de maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias-primas

e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos (Idem, 1986, Tomo IV, p. 163)”; a “massa real dos valores de uso” reflete parcialmente esse crescimento do capital constante, pois avança ainda mais rapidamente, bem como caem os seus preços. A consequência desse aumento da composição orgânica “[...] é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua”. Isso porque com o nível que a produtividade do trabalho atingiu, a massa do trabalho vivo empregado ou de mais-valia produzida cai em relação a massa de valor do capital investido; a certa altura do desenvolvimento das forças produtivas, os elevados graus de exploração do trabalho convivem, por isso, com a queda nas taxas de lucros (Ibidem, p. 163-4).

Essa lei da queda progressiva da taxa de lucro não é, todavia, contrariada pelo aumento do número absoluto de trabalhadores empregados e da sua resultante massa absoluta de mais-valia, e, por conseguinte, da massa de lucro produzido e apropriado, uma vez que o capital constante cresce ainda mais rápido do que a sua porção variável (MARX, 1986, Tomo IV, p. 167). “As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro (Ibidem, p. 168)”. Mas para que o decréscimo relativo do capital variável e do lucro seja acompanhado pelo aumento absoluto de ambos é necessário que o capital global cresça “[...] não só na proporção da composição superior, mas ainda de maneira mais rápida (Ibidem, p. 170)”. Logo, se a “mesma grandeza de valor [...] representa uma massa continuamente crescente de valores de uso e de satisfações (Ibidem, p. 168)”, com o aumento do capital global naquelas dimensões a “imensa coleção de mercadorias” tende ao infinito e cada mercadoria individual representa cada vez menos valor e lucro, por isso a necessidade de ampliar constantemente os mercados. A situação de queda relativa também se repete para as categorias do juro e da renda, que dependem da produção de mais-valia. A distribuição da soma global de mais-valia pode variar entre lucro, juros e renda, sendo que cada uma também pode crescer absolutamente, embora todas essas categorias sejam apenas expressões de proporções sempre menores se comparadas ao capital social global¹⁸².

¹⁸² “Consideremos o capital social global C e denominemos l1 o lucro industrial remanescente após a dedução de juros e renda fundiária, j os juros e r a renda fundiária, então $m/C = l/C = l1 + j + r/C = l1/C + j/C + r/C$. Vimos que, embora no processo de desenvolvimento da produção capitalista m, a soma global de mais-valia, cresça sempre, ainda assim m/C igualmente diminui sempre, porque C cresce ainda mais rapidamente que m. Não há, portanto, nenhuma contradição em que l1, j e r possa, cada um por si, crescer sempre, enquanto m/C = l/C quanto l1, j/C e r/C tornam-se, cada um por si, sempre menores [...] Com mais-valia global ou o lucro m = l em aumento, mas ao mesmo tempo a taxa de lucro m/C = l/C em queda, a relação de grandeza das partes l1, j e r nas quais m = l se decompõe, pode variar à vontade, dentro dos limites dados pela soma global m, sem que por isso a grandeza m ou de m/C seja afetada. (MARX, 1986, Tomo IV, p. 175)”.

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor! Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas (MARX, 1986, Tomo IV, p. 188)".

O capital é entendido por Marx como um “poder social alienado” e “autonomizado”, uma “coisa” que não está sob o controle nem dos seus “produtores reais”, nem de seu “funcionário” capitalista, que personifica o seu poder (MARX, 1986, Tomo IV, p. 198). Essa coisa, ao perseguir o seu objetivo de autovalorização, pondo em marcha “a produção como uma finalidade em si mesma” através do “desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho” (Ibidem, p. 189), “cria uma barreira para si mesmo (Ibidem, p. 183)” ao abstrair do valor, da mais-valia e das relações sociais que são a sua condição e sentido. A base sobre a qual opera o capital fica “cada vez mais estreita em relação à riqueza crescente (Ibidem, p. 199)”.

A queda na “taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro”, que é “o aguilhão da produção capitalista”, “[...] promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua (MARX, 1986, Tomo IV, p. 183)”. Sem a possibilidade de ampliar o valor produzido a cada rotação, a superprodução de capital, que significa superacumulação, pode surgir em diversas formas, como subconsumo, mercadorias em excesso ou máquinas e matérias-primas ociosas, e também como superpopulação de trabalhadores. Os capitais que não conseguem compensar essa queda dos lucros pelo aumento da sua massa são forçados “[...] a enveredar pela trilha da aventura: especulação, fraude creditícia, fraude acionária, crises”. Tem-se então uma “plethora do capital”, que pode ser disponibilizado na forma de crédito. As crises e a destruição do capital, seja física ou com a desvalorização dos seus componentes constante, variável, do capital monetário e dos títulos de propriedade, incluindo o colapso do sistema de crédito, podem preparar “[...] uma ampliação posterior da produção dentro dos limites capitalistas”. “E assim o ciclo seria novamente percorrido (MARX, 1986, Tomo IV, p. 193)”. Apesar disso, Marx afirma, contrariando a própria ideia de um retorno cíclico às condições anteriores, que “A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa (Ibidem, p. 189)”.

No subitem sobre “Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas” nos Grundrisse, Marx não só caracteriza as máquinas e a grande indústria como as formas ideais de

exploração do trabalho sob o capitalismo, quanto também demarca a sua existência em sendo o último estágio do capital. Todo o aparato técnico, o seu movimento, o modo de configuração material da produção, os materiais com os quais são fabricados a maquinaria, a sua eficácia e a ciência social que lhe serve são descritos por Marx como formas adequadas e postas pelo capital, “para o qual só existe o valor como fim em si mesmo (2011, p. 926)”. Todo esse sistema automático, funcionando como “autômato”, atua, junto com a ciência e o conhecimento, sobre o trabalhador como um “poder estranho” (Ibidem, p. 930). Trata-se do poder do capital objetivado que, na forma de maquinaria e outros tipos de capital fixo, é a efetivação da “tendência necessária do capital” ao “aumento da força produtiva” e à “máxima negação do trabalho necessário (Ibidem, p. 931)”.

Frente à aplicação da ciência e da tecnologia na produção, que indica “o desenvolvimento pleno do capital (2011, p. 933)”, o tempo de trabalho como único determinante de valor “é reduzido [...] quantitativamente a uma proporção insignificante”, de sorte que “O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção (Ibidem, p. 934)”. Esse estágio de plenitude do capital, no qual máquinas produzem máquinas explicitando o fim em si absurdo e contraditório do valor e ocorre “[...] A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado [...]”, “[...] é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor (2011, p. 940)”. Não obstante a “massa do tempo de trabalho imediato” ser o pressuposto dessa produção e “o *quantum* de trabalho empregado [...] o fator decisivo da produção da riqueza [...]”, “[...] à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado [...] (Ibidem, p. 941)”. Como já ficou claro desde os trechos do livro I, essa “riqueza efetiva” “[...] se manifesta antes [...] na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto [...] (Ibidem, p. 941)”. O “trabalho imediato que o próprio ser humano executa” e “o tempo que ele trabalha” deixam de ser “a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza”, “o fundamento miserável” determinante da produção e da circulação; “desmorona a produção baseada no valor de troca” (Ibidem, p. 942).

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais [...] aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder

produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011, p. 942-3).

Vê-se que, para Marx, “o desenvolvimento pleno do capital” e, por conseguinte, da exploração do trabalho, ou, como nas passagens acima citadas, o aumento da escala dos processos produtivos com a centralização e a concentração, a integração e a cooperação social na produção e realização das mercadorias, o desenvolvimento das forças produtivas imbricadas com a ciência, a expansão a nível mundial dos mercados com o enorme aumento da produção de mercadorias e a proletarização geral coincidem com a sua dissolução. O capital, sendo uma “contradição em processo”, atinge o ápice do seu desenvolvimento contraditório ao realizar a “máxima negação do trabalho” e, portanto, “desmorona”. Nesse “[...] último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor (2011, p. 940)”, a superação das suas barreiras através das crises, da destruição do capital e de outros expedientes, que poderiam preparar “[...] uma ampliação posterior da produção dentro dos limites capitalistas” e “assim o ciclo seria novamente percorrido (MARX, 1986, Tomo IV, p. 193)”, “[...] só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa (Ibidem, p. 189)”. Nesses trechos recortados da argumentação de Marx, o capital ao perseguir historicamente o seu fim em si tende a não ser mais capaz de cumprir a sua finalidade de se valorizar ao abstrair das suas próprias condições de valorização e expulsar o trabalho de si. Essa autonegação e condenação é fruto da contradição imanente ao próprio trabalho, no fato de que essa categoria moderna é concreta e abstrata, cujos produtos, as mercadorias, são objetos materiais, úteis, concretos e também de valor. O impulso do capital para acumular e expandir-se por meio do desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho, à certa altura, só pode resultar na desproporção entre ambos os lados, no crescimento absoluto do lado concreto e útil e no encolhimento absoluto do lado abstrato e de valor.

Essas passagens, que levam à ideia de uma “contradição em processo” que ergue barreiras em escalas cada vez mais poderosas a ponto de se constituir um limite intransponível ao processo de acumulação, estão entremeadas no texto, todavia, por outros argumentos que deixam esse desdobramento mais incerto, tais como em trechos nos quais Marx aponta, por exemplo, as contratendências à queda nas taxas de lucros, o crescimento absoluto de mais-valia a compensar o seu recuo relativo e o retorno da acumulação após os ciclos de crise e destruição do capital. Encontram-se também declarações que oscilam entre: a negatividade do trabalho e a ontologia do seu caráter concreto; a positivação dos valores de uso, da riqueza efetiva e, por outro lado, o modo como são materialidades adequadas e postas pelo capital; a afirmação do que seriam as reais necessidades sensíveis e o entendimento de que mesmo aquilo que o trabalhador consome de acordo com os seus desejos seja necessidade do capital; a ideia de que

o desenvolvimento das forças produtivas e o controle sobre a natureza, apesar de serem a própria materialização da violência e da dominação do capital, são uma etapa necessária para a emancipação humana, ambas a serem apropriadas pelos trabalhadores autoconscientes; entre outras contradições no pensamento de Marx, que Kurz chamou de duplo Marx¹⁸³.

Outro momento importante da obra de Marx para esse trabalho diz respeito às suas formulações sobre o capital monetário portador de juros, o sistema de crédito e o capital fictício, sem os quais os processos de centralização, acumulação e desenvolvimento das forças produtivas na forma da ciência e da grande indústria não podem ser pensados. Ao tratar dos fenômenos mais concretos e próximos da superfície das relações cotidianas sob o capital, Marx aponta para as formas cada vez mais autonomizadas das categorias capitalistas na reprodução cotidiana e que vão encobrindo os seus nexos internos, daí as expressões que se referem às relações capitalistas e seus resultados como “coisa”, “autômato”, “autonomização” e “sujeito automático”, por exemplo. Logo abaixo, procuro recuperar, a partir de alguns trechos do Livro III de O Capital, como as operações do capital portador de juros e as suas derivações de capital fictício parecem dotadas de propriedades mágicas de produzirem valor por si só e gerar acumulação, enquanto a valorização pelo processo de produção e exploração do trabalho jazem cada vez mais distantes e insignificantes desse fetiche, como se viu acima. Recupero aqui esse processo de autonomização não só porque ele é parte da reprodução ampliada e está coadunado ao pleno desenvolvimento do capital e, por conseguinte, à abstração que essa “coisa” faz das suas próprias condições ao expulsar o trabalho da produção, mas, principalmente, por oferecer um caminho para compreender que o capital pode criar a ilusão de estar acumulando e simular uma reprodução ampliada mesmo quando empilha dívidas e promessas de rendimentos futuros que não se cumprirão.

¹⁸³ De acordo com Kurz (2014): “[...] embora a revolução teórica de Marx representa uma ruptura com a racionalidade iluminista do capitalismo [...] ela carrega ainda as escórias dessa racionalidade (como, antes de mais, a metafísica burguesa da história e do progresso na sua representação hegeliana). [...] É por isso que a crítica categorial da constituição fetichista do capital esbarra, por vezes, nos resquícios da ontologia burguesa contidos no pensamento de Marx. Por outro lado, Marx vinculou necessariamente a sua teoria, em muitos aspectos, ao movimento operário ainda incipiente, cujo objetivo imanente, no entanto, era apenas o seu próprio reconhecimento como sujeito funcional no terreno das categorias capitalistas: uma tarefa que fazia parte da própria ‘modernização’ capitalista, e não da ruptura com a mesma. Daí nasceu uma tensão, não só entre a teoria de Marx e a ideologia burguesa do movimento operário, mas também no seio da própria teoria de Marx (p. 25)”. Kurz, tendo em vista as contradições na teoria de Marx, vê na obra desse autor um movimento duplo, de um Marx ‘exotérico’ e outro ‘esotérico’. Contudo, para muitos marxistas, segundo ele, “[...] é insuportável ver os momentos de mera teoria da modernização, de metafísica do progresso e ‘do movimento operário’ da teoria de Marx serem designados de ‘exotéricos’ e historicamente decadentes, e os momentos críticos do fetiche, referidos ao carácter de fim-em-si da ‘riqueza abstrata’ e ao ‘sujeito automático’ do valor, pelo contrário, serem designados como ‘esotéricos’ e dotados de viabilidade futura (p. 26)”.

3.2 Capital monetário portador de juros, sistema de crédito e o capital fictício

Na apresentação de Marx do capital portador de juros, o dinheiro aparece para a concepção comum como sendo dotado de uma qualidade potencial de produzir valor, atribuindo-se-lhe o valor de uso de funcionar como capital. Provido dessa qualidade, pode transformar-se em uma mercadoria *sui generis*. O seu possuidor pode aliená-lo emprestando-o a um terceiro, do qual espera depois de um tempo receber juros acrescido do montante principal emprestado, ou seja, ele tem a intenção que o seu valor volte valorizado desse modo específico, o que faz do seu dinheiro um capital portador de juros e permite a uma determinada quantidade atuar como capital para ambos os lados da operação. Nesse movimento de empréstimo e retorno ao ponto de partida, todavia, o dinheiro assume uma “figura totalmente externa (MARX, 1986, Tomo IV, p. 262)” ao movimento real de valorização no processo produtivo, surgindo como uma “forma sem conteúdo (Ibidem, p. 294)”. A mediação do processo de produção e exploração do trabalho, único a criar valor, é “apagada”, torna-se “invisível”: “Entrega, empréstimo de dinheiro por certo prazo e recuperação com juros (mais-valia) é a forma toda do movimento que cabe ao capital portador de juros como tal (Ibidem, p. 262)”. Assim, ao se explicitar na superfície do mercado “como essa soma de dinheiro [...]”, que “[...] se conserva e se multiplica (Ibidem, p. 259)”, “A relação consigo mesmo, na qual se representa o capital, quando se encara o processo de produção capitalista como um todo e uma unidade, e na qual o capital aparece como dinheiro que gera dinheiro, simplesmente lhe é incorporada aqui sem o movimento intermediário, como seu caráter, sua determinação (Ibidem, p. 259-60)”.

Por outras palavras, apesar do capital monetário emprestado parecer ter a faculdade de criar valor por si só e do prestamista e do mutuário poderem receber valores aumentados no final das suas operações, apenas aquele que o emprega na produção e exploração do trabalho sob determinadas exigências da concorrência faz o capital funcionar como tal e produzir mais-valor. Marx procura dar alguns elementos baseados nas práticas dos agentes que atuam por meio desses capitais para explicar de onde provém as suas concepções errôneas sobre as fontes dos seus rendimentos. A ideia frequente, por exemplo, que advém da relação entre o proprietário do capital monetário e o empresário endividado, segundo a qual o juro é fruto do capital em si, da sua propriedade, enquanto o ganho empresarial (lucro) é o resultado da sua determinação oposta, do capital funcionante no processo de produção – aqui, a valorização do valor como produto exclusivo do trabalho sequer é considerada -, essa separação qualitativa não é só uma concepção subjetiva, pois se baseia na divisão efetiva sobre o lucro bruto por duas pessoas distintas e que possuem títulos jurídicos distintos sobre a propriedade do mesmo capital.

“E essa ossificação e autonomização das duas partes do lucro bruto contra si, como se originassem de duas fontes essencialmente diversas, tem de se consolidar para a classe capitalista inteira e para o capital global (MARX, 1986, Tomo IV, p. 280)”. Nessa “antítese” do proprietário do capital monetário contra o empresário capitalista, na qual existem e se explicam o lucro e o juro, desaparece a mais-valia. Com isso, “O capital portador de juros é o capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função”, portanto e como já mencionado, está totalmente apagado para essa fração do capital que o juro é a expressão do “poder autônomo” do valor que, para se valorizar e continuar sendo esse poder, precisa transfigurar-se no processo de produção em meios de produção e “confrontar o trabalhador como propriedade alheia [...] (MARX, 1986, Tomo IV, p. 283)”.

Corroborando também para uma concepção subjetiva autonomizada o fato de que o capital, na forma indiferenciada do dinheiro, “é indiferente à maneira especial de seu emprego (MARX, 1986, Tomo IV, p. 275)”. A possibilidade do capital emprestado ser ou não empregado no processo de valorização, conseguir obter êxito ou malograr no seu funcionamento, ainda que tenha que pagar o que deve, acrescenta outras camadas de experiências que consolidam essa concepção de autonomia.

Em síntese, o juro proveniente do capital monetário emprestado, ao ser entendido como fruto da “relação da soma principal, como valor dado, consigo mesma [...] como soma principal que produziu mais-valia (MARX, 1986, Tomo IV, p. 293)”, representa “uma determinação externa e indiferente à relação do capital com o trabalho”, transforma-se, com isso, em uma “expressão autônoma” e abstraída dessa relação (Ibidem, p. 285). Assim, “No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D - D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos (Ibidem, p. 293)”; o “[...] fetiche automático está elaborado em sua pureza [...] e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento (Ibidem, p. 294)”. A relação social surge invertida e reificada “em sua potência mais elevada (Ibidem, p. 294)”, o “capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento (Ibidem, p. 293)”, resultado da “relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo (Ibidem, p. 294)” e todo “o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa (Ibidem, p. 293)”. “Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras (Ibidem, p. 294)”.

Partindo da ossificação e autonomização dessa propriedade coisal, Marx afirma que “[...] todo capital, quanto a sua expressão de valor, é capital monetário ou vale agora como expressão do capital monetário (MARX, 1986, Tomo IV, p. 295)”. Isso significa, entre outras

coisas, que qualquer “soma de valor”, desde que não seja dispendida como rendimento (salário), “aparece como capital” e, conseqüentemente, “[...] cada rendimento monetário determinado e regular [...]” aparece “[...] como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não (MARX, 1986, Tomo V, p. 10)”. Nesse sentido, o raciocínio anterior não é válido apenas para uma relação modelar entre prestamista e mutuário, que envolve dinheiro ou algum metal representante do valor em troca dos pagamentos acrescidos de juros, estende-se também para outras formas derivadas dessa “matriz”, tais como ações, títulos do Estado, títulos portadores de juros, letras de câmbio, etc., que podem gerar “[...] todas as formas alouçadas, de modo que, por exemplo, na concepção do banqueiro, dívidas podem aparecer como mercadorias [...] (MARX, 1986, Tomo V, p. 10)”. À semelhança do capital portador de juros, investe-se em muitas dessas formas na expectativa de valorização sobre o montante inicial e também é possível comercializar com essas representações de valor como se fossem mercadorias, de sorte que, ao conservarem a sua aparente autonomia, essas formas tornam-se igualmente fontes místicas criadoras de valor. Aquela propriedade aparentemente natural da coisa dinheiro criar valor, do mesmo modo como ocorre com a pereira que dá peras, tem o seu correlato no capital envolvido nas operações com esses títulos de valor e o seu movimento no mercado, que Marx chama de capital fictício. Nas suas palavras:

A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se a calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria; se, por exemplo, a receita anual = 100 libras esterlinas e a taxa de juros = 5%, então as 100 libras esterlinas seriam o juro anual de 2 000 libras esterlinas, e essas 2 000 libras esterlinas são agora consideradas o valor-capital do título jurídico de propriedade sobre as 100 libras esterlinas anuais. Para quem compra esse título de propriedade, a receita anual de 100 libras esterlinas representa então, de fato, os juros de seu capital investido a 5%. Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida (MARX, 1986, Tomo V, p. 11).

Sobre esse capital fictício, Marx explica que em seu movimento autônomo muitos desses títulos de propriedade sobre rendimentos futuros e dos títulos de dívida podem representar “um capital puramente ilusório (MARX, 1986, Tomo V, p. 11)” ou, quando os papéis de valor fazem jus a um capital real subjacente, ainda assim “[...] o valor-capital desse título é puramente ilusório (Ibidem, p. 11)”; ademais, “[...] não se exclui, de modo algum, a possibilidade de que representem mera fraude (Ibidem., p. 11)”. No primeiro caso, ele dá o exemplo da dívida pública, em que o Estado emite “certificados de dívida [...] sobre o capital originalmente emprestado” e o seu credor torna-se proprietário de “duplicatas de papel de capital extinto” contra o Estado e seu respectivo rendimento, que “funcionam como capital para seus proprietários na medida em que são mercadorias vendáveis [...] (Ibidem, p. 19-20)”. A soma emprestada, porém, “[...] jamais se destinou a ser dispendida, investida como capital e,

apenas por seu investimento como capital ela teria podido converter-se num valor que se conserva (MARX, 1986, Tomo V, p. 10)". Ainda que parte dos impostos se converta em juros, "onde um menos aparece como capital", e "Por mais que essas transações se multipliquem, o capital da dívida pública permanece puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos da dívida pública se tornam invendáveis, desaparece a aparência desse capital (Ibidem, p. 10)". No segundo caso, ele aponta para as situações em que o "sistema de crédito gera capital associado" e, portanto, os "títulos de propriedade" representam capital real, ou seja, "capital investido e que funciona" nas empresas, como por exemplo, as "ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, etc." Todavia, não é por isso que o "capital [...] existe duplamente, uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e outra vez como capital realmente investido ou a investir naquelas empresas"; "Ele existe apenas nesta última forma", sendo o título apenas um direito sobre esse capital e sua mais-valia (Ibidem, p. 11).

Não obstante, indiferentemente do título de propriedade representar capital ilusório ou real, ou seja, de ser "puramente fictício" ou de manter vínculo com o processo de valorização, embora mesmo aí o título em si permaneça "puramente ilusório" quanto ao valor, o seu "movimento autônomo" "confirma a aparência (MARX, 1986, Tomo V p. 11)" de que é em si capital real e, por isso, "se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares (Ibidem, p. 11)". Assim, apesar de "Todos esses papéis" representarem "de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor-monetário ou valor-capital" pode não ter vínculo com "capital algum, como no caso da dívida pública", eles possuem preços que são regulados "independentemente do valor do capital real (Ibidem, p. 13)" ou do direito sobre a renda que representam. De acordo com Marx, "o valor de mercado" desses títulos de propriedade pode flutuar sobre "o valor nominal" que originalmente representavam por múltiplas razões, tais como: a alteração nos montantes e na segurança dos rendimentos, a variação nas taxas de juros, a relação entre procura e oferta e a especulação quanto ao futuro das receitas - mesmo onde as receitas não têm relação com "a valorização do capital real" e/ou onde representam o capital no processo de produção os preços também variam à revelia do que aí acontece (Ibidem, p. 12). Vê-se então que inclusive nos casos em que os títulos de propriedade representam capital real, o seu movimento autônomo – sendo um título que em si é um valor-capital puramente ilusório - pode criar valores ou se "valorizar" de modo puramente ilusório ou fictício para os seus proprietários, o que deve ocorrer duplamente quando esses papéis já se referem de antemão à valores que nunca foram investidos como capital destinado a valorizar o valor ou nos casos em que representam mera fraude.

O resultado dos negócios com capital fictício, cujo valor-monetário se tornou independente da valorização do capital, é a acumulação puramente fictícia ou ilusória de capital¹⁸⁴. Marx, ao ver que “Em todos os países existe uma massa enorme do assim chamado capital portador de juros [...]”, comenta o seguinte: “E por acumulação” desse “capital monetário em grande parte deve ser entendido apenas a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação do preço de mercado, do valor-capital ilusório desses direitos (MARX, 1986, Tomo V, p. 13)”. Se voltarmos aos exemplos de dois parágrafos atrás, quando o autor trata dos títulos de propriedade sobre empresas - “títulos sobre capital real”, “duplicatas de papel do capital real” e “representantes nominais de capitais existentes” -, ele chama a atenção de que só enquanto a sua acumulação significar “[...] a acumulação de ferrovias, minas, navios etc., ela expressa a ampliação do processo real”. Fora isso, a sua acumulação se dá por meio de papéis e valores ilusórios ou fictícios. Como mencionado logo acima, essa é uma possibilidade imanente que reside nesses títulos: “[...] como duplicatas que são, em si mesmas, negociáveis como mercadorias e, por isso, circulam como valores-capitais, elas são ilusórias e seu montante de valor pode cair ou subir de modo inteiramente independente do movimento de valor do capital real, sobre o qual são títulos (Ibidem, p. 20)”. No caso da dívida pública, como exemplo de um título de dívida que nunca representou capital aplicado para produzir valor, esse tipo de acumulação puramente fictícia também é parte de sua constituição. Os certificados das dívidas emitidos sobre um capital que foi gasto pelo Estado, “essas duplicatas de papel de capital extinto (Ibidem, p. 20)” dão direito a parcelas do orçamento público, que representariam porções do valor de uma nação na forma de impostos ou podem ser provenientes inclusive de outras dívidas, ou seja, são um menos (valor) em dada sociedade que aparece como um mais (valor) para os seus proprietários e, por isso, a aparência de capital para eles desses títulos. Nas palavras de Marx: “Nesses fatos, de que até uma acumulação de dívidas pode aparecer como acumulação de capital, se revela o ápice da distorção que tem lugar no sistema de crédito (MARX, 1986, Tomo V, p. 19)”.

¹⁸⁴ Nesse sentido, Marx procura diferenciar a autonomização desses processos de acumulação de capital fictício e o crescimento dos seus valores-capital ilusórios na esfera do sistema de crédito e seus negócios derivados em relação à acumulação produtora de riqueza: “Na medida em que a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real [...]”, o “estouro” das “bolhas de sabão de capital monetário nominal”, enquanto esse movimento autônomo dos títulos não significar “uma paralisação real da produção e do tráfego em ferrovias e canais ou o abandono de empreendimentos iniciados ou o desperdício de capital em empresas positivamente sem valor [...]”, não pode afetar “a riqueza de uma nação” (MARX, 1986, Tomo V, p. 12-3). Em outra passagem, ele escreve: “A diminuição do nome monetário desses papéis de crédito no boletim da Bolsa nada tem a ver com o capital real que representam, muito, porém, com a solvência de seus proprietários (Ibidem, p. 31)”.

No tocante à participação dos bancos na criação e circulação do capital fictício, instituições essas que na época aqui analisada descontava, gerenciava, criava e fornecia a garantia de muitos desses papéis, além de ainda reunir sob os seus cuidados a poupança do país, Marx afirma que a maior parte do seu capital é “[...] puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro)” – e “[...] esse capital fictício do banqueiro, em grande parte não representa seu próprio capital, mas o do público, que o deposita com ele, com ou sem juros”; até parte do tesouro do fundo de reserva desses bancos, que deveria estar à disposição dos depositantes, é formado por “[...] papéis, meros direitos sobre o ouro, mas que não constituem valores em si”. A poupança ou os depósitos de um país junto aos bancos, que em sua maioria se encontram como obrigações futuras, por isso não existem como dinheiro em espécie, funcionam no sistema bancário em geral como simples “registros contábeis” e os débitos e créditos dos depositantes se equalizam e compensam dentro desse sistema mutuamente. Uma vez que a cadeia de dívidas entre produtores, comerciantes e bancos é enorme e muito maior do que os depósitos nos bancos que equivaleriam a esses papéis, tudo parece correr bem desde que não haja uma corrida bancária pela restituição dos depósitos e o capital continue a se reproduzir sem entraves (MARX, 1986, p. 13, Tomo V; p. 306, Tomo IV).

“Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis nas caixas fortes do banqueiro representam - mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) – é completamente fictício e que é regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de capital monetário fictício (MARX, 1986, Tomo V, p. 13)”.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, do capital fictício e a sua circulação por muitas mãos, o capital existente parece ser assim duplicado ou triplicado, todavia, é em sua “[...] maior parte [...] puramente fictícia (MARX, 1986, Tomo V, p. 14)”, “mera quimera (Ibidem, p. 15)”, não existe nem nos depósitos dos cofres dos bancos “onde por fim se supunha agarrar algo sólido (Ibidem, p. 15)”, pois inclusive aí “[...] são apenas créditos contra o banqueiro (Ibidem, p. 14)”. Selecionei abaixo alguns trechos que entendo serem elucidativos do que seria essa multiplicação fictícia de capital, que até certo momento media-se com a acumulação real e funciona expandindo-a, e seu desdobrar na acumulação meramente fictícia e suas crises subsequentes, com as quais Marx se deparava. Vamos a eles.

A certa altura da crise da década de 1880 na Inglaterra, a própria emissão das notas de banco - equivalentes à dinheiro propriamente dito por terem uma circulação abrangente entre os capitalistas industriais, comércio e bancos - não poderiam mais ser lastreadas por ouro sob o

risco de paralisarem a reprodução social; o que ocorreria mais tarde, logo após uma fase de expansão sem precedentes da produção industrial impulsionada por esse crédito (MARX, 1986, Tomo IV, p. 308). Na época, o escasseamento das reservas de ouro e a necessidade por crédito obrigou o governo inglês a suspender a cobertura em ouro de parte das notas de banco e a permitir, segundo observação de Engels, a emissão da “[...] quantidade que desejar de notas de banco [...]”, o que significava “[...] criar, portanto, as quantidades que desejar de capital monetário fictício de papel e com ele fazer adiantamentos aos bancos e corretores e, por meio deles, ao comércio (Idem, tomo V, p. 17)”. Tal emissão foi caracterizada por Marx como sendo “uma ilusão (Ibidem, p. 17)”, pois não poderia por essa criação monetária engendrar mais-valor e resolver os problemas da acumulação.

Em uma nota de página explicativa, Engels atualiza, em relação ao momento no qual Marx escreveu os seus esboços do livro III, alguns casos de duplicação e triplicação de capital que se desenvolvia no mercado acionário da Inglaterra na época. A formação de sociedades por ações na bolsa de Londres “[...] para a compra de certa classe de papéis portadores de juros, digamos, títulos públicos estrangeiros, títulos da dívida municipal inglesa ou da dívida pública americana, ações ferroviárias etc.” não só criou acionistas que apostavam nesse conjunto de capital fictício, mas também surgiram outras sociedades por ações que investiam nas ações daquela e emitiam novas ações. Nesses casos, comenta Engels: “[...] as ações originadas são duplicadas, ao servir de base para a emissão de novas ações (MARX, 1986, Tomo V, p. 14)”. Ademais, ambas as sociedades podiam dividir ainda os seus títulos de propriedades em duas classes: uma que recebia rendimentos fixos, quando o lucro assim o permitia, e a outra destinada a receber se sobrasse algo da divisão anterior, dando a elas um caráter ainda mais especulativo (Ibidem, p. 14).

Outro exemplo, diz respeito aos recursos inutilizáveis nos bancos das províncias inglesas que fluem para os bancos de Londres e encadeiam uma série de negócios com crédito, tais como descontos de letras de câmbio, adiantamentos e a sua disponibilização para os bill-brokers (corretores de câmbio), que em troca lhes devolviam letras de câmbio; muitas dessas letras já tinham sido descontadas antes pelos bancos das províncias e pelos próprios corretores: “O banqueiro, ao fazer adiantamentos ao bill-broker sobre as letras, que esse bill-broker já havia descontado uma vez, ele as redesconta, de fato, outra vez; mas, na realidade, porém, muitas dessas letras já foram redescontadas pelo bill-broker, e com o mesmo dinheiro com que o banqueiro redesconta as letras do bill-broker, este redesconta novas letras (MARX, 1986, Tomo V, p. 35)”. Esses descontos e o “aumento puramente técnico do capital monetário emprestável” dão ensejo a “fraudes creditícias (Ibidem, p. 35)”. Na mesma direção, mas em outro trecho do

livro, um banqueiro de Yorkshire, citado por Marx, deixa claro que o ouro, que poderia ser exigido legalmente para equivaler a todos os títulos de crédito, inclusive os emitidos pelos bancos, não era suficiente para compensar todas as promessas de pagamento em circulação caso fosse exigido, além disso admite que não se sabia o quanto das letras representavam compras e vendas reais e a quantidade entre elas que eram novas emissões para recolher as emissões antigas de letras com prazos maiores de vencimento, criando novos meios de circulação ou, na linguagem do banqueiro, capital fingido (Idem, Tomo IV, p. 302).

Entendo que muitos desses fenômenos de duplicação e triplicação do capital, narrados por Marx no Livro III, têm relação com o “embuste” do comércio da década de 1840 entre a Inglaterra, a China e a Índia. Certamente não restrito a esses países, a extensão do crédito pela cadeia de reprodução do capital, que diz respeito a uma rede intrincada de troca contra papéis representativos de mercadorias, aos quais somam-se os adiantamentos e os empréstimos dos bancos – através de dinheiro, títulos contra outros bancos ou emissão de notas bancárias pelo banco prestamista - sobre as letras de câmbio, ações, títulos públicos, papéis portadores de juros, conhecimentos de embarque, certificados de propriedade sobre mercadorias, etc., deve se compreendida como o resultado inexorável do desenvolvimento do capital, ou na situação abordada, das forças produtivas inglesas e da expansão das relações capitalistas a nível mundial. Abaixo procuro sintetizar brevemente o caso histórico abordado por Marx, que incluo como mais um exemplo dessa multiplicação fictícia de capital entrelaçada com a sua reprodução ampliada.

O sistema de comércio baseava-se na emissão de letras de câmbio tanto do lado de uma cadeia de compradores e vendedores na metrópole contra as mercadorias negociadas, quanto dos seus respectivos parceiros comerciais do lado oposto nas colônias; de posse das letras, tais proprietários desses títulos descontavam as mesmas nos bancos – antes das mercadorias serem vendidas - ou realizavam novos negócios para adquirir novas letras e pagar as antigas. Ambos os modos impulsionavam a fabricação de novas mercadorias e o seu embarque para mercados distantes; no caso dos adiantamentos nos bancos sobre as mercadorias não vendidas, inverteu-se a ordem de causalidade: “[...] não se sacava mais letras de câmbio por ter comprado mercadorias, mas se comprava mercadorias para poder sacar letras descontáveis, conversíveis em dinheiro (MARX, 1986, Tomo IV, p. 309)”. Nem sempre os bancos adiantavam dinheiro em razão da sua progressiva escassez naqueles anos, podendo emitir novas letras de câmbio tendo as mercadorias como garantia; os prazos das letras também poderiam ser alargados para estender o prazo de pagamento. Muitos desses adiantamentos ocorriam não só contra conhecimentos de embarque das mercadorias, mas também antes do embarque e até mesmo

antes de serem fabricados os produtos. Em uma citação que Marx utiliza do jornal *Economist* para tratar do assunto, consta que com o crescimento dos negócios passou-se a descontar letras sacadas contra colheitas ainda em crescimento nas colônias e o dinheiro liberado aos comerciantes importadores era investido em novas plantações nas colônias (Idem, Tomo V, p. 36). Nesse “belo entrelaçamento dos créditos”, os depositantes e aqueles que emprestam “não têm o menor controle” sobre as operações (Ibidem, p. 36). Em um dos trechos das atas da comissão inglesa que investigou as causas da crise de 1847, encontra-se a seguinte expressão de um dos depoentes: “[...] não podemos notar à própria letra se foi sacada de maneira sensata ou insensata, se representa produtos ou vento’ (MARX, 1986, Tomo IV, p. 312)”. Sobre o crédito tomado para cobrir os créditos antigos e não pagos, Marx chama esses papéis de papagaios: “O aproveitador do crédito, entretanto, fará descontar seus papagaios para expandir seu negócio, para cobrir um negócio podre pelo outro; não para fazer lucro, mas para obter a posse de capital alheio (Ibidem, p. 323)”. Sem relação com a procura por determinados tipos de mercadorias nos mercados da metrópole e da colônia, a necessidade por comprar dos importadores e exportadores era concomitante ao malogro das especulações anteriores para obterem novos adiantamentos sobre as mercadorias¹⁸⁵. Com os mercados de ambos os lados saturados, as mercadorias ou não eram vendidas ou realizavam-se com preços bem abaixo do necessário para cobrir os custos da produção. Muitas casas de desconto e bancos faliram ao não receberem o dinheiro dos descontos e empréstimos. A mesma situação aconteceria novamente na próxima década, nos anos de 1850. Ao mesmo tempo, ocorria especulação também com a expansão das ferrovias associadas ao alargamento da produção e troca de mercadorias. A emissão de ações ferroviárias impulsionava a expansão dos seus negócios para além do que seriam capazes de se viabilizarem lucrativamente, daí recorrerem a novos endividamentos. Muitas daquelas casas comerciais que especulavam com o embarque de mercadorias compravam essas ações e faziam novos empréstimos para comprar novas ações ou dar continuidade aos seus negócios. Essa prosperidade dos anos de 1840 acabaria com a crise de 1847.

Em diversos momentos nos quais Marx trata do sistema de crédito, ele procura refletir sobre a relação entre a acumulação de capital fictício ou ilusória e a acumulação real de capital. Ele também se pergunta sobre a “assim chamada pletora do capital¹⁸⁶”, se esse fenômeno

¹⁸⁵ Engels, em nota explicativa, chama isso de capital fictício, possível de ocorrer enquanto as mercadorias eram transportadas em navios veleiros, com o telégrafo e os informes sobre os mercados em ambos os países essa forma de produzir capital fictício não foi mais possível (MARX, 1986, Tomo IV, p. 309).

¹⁸⁶ O autor escreve ao longo de várias páginas algumas formas pelas quais a acumulação de capital monetário, entendida como pletora de capital, pode se distanciar da acumulação real e que não se referem somente aos

expressa a superprodução industrial ou ocorre em paralelo à acumulação. Ambas as questões estão envolvidas com sua tentativa de compreender a autonomização do capital monetário e do sistema de crédito e seus negócios derivados em relação ao processo de valorização do valor (MARX, 1986, Tomo V, p. 19). Nesse caminho, boa parte do seu raciocínio enquadra a autonomização do capital fictício, a plethora de capital e a convergência do crédito com a acumulação real dentro do ciclo periódico do capital. Assim, por exemplo, pode haver superacumulação de capital de empréstimo na razão inversa da acumulação produtiva algum tempo após a crise irromper e o capital industrial encolher, período sucedido pelo início da fase de prosperidade, quando a maior parte das operações são com capitais próprios e créditos de curto prazo entre os produtores e comerciantes (e não crédito bancário). “Na primeira fase, a plethora de capital de empréstimo é justamente o contrário da acumulação real. Na segunda fase, ela coincide com expansão renovada do processo de reprodução, a acompanha, mas não é causa dela”. Nesses dois momentos do ciclo, “[...] a expansão do processo real de acumulação é estimulada porque o juro baixo, que coincide, no primeiro caso, com preços baixos, e, no segundo, com preços em elevação lenta, aumenta a parte do lucro que se converte em ganho empresarial (Ibidem, p. 34)”. Há um breve período da fase de prosperidade em que “[...] taxa de juros baixa e, por isso, abundância relativa de capital emprestável coincidem com expansão real do capital industrial (Ibidem, p. 27)”; a disponibilidade de crédito corresponde à ocupação do capital industrial e a reprodução fluida do capital garante os refluxos para os pagamentos dando novo impulso ao crédito. Segue então um impulso via crédito para além da capacidade que o capital tem de se valorizar e se reproduzir sem interrupções, o que resulta em uma série de desproporções (MARX, 1986, Tomo V, p. 24) às quais somam-se as operações “aproximadamente puras de crédito (Ibidem, p. 34)” e as fraudes, que retroalimentam aquele empurrão na direção dos limites da reprodução e também contribuem por si para o colapso. “Tão logo ocorre uma estagnação, em conseqüência de refluxos retardados, mercados saturados ou preços em queda, há excesso de capital industrial, mas numa forma em que não pode desempenhar sua função (Ibidem, p. 24)”. Com a paralisação do processo da reprodução “surge, ao lado da carência quase absoluta de capital de empréstimo, abundância de capital industrial desocupado (Ibidem, p. 27)”. Antes da crise, porém, “os negócios parecem quase exageradamente sadios”, “em parte devido à simples emissão de letras frias, em parte devido a

processos de autonomização do sistema de crédito aos quais procuramos dar relevo, tais como o crescimento das reservas de ouro, impossibilidade de aplicação de capital em alguns ramos, interrupções em outros, transformação temporária de rendimentos em poupança, concentração e expansão do sistema bancário, etc., elevando o volume de capital monetário destinado a ser emprestado; pode haver, assim, acumulação de dinheiro e paralisação da acumulação real, embora em muitos casos sejam fenômenos que se correspondem (p. 43).

negócios de mercadorias realizados somente com a finalidade de fabricar letras”, dando a “aparência de negócios sólidos e de reflexos rápidos”, quando “na realidade, eram já há muito feitos à custa em parte de prestamistas defraudados, em parte de produtores defraudados (Ibidem, p. 24)”.

Analisando a crise cíclica que estoura em 1847, Marx afirma o seguinte: “[...] toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito [...] (MARX, 1986, Tomo V, p. 28)”. Além disso, junto a esse sistema inextricável de acumulação real e crédito ocorria “acumulação de capital de empréstimo”, que era “inchada por [...] momentos independentes da acumulação real” e gerava uma “plethora de capital monetário”. “E simultaneamente com ela tem de desenvolver-se a necessidade de impelir o processo de produção além de seus limites capitalistas: supercomércio, superprodução e supercrédito (Ibidem, p. 43)”. Ciente da altura a que chegou essa “ilusão”, Marx pondera que “[...] a esse valor acrescido do capital monetário correspondia por outra parte, diretamente, o valor monetário decrescido do capital real (capital-mercadoria e capital produtivo). O valor do capital numa forma subia porque o valor do capital na outra forma caía (Idem, Tomo IV, p. 320)”. Nessa ocasião, a crise teria sido o resultado dos países produzirem e comercializarem em demasia empurrados pelo sistema de crédito e os preços em alta. Durante a derrocada, escassearam as reservas de ouro nos bancos ingleses e o crédito¹⁸⁷, ao que foi respondido pela mudança na legislação bancária e a permissão por parte de alguns bancos emitirem notas com restrições mais brandas em relação às suas reservas. Todavia, as compras e vendas, que ultrapassaram muito as necessidades sociais; as fraudes com as letras de câmbio; a especulação com capital alheio; o aumento dos negócios fraudulentos; a drenagem de ouro de um país a outro; os capitais mercadorias desvalorizados ou invendáveis etc., “Todo esse sistema artificial de expansão forçada não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco [...] dar a todos os caloteiros [...] o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais (MARX, 1986, Tomo V, p. 28)”. De acordo com Marx, “[...] se não ocorresse acumulação real, isto é, acréscimo da produção e

¹⁸⁷ Engels, ao comentar algumas notas de Marx, explica o escasseamento do ouro nos bancos da Inglaterra como sendo provenientes do aumento dos descontos sobre letras e das importações de alimentos, em razão dos problemas internos para a sua produção (MARX, 1986, Tomo IV, p. 308). Marx relaciona o aumento da procura por capital monetário e o correspondente aumento dos juros nesse período a uma série de fatores, tais como a inflação de alguns gêneros alimentícios, subproduzidos em decorrência de más colheitas, a superprodução de outros, a saturação dos mercados, as exportações e importações forçadas com o crescimento dos negócios fraudulentos e a especulação nas ferrovias, aumentando a procura por crédito e dinheiro. No mesmo sentido, Marx fala dos gastos com os fins de guerra da Inglaterra, uma despesa não lucrativa que também consumia a poupança do país. O autor, ao comentar esse caso e com referência aos anteriores, deixa claro que boa parte da busca por capital não tinha relação com a acumulação de capital e sim com a especulação no país. O aumento do capital monetário e dos títulos de dívida não estava amparado na acumulação de capital (MARX, 1986, Tomo IV, p. 320-22).

multiplicação dos meios de produção, de que adiantaria a acumulação de títulos de dívida em forma-dinheiro sobre essa produção? (Idem, Tomo IV, p. 322)”. Por outro lado, sobretudo “nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país”, ou seja, onde seria mais ofuscante ainda aquele fetiche de que os capitais autonomizados do sistema de crédito parecem produzir riqueza por si mesmos, “[...] tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras, dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito (MARX, 1986, Tomo V, p. 28)”.

Do ponto de vista adotado por esta pesquisa, interessa dar ênfase a alguns aspectos dessa reflexão precedente de Marx que explicitam uma tendência à dissolução do capital, sabendo que há outras passagens de sua obra que contradizem ou relativizam o que venho citar a seguir, como no raciocínio da reprodução do capital em ciclos, por exemplo. Nessa direção, se por um lado o sistema de crédito, capital fictício, fraude e especulação surgem entranhados na reprodução ampliada do capital, criando novas contradições e fomentando aquelas já existentes no processo de acumulação, as quais irrompem em “colapso” a cada ciclo do capital, Marx em muitos trechos, à semelhança dos parágrafos anteriores sobre a negação do trabalho, rompe com essa noção para argumentar no sentido de uma “contradição em processo” em ritmo crescente até a sua ruptura¹⁸⁸.

O próprio ciclo, como na citação abaixo, não funciona como um simples retorno ao mesmo ponto para repetir o caminho de antes, pois trata-se de uma reprodução que amplia a escala e a profundidade do seu desenvolvimento, de sorte a assentar-se sobre bases ainda mais disruptivas a cada retomada após uma crise. É nessa direção que compreendo o argumento de Marx segundo o qual a “acumulação do capital real” – “capital produtivo” e “capital mercadoria” – se move na industrialização inglesa a patamares cíclicos cada vez mais elevados: “[...] o máximo da fase de prosperidade *antes* da crise reaparece sempre como mínimo da fase subsequente de prosperidade, para ascender em seguida a um novo máximo muito mais elevado (MARX, 1986, Tomo V, p. 38)”. Nesse movimento catastrófico da contradição em processo, a acumulação da “riqueza imaginária¹⁸⁹” na forma de “títulos de todas as espécies” como “esferas

¹⁸⁸ Nesse ponto, em algumas passagens misturam-se às contradições autodestrutivas, insolúveis e insuportáveis da reprodução social a luta da classe operária como fator decisivo para pôr um fim definitivo ao capital.

¹⁸⁹ Em uma das passagens Marx afirma que o valor dessa riqueza imaginária com o desenvolvimento da produção capitalista não tenderia a subir em decorrência da acumulação progressiva de capital, mas sim pela variação nas taxas de juros, dando a entender que a reprodução ampliada não estaria mais no horizonte com a queda tendencial das taxas de lucro: “O montante de seu valor, isto é, sua cotação na Bolsa, tem necessariamente a tendência a subir com a queda da taxa de juros, na medida em que esta, independentemente dos movimentos peculiares do capital monetário, é simples consequência da queda tendencial da taxa de lucro; de modo que, essa riqueza imaginária, de acordo com a expressão de valor de cada uma de suas partes alíquotas de determinado valor nominal original, só por essa razão se expande com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX, 1986, Tomo V, p. 20)”.

de investimento para capital emprestável” portador de juros assume um movimento cada vez mais autônomo:

Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade [...] torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo¹⁹⁰, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros [...] (MARX, 1986, Tomo V, p. 20).

Em outro trecho, que se refere à impossibilidade do lucro anterior convertido em capital monetário ser reinvestido no processo de acumulação para gerar lucro, Marx aponta para um limite da valorização do capital que, ao que tudo indica, não é algo interior aos ciclos e, por isso, passível de ser superado positivamente:

[...] se essa nova acumulação encontra dificuldades para ser aplicada, por falta de esferas de investimento, havendo, pois, saturação dos ramos de produção e oferta excessiva de capital de empréstimo, essa plethora de capital monetário emprestável mostra unicamente os limites da produção capitalista. A fraude creditícia subsequente demonstra que não existe obstáculo positivo à aplicação desse capital excedente. Ela revela, porém, um obstáculo em virtude das leis de sua valorização, em virtude dos limites em que o capital pode valorizar-se como capital. Plethora de capital monetário como tal não expressa necessariamente superprodução, nem tampouco falta de esferas de utilização para o capital (MARX, 1986, Tomo V, p. 42).

Com o “máximo desenvolvimento da produção capitalista”, a centralização dos capitais em sociedades por ações e a “superestrutura de crédito” desenvolvem as forças sociais produtivas materiais e elevam o nível de integração da produção ao ponto da ruptura do modo de produção capitalista. Ao longo desse processo, o sistema de crédito é a principal alavanca para a superprodução e a superespeculação. Tais desenvolvimentos permitem “[...] todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações (MARX, 1986, Tomo IV, p. 333)”. Os capitais centralizados, expropriadores de grande parte dos capitais menores, são impulsionados pelo crédito a se tornarem “aventureiros puros”, “Uma vez que a propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da Bolsa, em que os pequenos peixes são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da Bolsa (Ibidem, p. 334)”. Se por um lado, o “sistema de crédito acelera [...] o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial”, superando as contradições da produção capitalista, isto é, os seus entraves e limites, “Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção (Ibidem, p. 335)”.

¹⁹⁰ Com o desenvolvimento do “sistema de crédito” e “do capital monetários disponível” e, por conseguinte, da “massa dos papéis portadores de juros, dos títulos estatais, das ações, etc.”, aumenta a procura por aquele capital monetário pelos especuladores desses papéis. “Os banqueiros põem o capital monetário do público, em grandes massas, à disposição dessa ralé de comerciantes, e assim prolifera essa ninhada de jogadores (MARX, 1986, Tomo V, p. 45)”.

As características dúplices imanentes ao sistema de créditos: por um lado, desenvolver a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; por outro lado, porém, constituir a forma de passagem para um novo modo de produção¹⁹¹ [...] (MARX, 1986, Tomo IV, p. 335).

Procurei, nas linhas acima, recuperar brevemente elementos da obra de Marx que apontam para uma contradição em processo cuja tendência é a da constituição de uma barreira à valorização do valor que não pode ser ultrapassável por qualquer que seja o recurso desse poder social fetichista. Na sua plenitude, o desenvolvimento “absoluto” e “incondicional” das forças sociais produtivas, empurrado pela centralização dos capitais e o sistema de crédito, torna o tempo de trabalho “insignificante” frente ao agigantamento dos capitais e à enormidade de mercadorias. O capital ao perseguir o seu fim, tendo como fundamento o trabalho como categoria contraditória, só pode chegar no seu limite histórico. E, como ficou claro nos trechos acima, embora por certo tempo o sistema de crédito e o capital fictício autonomizados possam criar a ilusão de que o capital em crise está acumulando, isso não passa de “mera quimera”. Por ser uma forma que se apresenta sem conteúdo, o “fetichismo automático” do capital “em sua potência mais elevada” no sistema de crédito surge como “fonte misteriosa” criadora de valor, ao mesmo tempo em que não pode fazer nada contra a “máxima negação do trabalho”.

Não obstante toda essa elaboração lógica e histórica do desenvolvimento do capital, não chegamos ao seu fim. A sociedade permanece se reproduzindo e existindo por meio das mesmas categorias. As transformações da “contradição em processo” ao longo da história, porém, não invalidaram essa teoria. Continuamos, a partir daqui, desdobrando esses pressupostos teóricos da presente pesquisa através da leitura de Robert Kurz dos textos de Marx, que atualizou e radicalizou as teses aí contidas tendo em vista os desenvolvimentos do capital no último quarto do século XX em diante.

¹⁹¹ Aqui, Marx assume que “O sistema de crédito acelera [...] o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista (1986, Tomo IV, p. 335)”. Criam-se formas de transição – as fábricas cooperativas, por exemplo - para outro modo de produção; “[...] em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção (Ibidem, p. 334)”, sendo que as contradições são abolidas positivamente em favor da classe trabalhadora.

3.3 Os mecanismos de compensação externos e internos, o colapso substancial da contradição em processo e a simulação da acumulação por capital fictício

Durante um período que se estendeu até o último quarto do século XX, o capital plenamente constituído, como um “movimento em si mesmo”, pôde protelar o seu próprio limite ao lançar mão de “mecanismos históricos de compensação externos e internos”, que consistiam em formas de expansão e intensificação da produção de mercadorias a nível mundial, escreve Kurz (2014). Essas ideias já estavam presentes de certo modo em Marx, que observou o mesmo acontecendo no capitalismo da sua época, como pôde ser verificado nas páginas acima, embora ele não tenha vivido o suficiente para ver até quando essas soluções por sobre as barreiras que o capital impõe a si funcionariam impulsionando a acumulação. Para Kurz (2014), o auge da atuação desses “mecanismos de compensação” ocorreu durante a acumulação de matriz fordista e intervenção estatal de viés keynesiano entre o final da segunda guerra mundial e os anos 1970. Nessa configuração e sob a coação da concorrência, “O rápido aumento da cientificização, tecnicização e racionalização (KURZ, 2019, p. 80)” do processo produtivo elevou a produtividade média social e reduziu o tempo de trabalho necessário para a produção de cada mercadoria, conseqüentemente, barateou a reprodução da força de trabalho tornando a extração da mais-valia relativa a principal fonte da acumulação de capital no fordismo. Essa forma permitia a apropriação de uma maior quantidade de valor de cada trabalhador ao impor que ele dedicasse um maior tempo dentro da sua jornada de trabalho para a produção de mais-valia, por outro lado, a inovação dos processos produtivos dispensava cada vez mais trabalhadores, reduzindo o número de empregados por unidade de capital aplicada. Era possível produzir enormes quantidades de mercadorias mantendo constante ou reduzindo o número de trabalhadores, sendo que o incremento de nova força de trabalho dependia de investimentos cada vez maiores de capital. Em termos de composição de valor médio dos capitais, a sua parcela constante crescia permanentemente em detrimento da sua parte variável, produtora de mais-valia. Mas enquanto a reprodução capitalista compensou a redução relativa de trabalhadores pelo aumento da exploração individual da força de trabalho (mais-valia relativa), aliada ao crescimento absoluto do total de trabalhadores através de novos e cada vez maiores investimentos, o capital dispôs de uma massa absoluta de valor em expansão. A essa forma de compensação, Kurz (2014) chamou de mecanismo interno ou estrutural do capital. Outro modo interno se deu pela conversão dos setores e atividades ainda baseados em uma subsunção formal e na produção em moldes artesanais para a subsunção real, ou seja, passaram a ser progressivamente submetidos à alta produtividade do trabalho. Ergueram-se então

enormes corporações e monopólios formados a partir da concentração e centralização de capitais, que inundaram o mundo de mercadorias. A nova estrutura empresarial era o resultado da intensificação da competição, dos vultuosos custos requeridos pelos complexos processos de inovação da produção e dos produtos e da redução do valor por unidade de mercadoria. Nesse último caso, a queda da taxa de lucro por capital, resultado do aumento da composição orgânica dos capitais individuais, era compensada pela expansão da escala e do volume da produção. Combinado ao mecanismo interno, a expansão externa ou espacial sobre as sociedades ainda não abarcadas pelo capital transformava “o espaço terrestre” “num espaço global da valorização”. Desse extravasamento, alguns países periféricos chegaram a alcançar os níveis de produtividade dos países centrais em certos setores e a participar do comércio mundial exportando produtos industrializados (KURZ, 2014, p. 257-60; 2019, p. 79-82).

Enquanto as compensações funcionaram, o desenvolvimento das forças produtivas, mesmo dispensando o uso da força de trabalho nos processos produtivos e, assim, reduzindo a substância social por ela produzida, ainda não erguia um limite intransponível à valorização do valor, o “fim-em-si” do capital. A contradição era periodicamente resolvida sem, todavia, ser abolida, ao invés disso a tensão acirrava-se e replicava-se em escalas cada vez maiores. Nesse desenvolvimento ascendente, como nos ciclos do capital analisado por Marx, as crises e as paralisações funcionavam, temporariamente, como interrupções momentâneas superadoras dos obstáculos à acumulação, preparando o caminho para subseqüentes expansões de mais-valia em novos patamares de crescimento (KURZ, 2014, p. 247-8; 2019, p. 79).

Kurz destaca que o processo de expansão/compensação “estrutural e espacial” em questão foi acompanhado do aumento constante nos volumes de capitais monetários exigidos para cobrir os custos da acumulação que não podiam mais depender apenas da mais-valia social, sendo assim, o crédito tornou-se um pressuposto necessário das atividades produtivas. A insuficiência da acumulação passada para cada novo ciclo e a conseqüente dependência crescente do financiamento à produção deslocara “o eixo temporal da produção social de mais-valia [...] do passado para o futuro (KURZ, 2014, p. 297)”. Mas não foram apenas os custos dos capitais individuais que se elevaram com os potenciais da “cientificização, tecnicização e racionalização” impulsionados pela concorrência, os custos gerais da reprodução social também cresceram e com eles a necessidade do Estado também se financiar através do crédito. As despesas com as infraestruturas físicas e sociais - nomeadamente nesse período em que o Estado investia direta e massivamente na produção -, concomitantes àquelas na reprodução social - no que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social nos países centrais – e com as reparações aos danos sócio-ecológicos, todos esses gastos que deveriam acompanhar os saltos de

produtividade e as novas exigências da produção e dos serviços, tornaram as fontes de financiamento tradicionais do Estado – receitas fiscais e atividades geradoras de receita – incapazes de prover os recursos para as novas exigências da reprodução social. Esse problema relativo ao financiamento do Estado já viera à tona na época das duas guerras industrializadas mundiais, “com o seu aparelho tecnicizado e as suas gigantescas batalhas mecanizadas (Ibidem, p. 300)”, ressalta Kurz. Os custos dessa guerra não puderam ser financiados apenas com as receitas fiscais e o apoio do crédito, daí a suspensão do lastro em ouro e a emissão de papel-moeda e dinheiro escritural pelos bancos estatais, culminando na desvalorização do dinheiro e na inflação. As modalidades de financiamento do “complexo militar-industrial cientificizado”, seguido historicamente pelos altos custos do Estado de bem estar social e o recurso ao crédito pelos capitais individuais impediam que o dinheiro permanecesse lastreado na sua base metálica, fato que continha um potencial inflacionário que avançou incessantemente desde o início do século XX como uma inflação estrutural (KURZ, 2014, p. 301-2; 2019, p. 75-6).

Outro fenômeno crítico que acompanha a acumulação fordista-keynesiana é a ascensão do setor de serviços, em grande parte composto de trabalho improdutivo¹⁹² consumidor de mais-valia, que significa um custo no âmbito do capital social global. Os produtos resultantes desse trabalho, apesar de assumirem a forma de mercadoria, gerarem lucro para os seus proprietários e serem imprescindíveis para os novos patamares da acumulação, não adicionam valor no cômputo final dessa substância social, além de dependerem igualmente de crédito. Esse dispêndio improdutivo avança também com a participação de parcelas cada vez maiores de capitais individuais e regiões nacionais que não acompanham o desenvolvimento da

¹⁹² Kurz (2019) admite as dificuldades em conceitualizar o trabalho improdutivo, presente já na obra de Marx. Ele procura diferenciar o trabalho produtivo, formal e substancialmente abstrato, por isso criador de valor, daquele improdutivo ou apenas formalmente abstrato, que não cria mais-valia. A definição mais precisa e que escapa das delimitações positivistas e materialistas se dá no plano do capital global. Todo o trabalho executado cujo destino é a reprodução ampliada do capital, ou seja, que é consumido produtivamente, seria trabalho produtivo. Do contrário, os trabalhos corporificados em mercadorias consumidas improdutivamente (crianças, aposentados, equipamentos bélicos, funcionários públicos, algumas infraestruturas, etc.) são trabalhos improdutivos, independentemente da sua forma material (automóvel) ou imaterial (corte de cabelo). Há também aqueles que em princípio, como definia Marx, são improdutivos, tais como os trabalhos realizados para viabilizarem a metamorfose formal das mercadorias e não participarem ativamente da sua produção: transações comerciais, jurídicas e monetárias. Os trabalhos improdutivos, embora remunerados e submetidos à forma fetiche, são custos gerais que consomem valor socialmente produzido. O potencial crítico do crescimento do trabalho improdutivo está na generalização do trabalho e do consumo improdutivos. A viabilidade substancial do capital depende, afirma Kurz, de um aumento coincidente entre trabalho produtivo e consumo produtivo, “[...] de modo a fazer coincidir em amplitude suficiente forma-fetiche e substância-fetiche (2019, p. 66)”. Kurz, no seu último livro “Dinheiro Sem Valor”, não se deteve e nem reelaborou essa discussão para fundamentar a reprodução dessubstancializada do capital. Em uma discussão que se aproxima mais concretamente do problema, Alfredo (2010, p. 47-8), ao consultar os relatórios econômicos do presidente dos EUA, demonstra que o setor de serviços em 2008 era responsável por 84,64% dos empregos. Consoante à “contradição identitária do capital”, o autor apresenta também pela mesma fonte, no período de 1964 à 2008, o declínio do número de empregos na indústria e o aumento inverso e vertiginoso da produtividade material.

produtividade média social e sobrevivem apenas subsidiados pelo Estado ou se reproduzem deficitariamente apoiados em créditos e operações de capital fictício.

Mas “Quando a terceira revolução industrial da microeletrônica deu por terminada a era fordista” (KURZ, 2014, p. 265) nos anos 1970, isso significou que o elevado desenvolvimento das forças produtivas pôs um fim nos mecanismos de compensação, daí em diante a expansão da massa absoluta de mais-valia global estancou e não superou mais os custos gerais crescentes da reprodução social mediada por mercadorias, incluídas aí as obrigações com o crédito. Houve uma mudança qualitativa nas condições de valorização, o aumento das forças produtivas passou a poupar força de trabalho em um patamar no qual a expansão da mais-valia relativa e o aumento do volume de mercadorias disponíveis, através da produção em massa contendo cada vez menos valor por mercadoria, não foram suficientes para compensar a perda na produção de valor, muito menos adicionar quantidades maiores de mais-valia no plano da totalidade dado o declínio do trabalho a nível global (Ibidem, p. 258-266). Ao contrário do fordismo, afirma Kurz, “[...] a ‘racionalização’ que torna supérfluo o dispêndio de trabalho humano anda, pela primeira vez na história capitalista, mais depressa e assume uma dimensão maior do que o embaratecimento a ela associado e o correspondente alargamento dos mercados (Ibidem, p. 267)”. No que se refere à expansão exterior por sobre as relações, atividades e regiões não abarcadas pelo capital, quando já não sobrou “uma única zona ‘virgem’ de capitalismo” esgotou-se também essa forma de compensação, “uma vez que não há volta a dar ao facto de a Terra ser um espaço finito (Ibidem, p. 260)”.

A acumulação fordista correspondeu à mundialização do capital em “níveis cada vez mais elevados, sem jamais poder voltar atrás (KURZ, 2019, p. 81)”, por isso não pode ser entendida como um simples modelo de acumulação, foi sim uma possibilidade única na qual a massa absoluta de valor superou os custos com a cientificização, a racionalização, os custos com os créditos, a reprodução do Estado e os gastos improdutivos da reprodução social. Para Kurz, a história do capitalismo não seria a de simples sucessões aleatórias de estruturas, de modo que elas pudessem repetir-se ou retornar a situações pretéritas, mas de uma dinâmica autodestrutiva, “A sua vitória absoluta deve portanto coincidir historicamente com o seu limite absoluto [...] (Ibidem, p. 81)”; o que Marx chamou de contradição em processo. O capital atinge tal limite como um colapso substancial, enquanto no plano fenomênico a acumulação continua em termos formais impelida pelo capital fictício e o dinheiro sem substância nas suas diversas formas. As cadeias de crédito e os negócios financeiros passam a ocupar a lacuna deixada pelo valor e tornam-se imprescindíveis para a reprodução do Estado e dos capitais individuais (Ibidem, p. 83).

Acrescento aqui um breve comentário para recuperar a síntese acima sobre o capital portador de juros e o crédito no livro III de O Capital. Como visto, Marx analisou o processo de acumulação entrelaçado ou mediado por crédito, chegando a ser determinado por mera especulação ao ponto de atingir uma acumulação puramente fictícia, embora ele circunscrevesse o fenômeno à periodicidade dos ciclos; ao mesmo tempo, encontra-se também no seu argumento um movimento que parece acompanhar a negação do trabalho, apontando para uma crescente autonomização do capital fictício em relação à acumulação real em declínio. Importante lembrar que nessas passagens o Estado também é descrito como dependente da dívida pública e o Banco da Inglaterra está envolvido em operações com capital fictício e com quantidades sempre oscilantes de ouro em seus cofres, o que não permitiria a essa instituição equivaler o crescente crédito em metal. Apesar disso, não encontrei nos seus textos, talvez por razões históricas ou por ele pensar que o capital sucumbiria antes de alcançar esse nível de desenvolvimento, algo como uma tendência permanente à simulação da acumulação, como interpretado por Kurz ao olhar o momento atual, ainda que Marx tenha retratado a existência dessa ilusão provocada pelo sistema de crédito presente o tempo todo na reprodução ampliada e seu exacerbamento no ápice do ciclo da produção industrial. Em Kurz, portanto, há um desacoplamento do capital portador de juros e do capital fictício em relação ao valor que não pode mais ser reacoplado, pois a “relação-capital” atinge um novo grau ainda “mais alienada e mais fetichista” com a dessubstancialização. A coisa capital realizou a sua abstração da relação com o trabalho e o fetiche automático de que pode criar valor a partir de si faz ainda mais sentido nas relações cotidianas. Em sua máxima potência de inversão e reificação, já antevista por Marx, essas categorias passam a ser determinantes para a reprodução social, que já não pode mais existir sem o seu impulso incessante; elas criam a ilusão ou a ficção de uma acumulação social de valor.

Dando continuidade ao argumento anterior de Kurz, a “revolução neoliberal na política econômica e monetária”, estatalmente induzida, em resposta à crise de acumulação e ao endividamento estatal do boom fordista, não ergueu, segundo ele, um novo modelo de acumulação já impossível, mas abriu “as comportas a um processo de endividamento global em todos os planos, sem precedente histórico e já sem o travão do padrão-ouro, e a uma arquitectura de bolhas financeiras montada sobre este processo e igualmente sem precedente (KURZ, 2014, p. 304)”. O financiamento à produção e ao consumo, que não pode mais ser acompanhado pelos níveis necessários de produção de mais-valia e emprego, simula a produção de valor real e o ciclo do capital continua, portanto, “abre-se um gigantesco buraco negro entre o passado e o futuro da formação de substância do valor (Ibidem, p. 306)”. O neoliberalismo marcou o

deslocamento do endividamento do Estado para a sua generalização entre consumidores e capitais particulares, sem que o mesmo Estado ficasse de fora no consumo do futuro. A crise mundial de 2008, “sinal de se ter alcançado o limite interno absoluto do capital”, foi contornada com a impressão de moeda e o endividamento massivo do Estado, expresso na crescente dívida soberana, elevando o potencial de desvalorização das figuras do capital. Segue então ao fim da acumulação fordista um “capitalismo de cassino”, época na qual os ganhos reais negativos ou insuficientes de frações cada vez maiores do capital, dos bancos, Estados e pessoas físicas, são substituídos pelas apostas nos mecanismos financeiros para auferir renda (KURZ, 2014, p. 88; 2019, p. 314-5).

Segundo Kurz, “a reprodução real tornou-se o apêndice de uma gigantesca bolha de ‘capital fictício’ nas suas diversas formas fenomênicas e nos seus diversos estados de agregação (2019, p. 87)”. O capitalismo de cassino tornou-se “uma condição estrutural” das economias nacionais, formando “circuitos deficitários internacionais” que alimentam o Estado e as empresas com capital monetário, reaparecendo como investimentos, subsídios, consumo estatal, empréstimos, etc.

Há pelo menos uma década, não se faz mais que simular a acumulação capitalista com expedientes monetários, de modo que o capital depende do pulmão de aço dos processos fictícios de criação do valor: no plano das economias nacionais, por intermédio do endividamento estatal e do “capitalismo de cassino”. E, no plano da economia mundial, com a ampliação do “capitalismo de cassino” aos mercados financeiros, que se tornaram incontroláveis, e com os grandes circuitos deficitários internacionais. É lógico que a reprodução capitalista, mais cedo ou mais tarde, será reconduzida à sua base real, através de uma violenta contração das massas de dinheiro sem substância (KURZ, 2019, p. 94).

O Estado e a política nada podem fazer contra esse limite a que chegou a acumulação de capital, nem, por conseguinte, contra o seu próprio limite. A ofensiva neoliberal ou a tentativa de outro modelo de acumulação e regulação com peso maior do Estado não podem driblar o fato de que o polo estatal-político da modernidade opera no interior das categorias em crise. Esse lado da contradição é totalmente dependente da economia e do mercado, ou seja, da valorização do valor para financiar a si e a todas as atividades derivadas, das escolas ao aparelho militar e policial. As ações e funções do Estado que precisaram crescer na mesma medida em que se expandiram os mercados e a produção de mercadorias, pois “quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado (KURZ, 1997, p. 102)”, deparam-se com a inviabilidade do seu financiamento. A explosão das dívidas do Estados e a inflação decorrente dos expedientes de criação de moeda expressam a impossibilidade de arcar com os custos estatais da reprodução social.

Contra todas as ilusões acerca do ‘primado da política’, demonstrou-se há muito tempo, na prática, que, por obra do dinheiro, o Estado é uma instância fundamentalmente desprovida de autonomia diante do mercado e que a política, por

sua vez, diante da economia, constitui uma esfera também fundamentalmente desprovida de autonomia (KURZ, 1997, p. 107-108).

3.4 O neodesenvolvimentismo brasileiro no processo de desubstancialização do capital

Recorro, abaixo, às reflexões de Maurílio Botelho e Fábio Pitta para situar a reprodução do capitalismo nacional do período em questão na relação com o capital global em colapso. Diferentemente das interpretações do segundo capítulo, esses autores assumem a ideia acima exposta de que houve um esgotamento daqueles mecanismos de compensação diante do limite absoluto da acumulação de capital, o que implica também em limitações do aparelho estatal e seu fundo público para promover, por exemplo, o bem estar social. Nesse sentido, as bolhas de capital fictício não se apropriariam do mais valor do país ou ergueriam novos modelos de acumulação financeirizados, mas mediar-se-iam com a economia local ficcionalizando a reprodução neodesenvolvimentista do capitalismo brasileiro.

Segundo Botelho, “Foi o ciclo de liquidez abundante nos mercados financeiros internacionais – que fluíram ao Brasil principalmente por meio do mercado de exportação de *commodities* – que permitiu o relativo crescimento da década anterior, inflando o ‘espetáculo do crescimento’ (2019, p. 185)”. Essa liquidez captada pelo país, elevando a sua capacidade de produção e o volume de endividamento, isto é, “que injetou ânimo na economia nacional”, já era o resultado do transbordamento “do circuito deficitário sino-americano” (Ibidem, p. 190).

Dando prosseguimento à sua explicação de que o crescimento do país “não era efeito de uma política interna independente e muito menos de uma autonomia econômica (BOTELHO, 2019, p. 185)”, mas dos capitais superacumulados que fluíram para o Brasil, o autor divide o governo Lula em dois momentos: um primeiro, baseado nos ganhos com as exportações de *commodities* (aumento da produção, das reservas cambiais e elevação dos preços), puxados principalmente pelo consumo da China (ferro, cimento, soja, carne, etc.), e fortalecimento desses complexos industriais, que recebiam créditos públicos mais baratos, além de investimentos externos e créditos privados, e um segundo, quando a “liquidez abundante” daí decorrente permitiu ao governo implementar, sobretudo a partir do endividamento público em condições de maior atratividade (economia com bom desempenho, câmbio apreciado e juros altos), uma política anticíclica durante a crise de 2008 e adiante, elevando as taxas de investimento público, como no PAC, MCMV e nos setores produtivos envolvendo as descobertas do pré-sal, além de fortalecer o mercado consumidor com crédito barato e valorização do salário mínimo. Nesse segundo momento do governo, o endividamento público

saltou na mesma proporção desses investimentos, ou seja, foi a condição indispensável para a nova versão desenvolvimentista do país¹⁹³ (Ibidem, p. 187-8). Isso significa que,

ao contrário do que prega a doutrina econômica, o “espetáculo do crescimento” não foi uma função da taxa de investimentos. A relação é mais complexa: a taxa de investimentos é que resultou do excesso de liquidez mundial. Para evitar uma plethora, recursos monetários foram desviados para a formação de capital fixo, principalmente por meio do endividamento estatal. Foi o crédito farto que permitiu o forte investimento realizado pelo Estado (com parcerias privadas) durante o período de *boom* das *commodities* e, principalmente, no chamado “neodesenvolvimentismo” (BOTELHO, 2019, p. 186-7).

Pitta (2020, p. 105-119), ao se debruçar sobre esse “ciclo de liquidez abundante”, situa temporalmente as duas bolhas que atravessam a primeira década dos anos 2000, a das *commodities* e a imobiliária dos EUA e Europa, como resultados de uma bolha anterior, rompida no início deste milênio nos EUA. O dinheiro proveniente dessa ruptura inflou as outras duas grandes bolhas, que também interagiam entre si. Uma importante característica dessas bolhas mais recentes, ressalta o autor, é a participação dos mercados de derivativos de diversos tipos na simulação da acumulação capitalista que, por sua vez, refletem nos preços daquilo que esses títulos representam. No Brasil, a possibilidade de auferir maiores ganhos com os derivativos de *commodities* a partir de 2002, do que em outras aplicações nos mercados centrais, atraiu as poupanças de diversos países para a compra de contratos dessas mercadorias, o que elevou os seus preços no futuro e no presente em um movimento de retroalimentação de negócios e ascensão dos preços. Na época, as empresas produtoras de *commodities* financiavam-se em dólares (em baixa frente ao real) no mercado de capitais sobre os preços futuros de suas mercadorias em ascensão, isso em quantidades muito acima das suas capacidades produtivas, situação que levava tanto à expansão intensiva, com aumento da produtividade, da composição orgânica de seus capitais e dispensa de trabalho, quanto extensiva da produção, por áreas cada vez maiores, expropriando e fomentando o mercado de terras, que mais à frente se autonomizaria da própria produção, como negócio envolvendo exclusivamente a compra e venda de terras. O crescimento dessa produção e da exportação com preços em elevação, em um movimento de simulação de acumulação de capital promovida pelos capitais fictícios, tornaram a balança comercial e a conta corrente do balanço de pagamentos superavitária. Os títulos da dívida pública brasileira passaram a atrair os investidores “com o

¹⁹³ “Sempre justificada pela sua comparação com as reservas cambiais (dívida líquida), o endividamento foi parte essencial da ampliação da infraestrutura do país. Ampliação de universidades e centros de ensino, expansão de portos e aeroportos, retomada da indústria naval, construção de novas refinarias em várias partes do Brasil e investimentos em transporte em quase todas as capitais – o que ocorreu foi uma substituição da mera política de exportação de *commodities* por um “neodesenvolvimentismo” amplamente baseado em parcerias público-privadas, não sem contar com “megaeventos” que legitimaram publicamente muitas dessas “alianças estratégicas” (BOTELHO, 2019, p. 188)”.

próprio Brasil se tornando, então, uma espécie de bolha financeira (Ibidem, p. 116)”. Assim capitalizado, o Estado investia em infraestrutura física e social, fomentava a produção e “programas de assistência social de distribuição de capital fictício” (Ibidem, p. 117). A bolsa de valores brasileira também passou por uma alta exponencial, levando à novas ofertas públicas de ações, alta de preços e estimulando a produção e o consumo mediados pelos capitais fictícios dos investidores internos e externos. A captação em bolsa e o endividamento pautado na precificação das ações moviam expansões intensivas e extensivas das empresas e apareciam como expansão dos lucros¹⁹⁴. A apreciação do real provocada pela grande entrada de poupança externa e o diferencial das taxas de juros entre os países levaram muitas empresas não exportadoras a adquirirem empréstimos em dólar sobre os seus ativos. Com a irrigação de capital fictício por todos os lados, “A produção de mercadorias internas ao Brasil pôde, assim, simular uma acumulação de capital [...], a qual apareceu como crescimento econômico (Ibidem, p. 117)”. “O processo de simulação da realização das mercadorias produzidas e que resultou em crescimento econômico sem valorização do valor teve, assim, seu momento interno à economia brasileira (Ibidem, p. 118)”.

O autor traça um movimento de “crescimento da economia nacional” à semelhança de um ciclo econômico, porém, ficcionalizado¹⁹⁵, em oposição às concepções tradicionais dos

¹⁹⁴ Em sua tese, Pitta (2016) já tinha observado essa expansão crítica simulada através da agroindústria canavieira. É a especulação financeira, segundo ele, no cerne da empresa chamada de “produtiva”, que permite e determina a sua reprodução: “a ascensão dos preços dos títulos de propriedade, ações e mercadorias de uma empresa é desejável em relação ao que diz respeito à capacidade de expansão de seu próprio capital, que será posto na e determinará a própria produção de suas mercadorias (2016, p. 44)”. Durante os anos 2000, essas empresas expandiam-se em produtividade, área e produção endividando-se sobre os seus ativos – capital fixo, terras, ações e mercadorias. Foi, principalmente, sobre os preços em elevação do açúcar e do etanol, junto ao dólar e as taxas de juros em baixa no mercado internacional, que o alavancamento das empresas ocorreu e permitiu as subseqüentes expansões com vistas a pagar as dívidas pregressas, um movimento que se retroalimentava até quando foi interrompido pela reversão desse quadro e a impossibilidade desse ciclo de dívidas sustentar-se em meio aos efeitos da crise mundial de 2008, desaguando em falências e fusões de muitas empresas. Mas a reprodução crítica do setor contou também com a participação estatal através dos empréstimos subsidiados, o aumento do preço da gasolina e da porcentagem do etanol nesse combustível, a redução ou isenção tributária e as linhas de financiamento especiais. Todo esse fomento esteve atrelado ao próprio boom das commodities e seus derivativos pela capacidade de atrair capitais ociosos que financiaram o Estado.

¹⁹⁵ Nas palavras do autor: “Apresentaremos que a partir da dessubstancialização do capital e da determinação do capital fictício para a reprodução da sociedade capitalista em sua crise fundamental, a inflação dos títulos de propriedade (KURZ*, 2005) nos mercados de comercialização de dinheiro (financeiros) passa a definir os preços das mercadorias a nível mundial e a capacidade de investimentos de uma empresa e de consumo da sociedade em geral. Enquanto tais preços estão altos, como é o caso de momentos de bolhas de dívidas e financeiras, as empresas podem adquirir dívidas sobre tais preços, investir no desenvolvimento das forças produtivas e aumentar a composição orgânica de seus capitais, que apenas podem simular ficticiamente valorizar o valor enquanto tais preços continuam a subir e a realização das mercadorias também é simulada por meio também do endividamento da sociedade. O endividamento das empresas, medido em relação aos preços dos títulos de propriedade, parece relativamente baixo e sua adimplência continua a ocorrer. Quando a bolha financeira estoura e os preços dos títulos de propriedade declinam as empresas não conseguem novos créditos para simular a realização de sua produção e pagamento das dívidas anteriores, as famílias reduzem o consumo, o que aparece socialmente como crise de subconsumo, embora isso seja apenas uma consequência do estouro da bolha e não o cerne desta. Por um tempo,

ciclos de crescimento e crise que, não raro, culpam os excessos especulativos e a expansão do crédito como responsáveis pelas fases de declínio periódico das economias. Dada a desubstancialização do capital, o movimento fenomênico de crescimento, expansão e crise das economias nacionais recentes e dos seus capitais individuais foi desde o início determinado e articulado com o mercado de capitais e seus preços. O movimento de expansão intensiva e extensiva da produção e do consumo das mercadorias correspondentes foi capaz de perdurar enquanto o encadeamento de apostas financeiras, da precificação de títulos de dívidas e derivados, bem como do endividamento das famílias se sustentou. Do ponto de vista dos sujeitos objetivados, o

fetichismo da mercadoria da abstração que se realizava na representação corpórea fantasmagórica (e por isso contraditória e não idêntica) do valor – que assim, não está contido nas mercadorias – é agora *simulado* por meio do capital fictício, que também se representa fantasmagoricamente na corporeidade das mercadorias (PITTA, 2020, p. 104).

3.5 A entrada do capital fictício internacional no Brasil

A partir daqui, continuo desdobrando o argumento no mesmo sentido de Pitta (2016, 2020) e Botelho (2019), mas tendo em vista a relação das diversas formas de financiamentos através dos mecanismos de capital fictício com o boom e a crise da produção de habitações. Começo pela descrição da entrada de uma fração do capital fictício global que alçou o Brasil entre os principais destinos do investimento estrangeiro no mundo, em seguida procuro demonstrar a articulação desses montantes de valores monetários com a conjuntura de crescimento do setor da construção, o bom desempenho das finanças do Estado, junto às suas políticas para a habitação, e com a formação de um amplo mercado de compradores da casa própria.

De acordo com as interpretações do segundo capítulo, a entrada sem precedentes desse capital parece confirmar a consolidação da plataforma de valorização financeira no país, a qual

em razão do alto endividamento das empresas, na verdade estas continuam a tentar expandir sua produção, mesmo em condições financeiras “piores” do que as do momento anterior, o que continua a inundar o mercado com mercadorias que não mais se realizam, agravando o fenômeno de crise econômica. No caso do Brasil, isso ocorreu com a economia nacional como um todo, já que a inflação de títulos de propriedade como as ações de empresas em bolsa de valores, os preços das commodities, os preços do real e do dólar como derivativo cambial e da dívida interna e taxa de juros brasileiras foram centrais para a simulação de acumulação capitalista no Brasil e apareceram como crescimento econômico entre 2003/2004 e 2012, 2013. Após a queda nos preços das commodities, em 2008 e de forma mais aprofundada a partir de 2011 – o que apareceu como queda na taxa de lucros – as empresas ainda continuaram tentando o desenvolvimento de suas forças produtivas e o aumento da composição orgânica de seus capitais, que no momento de auge da bolha haviam sido relativamente altos (PITTA, 2020, p. 64-5)”. **Das Weltkapital: Globalisierung und innere Schranke des modernenwarenproduzierenden Systems [The world capital: globalization and the internal limit of the the modern merchandise production system]*. Edition TIAMAT, Alemanha, 2005.

teria permitido aos capitais internacionais explorarem eficientemente o desenvolvimento geográfico desigual em busca de valorização, sendo a financeirização um dos meios de se efetuar o ajuste espacial ou a acumulação por espoliação. Em que pese a importante crítica dessas pesquisas ao poder da classe rentista e do capital financeiro nos arranjos políticos e na criação do ambiente construído, escapa nessas leituras a inversão entre o produtivo e o financeiro do atual período de reprodução do capital, como já citado pela reflexão de Botelho no caso brasileiro: “[...] ao contrário do que prega a doutrina econômica, o “espetáculo do crescimento” não foi uma função da taxa de investimentos. A relação é mais complexa: a taxa de investimentos é que resultou do excesso de liquidez mundial” (BOTELHO, 2019, p. 186-7). Desse modo, o neodesenvolvimentismo deve vir ao entendimento não como parte de uma financeirização mundial e de sua plataforma nacional promotoras de uma valorização ainda mais perversa, pois lança mão de recursos típicos da acumulação primitiva e açambarca o valor que poderia constituir a tão esperada soberania nacional com justiça social, a hipótese é a de que as finanças desacopladas da substância social estruturam uma paisagem física e material ou uma nova fronteira incapaz de engendrar crescimento alicerçado na valorização do valor.

Acredito que os números a seguir devem complementar aqueles apresentados no primeiro capítulo deste texto e em conjunto dar uma noção do crescimento dos capitais internacionais no país que inflaram a “bolha Brasil” (Pitta, 2020) no sentido mais amplo, isto é, tanto dos capitais individuais quanto do Estado brasileiro. Quanto aos dados, mantive a linguagem utilizada pelos seus autores, que não têm qualquer reflexão sobre as categorias históricas do capitalismo e a crise do processo de valorização.

Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008, o mercado de capitais teve os três melhores anos da história recente, afirmavam Barbosa e Souza (2010, p. 19) no ano de 2010, com emissões primárias de R\$ 400 bilhões. A entrada líquida de investimento estrangeiro direto - considerado menos especulativo e de mais longo prazo -, comparando a soma entre os triênios 2003-05 e 2006-08, passou de US\$ 43,3 bilhões para US\$ 98,5 bilhões; a entrada líquida dos investimentos estrangeiros em carteira foi de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 58,6 bilhões; o saldo de outros investimentos no país passou de um déficit de US\$ 48,8 bilhões para um superávit de US\$ 31,7 bilhões. Os investidores brasileiros e as empresas nacionais aproveitaram os elevados lucros impulsionados por esse capital fictício e o real valorizado para comprarem ativos no exterior, assim o investimento direto do Brasil no exterior saltou de US\$ 12 bilhões, entre os anos 2003-2005, para US\$ 55,7 bilhões entre 2006-8 (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 19-20).

Essa entrada de capital não arrefeceu após a crise de 2008, apesar de uma breve interrupção, pois com a redução das oportunidades nos países centrais o Brasil passou a receber

grandes volumes de investimentos diretos estrangeiros (IDE), com destaque para os anos de 2011 a 2014, quando esteve brevemente entre os cinco que mais receberam investimentos no mundo¹⁹⁶ (SILVA FILHO, 2015). Paradoxalmente, isso ocorreu em um contexto de “[...] progressiva deterioração das expectativas em relação ao desempenho futuro da economia brasileira, derivada tanto da estagnação da produção interna quanto do aumento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos do país”, situação que se agravou em 2014 e culminou na saída de capital e desvalorização do real (Ibidem, p. 6). Do ano de 2003 até 2011, o IDE cresceu quase ininterruptamente, atingindo o pico nesse último ano e recuo dos fluxos a partir de 2012; em termos de estoque, o montante saltou de US\$ 132 bi em 2003 para mais de US\$ 700 bi em 2014. No final de 2011, a inflexão mais acentuada se deu na parte do IDE que privilegiava a ampliação da capacidade produtiva, o chamado *Greenfield* – voltado para a criação e expansão da capacidade produtiva das companhias estrangeiras. Desde então, “uma parcela cada vez maior desses recursos parece estar sendo absorvida para fins de transferência de propriedade (fusões e aquisições), aplicações financeiras e recomposição do caixa das filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil (Ibidem, p. 9)”. No período de 2003 a 2014, somente um pouco mais da metade do montante total do IDE, a quantidade de US\$ 356 bi, foi destinado a ampliar a capacidade produtiva no país¹⁹⁷.

Outra fração dos investimentos pouco comprometida com essa expansão, segundo Silva Filho (2015), pois mais volátil e direcionada para os ganhos de curto prazo, o investimento estrangeiro em carteira (IEC) – renda fixa, ações, debêntures, derivativos, etc. - saiu de US\$ 15 bi em 2001 para um estoque de mais de US\$ 450 bi no primeiro semestre de 2014. Os fluxos que cresciam desde 2007, com queda em 2008 em razão da crise internacional, e recorde de fluxo em 2010, passam a recuar e oscilar em patamar inferior aos anos anteriores. A maior parte desses investimentos se concentrou cada vez mais em ações de companhias brasileiras e títulos da dívida pública, sendo que desde 2009 foi nessa última onde mais houve crescimento. Isso explica, como analisado por Botelho (2019) e Pitta (2020), o aumento da capacidade do Estado brasileiro estabelecer medidas de crescimento econômico e distribuição de renda, por exemplo. Ao longo dos anos compreendidos entre 2003 e 2014, boa parte dos investimentos em ações, dívidas públicas e privadas foram realizados em títulos contabilizados em reais, fato que, de

¹⁹⁶ Entre 2010 e 2013 metade dos fluxos de capitais globais entraram nos países emergentes, decorrentes da expansão monetária dos países ricos e da subvalorização da moeda nos países asiáticos (CARVALHO, 2018, p. 60-2).

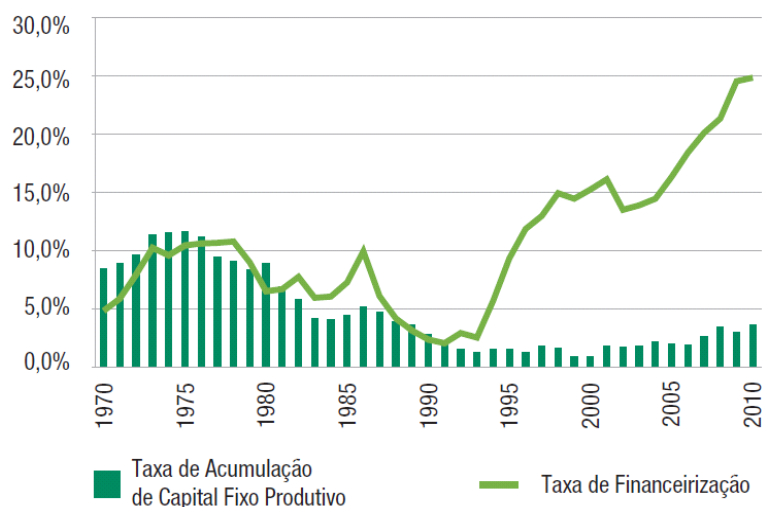
¹⁹⁷ O IDE greenfield somou, entre 2003 e 2014, por volta de US\$ 356 bi e gerou 778 mil empregos diretos. Os principais setores beneficiados, em ordem de importância, foram: mineração e siderurgia; comunicações; indústria automobilística e autopeças; serviços financeiros; carvão, petróleo e gás natural; alimentos e tabaco; energias renováveis; química; máquinas e equipamentos; celulose, papel e embalagens (SILVA FILHO, 2015, p. 10).

acordo com o autor, reduziu o risco de escassez de divisa e elevou a confiança quanto à solvência do país; a moeda nacional também ganhou grande participação no mercado de derivativos internacionais (SILVA FILHO, 2015, p. 14 – 6).

Uma informação paralela, mas que vale a pena ser mencionada por ser consoante com a baixa participação dos investimentos na expansão da capacidade produtiva, já que a maior parte estava comprometida com as transações financeiras e especulativas de curto prazo, dando a ideia ilusória de multiplicação de capital nos termos de Marx, refere-se à relação entre esses componentes no mercado nacional. Bruno e Caffé (2015) argumentam que, a partir da década de 1990, há uma cada vez menor correlação entre os estoques de ativos financeiros – títulos privados, públicos, aplicações em poupança, etc. – e os de capital fixo – máquinas, equipamentos e construções não residenciais -, ou seja, a poupança nacional deixa de elevar a taxa de investimentos e financiar a formação bruta de capital fixo para apropriar-se de ganhos com os ativos financeiros mais líquidos e rentáveis¹⁹⁸, ou por outras palavras, a autonomização do capital como $D - D'$ deixa de se mediar mais diretamente, em sua maioria, com a produção de mercadorias e a exploração do trabalho para meramente simular a valorização nesses mercados; isso não significa, como apresentei acima, que o capital fictício desses ativos não impulsionem a produção e o consumo de mercadorias, ao contrário, através da valorização fictícia desses títulos na esfera financeira e da sua busca por acumulação na chamada economia real é que foi erguido o neodesenvolvimentismo brasileiro, pois esses capitais atravessam, por diferentes meios, a chamada economia real e a formação de capital fixo. Abaixo, o gráfico que explicita tal relação:

¹⁹⁸ “No período 1994-2010, a razão ativos financeiros/ativos fixos produtivos descola-se rapidamente da taxa de acumulação de capital. Isto é uma expressão característica dos processos de financeirização. Neste contexto, os capitais encontram fácil e rapidamente os canais institucionais para revalorizar-se através da ampla gama de ativos financeiros de alta rentabilidade e liquidez que uma economia financeirizada oferece, com garantias do Estado. Entre outras consequências macroeconômicas adversas, observa-se queda substancial do investimento em capital fixo produtivo e, em seguida, sua permanência em níveis historicamente muito baixos e inadequados à continuidade do processo de desenvolvimento econômico. Isso decorre do fato de que a financeirização eleva rapidamente o custo e os riscos inerentes as imobilizações de capital, que são, contudo, necessárias ao crescimento econômico e a geração de emprego e de renda (BRUNO; CAFFÉ, 2015, p. 51)”.

Gráfico 26: Financeirização e acumulação de capital fixo produtivo (1970-2010)



Fonte: Dados do Ipeadata e IBGE (BRUNO; CAFFÉ, 2015, p. 51)

Vê-se então que, apesar do aumento da taxa de acumulação do capital fixo abarcando parte do período aqui estudado ter sido muito pequena, ocorrendo em maior medida principalmente a partir de 2007 se comparado com a quase totalidade dos anos 1990, essa inversão no setor produtivo foi determinante, junto aos capitais internacionais, do que apareceu como crescimento econômico nacional e da construção civil no caso aqui em estudo. A taxa das transações financeiras, porém, demonstram o predomínio das operações “puramente fictícias”, das “quimeras” de multiplicação de capital, conforme as palavras de Marx. A baixa participação dos investimentos Greenfield no total das entradas no país parece ter um destino semelhante, além de servir para recompor o caixa das empresas cada vez mais endividadas, como indica a pesquisa de Almeida, Novais e Rocha (2016), ou às operações de centralização de capital (SILVA FILHO, 2015, p. 9); nessas, um capital cresce aqui porque outros perdem acolá e, embora gere crescimento para o capital centralizador, do ponto de vista global não há nessas operações criação de mais-valor para a sociedade. O oposto, porém, desejado por Bruno e Caffé (2015), de que esse capital fosse direcionado para o setor produtivo, não significaria, na perspectiva aqui adotada, um renovado processo de acumulação de capital e desenvolvimento nacional.

Ainda assim, cabe ressaltar que essas operações fictícias ao elevar a demanda por títulos de propriedade, dívidas e derivativos, aumentando os seus preços, corroboram para a aparência de reprodução ampliada¹⁹⁹ através, por exemplo: da redução dos juros do país; da apreciação do câmbio e o consequente aumento do consumo sem inflação; ao servirem de lastro para a

¹⁹⁹ Baseio-me nas pesquisas de Pitta (2016, 2020, 2022) para formular a relação entre a inflação dos títulos de propriedade, dívidas e derivativos com a inflação das mercadorias e a simulação de acumulação nas economias nacionais.

emissão de novas dívidas; da capitalização das empresas; do aumento da confiança e melhores condições de financiamento para o estado e os capitais individuais; via transmissão de preços no mercado de futuros às mercadorias produzidas, etc. A valorização fictícia desses títulos na esfera financeira e/ou a busca desses capitais por acumulação na produção das empresas é que ergueram e sustentaram o neodesenvolvimentismo brasileiro, pois esses investimentos refletem na e atravessam, por diferentes meios, a chamada economia real e a formação de capital fixo; a produção do ambiente construído assim impulsionada parece confirmar materialmente o ajuste espacial.

Como já é claro em Marx, a valorização do valor diz respeito à mobilização incessante e em níveis cada vez maiores de trabalho, que passa pelo crivo da concorrência e deve ser realizado por um mercado em concomitante expansão às suas custas, sendo que só assim cria-se o que é positivamente entendido como crescimento, progresso e desenvolvimento, por isso não pode ser identificada imediatamente na taxa de acumulação de máquinas, equipamentos e construções fabris. O valor como substância social produzida pelo trabalho através do seu gasto de "energia humana abstrata de 'nervos, músculos e cérebro'", ou seja, da sua ação material e abstrata, é um conceito não imediatamente empírico, afirma Kurz (2014, p. 173), daí não poder ser reduzido de modo positivista aos fenômenos observáveis sem a mediação de uma totalidade social. Se partirmos da interpretação desse autor, mesmo os investimentos Greenfield e aqueles na materialidade produtiva mencionados já não podem valorizar o valor em razão da “máxima negação do trabalho”.

Não obstante, é o concreto, como imediatidade material e física dos objetos, que aparece aos sujeitos como sendo o todo da realidade, como chama a atenção Alfredo (2010, p. 38-9), por isso, dado o apagamento dessa contradição entre abstrato e concreto em processo, a consciência fetichista não se permite “[...] observar a crise de valorização do valor, porque o aumento de tal monstruosa coleção [de mercadorias] aparece como mero crescimento da riqueza e da capacidade de o capital acumular. A contradição basilar entre acumulação e crise, nesta consciência coisificada, tão somente se apresenta como crescimento material do capital”.

O que o gráfico e os números citados acima nos ajudam a pensar é que os fluxos crescentes de capital fictício excedente mundial e nacional, sendo eles de curto ou longo prazo, refletindo ainda que parcamente sua taxa de crescimento – financeirização, na legenda do gráfico - no setor produtivo – equivalente à formação de capital fixo –, corroboraram para criar a ilusão de prosperidade. Isso porque esses capitais se mediam de diversas maneiras no aparato estatal, produtivo e no mercado consumidor, como demonstraremos a seguir, de modo que, ainda sem explorar trabalho o suficiente para impulsionar novos ciclos de acumulação, erguem

uma base material bem visível e tátil a alimentar tal ilusão. É no fetiche de que qualquer soma de dinheiro pode ser capital e, por conseguinte, do movimento de expansão da produção e do consumo impulsionados pelo capital fictício, que ergueu-se uma conjuntura de crescimento por meio de investimentos, financiamentos e dívidas sem mobilizar trabalho suficiente para a sua valorização; essas foram as condições para resgatar o sonho do desenvolvimento nacional e da casa própria.

3.6 O capital fictício e as incorporadoras/construtoras

Com a entrada do capital fictício mundial e nacional na produção habitacional²⁰⁰ através da capitalização em bolsa, das debêntures, CRIs, FIIs, financiamento bancário, fundos de investimentos diversos, dos aportes diretos de capital nos empreendimentos, etc., conforme apresentado por meio do material empírico no primeiro capítulo deste texto, a “máquina de produzir” o que seriam as futuras moradias expandia as suas operações territorialmente, por segmentos de renda e reestruturava-se internamente quanto aos processos de produção e realização. Muitas empresas diversificavam também os seus produtos imobiliários²⁰¹, como por exemplo, em loteamentos, intermediação imobiliária, shopping centers, galpões industriais, etc. A centralização do setor imobiliário, a ser retomada mais à frente, impulsionada por esses capitais, em que pese as suas peculiaridades e a convivência com inúmeras pequenas empresas, permitiu, segundo Sanfelici (2016), que as grandes companhias por si só constituíssem fronteiras de valorização através de enormes empreendimentos, mudando as paisagens de diversas aglomerações urbanas. Essa produção acelerada e em grande escala de moradias com a amplificação das desigualdades e da segregação social, se compreendidas somente a partir da crítica à financeirização, ao Estado sem projeto nacional e de bem estar e sem uma teoria da contradição em processo, que aponta para uma autodissolução do capital, fornecem a prova

²⁰⁰ Shimbo (2020), em sua tese de livre docência, se debruça sobre as consultorias imobiliárias que, no seu entendimento, seriam os agentes responsáveis por criar e fornecer padrões e categorias de análise, métodos de avaliação e cálculos sobre a mercadoria imobiliária e a própria cidade, homogeneizando esses produtos para torná-los comparáveis – entre si e com outros ativos - e adequados para os investidores no mundo todo. Segundo a autora, essas consultorias fazem a ligação entre as finanças e o mercado imobiliário, além de interconectar os diversos agentes, do investidor ao consumidor. Ao produzir estudos e informações acerca das vicissitudes do mercado local e das características da produção imobiliária, as consultorias criariam também a transparência tão almejada pelos investidores, qualidade à qual foram submetidas as incorporadoras/construtoras desde a abertura de capital, como vimos no primeiro capítulo, ao serem listadas no Novo Mercado.

²⁰¹ Miotto e Penha Filho (2017, p. 10-1) citam alguns exemplos em seu estudo: a Gafisa, no segmento de loteamentos; a PDG, em shopping centers, loteamentos e intermediação imobiliária; a MRV, em shopping centers, loteamentos e galpões industriais e logísticos.

material das pesquisas que se apoiam na leitura de David Harvey sobre o “ajuste espacial” aos capitais mundiais superacumulados.

Tais capitais fictícios que passaram a se mediar com o imobiliário não apenas elevaram a quantidade de unidades habitacionais produzidas a nível nacional e abarcando todos os estratos de renda, além de terem transformado as empresas da administração à produção, da escala dos empreendimentos à da atuação territorial, mas eram a condição do seu funcionamento. As “novas” incorporadoras/construtoras de capital aberto e muitas de capital fechado utilizavam as modalidades de captação e financiamento disponíveis para viabilizarem todas as etapas de suas operações, desenvolverem novas tecnologias e modos de produzir e pagarem ou renegociarem as dívidas antigas; muitas delas faziam também apostas com esses capitais no mercado financeiro.

A emissão de ações das companhias que produzem moradias gerou até 2011, para as 20 empresas²⁰² presentes na bolsa de valores à época, por volta de R\$ 44 bilhões - em valores atualizados de 2018 -, segundo Penha Filho (2018, p. 4). Ao estancamento das ofertas de ações seguiram os fluxos de crédito através das debêntures, financiamentos bancários – ambas predominantes no endividamento das empresas após aquele ano (p. 15) -, CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), inclusive lastreados em debêntures, investimentos diretos em SPEs e outras modalidades de crédito, muitas vezes com grande participação do FGTS²⁰³.

Os comunicados ao mercado e os prospectos de emissão de ações e debêntures disponíveis nos sites da Gafisa, Cyrela e MRV dão uma noção de quais eram as garantidas dadas pelas companhias para financiarem a sua reprodução. Não retomarei aqui o lastro utilizado pelas incorporadoras/construtoras para acessar capital pela emissão de ações e precificar esses títulos, discutido no primeiro capítulo e recuperado em detalhes mais abaixo, basta aqui lembrar que a captação se baseava nos enormes bancos de terras sobre os quais eram projetados os resultados. No tocante aos outros instrumentos de financiamento, nas publicações dessas três empresas consta que os empréstimos de curto e longo prazo, as debêntures e os CRIs – lastreados em debêntures - destinados ao financiamento da incorporação/construção, capital de giro, desenvolvimento, ampliação de mercado e pagamentos de outras dívidas poderiam ser

²⁰² Outras 9 empresas do setor imobiliário, que exploram imóveis para renda, também abriram seus capitais (PENHA FILHO, 2018, p. 4).

²⁰³ “[...] houve pressão no âmbito do Conselho Curador desde a Resolução CCFGTS nº 578/2008 para que fosse autorizada a utilização dos recursos do FGTS em operações imobiliárias feitas diretamente ou por meio de títulos de base imobiliária. Nessas operações estão incluídas as debêntures para grandes empresas com a condição de executarem unidades habitacionais e também compras de CRIs “performados”, ou seja, CRIs com lastro em empreendimentos habitacionais, fundos de investimento imobiliários e investimentos especiais (Royer, 2016, p. 44)”.

garantidos por terrenos²⁰⁴, hipotecas e créditos a receber sobre as vendas e seu fluxo de pagamentos²⁰⁵, sendo que na maioria das debêntures, emitidas pela modalidade quirografária, a garantia se pauta na expectativa quanto à capacidade das empresas honrarem os compromissos de pagamento no futuro e isso se mostra mais favorável à medida que elevam-se os lançamentos e os resultados; nesse tipo de dívida, o credor não tem nenhum ativo como lastro do empréstimo e nem preferência sobre outros credores ou dívidas no caso de falência.

De um modo geral, a compra de terrenos, os lançamentos seguidos das vendas e das receitas crescentes, dependentes da capacidade de consumo de uma população fomentada, em sua maioria, por dívidas e subsídios estatais, bem como a projeção adiante desse movimento em ascensão formam a base das expectativas e das garantias legais ou indiretas – como no caso das debêntures quirografárias – das ações e daqueles créditos, que, por sua vez, são a condição da produção habitacional, ou seja, a expansão contínua com boa margem de resultados é o que permite o acesso à capitalização e à mais créditos, sendo esses, simultaneamente, o pressuposto daqueles; o acesso a mais dívidas e a qualidade dos instrumentos de crédito - longo ou curto prazo, baixo ou alto juros, por exemplo - dependem dos resultados alcançados. Nessa direção, Santos (2013, p. 243) destaca a importância do banco de terrenos pelas empresas como parte central da “[...] subordinação das estratégias produtivas do segmento imobiliário à captação em bolsa [...]”: “[...] a formação do *land bank* tinha mais a função de fazer parte da vitrine que deveria atrair os detentores da liquidez a investir no setor que a de compor um fundo especulativo que espera um tipo de valorização lenta e de grande custo para o capital fixado em terrenos”. Ademais, os fluxos de pagamentos futuros com as vendas e, por conseguinte, a rentabilidade das empresas eram tanto maior quanto mais os preços das habitações subiam, propiciando o aumento das dívidas e a atração pelas ações, uma vez que as garantias e as

²⁰⁴ No prospecto de abertura de capital da MRV de 2007 consta: “Nossas principais fontes de liquidez derivam do caixa gerado pelas nossas operações e, quando necessário, da contratação de financiamentos imobiliários e empréstimos, que podem ser garantidos por terrenos ou nosso contas a receber”.

²⁰⁵ Na publicação “Fatos relevantes: realização da 2ª emissão de debêntures” da Gafisa, de 03 de maio de 2005, lê-se: “As Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de direitos de crédito imobiliários detidos pela Companhia e/ou por sociedades de propósito específico controladas pela Companhia, decorrentes de operações de compra e venda de unidades autônomas de imóveis, observados os critérios estabelecidos em contrato específico”. Nas “Demonstrações Financeiras Consolidadas” da Gafisa, de 30 de dezembro de 2012, encontramos: “Como garantia dos empréstimos e financiamentos, foram dados avais da Companhia, hipoteca das unidades, bem como cauções de direitos creditórios e de fluxos de contratos já firmados de compromissos de entrega futura de imóveis (montante de R\$3.007.914) (p. 107)”. No prospecto de oferta pública de ações da Cyrela, do ano de 2009: “Nossas principais fontes de liquidez derivam do caixa gerado pelas nossas operações e, quando necessário, de empréstimos, que podem ser garantidos pelos recebíveis dos nossos clientes”. Na publicação da Cyrela, “Demonstrações Financeiras Padronizadas”, de 31 de dezembro de 2014, consta: “Em garantia de alguns dos referidos empréstimos foram oferecidos avais do acionista controlador, caução de contas a receber e garantias de recebíveis imobiliários”; “As hipotecas e a caução de contas a receber fornecida como garantia desses financiamentos [...]”. Todas essas publicações podem ser acessadas nos sites: <https://ri.cyrela.com.br> e <https://ri.gafisa.com.br/>.

expectativas em torno delas também cresciam; ao mesmo tempo, as novas captações e endividamentos empurravam os preços para cima ao elevar a demanda por terras e os meios de produção em geral.

Conforme as publicações ao mercado da Gafisa, Cyrela e MRV, a melhor acessibilidade na tomada de crédito e os seus menores custos estão interligados com as notas das agências de classificação de risco, como a Fitch e a Standart & Poor's, que, na verdade, reiteram muitas das condições supracitadas. Isso porque a melhoria dessas notas tem relação com²⁰⁶: a capitalização em bolsa; melhor acesso ao mercado de capitais, eliminando as dívidas de curto prazo mais onerosas por outras de longo prazo e com melhor custo; baixa alavancagem; expansão do VGV, do banco de terrenos e da atuação por novas regiões; melhorias operacionais; produção em escala e processo padronizado de produção; aumento das receitas, etc. A premissa, portanto, da boa avaliação depende de um ciclo permanente de endividamento, investimento, produção, venda e crescimento contínuo da produtividade e da expansão dos negócios.

Essa determinação do crescimento por capitais fictícios, que impele a renovadas rodadas de produtividade e expansão para garantir novo acesso a financiamentos, sobretudo no que diz respeito à captação por meio da oferta de ações, apresenta certa semelhança com os achados de Pitta (2016) em sua tese. De acordo com ele, a garantia do endividamento das empresas do agronegócio se dava sobre os preços em ascensão das commodities, puxados pela expectativa quanto ao preço desses produtos no futuro por meio dos derivativos, o que permitia a expansão territorial e o desenvolvimento das forças produtivas nas empresas. Nesse caso, o autor, ao estudar a agroindústria canavieira, demonstrou que a expansão dessa produção no país se deu em função das dívidas e, à medida em que a crise se aprofundava, gerou-se a necessidade de novos endividamentos para rolar os anteriores, impulsionando a expansão da produção para fazer juz aos seus pagamentos, que permitia sacar novas dívidas sobre essa promessa de

²⁰⁶ No comunicado à imprensa da Standart & Poor's sobre o aumento da nota das futuras emissões de debêntures da MRV, de 4 de junho de 2008, consta, por exemplo: "Os ratings da MRV refletem a forte capitalização da MRV, acentuada pela captação de pouco mais de R\$ 1 bilhão em seu processo de abertura de capital (IPO) em agosto de 2007; a sua posição de liderança no segmento de construção residencial popular; a qualidade de seus projetos e a eficiência de seu processo construtivo que lhe proporcionam um ciclo de produção menor que a média do setor; um nível de rentabilidade superior à média do setor de construção residencial popular; a atual oferta abundante de financiamento de longo prazo com taxas de juros relativamente baixas; e a consequente demanda aquecida no setor de habitação popular. Embora se espere um nível de endividamento comparativamente maior nos próximos anos, este deverá ter um perfil adequado, e a MRV deverá continuar mantendo uma forte posição de liquidez". Disponível em: <https://ri.mrv.com.br/>

produção, porém em um cenário econômico em deterioração, invertendo a determinação que permite a reprodução do capital²⁰⁷.

Como síntese, podemos dizer que o que tentamos formular acerca da forma contemporânea de reprodução do capitalismo foi sua derivação da necessidade mais simples de ampliação da produção de mercadorias (e de seus valores de uso) para realização da valorização do valor por meio da exploração do trabalho produtivo, em razão do impulso concorrencial – essência crítica imanente a esta determinação social –; para seu desdobrar na necessidade determinada criticamente de promessa de produção de mercadorias como forma de adquirir títulos de promessas de rendimento futuro para pagar títulos anteriores de promessas de rendimento, fomentando a comercialização dos preços destes títulos nos mercados que os negociam (chamados secundários). Ao fim e ao cabo, a determinação última se inverte, sendo que tais títulos são negociados autonomizadamente nos mercados de capitais e são estes negócios que determinam, na sua realidade fantasmagórica, os montantes daquelas promessas, a capacidade de produção e a possibilidade de consumo de mercadorias no momento atual da reprodução fictícia do capital, seu momento de crise fundamental (PITTA, 2016, p. 182)”.

O que se observou das incorporadoras/construtoras de capital aberto foi que a dependência da entrada de capital fictício elevou o seu nível de endividamento, culminando em diversos casos, junto com outros fatores, a comprimir o crescimento esperado. Segundo Penha Filho (2018), no intervalo de 2010 a setembro de 2017, a participação de recursos próprios (patrimônio líquido) nas empresas da produção habitacional de capital aberto variava entre 40% a 42%, enquanto o capital de terceiros (passível circulante + exigível de longo prazo), isto é, empréstimos e financiamentos, oscilava entre 58% e 60%. Isso significa que mesmo depois da abertura de capital, das emissões subsequentes, da securitização de crédito via CRIs e das parcerias, como por exemplo, em SPEs, as empresas precisavam se endividar crescentemente para manter a rotação de seu capital e efetuar investimentos na produção de longo prazo (p. 13). Sobre essa dependência progressiva do capital fictício, vale a pena retomar um dado já citado no primeiro capítulo: “Enquanto as empresas cresceram oito vezes em receita operacional e seis vezes em patrimônio líquido²⁰⁸ entre 2006 e 2011, o crescimento da dívida onerosa foi de 21 vezes (Rev. CM, n. 127, ano 65, 2012, p. 20)”. Logo, segundo a Revista Construção Mercado, para tentarem continuar no seu ritmo de produção as incorporadoras/construtoras de capital aberto, no terceiro trimestre de 2011, haviam se endividado quinze vezes mais do que a multiplicação do capital próprio (Patrimônio líquido) e treze vezes mais do que o ritmo de

²⁰⁷ O autor viu no seu objeto, conformado no atual contexto de crise substancial do capital, algo parecido com o que Marx chamou no livro três de O Capital de papagaios, quando se referiu aos papéis de crédito tomados para cobrir os créditos antigos e não pagos: “O aproveitador do crédito, entretanto, fará descontar seus papagaios para expandir seu negócio, para cobrir um negócio podre pelo outro; não para fazer lucro, mas para obter a posse de capital alheio (Tomo IV, p. 323)”. Sem relação com a procura por determinados tipos de mercadorias nos mercados da metrópole e da colônia, a necessidade por comprar dos importadores e exportadores era concomitante ao malogro das especulações anteriores para obterem novos adiantamentos – o crédito - sobre as mercadorias.

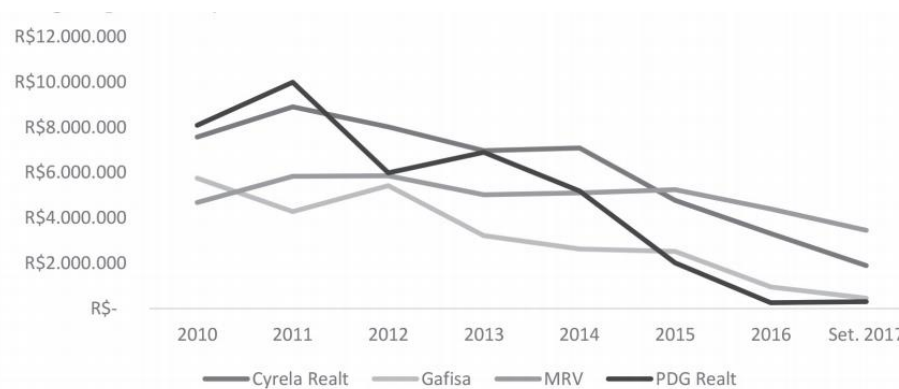
²⁰⁸ Refere-se aos bens, direitos e valores em posse da empresa, tais como reservas de capital, lucros, ações em tesouraria, máquinas, imóveis, investimentos, etc.

crescimento das receitas operacionais, ou seja, os ganhos esperados não vieram na mesma proporção do endividamento; o ciclo de crescimento sustentável esperado pelas agências de rating não se cumpria. Em geral, analisa o autor, os recursos de terceiros excediam em 140% os recursos próprios – para cada R\$ 1 de capital próprio havia R\$ 1,4 em dívidas -, como pode ser verificado no gráfico abaixo (p. 13), o que significa uma taxa elevada de alavancagem, no seu raciocínio. Somente no ano de 2017, momento em que os lançamentos caíram ou estancaram, apesar dos dados serem parciais – até setembro -, houve queda na participação dos empréstimos na estrutura de capital das empresas, refletindo o esforço dessas últimas em reduzir o endividamento, segundo Penha Filho; a média da alavancagem caía de 147%, entre 2015 e 2016, para 138% em setembro de 2017. Nota-se, portanto, que o boom das habitações e a expansão das empresas foi determinado pela abundância de capital fictício de um lado e as possibilidades de acessá-lo por outro, ainda que o endividamento tenha perdurado durante a crise.

Com base na pesquisa de Miotto e Penha Filho (2019a), se compararmos o gráfico abaixo elaborado por esses autores acerca da evolução da receita operacional da Cyrela, Gafisa, MRV e PDG, que vai de 2010 até setembro de 2017, com a tabela das taxas de alavancagem para essas empresas, reproduzida a seguir, verifica-se que durante alguns anos as taxas elevadas de endividamento – capital de terceiros (passivo total) – sobre o capital próprio – patrimônio líquido – coincidiram com as maiores receitas operacionais. Isso pode indicar que todo esse potencial produtivo e de expansão, determinado pelo capital fictício, encontrava também nesse período o correspondente consumo financiado por crédito estatal, privado e os salários em alta na conjuntura neodesenvolvimentista. Durante um breve tempo, o ciclo de capitalização e endividamento impulsionando a produção e a expansão criava novas condições para projetar renovadas promessas de crescimento que serviam de lastro para novas capitalizações e endividamentos. Entre 2010 e 2013, os anos de maior receita operacional para as empresas, o uso de capital de terceiros sobre o capital próprio foi o seguinte: Cyrela – 170%, 187%, 167%, 150%; Gafisa – 155%, 255%, 251%, 156%; MRV – 130%, 150%, 185%, 142%; PDG – 160%, 168%, 219%, 244%. Essa última empresa é uma exceção, pois ao invés de se desalavancar, como fizeram as demais, seu endividamento subiu até o ponto em que todos os seus ativos e recursos próprios não cobriam as suas obrigações – estágio de passivo a descoberto. As empresas chegavam em setembro de 2017, ao longo do seu processo de desalavancagem, com a seguinte proporção dívida/patrimônio líquido: Cyrela – 79%; Gafisa – 181%; MRV – 154%; PDG – (188%); esses números refletem uma redução relativa aos anos de maior endividamento

e acompanhava a redução da receita operacional, junto ao aprofundamento da crise no país (MIOTO, PENHA FILHO, 2019, p. 53).

Gráfico 27: Evolução da receita operacional (2010-2017) (em milhares de R\$ - corrigido pelo IPCA)



Fonte: Economática (MIOTO; PENHA FILHO, 2019a, p. 51)

Tabela 8: Alavancagem (2010 – 2017) (em %)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Set. 2017
Cyrela Realt	170	187	167	150	125	103	85	79
Gafisa	155	255	251	156	136	118	170	181
MRV	130	160	185	142	140	133	133	154
PDG Realt	160	168	219	244	260	443	(239)	(188)

Fonte: Economática (MIOTO; PENHA FILHO, 2019a, p. 53)

Sobre o jogo no mercado financeiro e os vários modos de multiplicação fictícia de capital, como vimos em Marx, cabe mencionar que as companhias em questão também lançaram mão frequentemente de tais expedientes, aproveitando da conjuntura temporária de expansão dos negócios no mercado financeiro brasileiro; vale lembrar que o otimismo com os títulos de propriedade e de dívida no país eram parte do próprio crescimento das incorporadoras/construtoras, como vimos acima. Se em Marx, esses eram métodos que tomavam o lugar da acumulação, ao menos temporariamente, quando não estavam imiscuídos na própria acumulação até o desaguar em crise, em Kurz o seu uso passa a ser uma estratégia necessária para a existência dos capitais que não podem mais se apropriar de parcelas crescentes de mais-valor e engendrar reprodução ampliada.

Segundo Tavares (2008, p. 49, 58, 65), logo no começo da capitalização das empresas, boa parte dos recursos obtidos com as vendas de ações foi destinada para a compra de terrenos e aplicações financeiras de curto e longo prazo. A autora apresenta em sua tese uma tabela onde consta o nome de seis empresas, nas quais as parcelas dos recursos que permaneciam em aplicações financeiras variavam de 52,3% à 76%, são elas: Brascan, Company, Cyrela, Gafisa, Klabin Segall e Rossi (2008, p. 65). Na mesma época, entre 2005 e 2008, Bruno e Caffé (2015, p. 57) apontam que as empresas não-financeiras brasileiras listadas na bolsa de valores se

apropriaram, em média, de 7,36% do PIB com receita em juros - ainda assim o resultado foi um déficit médio com as suas despesas financeiras da ordem de 0,61% do PIB acima dos seus ganhos financeiros. Nas incorporadoras/construtoras de capital aberto, o investimento em instrumentos financeiros é prática corrente na gestão do seu capital, como pude verificar ao consultar as demonstrações financeiras das empresas MRV, Gafisa e Cyrela, disponíveis nos seus respectivos sites. De modo geral, as empresas investem em renda fixa – dívidas públicas e privadas -, ações, derivativos, fundos de investimento – que buscam valorizar as suas cotas por meio de diversos outros investimentos em ativos financeiros -, etc., sob a justificativa de buscar a melhor rentabilidade para os seus recursos, garantir que os capitais disponíveis em caixa não se desvalorizem e proteger-se de mudanças na cotação das moedas com as quais operam.

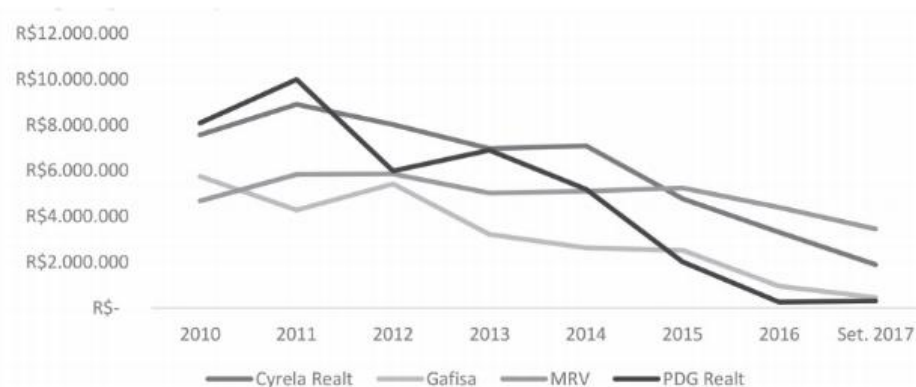
Mioto e Penha Filho (2019a) argumentam, a partir de suas pesquisas envolvendo as quatro maiores companhias de capital aberto de edificações - segundo as receitas próprias (Patrimônio Líquido) - do ano de 2010: Cyrela, Gafisa, MRV e PDG, que a disponibilidade de financiamento para a produção habitacional, sobretudo pelo SFH, liberou “[...] os recursos para serem destinados tanto para a compra de terrenos e outras formas de valorização, como recompra de ações (p. 53)”. Nesse âmbito, chama a atenção deles a atuação da empresa PDG, que, nos seus processos de aquisição, diferentemente das outras empresas, investia em participações no setor não para ampliar a sua base operacional e sim visando auferir rendimentos por meio dos ganhos especulativos com ações, “como um fim em si” (p. 44). Encontrei algo semelhante, por envolver uma aquisição explicitamente especulativa envolvendo o setor, nas “Demonstrações Financeiras Consolidadas” da Gafisa, de 30 de dezembro de 2010, quando a empresa adquiriu Cepacs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) da operação Água Espreada sem ter interesse em destiná-los a empreendimentos futuros²⁰⁹. Certamente, esse “fim em si” financeiro dos investimentos, como chamado pelos autores acima, está presente também nas aplicações dos fundos multimercados e nos títulos de dívidas presentes nos documentos consultados das empresas.

Na perspectiva de Mioto e Penha Filho (2019a), essas “tentativas de valorização do capital em outras esferas (p. 51)”, entretanto, não são a parte principal dos resultados dessas empresas. Ao comparar a receita operacional, possível de se observar no primeiro gráfico, com

²⁰⁹ Faça menção ao seguinte trecho do documento: “No exercício de 2010, a Companhia adquiriu 22.000 Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, através do 7º leilão da 4ª distribuição pública realizado pela Prefeitura do Município de São Paulo, relativo à operação urbana consorciada Água Espreada, totalizando R\$16.500*. Em 31 de dezembro de 2010, os CEPACs, registrados na rubrica “Outros”, possuem liquidez, o valor justo estimado se aproxima do custo e não estão destinados a empreendimentos a serem lançados no futuro (p. 76)”. *Entendo que esse preço é multiplicado por 1.000. Disponível em: <https://ri.gafisa.com.br>.

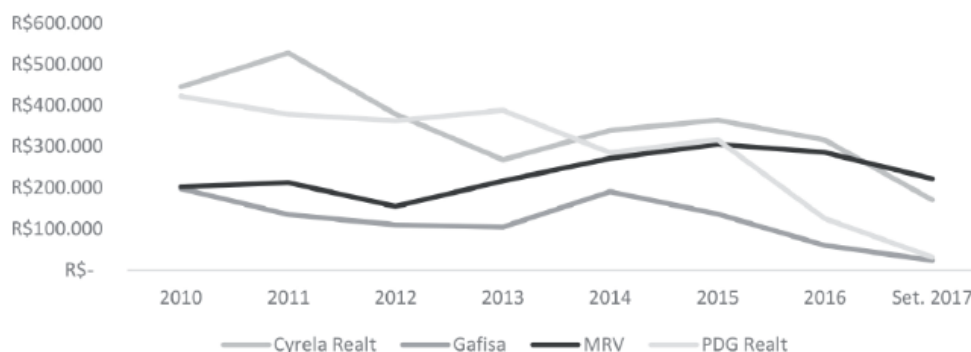
a receita financeira, verificável no segundo gráfico, eles concluem que os ganhos no período de 2010 à setembro de 2017 estão centrados na atividade produtiva. No tocante às oscilações das receitas financeiras nesses anos, consideram, sobretudo, como sendo provenientes da ampliação ou redução das taxas de juros na relação com os ganhos da atividade imobiliária (p. 51), ou seja, o encolhimento da receita no setor produtivo com a crise, seja em termos absolutos ou comparativamente ao que poderia ser ganho com capital fictício, impelia os capitais a compensarem a perda com a especulação financeira. Em um escopo mais amplo de estudo, envolvendo as empresas não financeiras listadas na Bolsa de valores do país, Almeida, Novais e Rocha (2016) apontam na mesma direção ao afirmarem que há um crescimento geral das aplicações financeiras²¹⁰ dessas companhias com a piora da crise nacional; essas empresas buscavam assegurar rendimentos com as altas taxas de juros, sendo que em 2015 13,9% do total dos seus ativos estavam empregados no setor financeiro (p. 14).

Gráfico 28: Evolução da receita operacional (2010 – 2017) (em milhares de R\$ - corrigido pelo IPCA)



Fonte: Economática (MIOTO; PENHA FILHO, 2019a, p. 51)

Gráfico 29: Evolução da receita financeira (2010 – 2017) (em milhares de R\$ - corrigido pelo IPCA)



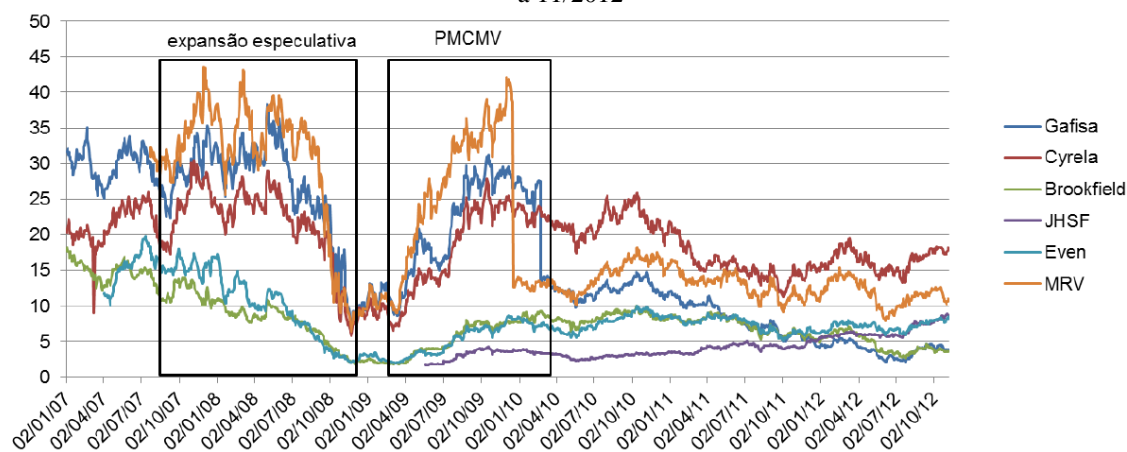
Fonte: Economática (MIOTO; PENHA FILHO, 2019a, p. 52)

²¹⁰ “A manutenção de elevado patamar de recursos disponíveis no ativo das empresas lhes assegura um rendimento garantido (em função de altas taxas de juros predominantes na economia doméstica) e um colchão amortecedor de liquidez que funcionava como uma espécie de “seguro” contra as frequentes reviravoltas da conjuntura macroeconômica e da política econômica (Almeida, Novais e Rocha, 2016, p. 14)”.

Não obstante a relativização desses autores acerca das receitas financeiras no total dos ganhos das empresas, parece que as apostas com capital fictício, capazes de gerar ganhos monetários diretamente via setor financeiro, sem nem sequer passar pela produção de imóveis, compõem as estratégias de reprodução das companhias de capital aberto. Kurz (2019), tratando do capital como um todo, considera que essas operações com capital fictício pelos setores cujas atividades fim são a produção de mercadorias, às quais somam-se o endividamento constante e crescente, sem mencionar os subsídios públicos e protecionismos, tornaram-se imprescindíveis para viabilizar a reprodução de muitas empresas que do contrário estariam falidas. Obviamente, a tese desse autor não fecha os olhos para o modo como a crise da valorização do valor ocorre diferentemente entre empresas, regiões ou países, o que ele chamou em algumas passagens de sua obra de assincronia, por isso podemos até ver algumas incorporadoras/construtoras resilientes e em ascensão.

Mas, como se viu, antecede a essa criação de acumulação fictícia pelas empresas e ao seu próprio funcionamento um outro conjunto de apostas nacionais e internacionais que as tornam possíveis, isto é, os capitais de investidores, dos fundos de investimentos diversos, de FIIs e do FGTS direcionados para os ganhos fictícios em CRIs, ações, cotas de imóveis, títulos de dívidas das companhias e a busca por lucros operacionais na produção de imóveis; no meio de tudo isso, Miotto e Penha Filho (2019a, p. 31) asseguram que somente os investimentos diretos em SPEs seriam os mais voltados à produção. Os investidores não especializados também participam do jogo no mercado financeiro na tentativa de gerar ganhos com esses títulos de dívidas e propriedade; até o pequeno poupador pode escolher entre a poupança e, por exemplo, aplicar o seu dinheiro em LCIs (Letras de Crédito Imobiliário), títulos lastreados em crédito imobiliário frequentemente oferecido aos correntistas dos bancos comerciais. Toda essa multiplicação de capital fictício está arraigada na reprodução dessas companhias, sendo pressuposto da produção em larga escala de casas e apartamentos pelas incorporadoras/construtoras e dependente dessa materialidade, pois mediada de diversas maneiras com ela, para saltar do D ao D'. O gráfico abaixo, por exemplo, ao apresentar a extrema volatilidade de curto prazo das ações das incorporadoras/construtoras, expressa os ganhos imediatamente fictícios, os quais, embora não mediados diretamente com as mercadorias físicas, alcançam a rentabilidade esperada através das projeções e promessas de futuro em torno das construções, que, no caso dos dois períodos enquadrados no gráfico, não se cumpriram como o esperado ou ao menos não de modo sustentado.

Gráfico 30: Cotação diária das ações de algumas incorporadoras/construtoras listadas na Bovespa entre 01/2007 a 11/2012



Fonte: Santos (SANTOS, 2013, p. XI, Anexo 1, Fonte Thomson Reuters).

Frente a esse contexto da produção imobiliária nacional do século XXI, o Núcleo de *Real State* da Escola Politécnica da USP, cujas ideias já foram apresentadas no primeiro capítulo, elabora pesquisas e reflexões que, entre outras coisas, volta-se contra as influências negativas do mercado de capitais sobre as estratégias de crescimento das incorporadoras/construtoras de capital aberto. Na opinião dos seus diversos especialistas, essas companhias, ao abrirem o seu capital na bolsa de valores, teriam sido coagidas a um modo de expansão errôneo, por isso propõem limitar as imposições do sistema financeiro ao produtivo, definindo quais seriam as reais atribuições desse último e o modo adequado para atingi-las. O núcleo acredita que, sob o auxílio da produção de conhecimento pela universidade, poderiam mudar o rumo das empresas e corrigir os seus erros operacionais. As soluções propostas baseiam-se, sobretudo, na necessidade de atenção especial para o planejamento e a gestão das diversas esferas do ciclo da produção tendo em vista maximizar a sua receita. Esse tema envolvendo o processo produtivo deverá ser discutido no próximo subitem, no qual pretendo expor as transformações na produção habitacional tais quais sugeridas pelo núcleo tendo em mente, porém, a desubstancialização através da expulsão do trabalho das metamorfoses do capital.

Durante todo o período descrito no primeiro capítulo, o núcleo procurou explicar e propor resoluções para os problemas enfrentados pelo setor, opondo os seus métodos racionais às irracionalidades do mercado, em especial as praticadas pelo mercado de capital, formadas pela percepção de valor imposta pelos investidores e analistas. Segundo os especialistas, isso pode ser visto, por exemplo, na atuação dos estruturadores das ofertas de ações, que aproveitaram o momento de alta liquidez mundial e as taxas de atratividade menores nas economias mais evoluídas para lançar mão de artimanhas capazes de elevar os preços das ações

acima do valor justo e criar valor de forma artificial. De acordo com eles, ao aderir àquela percepção de valor, cujo reflexo imediato se dava no preço das ações, as empresas, em confronto com o seu ciclo de negócios, orientaram as suas decisões para criar valor de acordo com tal critério, que foi mencionado no texto e será novamente descrito: formaram grandes bancos de terras – algumas vezes tomando financiamento vinculado à futura liquidação das ações - sobre os quais projetaram os empreendimentos, multiplicando-os pelo número futuro de unidades e o preço de venda médio esperado, chegando-se com isso no volume de vendas a ser realizado. Por outros cálculos, esses resultados potenciais foram transformados em resultado operacional, daí para uma margem de resultado líquido e o montante disponível para os acionistas. Isso tudo foi feito sem discutir procedimentos técnicos, lógicos e de risco, pressupondo uma empresa reestruturada pela simples capitalização na bolsa, e sem ter em conta o hiato entre a compra do terreno e a realização do empreendimento. Esse método, para incômodo do núcleo da Poli, não guardava relação com a realidade operacional das empresas e do mercado competitivo, mas servia para sobreavaliá-las na fase ascendente dos negócios, como também foi responsável por derrubá-las abaixo da sua real capacidade na crise em 2008. Em análise sobre os desafios das empresas recém capitalizadas para produzirem bons resultados nesse cenário, um dos especialistas da Poli USP aponta:

“[...] para o ciclo de investimento adiante, o ponto de partida acontece com outra empresa que só guarda a razão social e o currículo da original. O PL da empresa, após a captação, passou a ser praticamente 8 vezes o anterior. Isso faz crescer a capacidade de produção numa razão ainda maior do que 8 x 1 e exige uma estrutura de gestão completamente diferente: os sistemas, processos e as rotinas da administração têm relação com a escala e não se expandem inercialmente. Pensemos na escala dos suprimentos, nas rotinas de controle de custos de obras, no conjunto de novos profissionais necessários para as tarefas da administração multiplicadas por mais de 8 vezes. Pensemos, especialmente, nos processos de análise e decisão de novos negócios e na geração de informações para controle. Pensemos na competitividade e no quanto ela pode comprometer preços e custos. Pensemos nas decisões estratégicas para fugir da competição predatória, no eventual alargamento da base geográfica de atuação, que exige a implementação de rotinas de gestão e de desconcentração da decisão totalmente novas para a empresa (LIMA JR., 2007a, p. 12)”.

O núcleo publicou muitos artigos sobre a falta de fundamento lógico desse modo de precificação das ações e a insustentabilidade dos seus preços, bem como buscou discutir quais seriam os seus valores justos, isentos de pressões especulativas e fatores conjunturais. Foi apontada a falta de estudos nos prospectos de emissão das ações que detalhassem a capacidade de gerar riqueza das empresas em sintonia com as suas projeções de futuro e os riscos envolvidos no negócio. A referência de atratividade para se investir em uma empresa deveria estar relacionada com a capacidade de gerar resultados e entregar retorno para os acionistas, como dividendos ou valorização das ações, cuja base deveria ser custos de produção, vendas, intensidade da demanda, qualidade gerencial, estratégias de atuação, plano de negócios, custos

de financiamento, etc., analisam os especialistas²¹¹. Os baixos resultados da expansão das incorporadoras/construtoras também eram tidos como decorrentes da falta de planejamento estratégico, financeiro e de produto, bem como de uma gestão insuficiente para a nova escala operacional. Por outro lado, há um comportamento desses analistas por vezes complacente e afirmativo do mercado financeiro, ou melhor, muitas das suas ideias vão na direção de atraí-lo para o setor, ao que parece, sob as necessidades realmente produtivas das companhias. De modo geral, esperava-se que a crise e os problemas enfrentados pelas empresas gerassem acomodações, novos equilíbrios, aprendizados e ações que revertissem os erros do passado.

Salta aos olhos nessa literatura especializada o seu caráter de apologia à acumulação equilibrada do capital, tendo a produção racionalmente gerida, no caso habitacional, como norte de ação e da subsunção do mercado de capitais. Abstrai-se tudo o mais, como bem foi analisado e interpretado pela crítica apresentada no segundo capítulo, que explicitou as catástrofes da atual fase de espoliação do capital e o seu desdobramento no Brasil e na produção habitacional. Lembrando que Paulani, Fix, Rolnik, Royer e Harvey estão pensando também nas determinações desse fenômeno que gera certo incomodo no núcleo da Poli USP, que é parte da nova fase do capitalismo, em que prevaleceria, nos seus termos, uma acumulação financeirizada. Nessas leituras, porém, a crítica não se volta simplesmente para um domínio das finanças cujo ardil levaria o setor produtivo da habitação a operar fora da sua lógica produtiva e nem pretende tão somente reordenar tal esfera segundo uma racionalidade baseada na mais eficiente lucratividade operacional e em uma relação mais funcional com o sistema financeiro. Ao invés disso, vê na articulação entre mercado de capital, Estado e incorporadoras/construtoras, bem como na consequente ampliação das fronteiras da casa própria, movida pela produção massiva de habitações, uma série de violências e espoliações; sem abstrair o que significa um setor produtivo racionalmente gerido, planejado e corretamente ligado às finanças, os autores do segundo capítulo apontam para as vidas endividadas e

²¹¹ Shimbo (2020), baseando-se em entrevistas mais recentes com gestores das companhias de capital aberto, visitas a canteiros e pesquisa documental, afirma que houve uma mudança no modo como as empresas se apresentavam para o mercado de capitais desde quando fez a sua tese de doutorado em 2012. Se antes focavam no banco de terrenos, VGV, Ebitda e lucro, para demonstrar a viabilidade da produção dos empreendimentos, após a recessão outros indicadores vieram somar-se aos anteriores. Em suma, os novos indicadores relacionam os rendimentos presentes e a sua estimativa quanto ao futuro para validar os empreendimentos ou mensura o lucro de acordo com os investimentos por acionistas, como exemplo, ela cita o Valor Presente Líquido (VPL) – projeta, a partir do fluxo de caixa presente e dos custos passados, uma estimativa de ganhos futuros atualizando-os para o presente, do qual é subtraído uma taxa de desconto e depois comparado com os possíveis ganhos no mercado financeiro para validar o custo de oportunidade -, a Taxa Interna de Retorno (TIR) – assemelha-se ao anterior - e o Retorno sobre Patrimônio (ROE) – estima o quanto de lucro é gerado com os investimentos dos acionistas (2020, p. 66-7; 144-5). A autora considera que há uma convivência entre indicadores de caráter industrial com aqueles financeirizados e menciona que a crise teria gerado uma maior profissionalização entre as empresas, se comparadas com o período do boom.

empobrecidas nos limites do tecido urbano das cidades brasileiras como o resultado dessa própria racionalidade. Nesse entendimento, a nova fase do capitalismo provoca profundas mudanças na função do Estado e destitui ou bloqueia as conquistas sociais, assim como transforma o processo produtivo e intensifica a exploração do trabalho, chegando até à produção do ambiente construído cada vez mais segregado, onde a mercantilização total da habitação encontra o consumidor esvaziado do seu lugar de cidadão de direitos. O que essa crítica formula a partir daí não é uma simples defesa positiva da produção e da exploração do trabalho em detrimento das finanças e em prol da acumulação, tal qual o Núcleo da Poli USP, mas vê na financeirização a fase mais atual de uma relação social constantemente em crise e provocando tragédias, sendo que uma de suas vertentes de acumulação é a fronteira da casa própria – como já ficou explícito no resgate teórico acima, apesar de compartilhar vários aspectos relativos à violência, dominação e catástrofes explicitados por essa crítica, parto de uma perspectiva distinta da leitura de Marx e de crítica do capital e suas categorias.

Com a redução do fluxo de capitais fictícios para o país e as empresas, que se tornou explícito a partir de 2014 no caso dessas últimas, as contradições do seu objeto prevaleceram para aqueles especialistas que buscavam dar soluções racionais e enquadrar os problemas da produção habitacional dentro de fórmulas e modelos abstratos que miravam o setor. Essa produção intelectual assume o ponto de vista limitado dos capitais individuais dentro do setor imobiliário, sem poder acessar o valor como uma relação social em processo, que só faz sentido ao se pensar a totalidade social. Nesse sentido, o núcleo da Poli USP calcula e formula a partir de relações empíricas imediatas e, embora possa alcançar êxito temporariamente nas suas intenções a nível do capital individual e setorial, como por exemplo, uma gestão mais adequada à produção imobiliária e melhores resultados operacionais, não tem qualquer mediação com a relação global em crise, contra a qual nada podem fazer. Tal qual Kurz (2014) critica o individualismo metodológico presente na ciência burguesa, essas pesquisas só desenvolvem raciocínios mais amplos ao nível macro como relações de causa e efeito das conjunturas nacionais e internacionais, de onde descem ao conjunto dos setores econômicos, às ações de governo e aos consumidores, sem qualquer menção a uma essência que atravessa todas as relações sociais. “No entanto, esta perspectiva está perfeitamente correcta enquanto se aplica realmente ao próprio capital individual, apenas estando distorcida e invertida no que diz respeito ao processo global ou à reprodução do capital global, que é o que na realidade determina a reprodução dos capitais individuais (KURZ, 2014, p. 162)”. Por esse método, a produção habitacional não pode ser pensada em sendo um momento da realização do capital como um processo totalizante, determinado por circuitos de capitais fictícios e bolhas a nível mundial.

Igualmente, o apelo ao planejamento e à gestão da produção de habitações pelo núcleo da Poli USP, que foram implementados ainda mais profundamente com o MCMV, segundo Baravelli (2014) e Shimbo (2021), elevando a composição orgânica dos capitais no setor, como se verá adiante, volta-se contra a pretensão de controle daqueles especialistas, pois soma-se à redução cada vez maior do trabalho no processo produtivo global, que é a própria condição para o tão almejado crescimento setorial e do país como um todo.

Assim sendo, a relação entre mercado de capitais e expansão das incorporadoras/construtoras analisada pelo núcleo da Poli USP no período descrito no primeiro capítulo é compreendida de um modo positivista, ideológico e acrítico. Insuficiente também, todavia, de um modo distinto, é aquela crítica do segundo capítulo que se atém sobremaneira às finanças e ao capital fictício, que ao migrarem pelas geografias desiguais mundo afora realizariam a valorização ao produzirem deslocamentos temporais e espaciais dos capitais sobreacumulados, pois descuidam das transformações históricas do capital que apontam para uma ruptura com as possibilidades de acumulação. As tragédias e o sofrimento tão bem descritos e analisados nas idas e vindas da produção e destruição/desvalorização do ambiente construído parecem ser obra apenas de rentistas e governos - obviamente que as escolhas dessas personificações dentro da nossa matriz social fetichista têm a sua importância - que abriram mão de aspectos positivos do capitalismo, tais como crescimento econômico, distribuição de renda, cidadania, trabalho justamente remunerado, estado democrático, etc. Aquelas pesquisas não tematizam nem criticam a própria forma social baseada na valorização do valor que, em sua negatividade autodestrutiva, chegou ao limite; quando o fazem, focam em uma possível nova fase da acumulação por espoliação idealizando no outro pólo o anti-valor (OLIVEIRA, 1998) do Estado de bem estar europeu, que já não existe mais, como projeto a ser conquistado pela luta popular.

Com isso em mente, uma crítica diferente pode ser traçada. Dada a oportunidade à primeira vista alvissareira dos mercados de dinheiro e da conjuntura nacional, as empresas, competindo pelos capitais disponíveis, se financiavam por diferentes meios, formavam enormes bancos de terras, sobre os quais planejavam as unidades habitacionais com seus futuros valores de venda e resultados finais; a manutenção de uma expansão contínua com a entrada permanente de capital fictício fomentava a ideia de que os ganhos também iriam na mesma direção, sendo que as novas capitalizações e endividamentos recriavam esse movimento reaquecendo as expectativas crescentes quanto aos bons negócios futuros. Essa expansão contínua garantia a precificação em alta das ações, o lastro para novas dívidas, a expectativa positiva do mercado para possíveis futuras emissões na bolsa e a percepção de risco baixa –

melhora, por exemplo, das notas das empresas nas agências de rating – dos credores, enquanto perduravam os resultados positivos, favorecendo novos empréstimos com custos mais baratos. O movimento inverteu-se, portanto, aos olhos dos investidores e empreendedores: não era a expansão permanente da produção habitacional que garantia o retorno sobre os investimentos, mais tarde revelado incompatível com as expectativas, e sim a entrada incessante de capital fictício que permitia espalhar canteiros de obras por todo o território nacional e abrir as chamadas novas fronteiras da produção e do consumo da casa própria.

Do ponto de vista categorial, essa permanente entrada de capital fictício nas incorporadoras/construtoras e seus títulos representativos de riqueza passava pela expectativa futura de lucros, juros e rendas em um grau de segurança e rentabilidade comparativamente superior à aplicação em outros países e setores ou ao menos em busca de certas vantagens para compor um portfólio diversificado. Cabe ressaltar que, na perspectiva desse trabalho, essas categorias são progressivamente esvaziadas da sua substância, tal como Marx deixa entrever naquele trecho citado do livro III em que associa a substituição do capital variável pelo capital constante na produção – queda nas taxas de lucro - à redução relativa da distribuição de valor pelas categorias de renda e juro, embora ainda assim operem praticamente na sociedade e na subjetividade fetichista dos sujeitos embaladas por esses capitais fictícios; Alfredo (2010) escreve que a substância é ficcionalizada²¹², isto é, trata-se de uma ficção animando as categorias da reprodução social.

No atual estágio histórico, a determinação da reprodução capitalista passou do automatismo fetichista da valorização do valor para o automatismo fetichista do capital fictício (PITTA, 2020), que simula o valor na materialidade das mercadorias e a acumulação para o capital individual, recriando, no caso brasileiro, “o espetáculo do crescimento” (BOTELHO, 2019) com a abundância de capitais. Tendo em vista, portanto, aqueles rendimentos ficcionalizados, os capitais centralizados destinados à produção da moradia precisaram fazer crescer em escala de operação e em velocidade os processos de produção, tornar competitivos e viáveis os projetos para a média-baixa e a baixa renda, além de disputar força de trabalho, meios de produção e salários em um contexto de aquecimento do mercado de trabalho.

²¹² Segundo Alfredo (2010), a substância é ficcionalizada: “A ficcionalização da substância valor é, entretanto, a ficcionalização de tudo, pois aquilo que está em tudo é o que dá a identidade de substância, sendo a ficção a forma de ser desta substancialidade é de se compreender que a substância é a ficção (ALFREDO, 2010, p. 54)”.

3.7 O desenvolvimento das forças produtivas no setor imobiliário

Na descrição apresentada no primeiro capítulo, lê-se que o crescimento das empresas de capital aberto se deu acompanhado de fusões e aquisições, caracterizando um processo que foi chamado naquelas revistas de consolidação do setor, mas que, nos termos de Marx, é compreendido como centralização do capital, sendo no caso em questão impulsionado pelos capitais fictícios tratados acima; ainda seria necessário refletir se as *joint ventures* e as SPes seriam parte dessa centralização, uma vez que aí a união de capitais têm caráter temporário; e se as terceirizações²¹³, quarteirização... disseminada por todo o setor, ao transferir valor para o grande capital, segundo a interpretação marxista corrente, submetendo diversas pequenas e médias empresas, também fariam parte desse processo.

Conforme alguns autores, parece não haver dúvidas de que o crescimento da produção habitacional se deu simultaneamente a um processo de centralização desses capitais, ainda que seja motivo de controvérsias a sua extensão e persistência. Lencioni (2014), a partir de dados relativos ao imobiliário (Real State) como um todo no país, abarcando os anos de 2007 e 2011, afirma que o setor “[...] se constitui num espaço de forte centralização do capital no Brasil (p. 38)”. Ela menciona que, nessa época, foram realizadas 167 transações de fusões e absorções no setor imobiliário (p. 39). Mito e Penha Filho (2017) consideram que esse mesmo período foi marcado pela concentração e a centralização do setor decorrentes da sua aproximação com o mercado financeiro; embora, a partir de 2011, com a crise das empresas, apontem para os limites desse processo e dos arranjos da expansão em vigor até então. Sanfelici (2016), apesar de ponderar que as particularidades do setor imobiliário e sua forma de reprodução impõem barreiras à formação de grandes grupos empresariais, argumenta que “não é possível compreender a velocidade e profundidade das transformações ocorridas se não se coloca em perspectiva o forte movimento de centralização do capital no segmento imobiliário, comandado pelos grandes fundos de aplicação financeira via mercado de capitais (p. 20)”. Baravelli (2014), através das informações retiradas do PAIC (2007-2010), aponta que o crescimento do que chamou de valorização do capital, igualado por ele à medida empírica da receita operacional, andou à frente do aumento do número de empresas e os ganhos se concentraram ainda mais nas

²¹³ Para Lencioni (2014), além das fusões, aquisições e associações, a subcontratação ou terceirização, comum no setor, é outra forma de centralização. “Na subcontratação, embora se preserve a autonomia do capital da empresa subcontratada, do ponto de vista do processo de valorização, ela não é autônoma, ela é só aparentemente independente. Isso porque a empresa subcontratada é orientada pela empresa contratante. Não há liberdade alguma de fazer a gestão autônoma do empreendimento ou de determinar a tarefa que se tem a cumprir. A empresa subcontratada cumpre os desígnios da outra (p. 39)”.

maiores: a receita operacional apropriada pelas empresas com mais de 250 empregados passou de 47,8% em 2007 para 52,8% em 2010. “Esta informação, combinada ao aumento da produtividade do trabalho, indica que está em curso no Brasil um significativo processo de centralização do capital (p. 89)”.

Tais capitais centralizados, à medida em que expandiam as suas operações territorialmente e por segmentos de renda, fundindo-se e expropriando outros capitalistas, moviam, ao mesmo tempo, mudanças profundas na gestão empresarial e no processo produtivo das habitações. Pode-se apreender, daquela síntese do material consultado no primeiro capítulo, a formação de grandes companhias de incorporação/construção operando em escala nacional e que esses capitais centralizados, junto ao crédito, à capitalização e às estratégias de associação e terceirização, ampliaram e aceleraram as revoluções na composição técnica e orgânica do capital, elevando a sua parte constante em detrimento da variável – não obstante o aumento absoluto do trabalho empregado relativamente aos períodos anteriores, nos quais a produção habitacional encontrava-se reduzida desde o fim do BNH na década de 1980. Nesse sentido, talvez seja possível deduzir da teoria de Marx e Kurz que a maior construção de moradias da história do país pelas incorporadoras/construtoras centralizadas buscasse compensar na larga escala dos empreendimentos os elevados custos, inclusive com o crédito, dessa produção, já que cada casa e apartamento sob alta produtividade representam cada vez menos valor no momento da sua realização²¹⁴.

²¹⁴ Até aqui procuro associar a centralização dos capitais, movida à capital fictício, com a expansão da produção habitacional e as transformações técnicas e orgânica na composição do capital; talvez seja possível considerar também o aumento da escala da produção como forma de compensar a redução de valor representado nas mercadorias individuais e seus altos custos. Uma reflexão mais profunda sobre tal processo não será realizada nesse texto e nem o que significaria a continuidade da centralização com redução da produção no pós-crise. Possivelmente sem a conjuntura de crescimento, os capitais maiores tentassem açambarcar os quinhões de valor social ainda disponível sobre os capitais menores, expropriando, adquirindo as empresas falidas e tomando mercados. Acho que os levantamentos da Embraesp, citados a seguir, podem indicar algo nessa última direção. Esses dados demonstram o domínio do mercado da habitação na Região Metropolitana de São Paulo por um pequeno grupo de grandes empresas, em sua maioria de capital aberto. Com base em uma comparação dos Valores Gerais de Vendas (VGVs) lançados no ano de 2014, 2017 e 2018, a centralização parece ter se intensificado depois da crise que atingiu a construção habitacional, principalmente, após o ano de 2014. Segundo os dados da empresa relativos ao ano de 2014, dos R\$ 28,8 bilhões em VGVs, lançados por 231 construtoras, 33% ou R\$ 9,5 bilhões estavam concentrados em dez empresas (META, 2015). Nas incorporadoras, os lançamentos em VGVs repetem o mesmo montante para um total de 315 empresas presentes no mercado, sendo que as dez que mais lançaram foram responsáveis por 31% ou R\$ 9 bilhões (AÇÕES, 2015). Para os anos de 2017 e 2018, o ranking indica o seguinte: do total de 141 construtoras produzindo casas e apartamentos em 2017, as dez mais bem colocadas foram responsáveis por 41,24% dos lançamentos ou R\$ 7,789 bilhões de R\$ 18,887 bilhões, já nas incorporadoras, das 167 ativas nesse ano, as dez primeiras do ranking representavam 39% do mercado ou R\$ 7,365 bilhões do total de R\$ 18,887 bilhões; no ano seguinte, de um total de 174 construtoras e 202 incorporadoras, as dez que mais lançaram em VGVs participaram, respectivamente, com 35,91%, somando R\$ 8,204 bilhões, e 33,71%, ou R\$ 7,701 bilhões de um total lançado no mercado regional de R\$ 22,844 bilhões. O ranking foi acessado no site www.embraesp.com.br.

Para abordar o salto na produtividade do trabalho e o aumento da composição orgânica que a acompanha, impulsionados pelo processo de centralização movido a capital fictício, baseio-me na tese de doutorado de José Eduardo Baravelli (2014) e na livre docência de Lucia Zanin Shimbo (2020), ambas defendidas na área de arquitetura e urbanismo na USP e escritas a partir de amplas e profundas pesquisas envolvendo visitas aos canteiros de obras, entrevistas com os profissionais da construção, análise de orçamentos, de relatórios, etc.

Na sua tese, uma das conclusões a que chega Baravelli (2014) é a de que na construção de casas e apartamentos no MCMV “[...] não há ‘limites à penetração da lógica capitalista (p. 215)’”, se opondo às pesquisas que desconsideram as alterações radicais nesse processo produtivo e sustentam a existência de um atraso tecnológico decorrente da particularidade setorial²¹⁵. Esse subdesenvolvimento das forças produtivas, segundo algumas dessas perspectivas, estaria alicerçado sobre o trabalho manual de caráter ainda manufatureiro ou quase, que funcionaria também como uma espécie de barreira ao completo domínio do trabalho pelo capital. Contrário a essas interpretações e a partir de uma investigação focada nos empreendimentos para a Faixa 1 no MCMV, Baravelli afirma que a produção da habitação social no Brasil não pode mais ser lida pela ideia da construção como manufatura, tal qual nos tempos do BNH. Ele propõe retomar a literatura sobre a valorização do capital na construção habitacional através de uma ideia de ruptura, estabelecida pela organização do trabalho sob o MCMV (p. 14-22).

Nos canteiros visitados, o autor observa que o trabalho manual²¹⁶ não deixou de existir, mas insere-se atualmente “como parte dominada” da “racionalização industrial da produção²¹⁷”, que se tornou a “base da organização capitalista da produção na construção civil” (p. 18). Nessa direção, o capital setorial, para realizar a sua finalidade de acumular, transformou o processo de produção: “No subdesenvolvimento brasileiro, a construção habitacional atingia este fim

²¹⁵ No caso, algumas das particularidades seriam: a manufatura como condição histórica (resultado da luta de classes, de reserva contra a queda das taxas de lucro, da não apropriação do capital da habilidade manual dos trabalhadores, entre outros); a singularidade espacial, exigindo soluções próprias; a variação temporal, com sucessão de diferentes etapas; reunião temporária de diferentes trabalhadores com fracos vínculos; a apropriação de uma elevada renda da terra como a parte central dos rendimentos; disponibilidade de elevado exército industrial de reserva, etc.

²¹⁶ “O que a descrição tipológica dos canteiros do programa MCMV revela não é tanto o fim das operações feitas ‘à mão’, mas sim a ampliação da base técnica da construção civil a ponto de não haver mais nenhuma operação – compra, inspeção, estoque, movimentação, preparo, execução e, principalmente, planejamento e supervisão – que não inclua ‘uma análise científica do processo de produção’: todo o trabalho, não importa se mecânico ou manual, está dominado pela racionalização produtiva de matriz industrial (BARAVELLI, 2014, p. 18)”.

²¹⁷ A industrialização da construção observada pelo autor significa, fundamentalmente, o fim da manufatura, entendida como um conjunto de conhecimentos e práticas que o profissional aprende ao longo da vida no canteiro de obras, cujo monopólio por parte do trabalhador lhe permitia uma autonomia – alteridade - em relação ao controle do capital sobre as suas habilidades e ao próprio processo de trabalho, tais como tempo, planejamento, integração, etc.

mantendo uma organização da manufatura. Nos empreendimentos do MCMV [...] a racionalidade industrial está no centro da acumulação (p. 23)”.

Das suas descrições, análises e reconstruções tipológicas dos canteiros de obras, a produção de um dado empreendimento surge como o resultado do comando direto pela companhia de fora do local da produção, via uma rede interconectada de softwares²¹⁸, ao invés de ser o produto, nas palavras do autor, do exercício da autonomia e do monopólio do saber-fazer dos trabalhadores em seu labor manual na própria obra. Controlados por esse sistema, os trabalhadores executam no local, sob regras rígidas, atividades especializadas como uma continuidade da indústria de materiais, componentes e equipamentos. Todo o canteiro de obras é reorganizado, inclusive para atingir o potencial produtivo dos elementos que chegam das fábricas à montante. Desde a entrega do material aos procedimentos de execução, tudo é previamente prescrito e as transformações levam ao esvaziamento das antigas profissões, como por exemplo, do mestre de obras, que sofreu uma especialização, ao qual cabe, muitas vezes, apenas dar continuidade àquilo que foi previamente produzido na indústria fora do canteiro. Assim, muitos profissionais são subcontratados ou fornecidos juntos com algumas peças da indústria de componentes e materiais. A força de trabalho, através de instrumentos e máquinas, encaixa ou reprocessa os produtos semiprontos ou prontos que chegam ao canteiro, não sem antes terem sido objeto de cuidadoso escrupulo desde a compra, entrega e sua distribuição na obra.

Mas essa ruptura representada pela racionalização industrial da construção como a forma dominante de extração de valor, segundo o autor, coincide apenas “[...] em parte com a mecanização do canteiro de obras”, fracionada “entre dezenas de subempreiteiras de serviços da construção e centenas de fornecedores de insumo”, sendo que “a única articulação deste conjunto” – como em todas as indústrias – é “um comando do capital que é essencialmente organizacional (p. 22)”. Olhar somente para as máquinas que são acrescentadas ao trabalho manufatureiro é um falso indicador de industrialização, afirma Baravelli, levando muitos autores à teorizarem com isso sobre a permanência da manufatura. Nesse processo de industrialização, o principal ponto é que a força de trabalho deve ser gerida e organizada para transformar a sua habilidade manual em operação de máquina, o que cabe à gerência

²¹⁸ Nos casos observados em sua pesquisa, as ferramentas da tecnologia da informação são as responsáveis por unificar, controlar e prever os aspectos produtivos do canteiro; controla-se as frentes de trabalho e fluxos de serviço ancorados em orçamentos atualizados on line. Conectados em rede, o engenheiro da obra recebe apontamentos que são remetidos diretamente para a gerência central da companhia. “Tal empoderamento eletrônico, paradoxalmente, apenas reforça a perda de autonomia do canteiro de obras como unidade de produção (BARAVELLI, 2014, p. 47)”. A tecnologia da gestão e organização do trabalho utilizada pela gerência do capital, apoiada em softwares, é o que permite o controle das máquinas parciais e a mecanização do processo de trabalho.

empresarial. A produtividade, discutida pelo autor na produção habitacional, portanto, não se restringe ao uso de máquinas ou aos produtos pré-fabricados, mas deve-se, sobretudo, à organização do trabalho, sendo que o “Seu aspecto mais importante é a formação da destreza do trabalhador como uma destreza do capital, pela qual a força de trabalho se submete à dominação real da gerência de produção (p. 72)”. De acordo com ele, “Este reconhecimento é essencial para considerar o trabalho submetido à racionalização como uma recriação do capital, pois a habilidade do trabalhador deixa de ser formada entre trabalhadores e passa a ser função de um treinamento implementado por profissionais especializados [...] (p. 51)”. Essa gestão do trabalho insere o trabalhador em uma racionalidade produtiva de todo o canteiro²¹⁹, desde o fornecimento dos materiais até o acabamento final, que é a condição para os ganhos de produtividade com as tecnologias organizacionais.

A seguir, recorro à extensas citações da tese²²⁰ por entender que são elucidativas da racionalidade industrial discutida por ele, pois oferecem exemplos da nova configuração dos canteiros de obras e da subsunção do trabalho à mecanização, à indústria e à gerência do capital:

‘Há pouca areia e pedra a granel no canteiro de obras (...) A mistura de agregados, cimento e cal para a argamassa só existe na obra como produto ensacado. Os sacos são registrados por leitura óptica pelo almoxarife e, ainda amarrados aos paletes, são levados por Skytrak ao ponto de consumo [Suzano – Novembro de 2011] (...) Nenhum concreto de uso estrutural é produzido dentro do canteiro. A dosagem de [concreto] auto-adensável, com *fillers* e plastificantes, é impossível de ser feita em obra. O que é comprado da usina, de qualquer forma, é mais o serviço do que o produto: ensaios na entrega (são três), bombeamento mecânico, lançamento por mangotes (operado pelo ‘mangoteiro’), recolhimento de corpo de prova e relatório de controle tecnológico. Na obra, já não há mais o pedreiro que desempena e vibra o concreto [Guarulhos – Maio de 2010] (...)’ (2014, p. 17).

‘A forma de laje tem nervuras com perfis metálicos e foi produzida pela empresa que aluga o cimbramento também metálico. Este conjunto com pouca madeira é montado e nivelado a laser por dois profissionais ainda chamados de carpinteiros, mas que também supervisionam a tela de aço pré-cortada e as armaduras de ancoragem [São Paulo/Itaquera – Novembro de 2011] (...)’.

‘Só existem equipes especializadas quando estão unidas a uma máquina cujo fornecimento, operação e manutenção é de um prestador de serviços igualmente especializado. O pedreiro de argamassa se tornou um operador do sistema misturador-projetor. O grosso do trabalho do armador é conferir a armadura cortada e dobrada em

²¹⁹ “O treinamento não fornece um novo limiar de produtividade, apenas insere o trabalho num processo de racionalização da produção que, por sua vez, é objeto da tecnologia organizacional e só pode alterar o trabalho à medida que altera a empresa (BARAVELLI, 2014, p. 68)”.

²²⁰ Com essa descrição dos canteiros de obra, Baravelli (2014) pretende confrontar as suas observações, realizadas nos empreendimentos do MCMV para a baixa renda na Região Metropolitana de São Paulo, entre 2010 e 2013, às tipologias dos canteiros dos anos 1970 descritas por Sergio Ferro, cuja publicação “O canteiro e o desenho” abordava a construção como sendo a apropriação da manufatura sob o domínio do capital, ou melhor, da arquitetura encarregada de dominar o trabalho para produzir mercadorias. Esse livro “É a leitura da apropriação violenta de uma forma de produção pré-capitalista que converte a descrição do canteiro de obras dos anos 1970 numa descrição do subdesenvolvimento brasileiro, pois a utilização do trabalho manual como base para a mercantilização do espaço construído corresponde à forma específica da inserção do Brasil no capitalismo mundial (p. 16)”. Baravelli pretende atualizar a descrição de Ferro sobre a configuração dos canteiros, explicitando “A distância entre os canteiros de obras da tecnocracia militar e do programa habitacional implantado nas presidências Lula e Dilma Roussef [...] (p. 17)”.

fábrica [Itaquaquecetuba – Fevereiro de 2011] (...) Algumas equipes de instalação [de equipamento hidrossanitário] são uma extensão no canteiro das empresas fornecedoras de insumos industrializados. São treinadas apenas numa tecnologia de termo fusão de um único conglomerado [São Paulo/Itaquera – Novembro de 2011]’. ‘A supervisão do mestre-de-obra está desvinculada de qualquer função de planejamento. Ele instrui, mas não comanda. Quem comanda o acionamento de cada máquina, o transporte de cada insumo e a produtividade de cada trabalhador é quem opera o software de fluxo de serviços e a FVS [Ficha de Verificação de Serviço] preenchida em *palmtops*. Muitas vezes é um estagiário de engenharia ou um apontador, mas ele é apenas um ponto de conexão *on line* com a rede interna de controle de qualidade e de fornecedores da construtora [Guarulhos – Maio de 2010]’ (2014, p. 18).

No decorrer da sua apresentação da industrialização da construção, Baravelli recorre à tipologia da etapa da execução da argamassa de revestimento²²¹ observada nos empreendimentos por ele visitados como um caso emblemático da sua argumentação, pois o seu antigo modo de aplicação e preparo prévio eram tidos como o ápice da habilidade e autonomia do pedreiro. A forma artesanal dessa argamassa, dependente de uma série de movimentos, transporte e acondicionamento, todos manuais, antes de ser aplicada pelo pedreiro, bem como de inúmeros outros profissionais, é substituída pela indústria à montante e por máquinas na obra, isto é, a mecanização do preparo, transporte, armazenamento e lançamento final pelo operador de projetora²²². O controle pleno da obra, almejado pela gestão

²²¹ Outra tipologia usada pelo autor em sua interpretação está ligada à tecnologia dominante nos empreendimentos do Faixa 1 do MCMV, que é a alvenaria estrutural. Na comparação entre o uso da alvenaria de vedação, a mais tradicional, que apoia-se na experiência do pedreiro e seus instrumentos adaptados para o seu corpo, com a alvenaria estrutural, erguida pelo bloqueiro, treinado pela empresa e usando instrumentos concebidos e de propriedade dessa última, Baravelli aponta para a impossibilidade de intervenção autônoma do trabalhador nessa última; do ponto de vista do próprio trabalhador, o bloqueiro seria um profissional menor na construção, que está submetido ao controle especializado do projeto de produção da alvenaria estrutural. Além de argumentar no sentido da perda de autonomia do trabalho, pois na sua concepção a formação do trabalhador no interior da própria força de trabalho constituiria uma resistência ao capital, o autor demonstra o aumento da composição orgânica nesse sistema, por duas causas: a substituição do bloco baiano – comprado em qualquer depósito de bairro - pelo estrutural – industrial -, mais caro, e do pedreiro pelo bloqueiro, mais barato, junto com a eliminação do carpinteiro, dispensando um trabalhador que, segundo ele, seria formado na relação manufatureira e não pelo capital (p. 52-7). A combinação da alvenaria estrutural aos serviços de concreto armado resulta em um barateamento dos custos da construção. “Reduções semelhantes de valor global disseminaram a alvenaria estrutural para todo o mercado brasileiro da construção habitacional (p. 58)”. Essa racionalização produtiva, que promove um processo construtivo industrial, principalmente pela imposição do projeto e do planejamento ao canteiro de obras, por meio de cálculos e normas de execução, significa também a passagem de uma mais-valia absoluta, típica da manufatura e ligada aos limites físicos do trabalhador, dependente do aumento das horas de trabalho e do número de trabalhadores para elevar o mais produto, para os ganhos de produtividade com menos trabalhadores e aumento da composição orgânica. “Em termos propriamente de Marx, a manufatura opera pela extração de mais-valor absoluto ao invés do mais-valor relativo (BARAVELLI, 2014, p. 54)”.

²²² “[...] a última fortaleza da manufatura é o trabalhador manual especializado, o oficial pedreiro, e não o grupo de trabalhadores que lhe é servente (BARAVELLI, 2014, p. 30)”. Se até um certo período, esse trabalhador especializado ainda era crucial para a execução do revestimento, dando a impressão que a manufatura ainda dominava a construção em meio à industrialização dos produtos, Baravelli (2014) demonstra a superação da habilidade desse profissional a partir da observação dos canteiros de quatro empreendimentos do MCMV. “Com base neles que é possível elaborar um trabalho-tipo em que a fração industrial representada pela argamassa dosada em usina induz a uma diluição da própria atividade do pedreiro de revestimento numa sequência de operações mecanizadas. O que está em preparação também é a industrialização completa da argamassa de revestimento dentro do canteiro de obras, no sentido de unificar o potencial produtivo de equipamentos dispersos e organizá-los na forma de um sistema de máquinas (2014, p. 30)”.

racionalizada do canteiro de obras, só é possível com a industrialização da operação e a máxima eliminação da interferência da força de trabalho - variabilidade das medidas, da força e do movimento de cada trabalhador; o que antes eram etapas ocupadas pela divisão do trabalho transformam-se em pontos de passagem de um sistema de máquinas para criar um fluxo contínuo de produção (p. 24-8).

Segundo o autor, os estudos comparativos entre a argamassa manufaturada e a industrializada apontam para maiores gastos com equipamentos e materiais nesse segundo caso, porém, economia de trabalho – dispensa trabalhadores e reduz a qualificação daqueles que permanecem empregados -, resultando em custos menores por m² (p. 25-34). “Assim, o menor custo global do serviço de argamassa de revestimento pelo uso de materiais e processos industrializados (de apenas 5,7%) embute um balanceamento novo entre materiais, instrumentos e força de trabalho (p. 42)”. A racionalização industrial alterou a proporção entre o componente constante e o variável na produção, segundo o autor, reduzindo o uso de trabalhadores e rompendo os limites da produtividade, antes determinada pelas possibilidades do próprio corpo e suas habilidades; o trabalhador²²³ pode cobrir muito mais m² de parede por dia, embora o seu salário não acompanhe os ganhos de produtividade (p. 44).

Baravelli procura demonstrar ao longo da sua pesquisa a transformação na forma de acumulação do capital na construção de moradias, que passa então a determinar e a controlar todas as relações de produção e a sua base material e técnica, ao que parece mais tardiamente no setor da construção se comparado a outros setores (p. 54). Na sua leitura, “(...) a transição da manufatura à indústria só se completa quando e onde toda a habilidade da força de trabalho se converte numa destreza do capital (p. 65)” e foi isso que teria acontecido no MCMV.

Essa nova forma de acumular é atribuída pelo autor a três principais causas: a transferência de elementos da construção, que antes eram fabricados no próprio canteiro, para empresas especializadas na produção e fornecimento de máquinas, materiais padronizados²²⁴ -

²²³ A subsunção desse trabalhador – o antigo pedreiro de revestimento convertido em operador de uma máquina projetora - ao capital é piorada, de acordo com Baravelli (2014), em decorrência da perda de “sua autonomia [...] que inclui o regime de mando sobre seus ajudantes e a liberdade de controlar a velocidade e a qualidade da sua produção [...] Seu campo de ação acaba dominado pelo planejamento da obra e pela alta produtividade das frentes de trabalho (p. 45)”. Esse aumento da subsunção e, por conseguinte, da produtividade sob o capital acarreta também o medo de perder o emprego, como em uma experiência descrita pelo autor. Em um estudo comparativo da aplicação da argamassa pela via tradicional e a industrializada, a aceleração do trabalho por operários representantes de ambas as formas permitiu a obtenção de uma produtividade semelhante, apesar de que, no primeiro caso, a forma manual, a partir dos seus operários com medo de perder o emprego, atingiu o seu limite, enquanto o sistema industrial ainda podia ser maximizado (BARAVELLI, 2014, p. 45-6).

²²⁴ “Na diversificação produtiva das cadeias fornecedoras de material de construção acontece a industrialização da própria variabilidade dos empreendimentos de construção, não no sentido de que esses possam produzir em massa produtos idênticos, mas sim de que as suas fábricas efêmeras e sua força de trabalho reunida de forma ‘ad hoc’

tais como formas pré-fabricadas, portas prontas e montadas, argamassas ensacadas, armaduras cortadas e dobradas, forro e parede em gesso, etc. – e serviços; a redução do exército industrial de reserva, gerando aumento no preço da força de trabalho; e as imposições das normas de gestão de qualidade pelo Estado, que se transformam em coação de mercado.

A produção prévia ao canteiro de vários dos materiais e componentes utilizados na edificação das casas e apartamentos já participava da construção habitacional, segundo o autor, desde o BNH, embora na época fossem combinados com o uso extensivo da força de trabalho, sendo parte do processo histórico mais amplo de industrialização e não um indutor mais direto do MCMV. “Dentro do canteiro de obras, a continuidade entre atividade e insumos de fabricação externa cria um permanente *glissando*, em que a manufatura está sempre em transição para a indústria (p. 20)”.

A construção civil brasileira desses anos do BNH e do desenvolvimentismo baseava-se nas longas jornadas de trabalho com baixos salários e privação de direitos, isto é, na alta exploração da força de trabalho sem aprimorar e incorporar, ou usando apenas de modo limitado, as tecnologias disponíveis na época. A super exploração do trabalho tinha relação com o processo de migração e o elevado exército industrial de reserva, que permitiam ao setor operar preservando relações tradicionais de produção. O oposto teria ocorrido entre 2003-2013, de acordo com os dados consultados por Baravelli, quando houve queda no desemprego, o aumento da formalização do trabalho, a elevação do salário acima da inflação e a participação cada vez maior da força de trabalho nos custos da construção, tornando a manufatura inviável e impondo a necessidade de se realizar alterações nos canteiros de obras (2014, p. 77-88).

Em relação à normatização técnica do processo produtivo, não foi a concorrência, afirma o autor, que impeliu a construção civil brasileira à gestão de qualidade no final dos anos 1990, mas foi o Estado, através de duas empresas públicas com poder de compra relativamente grande, a saber, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e a Caixa Econômica Federal (CEF), com vistas à assegurar qualidade uniforme para a habitação social. O Programa da Qualidade da Construção – QualiHab, lançado em 1996 no Estado de São Paulo, estabeleceu acordo com as entidades setoriais sobre os “[...] requisitos técnicos que constituem um padrão de qualidade, cujas ‘metas e prazos’ de cumprimento se tornariam barreiras de entrada para as licitações de habitação popular da CDHU (p. 135)”. Esse modelo serviu de referência, em âmbito federal, para o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional (PBQP-H), do ano de 1998, que foi estendido da

vão lidar com produtos padronizados, que serão empregados ao longo de um empreendimento em construção segundo um processo industrial articulado pelo sistema de gestão de qualidade (BARAVELLI, 2014, p. 134)”.

habitação para a infraestrutura e o saneamento. O PBQP-H criou um Sistema de Avaliação de Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), mantido por uma comissão formada por clientes contratantes, órgãos técnicos e entidades da construção civil, para controlar o padrão de qualidade das obras licitadas. O programa vinculou os seus requisitos técnicos ao padrão normativo internacional da ISO, de modo a permitir uma comparabilidade a nível internacional²²⁵ (p. 136-7).

Esse sistema de gestão da qualidade envolve especificações de materiais, procedimentos, relação com fornecedores, prestadores de serviços e clientes - no caso do MCMV Faixa 1 é a CEF -, padronização, controle de todos os processos, validação, etc. No interior das empresas, o autor caracteriza tal sistema como sendo o fechamento das atividades em ciclo²²⁶, que consiste no registro e documentação minuciosa das atividades produtivas para prevenir uma não conformidade futura em relação aos requisitos técnicos ou demandados por clientes a partir da retroalimentação de informações do passado (p. 139-142). A prevenção como parte de um processo contínuo e infinito de gestão significa a redução de qualquer atividade que não tenha sido planejada ou projetada, incluindo o erro e o desvio. Esse “[...] ciclo perpétuo de melhoria de qualidade produtiva [...] coincide com a própria autonomização do capital (p. 143)”.

A implantação desta lógica autonomizada no processo de gestão quebra, segundo Baravelli, qualquer resistência de organização própria da construção habitacional e substitui o controle de qualidade antes exercido pela força de trabalho. No caso das incorporadoras/construtoras capazes de propor e aprovar no MCMV, a adesão deve ser completa aos sistemas de gestão de qualidade em padrão internacional. Mas essa industrialização via alteração dos processos produtivos pela organização do trabalho e do canteiro se concentra em uma fração das indústrias da construção com grande disponibilidade

²²⁵ “A diferença maior entre o referencial normativo do PBQP-H e da ISO não está na terminologia ou na organização dos requisitos, mas sim que a sua certificação de cumprimento se dê através de uma gradação composta de ‘Nível de Adesão’, ‘Nível B’ e ‘Nível A’. [...] Ainda assim, o topo do processo de certificação promove a completa fusão entre a normatividade ISO e SiAC (BARAVELLI, 2014, p. 137)”.

²²⁶ Um aspecto central para o PNQP – H, afirma o autor, se refere à ficha de verificação de serviço – FVS, que organiza os registros e documentos no final da execução dos serviços e é a primeira exigência de todo sistema de qualidade. As fichas servem ao conjunto do sistema de qualidade, segue uma cadeia de responsabilidades estabelecendo rotinas, tolerâncias, medidas de correção e retroalimenta os procedimentos de prevenção, por isso, elas são os primeiros e últimos documentos nos ciclos de planejamento, execução, checagem e ajuste de qualidade, separando esse controle sistemático da inspeção tradicional. Esse documento sustenta a política de qualidade, serve como guia de aceitação e aprovação do serviço subempreitado, gera ordens de pagamento, planilha de correções e prevenções. A FVS é a ligação da complexidade dos sistemas de gestão de qualidade, desenvolvidas pelos Estados e mercados a nível mundial, com o canteiro. A ficha submete, por meio do controle de qualidade, as subempreiteiras e sua força de trabalho, e o que antes era uma coerção do governo vira coação do mercado entre essas empresas (BARAVELLI, 2014, p. 160-3).

de capitais e capacidade de gestão, pois os custos com serviços de consultoria, auditoria e trabalho especializado são altos, o que afasta micro e pequenas empresas. Cria-se assim um conjunto restrito de empresas construtoras com exclusividade nas linhas de financiamento da CEF e competindo de forma desigual. Nessa clivagem, sobra para as pequenas empresas atuarem no MCMV como subempreiteiras²²⁷ de serviços especializados, efetuados por força de trabalho treinada e especializada. De acordo com o autor, essa relação de produção no MCMV corresponde, por um lado, ao aumento dos serviços de locação de máquinas, equipamentos, além do fornecimento de componentes que, muitas vezes, já incluem a sua instalação²²⁸ e à desmobilização do contingente de trabalhadores, e por outro, transfere valor das subempreiteiras, que exploram a força de trabalho, para as contratantes, que são a condição financeira do processo de trabalho. Essas últimas, inclusive, buscam ampliar a diferença entre os repasses da CEF e o contrato dos serviços especializados. A concentração do capital se dá, entre outras coisas, pelo controle das subempreiteiras que, cada vez mais especializadas, dependem da contratante. A coação do PBQP-H exerce, afirma ele, um controle sobre a anarquia dos mercados, dando coerência tecnológica para o capital das grandes empresas e novas bases de competição, determinadas pelos parâmetros de qualidade, para as subempreiteiras (BARAVELLI, 2014, p. 143-164).

A empresa contratante da subempreitada global responsabiliza-se pelo planejamento, gerenciamento e o financiamento com o programa federal, integrando o canteiro de obras em torno do seu projeto. Os requisitos de qualidade vinculam-se às exigências do PNQP-H, impondo a necessidade da subempreiteira controlar rigorosamente as suas operações; “[...] das fundações à cobertura e paisagismo são executados por subempreiteiras sob especificações de projeto definidas em contrato (p. 154)”. O trabalho é formado para ser executado de acordo com as especificações técnicas da contratante; a qualificação do trabalhador²²⁹, mesmo das subempreiteiras, é parte dos requerimentos do PNQP – H e deve ser realizada pela empresa

²²⁷ Baravelli menciona alguns indicadores positivos da universalização da subcontratação no MCMV: aumento da produtividade – a gestão do trabalho reduz o número de trabalhadores, o tempo de execução do serviço e aumenta a sua eficácia -, controle dos custos – fixados em contrato -, redução dos serviços de manutenção de máquinas e força de trabalho, redução da ociosidade da força de trabalho, diminuição de problemas trabalhistas e a especialização como fator que favorece as inovações tecnológicas (2014, p. 153-5).

²²⁸ Segundo Baravelli, não há mais sentido econômico na verticalização produtiva a partir do momento em que há o aumento da oferta das fábricas de materiais semiacabados e componentes. Do mesmo modo, seria um contrassenso econômico manter uma força de trabalho permanente ao invés de empregados especializados, treinados, eficientes e experientes contratados temporariamente de uma subempreiteira e rapidamente desmobilizados para evitar a sua ociosidade (BARAVELLI, 2014, p. 151).

²²⁹ Muitas vezes, dado o baixo interesse da subempreiteira, que tem apenas um contrato temporário, e mesmo da empresa que no final do contrato sede o trabalhador pertencente à subempreiteira para o concorrente, o cumprimento do treinamento é formal.

contratante, que será auditada para receber a certificação de qualidade. Para cada serviço especializado os procedimentos de sua execução definem materiais, ferramentas, projeto e método executivo (2014, p. 156-160).

Não obstante, em 2013 a construção civil foi a atividade produtiva urbana com o maior número de casos de trabalho análogo à escravidão, de acordo com dados do Ministério do Trabalho consultados por Baravelli. Um caso que ganhou grande repercussão, por envolver umas das mais bem sucedidas companhias, mas não a única de capital aberto, é o da MRV, que em 2012 foi condenada; ainda assim, a empresa conseguiu a certificação PBQP – H nível A e ISO 9001:2008, além de continuar contratando no MCMV depois de acordos judiciais. Segundo ele, porém, não há contradição nesse fato, pois o trabalho análogo à escravidão e a desqualificação da força de trabalho não impede a produtividade²³⁰, mais ligada ao projeto e à gestão (2014, p. 165-171).

De acordo com Baravelli, a implantação dessa tecnologia organizacional de gestão da qualidade teria sido um dos principais motivos para tantas incorporadoras/construtoras produzirem na Faixa 1, uma vez que consideravam os retornos mais baixos do que na produção destinada às outras camadas de renda. Para as empresas que não possuíam a certificação, a Faixa 1 oferece a segurança necessária e em grande escala para a experimentação e a implantação dessas tecnologias, àquelas que já possuíam a certificação, essa faixa cria a possibilidade de ampliar os aspectos organizacionais no sentido de gerir novas tecnologias construtivas, algumas das quais não poderiam ser testadas em outras faixas. O resultado imediato das experimentações tecnológicas, como por exemplo, o concreto auto-adensável, as fôrmas de parede e laje, os veículos Skytrak para logística, etc., é um aumento da produtividade em relação à média do programa MCMV. A monopolização desses ganhos pode gerar sobrelucro por anos, pois não são detectados pela tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), que estabelece uma taxa de produtividade média e remunera os empreendimentos do MCMV segundo esse parâmetro e não com base no funcionamento real das empresas. A meta das empresas é estender o ganho de produtividade da Faixa 1 – onde os ganhos são previsíveis - para outras faixas – mais arriscadas de se empreender -, onde é possível os ganhos com a venda de localizações urbanas. A transferência de tecnologia, que pode ser de procedimentos controlados pelo sistema de gestão de qualidade ao uso de novas

²³⁰ “Não há aqui contradição: a padronização produtiva pode controlar tanto a subempregada do canteiro de obras quanto a produtividade da força de trabalho degradada profissionalmente. Afinal, se a produtividade está ligada a processos que independem do grau de autonomia intelectual do trabalhador, ela independe, no limite, também do grau de sua liberdade pessoal (BARAVELLI, 2014, p. 175)”.

técnicas e alterações de processos produtivos, ocorre, em geral, dentro de uma mesma empresa, que atua em diversas faixas, pois os empreendimentos têm poucas diferenças construtivas, mudando a localização urbana e os fatores de risco e rentabilidade²³¹; na renda média, a concorrência é maior e a necessidade de controle tecnológico dos processos produtivos se faz premente (p. 183-7).

Apesar de parecer um contrassenso, tal qual o uso de trabalho análogo ao escravo, a ideia de qualidade disseminada por esse sistema de gestão da construção de moradias deixa a segregação urbana intacta, que ocorre mesmo com as empresas cumprindo todo o aparato legal do programa MCMV, bem como promove mudanças mínimas e insuficientes para assegurar maior conforto e habitabilidade nas casas e apartamentos. Segundo Baravelli, esse é o resultado lógico de um programa que parte da meta de construir aceleradamente novas unidades habitacionais e cujo foco sempre foi a produção e não a moradia (2014, p. 107; 178). A gestão de qualidade exigida, portanto, significa muito mais o aumento da produtividade, do controle sobre os processos e o trabalho e a redução dos custos da construção, do que a melhoria do aspecto qualitativo relacionado ao cotidiano e ao uso das habitações.

Aqui, reproduzo novamente alguns dos problemas da produção habitacional do MCMV a partir da tese de Baravelli para caracterizar, nos termos do autor, os efeitos do ideal de qualidade sobre o valor de uso das moradias produzidas sob esse sistema de gestão. No quesito localização urbana, ele argumenta que as regulamentações editadas pelo Ministério das Cidades subvertem a lei que reeditou a segunda fase do MCMV, reconduzindo à expansão periférica das cidades. “[...] a malha urbana se limita a um zoneamento, a conexão com infraestrutura implica em sua permanente extensão e o acesso a equipamentos públicos se converte num serviço de ônibus (p. 196)”. Em uma atualização de portaria ao MCMV 2, o próprio FAR se dispõe a financiar equipamentos de saúde, educação, entre outros, caso não haja nas proximidades do empreendimento, o que significa um reconhecimento de que podem não existir no entorno. O MCMV contraria o que foi estabelecido no PlanHab de limitar o avanço da fronteira urbana e melhorar o aproveitamento da urbanidade já instalada e seus transportes públicos (BARAVELLI, 2014, p. 197).

A segregação é ainda intensificada pelo próprio combate ao déficit habitacional, pois essa medida das necessidades habitacionais usadas pelo governo não seria de fato o objetivo

²³¹ “O risco inerente à implantação de uma nova tecnologia, seja ela uma barreira de entrada como os sistemas de gestão de qualidade ou experiências subsidiárias em pré-fabricação ou equipamentos de alto custo, é equilibrado pela segurança do ‘preço máximo de aquisição’ da Faixa 1. Uma vez dominada e amortizada esta tecnologia, ela vai ser replicada como diferencial produtivo no ambiente competitivo das demais faixas de renda, onde verdadeiramente se acumula e se concentra o capital da construção habitacional (BARAVELLI, 2014, p. 189)”.

principal que põe o programa em movimento, isso tanto do ponto de vista das metas de produção, que não coincidem com a concentração do déficit na camada mais empobrecida da população, quanto das estratégias para atingir os seus beneficiários, que, nos termos do PlanHab, abandonado pelo MCMV, previa participação social e condições variáveis a depender das realidades locais e regionais (BARAVELLI, 2014, p. 105-6). O déficit ficou socialmente mais regressivo, ou seja, ele atinge com maior intensidade a população mais pobre, isolando-as e mantendo a segregação urbana. Sem uma política habitacional abrangente, essa população mais pobre ainda fica sujeita ao déficit gerado pelo aumento do ônus excessivo com o aluguel, resultado das metas físicas do MCMV, que estimulam a demanda por terra e o dinamismo do mercado imobiliário em cidades grandes e médias, elevando o preço de compra e também o aluguel das moradias. Segundo o autor, “[...] a concentração cada vez maior do déficit na população pobre das grandes cidades brasileiras apenas reforça sua caracterização como ‘demanda não solvente’ para a construção habitacional, cuja renda familiar não permite consumir a habitação que as estimativas domiciliares indicam que ela carece (p. 113)”.

No que diz respeito à unidade habitacional, a melhoria das moradias é limitada, “[...] pois o avanço da tecnologia organizacional dos sistemas de gestão de qualidade e sua disseminação como ação de governo transformam o processo produtivo mais do que o produto (BARAVELLI, 2014, p. 190)”. E o autor continua: “Assim como déficit habitacional legitima o ordenamento mecanicista do programa [...], a precariedade da moradia autoconstruída no Brasil legitima a construção de uma unidade habitacional conforme um projeto que é exclusivamente Projeto de Produção (Ibidem, p. 190)”. Os “únicos valores” que esse projeto “[...] carrega são diretamente oriundos da produção empresarial: ‘construtibilidade’ à frente de todos, mas também ‘redução de operações’, ‘controle de procedimentos’, ‘logística de obra’ e, por que não, ‘qualidade’ (Ibidem, p. 190)”. O projeto precisa seguir somente as especificações mínimas dos empreendimentos financiados pelo FAR, editadas pelo Ministério das Cidades (Ibidem, p. 190). Em 2013, uma nova normatização técnica sobre habitabilidade e conforto, depois de 13 anos de revisões e prorrogações, foi sugerida pelo governo para ser implementada no MCMV; essa norma técnica dependia do consenso do mercado para ser implantada. A sua redução, após as revisões, chegava até onde as grandes empresas achavam adequado em termos de custos para o seu processo de concentração, afirmava o autor à época que escreveu. A implementação dessa nova normatização favoreceu as grandes companhias, que puderam se adaptar rapidamente e com baixos custos, pesando mais sobre as menores, que tem faturamento menor e menor capacidade de financiamento. O ideal da melhoria da moradia, continua Baravelli, vai no sentido da concentração do capital (Ibidem, p. 193-4).

Na perspectiva desse autor, portanto, a acumulação de capital na construção habitacional ocorre mediante processos de centralização e de ruptura com a manufatura, estabelecida através de uma transformação profunda no processo de produção, que eleva os seus ganhos em proporção superior à demanda por trabalhadores²³²: “[...] a valorização do capital, se ultrapassa o aumento de trabalhadores²³³, ultrapassa também e em maior grau o aumento do número de empresas (BARAVELLI, 2014, p. 89)”. Assim, os capitais centralizados e financiados pelos instrumentos de dívidas e captação no mercado põem em movimento a racionalização industrial da produção com o uso de máquinas, equipamentos e novas técnicas na construção, coadunados com as exigências das fábricas de materiais e componentes antecedentes à obra, os quais são trabalhados por uma força de trabalho relativamente em decréscimo – apesar do seu aumento absoluto - e dominada de fato pelo capital na forma das tecnologias de gestão, desse modo é superado os entraves da mais-valia absoluta e estabelece-se uma elevada produtividade do capital²³⁴, impulsionando o processo de valorização.

²³² Além dos dados do PAIC (2007-2010), que demonstram um crescimento muito maior dos gastos com trabalhadores (118%) do que o próprio aumento de pessoas ocupadas (57%), bem como o crescimento da receita operacional líquida (97%) das obras e serviços mais próxima dos gastos com pessoal, Baravelli (2014) cita uma pesquisa da FGV sobre a “produtividade total de fatores” da construção, segundo a qual a expansão do produto se deu em ritmo maior do que o estoque de capital e trabalho, porém essa produtividade esteve concentrada nas maiores empresas; os ganhos salariais também reforçam a centralização, uma vez que nas menores empresas esses custos ultrapassaram o crescimento do produto, diferentemente do caso das maiores empresas, onde a produtividade foi maior do que os custos com salários (p. 88-90).

²³³ O discurso do programa MCMV não se utiliza, a não ser raramente, do discurso da criação de empregos, mas nunca com ênfase, afirma o autor. “A razão é que a necessidade de empregar muitos trabalhadores nos empreendimentos do programa, ao invés de solução política, se tornou um problema tecnológico para o capital da construção civil (2014, p. 104)”. Segundo o autor, há aumento do valor socialmente necessário tanto para os trabalhadores qualificados como para aqueles sem qualificação. O discurso de oferecer trabalho ao operário desqualificado e a manutenção de técnicas da manufatura não se justificam mais (Ibidem, p. 103). De acordo com Baravelli, o operário treinado pela empresa dispensa o discurso ou a responsabilização moral das empresas em criar empregos para uma massa desqualificada da população e a justificativa ideológica que resta é a da eliminação do déficit. “Afinal, se não há mais população excedente para produzir habitação social, há ainda uma população excedente para consumi-la (Ibidem, p. 104)”. Mais à frente discutirei o que apareceu como absorção do exército industrial de reserva em sua mediação com o capital fictício. Esses trechos são importantes por revelarem a redução na absorção da força de trabalho.

²³⁴ A captura de valor da força de trabalho em um ritmo maior do que o emprego de novos trabalhadores e o “aumento da massa salarial sobre a valorização do capital [...] resultou [...] da introdução de novas e mais produtivas formas de extrair valor da força de trabalho (BARAVELLI, 2014, p. 88)”. “Há, desta forma, uma elevação da produtividade que não se dá pela compressão da massa salarial, como era comum nos relatos dos anos 1970-80 (Ibidem, p. 89)”. O aumento dos salários e a insuficiência do exército industrial de reserva, causando a escassez de alguns profissionais, reforça essa racionalização da construção habitacional. Um exemplo paradigmático das transformações em curso diz respeito ao servente de obra ou servente geral da construção. Sobre esse profissional, que mais caracteriza a manufatura, sendo o mais desqualificado e explorado trabalhador, sempre pressionado, nos anos de grande migração interna e rural-urbano, pelo exército industrial de reserva e o canteiro, os recentes estudos apontam para a sua substituição, que coincide também com a sua raridade. Segundo Baravelli (2014), essa escassez de serventes de obras é um limite histórico e social à produção manufatureira, cuja resposta é a racionalização dos canteiros de obras, como pode ser observado nos estudos de logística e na mecanização e gestão do estoque substituindo esse trabalhador na movimentação dos materiais no canteiro – essa eliminação do transporte de argamassa já teria ocorrido em larga escala no caso da substituição do concreto elaborado na própria obra pelo servente por fornecimento do concreto dosado em usina e posteriormente bombeado. O custo da não

Na sua pesquisa de livre docência, Shimbo (2020) argumenta no mesmo sentido das “[...] alterações nas estruturas de provisão do ambiente construído e da habitação no Brasil [...]”, que, segundo ela, “[...] se iniciaram no começo dos anos 2000 e se aprofundaram a partir de 2010 (p. 9)”. No contexto da financeirização²³⁵, a lógica do mercado de capital gerou a necessidade de difusão e padronização de informações sobre as companhias de capital aberto, adequando-as aos critérios da governança corporativa e seus níveis de transparência exigidos pelos acionistas, além de extravasar para dentro da produção: “[...] as estratégias e indicadores de rentabilidade da empresa se somaram e, por vezes, adaptaram os indicadores de controle e produtividade do trabalho no canteiro de obras, promovendo uma hiper-gestão da construção (Ibidem, p. 9)”; a lógica financeira de avaliação e rentabilidade estendeu-se também para o mercado de terras, imóveis, cidades e regiões. De acordo com a autora, referindo-se à “provisão do ambiente construído e da habitação no Brasil: “As principais operações promovidas por dois dos seus principais agentes, no caso, incorporadoras/construtoras e consultorias imobiliárias, foram a padronização e a hiper-gestão da produção e a difusão de instrumentos financeiros nessas organizações (Ibidem, p. 9)”.

No caso dessas consultorias, principalmente as internacionais, atuaram produzindo informações padronizadas “[...] sobre cidades e produtos imobiliários [...]”, que foram fundamentais “[...] para que investidores financeiros estrangeiros pudessem investir no país [...] (SHIMBO, 2020, p. 9)”, ao mesmo tempo em que os métodos financeiros de avaliação de imóveis, usados por elas (e não só), “[...] passaram a ser adotados cada vez mais na gestão de estoques de ativos imobiliários de investidores financeiros [...], de empresas do setor industrial e varejo e pessoas físicas [...], produzindo-se igualmente uma hiper-gestão da avaliação²³⁶ (Ibidem, p. 9-10)”. Esses métodos e técnicas de cálculo, resultado do desdobramento da lógica financeira, foram cruciais para dar legibilidade aos negócios imobiliários à medida em que

mecanização da movimentação de carga na construção já não pode ser controlado pela população excedente (Ibidem, p. 94-7).

²³⁵ Entendido como uma nova fase da “[...] expansão das ‘fronteiras do capital’ e sua necessidade estrutural em sempre buscar um ‘externo’ para se valorizar (não apenas em termos territoriais) [...] (SHIMBO, 2020, p. 12)”.

²³⁶ “As consultorias também se revelaram centrais na difusão de uma racionalidade financeira entre uma pluralidade de agentes que operam regularmente ou que precisam se envolver ocasionalmente com o mercado imobiliário – para além das incorporadoras e construtoras, há os investidores institucionais, fundos de pensão, empresas de varejo e indústrias. Através dos serviços que prestam aos seus clientes, as consultorias promovem um olhar diferenciado em relações tão diversas como, por exemplo, as vantagens e desvantagens associadas à posse do imóvel, a melhor forma de gerir um portfólio de imóveis, o momento pertinente de adquirir ou vender uma propriedade, as necessidades das empresas ocupantes em relação ao espaço e ao layout para exercício de suas atividades, a decisão de incorporadores sobre a localização de um novo empreendimento imobiliário na cidade, etc. Em todos esses casos, os serviços de assessoria prestados pelas consultorias aos agentes econômicos envolveram uma reorientação de atitudes e práticas em relação ao patrimônio imobiliário desses clientes, visando à extração de maior rendimento através da análise multidimensional do ativo, posicionando-o em uma curva de valorização (SHIMBO, 2020, p. 147)”.

podiam quantificar, classificar e tornar os imóveis comparáveis entre si e com outros ativos financeiros, o que promoveu também, segundo a autora, a transparência do mercado imobiliário brasileiro. À semelhança dos profissionais das finanças, essas práticas financeirizadas de avaliação não traçam mais estimativas a partir dos custos de produção e terreno ou do fluxo de renda presente em comparação com outros imóveis semelhantes, mas definem o valor presente via complexos cálculos que preveem os fluxos futuros e descontos em possíveis cenários matematicamente previstos (Ibidem, p. 140-5). Tais transformações criaram uma “[...] convivência entre as lógicas industriais, comerciais e financeiras, por vezes, marcadas por conflitos (Ibidem, p. 10)”. Essa análise da autora parece apontar para o que Harvey entendeu ser a forma mais adequada da propriedade privada da terra no capitalismo, que funcionaria como um capital fictício, mas nesse caso envolvendo toda a produção imobiliária; a comparabilidade geral por cálculos financeirizados permite lançar todos os ativos no “jogo da bolsa”.

Em relação à construção habitacional, Shimbo (2020) demonstra que, principalmente a partir de 2014²³⁷, a combinação entre a aplicação da “hiper-gestão” sobre a produção - sendo o controle sobre o trabalho e o canteiro de obras o ponto central das transformações ocorridas nas empresas²³⁸ -, junto ao crescimento de produtos acabados/semi acabados e as inovações técnicas na construção das moradias, apesar dos limites à mecanização, expulsa força de trabalho do processo produtivo. Essa dispensa de trabalho observada por ela nos canteiros das construtoras/incorporadoras envolve a generalização da terceirização de várias etapas da obra, a montagem e instalação de peças pré-fabricadas, o uso de pré-moldados *in loco*, a logística de materiais e pessoas, o emprego de softwares, a eliminação ou reestruturação de funções²³⁹, a substituição de antigas profissões por outras mais produtivas e especializadas, etc. Em que pese

²³⁷ As inovações tratadas por ela adentram no Brasil de modo intensificado após a crise de 2014, enquanto em diversos outros países já teriam ocorrido décadas atrás.

²³⁸ Nas incorporadoras/construtoras, houve a fusão de dois tipos de gestão, a financeira e a da produção, “[...] que denomino como hiper-gestão da produção como um todo. A natureza da inovação se centrou no âmbito do aperfeiçoamento da gestão e do controle sobre o trabalho e sobre os fluxos financeiros, mesmo havendo a introdução de processos mais mecanizados, como é o caso da parede estrutural em concreto. A natureza não foi, portanto, de aumento da mecanização como se preconiza a industrialização numa perspectiva fabril (SHIMBO, 2020, p. 110)”. Para Shimbo, assim como em muitos outros pesquisadores lidos por ela, as pressões para a inovação técnica, diferentemente de outros setores, são atenuadas porque o ganho com a incorporação é superior aos ganhos com a produção, mas isso não faz do setor arcaico ou atrasado; a especificidade da incorporação é a combinação de ganhos com a produção real e com a valorização fictícia capitalizando a renda da terra (p. 108).

²³⁹ Muitas funções de planejamento e controle da produção, antes executadas por engenheiros próximos à produção, passaram a ser tomadas internamente na incorporadora, de modo que o processo produtivo deveria apenas executar as decisões previamente tomadas; nas palavras da autora: “[...] a obra passa a ser corporação e não simplesmente obra (SHIMBO, 2020, p. 121)”. Com a integração de vários canteiros às prescrições da corporação e o retorno em tempo real de diversos indicadores relacionados às obras, reduziram-se o tempo de produção e da tomada de decisão.

a participação de todos esses elementos em sua análise das transformações na construção habitacional, Shimbo (2020) ressalta que “[...] as principais fontes da maioria das inovações introduzidas na incorporação imobiliária vêm da padronização, da economia de escala e da aplicação de princípios mais apropriados de gestão e de organização da produção (p. 109)”. A hipótese levantada pela autora é de que a empresa de incorporação e construção “[...] passa a ser uma gerenciadora e integradora de sistemas e que, conseqüentemente, o canteiro de obras deixa de ser um lugar do ‘improvisado’ para ser local de montagem de sistemas construtivos, com uma organização técnica do trabalho bastante controlada pela estrutura corporativa da empresa [...] (Ibidem, p. 127)”. Estabelecida pelo processo de “hiper-gestão”, essa nova configuração das companhias leva à redução da absorção de trabalhadores desde a concepção à execução:

A gestão da produção foi um meio para se reduzir o emprego de mão-de-obra durante o processo tanto de execução das obras quanto de elaboração de projeto e para aumentar, conseqüentemente, a tão difundida ‘produtividade’ na construção civil. A gestão da produção implementada no canteiro de obras e na elaboração de projetos permitiu tanto uma redução efetiva de trabalhadores quanto uma reestruturação dos departamentos e das diretorias das empresas, promovendo-se assim uma reorganização e, na maioria das vezes, um enxugamento da estrutura administrativa. Essa reestruturação, por sua vez, corresponde aos princípios da governança de uma companhia de capital aberto e à garantia da sua liquidez, estando, portanto, intimamente ligada à gestão financeira da companhia (SHIMBO, 2020, p. 118).

Na sua pesquisa, um caso exemplar da dispensa de força de trabalho envolvendo os novos métodos de construção pode ser encontrado na análise que a autora faz da introdução, após 2014, pelas empresas que produzem empreendimentos populares, do uso em grande escala das paredes de concreto²⁴⁰ moldadas nos próprios canteiros de obras. A justificativa, segundo as empresas, seriam a maior produtividade, padronização, menores custos e maior retorno por ativo. Entre as duas empresas pesquisadas pela autora havia ainda diferenças na sua aplicação, pois uma trabalhava com as formas de alumínio (MRV) para erguer as paredes e a outra com formas de aço (Direcional) para a fachada externa combinada com paredes internas de *drywall*²⁴¹; essa última alegava poupar mais força de trabalho, ser mais rápida e amortizar mais rapidamente o investimento por produzir mais unidades por edifício. Sobre a produtividade das formas de alumínio na MRV:

Em 2013, quando havia ambos os sistemas (alvenaria e parede de concreto), eram necessárias 8,1 pessoas para produzir uma unidade (índice de produtividade) e em um mês se executava 3% da obra (velocidade de produção). Em 2017, com a introdução

²⁴⁰ As paredes de concreto passaram a ser difundidas no Brasil a partir de 2007, mas a sua introdução em escala nos empreendimentos populares ocorreu no pós-recessão de 2014. “Em 2019, as três empresas de empreendimentos populares (MRV, Direcional e Tenda) já haviam migrado quase completamente sua produção para esse método construtivo. A alvenaria estrutural em blocos de concreto, que reinou durante a primeira fase do MCMV, foi substituída pelas paredes de concreto num intervalo relativamente curto, em menos de cinco anos (SHIMBO, 2020, p. 127)”.

²⁴¹ Segundo nota explicativa da autora: “A parede *drywall* é composta por duas chapas de gesso acartonado e estruturada com perfis, guias e montantes em aço galvanizado (SHIMBO, 2020, p. 117)”.

da fôrma de alumínio, foi reduzida pela metade a quantidade de pessoas para se produzir uma unidade (4,1 pessoas/unidade) e a velocidade das obras quase dobrou (sendo 5,2% executado por mês das obras em andamento) (SHIMBO, 2020, p. 126).

Se na pesquisa de Baravelli (2014), a industrialização da construção na alvenaria era observada pela substituição do seu modo tradicional (de vedação) pelo predomínio do estrutural e o bloqueiro assumia o antigo posto do pedreiro para levantar as paredes e a estrutura da edificação, Shimbo (2020), escrevendo seis anos depois, vê as paredes de concreto tomarem o lugar da alvenaria em blocos de concreto (estrutural) e o bloqueiro ser substituído pelo montador de formas dessas paredes, que “[...] se assemelha mais a uma profissão da indústria fabril, que não requisita uma habilidade manual e sim a montagem e desmontagem de componentes (p. 131)”. Cabe ressaltar que o sentido dessas transformações é o aumento da produtividade, da velocidade e a redução do custo, acarretando na redução dos postos de trabalho nas etapas das obras.

Em relação ao montador de formas, Baravelli (2014, p. 100-2) já descrevera o surgimento desse profissional, bem como as lutas em torno da sua menor remuneração – em algumas empresas, eram registrados como servente em decorrência da simplicidade da atividade – e a inovação tecnológica que a acompanha, o concreto auto-adensável (CAA)²⁴². À época de sua pesquisa, os estudos de Gestão de Produção defendiam o uso desse tipo de concreto em relação a outros, uma vez que o seu custo maior era compensado pela economia com a força de trabalho. O CAA é vendido para ser posto em forma, sendo assim, o montador de formas substitui o carpinteiro e seus ajudantes, que antes produziam e montavam as formas, junto a isso, esse tipo de insumo deixa de exigir os serventes que descarregavam e transportavam o antigo material pelo canteiro. De acordo com Baravelli, “[...] este concreto torna indistinta a industrialização da fabricação e do canteiro de obras, pois não é possível separar a produção do insumo do seu processamento final [...]”. No lugar daqueles trabalhadores, empresas terceirizadas ou as fabricantes de concreto fornecem outros profissionais para lançar o concreto via máquinas até a obra (BARAVELLI, 2014, p. 101). Com esse concreto fabricado em usina e lançado por um operador de bomba, elimina-se todo um contingente de serventes, antes responsáveis pela preparação e transporte do concreto, além disso, os mestres de obras deixam de executar a concretagem para apenas acompanhar e

²⁴² “Segundo a NBR 15.823-1:2010, o CAA deve ter a propriedade de autoadensabilidade apenas em função da sua constituição e deve preencher os espaços de fôrma e armadura sem auxílio de vibradores ou compactação externa, criando uma superfície superior autonivelada. Só é possível obter estas propriedades pela completa automação do preparo, dosagem e mistura em usina, que não deixa ser apenas a replicação da automação de produção do próprio clínquer/cimento. O único complemento da indústria mecânica é o transporte e lançamento por caminhão betoneira-bomba, máquina especializada que necessita de seu próprio operador-motorista (BARAVELLI, 2014, p. 100)”.

inspecionar²⁴³. Nos anos seguintes, Shimbo (2020) considera que essa montagem industrial de formas e a centralização do controle sobre o canteiro pelo engenheiro – encarregados, estagiários de engenharia ou um operador logístico – eliminam o mestre de obras. “A atividade de intermediação entre a engenharia e a obra anteriormente exercida pelo mestre é substituída pelo aumento da responsabilidade do engenheiro na obra, que passa a ser o ‘líder’ da obra (Ibidem, p. 132)”. Assim, “O antigo saber-fazer das obras que era aprendido na longa experiência em administração em canteiro fica em desuso (Ibidem, p. 133)” e os profissionais podem se adequar mais rapidamente à nova realidade mais controlada e padronizada. Na mesma direção, Baravelli (2014) havia escrito sobre a obsolescência desse profissional ou a “[...] destruição do ordenamento manufatureiro dos ofícios de pedreiro (p. 62)”, ao tratar, por exemplo, do lançamento mecânico da argamassa, do uso da alvenaria estrutural e na concretagem.

Toda essa reestruturação corporativa financeira nas companhias de capital aberto, segundo a autora, procura “[...] otimizar a gerência do capital investido por seus acionistas”. O desdobramento da lógica financeira na forma da “hiper-gestão”, empreendida por um gestor, que na pesquisa da autora era sempre homem, jovem, com rápida ascensão na carreira e cursos em finanças e gestão imobiliária, “[...] possibilitou a redução do tempo de obras (e do ciclo do capital) e do número de trabalhadores e de executivos empregados nas empresas (SHIMBO, 2020, p. 134)”.

Outra preocupação de Shimbo são os efeitos sócio espaciais dessa colonização financeira sobre as práticas dos agentes públicos e privados. Ela pergunta: “Seriam essas geografias ainda mais seletivas que aquelas definidas por uma racionalidade mercantil e industrial, que prevalecia entre empresas imobiliárias locais (com atuação no máximo, nacional) e de capital fechado, reforçando-se ainda mais as desigualdades sociais das cidades brasileiras? (2020, p. 150)”. Apesar das ressalvas sobre a falta de pesquisas, dados e a dificuldade em responder a tal pergunta, ela aponta a piora dos efeitos socioespaciais da racionalidade financeira através do padrão de inserção urbana, arquitetônico e urbanístico na produção da habitação. A autora observa que o esforço da arquitetura “[...] não era encontrar uma solução arquitetônica mais elaborada no processo de desenho, mas sim assegurar a

²⁴³ “Deixa de existir o pedreiro oficial que ‘puxa a massa’, isto é, coordena o tombamento dos carrinhos e latas, nivelando seu conteúdo com a régua de madeira e alumínio, bem como o pedreiro meio-oficial, que distribui o concreto com enxada e faz o adensamento com vibrador-agulha (sua maior habilidade sendo o deslocamento de dançarino sobre formas e vigotas). Na concretagem CAA, a hierarquia de oficial e meio-oficial adquire função de acompanhamento ao invés de execução, pois é necessário apenas um encarregado para preenchimento da planilha de controle de qualidade e um profissional de prontidão para correção do que este controle indicar como ‘não-conformidade’ ao padrão de serviço (BARAVELLI, 2014, p. 101-2)”.

viabilidade de um empreendimento dentro do teto de preço muito bem definidos pelo MCMV (Ibidem, p. 158)”. Os investimentos em projetos voltavam-se para o detalhamento da produção e da execução dos serviços e obras, bem como a padronização do próprio projeto e da produção a ser replicada em vários canteiros (Ibidem, p. 158). Dentro das práticas já antigas de comprar terrenos em áreas desvalorizadas e atuar junto ao poder público para flexibilizar a legislação urbanística e investir na região, permitindo ao empreendimento futuro apropriar-se de uma renda diferencial, a padronização mencionada buscava alcançar o mínimo habitacional – às famílias de renda média e média-baixa renda – e o mínimo urbanístico – segurança, estacionamento e lazer (Ibidem, p. 177). As incorporadoras/construtoras e consultorias determinam um produto “[...] cada vez mais adaptado para atender a grande escala e o modelo de condominialização da cidade (Ibidem, p. 201)”. A espoliação urbana, marca do processo de urbanização nacional, continua sob a forma imobiliária e financeira na produção habitacional mais recente²⁴⁴.

[...] é que, por um lado, famílias que acessaram o crédito habitacional estão endividadadas, houve uma elevação extraordinária dos preços imobiliários e um encarecimento dos serviços urbanos essenciais, muitos deles privatizados. Por outro, as famílias mais pobres ou se deslocaram para locais ainda mais distantes, como consequência direta dos processos de valorização imobiliária, ou se mantiveram em áreas centrais mais consolidadas, em condições precárias ou irregulares, e sentem num nível mais elevado o encarecimento da vida urbana (SHIMBO, 2020, p. 182)”.

Para Shimbo (2020), a acumulação de capital nas incorporadoras/construtoras de capital aberto segue sendo realizada por meio de operações padronizadas e de uma hiper-gestão da produção, às quais somam-se os ganhos fictícios com a renda da terra; essas empresas funcionam gerindo empreiteiras e integrando sistemas produtivos complexos – desde a produção de materiais e componentes. O valor produzido pela exploração do trabalho²⁴⁵ nos

²⁴⁴ Na conclusão de sua livre-docência, Shimbo (2020) faz um percurso semelhante ao de Harvey no livro “O Novo Imperialismo”. Ela reconhece um aumento do domínio do capital e da desigualdade social na produção habitacional e do ambiente construído no contexto da colonização financeira. A partir daí, um primeiro confronto – antes de um segundo, que iria na direção de outros modos de vida não-capitalistas - deveria se dar na luta por outro modo de acumulação, formulando uma crítica que permita propor políticas públicas que revertam a financeirização em curso nas empresas e torne possível outras formas de provisão habitacional – como exemplo, ela menciona a assistência técnica à produção doméstica, a reurbanização comunitárias das favelas, etc. -, liberando o fundo público da sua captura pelos agentes financeirizados. “Para além do aumento da regulação do setor imobiliário e das finanças, é necessário pensar em novas estruturas de provisão da habitação, no plural. Esta tese procurou evidenciar que uma estrutura de provisão do ambiente construído passa necessariamente por uma articulação entre propriedade, financiamento, incorporação e construção – ou entre proprietários, financistas, incorporadores, consultores e construtores. E que, por isso, qualquer proposição sobre essas novas estruturas perpassa uma reflexão integrada sobre outras formas de financiamento, de propriedade e de produção (2020, p. 204)”.

²⁴⁵ A autora é um pouco ambígua acerca das condições dessa exploração, pois admite que essa “hiper-gestão” melhorou as condições em relação aos canteiros de obras de décadas atrás, ao mesmo tempo em que ressalta o uso de trabalho escravo no boom imobiliário. Ainda sobre o trabalho, compreendi que ela defende que há uma redução do uso de trabalhadores em todo esse processo de reestruturação financeirizada, apesar do aumento da quantidade de estagiários de engenharia e de profissões especializadas mais próximas das fabris.

canteiros de obras passa a circular mediante a “[...] difusão de uma ‘inteligência’ imobiliária que é própria do capital fictício [...]” e, mesmo onde os investidores financeiros não estão diretamente relacionados, “[...] a financeirização da produção urbana altera as operações do capital e as práticas de seus operadores *at work*, enraizando-se nas relações sociais (p. 200-1)”.

A partir de ambas as pesquisas pode-se constatar que muitas das preocupações e recomendações presentes nos materiais empíricos do primeiro capítulo deste texto e nos estudos do NRE da Poli – USP, que se apresentavam como soluções para os desequilíbrios e os baixos retornos da produção habitacional, foram contempladas ao longo das transformações nas companhias de capital aberto. Não obstante, os ganhos operacionais auferidos temporariamente e os prejuízos dos anos seguintes, mesmo depois do que muitos economistas e analistas garantiam ser ajustes saneadores nos pós crise, pareciam não corresponder ao que era esperado pelos especialistas. Na visada de Baravelli (2014) e Shimbo (2020), o capital passava a dominar realmente todo o seu processo de produção na construção habitacional, entendida por tanto tempo como atrasada em relação a outros setores, pois modernizou-se de modo particular e deu prosseguimento ao processo de acumulação sob alta produtividade determinada pelas exigências de elevados rendimentos dos capitais financeiros. Mas do ponto de vista adotado aqui, esse êxito setorial, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e à superação da sua assincronia em relação a esse aspecto na comparação com outros setores, significa, a essa altura do desenvolvimento histórico do capital, sua contribuição particular para a dissolução do capital como um todo.

As pesquisas de Baravelli e Shimbo, apesar de ressaltarem que os processos de gestão e controle do trabalho e do canteiro são o centro das recentes transformações na produção habitacional no Brasil, demonstram, ao mesmo tempo, o crescimento do capital constante nos canteiros de obras mediante o uso de máquinas, pré-fabricados e a industrialização de diversos insumos e materiais, permitindo observar um quadro mais geral em que a gestão e o controle articulam-se com o capital constante para impulsionar os saltos de produtividade e o aumento na composição orgânica dos capitais, reduzindo a demanda por trabalho na construção, que é sempre decrescente em razão do desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, não cresce na mesma proporção que o volume de capital, mas de acordo com o emprego declinante de força de trabalho.

Em acordo com esses autores sobre o aumento da produtividade da construção habitacional, Guerreiro (2017) entende que esse desenvolvimento das forças produtivas, a diminuição do tempo de rotação do capital e o crescimento absoluto das mercadorias produzidas no setor estão em estreita relação com a nova função do Estado, nos governos petistas, para

corresponder à lógica do capital financeiro em um país dependente. “A necessidade de alterar as relações internas de produção da construção civil é uma condicionante nova, imposta por fatores externos (o que reitera a função dependente), que necessita, agora, de atualização da “plataforma de valorização financeira internacional” (Paulani²⁴⁶) para continuar o mesmo mecanismo de transferência de valor (p. 11)”. Essa necessidade de atualização ocorre por meio da coação do Estado como representante de classe, contrariando certa inércia produtiva de capitais individuais, afirma ela, e isso se dá de duas formas, uma delas, pela certificação estatal, como já tratado por Baravelli (2014), e a outra pela formação de preços de mercado, garantindo elevada rentabilidade da terra e do capital. Nessa formação artificial de preços através da tabela Sinapi²⁴⁷ de composição de custos, baseada na forma tradicional de produção e baixa composição orgânica, todos os ganhos de produtividade das empresas não irão alterar esse preço, sendo apropriados como lucro acima do seu preço de produção, limitado apenas pela fatia do preço de mercado destinada a remunerar a renda da terra. Para a autora, a formação de grandes bancos de terras pelas construtoras/incorporadoras associada à demanda com preços elevados artificialmente pelo MCMV eliminaram a barreira da propriedade da terra à equalização das taxas de lucro e permitiram o desenvolvimento das forças produtivas em um setor por muitos anos manufatureiro. Em acordo com Harvey, o tratamento da terra como um puro bem financeiro que se tornou possível com essa ação estatal e a financeirização - no caso do MCMV, Guerreiro escreve que esperava-se na modalidade do Faixa 1 do programa uma remuneração em torno de 15% para essa categoria, próxima a taxa Selic da época²⁴⁸ -, teria aberto toda a terra à circulação do capital, o que estabelece, mediante a concorrência, os usos que gerem maior renda e garantam o aumento da produtividade.

A expansão das operações das incorporadoras/construtoras tendo em vista demonstrar capacidade de produção e corresponder às expectativas de curto prazo do mercado financeiro, viabilizar novos financiamentos e com melhores prazos e custos, disputar mercado e acessar maiores porções do fundo público do MCMV acirrou a competição entre as companhias de capital aberto, assim como entre as médias e pequenas empresas, submetidas ao controle das empresas centralizadas. Sob a coação da concorrência, o desenvolvimento da produtividade do

²⁴⁶ A citação se refere ao livro de Leda Paulani “Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico”.

²⁴⁷ “O SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, feito pela Caixa Econômica Federal de maneira regional e setorial, atualizado a cada três meses (GUERREIRO, 2017, p. 16)”.

²⁴⁸ “O valor pré-estabelecido para a terra nesta modalidade do programa é de 15% do valor do repasse, valor que se aproxima muito da taxa Selic. Desta maneira, corrobora a hipótese de que a terra precisa ser um ativo financeiro, tendo minimamente um rendimento próximo (neste caso, maior) do que os títulos mobiliários (GUERREIRO, 2017, p. 16)”.

trabalho e o aumento da composição orgânica eram pré-requisitos para essa expansão e, por conseguinte, sob os critérios do fim em si capitalista, da possibilidade de alcançar uma taxa de lucro ficcionalizada acima da média do mercado e da estabelecida pelos preços da CEF, sendo garantia para o crescimento e condição de sobrevivência no mercado.

Esse movimento na particularidade concreta em questão é a “[...] razão pela qual o capitalismo subverte a sua própria substância ‘de forma perfeitamente involuntária’ para assim se lançar na crise objectiva (p. 236)”, quando generalizado para os capitais individuais no conjunto da sociedade. No nível das incorporadoras/construtoras e dos “actores econômicos”, cegos quanto ao processo global “[...] porque a concorrência os obriga a esta ignorância do seu próprio contexto social condicionante [...] (p. 236)”, “[...] não existe nenhum valor, mas apenas custos e lucros (ou perdas) (p. 237)”. Não passa por essas cabeças que “[...] o valor produzido pelos capitais individuais se agrega, por detrás das costas dos actores, numa massa global do valor pela qual competem os muitos capitais individuais (p. 236)”. No individualismo metodológico cotidiano, “[...] os sujeitos econômicos desenvolvem os seus cálculos no plano da economia empresarial do capital individual [...] (p. 236)” e o que lhes “[...] interessa é uma utilização tão eficiente quanto possível de todos os componentes do capital (no sentido de uma ‘eficiência abstracta’ da racionalidade concorrencial da economia empresarial), que poupe tempo e material, em que também a força de trabalho constitui um material a poupar até prioritariamente (p. 236)”, uma vez que o seu custo²⁴⁹ e a possibilidade de controle estariam mais suscetíveis ao domínio do capital individual do que os meios de produção.

Impulsionada pelos capitais fictícios e a centralização das incorporadoras/construtoras, toda a reconfiguração material e da força de trabalho no canteiro de obra criam uma objetividade que é o próprio poder automático do capital de máxima negação do trabalho. Assim, em que pese o desejo individual dos especialistas e empresários de regular e racionalizar o setor, bem como os seus logros parciais e momentâneos, mesmo no âmbito “da economia empresarial do capital individual” os “‘sujeitos’ econômicos conscientes” em seu agir racional nada podem fazer contra “[...] a objectividade autonomizada que não conhece qualquer ‘liberdade’ de acção subjectiva (KURZ, 2014, p. 236-7)”, ao contrário, ao fazerem isso executam inconscientemente a concorrência que põe fim à substância valor de que precisam. “Ou, por outras palavras: na concorrência, são recompensados com uma quota-parte maior da substância social do valor

²⁴⁹ “[...] este elemento de custo e a sua apropriação do material morto não é apenas determinado pelo mercado de trabalho, sendo antes diretamente acessível ao cálculo interno da economia empresarial, ao passo que os custos do capital material são objectivamente condicionados pelo padrão social de produtividade, sendo unicamente determinados pelo mercado (p. 236)”.

produzida e ainda disponível precisamente aqueles capitais individuais que não só menos contribuem para ela, como contribuem até para o desmantelamento sistemático dessa substância (2014, p. 237-8)”.

A intencionalidade ‘livre’ no plano micro converte-se num exercício mecânico da objectividade no plano macro, por um lado, e num modo irracional de reagir (ideologia) a este processo e aos seus resultados, por outro. Nesta inversão estão necessariamente lançadas as bases da crise, uma vez que o ‘sujeito automático’ nem pensa nem age enquanto tal, não sendo outra coisa senão a forma cega que se encontra a priori na base da acção humana; mais concretamente, é a forma de um movimento, de um processo dinâmico a que a concorrência universal intrínseca a essa forma obriga (KURZ, 2014, p. 237)”.

Os capitais, portanto, no seu ímpeto de valorização através da produção de casas e apartamentos Brasil afora, tendo, para tanto, que enfrentar a competição, lançar e construir no menor tempo possível e aproveitar a conjuntura de disponibilidade de capitais fictícios para crescer e acessar mais capitais fictícios – seu pressuposto para produzir -, atuam, “[...] assim, pela sua própria dissolução [...] (MARX, p. 934)” em termos globais, o que inclui o projeto neo desenvolvimentista que deveriam sustentar – afinal, o MCMV é, primariamente, afirma Baravelli (2014, p. 177), um programa de desenvolvimento econômico para capitalizar a construção civil, que cumpria um papel importante em tal projeto.

Mas se chegamos ao período em que o capital expulsa absoluta e irrevogavelmente a força de trabalho de si, por que isso não foi visto no contexto nacional e na construção brasileira do século XXI? Por outras palavras, o que houve para o “material humano” do exército industrial de reserva encolher ao invés de expandir, como se o processo de valorização os incorporasse novamente para a acumulação? A produção imobiliária seria uma contratendência e uma esfera da produção apropriadora de elevadas quantidades de trabalho, ainda mais em sua condição precária ou análogas à escravidão? Expansão absoluta do capital e da força produtiva do trabalho deveriam coincidir com a “liberação” absoluta dos trabalhadores tornados dispensáveis e supérfluos.

O que se viu foi que o aumento absoluto e temporário de postos de trabalho durante esse crescimento da construção civil se deu acompanhado da dispensa relativa de trabalho, tal qual o esquema da composição orgânica de Marx, e não vem a ser uma contradição com a existência do trabalho escravo, pois os postos de trabalho permanecem pressionados pela necessidade de bons resultados das empresas, a concorrência entre a força de trabalho e o medo de perder o emprego para as máquinas, como observado na experiência mencionada por Baravelli (2014). De acordo com Kurz (p. 236), “A redução sistemática da quantidade absoluta de trabalho operada pela economia empresarial, por um lado, e, ao mesmo tempo, o esforço por espremer o máximo a quantidade de trabalho relativa ainda a aplicar e sucessivamente minimizada [...]

são as duas faces da mesma moeda”. Essa superexploração, aliada à elevada demanda e à falta momentânea de trabalhadores especializados e de baixa qualificação nos canteiros de obras assumiram a aparência de uma tendência contra atuante ao aumento da composição orgânica dos capitais e à queda da taxa de lucro do capital global, que se desvanece com a crise e a escassez de crédito, sobretudo a partir de 2014.

No caso das pesquisas das arquitetas, talvez o olhar fixado demais na construção civil e suas características próprias quanto ao movimento de aumento da composição orgânica, uma vez que o setor empiricamente ainda é um grande consumidor de força de trabalho, oculte a totalidade do valor como massa global que se divide a posteriori entre os capitais individuais. Em um procedimento de individualismo metodológico (KURZ, 2014), constatar a valorização do valor tendo em vista um setor ou segmento – determinado por capital fictício - pode impedir de se ver o movimento mais amplo da composição orgânica do capital social e os indícios gerais de colapso; parece que cabe a cada capital a parcela de trabalho equivalente à sua exploração ou que um certo setor é capaz de compensar uma retração global de valor. É relevante destacar que, em comum, a expansão do número de trabalhadores, das jornadas de trabalho, da intensificação dos seus esforços e do aumento da disciplina na execução das suas tarefas na indústria da construção civil, aparentemente contrariando o desemprego, os salários estagnados e a precarização de anos anteriores – esse último aspecto é contraditório, pois as formas precárias de contratação continuaram, inclusive com trabalho escravo -, assim como a expansão do microcrédito, do crédito pessoal e imobiliário não indicam um novo impulso de mais-valia global e do mercado consumidor apoiado no trabalho produtivo, e sim uma tendência à “superfluidade²⁵⁰” (SCHOLZ, 2019, p. 137) dessa força de trabalho, expressão da decadência capitalista.

Em relação aos pesquisadores que interpretam a construção de moradias como ainda sendo de caráter manufatureiro e de baixa intensidade de capital, ou seja, não totalmente subsumida ao capital, as reflexões de Pitta (2016) em sua tese de doutorado, apesar de partirem do setor sucroenergético, permitem ir mais longe do que a oposição de Baravelli (2014) a esses

²⁵⁰ “[...] a opção pelo rebaixamento dos salários é apenas um momento transitório em direção à *superfluidade* [...]. Aqueles que hoje são precários é porque ainda não caíram completamente fora.... Em outras palavras, a precariedade é apenas a ameaça do perigo realmente existente da superfluidade. [...] A superfluidade objetiva é a verdadeira categoria, aquela que é decisiva, e não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o verdadeiro em termos subjetivos, exigindo a manutenção incondicional de uma atividade profissional qualquer, nem que seja na forma de um empresariado de si próprio pós-moderno numa sociedade do trabalho concebida como ontológica. O medo de se tornar supérfluo é tão grande que apenas consegue identificar-se teoricamente como o tornar-se precário, revelando o tabu no que diz respeito ao fim absoluto da sociedade do trabalho; este é pura e simplesmente o horror para o precário, que se vê coagido a se posicionar no interior de relações em crise para poder se manter como um ser que se esforça ao máximo (SCHOLZ, 2019, p. 137)”.

autores ao radicalizar a crítica não só à permanência de um atraso em alguns setores até os dias atuais, mas à própria leitura dualista²⁵¹ do processo de modernização do Brasil. De acordo com Pitta (2016) ao abordar os autores de certo modo dualistas, que tratam do boia-fria e da superexploração do trabalho na plantação de cana, o entendimento da modernização nacional como conservadora, incompleta e perversa, da qual resultaria relações de trabalho “atrasadas” em relação ao parâmetro dos países centrais, que, por sua vez, se aproveitariam de parte desse trabalho através de relações de trocas desiguais impedindo o desenvolvimento do país, tem como sentido uma modernização mais progressista, igualitária, completa e democrática. A crítica pela “falta”, ausência ou de “um suposto ‘atraso’ da periferia em relação ao centro do capitalismo” deveria, ao invés disso, voltar-se para “a forma de ser da mediação da mercadoria como totalidade concreta, no momento de constituição das categorias capitalistas na periferia [...] (2016, p. 313)”. Esse longo processo era determinado pelo mesmo fundamento dos países de referência, mas ocorria em “não-simultaneidade”, assim sendo, quando a modernização retardatária dá o impulso para o seu desenvolvimento das forças produtivas²⁵² em meados do século XX depara-se com os níveis muito mais elevados desse desenvolvimento nos países centrais. A superexploração do trabalho, portanto, não era resultado do “atraso”, “falta” ou “ausência”, mas da própria particularidade da modernização em “simultaneidade negativa” (p. 309-16).

Naquela visão dualista, o oposto de uma extensão absoluta da jornada de trabalho e de um empobrecimento do trabalhador seria uma relação de exploração baseada em uma mais-valia relativa, o que permitiria a redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, o aumento das mercadorias consumidas e das taxas de mais-valia decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas. Essa seria uma etapa vislumbrada ideologicamente por essas interpretações a ser alcançada pela modernização periférica, em que uma exploração mais justa seria coadunada com crescimento econômico e melhoria das condições de vida da

²⁵¹ Em Celso Furtado (1986), autor que serve de referência interpretativa para muitos pesquisadores, a questão aparece do seguinte modo: “O conceito de dualismo tem sido objeto de amplo debate entre os estudiosos do subdesenvolvimento. [...] Na forma em que o utilizamos no texto, ele se refere à coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção não capitalistas [...] Ora, o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência dos dois modos de produção, interdependência que responde pela tendência à perpetuação dos elementos pré-capitalistas. O capitalismo que existe na estrutura dualista apresenta certas especificidades, cuja razão de ser está nas inter-relações que mantém com o setor não capitalista. Assim, o excedente criado no setor capitalista depende fundamentalmente das condições de vida no setor não capitalista (p. 156)”.

²⁵² No Brasil, “[...] o desenvolvimento das forças produtivas passa a poder se realizar quando a fronteira agrícola estava relativamente ocupada, quando o Estado havia centralizado o monopólio da violência, e assim terra e capital estavam autonomizados, ao mesmo tempo em que uma superpopulação relativa, proveniente das relações de produção anteriores e não mais necessária permanentemente nas fazendas para produção de mercadorias vinha sendo mobilizada e devia se assalariar para se reproduzir (PITTA, 2016, 313-4)”.

classe trabalhadora; esse o modelo do Estado de bem estar social, que positiva um momento da modernização e a forma contraditória e crítica da mediação social por mercadorias (2016, p. 274-5).

“A crítica pela ‘modernização conservadora’ recoloca, assim, a modernização, enquanto lógica identitária, como fruto do que aparece como essência humana, o trabalho, e incide na apropriação injusta de seus resultados, seja pela burguesia, seja pelos financistas, seja pelo imperialismo que subjuga o trabalhador. O advento idealizado de uma mais-valia relativa a partir da realização de outra forma de modernização é a defesa, inclusive, da continuação da exploração do trabalho, enquanto troca justa de equivalentes entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores (p. 2016, p. 285-6)”.

Segundo o autor, a atual superexploração do boia-fria na particularidade por ele estudada é o resultado do desdobrar crítico da mediação por mercadorias sob alta produtividade. A mecanização nas diversas fases da agroindústria canavieira e a conseqüente expulsão absoluta dos trabalhadores do processo produtivo cria “[...] uma superpopulação relativa em termos absolutos [...] o que autonomiza os trabalhadores em um mercado nacional de trabalho como superoferta destes como mercadoria [...], os quais passam a concorrer inexoravelmente entre si pelos postos e condições (cada vez piores) de trabalho existentes (p. 330)”. Nessa condição de alta concorrência entre si e com as próprias máquinas na tentativa de justificarem os postos de trabalhos que ainda restam, trabalham em crescente produtividade e com redução dos pagamentos. As interpretações que ainda permanecem na crítica ao suposto “atraso” não percebem que a “reiteração contemporânea da industrialização da agricultura aprofundaria as condições estruturais para a existência da superexploração do trabalho do cortador de cana, fomentando inclusive o aprofundamento de tal superexploração (p. 333)”.

“Sugerimos, assim, que, mesmo com superexploração do trabalho e aumento de sua produtividade por meio de sua mecanização, as unidades produtivas não lograram valorizar o valor, enquanto reprodução ampliada, sem a ficcionalização de sua produção por meio da rolagem crítica de suas dívidas (p. 334)”.

Como já discutido acima, desde Marx podemos encontrar o capital fictício mediando a reprodução do capital e simulando o processo de acumulação, criando a “aparência de negócios sólidos e de reflexos rápidos” antes de acabar nas crises. Nesse sentido e tendo em mente os desdobramentos da contradição em processo, que põe um limite intransponível à valorização do capital e se realiza, inclusive, na produção habitacional expulsando trabalho, tanto o aumento absoluto de postos de emprego - apesar da sua queda relativa ao volume de capital investido -, dando a impressão de esgotamento do exército industrial de reserva, quanto a falta de máquinas, insumo e materiais, junto à incapacidade das empreiteiras assumirem tantas obras, são parte de um ciclo movido por capitais fictícios desacoplados da produção global de valor, que, por isso, infla bolhas e forma circuitos internacionais de circulação desses capitais, daí a crítica focada somente na forma mais visível da crise e contra a financeirização mundial.

Assim, a materialidade das frentes de expansão imobiliária e do ambiente construído, produzida por quantidades absolutas em declínio de jornadas de trabalho - em suas variações absolutas e relativas -, porém consumindo toneladas crescentes de ferro e cimento, junto à especulação com as rendas imobiliárias e das terras com ela associada, efetiva espoliações e destruições canibalísticas por todos os lados que criam a ilusão de acumulação de capital e de ajustes espaciais pelas geografias mundo afora. Proponho então não só uma crítica à ideia de que o desenvolvimento geográfico desigual revitalizaria as taxas de lucro pelas mudanças espaciais do capital associadas aos desenvolvimentos das forças produtivas, como também à capacidade das frentes de expansão interna e externa do capital, mediante a criação e destruição do espaço, resolverem a crise de sobreacumulação do capital no atual momento histórico, ainda temporariamente ou através de outra guerra mundial; no atual momento da reprodução social, inclusive, só faria sentido falar de uma sobreacumulação de capital no seu sentido nominal, meramente monetário e sem substância.

A centralização, o uso da ciência, de modernas técnicas de construção e da indústria, a expansão dos mercados, o aumento da escala da produção, o emprego em massa de trabalhadores, a produção mundial de habitações em quantidades sem precedentes, etc., movidos por capitais fictícios, não podem reverter a dessubstancialização do capital pensado como uma relação global, e sim colaboram cada vez mais para a abstração que essa coisa social faz das relações sobre as quais assenta ao desenvolver as forças produtivas e expulsar o trabalho dos canteiros de obras; isso para não mencionar o desenvolvimento da composição orgânica de toda a cadeia da construção, como por exemplo, da indústria extrativa, da produção dos meios de produção, da indústria dos materiais de construção, etc. A barreira erguida pelo capital ao seu fim em si em escala cada vez mais poderosa limitou os “mecanismos de compensação interna e externa”, apesar de continuar a construir e destruir paisagens sob alta produtividade, afinal, a sociabilidade mediada por coisas continua impulsionada pelo fetiche em sua forma mais desdobrada do $D - D'$. Consequentemente, enquanto a base de valor é reduzida, por outro lado, a sociedade é inundada de mercadorias ou, no caso aqui, de apartamentos e casas, dando a impressão de que outro desenvolvimentismo com inclusão social viabilizados pelo fundo público e com vistas a um desenvolvimento mais soberano do país ainda é possível. O poder automático e fetichista do capital fictício, que se medeia também através das coisas sensíveis e tangíveis, como toda a materialidade do ambiente construído revela, engendra essas miragens de crescimento nacional e ajuste espacial, permitindo, ao mesmo tempo, que novas operações com títulos de dívida e de propriedade das incorporadoras/construtoras e por parte delas e

demais empresas e investidores, incluindo ativos imobiliários, pareçam criar valor. Sob essa aparência, como mencionado acima, tal valor ilusório infla as demais categorias de juro e renda.

3.8 As incongruências e o desacoplamento entre preço e valor

Comecei, nas páginas acima, a confrontar o pressuposto teórico de uma “contradição em processo”, que atinge o seu ápice e continua a se desenvolver pela mediação do capital fictício, determinante a partir de então para a reprodução do capital sobre as bases cada vez mais estreitas do valor, com a empiria do boom e da crise da produção habitacional e com as interpretações apologéticas ou que fundamentam-se na ideia de ciclos contínuos de crise e acumulação, procurando entender a relação da construção de moradias no Brasil do século XXI com o capital global em crise e vice-versa. A seguir, prossigo nesse caminho ao tentar problematizar os resultados empíricos das empresas, ou seja, os números demonstrando seus lucros e prejuízos, que, ao mesmo tempo, oferecem elementos para a discussão presente, abordando a relação contraditória entre preço e valor. Não pretendo isolar essa contradição, mas liga-la ao que venho discutindo sobre os limites da valorização do capital e as determinações do capital fictício.

Desde o primeiro volume de *O Capital*, Marx escreve acerca da possibilidade de uma incongruência entre as grandezas de valor – uma fantasmagoria fruto do tempo de trabalho – produzidas por um capital ou contidas em uma mercadoria individual e a sua expressão/realização quantitativa na forma de preço, além de considerar que tal forma de expressar/realizar em dinheiro pode existir atribuindo um preço a alguma coisa que sequer tenha valor. Nesse primeiro livro, a forma de expressão externa do valor de uma mercadoria na denominação monetária do preço, que comunica socialmente por meio de um padrão – uma moeda nacional - a medida do valor de uma mercadoria, traz consigo a possibilidade de que aquilo que diz nomear e representar seja totalmente discrepante em relação ao valor a que deveria condizer – a discrepância, nesse momento da sua apresentação, tem relação, principalmente, com a diferença entre o tempo socialmente necessário de trabalho pelo qual as mercadorias são comercializadas e o tempo de fato dispendido em cada uma delas, bem como com os preços de mercado, que pode estar acima ou abaixo daquela média social e do tempo de trabalho individual. De acordo com Marx, essa incongruência entre a grandeza de valor de uma mercadoria e o seu preço “[...] não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (Tomo I, p. 226)”. Ademais, a forma preço admite também uma

incongruência qualitativa: “Coisas que, em si e para si, não são mercadorias”, como “honra”, “consciência”, “preço da terra não cultivada”, etc., “podem ser postas à venda por seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria”; “de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias (p. 226)”.

No terceiro livro, Marx avança para as formas mais concretas da reprodução do capital, aproximando-se do modo como o valor, não mais referenciado apenas à mercadoria e ao capital individual, mas também ao capital global, mediado pela concorrência, se expressa na forma dos preços de custo, preços de produção e preços de mercado. Nessas categorias, por meio das quais os sujeitos capitalistas atuam sobre os seus capitais no dia-a-dia, a valorização do valor nas unidades empresariais já não remete para a sua verdadeira fonte, o trabalho, como também não mantém qualquer relação com o nível de exploração e a quantidade de trabalhadores empregados em um dado processo de produção. O resultado das empresas na forma do lucro empresarial, ao invés da mais-valia, diz respeito ao quanto se ganhou na disputa no mercado sobre o capital investido no início da produção. O cálculo se dá a partir do investimento inicial, que compõe o preço de custo – o valor expresso na forma do preço correspondente à compra do capital constante e variável -, esperando-se atingir ao menos a reposição desse último e o lucro médio do setor, chamados por Marx de preços de produção (custo de produção + lucro médio), embora as vicissitudes do mercado permitam atingir uma lucratividade acima ou abaixo dessa média através dos preços de mercado, que as mercadorias podem alcançar através da concorrência. O preço final das mercadorias e, por conseguinte, a lucratividade dos capitais a que diz respeito autonomizaram-se, respectivamente, do valor produzido por mercadoria e por cada capital individual no seu processo produtivo, de sorte que a taxa de lucro faz referência ao volume total de capital investido e não à parte gasta com o trabalho.

Ainda nesse terceiro livro, como visto acima, encontramos a formulação de que o capital enfrenta uma queda das taxas de lucros, decorrente do aumento da composição orgânica e da redução gradativa do trabalho empregado pelos capitais individuais, que tende a se agravar como uma barreira em escala cada vez mais poderosa ao processo de valorização; há também os raciocínios em torno do capital fictício, cujas formas podem não apenas impulsionar a acumulação e a reprodução estatal por meio das dívidas, mas simular valorização e criar a ilusão de multiplicação de capital, consequentemente, gerar uma acumulação ficcionalizada – a reprodução social até parece sólida antes da crise. Marx, ao analisar as causas da crise da década de 1840, apreendeu que essas operações de capital fictício, bem como o encadeamento da reprodução social através desse recurso, aprofundaram o fetiche da autovalorização do capital

em relação ao seu próprio fundamento; como já citado: “[...] a esse valor acrescido do capital monetário correspondia por outra parte, diretamente, o valor monetário decrescido do capital real (capital-mercadoria e capital produtivo). O valor do capital numa forma subia porque o valor do capital na outra forma caía (Tomo IV, p. 320)”. Ele via uma plethora de capital monetário, superprodução, supercomércio, preços em alta e acumulação em baixa. E completa: “Todo esse sistema artificial de expansão forçada não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco [...] dar a todos os caloteiros [...] o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais (Tomo V, p. 28)”. Dessas passagens sobre o limite que se ergue à valorização do capital e do movimento cada vez mais autonomizado do capital fictício no puro jogo da bolsa, podemos derivar outro aspecto da contradição entre valor e preço no plano do capital global, dando um passo além da relação entre essência e aparência e da distribuição desigual do valor produzido por diferentes capitais em direção ao que tem sido discutido até aqui, pois os negócios desse sistema de crédito e embuste, ao se mediar também com as metamorfoses da produção e do consumo, criam a ilusão de normalidade da reprodução ampliada e dos preços das mercadorias, enquanto a produção de valor entra em estagnação e em declínio.

A contradição quantitativa e qualitativa entre preço e valor, portanto, se atualiza com o desenvolvimento histórico do capital: os preços inflacionados pelas bolhas de capital fictício representam quantidades cada vez menores de valor socialmente produzido sobre uma massa de mercadorias crescente em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e os valores meramente nominais ou monetários das coisas que em si não são mercadorias também crescem na fase ascendente do ciclo ficcionalizado, porém sem poderem mais representar algum tipo de apropriação de valor social, como no preço da mercadoria dinheiro (juros) e da terra (renda).

No livro “Dinheiro Sem Valor”, Kurz (2014, p. 158-), após criticar o individualismo metodológico presente em alguns momentos da obra de Marx, que, entre outras coisas, levam-no, principalmente no livro I, a apresentar o valor como uma substância infiltrada de imediato na mercadoria individual, resultado do dispêndio de trabalho empregado por um capital individual, ressalta que é o processo global enquanto massa total de valor o pressuposto dessas suas manifestações individuais e empíricas. Assim, a forma do valor (qualidade) e a dimensão do valor (quantidade) não podem referir-se ao capital e à mercadoria individual e nem ser neles coincidentes, devendo remeter-se ao capital global e à massa global. A energia de trabalho humano dispendida individualmente nos capitais individuais “[...] é objetivamente agregada, por detrás das costas dos agentes individuais da produção, a uma massa total da substância do valor socialmente produzido (p. 160)”; logo, “[...] os ‘valores individuais’ nem sequer existem

(p. 164)”. Esse todo de trabalho dispendido no padrão de produtividade vigente – trabalho socialmente válido -, representado pela massa global de mercadorias, no entanto, deve ser realizado pelo capital individual, afinal, “O capital é [...] um todo social que, no entanto, tem de se realizar como esse todo através da mediação da produção e da concorrência de capitais individuais no mercado (p. 162)”. Mediados pela concorrência, esses capitais vão se apropriar de uma parcela do total do valor do capital global sob a forma do preço das mercadorias, que distribui desigualmente o valor por entre os capitais que o produziram sem que a dimensão do valor auferido tenha qualquer relação imediata com a quantidade empregada de trabalho por tais capitais.

Do ponto de vista da totalidade, o valor, como categoria do capital global, “[...] é, por princípio, não empírico, como determinação essencial de toda a sociedade (p. 163)”, enquanto no plano do capital individual e seus sujeitos funcionais, apenas os preços existem, ao mesmo tempo em que essa manifestação empírica é um momento da realização do valor do capital global. A correspondência entre “[...] o valor (como massa global no singular) e os preços (como determinação individual das muitas mercadorias e capitais individuais no plural, sob forma de uma quota-parte do valor mediada pela concorrência) [...]” se dá no plano do todo, de sorte que só aí as massas de ambos “[...] têm de acabar por corresponder uma à outra – não de forma imediata e exacta, mas de um modo processual e flutuante; caso contrário, a discrepância faz-se sentir, produzindo sinais de crise (p. 164).” Olhando a partir das categorias de valor e preço, de acordo com esse raciocínio desenvolvido por Kurz, a queda global da produção de valor manifesta-se quando inúmeros capitais não conseguem realizar as suas mercadorias por um preço suficiente para pagar ao menos os seus custos de produção, ou seja, não conseguem mais participar da luta pela massa de mais-valia social; a divisão do butim se acirra sobre o que ainda resta. Segundo o autor, as perdas se acumulam, podendo ser compensadas pelo crédito ou, por fim, acabando nas falências; o problema pode se exacerbar “[...] para além dos habituais casos isolados, a ponto de constituir uma massa crítica [...] (p. 165).” A crise, portanto, consiste “[...] no facto de ter sido produzida massa de mais-valia real em consideravelmente menor quantidade que a totalidade dos preços ainda não realizados, ou de o valor real, por um lado, e o ‘valor ideal’ (apenas concebido sob a forma de preços), por outro, divergirem muito no plano da totalidade da sociedade [...] (p. 166)”.

Se adicionarmos o raciocínio anterior de Kurz, já presente de certa maneira em Marx, de que “a reprodução real tornou-se o apêndice de uma gigantesca bolha de ‘capital fictício’” nesse momento de colapso substancial, então chegamos àquele fetiche automático do capital funcionando desacoplado de seu fundamento e determinando os preços das mercadorias

desubstancializadas e, conseqüentemente, a lucratividade ficcionalizada das empresas. O estouro da bolha não pode, por isso, levar ao reacoplamento do capital monetário e dos preços ao valor, de sorte que a queda dos preços das mercadorias e dos lucros revelam essa impossibilidade. Mas como “os sujeitos econômicos individuais” e os seus porta vozes agem e pensam no plano empiricamente tangível dos preços, lucros e custos, em que não há qualquer congruência entre o trabalho dispendido e os resultados apropriados na concorrência, o malogro individual e a crise geral constituem um mistério, “[...] justamente porque o todo se encontra fora do seu campo de visão funcionalmente estreito, embora sejam eles quem mantém esse todo em movimento, juntamente com as suas contradições (p. 166)”.

À respeito desse plano da aparência e a crise do capital, Alfredo (2010) demonstra como a expressão fetichista do valor, ou melhor, do tempo social médio do trabalho – abstração dos tempos individuais de trabalho - através dos preços é crucial para o funcionamento do capital e para se compreender a sua imanência crítica. De acordo com ele, o preço, que “[...] se põe como a régua mensurante do processo social, [...] que deve expressar o valor, é redução niveladora das diferenças que, em sua expressão média, não revela os tempos sociais realmente existentes em cada mercadoria, mas faz aparecer este preço como se fosse o valor (p. 40)”. Nessa forma de expressão fetichista, o preço não oculta só a sua essência – o valor –, mas também o potencial crítico da média social na relação com os capitais individuais, uma vez que a não trocabilidade das mercadorias abaixo dessa medida pode conduzir inclusive à falência dos capitais que as produziram. Mas esse potencial de crise é mais profundo do que essa possibilidade do plano da realização. Acossados pela determinação crítica da média, esses capitais em sua luta concorrencial para realizarem as suas mercadorias tendem à economizar o tempo de trabalho nos processos de produção, gerando uma corrida pelo desenvolvimento das forças produtivas e novas medidas que nada mais são do que “[...] o alicerçar contraditório de um novo padrão de crise da própria medida [...] (p. 41)”. Nesse movimento contínuo de desenvolvimento das forças produtivas, “[...] tão mais produtivo é o capital, quanto menos capaz é de produzir valor (p. 44)”. Nesses termos, se “[...] toda expansão das relações de produção do capital são já uma negatividade do trabalho [...] (p. 45)”, o dinheiro é deslocado da sua base substancial, “[...] o que leva a que toda expressão monetária do valor se coloque como uma ficção do valor [...] (p. 46), portanto, fetichiza “[...] a posição do valor que se nega (p. 47). Assim, é por meio da contradição entre o modo de ser do capital e a sua apresentação, afirma Alfredo, que “[...] que se torna possível observar [...] a imanência da crise que destitui, como forma lógica e operacional de o capital, os seus próprios fundamentos. A crise dos tempos de trabalhos individuais sendo a efetividade desta destituição (p. 42)”.

É importante mencionar que dentro da literatura marxista sobre o setor imobiliário de um modo geral, a discussão sobre a relação entre preço e valor produzido pela construção sempre esteve presente para explicar a especulação e os chamados altos lucros do setor no país. O fato do imóvel ser construído sobre um pedaço da terra urbana permite, nessa perspectiva, que o seu preço final seja composto por um lucro da produção somado aos ganhos provenientes da renda capitalizada pela propriedade da terra/imóvel. Essa condição da produção imobiliária foi usada muitas vezes para explicar o que se chamou de atraso do setor, já que os lucros extraordinários auferidos na realização do imóvel inibiria os impulsos da competição para o desenvolvimento das forças produtivas, e o seu caráter rentista, uma vez que os proprietários se apropriariam de uma fração do valor social não produzido diretamente na construção. Assim, encontramos muitos autores marxistas preocupados com os preços especulativos dos imóveis, que apontam para a sua característica açambarcadora de valor social. Essa discussão não diz respeito apenas às casas e apartamentos, a propriedade da terra é central para a crítica à desigualdade social pela falta de uma regulação desse mercado, que deveria ser politicamente controlado e direcionado para um acesso à habitação de qualidade e melhor inserida no tecido urbano. Fix e Paulani (2019), a partir do livro “Os limites do Capital” de David Harvey, atualizam o debate sobre a propriedade da terra relacionando-a ao rentismo da financeirização do capitalismo. Para as autoras, assim como consta no livro, os negócios diretamente com a terra comportam-se como o capital fictício, podendo dar origem ao movimento $D - D'$ sem passar pela criação de valor, o que remete à contradição entre os preços especulativos negociados no mercado e a ausência de valor da mercadoria. Nesse viés, não só se criaria valores fictícios, mas a monopolização do valor social pela propriedade da terra aprofundaria as desigualdades e injustiças urbanas.

Voltando para a produção habitacional das incorporadoras/construtoras de capital aberto, tentarei apontar as elevadas taxas de lucratividade alcançadas por essas empresas e seus bons resultados durante alguns poucos anos, bem como a queda abrupta desses números tendo em mente a relação entre essência e aparência e o desacoplamento dos preços em relação aos valores através da mediação do capital fictício, como exposto acima. A ideia não é explicar em definitivo esse fenômeno do crescimento e da recessão das empresas por meio dessa contradição, mas, talvez, pensar nas incongruências do preço, seu modo errático de expressar o valor e o seu recente desacoplamento em relação a esse último ofereça caminhos para compreender o boom e a crise dessas empresas, assim como do próprio projeto neo desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que pode nos dar indícios para entender as formas de reprodução do capital no seu limite substancial.

Na sua tese, Shimbo (2010), em um dos capítulos, se debruça sobre os dados de uma incorporadora/construtora de capital aberto, entre os anos de 2004 – 2008, para entender “[...] o crescimento da empresa em termos proporcionais dos gastos realizados e não apenas em termos absolutos [...] (p. 170)”. Após análise minuciosa sobre os resultados operacionais e financeiros e alguns cálculos, ela chega à conclusão que um dos principais fatores do elevado crescimento dos lucros nesses anos, em termos de margem de lucro líquido²⁵³, está relacionado com o aumento dos preços das unidades habitacionais e a racionalização dos custos de produção devido à padronização e aos ganhos de escala - por exemplo, com o aumento do número de empreendimentos e lançamentos decorrentes da abertura de capital (p. 172-6). “Talvez aqui resida uma das razões centrais para a lucratividade da empresa: um custo de produção próprio de programas de habitação de interesse social aliado a uma comercialização com valores praticados no ‘segmento econômico’ do mercado imobiliário (p. 176)”.

Baravelli (2014) aponta para uma lógica semelhante de lucratividade das empresas, uma vez que, segundo a sua análise, a construção de um apartamento popular na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) pelo preço máximo junto à CEF, somado ao subsídio paulista disponível na época de sua pesquisa, teria um custo por m² de quase três vezes a projeção do indicador de custo de construção (CUB²⁵⁴) utilizado pela indústria: “[...] caso seja repassado à CEF pelo valor máximo de R\$ 96 mil, teria um custo por unidade de área construída em torno de R\$ 2mil/m², quando o correspondente indicador de custo de construção CUB/m² (do projeto-padrão PIS) é R\$ 740,42/m² em Agosto de 2013 (p. 115)”. Segundo ele, “A diferença de R\$ 1.260/m² se torna então uma remuneração movediça para a compra do terreno e a bonificação da empresa construtora, que é difícil de ser comprovada através do orçamento do empreendimento (p. 115)”. Em seu levantamento dos preços dos contratos por unidade habitacional destinados à Faixa 1 assinados na RMSP, junto às Gerências de Desenvolvimento Urbano da CEF, Baravelli verificou que a progressão desses preços está “[...] mais atrelada à evolução institucional do ‘programa-plano’ MCMV do que a alterações das condições urbanas

²⁵³ “Esse aumento da porcentagem do lucro líquido nas saídas das empresas, somada ao crescimento dos lançamentos e vendas, corresponderam a uma alta significativa do valor do lucro em si: 440% de aumento entre 2007 e 2008. A *expertise* da empresa é demonstrada a partir desses números, pois uma faixa de lucro líquido entre 15 e 20% é considerada, entre empresas construtoras, uma alta margem de solvabilidade. Uma das causas dessa alta margem advém da relação entre preço final de venda do produto e os custos dos imóveis (SHIMBO, 2010, p. 174)”.

²⁵⁴ O Custo Unitário da Construção (CUB) é calculado pelos sindicatos da construção estaduais e oferece a base para o CUB Brasil, que é uma média ponderada dos índices dos principais estados da federação. Esse indicador funciona como um parâmetro oficial de custos das construtoras. No site da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) encontra-se o seu movimento histórico e atualizado: <http://www.cbicdados.com.br/menu/custo-da-construcao/>.

em que os empreendimentos são executados (p. 119)”, ou seja, as incorporadoras/construtoras, provavelmente tentando manter aquela diferença de remuneração entre o indicador de custo da construção e os repasses da CEF, sempre faziam coincidir os preços dos empreendimentos aos limites estabelecidos por cada etapa em vigor do MCMV²⁵⁵.

Isso fica mais claro quando ele aborda as negociações envolvendo o proprietário do terreno e a construtora com a finalidade de construir os empreendimentos da Faixa 1. O autor afirma que o estudo de viabilidade dessa última, ao estabelecer o custo real da edificação e da infraestrutura comunitária, oferece o parâmetro para o custo do terreno, pois “a diferença em relação ao ‘valor máximo de aquisição’ é a informação básica que uma rede de corretagem de imóveis especializada em empreendimentos da Faixa 1 utiliza na negociação com proprietários de terra urbana de toda RMSP (p. 179)”. A CEF, que aprova o valor total do empreendimento, no qual consta o terreno, avaliando se estão dentro dos preços de mercado, não negocia qualquer alteração nos projetos habitacionais e os subsídios do programa vão para os preços especulativos da terra, inflacionados pelo próprio MCMV. Há, segundo o autor, uma corretagem especializada que faz a mediação entre construtora e proprietários e tem como objetivo maximizar o custo da terra e viabilizar o empreendimento. Construtora, proprietário fundiário e corretora estão associados. “O final da negociação [...] sempre resulta numa combinação entre valor da terra urbana e custos de edificação e infraestrutura comunitário que é próximo ou idêntico ao “valor máximo de aquisição da data vigente de assinatura de contrato (p. 180)”. Baravelli ressalta: “De qualquer forma, o valor de teto se torna uma meta de valor (ou ‘conta de chegada’) na formatação dos empreendimentos para a Faixa 1 do programa MCMV (p. 180)”.

Não obstante essa segurança que a CEF oferece ao adquirir os empreendimentos dessa faixa pelo preço máximo do programa, a maior atratividade financeira para as incorporadoras/construtoras estaria nas Faixas 2 e 3, segundo o autor. Se na Faixa 1, escreve ele, a renda de monopólio dos terrenos não se converte em renda diferencial, essência do lucro de incorporação, pois a habitação não está disponível no mercado, já que é vendida a preço fechado e o terreno não teria um valor diferencial por localização, nas faixas 2 e 3²⁵⁶ “[...] o

²⁵⁵ Para BARAVELLI (2014), “Nenhum conceito de déficit – seja ele científico ou ideológico – justifica uma produção ao mesmo tempo tão dispendiosa e reduzida (p. 120)”.

²⁵⁶ Apesar de descrito no primeiro capítulo, vale lembrar como funciona o programa nessas faixas: “Neste caso, a CEF, ao invés de adquirir diretamente uma moradia, subvenciona sua compra pelo morador, no modelo de um financiamento imobiliário convencional, e oferece algumas vantagens únicas de sua regulação institucional, como um seguro financeiro pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab). O comprador enquadrado na Faixa 2, com renda familiar mensal entre R\$ 1.600 e R\$ 3.275, recebem também subvenção sobre o valor do imóvel e de pagamento de juros do financiamento (BARAVELLI, 2014, p. 181)”. Na Faixa 3, a diferença é que o comprador perde o subsídio no valor do imóvel.

construtor é também incorporador imobiliário e pode vender a localização urbana (p. 181)”. Aqui, os empreendimentos, com poucas diferenças em relação à Faixa 1 e aproveitando os ganhos de produtividade adquiridos nessa faixa, como se viu acima, podem alcançar uma liberdade ainda maior quanto aos preços de mercado – limitado pelo teto do programa também nessas duas faixas. Importante destacar que o aumento da demanda por terras e imóveis gerada pelas metas do MCMV e por todas as linhas de crédito disponíveis somadas aos ganhos de produtividade das empresas, que não são detectados pela tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) – remuneradora dos empreendimentos segundo uma produtividade média, e não a produtividade real –, também estão entre as formas de elevar a lucratividade do setor discutidas por Baravelli.

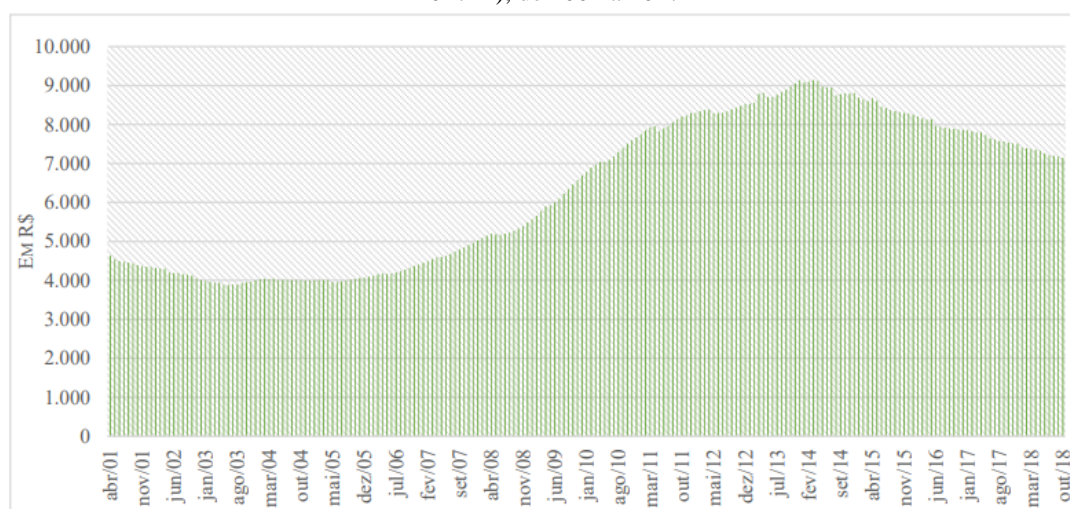
Pereira (2019) confirma para um escopo territorial mais amplo, pode se dizer nacional, as constatações de Shimbo (2010), encontradas no capital individual, e Baravelli (2014), no recorte regional paulistano dentro da Faixa 1 do MCMV, ao traçar a evolução média dos preços dos imóveis ao longo dos anos de 2001 a 2018 em comparação com o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), calculado pela FGV a partir de sete capitais estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília), e o Custo Básico Unitário da Construção Civil (CUB), mensurado pelos sindicatos estaduais da construção. A autora, após a ressalva da falta de dados históricos sobre a variação dos preços reais médios dos imóveis no país, incluindo a ausência de uma desagregação regional ou municipal dos números disponíveis, utiliza dois índices para traçar a variação do preço dos imóveis naquele período: o Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais²⁵⁷ (IVG-R) e a FipeZap²⁵⁸. Antes de passar aos gráficos que permitem visualizar a evolução comparativa entre preços e custos, reproduzo abaixo, primeiro, a representação gráfica da média nacional ponderada do preço por

²⁵⁷ “O Índice de Valor de Garantias Reais (IVG-R) estima a tendência de preço de longo prazo dos valores de imóveis residenciais no Brasil utilizando informações do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil. Para isso, utiliza os valores de avaliação dos imóveis dados em garantia a financiamentos imobiliários residenciais para pessoas físicas nas modalidades de alienação fiduciária e hipoteca residencial. O cálculo é realizado considerando as mesmas regiões metropolitanas usadas no cálculo do IPCA pelo IBGE: 11 até dezembro de 2013 (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), e 13 a partir de janeiro de 2014 (inclui Campo Grande e Vitória, conforme NT/IBGE 03/2013)”. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/21340-indice-de-valores-de-garantia-de-imoveis-residenciais-financiados-ivg-r>. Acessado em: 21/06/2021.

²⁵⁸ “Resultado de uma parceria formada em 2010 entre a Fipe e o portal ZAP. o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é o primeiro indicador a fazer um acompanhamento sistematizado da evolução dos preços do mercado imobiliário brasileiro. [...] Mensalmente são coletados milhões de anúncios de venda e locação, para imóveis residenciais e comerciais. Após rigoroso tratamento estatístico, são consideradas apenas as informações adequadas. A partir daí, são calculados os preços representativos de cada uma das cidades contempladas que, seguindo ponderações específicas, são agrupadas e acompanhadas ao longo do tempo, com a evolução dos preços sendo mensurada por meio do Índice FipeZap”. Disponível em: <https://fipezap.zapimoveis.com.br/>. Acessado em: 21/06/2021.

m², deflacionada pelo INCC e composta pelo IVG-R e o FipeZap. Esse preço cresce em ritmo contínuo²⁵⁹, excetuando algumas breves quedas e curtos patamares em que se mantém constantes, desde as primeiras medidas do governo do PT para incentivar a produção habitacional. Depois do ápice, por volta de 2013 – 2014, o preço médio nacional começa a despencar com o agravamento da crise nas empresas e no país, chegando no início de 2018 aos preços de 2010.

Gráfico 31: Média nacional ponderada do preço do metro quadrado dos imóveis* (em R\$ a preços constantes de 2017**), de 2001 a 2017



* Proxy de valores entre mar/01 e dez/12 ** Deflator implícito INCC

Fonte: FipeZap/Bacen/Ipeadata (PEREIRA, 2019, p. 136) *Proxy de valores entre mar/01 e dez/12 **Deflator implícito INCC

Pereira (2019), ao representar em paralelo a evolução dos preços dos imóveis (IVG-R) e dos seus custos (INCC e CUB), explicita em seu gráfico, o primeiro visualizável abaixo, o distanciamento dos preços das moradias²⁶⁰ em relação aos custos de construção, uma vez que aqueles crescem em um ritmo muito mais acelerado; ambos os índices de custos²⁶¹ seguem um

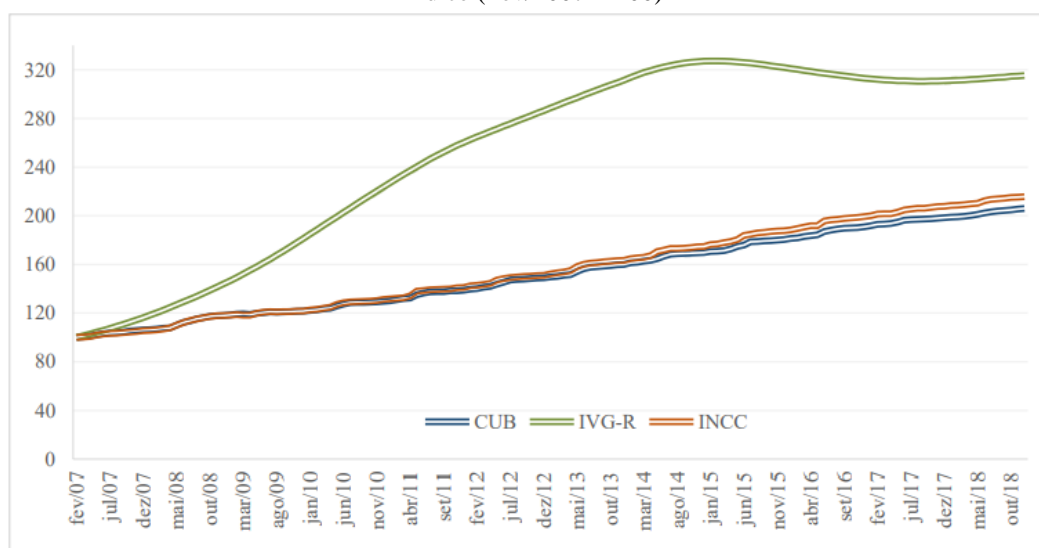
²⁵⁹ O movimento de ambos os índices é muito próximo, sendo a diferença entre eles decorrentes, segundo a autora, das fontes, pois o primeiro diz respeito ao preço efetivamente negociado e o segundo ao preço de oferta do imóvel. No período em questão, o BC forneceu o IVG-R, porém, no caso do segundo indicador não há informação anterior a 2011 e só após 2013 os dados são mais completos. Considerando a correlação entre ambas as taxas durante 2013 e 2018, a autora retroage essa correlação para os anos anteriores usando como parâmetro a variação do IVG-R. “O que fizemos, em outras palavras, foi retroagir o preço médio do m² do FipeZap, a partir da taxa de variação do IVG-R (p. 135)”.

²⁶⁰ Segundo Pereira (2019), mesmo com aumento do emprego, a valorização do salário mínimo e da renda da classe trabalhadora os preços dos imóveis se ampliaram em uma velocidade muito maior, por isso boa parte dos recursos públicos eram absorvidos pelo aumento dos preços.

²⁶¹ Reportagem do jornal “Diário do Comércio” chama a atenção para os ganhos extraordinários alcançados pelas construtoras e incorporadoras ao elaborarem os seus contratos com a possibilidade de usarem diferentes índices para reajustar as parcelas e o saldo devedor. Essas empresas exploram as diferenças entre a inflação medida pelo IGP e IGP-M - calculada pela FGV considerando o índice de preço no atacado, ao consumidor e o INCC em diferentes datas de um determinado mês -, CUB e INCC isolado. Nos complexos contratos de venda, esses índices podem ser intercambiáveis e gerar, a depender da escolha, de 6% a 15% a mais do que uma correção normal – baseada no INCC ou CUB – acarretaria para os compradores. “Construtores e incorporadores contam com excelentes advogados que elaboram seus contratos de promessa de compra e venda inserindo cláusulas

movimento ascendente muito próximo um ao outro. Segundo a autora, o preço dos imóveis chega a estar 188% acima do INCC em termos nominais e, apesar da queda a partir de 2014²⁶², os preços continuaram em patamares elevados em contraposição aos custos de produção que caíram em termos reais – descontada a inflação no período (p. 140-1). Nas suas palavras: “enquanto o preço do m2 cresceu 77% entre 2007 e 2013, o custo médio da construção caiu 3%. Em relação à série toda, o custo da construção caiu 5,3%, enquanto o preço médio do m2 cresceu 41%, mesmo com a crise econômica (p. 141)”. A grande discrepância entre preços e custos continua mesmo quando a autora desagrega os componentes do CUB, o que permite observar, no segundo gráfico abaixo, o peso de cada elemento na média geral do índice; cabe ressaltar que os custo em elevação com a força de trabalho explica os clamores incessantes do empresariado pela formação e até importação de trabalhadores e a formulação de Baravelli (2014) sobre os limites do exército industrial de reserva.

Gráfico 32: Crescimento nominal CUB, IVG-R e INCC, entre 2007 a 2018, em número índice (Fev/2007 = 100)

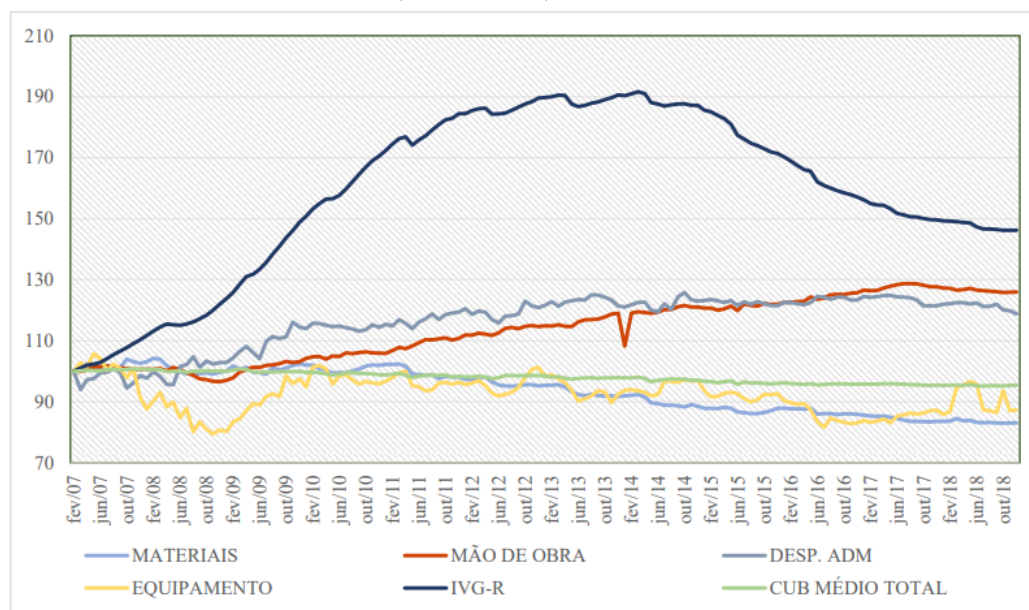


Fonte: CBIC/BACEN/FGV (PEREIRA, 2019, p. 141)

complexas que permitem a modificação dos índices de correção monetária das parcelas e do saldo devedor (CUB ou INCC), que decorrem da variação dos preços dos materiais e da mão de obra do setor de construção civil, para outros índices, como os IGPs, e, sobre estes sejam aplicados juros de 1% ao mês após determinadas etapas do negócio (CONSTRUTORAS, 2020)”.

²⁶² Pereira sugere a hipótese de que o aumento dos distratos nos imóveis de alto e médio padrão pode ser reflexo da queda no preço dos imóveis e da retirada dos investimentos nesses ativos para a sua alocação em outros mais lucrativos. Ainda assim, ela menciona que um dos fatores que pode manter os preços dos imóveis altos mesmo com a crise é a tendência dos investidores migrarem para ativos mais seguros (2019, p. 152; p. 165).

Gráfico 32: Evolução do CUB médio por componentes desagregados e IVG-R, em número índice (Fev/07 = 100), de 2007 a 2018.



Fonte: CBIC/BACEN/FGV (PEREIRA, 2019, p. 143)

De acordo com os cálculos da autora, o aumento dos preços dos imóveis a partir de 2007 superou todas as demais aplicações financeiras até 2014²⁶³, sendo que a queda nos títulos de renda fixa nesse período tornou os imóveis ainda mais atraentes para a diversificação dos portfólios dos investidores, reforçando o movimento ascendente de preços. Ela destaca os elevados ganhos dos investidores com a valorização imobiliária, os fundos imobiliários e os investimentos em aluguel²⁶⁴. Para apoiar o seu argumento, Pereira apresenta uma simulação, disponível na tabela logo abaixo, envolvendo um investimento inicial de R\$ 100 mil distribuídos em 6 índices diferentes e os resultados no intervalo de tempo de 2007 a 2018. Até o ano de 2016, o investimento hipotético em um imóvel de R\$ 100 mil realizado em 2007 teria acumulado ganhos superiores às aplicações de mesmo valor representadas pelos principais índices do país: Selic, Poupança, CDB, Ações e Ibovespa. No entanto, caso esse imóvel fosse alugado e a sua renda estimada à época fosse aplicada em um ativo referenciado em CDB, os ganhos somados seriam expressivamente maiores para todo o período.

²⁶³ Reportagem do Portal R7 de 2014 trata da queda nos preços dos imóveis nesse ano e de que investimentos nesses ativos não iriam repor as altas com a inflação, ou seja, a alta nos preços apresentava uma inflexão e já crescia abaixo da inflação ao consumidor no início do ano em diversas cidades (MERCADO, 2014).

²⁶⁴ Essa valorização imobiliária, segundo Pereira (2019) de caráter altamente especulativo, já que não está apoiada no aumento dos custos de produção e nem na falta de moradias – as empresas se afastavam cada vez mais da Faixa 1, onde se concentrava grande parte do chamado déficit habitacional –, é causada pela expansão do crédito em geral, o crescimento das operações financeiras envolvendo o imobiliário, como por exemplo, os CRIs – em grande parte adquiridos pelo FGTS –, o aumento do banco de terras das empresas preocupadas com a expansão dos seus VGV's e a busca dos investidores pelos ativos mais rentáveis.

Tabela 9: Simulação de aplicação entre diferentes ativos (valores nominais em R\$) entre 2007 e 2018

Ano/Rentabilidade anual	SELIC	POUPANÇA	CDB	AÇÕES	IBOVESPA	IVG-R	ALUGUEL QUE IMÓVEL IRIA REMUNERAR NO ANO	APLICAÇÃO DO ALUGUEL NO CDB
2007	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00		
2008	113.660,00	107.903,45	111.702,22	68.633,91	58.777,04	123.736,60	10.234,24	1.398,00
2009	123.491,59	115.370,78	121.863,59	100.742,73	107.360,82	155.895,87	12.005,27	1.159,38
2010	136.655,79	123.330,22	132.494,19	109.376,36	108.480,93	192.394,08	13.164,89	1.675,99
2011	151.551,27	132.518,56	146.974,27	101.547,53	88.836,59	223.685,55	13.767,44	1.962,09
2012	162.372,04	141.099,61	158.367,82	110.365,69	95.407,62	246.248,09	13.934,29	1.437,26
2013	178.446,87	150.088,48	170.569,38	111.990,46	80.623,44	267.687,60	14.344,05	2.175,70
2014	199.235,93	160.714,90	187.618,92	102.096,13	78.275,51	281.112,81	14.205,91	2.797,67
2015	227.427,81	173.691,05	210.610,23	88.723,66	67.853,80	276.620,72	13.360,21	3.674,23
2016	258.471,71	188.115,54	237.455,09	108.060,58	94.272,78	269.116,90	12.249,80	3.894,36
2017	276.306,26	200.557,68	257.693,64	142.606,04	119.591,36	267.228,18	11.742,30	2.202,27
2018	293.989,86	209.052,72	272.226,24	184.772,95	140.099,81	270.699,34	11.129,77	2.144,43
2007/2018	193.989,86	109.052,72	172.226,24	84.772,95	40.099,81	170.699,34	140.138,17	24.521,40

Fonte: BACEN/FipeZap (PEREIRA, 2019, p. 154)

Não pretendo, obviamente, depois do que já foi dito, equivaler os resultados contábeis das empresas e as estatísticas setoriais - tais como exploradas no primeiro capítulo -, expressas em preços na forma monetária, seja na fase ascendente do ciclo de reprodução das incorporadoras/construtoras movido a capital fictício, ou na fase descendente, ao movimento do valor como essência do todo social. Do mesmo modo, os cálculos acima apresentados dos custos, reduzidos em razão do desenvolvimento das forças produtivas - elevando a composição orgânica dos capitais -, da padronização, da produção em escala e dos processos de gestão, bem como dos preços avultados e seus respectivos lucros não podem ser imediatamente identificados com o plano do valor. “É também este o motivo por que a estatística burguesa apenas consegue reproduzir os momentos empíricos do plano das manifestações na sua distorção, não sendo idêntico ao movimento substancial no plano do valor não empírico (p. 182)”. Por outro lado, essa essência, que é “o todo apriorístico” (p. 182), se expressa, ainda que de forma distorcida, nos capitais individuais, nas mercadorias, seus preços e lucros, entre outros, sendo essas manifestações fetichistas a porta de entrada indireta para o capital como relação social global e em colapso. Assim sendo, ao se mediar os preços – que por sua própria natureza não possui uma identidade imediata com o valor - em ascensão dos imóveis com o MCMV, as OPAs, os CRIs, as debêntures, os financiamentos bancários, os FIIs, etc., sendo tudo isso condição da demanda, da produção e do financiamento/endividamento para mais construção, devemos ir além de uma reflexão circunscrita à especulação exacerbada da atual fase da financeirização do capitalismo e do seu caráter açambarcador de valor social – essa substância em decadência -, mas considerar que a disputa, fomentada por capital fictício público e privado, pelo maior preço da unidade habitacional no mercado e com o Estado pode ter permitido a simulação de curta duração do boom imobiliário no Brasil.

As incorporadoras/construtoras centralizadas inundaram o país de canteiros de obras e da mercadoria habitação, sendo as casas e apartamentos os resultados dos saltos de produtividade e eficiência setorial, enquanto contribuem com seus altos preços cada vez menos para o todo global de dispêndio de trabalho. Cresce o volume de mercadorias disponíveis e decresce a substância valor, tal como já elaborado por Marx. Portanto, à medida em que a conjuntura nacional neo desenvolvimentista se manteve alicerçada, entre outros setores, na construção habitacional determinada por capital fictício - desde a produção das moradias, a reprodução das empresas à demanda por essas mercadorias -, cuja inflação setorial era menor do que aquela que atingia os imóveis, a disputa por maximizar os preços finais das moradias pôde elevar os lucros desacoplados do valor social e criar a impressão de crescimento econômico do país.

Observando um fenômeno inflacionário semelhante dos imóveis na crise norte-americana de 2008, em seus estudos sobre os negócios imobiliários e a especulação financeira do capital, Anselmo Alfredo (2010) escreve:

Efetivamente, o crescimento do preço se dá por esta demanda que, inevitavelmente, está acima daquilo que se põe como necessidade solvável pela sociedade, pois tais investimentos são já oriundos de uma produtividade contradizente à valorização do valor no setor propriamente produtivo. Resultam, no entanto, de uma impossibilidade de se tornarem salário, dado o desenvolvimento das forças produtivas e a contradição entre taxa e massa de mais valia. Tal volume, enfim, é resultante da forma como os salários e, então, a relação capital trabalho, já está posta. A promessa de trabalho que efetiva a sua forma de crédito é uma contradição nos próprios termos. São expressão da insolvabilidade do capital enquanto capital e não da insolvabilidade da sociedade a essa expansão das hipotecas, ainda que desta maneira apareça (p. 52)

O que esse crescimento dos preços das casas e apartamentos aqui observado - que apareceu como boom da construção e neodesenvolvimentismo do país - nos indica então é que tal movimento tem relação com a inflação e a maior atratividade aos capitais nacionais e internacionais por um conjunto de ativos financeiros, como títulos de propriedade e de dívidas privadas e públicas - nesse último caso, o próprio Estado depende de tais mecanismos para se financiar e criar as políticas de habitação -, que se medeiam com o circuito da produção e consumo da casa própria. Pode-se recuperar aqui a discussão de Harvey sobre a categoria de renda da terra em sua forma mais pura, funcionando como capital fictício, e as interpretações do segundo capítulo nela baseada, para relacionar as bolhas dos capitais fictícios na esfera financeira com as bolhas de capitais fictícios proveniente dos negócios com a terra sobre a qual são construídos os imóveis. Harvey, nas suas teorizações sobre a produção do ambiente construído, já havia formulado que o capital a juros determinava o tempo de rotação e a configuração espacial do ambiente construído, sendo a especulação na produção do espaço um momento importante para os ajustes espaciais, daí ele se perguntar: Quanta apropriação via

renda da terra e imobiliária é adequada ou compatível com a acumulação e até quando a reprodução suporta? A sua resposta é a desvalorização e a destruição como imanescentes à acumulação de capital. O que ele não viu foi a ficcionalização da renda da terra somar-se com o desacoplamento dos preços das mercadorias do ambiente construído em relação ao valor social produzido, ambos determinados por capitais fictícios, ou no caso aqui, o preço dos bancos de terras compor o preço final dos imóveis e, por conseguinte, o lucro das empresas como parte da ficcionalização das categorias de juro, lucro e renda; isso ocorrendo sem o ponto no qual a destruição do capital possa recolocar novamente a reprodução social nos trilhos da valorização do valor. Esse entendimento da produção habitacional brasileira encontra correlato e se apoia nas pesquisas de Pitta (2016, 2020, 2022), que desde a sua tese até as recentes publicações tem demonstrado a relação entre a inflação dos preços das mercadorias e das terras, com especial atenção para a produção interna de commodities, com a inflação dos títulos de dívidas, propriedade e derivativos no mercado financeiro brasileiro, entendendo esse fenômeno, em que pese os fatores conjunturais²⁶⁵, como o resultado do circuito de bolhas financeiras globais a simular a acumulação de um processo de reprodução social desubstancializado.

3.9 A formação de um amplo mercado consumidor da habitação pelos financiamentos públicos e privados

A realização da mercadoria habitação se dava por um mercado consumidor em ascensão, que parecia tender ao infinito, afastando qualquer risco de superprodução pelo excesso de oferta, segundo algumas fontes citadas no primeiro capítulo. Todo esse otimismo quanto a uma demanda inesgotável era acompanhado, todavia, por um clamor para disponibilizar novas fontes de financiamento, tendo em vista o esgotamento das fontes tradicionais – FGTS e SBPE -, e ampliar a relação entre crédito imobiliário/PIB, considerada baixa demais se comparada à de países desenvolvidos ou com outros em situação socioeconômica parecida com a do Brasil. A transformação da baixa renda de “lagarta à borboleta” para o mercado imobiliário e a manutenção do seu consumo devem ser entendidas através da sua mediação com o endividamento e o crédito. Fix (2011), por exemplo, chama a atenção para a flexibilização das fontes de empréstimo, nas suas palavras:

Mesmo sem a criação do sistema de hipotecas, algumas das empresas especializadas no segmento popular adotaram estratégias bastante agressivas de crescimento, análogas ao *subprime*, como a redução da análise da capacidade de pagamento do

²⁶⁵ Conferir a interpretação de Pitta e Allan (2023) da inflação recente e a sua relação com a pandemia e a crise do capital.

mutuário. O objetivo era aumentar os resultados (Valor Geral de Vendas) nas prestações de contas com os acionistas, estratégias que, de acordo com depoimentos de agentes do próprio mercado, não poderiam ser sustentáveis (FIX, 2011, p. 136-7).

Certamente, a ideia de um déficit habitacional repetido *ad nauseam* para formar esse mercado consumidor popular nada tinha a ver com as necessidades cotidianas por moradia das famílias – abrigo, localização, conforto, adequação ao número de pessoas, transporte, sociabilidade, etc. Nesse sentido, não são apenas os imóveis ociosos e a falta de alternativas à produção seriada da casa própria que depõem na contramão do interesse em resolver tal déficit²⁶⁶, sem se falar no quesito da qualidade oferecida, mas a própria contabilização do déficit em comparação com a produção física de habitações demonstra que o foco principal das empresas e a maior parte dos financiamentos do MCMV estavam fora da faixa de renda onde essa carência por moradia se concentra - faixa de renda que ganha até três salários mínimos (na fase dois do programa, até R\$ 1.600). Com efeito e repetindo o que já foi mencionado, o maior programa habitacional da história “[...] tornou esse déficit socialmente mais regressivo: a partir de uma inflexão em 2009, ele tem participação cada vez maior de domicílios pobres [...]”, pois “[...] o programa MCMV [...] retira prioritariamente as faixas de renda média deste cálculo (BARAVELLI, 2014, p. 110)”. Outro indicador do empobrecimento do déficit, segundo Baravelli (2014, p. 111-2), é o aumento consistente de um dos seus componentes, o de ônus excessivo de aluguel; esse gasto excessivo é o resultado do aumento da demanda por terra provocada pelo próprio MCMV. O mais importante para as empresas, continua o autor, “[...] é a legitimação que o déficit habitacional dá ao eixo central do programa MCMV, que é formado por diversas escalas de subsídio²⁶⁷ oriundos de aportes do Orçamento Geral da União [...] (p. 113)”, sem o qual grande parte da população que se tornou consumidora da casa própria estaria fora desse mercado. Ainda nesse campo da legitimidade, “[...] a condução política do programa

²⁶⁶ Segundo Baravelli (2014), o MCMV esvaziou as elaborações do PlanHab, de cunho mais progressista, para estabelecer “[...] uma acelerada provisão de unidades habitacionais (p. 106)”. Distante do controle social, dos arranjos visando atender às necessidades regionais e locais, de outras formas de provisão da habitação envolvendo terrenos com assistência técnica, reabilitação de edificações vazias ou produção por autogestão, previstos no antigo plano, a única meta de construir novas unidades habitacionais, ofertadas, principalmente, pelas incorporadoras/construtoras, faz com que o MCMV se assemelhe em muitos aspectos ao BNH da ditadura. Exceto por atender uma demanda que no regime militar não era prioritária, que é a faixa dos sem renda até aqueles de três salários mínimos, no aspecto segregação, ausência de controle social e foco no déficit habitacional das classes de três a 10 salários mínimos, o neodesenvolvimentismo petista do MCMV parece reviver o desenvolvimentismo do BNH.

²⁶⁷ “Na forma final que o programa MCMV recebeu através da Lei Federal 12.424, os subsídios aparecem tanto nas dotações orçamentárias para o seu principal fundo, o FAR, quanto nas diversas disposições legais que concedem isenções fiscais e de custos de registro imobiliário, além dos novos dispositivos legais para regularização fundiária em terrenos a serem doados como contrapartidas municipais aos empreendimentos financiados pelo programa [...] (BARAVELLI, 2014, p. 113)”. O subsídio mais importante para o consumo final da habitação, afirma o autor, é aquele direcionado para a faixa 1 do programa – até três salários mínimos, na primeira fase do MCMV, e até R\$ 1.600, na segunda -, que varia de 96,05% do preço do imóvel até 87,37%, respectivamente, para famílias com renda menor que R\$ 500 e renda de R\$ 1.600, no ano de 2013.

MCMV precisa de uma população excedente que legitime como um programa habitacional o que na realidade é uma política de desenvolvimento econômico dedicada à ampliação da capacidade produtiva das empresas de construção habitacional (BARAVELLI, 2014, p. 120)”. Nota-se um programa de viés essencialmente econômico, voltado a dar uma resposta à crise internacional e para resolver as “[...] fragilidades de nossa própria bolha imobiliária recém-inflada pelo capital fictício (BOECHAT, 2017, p. 10)”.

Assim sendo, essa abstração das necessidades prementes como representação ideológica da falta de habitação da classe trabalhadora, já usada em alguns momentos ao longo da história da urbanização e industrialização do Brasil para justificar medidas políticas e econômicas, ainda que nem por essa forma resolvida, como em alguns países que produziram amplamente habitações e um estoque de moradias públicas, foi quantificada através das instituições de pesquisa para justificar as ações do Estado, eminentemente econômicas para contornar a crise e solucionar o problema do enorme banco de terras formados pelas empresas e suas ações inflacionadas pelo capital fictício, e das incorporadoras/construtoras que, acoissadas por esse capital, estavam interessadas em projetar o potencial desse déficit nas suas estratégias de expansão, nos VGV's sobre os bancos de terras e nas metas de lançamento.

O tamanho da carência por moradias e a sua referência às classes de menor poder aquisitivo evidenciaram, o que já era do conhecimento comum, o restrito mercado consumidor da mercadoria habitação. Mas se até então essas frações da população brasileira não puderam ser o foco do interesse empresarial capitalista porque boa parte não tinha poupança ou uma renda compatível para acessar o financiamento da casa própria, enquanto outras estavam desempregadas ou trabalhando precariamente e mal remuneradas, os fundos públicos e semipúblicos transformaram a pobreza e a miséria, ou boa parte delas, em consumidores da casa própria. Em que pese o maior direcionamento para as classes média e média baixa desses aportes estatais e ainda do crédito privado, as políticas do partido dos trabalhadores, sobretudo com o MCMV, criou um enorme mercado popular de moradia antes inexistente. No caso de muitas famílias sem-teto ou acoissadas por remoções, expulsas de ocupações ou algum tipo de tragédia (enchentes, desmoronamentos, inundações, etc.), quase não havia outra opção que não fosse aderir à propriedade privada da casa própria, às dívidas com a habitação e seus serviços adjacentes para ter onde morar, conformando uma demanda cativa das moradias. É importante mencionar também que dentro dessa conjuntura de crescimento do país movida pelos capitais fictícios nas suas diversas formas, houve aumento real da renda da classe trabalhadora, bem como dos postos de emprego e do trabalho formal, o que permitia maior capacidade de compra e acesso à empréstimos. O partido dos trabalhadores com o seu "distributivismo de crise

(PITTA, 2020)", no caso em questão com destaque para o MCMV, logrou monetarizar, ao menos temporariamente, as camadas da população tradicionalmente fora do consumo da habitação, assim como aquelas frações de trabalhadores supérfluos, historicamente mobilizados para o trabalho e sem trabalho, que a partir de então puderam acessar através da dívida e, por vezes, também com carteira assinada, a "imensa (e crescente) coleção de mercadorias" em desvalorização – do ponto de vista da fantasmagoria valor –, incluindo a habitação com preços elevados, disponíveis para consumo. Em suma: "É o volume de capital ocioso que acresce a demanda do setor imobiliário que, assim, é fundado por um capital improdutivo, pois o volume produzido de imóveis advém como demanda de capitais improdutivos e não através da demanda dos salários (ALFREDO, 2010, p. 52)". Apresento, nos próximos parágrafos, alguns dados que complementam as informações do primeiro capítulo sobre a expansão do crédito para a formação do mercado consumidor endividado da casa própria.

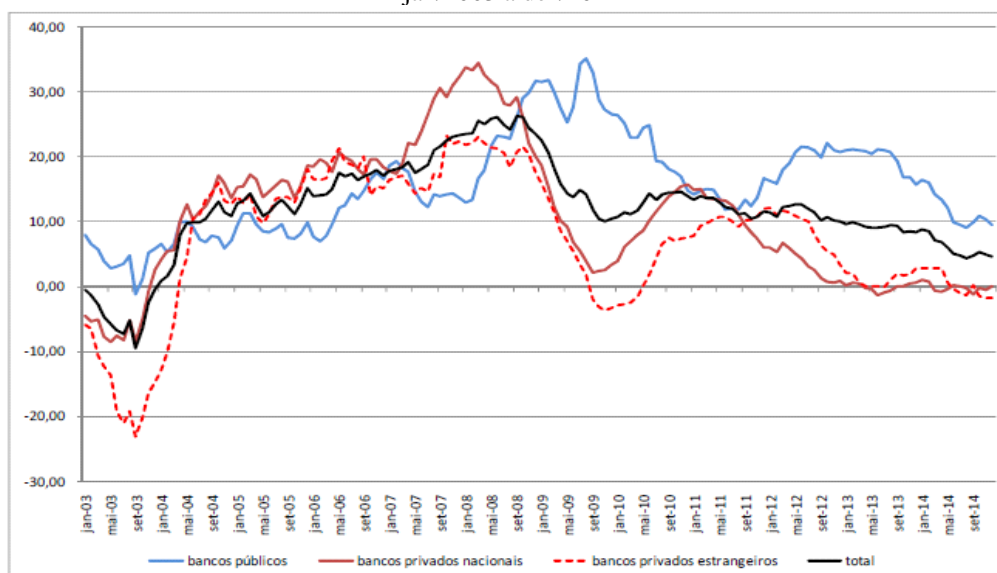
Durante o "inérito ciclo de expansão do crédito" na história do país (ARAÚJO, 2015, p. 2-3), o saldo das operações de crédito bancário passou de 23,8% do PIB em 2002 para 56,5% em dezembro de 2013. Desse total, em torno de 54% dizia respeito à pessoa jurídica e os outros 46% à pessoa física²⁶⁸ - ambos tiveram uma taxa real de crescimento entre jan/2008 e dez/2013 de mais de 100%. Os saldos das operações com crédito livre aumentaram em 70% e de recursos direcionados – agricultura, indústria e habitação, por exemplo - 176%, nesse caso em grande parte puxados pelo crédito imobiliário, que apresentou uma variação - incluindo a pessoa física e jurídica - de 474,8%. Assim, o crédito imobiliário chegou em 2013 a 8,22% do PIB, um salto de mais de 400% em relação a 2008, quando essa proporção era de 1,84% (DIEESE, 2014, p. 17-8). Os bancos públicos e privados (nacionais e internacionais) atuaram em conjunto para esse crescimento geral do crédito, embora até a crise de 2008 os desembolsos das instituições privadas fossem superiores aos públicos, com os bancos nacionais participando com 42% dos saldos das operações de empréstimo e os de controle estrangeiro com 23%, movimento que foi invertido em seguida, com os bancos públicos compensando a retração do crédito privado e expandindo a sua presença para 51% dos empréstimos no ano de 2013, com destaque para as operações envolvendo o setor habitacional (ARAÚJO, 2015, p. 2-3, p. 17).

A participação anticíclica dos bancos públicos pode ser observada no primeiro gráfico abaixo, quando o crédito privado é retraído entre 2008-2009 e a partir de 2012 (ARAÚJO, 2015, p. 13). Esse empenho dos fundos públicos e semi-públicos, sobretudo para o financiamento imobiliário, que em 2013 compreendia 32,75% de todo o recurso direcionado (Dieese, 2014, p.

²⁶⁸ O crédito à pessoa física foi em grande medida impulsionado pelo crédito consignado, o financiamento de veículos e a venda por meio de cartão de crédito.

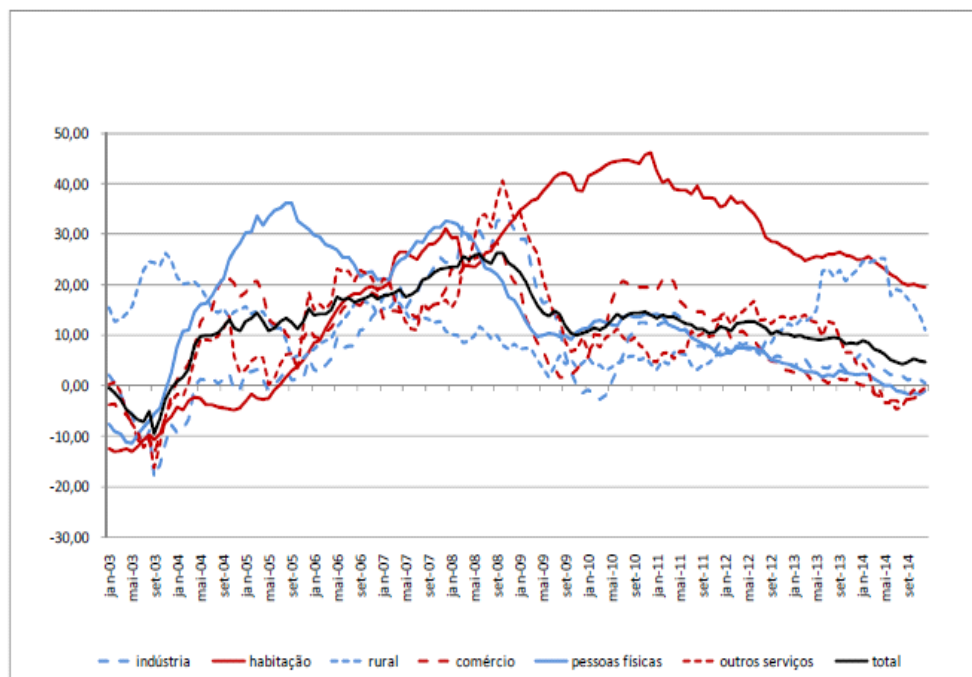
16), manteve um ritmo de crescimento superior ao crédito dirigido aos outros setores, como pode ser notado no segundo gráfico a seguir (ARAÚJO, 2015, p. 12). Percebe-se que as altas taxas reais de crescimento do crédito direcionado para a habitação, ou por outro lado, a dívida das famílias, sustentaram durante um tempo, inclusive avançando nos anos de progressiva piora do crescimento econômico do país, da deterioração das finanças públicas e do desemprego, o consumo das enormes quantidades de mercadorias produzidas pelas incorporadoras/construtoras que, por sua vez, tinham como condição da sua reprodução a permanente projeção e execução dessas metas de produção, de sorte a assegurarem a precificação das suas ações e gerarem a ideia de solidez e solvência para acessar crédito a custos melhores.

Gráfico 33: Saldo das operações de crédito por controle de capital, taxa de crescimento real em 12 meses (%), de jan/2003 a dez/2014



Fonte: BCB (ARAÚJO, 2015, p. 13).

Gráfico 34: Saldo das operações de crédito por setor, taxa de crescimento real em 12 meses (%), de jan/2003 a dez/2014



Fonte: BCB (ARAÚJO, 2015, p. 12).

Esse crescimento anual do crédito à habitação diz respeito aos recursos provenientes do FGTS, FAR e do SBPE, que compõem as principais fontes de financiamento à habitação no Brasil; as duas últimas, como já apresentado no primeiro capítulo, cresceram ininterruptamente entre 2003 e 2008. Essas três fontes participaram, respectivamente, com 42%, 12% e 44% no total de recursos dispendidos no período que vai de 2009 a 2016. À época, os fundos públicos, atuando no interior do MCMV, financiaram quase cinco milhões (75%) das mais de seis milhões e quinhentas mil moradias produzidas naqueles anos, sendo uma quantidade superior a quatro milhões também subsidiadas por esses recursos – com desconto no total do preço do imóvel, juros abaixo das taxas de mercado e/ou descontos nas prestações. As poupanças privadas depositadas no âmbito do SBPE financiaram quase um milhão e quinhentas mil unidades, a preços em média mais altos do que os dos outros dois fundos, por isso a diferença entre volume de recursos disponibilizados e o número de habitações financiadas (FIORAVANTE; FURTADO, 2018, p. 210-3). O gráfico abaixo disponibiliza informações detalhadas acerca das fontes, recursos e unidades financiadas:

Tabela 10: Origem dos recursos – fontes principais (2009-2016)

Origem	Unidades	Porcentagem	Valor (R\$ milhões de 2016)	Porcentagem
SBPE	1.481.482	22,7	359.401,89	43,8
FGTS	3.190.321	48,9	341.008,60	41,6
FAR	1.711.134	26,2	99.695,45	12,2
Conta corrente da Caixa	103.560	1,6	16.251,48	2,0
PCS/FDS ou MCMV Entidades	38.115	0,6	3.541,72	0,4
Total	6.524.612	100,0	819.899	99,96

Fonte: CEF (FIORAVANTE; FURTADO, 2018, p. 212). Obs. PCS/FDS Programa Crédito Solidário do Fundo de Desenvolvimento Social

Essa presença do fundo público foi fundamental não apenas para constituir um amplo mercado consumidor da habitação popular, mas também para o mercado de títulos de base imobiliária, conforme afirma Royer (2016) acerca da importante participação do FGTS no comércio desses títulos. Esse fundo garantiu a compra de grandes volumes de CRIs emitidos pelas incorporadoras/construtoras, especialmente depois do lançamento do MCMV, afirma Pereira (2019, p. 146), sendo parte do boom da produção de habitações e dos seus preços. Na sua função dúbia, o FGTS, analisa Royer (2016), garantia crédito e subsídios para as famílias, que estariam fora de outras possibilidades de crédito e, ao mesmo tempo, atuava como um “importante *player* nesse mercado [...] buscando cada vez mais rentabilizar esses títulos (p. 47)” de base imobiliária. O gráfico abaixo ilustra os montantes crescentes de compra dos CRIs pelo fundo e dá dimensão da sua participação progressiva na expansão da produção imobiliária:

Tabela 11: Compra de CRI pelo FGTS (em R\$, a preços constantes de 2017), de 2002 a 2016

ANO DE CONTRATAÇÃO	VOLUME REAL DE COMPRA DE CRI, EM R\$ (DEFLATOR IMPLÍCITO IPCA)
2002	153.683.494
2003	19.134.641
2004	8.713.083
2005	31.152.873
2007	4.627.889
2008	75.697.422
2011	4.219.438.038
2012	3.485.750.507
2013	3.246.526.965
2014	2.171.100.316
2015	700.112.902
2016	10.700.800.622
TOTAL	24.816.738.751

Fonte: CEF (Pereira, 2019, p. 146).

Nesses anos, o FGTS, para não mencionar os aportes diretos do Orçamento Geral da União e outros subsídios, lembravam no âmbito da produção e do consumo da habitação a função de antivvalor teorizada por Oliveira. Em que pese a hegemonia às avessas da qual tratou

o autor, o PT no governo federal, ao promover, por exemplo, a ampliação das discussões dos problemas da moradia na esfera pública e uma efetiva política habitacional, ainda que distorcida e reduzida em relação ao que estava previsto no participativo PlanHab, através do fundo público e do MCMV, corroborou para alicerçar as bases do imaginário acerca do neodesenvolvimentismo. O antivalor parecia para alguns dar continuidade ou estar realizando tardiamente o projeto de modernização nacional ao ser o *ex ante* da produção e financiar parte da sexta de consumo do trabalhador.

Mas se o fundo público e semi-público não funcionou exatamente como descrevia Oliveira no Estado de Bem Estar Social europeu em relação à força de trabalho brasileira, pois o MCMV não mobilizou nenhuma esfera participativa, desviou das formas de regulação mais progressistas e foi elaborado para atender aos interesses das empresas, embora os subsídios à habitação guardem certa semelhança com um salário indireto – sem construir um estoque público de habitação –, esses recursos foram parte importante da reprodução das incorporadoras/construtoras. Os fundos não apenas garantiam financiamento à produção e, através do MCMV, uma demanda solvente para a produção de moradias, mas, por meio de diversos mecanismos, transferiam os recursos públicos para compor a elevada, apesar de temporária, rentabilidade de muitas empresas, como por exemplo, ao exigir condições mínimas e insuficientes das edificações e pagar altos preços por essas unidades, viabilizar legalmente e via infraestrutura frentes de expansão imobiliária nas periferias e áreas rurais das cidades, direcionar boa parte dos recursos para as faixas mais lucrativas do déficit habitacional, doação de terrenos, etc. Cabe lembrar que o MCMV foi antes um pacote para salvar o setor que entrava em crise após os acontecimentos de 2008 nos EUA e como resultado dos seus próprios problemas de crescimento, afirmam Arantes e Fix (2009). O governo brasileiro, segundo os autores, garantiria a realização dos enormes bancos de terrenos formados pela capitalização dos anos anteriores e daria impulso novamente à expansão das empresas e aos ganhos acionários especulativos que as acompanha. Olhando também para os riscos à acumulação do setor com o fim da expansão financeira e a impossibilidade de realizar o seu potencial produtivo, Baravelli (2014) afirma que “[...] o MCMV é um programa habitacional apenas de forma secundária, é antes um programa de desenvolvimento econômico²⁶⁹ cujo objetivo primário é capitalizar a construção civil (p. 177)”.

²⁶⁹ “O déficit habitacional, neste caso, assume unicamente a função de legitimação política: assim como o capital precisa de uma população excedente que regule o preço da força de trabalho, a condução política do programa MCMV precisa de uma população excedente que legitime como um programa habitacional o que na realidade é uma política de desenvolvimento econômico dedicada à ampliação da capacidade produtiva das empresas de construção habitacional (p. 121)”.

3.10 A reprodução do Estado e o capital fictício

Não obstante essa participação fundamental e imprescindível dos fundos estatais e semi-públicos na reprodução nacional, o Estado neodesenvolvimentista dos governos do PT não estava para além da dependência do que os autores do segundo capítulo chamaram de financeirização e do enredamento na dívida, ao contrário, precisava abocanhar o seu quinhão no circuito internacional do capital fictício para reproduzir-se. Frente a tal necessidade, todos os esforços foram realizados na consolidação e bom funcionamento do que foi entendido por Paulani como uma “plataforma internacional de valorização financeira”. A essa altura, acredito já ter deixado claro a minha discordância em relação à crítica da financeirização e de uma plataforma de valorização financeira, apesar de me apoiar nessas interpretações para compreender o problema e tentar propor outra crítica. A ascensão do Brasil aos níveis mais elevados das paragens desse capital, em grande parte especulativo e de curto prazo, associada aos sucessivos superávits da balança comercial impulsionados pelos negócios com derivativos (PITTA, 2020) e o aumento do volume (e dos preços) das commodities exportadas²⁷⁰ pareciam ser o corolário da boa governança a que chegou o país. Assim, ao menos durante um tempo, os saldos positivos na balança de pagamentos compensaram os déficits em conta corrente e fomentaram as boas expectativas quanto à solvência e o crescimento do país. A elevação da nota do Brasil nas agências de rating em 2008 era um exemplo dessa nova situação do país aos olhos dos investidores internacionais. Tal conquista marcava a redução dos riscos de calote aos credores da dívida pública e o novo patamar de estabilidade econômica, um sinal para os investidores, até os mais conservadores, poderem aportar o seu capital em empresas, títulos de dívidas públicas e privadas, bem como em outros negócios nacionais. A garantia reforçava a atratividade crescente do país, melhorando as condições e os custos de financiamento às esferas pública e privada.

²⁷⁰ Segundo análise da Apex – Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), o mundo teria passado por dois ciclos de commodities mais recentes. Ambos sucedem duas crises financeiras de alcance mundial e epicentro nos EUA, a primeira, decorrente da bolha acionária no início dos anos 2000, mais tarde, em 2008, a das hipotecas subprime. Outras características em comum: a depreciação do dólar, a queda dos juros nos países centrais, o excesso de liquidez internacional e a busca por ativos lucrativos onde aplicar o dinheiro impulsionaram os investimentos em derivativos de commodities, inflando os seus preços; os baixos juros estimularam a formação de estoques; o crescimento da China e a sua demanda por produtos desequilibraram a oferta e a demanda. A análise menciona que o mundo no período teria passado por uma “primarização” da economia. Entre 2002 e 2008, a participação de recursos naturais e produtos intensivos em recursos naturais nas exportações de todas as regiões do mundo saltou de 26,3% para 34,1%. Essa classe de produtos foi a que mais cresceu nesses anos, porém, como os dados apresentados apenas referem-se aos totais em dólares, não em quantidade, não é possível separar os aumentos em termos de quantidade de mercadorias dos aumentos dos preços (2011, p. 38-45).

Enquanto crescia o volume de recursos estrangeiros, o Estado conseguia operar um intrincado conjunto formado, entre outros, por: índices macroeconômicos – juros, câmbio, inflação, resultado fiscal -, dívidas internas e externas²⁷¹, apostas financeiras, expectativas de investidores, políticas públicas com vistas a sustentar-se no circuito de endividamento e era capaz de manter o crescimento do seu produto interno e da sua arrecadação induzidos pelas bolhas financeiras internacionais. A dívida pública, por exemplo, com a mudança em seus indexadores e aumento dos prazos, passou por “uma melhora na qualidade²⁷²” nos anos compreendidos entre 2003 e 2014. As suas taxas de juros (Selic) - tomadas por muitos críticos como o principal motivo do aumento do endividamento estatal e razão do sofrimento da população que perdia os seus recursos para uma classe rentista e poderosa²⁷³ -, que ainda se

²⁷¹ “A dívida pública nacional abrange a dívida interna e externa, da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, podendo ainda ser, quanto à forma, monetária, mobiliária e contratual. Em síntese, a Dívida Pública Federal (DPF) é composta pela dívida adquirida pelo Tesouro Nacional para suportar o déficit orçamentário do governo federal, o refinanciamento da própria dívida e as operações financeiras exercidas com propósito de cumprir determinações legislativas (DIEESE, 2015, p. 6)”.

²⁷² Quando comparados ao período que vai de 1995 a 2002, os indexadores sofreram as seguintes mudanças: aumentaram as emissões remuneradas por taxas pré-fixadas e por índices de preços, reduzindo aquelas indexadas pelo câmbio e pelas taxas de juros, embora em 2014 em torno de 45,7% das dívidas fossem remuneradas pela taxa Selic. Isso teria gerado maior previsibilidade com os fluxos de pagamentos futuros e menores gastos. No mesmo intervalo de tempo em comparação, houve um aumento do prazo médio da dívida. Foi reduzido os títulos com vencimentos em até doze meses e daqueles entre doze e vinte e quatro meses, com 63,4% das dívidas em 2014 para vencer após vinte e quatro meses. Esperava-se que os investimentos gerados pudessem criar um fluxo de renda suficiente para quitar as dívidas (DIEESE, 2015, p. 10-5).

²⁷³ Alguns autores em diálogo com a concepção de fundo público de Oliveira e que se debruçaram sobre o crescimento da dívida pública interna e externa do país também apontam para essa reprodução endividada do Estado, todavia, a ênfase de suas interpretações gira em torno da função estabilizadora do fundo público às contradições e crises do capital e da luta entre capital e trabalho por esses fundos. Essa luta se estende ao próprio modo de gerir a dívida pública, que é voltada ao pagamento de juros para uma elite rentista em detrimento da classe trabalhadora e dos direitos sociais (BRETAS, 2017; BEHRING, 2010, 2017; SALVADOR, 2010; SALVADOR; TEIXEIRA, 2014). Isso fica patente ao considerar o conjunto de leis que disciplinam e controlam o orçamento público: “Apesar de todas essas preocupações com o atendimento das metas fiscais, a noção de “responsabilidade” que a lei estabelece não contempla nenhuma preocupação com metas sociais ou com definições voltadas à política social, muito menos com a distribuição de renda e redução das desigualdades. Pelo contrário, todos os demais gastos do orçamento devem se submeter à necessidade de garantia do superávit primário e do pagamento dos juros da dívida. Assim, a execução do orçamento fica submetida ao cumprimento dessas exigências (BRETAS, 2017, p. 31)”. Para esses autores, a dívida pública é um instrumento de poder e concentração de renda de uma classe rentista que, através de políticas neoconservadoras e neoliberais, punção a riqueza produzida pelos trabalhadores e transfere a eles os ônus das crises e da reprodução capitalista, sem verem no crescente e constante recurso à dívida e ao capital fictício um indicativo dos limites a que se chegou a reprodução do Estado com base na tributação sobre a exploração do trabalho, a acumulação de capital e nas atividades produtivas estatais, isto é, na valorização do valor. Não quero com isso reduzir a importância da primeira crítica. Segundo Behring: “Na verdade, o endividamento está no centro da lógica do capitalismo em crise. Não numa crise cíclica, mas estrutural – o que não quer dizer, a meu ver, crise final, já que não compartilho de teses catastrofistas que quase naturalizam o capitalismo como uma espécie de autômato. O endividamento público é uma forma de punção violenta da riqueza socialmente produzida, por meio da apropriação privada de parte muito significativa, como vimos acima, do fundo público, que por sua vez se compõe de trabalho excedente e trabalho necessário, recaindo sobre os trabalhadores cada vez mais esse ônus. Porém, o fim do capitalismo se relaciona diretamente com a luta de classes, já que a economia é a mais moral das ciências e anda sobre as pernas de homens e mulheres de carne e osso, que fazem sua história e escolhas, ainda que não nas condições desejadas (BEHRING, 2017, p. 17)”.

mantinham entre as maiores do mundo e indexando boa parte dos títulos, eram bem inferiores aos praticados na década de 1990 (DIEESE, 2015, p. 10-11).

A entrada massiva de dólares deu a oportunidade para o Estado compor uma grande reserva monetária em divisa estrangeira, ao mesmo tempo em que apreciou o real frente ao dólar, o que permitiu elevar o poder de compra da população, controlar a inflação mediante o maior acesso às importações, gerar ganhos nos mercados de derivativos cambiais para as empresas que apostaram nesses títulos e tornar o crédito externo – com juros baixos - mais vantajoso. A reserva composta majoritariamente por dólares reforçava a posição de solvência do país e viabilizava operações nos mercados financeiros para controlar o preço e os efeitos do câmbio na economia, fosse pela venda e compra de moeda, para equilibrar os dois lados e evitar a excessiva desvalorização do real, ou em operações de swaps cambiais para reduzir as perdas das empresas nas especulações com as taxas de câmbio e para permitir o hedge. No tocante à dívida pública, de um lado, a apreciação do real derrubava o custo de frações do endividamento estatal interno corrigido pelo dólar e da dívida pública externa cotada nessa moeda, do outro, o acúmulo das reservas tornava possível a quitação de parte dessa dívida externa e reduzia a dívida líquida do país²⁷⁴ – dívida bruta menos os ativos estatais. A manutenção daquelas reservas envolvia, no plano externo, investimentos em ativos financeiros, mormente nos títulos da dívida norte-americana, e, no plano interno, quando o Estado adquire mais dólares, a emissão de dívidas públicas através de operações compromissadas entre o Tesouro Nacional e os bancos para retirar o excesso de liquidez e manter os juros e a inflação dentro da meta do governo. Os custos com a dívida das operações compromissadas eram maiores do que os ganhos com os juros na dívida dos EUA, o que gerava perda, todavia, nos momentos de depreciação do real, essas reservas cambiais garantiam ganhos patrimoniais e reduziam a dívida líquida²⁷⁵ (BASTOS, 2016).

²⁷⁴ Nota-se que o conceito de dívida líquida envolve os ganhos do governo diretamente com capital fictício, como nos ganhos com a variação cambial, nos investimentos em títulos de renda fixa, com juros e empréstimos: “[...] a dívida líquida do governo geral compreende a somatória da dívida bruta do governo geral, dos créditos internos e externos do governo geral (por exemplo, aplicações da Previdência Social, arrecadações a recolher, créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, créditos junto às estatais, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT na rede bancária, entre outros), dos títulos livres na carteira do Banco Central e da equalização cambial (DIEESE, 2015, p. 6)”.

²⁷⁵ “Como as reservas são concentradas em dólares, uma desvalorização do real perante o dólar reduz a dívida pública líquida (a dívida bruta menos os ativos do setor público, como as reservas cambiais) e gera ganhos patrimoniais que o Banco Central transfere semestralmente para o Tesouro Nacional. Em 2015, esses ganhos patrimoniais resultantes da depreciação cambial (de 47% em termos nominais em relação ao dólar, ou de 28% em termos efetivos reais) somaram R\$ 260 bilhões, algo bem maior do que o prejuízo do BC com operações de seguro cambial oferecido a agentes privados (na forma de *swaps cambiais*), de R\$ 90 bilhões (BASTOS, 2016, p. 5)”. A nota de rodapé desse parágrafo explica: “Segundo dados do BCB divulgados em 06 de janeiro de 2016, o ganho derivado da apreciação do dólar sobre as reservas cambiais chegou a R\$ 259,973 bilhões, divididos em rentabilidade das reservas de R\$ 443,664 bilhões e custo de carregamento (diferencial entre juros da dívida pública

A elevada atração dos títulos da dívida pública brasileira, ou a “bolha Brasil” nas palavras de Pitta (2020), não foi só crucial para a reprodução aparentemente desenvolvimentista do Estado brasileiro, engendrando o “espetáculo do crescimento” (BOTELHO, 2019), com seus subsídios, parcerias com os capitais privados e investimentos públicos diretos em infraestrutura física e social, atrelados ao “distributivismo de crise” (PITTA, 2020), mas também integrava as estratégias de reprodução das instituições financeiras – bancos comerciais e de investimentos (nacionais, internacionais e estatais), corretoras e distribuidoras -, fundos de investimento, das empresas não financeiras e de algumas famílias²⁷⁶ (BRUNO; CAFFÉ, 2015). Os ganhos do empresariado nacional e das famílias mais abastadas com esses títulos eram significativos, a ponto de formarem uma oposição acirrada contra o governo quando ele reduziu mais acentuadamente as taxas de juros, pois acabou por eliminar os ganhos financeiros que compensavam a retração da demanda com a crise e a geração de altos rendimentos para a pessoa física investidora. A poupança compulsória do trabalhador, como a Previdência Social, o FGTS e o FAT também detinham parte importante das dívidas, pois encontravam nesses títulos um ativo seguro e de boa rentabilidade para a manutenção dos recursos (DIEESE, 2015, p. 20-1, 12).

3.11 O refluxo dos capitais fictícios ou estouro da bolha

Mas o “boom gêmeo” dos preços das commodities e dos fluxos de capitais nos governos do PT, brevemente interrompido pelos efeitos da crise mundial e largamente compensado em seguida pelas políticas anticíclicas de investimentos públicos, subsídios e ampliação do crédito estatal, vai se exaurindo a partir de 2011, quando o país depara-se com a “deterioração das condições externas devido à desaceleração do volume do comércio mundial e dos fluxos de capitais e à queda dos preços das commodities” (FRITZ et all, 2017, p. 210). O PIB que havia acumulado taxas de crescimento expressivas entre 2004 e 2011- excetuando-se a queda em 2009 -, se comparado às duas décadas anteriores, não recuperou mais a partir de então os números daqueles anos. O resultado próximo de zero em 2014 passou a ser negativo nos dois anos seguintes. Consequentemente, a arrecadação em relação ao PIB, impulsionada pelos

interna e dos títulos externos em que as reservas se materializam) de R\$ 183,691 bilhões. O custo do swap cambial foi de R\$ 89,657 bilhões (Ibidem)”.

²⁷⁶ Entre 2003 e 2012, a participação percentual dos fundos variou entre no mínimo 72,26% (2012) dos títulos e no máximo 88,64% (2006), as empresas não financeiras chegaram a possuir, anualmente, no mínimo 10,44% (2005) e no máximo 18,64% (2009) dos títulos, bem acima das empresas financeiras, que variaram entre 0,11% (2006) à 12,42% (2012), as famílias tiveram uma participação percentual mínima de 0,29% (2004, 2006) e máxima de 1,30% (2012) nos títulos públicos (BRUNO; CAFFÉ, 2015).

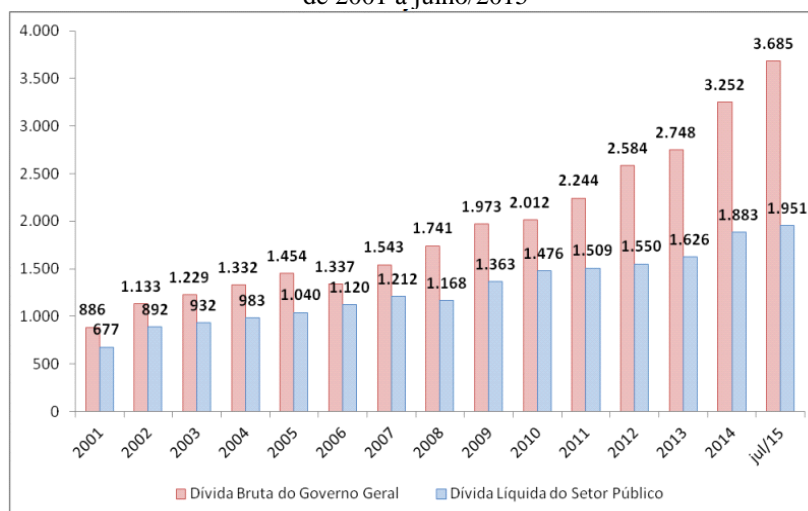
efeitos do “boom”, retrai em 2012 e mais abruptamente em 2014, atingindo em 2016 os níveis do ano 2000. O superávit fiscal primário, que sofrera uma primeira queda em 2009 e seguia nos menores patamares desde 2002, transforma-se em déficit em 2014. A redução da participação das indústrias no PIB, ainda mais alijadas na competição internacional pelo câmbio valorizado, e as desonerações fiscais tiveram peso substancial na redução das receitas. Importante mencionar que o setor privado não respondeu aos estímulos do governo, sobretudo em desonerações fiscais, impelindo-o a novas rodadas de desonerações e investimentos públicos. As despesas estatais, que cresceram quase continuamente ao longo de todo o período de 2003 – 2016, saindo de 15,2% para 19,4% de um PIB que também se expandia, foram reduzidas entre os anos de 2013 – 2016 às menores taxas de crescimento daqueles anos, mesmo assim o país deparou-se com uma crise fiscal. No caso dos investimentos do setor público ligados à formação bruta de capital fixo na relação com o PIB, o governo reduziu o montante em 2011 e, em seguida, no ano de 2014, mas procurou livrar os investimentos do PAC, da Petrobrás, da Eletrobrás e do MCMV/FAR do ajuste fiscal; esse último teve um importante papel na manutenção dos investimentos do governo, afirmam Dweck e Teixeira (2017), crescendo até 2014 como proporção do PIB. Ainda no âmbito das despesas, as transferências de renda para as famílias – salário mínimo e programas assistenciais - mantiveram-se em crescimento até 2016 e os subsídios via crédito do FGTS no MCMV, que teve aumento considerável a partir de 2013, caiu em 2016 na relação com o PIB (Ibidem, 2017). Esses investimentos do FAR, através do OGU, e do FGTS e seus subsídios asseguraram a continuidade da produção habitacional no país já em um momento de crise; o aumento da produção para a baixa renda em relação ao médio e alto padrão era parte dos esforços públicos para conter a recessão e assegurar a produção imobiliária.

Nesse cenário de retração econômica do país, a desvalorização do real, a queda do PIB, a retração das receitas, incluindo o superávit fiscal, e o aumento do prêmio de risco exigido pelos capitais, elevando o custo do crédito - os juros cobrados no mercado de capitais e os juros domésticos –, impediam que as operações normalmente realizadas para o financiamento do Estado ocorressem sem sobressaltos no endividamento público. A conjuntura que permitiu conter parcialmente o endividamento do Estado se esvaiu e as suas dívidas interna e externa²⁷⁷, bruta e líquida, subiram em montantes absolutos, como observável no gráfico abaixo, e em relação ao PIB. A dívida pública bruta que mantivera certa estabilidade na relação com o PIB

²⁷⁷ A dívida pública externa, que é aquela emitida por contratos ou emissão de títulos no mercado internacional e em moeda estrangeira, em sua maioria dólares, tem aumentos constantes a partir de 2011, saindo de R\$ 108 bi para R\$ 234 bi em julho de 2015 (DIEESE, 2015, p. 7-9).

entre 2006 e 2008, em torno de 56%, e havia recuado em 2010, mantendo uma oscilação até 2013 entre 51,3% e 53,8%, dá um salto a partir de 2014 para 56,3% e 65,3% em 2015. Sem os superávits primários para resgatar as dívidas no mercado interno e externo, as emissões líquidas cresceram para financiar os resgates, a rolagem e as contas governamentais. Isso não significa que o governo não emitia dívida durante esses anos, mas que os mecanismos de compensação não foram mais suficientes para controlá-la. Com a queda no PIB, aumentou o peso da manutenção das reservas cambiais, do custo financeiro da dívida pública, principalmente com os juros, e das emissões de títulos de dívidas para sustentar o investimento público através do BNDES, crucial para as políticas anticíclicas, a expansão do crédito e a reestruturação das empresas, inclusive em decorrência do uso especulativo com os derivativos cambiais (BANCO, 2018; DWECK; TEIXEIRA, 2017; PAULA; PÍRES, 2017).

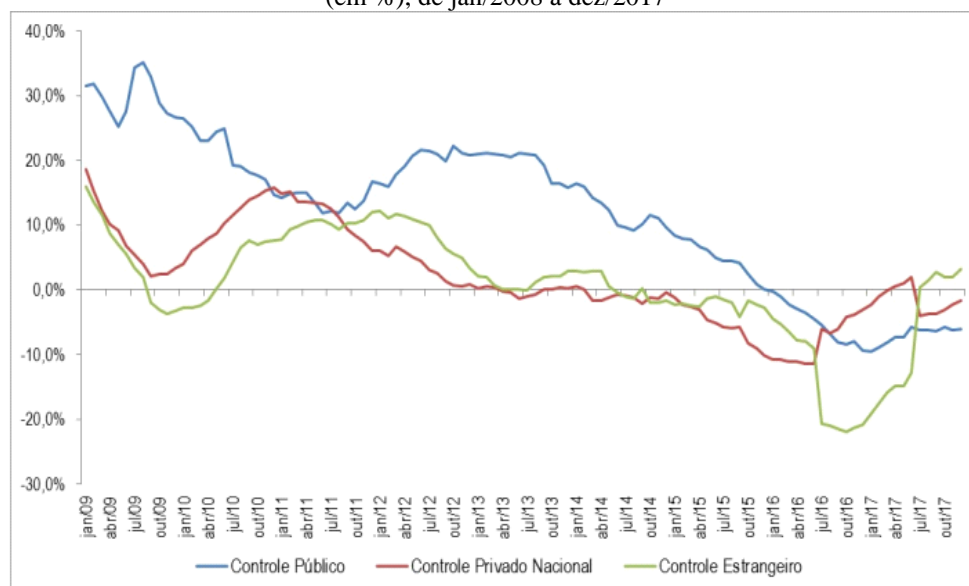
Gráfico 35: Dívida bruta do governo federal e dívida líquida do setor público (em R\$ bilhões), de 2001 à julho/2015



Fonte: BCB (DIEESE, 2015, pg. 7).

Frente à desaceleração e à recessão econômica do país, buscarei esboçar o movimento oposto ao anterior, o de estagnação e retração do crédito em geral e dos capitais disponíveis para financiar a expansão do consumo e da produção habitacional. Nessa direção, o saldo total das operações de crédito no Brasil registra um recuo de 11% no final de 2017 se comparado com janeiro de 2014, queda marcada, sobretudo, pelo financiamento às empresas, enquanto à pessoa física houve pequeno recuo e estabilização. Os bancos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, reduziram as taxas de expansão da concessão de empréstimos até se tornarem negativas, como pode ser observado no gráfico abaixo. Os saldos das operações com recursos livres caíram 7% e dos recursos direcionados 4,2%, incluindo o crédito à habitação. O saldo total que era de 50,5% do PIB em janeiro de 2014, cai para 47,1% em dezembro de 2017 de um PIB já em queda (Ibidem).

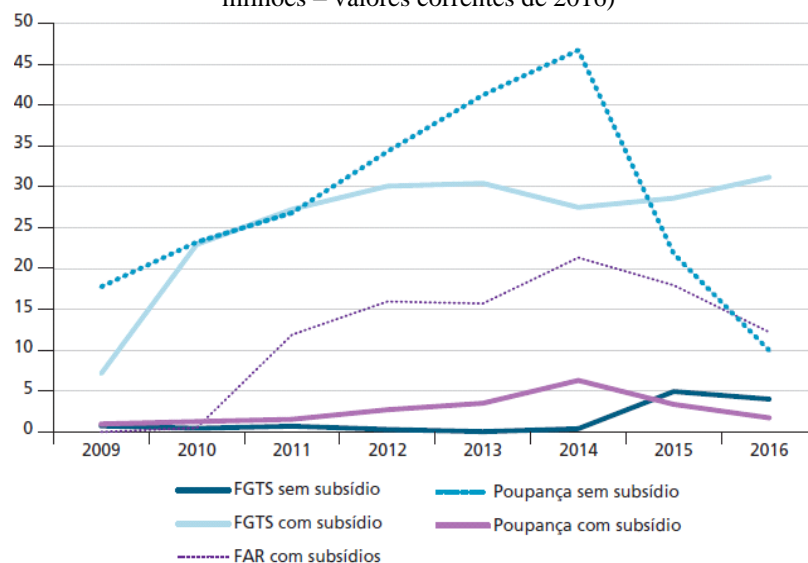
Gráfico 36: Taxa de crescimento real* acumulado em 12 meses das operações de crédito por controle de capital (em %), de jan/2008 à dez/2017



Fonte: BCB (DIEESE, 2018, p. 24). *Deflator IPCA-IBGE

O crédito direcionado para a aquisição e financiamento imobiliário também recuou mais intensamente para as empresas e manteve-se estável para a pessoa física, em razão dos desembolsos do FGTS e seus subsídios (DIEESE, 2018), como pode ser visualizado no gráfico abaixo. Esse fundo continuou expandindo o financiamento em valores nominais – não foi possível verificar a relação desse crescimento com o PIB -, embora em 2016, pela primeira vez desde 1997 - ano a partir do qual os dados estão disponíveis -, tenha havido queda nominal e real na sua arrecadação. A captação líquida (depósitos x saques) também foi a menor desde 2009. Ambos os movimentos se explicam, segundo relatório da empresa Uqbar, pelo aumento do desemprego e, conseqüentemente, dos saques (2017, p. 28).

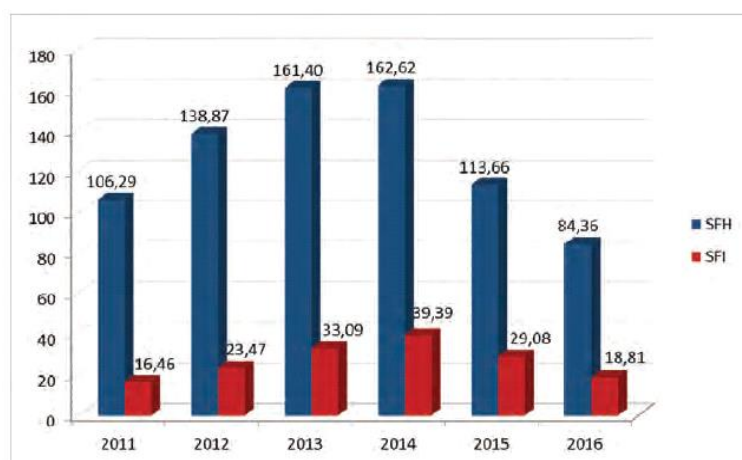
Gráfico 37: Evolução dos subsídios e origens do financiamento do crédito imobiliário (2009-2016) (em R\$ milhões – valores correntes de 2016)



Fonte: CEF (FIORAVANTE; FURTADO, 2018, p. 213).

Já o financiamento via SBPE, com recursos da poupança, passou a declinar em termos nominais a partir de 2014 (UQBAR, 2017, p. 40). Segundo relatório da Uqbar, desde então houve queda real nos depósitos, aumento dos saques (Ibidem, p. 35-6) e retração da demanda por empréstimos, resultado do desemprego e da queda da renda (Ibidem, p. 39). Os depósitos e estoques em LCIs, que junto à poupança são as fontes bancárias de financiamento imobiliário, também caíram em 2016 pela primeira vez, depois de forte e contínua expansão desde 2006 (Ibidem, p. 35-6). No contexto econômico de queda da renda, inadimplência, vacância e desemprego, interpreta o relatório, a falta de demanda por crédito imobiliário levou à falta de lastro para as emissões de LCIs. Os investidores também estariam reticentes quanto a emprestar os recursos (Ibidem, p. 45-6). O montante total dos financiamentos imobiliários concedidos no Brasil, tanto no âmbito do SFH, quanto no SFI, esse último também dependente dos recursos públicos, recuou a partir de 2014, como demonstra o gráfico. Observa-se então, em que pese os dados referirem-se apenas aos financiamentos concedidos pela CEF (FGTS e FAR), decréscimo no número total de unidades financiadas, que ficaram acima de um milhão por ano entre 2012 e 2014 e caíram progressivamente nos anos seguintes, queda essa ilustrada na tabela abaixo.

Gráfico 38: Financiamentos imobiliários do SFH e do SFI (2011-2016) (em R\$ bilhões)



Fonte: BCB (FIORAVANTE; FURTADO, 2018, p. 214).

Tabela 12: Valor do financiamento e unidades produzidas (2009-2016)

Ano	Unidades	Porcentagem	Valor (R\$ milhões de 2016)	Porcentagem
2009	453.822	6,8	53.377	6,5
2010	601.266	9,0	78.227	9,5
2011	845.582	12,6	102.151	12,5
2012	1.007.303	15,0	124.336	15,2
2013	1.015.007	15,1	135.475	16,5
2014	1.035.193	15,4	143.185	17,5
2015	937.887	14,0	100.412	12,2
2016	816.305	12,2	83.075	10,1
Total	6.712.365	100,0	820.238	100,0

Fonte: BCB (FIORAVANTE; FURTADO, 2018, p. 212).

A redução do saldo de crescimento do financiamento da casa própria e em termos absolutos vem acompanhada do aumento da proporção do endividamento das famílias com esse bem em relação às suas dívidas em geral, resultado do aumento da disponibilidade de crédito dos anos anteriores. Segundo pesquisa de conjuntura trimestral do IPEA sobre crédito (IPEA, 2017), em 2008 aproximadamente 15% das dívidas das famílias correspondiam ao crédito habitacional, sendo que em setembro de 2017 essa fração havia saltado para 45%²⁷⁸. O percentual de atraso – entre 15 e 90 dias - nas carteiras de crédito direcionados, que inclui o financiamento imobiliário, aumentou constantemente desde meados de 2014, chegando a 8,3% de dívidas atrasadas em setembro de 2017; esse percentual de atraso é superior ao dos recursos livres, que a partir de 2015 se tornaram menores que o de recursos direcionados e atingiram em setembro de 2017 4,8% da carteira de crédito. O endividamento com o crédito habitacional atingiu o pico de 19,1% da renda anual das famílias em 2015 e depois se manteve estável nos próximos cinco anos. Apesar disso, a inadimplência, considerada como o atraso acima de 90 dias, manteve-se variando entre 1,5% e 2,1% ao longo dos meses dos anos de 2015 à setembro de 2017; no caso dos recursos livres, a variação ocorreu no intervalo de 5,2% e 6,3% da carteira de crédito (IPEA, 2017, 2020). Esses dados sobre a inadimplência com os recursos direcionados contrastam com o aumento das retomadas de imóveis, como apresentarei abaixo, talvez porque após esse recurso dos bancos os clientes não são mais contabilizados como inadimplentes. De acordo com o relatório trimestral da Abrainc – Fipe (Associação Brasileira de Incorporadoras

²⁷⁸ A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada mensalmente no município de São Paulo com cerca de 2.200 consumidores, registra uma elevação na proporção do endividamento da casa própria em relação à dívida total das famílias a partir de 2013 em diante, saltando de 2,3% e 4,7% nos dois anos anteriores para 8,9%, 14,1%, 12,7%, 10,5% e 11,3% em 2017. O indicador que mais chama a atenção nessa série de dados é o número crescente de famílias que dizem não ter condições de pagar as suas dívidas em geral a partir de 2015. Disponível no site: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>.

Imobiliárias – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) de dezembro de 2017, houve uma queda abrupta da atratividade do financiamento imobiliário – prazos reduzidos e juros em alta -, do emprego e da massa salarial entre os anos de 2015 e 2016, levando a uma contração contínua da demanda.

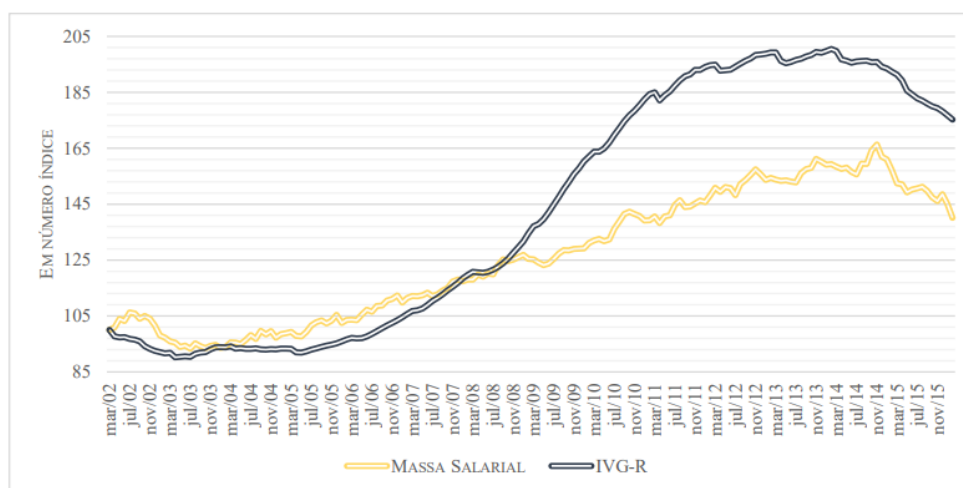
Enquanto a capacidade de consumo das famílias encolhia e a necessidade das empresas melhorarem a lucratividade e os resultados crescia, o programa MCMV reduziu a oferta de imóveis para a faixa 1, onde o chamado déficit habitacional estava concentrado, elevando a produção na Faixa 2, e criou, em 2016, uma faixa intermediária, a chamada faixa 1,5. Pereira (2019, p. 158) demonstra que, sobretudo com o aprofundamento da crise e após a queda dos governos do PT, as famílias mais pobres foram preteridas em prol do Faixa 2 e 3; essas três faixas mencionadas eram o nicho preferido de atuação das grandes incorporadoras/construtoras, afirma Shimbo (2020, p. 58). Ambas as medidas iam de encontro com as reivindicações do empresariado pelo aumento do preço dos imóveis a serem financiados dentro do programa e, segundo essa autora, a Abrainc foi fundamental para garantir tal arranjo. De acordo com Santos (2013, p. 259-261), a expansão territorial e por segmentos, sobretudo para as camadas de renda mais baixa, se mostrou insustentável no longo prazo, um “fundo falso” de caráter especulativo mantido com o emprego do fundo público.

A partir de então, houve uma forte polarização entre as empresas que mantiveram o foco quase exclusivo no MCMV e aquelas que voltaram para a média e alta renda (p. 78). Nesse cenário, Miotto e Penha Filho (2017), a partir de dados da Abrainc, demonstram que, entre 2015 e agosto de 2018, as habitações do MCMV corresponderam a uma média de 75% dos lançamentos, 57% das vendas e 36% dos distratos – devoluções -; para os autores, esse último é um número baixo, embora não contabilize as retomadas e despejos. Segundo reportagem da Folha de São Paulo de 2018, diante da garantia da demanda do MCMV e da segurança contra os distratos para as empresas, uma vez que as unidades vendidas transferem o morador diretamente para o banco, a Cyrela voltou a atuar no programa e a Eztec deu início a operações para o segmento de renda atendido pelo MCMV na tentativa de compensarem as suas perdas (GIGANTES, 2018).

Outro dado importante em relação a essa demanda, referida como popular e econômica, diz respeito às transferências constantes dos seus parcos ganhos para os imóveis através do aumento dos seus preços, inclusive na crise. Como se viu acima, desde o período de aumento do emprego, de valorização do salário mínimo e da renda da classe trabalhadora os preços dos imóveis se ampliaram em uma velocidade muito maior do que a massa salarial. Com isso, boa parte desses ganhos da força de trabalho e dos recursos públicos eram absorvidos pelos preços

crecentes. Na crise, esse movimento continuou, só que a apropriação de frações do salário ocorria sobre uma força de trabalho cada vez mais endividada, desempregada e de uma massa salarial que encolhia – desde o seu pico de crescimento, que, todavia, era inferior ao ápice dos preços dos imóveis -, como podemos observar no gráfico abaixo. De acordo com Pereira, enquanto aumentava a dificuldade de financiar um imóvel nesses altos patamares de preço para a população mais empobrecida, esses ativos, considerados mais seguros, e os fundos que os tinham como objeto continuavam sendo uma boa oportunidade de ganhos. Igualmente, os aluguéis, que caíram durante a crise, mantiveram-se ainda assim elevados, oferecendo excelentes retornos para os proprietários de imóveis, ao mesmo tempo em que comprometia partes cada vez maiores do salário em queda. Esse ônus excessivo com os aluguéis passa a ser, como mencionado acima, o principal elemento do chamado déficit habitacional.

Gráfico 39: Evolução da massa salarial e IVG-R em termos reais e em número índice (mar/2002 = 100), de 2001 à 2016



Fonte: IBGE/BCB (PEREIRA, 2019, p. 160).

A queda na demanda, resultante da inflexão na curva da expansão permanente do crédito, da piora nas condições de financiamento, da contração da renda e do aumento no desemprego, refletiu na queda das vendas²⁷⁹, no aumento dos estoques, nos distratos, nos despejos e retomadas pelos bancos. Em 2015, quinze companhias de capital aberto possuíam R\$ 30,5 bi de imóveis a serem vendidos, que levariam, mantido o ritmo de vendas desse mesmo ano, 18 meses para serem realizados no mercado (HUDSON, 2016, p. 6); Even, Gafisa e PDG teriam imóveis prontos e em construção suficientes para dois anos de venda e a Rossi para cinquenta meses (CONSTRUÇÃO, 2015). Nesse mesmo ano, seis entre as treze companhias de capital aberto não lançaram nenhum empreendimento, procurando acabar com os imóveis de anos anteriores; “[...] anos de euforia levaram a um excesso de ofertas em algumas grandes

²⁷⁹ Segundo a pesquisa de Lima et al. envolvendo 17 empresas de capital aberto, entre os anos de 2010 e 2015, houve, em média, queda nas vendas líquidas de 2011 em diante (2017, p. 205).

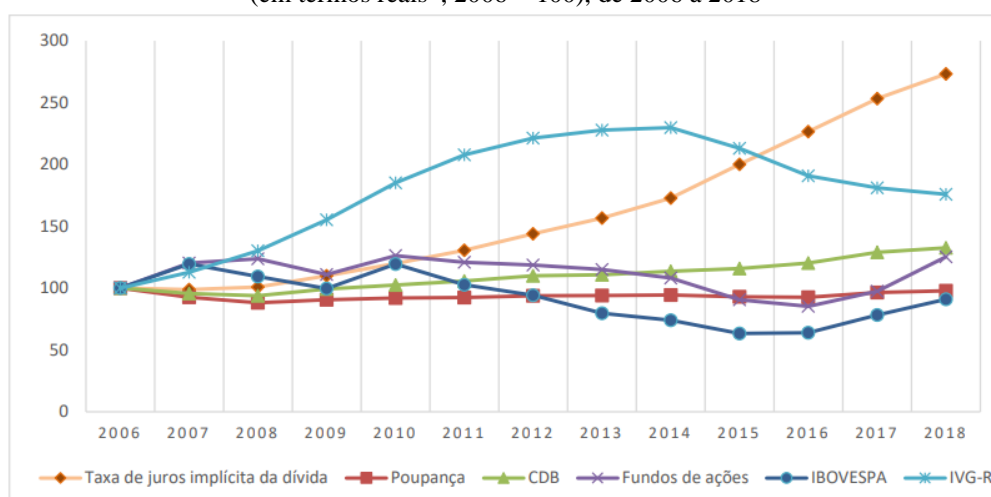
idades – e, em consequência disso, uma paradeira geral nos lançamentos”. Os descontos praticados por elas para acelerar as vendas, que chegavam à 50% no preço dos imóveis, geraram outro problema, pois desencorajavam a continuidade dos pagamentos dos antigos clientes, já que as novas casas estavam sendo entregues valendo menos do que muitos consumidores assinaram no ato da compra, motivando novas desistências, segundo reportagem da Revista Exame (CONSTRUÇÃO, 2015). No ano de 2017, apesar da queda dos lançamentos ser mais acentuada do que das vendas, os estoques ainda continuavam maiores do que nos três anos anteriores. A reportagem do G1 explica que não houve retomada no número de lançamentos porque ainda havia excesso de oferta, demanda fraca e preços em queda (CONSTRUÇÃO, 2017). No tocante às devoluções, em meados de 2015 estimava-se que o prejuízo em decorrência desse fator deveria girar em torno de R\$ 7 bilhões (CONSTRUÇÃO, 2015). Segundo outra reportagem da Exame, “Um levantamento da agência de classificação de risco Fitch Ratings mostra que 36% dos imóveis em construção foram devolvidos em 2015, um recorde. O volume de desistências — chamados de distratos no jargão do setor — chegou a 6,5 bilhões de reais no ano passado e preocupa”, segundo a Fitch, por “pressionar o fluxo de caixa das empresas” (25 MIL, 2016). Mioto e Penha Filho (2019, p. 44-5) afirmam que os distratos estavam entre os principais problemas enfrentados pelas empresas, isso porque “[...] a possibilidade de devolução dos apartamentos antes da entrega das chaves impacta no caixa dessas empresas e amplia seus estoques e problemas de realização da produção e manutenção dos preços, já pressionados pela retração das vendas”. Em seu estudo comparativo entre a PDG, a Gafisa, a Cyrela e a MRV, eles apontam para o aumento contínuo, do ano de 2014 até 2017, dos estoques de curto prazo (imóveis prontos), o que quer dizer aumento das devoluções; a exceção é a MRV, pois dependia quase inteiramente dos fundos públicos e semi-públicos que, mesmo em queda, garantiam as suas vendas. Nesse caso, a participação da MRV no MCMV²⁸⁰, quando comparada ao total das empresas de capital aberto foi, entre os anos de 2012 e o nono mês de 2015, respectivamente de 63%, 84%, 70% e 69% (MIOTO, PENHA FILHO, 2017, p. 15).

Pereira (2019) escreve que há algumas hipóteses, na bibliografia por ela consultada, que explica o aumento dos distratos nos imóveis de alto e médio padrão como sendo o reflexo da queda nos seus preços e da conseqüente retirada dos investimentos no setor para alocação em

²⁸⁰ “Depois do lançamento do MCMV, a empresa não mais divulgou seus dados de vendas por linhas de produto, apenas a porcentagem de vendas contratadas por fonte de financiamento, FGTS e SBPE. Em 2009, 76% das vendas contratadas foram pelo FGTS passando para 82% em 2014, até alcançar 96% em 2018. Ou seja, quase a totalidade das vendas foram financiadas pelo FGTS via programa MCMV (SHIMBO, p. 2020, p. 161)”.

outros ativos mais lucrativos. Segundo a autora, até 2014 o IVG-R, índice usado por ela para aferir os preços dos imóveis, apresenta uma rentabilidade muito mais elevada do que outras aplicações financeiras. No gráfico a seguir, observa-se nesse mesmo ano uma variação positiva mais acentuada nos juros implícitos da dívida brasileira – esse custo para o Estado é uma média dos juros nominais da dívida –, enquanto o IVG-R entra em queda; no ano seguinte, aquela variação dos juros da dívida pública ultrapassariam o aumento no preço dos imóveis.

Gráfico 40: Evolução das aplicações financeiras e taxa de juros implícita da dívida em número índice (em termos reais*, 2006 = 100), de 2006 à 2018

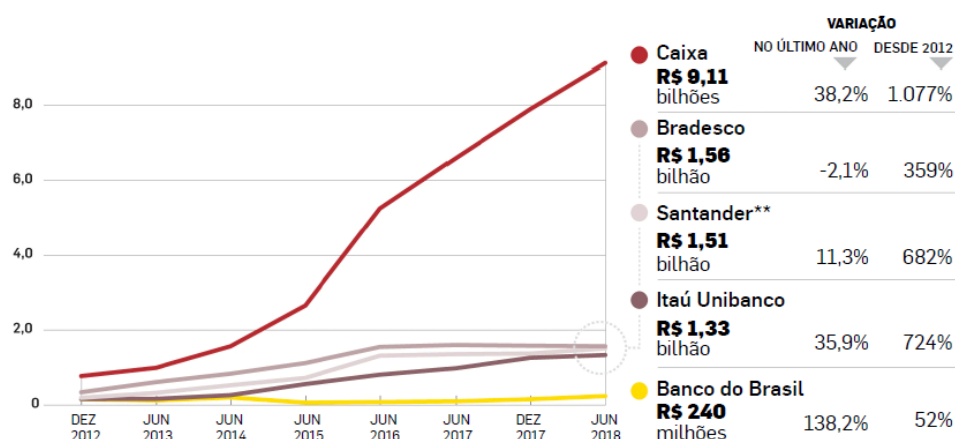


Fonte: BCB (PEREIRA, 2019, p. 148). *Deflator implícito IPCA

Retomando o tema da inadimplência com o financiamento imobiliário, segundo reportagem de agosto de 2018 do jornal o Estado de São Paulo (BANCO, 2018), desde 2014 até essa data, as cinco maiores instituições bancárias do país – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander – haviam retomado R\$ 11,5 bilhões em imóveis por falta de pagamento, correspondendo, de acordo com estimativas do setor, em torno de 70 mil imóveis. Esses bancos possuíam um estoque recorde de R\$ 13,7 bilhões em imóveis, sendo que naqueles quatro anos e meio houve um crescimento de 745%. Conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo, a Caixa soma de longe o maior número de unidades retomadas. Isso significa que ao mesmo tempo em que ela financiava e garantia a maior parte da demanda das construtoras através dos fundos públicos e semi-públicos nos anos de crise, retomava e despejava a maior parte dos moradores. Ainda segundo a reportagem, os bancos procuravam renegociar a dívida para não ter que arcar com os custos do calote e do imóvel em seus balanços, por isso o crescimento das renegociações e de diversas estratégias, incluindo a possibilidade de suspender os pagamentos por alguns meses, porém quando isso não é possível se esforçam para despejar os clientes rapidamente para reduzir os indicadores de inadimplência, pois a operação deixa de ser considerada um calote para virar ativo do banco; o elevado volume de imóveis reduz a capacidade para oferecer novos créditos e ainda pode pressionar o preço dos imóveis

para baixo, colocando em dúvida a capacidade do banco de receber o que foi emprestado. Esses riscos acabam por contrariar o que foi considerado outrora como uma das fronteiras a explorar do crédito ao consumidor pelos bancos.

Gráfico 41: Despejos e retomadas (estoque de imóveis de posse dos bancos*)



Fonte: O Estado de São Paulo (BANCO, 2018). *Imóveis não de uso próprio declarados

**Inclui veículos

Na mesma direção, o relatório da FIPE (2020) sobre o Estado de São Paulo encomendado pela Abrainc demonstra o número crescente de execuções extrajudiciais iniciadas desde 2012 até 2016 para a retomada dos imóveis pela via da alienação fiduciária, ao mesmo tempo em que encolhia o número de registros de imóveis por essa via de garantia a partir de 2014, provavelmente pela redução nos lançamentos. As consolidações, que consistem na etapa que permite anunciar o imóvel em leilões para a recomposição do saldo devedor, também aumentaram. De 2014 a 2016, por exemplo, o número de registros de alienação fiduciária caiu de 226.733 para 178.714, enquanto o de execuções extrajudiciais iniciadas foram de 41.796 para 107.543 e de consolidações saiu de 2.800 imóveis para 8.531 moradias²⁸¹.

Interessante notar que mesmo após os esforços para enquadrar o maior número possível dos sujeitos que compunham o chamado déficit habitacional como consumidores endividados da casa própria, grande parte dessas pessoas, ou melhor, a principal faixa de renda sem habitação ou morando em condições inadequadas, permaneceram longe de terem as suas necessidades atendidas pelas construtoras/incorporadoras ou pelos agentes públicos. Segundo raciocínio de Shimbo (2020, p. 188-192) a partir de dados estatísticos para a Região

²⁸¹ O relatório, porém, relativiza o número de consolidações que, apesar de crescentes, ainda seriam pequenas frente ao total de registros: embora o número de execuções extrajudiciais iniciadas tenha crescido mais que o número de registros de alienação fiduciária entre 2014 e 2018 (fenômeno que pode ser relacionado, em boa medida, ao agravamento da crise econômica que se abateu sobre o país nesse período), o número médio de consolidações em todo o horizonte analisado (2012-2020) correspondeu a apenas 5,9% do total de execuções extrajudiciais iniciadas no período, por um lado, e a apenas 2,0% do número de registros de alienação fiduciária, por outro – proporções que podem ser classificadas como pouco significativas diante do volume de operações formalizadas no mercado imobiliário paulista (FIPE, 2020, p. 13).

Metropolitana de São Paulo e o seu principal município, as pessoas ou famílias sem salário ou que ganham até três salários mínimos tiveram menos unidades habitacionais voltadas ao seu consumo durante a primeira e segunda fase do MCMV do que na década anterior ao programa²⁸². “Isso porque a produção do programa se concentrou justamente na modalidade ofertada pelas empresas construtoras. Se somarmos a produção das Faixas 2 e 3, temos uma participação de 66% do total contratado (p. 191)”. Boa parte do estoque de moradias continuou sendo o resultado da autoconstrução, sem falar no crescimento da população de rua em São Paulo durante a vigência das duas primeiras fases do programa (p. 192).

No que diz respeito ao funcionamento das empresas de capital aberto, a partir de 2010 e estendendo-se pelo ano de 2012 encontramos várias declarações e reflexões nas revistas consultadas e apresentadas no primeiro capítulo sobre a perda de controle dos seus canteiros de obras. Muito do esforço anterior para aproveitar as oportunidades das fronteiras recém abertas desaguou em prejuízos, estouro dos custos, queda nas margens de retorno, atrasos, estoques e no endividamento excessivo. As principais explicações para os péssimos resultados das empresas, encontradas nos materiais empíricos sintetizados no primeiro capítulo, centraram-se nas pressões do setor financeiro sobre o produtivo e nos desajustes causados pela rápida expansão e crescimento dos canteiros de obras. Na tentativa de reverter o quadro e melhorar os rendimentos, muitas prescrições indicavam: a criação de novas fontes de crédito aos consumidores - tendo em vista o esgotamento da poupança e do FGTS - e a ampliação do endividamento em crédito imobiliário como fração do PIB - descartando os rumores de uma possível bolha, em que os preços e as vendas em alta estariam acima da "real" capacidade de consumo da população – a fim de ampliar e sustentar a demanda; a necessidade de aumentar os preços dos imóveis do MCMV para melhorar os resultados das empresas; o aumento da produtividade como saída para a escassez de força de trabalho e melhora dos resultados das empresas. Uma mistura de ampliação de demanda combinada com maior capacidade de suportar preços mais elevados e novos desenvolvimentos das forças produtivas para reduzir os custos e tornar mais eficiente a produção.

Enquanto algumas discussões atinham-se às possíveis reestruturações e projetavam, novamente, um crescimento mais racional das empresas, se voltarmos os olhos para certos dados nessas mesmas fontes, nota-se que todo o ciclo de crescimento e as reestruturações das

²⁸² Sobre os dados consultados por Shimbo (2020) para a Região Metropolitana de São Paulo, entre 2009 e 2013, da produção do MCMV: “Além de não atender satisfatoriamente o déficit concentrado na Faixa 1, o MCMV produziu habitação de interesse social num ritmo bastante inferior à década anterior: foram produzidas aproximadamente 7.300 unidades por ano, enquanto foram 10.500 unidades/ano, entre 2000 e 2009. Isso porque a produção do programa se concentrou justamente na modalidade ofertada pelas empresas construtoras (p. 191)”.

empresas estão enquadradas dentro daquela conjuntura de capital fictício, que simulou o crescimento do setor e o neodesenvolvimentismo do Estado-Nação brasileiro. Aproveitando o ensejo nunca antes visto, as grandes incorporadoras/construtoras do país engrenaram um movimento no qual os resultados das empresas ficaram muito aquém do que se esperava com a alavancagem através da capitalização e do endividamento. Projetava-se, lançava-se e construía-se sem que os rendimentos pudessem suprir a necessidade cada vez mais voraz de crédito.

Observando essa recente conjuntura da construção habitacional, Mioto e Penha Filho²⁸³ (2017, p. 5) dividem o período em dois: de 2006 – 2011, aceleração da produção e transformação das estruturas empresariais; 2012 – 2015, declínio da atividade e esfacelamento do padrão vigente; esse último marcou os limites da concentração e da centralização dos capitais no setor imobiliário, segundo os autores. Desde 2013, interpreta Gonçalves (2015), “nuvens escuras” teriam fechado o horizonte e encerrado a “Era de Ouro” da construção habitacional. Para Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Construção), “Essa é a pior crise que o setor já teve. Nessa, a queda foi abrupta”, “Uma coisa é você estar caminhando e tropeçar. Outra, é você estar correndo e tropeçar. O tombo é muito maior” (CONSTRUÇÃO, 2017).

Em estudo sobre a queda da rentabilidade das empresas não financeiras no Brasil, que se agrava sobretudo a partir de 2014, Almeida, Novais e Rocha (2016) alegam que o principal fator responsável foi o aumento das despesas financeiras. A piora das condições de financiamento, a alta taxa de juros e a desvalorização cambial – elevando as despesas em dólar – ampliaram os montantes que as empresas precisavam pagar pelas suas dívidas, por isso as despesas financeiras²⁸⁴ cresceram mais rapidamente que as outras despesas operacionais. O

²⁸³ Mioto e Penha Filho estão preocupados com a dinâmica da acumulação do capital, porém consideram nesse processo histórico a valorização do valor um pressuposto inquestionável. A principal característica do período atual, segundo essa perspectiva, é a determinação do capital fictício sobre o espaço brasileiro, isto é, financeirizando a lógica de operar das grandes empresas de capital aberto. Essa lógica das finanças exacerba uma característica histórica do mercado imobiliário no Brasil que é a valorização patrimonial e rentista, mas agora servindo para valorizar os ativos financeiros das empresas. A forma de avaliar as empresas em função dos resultados financeiros, promovida pelos gestores de fundos e corretoras de investimento de olho na valorização dos ativos sobre as expectativas futuras, ampliaram a apropriação externa de renda, incluída a da terra, a compra de terrenos e o aumento dos preços, generalizando por várias áreas a lógica especulativa do setor imobiliário, interpretam os autores. A produção e o consumo passam a se submeterem à circulação do capital na forma mais abstrata, que é a valorização do capital na forma geral do dinheiro, muito mais especulativa e instável. Nessa direção, quando veem a queda sucessiva na receita operacional, principalmente a partir de 2012, interpretam do modo mais evidente: queda na valorização do capital nas atividades da construção. Ambos concebem que a entrada de capital financeiro é imprescindível para o boom habitacional e o neodesenvolvimentismo do PT, mas não se perguntam se os preços em ascensão e o crédito/dívida podem estar simulando resultados que não teriam mais relação com o crescimento promovido pela valorização do valor.

²⁸⁴ A sondagem de 2016 (CNI, 2016) aponta piora nas condições de financiamento para a totalidade das indústrias: 53% das indústrias que renovaram o crédito, fizeram em condições piores; 35% das empresas que procuraram contratar ou renovar crédito para o capital de giro não conseguiram, 40% conseguiram apenas parte do valor solicitado. Entre as principais dificuldades para solicitar o crédito estão as elevadas taxas de juros, a exigência de garantias reais e os prazos curtos. As principais finalidades do crédito para capital de giro eram: pagar fornecedores

encolhimento dos lucros, relacionado também com “[...] a menor capacidade de as empresas repassarem aos preços as elevações de custos por conta da queda da demanda doméstica [...] (p. 8)”, e a menor disponibilidade de capitais próprios ampliava a necessidade das empresas se endividarem para continuarem a se reproduzir. A construção civil estaria, segundo os autores, entre os setores mais prejudicados com o aumento da alavancagem e das despesas financeiras. Enquanto caíam os lucros retidos e os pagamentos de dividendos para um total de 126 empresas de capital aberto do país, entre 2013-2015, aumentava a “[...] participação das empresas financeiras na apropriação do valor adicionado nas atividades industriais durante o período (p. 18)”.

Na construção civil, a Sondagem Especial da Indústria da Construção de janeiro de 2015 apresenta um quadro de deterioração no endividamento e nas condições de tomada do crédito das incorporadoras e das construtoras em relação à mesma pesquisa de 2012. Na amostragem, 36,9% das empresas declararam estar acima ou no limite do endividamento e 51,3% das empresas enfrentaram dificuldades para obter crédito - entre as razões foram citadas custo elevado, falta de linhas adequadas, falta de crédito disponível, prazos mais curtos, etc (CNI, 2015). Ao analisar a média da qualidade do passivo das incorporadoras/construtoras de capital aberto, Penha Filho (2018) aponta para uma piora com o passar dos anos, considerando o período de 2010 à setembro de 2017. Isso porque há uma queda nos empréstimos de longo prazo a partir de 2014, que até essa data tinha ritmo crescente, e uma redução mais acentuada das debêntures de longo prazo de 2012 em diante. A proximidade do volume dos empréstimos e debêntures de curto prazo com essas mesmas fontes de longo prazo na participação total da dívida indica, segundo o autor, uma piora da atividade econômica e nas projeções de crescimento, assim como o recurso ao endividamento para quitar as dívidas anteriores que venciam. Lima et al. (2017, p. 204) também chegam ao resultado de que houve aumento paulatino nas dívidas de curto prazo em relação ao seu total, ao interpretarem os dados de dezessete empresas da construção habitacional de capital aberto entre 2010 e 2015. Analisando a “liquidez corrente” - indicador da “[...] saúde financeira da empresa no curto prazo a partir da relação entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante [...]”- de dezesseis incorporadoras/construtoras de capital aberto, segundo dados de 2016, Campos e Oliveira (2018) demonstram que, naquele ano, dez empresas não teriam condições de honrar todas as

(35%) e refinar ou pagar dívidas anteriores (24%). Na indústria da construção, desde 2013 o índice que mede a facilidade de acesso ao crédito para esse ramo da produção caiu ininterruptamente, expressando o aumento da dificuldade em conseguir crédito.

suas obrigações, sugerindo a necessidade de captarem recursos de terceiros para sanar os débitos.

Embora Miotto e Penha Filho (2019a), ao se debruçarem sobre os demonstrativos financeiros da Gafisa, MRV, Cyrela e PDG, entre os anos de 2010 e setembro de 2017, apresentem uma desalavancagem progressiva e uma redução nas despesas financeiras das três primeiras empresas se comparadas ao pico de anos anteriores²⁸⁵, Penha Filho (2018, p. 13), em outro artigo, demonstra que no conjunto das empresas de capital aberto o endividamento sobre recursos próprios atinge o maior pico entre 2016-2017 e o pagamento com juros - o passivo oneroso, relativo aos financiamentos e empréstimos, diferente do passivo de funcionamento (impostos, salários, etc.) – voltou a crescer entre esses anos, respectivamente 51% e 61% do total dos pagamentos realizados, depois do seu pico de 67% em 2014 seguido da queda de 49% para 2015. Lima et al. (2017), ao abordar dezessete empresas da construção habitacional de capital aberto por um período mais curto, entre 2010 e 2015, vê a média do endividamento sobre capital próprio atingir o pico em 2014, seguido de elevada queda em 2015²⁸⁶, sendo esse consumo de capitais de terceiros acompanhado de um aumento do comprometimento do patrimônio líquido na produção, o que leva à dependência das dívidas para o capital de giro. Tal como Almeida, Novais e Rocha (2016), supracitados, Lima et al. (2017, p. 205) entendem que esse aumento do endividamento e do custo das dívidas, provocado pelos encargos financeiros do país em crise, impactam o resultado das empresas como um todo.

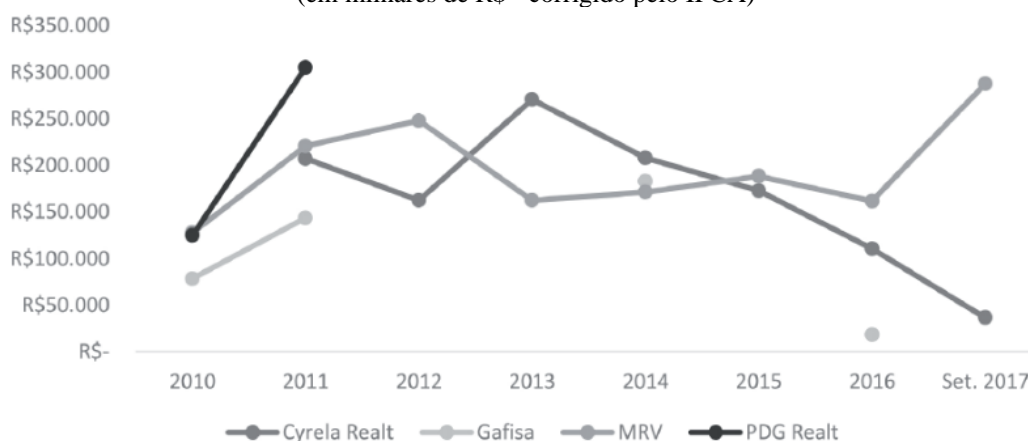
Não obstante a desalavancagem daquelas três empresas e a queda absoluta dos dispêndios com as dívidas, decorrentes da redução dos investimentos, da demanda e o aumento das incertezas, Miotto e Penha Filho (2019a), ao compararem essas despesas com juros com a remuneração direcionada para os acionistas, chegam ao seguinte resultado: “[...] os dispêndios com despesas financeiras ultrapassam em larga medida o pagamento com dividendos (p. 55)” – a exceção é a MRV, que paga mais dividendos em quase todo o período analisado -, aliado a

²⁸⁵ Reaproveito aqui os dados da tabela já citada. O pico do endividamento em relação ao capital próprio se deu nos seguintes anos para cada empresa: Cyrela, 2011, 187%; Gafisa, 2011, 255%; MRV, 2012, 185%; a PDG tem piora com o passar dos anos. Em setembro de 2017, as três primeiras empresas desalavancam até a seguinte proporção dívida/patrimônio líquido: Cyrela – 79%; Gafisa – 181%; MRV – 154%. Os pagamentos com juros atingiram os seus maiores montantes entre 2010 e 2012 para as três empresas, caindo quase constantemente para a Gafisa e a MRV desde então, com nova ascensão a partir de 2016, e declinando para a Cyrela de 2011 à 2013 e depois a partir de 2015 (MIOTTO, PENHA FILHO, 2019a, p. 53-4).

²⁸⁶ Apesar dessa queda momentânea no volume do endividamento, pois segundo Penha Filho (2018) atinge o pico em 2016 e 2017, Lima et al. concluem: “De um modo geral, pode-se concluir que os indicadores econômicos e financeiros apresentaram variações ao longo do período estudado e revelam que, ainda que a crise venha se arrastando por vários anos, foi no ano de 2015 que as empresas sofreram mais fortemente seus reflexos, principalmente em relação ao aumento do endividamento e ao consequente aumento do custo da dívida impactando o resultado líquido e as taxas de retorno [...] (p. 206)”.

isso, “[...] os resultados ruins dessas empresas impactam a remuneração de seus acionistas reduzindo o pagamento de dividendos (p. 55)” – novamente, a MRV mantém melhor rentabilidade no período. “Portanto, esses dados indicam que há uma canalização de recursos para o setor bancário, com o pagamento dos juros, devido a alavancagem dessas empresas [...] (p. 55)”. O gráfico a seguir sobre o pagamento de dividendos das quatro empresas analisadas nos ajuda a visualizar que apenas a Cyrela e a MRV foram capazes de remunerar os seus proprietários ao longo da maior parte do período em questão, ainda assim apenas os pagamentos da MRV ficaram acima dos gastos com juros e os dividendos pagos pela Cyrela despencaram com a crise. A PDG e a Gafisa só conseguiram remunerar durante alguns poucos anos os seus proprietários.

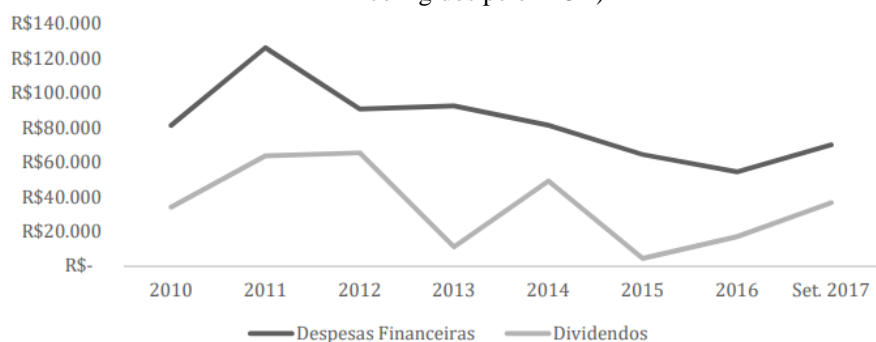
Gráfico 42: Evolução do pagamento de dividendos (2010-2017)
(em milhares de R\$ - corrigido pelo IPCA)



Fonte: Mioto e Penha Filho (2019a).

Nessa direção, Penha Filho (2018) apresenta um gráfico comparativo entre as despesas médias com os credores e com os acionistas para o conjunto das incorporadoras/construtoras. Nota-se que durante todo o período analisado, de 2010 à setembro de 2017, a remuneração para os primeiros foi bem maior do que para os segundos. De acordo com ele, mesmo com a retomada do pagamento de dividendos em 2016 e 2017 não foram todas as empresas que pagaram. Das 18 empresas que possuíam capital aberto no ano de 2016, apenas 11 empresas remuneraram os seus acionistas e em 2017 reduziu ainda mais, só 5 realizaram os pagamentos (p. 17). A pesquisa de Campos e Oliveira (2018) sobre o desempenho financeiro das incorporadoras/construtoras listadas na bolsa em 2017, com dados sobre o retorno do capital investido para os acionistas (ROE) de 2016, corrobora com a anterior. Nove empresas de um total de 16 apreendidas – duas ficaram de fora por não disponibilizar todos os dados a serem comparados – na pesquisa apresentaram resultado negativo.

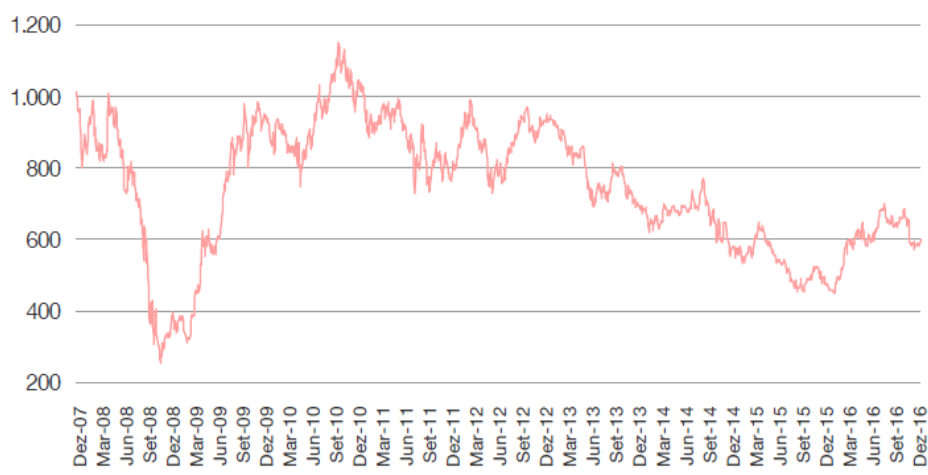
Gráfico 43: Evolução das despesas financeiras e dos dividendos entre 2010 e 2017 (em milhares de R\$, valores corrigidos pelo IPCA)



Fonte: Economática (PENHA FILHO, 2018, p. 16).

A piora das condições financeiras e dos resultados operacionais das incorporadoras/construtoras, como se verá abaixo, refletiram no desempenho das ações das empresas. O relatório de 2017 da Uqbar traz um gráfico sobre o índice imobiliário (IMOB) da bolsa de valores que, ao captar no tempo a oscilação no preço das ações das empresas imobiliárias mais negociadas e com maior representatividade no setor, demonstra um movimento de queda sucessiva dos seus patamares, que nunca mais chegaram aos preços de 2012, apesar da pequena recuperação após 2015 (UQBAR, 2017, p. 62).

Gráfico 43: Evolução histórico do Índice Imobiliário (IMOB)



Fonte: BM&FBovespa (UQBAR, 2017, p. 62)

Uma reportagem do site Infomoney, especializado em informações do mercado financeiro, do mês de dezembro de 2016, apontava para uma perda de 72% do valor de mercado das construtoras/incorporadoras em relação ao seu pico de 2010. Desse ano até a data da reportagem, o valor de mercado do setor caiu quase ininterruptamente, saindo de R\$ 57.154 bilhões para R\$ 16.231 bilhões. Podemos visualizar que das dezesseis empresas que constam no gráfico abaixo, que acompanha a reportagem, doze perderam mais de 60% do seu valor de mercado, sendo que três delas perderam mais de 99% (BOLHA, 2016).

Tabela 13: Valor de mercado das empresas da construção de capital aberto

Empresa	Em milhares R\$			Variação			
	14/out/10	31/dez/15	13/dez/16	14 out10 até 13dez16 em R\$	14 out10 até 13dez16 %	Em 2016 até 13 dez em R\$	Em 2016 até 13 dez em %
MRV	8.827.865	3.829.260	4.853.860	-3.974.005	-45,02	1.024.600	26,76
Cyrela Realt	10.945.791	2.843.108	3.694.043	-7.251.748	-66,25	850.935	29,93
Eztec	1.782.435	2.004.066	2.491.527	709.092	39,78	487.461	24,32
Even	2.325.931	885.499	813.043	-1.512.888	-65,04	-72.456	-8,18
JHSF Part	1.397.999	666.581	734.813	-663.186	-47,44	68.232	10,24
Gafisa	6.317.126	892.979	716.893	-5.600.233	-88,65	-176.086	-19,72
Joao Fortes	1.260.000	973.984	666.079	-593.921	-47,14	-307.905	-31,61
Direcional	1.760.131	513.398	652.518	-1.107.613	-62,93	139.120	27,10
Tecnisa	1.514.776	473.761	604.435	-910.341	-60,10	130.674	27,58
Helbor	1.321.469	404.589	382.908	-938.561	-71,02	-21.681	-5,36
Rodobensimob	825.775	189.524	221.492	-604.283	-73,18	31.968	16,87
Trisul	621.672	207.469	210.361	-411.311	-66,16	2.892	1,39
Cr2	292.964	65.398	67.820	-225.144	-76,85	2.422	3,70
PDG Realt	12.168.662	80.184	67.393	-12.101.269	-99,45	-12.791	-15,95
Rossi Resid	4.872.695	53.561	47.703	-4.824.992	-99,02	-5.858	-10,94
Viver	918.695	10.182	5.838	-912.857	-99,36	-4.344	-42,66
Total Empresas	57.153.986	14.093.543	16.230.726	-40.923.260	-71,60	2.137.183	15,16

Fonte: Economática (BOLHA, 2016).

Em 2016, completaram-se três anos que nenhuma empresa do setor imobiliário realizava oferta pública de ações (UQBAR, 2015, p. 66). No caso da produção habitacional, como pode ser visualizado no primeiro gráfico abaixo, desde 2011²⁸⁷ que não havia captação de recursos via emissão de ações, as últimas a utilizarem desse meio foram a Direcional e a Tecnisa na modalidade subsequente; a última abertura de capital ocorreu em 2009. O mercado de capitais brasileiro em geral estava em queda devido ao elevado endividamento das empresas e à baixa geração de caixa dada a recessão econômica do país, afirmava relatório da empresa Uqbar (2016). Segundo essa fonte, as empresas do setor imobiliário adiavam as decisões de investimentos produtivos e privilegiavam as debêntures e as operações de securitização para se financiarem (UQBAR, 2015). É importante destacar que apenas uma modalidade de captação de debêntures ainda se manteve, aquela que era menos burocrática e de emissão mais barata para as empresas²⁸⁸. Apesar dos esforços, mesmo nessa modalidade os montantes captados em

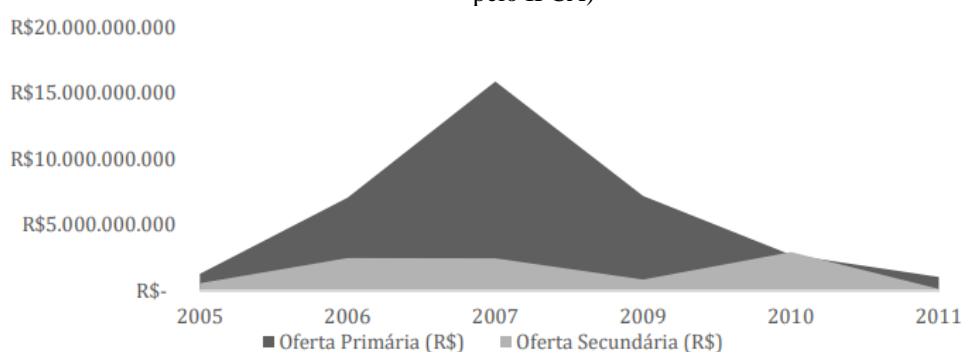
²⁸⁷ Após oito anos, em 2019 a Tecnisa, Trisul, Eztec, Helbor e Gafisa captaram R\$ 5,5 bilhões em ofertas subsequentes para pagar dívidas e lançar novos empreendimentos. Depois de anos de desvalorização das ações do setor e um pequeno aumento em 2018, a valorização de 105,8% em 2019, acima de muitos outros subsectores, baseava-se na expectativa de retomada do crescimento; nesse ano, aumentaram os lançamentos e as vendas aproveitando os juros baixos (CINCO, 2020). Segundo consta no registro de valores mobiliários no site da CVM, em 2020 seis incorporadoras/construtoras abriram capital: Mity Realty, Moura Dubeux, Lavvi, Melnick Even, Plano & Plano e Cury Construtora. Ver: <https://sistemas.cvm.gov.br/port/registro/FormRegistro.asp>.

²⁸⁸ A emissão de debêntures continuou apenas em uma modalidade, a de esforços restritos, que é menos burocrática e mais barato, pois não exige análises de riscos. A captação mediante as debêntures emitidas como ofertas públicas primárias, sujeitas a uma legislação mais rigorosa e análise de riscos, completavam em 2016 dois anos sem emissão. Simplificadamente, a oferta pública de debêntures através da Instrução Normativa CVM nº 400 exige um prospecto público discriminando aspectos como fatores de risco, destinação dos recursos e demonstrações financeiras da empresa, permitindo amplo acesso dos investidores PF e PJ. A oferta pública via Instrução Normativa CVM nº 476 teria facilitado e modernizado o acesso ao mercado de capitais, desburocratizando e reduzindo os custos da oferta. O público são os investidores profissionais PF ou PJ de no máximo 75 pessoas,

cada um dos anos a partir de 2013 até 2016 não superaram mais a captação anual do último quinquênio, como pode ser visto no segundo gráfico. De acordo com o relatório Uqbar de 2017, a emissão de debêntures teve mais a função de rolar dívidas e manter operações das empresas, do que expandir os negócios:

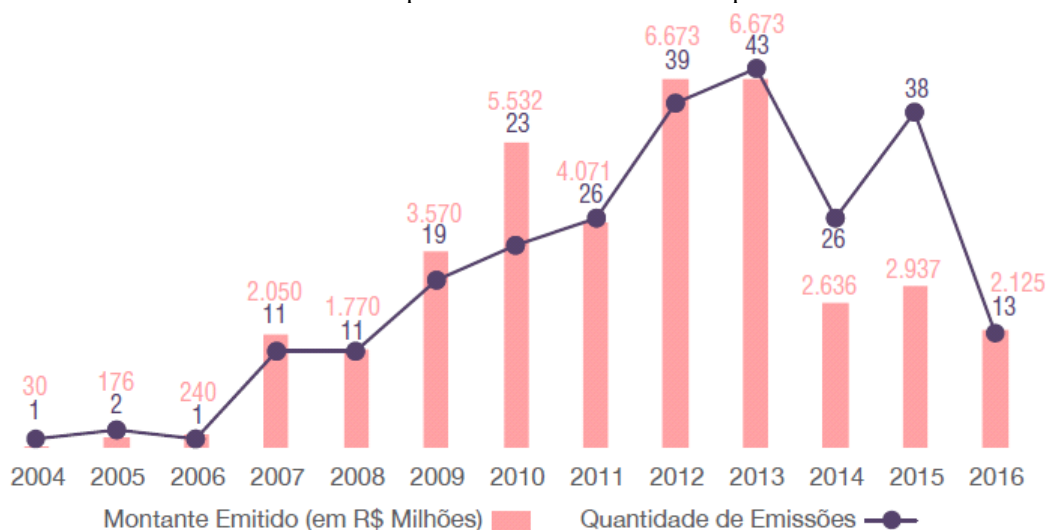
Com o setor imobiliário em crise [...] e considerando a conjuntura econômica vigente em 2016, não seria incorreto supor que as empresas têm emitido debêntures com o fim de recomprar ou resgatar estes instrumentos de dívidas corporativas emitidos em anos anteriores e sob condições menos vantajosas, refinanciar seus passivos, ou ainda reforçar a disponibilidade de capital de giro, legando o investimento produtivo para o segundo plano (UQBAR, 2017, p. 56).

Gráfico 44: Oferta primária e secundária das empresas da construção civil entre 2005 e 2011 (em R\$ corrigido pelo IPCA)



Fonte: BM&FBovespa (Penha Filho, 2018, p. 4).

Gráfico 45: Histórico das emissões primárias de debêntures de empresas do setor imobiliário



Fonte:Uqbar (2017, p. 58).

A outra fonte de financiamento imobiliário que os relatórios da Uqbar destacam são os CRIs, cujos títulos lastreados em dívidas, de pessoas físicas ou jurídicas, mantiveram, desde 2013 até 2016, com exceção de 2015, emissões acima dos R\$ 14 bi, com recorde em 2016, com

sendo que apenas 50 podem investir, que detenham investimentos financeiros de no mínimo R\$ 10 milhões. Disponível no site do jornal Estadão (investidor) em: <https://investidor.estadao.com.br/educacao-financeira/oferta-476>. Acessado em: 17/04/2021.

mais de R\$ 16 bi em CRI emitidos com lastro em crédito imobiliário. Cabe destacar, no entanto, que o FGTS passou a ocupar lugar relevante nas aquisições, substituindo a falta de demanda pelo mercado, adquirindo nesse último ano 53,7% dos CRIs emitidos (UQBAR, 2017, p. 97-115); segundo Pereira (2019, p. 146), o fundo adquiriu mais de R\$ 10,7 bilhões desses títulos. O apoio do FGTS e do OGU foram imprescindíveis para assegurar a demanda em declínio da construção, especialmente no segmento popular.

Aquilo que foi lido como nova fronteira de acumulação ou ajuste espacial envolvendo a produção habitacional através da expansão territorial²⁸⁹, por segmentos de renda e do desenvolvimento das forças produtivas, acompanhados do aumento do consumo da força de trabalho se desdobraram no oposto: desemprego, aumento da capacidade ociosa, queda nos VGVs, redução e venda dos bancos de terrenos, queda na produção de materiais e insumos da construção habitacional, retorno das operações das empresas para as regiões e os segmentos de origem, queda nas vendas, obras paradas e imóveis não entregues²⁹⁰, devoluções, inadimplência²⁹¹, retomada dos imóveis pelos bancos, saída do mercado acionário - Camargo Correia Desenvolvimento Imobiliário em 2012 e a Brookfield em 2014 -, perda de lucro líquido, quase falência – a PDG²⁹² e a Viver²⁹³ entraram em processo de recuperação judicial -

²⁸⁹ “[...] todo esse mecanismo complexo acabou por comprometer as incorporadoras com uma dívida muito maior e com a execução de obras em mercados periféricos, o que, em princípio, seria o que lhes permitiria cumprir com suas promessas aos mercados financeiros. O fim desse processo foi um maior direcionamento para mercados incertos e desconhecidos da periferia (metropolitana ou nacional) no momento de maior endividamento dessas empresas. Lançar, pagar a dívida e remunerar o capital financeiro acionista eram os três compromissos que essas incorporadoras deveriam saldar num contexto de uma dinâmica expansionista superestimada (SANTOS, 2013, p. 244-5)”.

²⁹⁰ Em meados de 2016, uma reportagem da Exame apontava para o aumento de imóveis não entregues, obras inacabadas e a falência de construtoras. As empresas de pequeno e médio porte, responsáveis naquela época por 70% das obras no país – quando as grandes companhias lançaram ações, essa participação era de 60% -, eram as que mais sofriam com a crise e a falta de crédito. “A recessão pode ser culpada por boa parte dos problemas das incorporadoras. O número de falências de empresas de construção chegou a 557 nos últimos 12 meses — não somaram 50 nos 12 meses anteriores. O total de recuperações judiciais, processo em que empresas encenadas ganham um alívio para negociar com seus credores, aumentou quase cinco vezes e chegou a 350. Uma das razões do sufoco das incorporadoras é a falta de crédito e o aumento dos juros: as taxas cobradas das empresas aumentaram 20% desde 2014, segundo o Banco Central. Mas talvez o maior problema seja o aumento no número de clientes que fecham negócio e desistem mais tarde” (25 MIL, 2016).

²⁹¹ Segundo dados do Banco Central, a inadimplência – ao menos uma parcela com atraso superior a 90 dias – de financiamento imobiliário – destinado à produção e investimento de médio e longo prazos - com taxas de mercado e reguladas à pessoa jurídica passa de 1% da carteira de crédito no final de 2015 e alcança no início de 2018 5,5%. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/21139-inadimplencia-da-carteira-de-credito-com-recursos-direcionados---pessoas-juridicas---financia>.

²⁹² A recuperação judicial da PDG, que realizou a sua primeira oferta pública de ações em 2007, teve início em 2017 e foi concluída em 2021. Segundo notícia da Exame, “A PDG passou por um processo de recuperação de dívidas de um passivo de R\$ 5,3 bilhões perante mais de 22 mil credores (CONSTRUTORA, 2021)”.

²⁹³ A empresa que abriu o seu capital em 2007 entrou em processo de recuperação judicial em 2016 para renegociar uma dívida de R\$ 1 bilhão, finalizando esse processo em 2021. Segundo reportagem do Estadão, “Desde que entrou na B3, a Viver somente gerou lucro em dois anos, mas nunca distribuiu dividendo aos seus acionistas”. Essa situação, de acordo com a notícia, ainda perdura, pois até o primeiro trimestre de 2022 a empresa ainda gerava prejuízo e não pagava dividendos (AÇÕES, 2022).

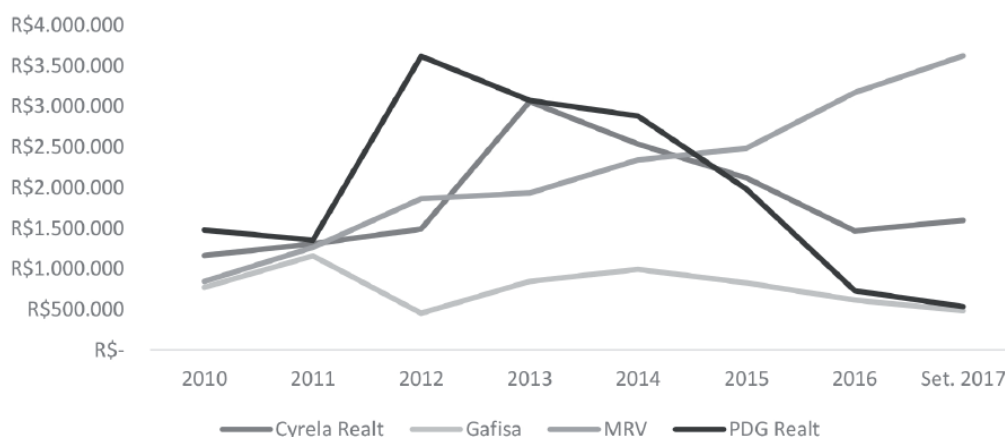
fechamento de empresas²⁹⁴, etc. Além disso, Miotto e Penha Filho (2019, p. 44) acrescentam, a partir das suas pesquisas envolvendo a PDG, Cyrela, Gafisa e MRV, que entre as estratégias dessas empresas em resposta à desaceleração do setor imobiliário no pós-2012 constavam a saída de posições em ativos fixos, como por exemplo, nas marcas adquiridas, na participação acionária de outras empresas e nas SPEs - esses dois últimos casos observados na PDG²⁹⁵, apesar de que no tocante às SPEs algumas empresas aumentaram as suas participações nessa modalidade para reduzir os riscos ao compartilhar os projetos -, e a tentativa de desalavancagem para reduzir o grau de endividamento e exposição financeira. No gráfico retirado da pesquisa desses autores e representado abaixo é possível visualizar a redução dos ativos de longo prazo das empresas, o que significa o encolhimento dos seus bancos de terrenos dada as baixas perspectivas; a exceção é a MRV²⁹⁶ pelos motivos mencionados. Almeida, Novais e Rocha (2016) afirmam que a construção civil teve o pior resultado no que diz respeito aos ativos imobilizados - sinônimo de expansão dos investimentos -, com retração de 75% entre 2013 e 2015 (p. 29-30).

²⁹⁴ Segundo a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) de 2019, desde 2015, auge da série histórica, a indústria da construção perdeu 6,3 mil empresas ou 4,8% se comparado ao seu ápice. Em 2015 eram 131.318 empresas e em 2019, após pequeno crescimento sobre 2018, 125.067. Não explorei mais os dados dessa pesquisa por não encontrar a desagregação dos números. Talvez as divisões que mais contemplem a produção habitacional, dentro das atividades da construção consideradas, sejam a construção de edifícios e os serviços especializados para a construção, ainda assim, dentro delas encontram-se produções de edifícios industriais, comerciais, entre outros, e seus respectivos serviços. Assim sendo, é difícil usar essa pesquisa para a discussão desse texto. Feita essa ressalva, vale a pena mencionar que o número de empresas ativas da construção de edifícios, de 2010 à 2019, teve o seu ápice em 2014, com 53.143 empresas, caindo para 47.545 em 2018 e se recuperando um pouco em 2019, com 49.597 empresas. Nos serviços especializados para construção, o maior número de empresas ativas ocorreu em 2015, com 67.975, caindo constantemente até 2019, quando atingiu 62.441 (PAIC 2019, 2021).

²⁹⁵ “[...] a PDG, maior empresa em 2010, atualmente está em um processo de recuperação judicial obrigando-a a desfazer de uma série de ativos (participações acionárias, SPEs e terrenos) e sob vigilância de seus principais credores (Banco do Brasil, Bradesco, CEF, Itaú e Votorantim) (MIOTTO, PENHA FILHO, 2019, p 44)”.

²⁹⁶ Para os autores: “A MRV, ao contrário, segue em ritmo de crescimento, principalmente em termos de landbank [...]. Para essa empresa, que tem 99% de seus lançamentos elegíveis para financiamento via FGTS, ela atua em um mercado resiliente “de demanda forte e baixa oferta”. [...] essa característica da MRV se deve, sobretudo, pela existência do MCMV que alimentou, em ritmo decrescente, a dinâmica imobiliária nesse segmento (p. 2019a, p. 45)”.

Gráfico 46: Evolução dos estoques de longo prazo (em milhares de R\$, corrigidos pelo IPCA)

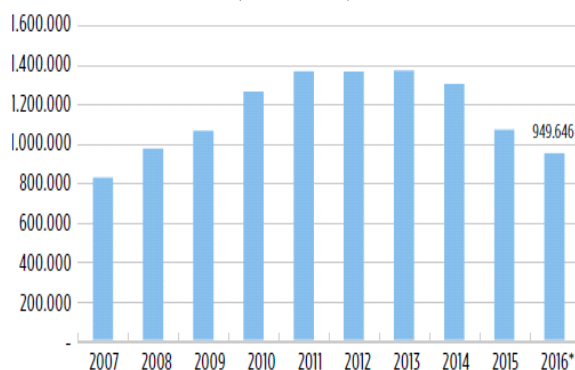


Fonte: Economática (MIOTO E PENHA FILHO, 2019, p. 49)

Vários índices, que marcam em 2014 um ponto de inflexão em relação aos anos anteriores, captam a queda no crescimento do setor da construção civil²⁹⁷. No primeiro gráfico disponível a seguir, nota-se a retração no emprego formal do setor de edificações (Rev. CC, n. 4, ano XIV, 2016, p. 30). Desde então, segundo um relatório da CNI de 2019, a utilização da capacidade operacional da construção, salvo alguns poucos momentos, não ultrapassou mais os 60%. Naquele ano de 2014, os índices que medem a confiança do empresariado e a sua intenção de investimento tornaram-se negativos (CNI, 2019). A produção de materiais da construção, bem como o desempenho da venda de cimento e da produção e consumo de vergalhões, cujo consumo não se restringe à construção habitacional, também vão na direção acima mencionada, como pode ser observado nos outros gráficos.

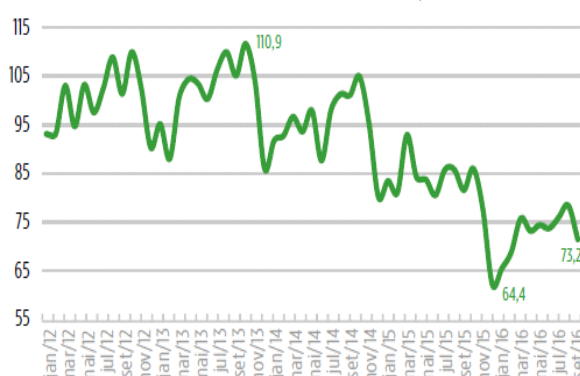
²⁹⁷ Segundo reportagem do G1 de 2017 (CONSTRUÇÃO, 2017) sobre o setor da construção civil: “Os dados mostram que a construção caiu mais do que a média da economia nos últimos 3 anos e tem sentido a crise de forma mais profunda. Desde o 2º trimestre de 2013, a queda acumulada é de 14,3%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), enquanto que o PIB total recuou 5,5% nos últimos 4 anos. Neste período, quase 1 milhão dos 2,7 milhões de vagas formais que deixaram de existir no país foram na construção”. “A mão de obra do setor foi dizimada. Enquanto a economia perdeu 5% dos empregos com carteira, a construção perdeu 35%”. As explicações dos especialistas consultados pelo jornal para a crise no setor são as seguintes: “O fraco desempenho da construção civil nos últimos anos é reflexo do encolhimento das construtoras envolvidas na operação Lava Jato, da forte queda nos investimentos públicos e do esfriamento do mercado imobiliário, além da própria crise econômica”.

Gráfico 47: Empregos no subsetor de edificações (dezembro)



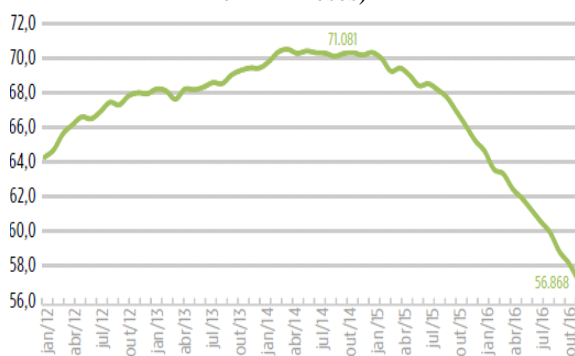
Fonte: Sinduscon – SP/IBRE – FGV e MTE (Rev. CC, n. 4, ano XVII, 2019, pg. 22). *Até jul/2016

Gráfico 48: Produção de materiais de construção (por mês, média 2012 = 100)



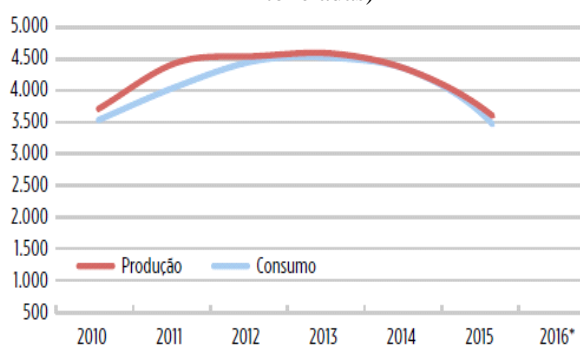
Fonte: Revista Conjuntura e Construção (n. 4, ano XVII, 2019, pg. 22).

Gráfico 49: Vendas de cimento (em mil toneladas e em 12 meses)



Fonte: SNIC (Rev. CC, n. 4, ano XVII, 2019, pg. 22).

Gráfico 50: Produção e Consumo de vergalhões (em mil toneladas)



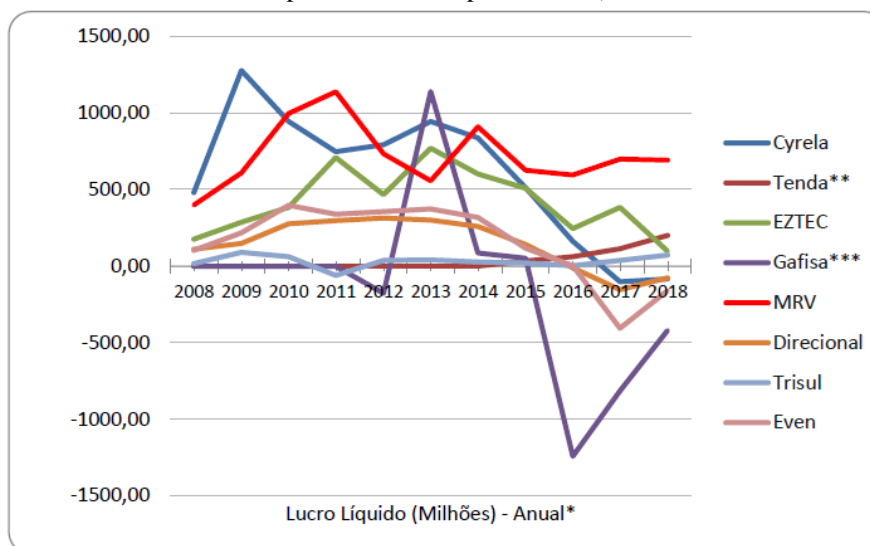
Fonte: Revista Conjuntura e Construção (n. 4, ano XVII, 2019, pg. 22).

Ainda sobre os dados de contração das empresas, o levantamento de Miotto e Penha Filho (2019a) aponta para uma queda na receita operacional - proveniente da atividade imobiliária - da Cyrela, Gafisa, MRV e PDG - as quatro empresas pesquisadas por eles - quase ininterrupta desde 2013 até 2017, último ano considerado pela pesquisa. Na livre docência de Shimbo (2020, p. 64), encontra-se uma sistematização da evolução do lucro líquido envolvendo um conjunto maior de incorporadoras/construtoras entre os anos de 2008 e 2018. Como pode ser visualizado no primeiro gráfico²⁹⁸, a ruptura mais abrupta dos lucros apropriados pelas empresas, em relação aos ganhos dos anos anteriores, se dá entre 2013 e 2014, a partir de quando os resultados não retornam mais, ao menos nesses anos considerados, aos patamares do período do boom imobiliário. Os indicadores de rentabilidade média - sobre as vendas, o ativo total e o patrimônio líquido - usados por Lima et al. (2017, p. 205) para analisar dezessete empresas de capital aberto, de 2010 a 2015, também demonstram queda nos resultados. A

²⁹⁸ O gráfico foi retirado da livre docência de Shimbo (2020), porém foi elaborado por sua orientanda de iniciação científica Débora Piacente. Não encontrei o seu relatório disponível na internet. Os dados citados no mesmo parágrafo relativos aos VGVs das empresas também foram produzidos pela mesma autora.

rentabilidade das incorporadoras/construtoras declina até 2012, depois recupera-se brevemente em 2013, em razão da “[...] finalização dos projetos e concretização das vendas, aliados à ampla oferta de crédito imobiliário [...]”, para entrar em seguida em um declínio intenso até o prejuízo em 2014-2015.

Gráfico 51: Lucro líquido anual das empresas estudadas (em R\$ milhões corrigidos para 31/12/2018 pelo IGP-DI)



Fonte: Shimbo (2020, p. 64).

*No lucro líquido incluem os ganhos obtidos com empreendimentos comerciais e loteamentos.

**A Tenda só disponibiliza os resultados a partir de 2015.

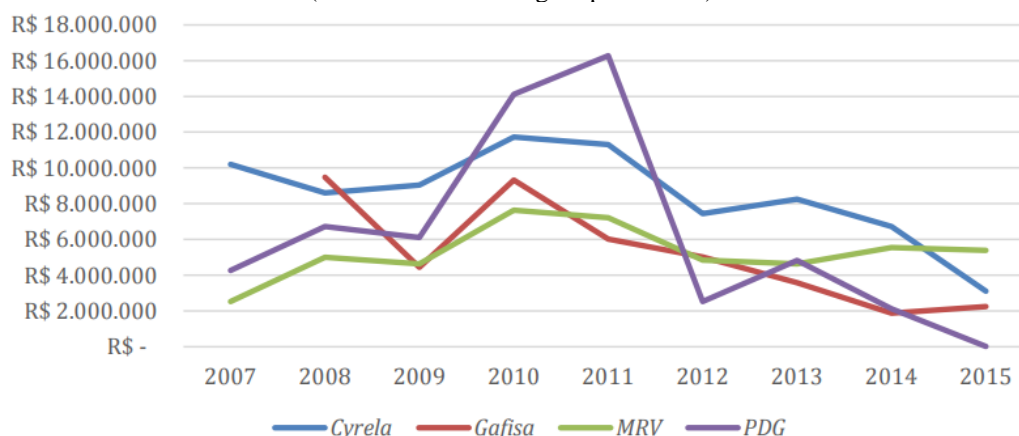
***Os lucros apresentados pela Gafisa compreendem também o desempenho da Alphaville e da Tenda até 2015. Não foram encontrados os dados entre 2008 e 2012.

Em outro artigo de Miotto e Penha Filho (2017, p. 12), os autores demonstram, para as quatro empresas mencionadas acima - Cyrela, Gafisa, MRV e PDG -, dentro do período que vai de 2010 à 2015, queda no VGV lançado a partir de 2010 e 2011 sem atingir novamente o pico anterior; reproduzo, em segundo lugar abaixo, o gráfico apresentando esse movimento. Na pesquisa de Shimbo (2020, p. 65) também há uma informação semelhante sobre a queda quase ininterrupta no VGV das empresas, em um recorte temporal que vai de 2008 à 2018, com pequena variação entre os anos: 2010 é o ponto de ruptura para a Gafisa, Cyrela e Trisul; 2012 para a Eztec; 2013 foi a vez da Even reduzir os seus lançamentos à quantidades que não alcançaram mais o volume dos anos de maior crescimento; as exceções são: a MRV - que passa por uma queda abrupta em 2010, segue oscilando até 2016, e depois volta a lançar até quase atingir o pico anterior -, a Tenda²⁹⁹ - que depois de uma reestruturação de 2012 lança em ritmo constante - e a Direcional - cujo ritmo de crescimento após 2015 só perde para a MRV; essas

²⁹⁹ A Tenda havia aberto o seu capital em 2007, porém, em 2009 após ser adquirida pela Gafisa fecha o capital em bolsa. Em 2017, a Gafisa separa a Tenda de seus negócios, que volta a ser uma empresa independente e oferta novamente ações em bolsa no ano de 2017.

três empresas são as principais responsáveis pela produção do segmento econômico no país e altamente dependentes do financiamento público que, apesar de ter encolhido consideravelmente, ainda permanecia garantindo a demanda dessas empresas dominantes no segmento. Segundo Miotto e Penha Filho (2019a), entre os anos 2015 e 2017, o MCMV aumenta a produção para a baixa renda em relação ao médio e alto padrão como parte dos esforços públicos para conter a recessão e assegurar a produção imobiliária (p. 39).

Gráfico 52: Valor Geral de Vendas (VGV) lançado entre 2007 e 2015
(em R\$ milhões corrigido pelo INCC)



Fonte: Dados dos relatórios de Gestão (SHIMBO, 2020, p. 65)

Vê-se que o “boom” habitacional durou enquanto o capital fictício global fluía para o país e foi capaz de animar uma complexa rede de ligações envolvendo o setor imobiliário, o Estado e o mercado consumidor, tal qual Alfredo (2010) já havia apontado para a crise imobiliária que irrompe em 2008 nos EUA. Para ele, a ascensão desse setor a um dos principais ramos de investimento a partir da década de 1970 é “[...] parte integrante da independência do dinheiro em relação ao setor propriamente produtivo (p. 50)”. O capital excedente mundial, que não pode mais se valorizar nos circuitos produtivos tradicionais, busca a possibilidade de rentabilização ao se mediar com a produção e o consumo de imóveis; até que a crise chegue.

A circulação do capital fictício pôs-se uma autolimitação lógica, revelando que a expansão do setor imobiliário não é a fronteira salvadora dos capitais ociosos, visto que não se baseia numa valorização do espaço, tornando, aliás, tal categoria um fetichismo em relação à forma crítica pela qual se dá a reprodução das relações sociais de produção. A produção do espaço urbano não é, entretanto, a tábua de salvação do capital, como pretende Harvey³⁰⁰ (2009). Tal categoria se põe, assim, conservadora, porque não desvela a crise que carece ser observada (ALFREDO, 2010, p. 52).

Durante essa simulação de crescimento sustentado, a capitalização, os investimentos e os empréstimos das empresas articulavam-se com as necessidades por habitação, o chamado déficit habitacional, transformado em demanda efetiva com o financiamento privado e os fundos públicos de um Estado também endividado e reproduzindo-se via complexos

³⁰⁰ Alfredo se refere aqui ao artigo: HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: Geosp. Espaço e Tempo. Revista de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, n. 26, p. 09-18.

expedientes de capital fictício. Criava-se então a ideia de que em um mundo integrado por desiguais configurações espaciais, cada qual possuindo suas próprias contradições internas, as novas fronteiras brasileiras seriam parte do ajuste espacial para o problema do capital superacumulado. Esse movimento funcionando em espiral, todavia, não foi apoiado pela acumulação de capital nacional e suas trocas a nível mundial, engendrando algum tipo de neodesenvolvimentismo, a partir do qual as categorias autonomizadas do Estado, capitais individuais e força de trabalho receberiam a parte que lhes cabe da mais-valia global e dariam lastro aos enormes montantes de dívidas. Ao contrário, como tentei apresentar acima através da particularidade da produção habitacional, esses capitais que promoveram a expansão das incorporadoras/construtoras aceleraram o desenvolvimento das forças produtivas e a composição orgânica, atualizando o setor em linha com os níveis mais elevados de produtividade, assim dando a sua contribuição para a dessubstancialização da contradição em processo.

A criação de capital fictício pelo Estado levada a cabo através dos programas públicos de investimento, dos planos de fomento e desoneração da produção e da disponibilidade ampla de crédito à produção e ao consumo, chega ao fim com a reversão da intensa entrada de investimentos no país, a queda da arrecadação fiscal, a piora nas condições de financiamento e o aumento do endividamento estatal, conforme Pitta (2020). A receita do crescimento sustentável de outrora, a saber, os investimentos em capacidade produtiva, emergiu como excesso de mercadorias, capacidade instalada e força de trabalho. A realização de novos investimentos, se possível, apenas elevaria o endividamento e a estagnação econômica, além de agravar o problema da totalidade capitalista, ao aumentar ainda mais a composição orgânica e dispensar trabalhadores, afirma Botelho (2019).

De acordo com Kurz, quando esse ciclo sem substância não é mais possível, a distância que se abre entre a substância abstrata do trabalho e o dinheiro creditício “deve conduzir ao colapso (KURZ, 2019, p. 74)” também na superfície dos fenômenos, como vimos na reprodução social nacional e na produção habitacional em particular. Como o desenvolvimento do Brasil foi desde o início o “resultado do excesso de capital nos mercados internacionais (Ibidem, p. 197)” e de uma “economia de bolhas (PITTA, 2020)”, a “miragem de estrutura econômica sólida” se desfez com a escassez e o encarecimento do crédito (BOTELHO, 2019, p. 186) e, junto com ela, o “fetichismo de materialidade (fisiocrática) na subjetividade do capitalista, do analista de mercado, dos economistas [...] e da sociedade em geral, que apenas designam por bolha o desacoplamento da relação entre ganhos financeiros e tal materialidade

produzida das mercadorias (que na realidade representam cada vez menos valor) (PITTA, 2020, p. 123)”.

Ainda assim, para a consciência individual, responsável por levar à cabo a reprodução social, pois como é evidente, permanecemos nas mesmas bases categorias do capital, o processo em ruínas apresenta-se de modo invertido:

Na ficcionalização substancial do capital, a sua forma de ser enquanto indivíduo é uma consciência invertida ao processo ficcionalizado e, portanto, fetichista. Tal processo, ao ser a dessubstancialização do valor tem de aparecer invertidamente na subjetividade individual moderna como produção de valor, isto, aliás, é ser indivíduo em sua contraposição ilusória ao social. Não somente porque, caso contrário, não se faz sentido falar em ficção, afinal, a noção de capital fictício remete, necessariamente, a uma dimensão da consciência para que o mesmo se efetive enquanto tal. Mas especialmente porque esta ficção se lhe permite mover a reprodução do capital sob a égide de seu conceito ainda que lhe falte a substancialidade que dá fundamento às categorias que o formam (ALFREDO, 2010, p. 54)”.

Resgatando as contradições entrevistas por Oliveira (1998) no segundo capítulo, se elas forem interpretadas a partir desta perspectiva, podemos chegar à impossibilidade do Estado-Nação dar prosseguimento ao ideal social-democrata ou de realizá-lo com atraso onde ainda não foi implantado, segundo o projeto de crítica presente em Fix, Rolnik, Royer e Paulani, assim como entender a sua face leviatânica de poder desmedido por sobre os sujeitos sociais (KURZ, 2011a), que se ergue como “estado de exceção” para manter a ordem e engendrar processos de reprodução simulados por capitais fictícios em “plataformas de valorização financeira”.

Parto da ideia de que as contradições às quais Oliveira (1998) chamou a atenção são o resultado lógico e inexorável do processo de desenvolvimento do capital que, ao longo da sua história, põe um limite ao seu fim de acumular riquezas. Ademais, essa crise “[...] só pode ser explicada e analisada se for entendida como forma específica de desenvolvimento da ‘economia’ do fetiche do capital (p. 213, 2014)”. Apesar de uma certa posituação das categorias de mercadoria e dinheiro e a tentativa de direcioná-las a partir do Estado no sentido de um “bem comum” e de controlar os seus desdobramentos por parte daquela crítica, a “objetividade negativa” não pode ser reduzida ao conjunto de ações subjetivas ou estar sob o seu controle. O limite que então advém da contradição interna objetiva do processo de valorização impede o retorno do bem estar social nos países centrais e a execução de um projeto desenvolvimentista ou a superação da condição de subdesenvolvimento no Brasil, onde as parcas conquistas no campo dos direitos sociais e trabalhistas cederam lugar para um Estado punitivista e gestor da crise em curso, como discutirei a seguir. Por trás da hegemonia financeira, do rentismo e da reação conservadora neoliberal estaria a crise intransponível do processo de acumulação e do próprio Estado, indissociável da valorização do valor, daí

qualquer projeto desenvolvimentista nacional e de distribuição de renda estar fadado ao fracasso.

3.12 Crise e Crítica: algumas considerações sobre as interpretações dos agentes do mercado imobiliário, a acumulação por espoliação e o marxismo tradicional pela perspectiva da crítica do valor

A surpresa de muitos especialistas, investidores e empreendedores com o resultado do boom habitacional e o encerramento da “era de ouro” do setor, associada às explicações e às soluções que tecem para se levantarem do “tombo” que levaram, evidenciam que o fetichismo desses olhares além de criar uma falsa ideia de controle e protagonismo sobre um processo que não dominam, assentados em formulações de individualismo metodológico para as quais, obviamente, não existe totalidade em desubstancialização ou “física metafísica” social, projeta também expectativas para sair da crise que naturalizam o sofrimento e as catástrofes sociais como parte de um ciclo indeterminado historicamente e não tematizado quanto à sua natureza. Ademais, a necessidade frequentemente enfatizada de elevar a produtividade, o controle e a gestão, sobrepondo a lógica da produção à financeira no novo ciclo adiante no pós-crise acaba por eliminar ainda mais o fundamento sobre o qual assentaria o esperado crescimento; o desacoplamento do capital fictício, ou na linguagem comum a especulação e as bolhas, em relação ao valor é aprofundado à medida desse êxito da racionalidade produtiva, ao mesmo tempo em que a produção agigantada de mercadorias não pode reverter a desubstancialização, em que pesem os sucessos temporários, como visto no caso brasileiro.

No primeiro capítulo, os entraves e as crises do setor são explicados, no geral, pelos seguintes motivos: saturação do mercado; demanda potencial estar acima da real capacidade de consumo; crédito disponível ser insuficiente para o tamanho do mercado consumidor e reduzido relativamente à economia do país; incompatibilidade do sistema financeiro com a construção; desequilíbrio entre os setores; ausência de gestão, planejamento e produtividade adequadas; inação ou falta de sincronia do governo com as necessidades do setor; encarecimento do financiamento à produção; etc. Com a piora da conjuntura internacional e a recessão do país, esperava-se que depois da crise viessem ajustes e reestruturações capazes de restabelecer o equilíbrio e bases mais saudáveis e adequadas para um novo ciclo de crescimento, ou seja, e para resumir, a crise era precedida e acompanhada de cálculos e projeções sobre as desvalorizações, a ruína de capitais, a divisão do butim, o desemprego, o sofrimento dos endividados pelo sonho da casa própria e assim por diante. A seleção espontânea e natural dos

capitais mais adaptados e racionais, cada vez mais produtivos e empregando menos trabalho vale ressaltar, formaria o novo patamar competitivo para a retomada do crescimento, ou nas palavras bastante representativas e já citadas de um consultor empresarial: “O setor será mais enxuto e com empresas mais sadias, já que terão sobrevivido à tempestade. Quem souber operar, lá na frente, vai pegar a retomada desse ciclo e sair vitorioso”.

Nas interpretações de Fix, Rolnik, Royer e Paulani, a crise ganha determinidade histórica e negatividade, as autoras não se posicionam de modo otimista com o que seriam os seus resultados para a sociedade e nem contabilizam os possíveis ganhos que poderiam ter sobre as oportunidades que se abririam, inclusive porque o lugar que ocupam na divisão social do trabalho não as obriga ao papel de acumular, sendo teorizada como parte integrante do processo de valorização do valor que, em sua contraditoriedade constitutiva, empilha destruições e catástrofes. O capital funciona simultaneamente e sucessivamente através de crises e acumulação, tendo como pressuposto uma tendência imanente à superacumular; talvez esse revezamento de um lado e outro tenha algo em comum com a concepção de novos ciclos encontrada nas personificações do setor da habitação. Na atual fase, as contradições do capital, não especificadas e desdobradas nos seus textos, que desembocam na superacumulação são acirradas e as crises, muito mais frequentes, conformam parte de uma acumulação por espoliação tornada crônica. O capital já sem fronteiras externas se reproduz criando frentes internas autocanibalizando-se.

O ponto de vista teórico adotado por elas, em geral com base em uma leitura de Marx muito próxima daquela de David Harvey e nesse próprio autor, compreende que o capital – capital portador de juros - e a propriedade imobiliária e da terra atingiram a sua forma mais fluida e abstrata, de modo que os rendimentos de um e outro se aproximam para corresponder aos anseios de qualquer investidor que aposta em títulos esperando retornos futuros. Ambas as categorias chegaram ao seu ponto alto como capital fictício e por meio delas novas formas de acumulação, ou melhor, a abertura de novas fronteiras através de uma acumulação por espoliação resolveria a crise de sobreacumulação, não sem engendrar novas contradições. A atualização da acumulação primitiva com um sistema de crédito desenvolvido, que é “a ponta de lança” da espoliação, funciona assim como antes – e talvez sempre - explorando trabalho e extraindo renda. Fica explícito nos seus textos o acirramento da exploração sobre os trabalhadores e das formas de espoliação e dominação de um processo de acumulação do capital que não é capaz de engendrar crescimento econômico com ampliação de direitos, distribuição de renda, redução da desigualdade e atenuar a violência aberta empregada em múltiplas situações.

Nessas discussões, todavia, isso nada tem a ver com uma ruptura categorial, uma crise que representa o “Colapso da Modernização” (Robert Kurz). Talvez, no caso de Fix, Rolnik e Royer, a ausência de considerações sobre a contradição entre abstrato e concreto das categorias trabalho e mercadoria, assim como entre essência e aparência impeça de ver a dissolução da produção de valor que caminha junto com a enorme produção de mercadorias, ou no caso estudado por elas, de casas e apartamentos, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas gerais e da construção em particular. O valor não empírico parece coincidir com as suas manifestações na experiência que tomam forma nos lucros, nas rendas e nos preços inflados pelo capital fictício que entrava no país. Assim, as detidas interpretações e análises da financeirização e do capital fictício disseminados no ambiente construído, ao se fixarem no pressuposto de que à tendência à superacumulação - nesse ponto não explicam a razão para tanto – sucede alguma forma de sua resolução enquanto houver produção e sujeitos trabalhando, não podem inquirir se o que veem indica uma acumulação meramente fictícia. Nesse sentido, o descolamento das finanças em relação ao valor parece ser o mero resultado do modo de operar do capital fictício e um problema de domínio ideológico e de classe, que pode ser revertido com a valorização do valor identificada imediatamente com a construção de toda a materialidade observável, em especial do ambiente construído, sendo apropriado e distribuído sob o domínio da financeirização. No máximo, a autonomização do capital fictício, que deixa o mundo muito mais suscetível às crises, acaba por se recolocar na base do valor às custas de muito sofrimento e destruição.

Sinteticamente, as críticas nas pesquisas dessas arquitetas giram em torno, principalmente, das atuais formas de reprodução do capital que se estabelecem como resposta à crise que encerrou a acumulação fordista, tais como: ampliação das possibilidades de geração de renda, ou transferência de valor, para uma classe rentista através do financiamento à produção do setor imobiliário e seu mercado consumidor via operações com capital fictício nos diversos países, bem como suas respectivas catástrofes financeiras e sociais; abertura e destravamento dos mercados e ativos ligados ao setor para o capital financeiro mundial; a disseminação de bolhas e o seu descolamento temporário em relação à produção de valor; dissolução dos direitos e das conquistas sociais, sobretudo na habitação, em prol da plena mercantilização e financeirização da produção do ambiente construído; mudanças no aparelho estatal e seu fundo público, que deixam de ampliar o controle e o escopo do ideal público e popular para impulsionar e viabilizar o mercado privado, em especial as finanças; o êxito da acumulação financeirizada e suas novas fronteiras de espoliação em detrimento da acumulação produtiva e seus correspondentes arranjos políticos e sociais; aprofundamento do domínio do

capital no cotidiano, elevando a disciplina individual para os pagamentos das dívidas, a exploração do trabalho para corresponder às prestações de um lado e à rentabilidade exigida por outro, além das coações, remoções, despejos, etc.; tudo isso atualizando antigas práticas da acumulação primitiva com os novos mecanismos financeirizados compondo a acumulação por espoliação.

Em relação aos textos consultados de Paulani, que se detém mais nos fundamentos do capital do que as autoras anteriores, não encontrei nenhuma ideia de processo ou de desdobramento das contradições do capital que pusessem um limite intransponível ao seu automovimento de valorização, provavelmente por isso ela ainda possa defender também uma acumulação desenvolvimentista, que a essa altura da competição internacional significa elevado desenvolvimento das forças produtivas e expulsão do trabalho vivo, como visto na construção habitacional. Se o investimento na formação de capital fixo e a enorme produtividade fossem concebidos como incapazes de recolar as finanças ao valor dada a redução do trabalho mobilizado pelos capitais, sendo os investimentos resultantes do próprio capital fictício ou da financeirização viabilizada pela “plataforma internacional de valorização financeira”, as autonomizações, as bolhas financeiras, o “cassino” da economia mundial e as crises recorrentes poderiam ser tratados como indícios de que a acumulação do capital chegou ao fim. Tal qual antecipado por Marx nas suas formulações sobre o desenvolvimento das forças produtivas, a redução do tempo de trabalho a proporções insignificantes tem o seu correlato na gigantesca quantidade de produtos, assim o desenvolvimentismo do governo PT apesar dos inúmeros canteiros de obras não pôde se amparar na acumulação crescente. Nessa direção, nem as reestruturações produtivas e o reforço da exploração do trabalho, nem os capitais pulando “de ativo para ativo financeiro” em busca de maximizar uma “valorização que não encontra no mundo da produção real” poderiam criar alguma nova fonte de acumulação. Entendo que, para Paulani, ao contrário, o movimento de autonomização da abstração valor, o lado abstrato da dupla natureza do trabalho, é um simples descolamento que acontece em alguns momentos históricos de modo mais pronunciado e em outros menos, na busca do capital por oportunidades de multiplicar a si mesmo em quantidades sempre maiores e situações mais vantajosas. Como o valor é uma representação “verdadeiramente social” no capitalismo do trabalho contido nos produtos, continua sempre preso ao lado concreto e material onde reside a substância social representada. Aqui, como nas arquitetetas, a fantasmagoria social, que segundo Kurz (2014) só faz sentido se pensada como uma massa global de tempo de trabalho socialmente válido, surge contida nos produtos e coincide com a sua produção; perde-se a contradição entre abstrato e concreto, que leva o desenvolvimentismo, sob o crivo da intensa competição internacional, a

aumentar os valores de uso e reduzir o valor. O que há, para a autora, é um descompasso e uma tentativa de liberdade entre o trabalho abstrato, o valor, como a forma “verdadeiramente social”, e o trabalho concreto, criador da materialidade, verdadeiro fundamento daquela abstração.

A produção de valor permanece então “onde sempre esteve”, o que houve foram reconfigurações nos processos produtivos, nas relações sociais, nas formas de gestão, na centralização dos capitais, etc., em suma, um novo regime de acumulação e sua correlata regulação, enquanto a mais-valia segue como princípio intacto da acumulação de capital. Isso não pode ser de outra forma porque o trabalho concreto produtor de valores de uso é uma “constante antropológica” e não pode desaparecer. Acredito que isso se repete também para Fix, Rolnik e Royer, apesar delas não abordarem essa questão. Paulani não aprofunda mais o seu raciocínio nos textos consultados para além do que foi exposto aqui, mas entendo que está implícita uma concepção de que foi com a produção de mercadorias com vista à acumulação que houve a bipartição do trabalho – eterna mediação do metabolismo entre o homem e a natureza - e do seu resultado, a partir da qual o lado abstrato firmou-se como realidade criadora do mundo, uma abstração real, que dominou o lado material e permanentemente humano da sociedade. Portanto, enquanto houver trabalhadores dispendendo o seu tempo na produção de mercadorias no capitalismo e inundando o mundo de objetos haverá valor e valorização. O trabalho é a fonte viva e criadora nunca suprimida, mas submetida, atualmente mais do que nunca, a uma forma social dominada pelas personificações de uma classe rentista - não raro principal foco da crítica -, que, embora aposte em transações em níveis cada vez mais distantes do lado material e concreto da produção e circulação de mercadorias, executa enormes catástrofes sociais absolutamente palpáveis.

A esse procedimento que cruza momentos antropológicos com outros especificamente capitalistas, Kurz (2005) chamou de abordagem dualista do trabalho, que leva esse marxismo a direcionar a sua crítica para uma mediação exterior e subjetiva – o do valor que vem de fora, o da circulação, da distribuição desigual, etc. -, positivando o eterno lado concreto e material da produção e das coisas (Ibidem, p. 26). Sem ver o processo de valorização do valor como uma “lógica de produção concreto-abstrato” historicamente específica, isto é, um processo de produção (e de trabalho) e, simultaneamente, processo de valorização, esse posicionamento teórico tem dificuldade para abordar o caráter social e ecologicamente destrutivo do processo de produção capitalista (Ibidem, p. 22). Em Paulani, por exemplo, a destruição aparece com frequência como o resultado de um capitalismo desregulado e sujeito a crises, quase como “uma relação de dominação pretensamente já apenas ‘política’ sobre a produção (Ibidem, p. 26)”.

Diferentemente de Paulani, Kurz é crítico da concepção ontológica de um trabalho próprio do humano em geral. Ele entende que essa categoria não é uma simples elaboração mental, uma abstração nominal, para referir-se às atividades em geral ao longo da história, mas sim o resultado de uma prática determinada historicamente. No seu proceder teórico, o trabalho é um dispêndio abstrato de “cérebro, nervos e músculos” que dá forma por meio da sua ação simultaneamente concreta à diferentes qualidades de produtos, materiais ou imateriais, cujo sentido é realiza-los com lucro no mercado concorrencial através da forma preço, que abstrai dessas mesmas qualidades e valida retroativamente o trabalho (abstrato) efetivado (KURZ, 2005). Essa abstração, portanto, enfatiza Kurz (2014, p. 174), não é apenas “uma coisa existente no pensamento aparentemente nominalista” resultante do ato da compra e venda, a abstração real de que trata existe no pensamento porque é uma ação real de dispêndio de energia fisiológica inseparável da sua forma concreta, um tipo de dispêndio “material abstrato” já na produção. “[...] também aí se abstrai objectivamente (não de um modo subjectivamente consciente), no sentido do apriorismo transcendental, do processo de produção concreto e técnico, precisamente no que se refere ao dispêndio real abstracto de energia humana que depois, na troca, reaparece sob a forma da objectualidade do valor (2014, p. 174)”

Esse movimento abstrato-concreto precisa funcionar como uma espiral constante e impele a ação dos sujeitos na busca por multiplicar ilimitadamente aquela abstração apoiada no seu recipiente qualitativo e concreto. A abstração do conceito refere-se, portanto, a uma abstração real dos sujeitos em suas práticas na produção e circulação da mercadoria e não a alguma verdade do homem em si, por isso é inadequada para compreender as atividades históricas onde as formas de existir entre os homens e destes com a natureza não são determinadas e mediadas de igual maneira. O próprio uso de um conceito geral para referir-se às diversas “atividades” e “práticas” em sociedades nas quais não houve formas abstratas dando identidade e organizando as relações sociais como uma totalidade social torna-se um problema.

Destarte, o trabalho como força social criadora de relações sociais e da materialidade do mundo, mediando o metabolismo social com a natureza, é fundamentalmente moderno tanto em seu polo abstrato, quanto no concreto. “O trabalho concreto e o trabalho abstracto são precisamente o mesmo trabalho, reunidos na abstracção "trabalho" como abstracção real (2005, p. 27)”. O lado abstrato, portanto, não vem de fora e se agarra a uma força transhistórica material e concreta alienando-a do seu portador e dos seus fins, como em Paulani e possivelmente em Fix, Rolnik e Royer, ele é co-constitutivo da categoria trabalho com esse seu outro lado e subordina-o ao seu fim em si de acumular-se; ademais, engendra, ao mesmo tempo, um a priori “da reprodução capitalista como totalidade”. De acordo com Kurz, “[...] a determinação como

a priori social do trabalho abstracto é uma determinação da totalidade [...] Isto significa que o trabalho abstracto se estende a todo o processo de reprodução capitalista, como força motriz da abstracção do valor (Ibidem, p. 25)”.

Partindo da totalidade social constituída, o valor como projeção fetichista, que objetifica-se no mundo coisificando as pessoas e agindo por meio delas efetivamente no mundo físico e social, de maneira a moldar a natureza e as relações sociais à sua imagem, substancializa-se pelo trabalho, ou seja, ganha realidade independente e autônoma no mundo por meio dessa relação social que é uma “matéria abstracta física e mecanicisticamente reduzida”, uma “força social-material e o processo” (2005, p. 6). Em outras palavras, para a “metafísica real” com “a sua pretensão de Absoluto negativa e destrutiva” “afirmar-se no mundo terreno” (Ibidem, p. 6), o trabalho deve agir simultaneamente como dispêndio físico-material de “cérebro, nervos e músculos” e particularidade sobre os objetos; uma fantasmagoria que, não obstante a abstração das suas qualidades concretas e a indiferença quanto a especificidade do seu emprego, deve transformar objetos em valores de uso (Ibidem, p. 8). Vale destacar que, apesar da contradição abstrato-concreto ser co-constitutiva, o movimento de fim em si da totalidade social submete a face concreta do trabalho e da mercadoria – o valor de uso – a serem formas de representação e de aparência do trabalho abstrato e do valor (Ibidem, p. 33).

Outro aspecto da crítica de Paulani que penso ser necessário retomar se refere à sua defesa, sem contradição, do Estado de Direito. Tendo em mente a intenção de avançar na discussão sobre os limites do Estado e da política e criticar a ambos como sendo pares contraditórios do mercado e da economia, portanto, abstrações modernas e formas de dominação que não deveriam ser positivados, acho importante confrontar a ideia de Paulani (2010) acerca do Estado de Exceção, cuja principal referência é o livro homônimo de Giorgio Agamben, com um aspecto basilar elaborado por esse autor para desenvolver tal conceito, entretanto, não mencionado por ela em sua análise das transformações institucionais no país. De acordo com Agamben (2004), após a primeira guerra, as legislações demonstram uma tendência de concentração do poder, das ações e dos atos no sentido de eliminar o controle e a criação de normas de modo mais democrático, quando não de instaurar diretamente um estado de suspensão dos direitos e das normas constitucionais. Esse modo de operar transformou-se em “paradigma de governo dominante na política contemporânea (Ibidem, p. 19)” para enfrentar os estados de necessidades diversos que surgem, podendo chegar à suspensão da própria vida. Em nome da democracia e da ordem jurídica, a equiparação de emergências militares e econômicas normalizaram a exceção, tornando-a regra, o que levou à busca por

instrumentos legais para enquadrar os atos excepcionais dentro da lei. Se até aqui Paulani (2010) concorda com Agamben (2004), a sua ênfase em um estado de emergência econômico a partir do final dos anos 1980 no Brasil, apesar da autora mencionar o anterior estado de emergência jurídico da ditadura militar, não explora a relação constitutiva entre Estado de Direito e Estado de Exceção presente naquele autor, o que fica patente em sua crítica ao estado de emergência econômica nacional tendo em vista um Estado-Nação pleno de direitos. Ela também não aborda o porquê “O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário (Ibidem, p. 131)”, afirmação que o autor igualmente não desenvolve, ao menos nesse livro. Sobre essa última afirmação, tratarei um pouco mais ao longo do texto, agora focarei brevemente naquela relação de interdependência.

Para Agamben (2004), não há uma relação natural e necessária entre vida e norma - a “vida pura e simples” e o “direito” em si [...] não têm “nenhum fundamento na natureza ou no espírito divino (Ibidem, p. 132)” - ou entre a violência - que ele quer libertar das peias do direito para a construção de outro tipo de ação humana - com o direito. O autor procura demonstrar que a “máquina jurídico-política (Ibidem, p. 130)” efetuou uma articulação “fictícia”, “artificial” e violenta entre esses polos (Ibidem, p. 132). A partir de então, “O sistema jurídico do Ocidente apresenta-se como uma estrutura dupla, formada por dois elementos heterogêneos e, no entanto, coordenados: um elemento normativo e jurídico em sentido estrito [...] e um elemento anômico e metajurídico (Ibidem, p. 130)”.

A máquina jurídica para funcionar englobando a vida precisa disputar o seu contrário, isto é, a violência por não poder “existir senão através de uma captura da anomia (2004, p. 93)”. Na impossibilidade do direito existir de maneira estável e constantemente como uma “norma sem relação com a vida (Ibidem, p. 131)”, exercendo o controle sobre ela e a regulando através de um “sistema rígido”, um inviável “estado perfeito de direito” (Ibidem, p. 111), o “estado de exceção separa, pois, a norma de sua aplicação. Introduce no direito uma zona de anomia para tornar possível a normatização efetiva do real (Ibidem, p. 58)”. Ao falhar em totalizar-se absoluta e ilimitadamente para “manter a própria ordem (Ibidem, p. 130)” só enquanto norma, o “universo do direito (Ibidem, p. 111)” precisa suspender o direito e assegurar uma relação com esse espaço vazio de norma – o estado de exceção - na busca por se religar à “vida” e à “realidade” e, para tanto, age como uma força violenta e normatizadora se impondo sem lei sobre a realidade afim de garantir-se ou se engendrar (Ibidem, p. 79-80). “Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto da sua relação (Ibidem, p. 63)”. A violência que resulta do direito na sua suspensão deve se tornar novamente o seu pressuposto, em uma

espécie de ciclo desse poder de governar. “O que a ‘arca’ do poder contém em seu centro é o estado de exceção (Ibidem, p. 131)”.

Com essa contradição em mente e olhando para o “máximo desdobramento planetário” do estado de exceção, Agamben (2004) não reafirma “o primado de uma norma e de direitos que, em última instância, têm nele o próprio fundamento (Ibidem, p. 131)”. Sem desdobrar mais nesse livro, ele menciona que o retorno ao estado de direito não é mais possível e que o estado de exceção generalizado “está levando o Ocidente para a guerra civil mundial (Ibidem, p. 132)”. A crítica do autor vai na direção de tentar “interromper o funcionamento da máquina (Ibidem, p. 132)”, de demonstrar que o direito é uma abstração em relação à vida e apontar para a possibilidade de outra forma de ação humana³⁰¹. Não pretendo debater a obra de Agamben e nem propor uma reflexão mais aprofundada do livro em questão, mas apenas chamar a atenção para a impossibilidade do Estado de Direito sem o Estado de Exceção que Paulani (2010) não retoma da obra de Agamben, daí a sua crítica apenas a um lado da contradição enquanto aponta para um projeto de Estado de direito nacional e soberano. No tocante à particularidade brasileira do processo de modernização, talvez seja conveniente nos perguntarmos se para algumas localidades e camadas da população o estado de exceção não foi desde sempre a forma de regulação das relações sociais e que, portanto, não foi interrompido com a constituição cidadã de 1988. Ao contrário, parece que o ápice da democracia representativa no Brasil, ao coincidir com o estado de emergência econômico, enterrou qualquer horizonte de progresso para o Estado-Nação brasileiro.

Procurei traçar brevemente algumas páginas acima, com foco na produção habitacional, a conjuntura temporária na qual o governo brasileiro logrou gerir a “aventura cidadã” com crescimento econômico e distribuição de renda, mas quando os circuitos de capital fictício para o Brasil estancaram, a “inspiração Desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá” acabaram em fracasso. Todavia, nas análises de Paulani, que oscilam entre um “fator estrutural”, que à certa altura do desenvolvimento histórico do capital fechou as portas para a modernização progressista, e o “fator político”, cuja entrega do país para a dominância financeira impediu o avanço da soberania com justiça social, não fica claro quais são as possibilidades e os limites da atuação do Estado e suas instituições diante das crises do capital e seus desdobramentos, nem se a capacidade de ação do aparato estatal é a mesma ao longo de

³⁰¹ “Mostrar o direito em sua não relação com a vida e a vida em sua não relação com o direito significa abrir entre eles um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome ‘política’. A política sofreu um eclipse duradouro porque foi contaminada pelo direito, concebendo-se a si mesma, no melhor dos casos, como poder constituinte (isto é, violência que põe o direito), quando não se reduz simplesmente a poder de negociar com o direito (2004, p. 133)”.

toda a história moderna. A questão de se essa categoria pode ter chegado ao limite das suas ações modernizadoras quando o próprio capital entra em crise absoluta, um limite definitivo na sua propriedade de autovalorizar-se, não é aventada, pois tal ponto de ruptura não é cogitado para nenhuma das duas categorias por Paulani, uma vez que “o fundamento de vários dos fenômenos que têm caracterizado a etapa atual do capitalismo está no mesmo lugar onde sempre esteve: o velho e conhecido trabalho não pago”. Sem tematizar ou cogitar um limite do Estado e do seu polo oposto, a economia, nem reconhecer a falta de autonomia do aparato estatal e seu fundo público perante as contradições do capital, os contornos políticos e institucionais estão mais próximos de um caráter de contingência, que podem fomentar ou conter parcialmente o domínio financeiro e rentista a depender da luta de classes e das orientações tomadas para conduzir a economia.

3.12.1 A gestão neo desenvolvimentista da crise

Diferentemente da interpretação de Paulani, segundo a qual uma modernização mais democrática e popular estaria disponível ao Brasil, como sugere a sua crítica através de propostas e projetos visando uma possível implantação, o que de certo modo pode ser estendido igualmente para Fix, Rolnik e Royer, Roberto Schwarz argumenta que a modernidade, “encarnada positivamente nas nações que nos servem de modelo”, não é algo “estável, à espera e ao alcance da mão (1999, p. 161)”. Não se trata de algum modelo idealizado e abstrato a ser implantado por algum sujeito ou sujeitos dentro de um Estado-nação, nem está simplesmente à disposição para ser incorporado pelas nações que o almejam ou sob o controle dos Estados imperialistas para ser disputado, o que há é um “sistema mundial produtor de mercadorias” em marcha progressiva e irreversível, que impõe níveis cada vez mais elevados de produtividade e de investimentos às economias nacionais, restringindo constantemente o número de participantes e os casos de sucesso a alguns países ou, por vezes, apenas a certas regiões, setores ou poucas empresas dentro das suas fronteiras (KURZ, 1993, p. 161-3).

Nessa direção, o que inviabilizou as industrializações retardatárias, impedindo “os países atrasados [...] de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo (SCHWARZ, 1999, p. 160)”, foi a “marcha do mundo”. O projeto de desenvolvimento nacional brasileiro, impulsionado pelo Estado, não pôde recuperar o atraso na produtividade em relação aos países desenvolvidos no qual foi colocado pela assincronia das fases de imposição e acumulação do capital em expansão (KURZ, 1993). Os esforços do desenvolvimentismo de “arrancar a população aos enquadramentos semicoloniais em que se

encontrava, e de trazê-la, ainda que de forma precária, ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna, industrial sobretudo, contrariando o destino agrário a que o imperialismo - como se dizia - nos forçava (SCHWARZ, 1999, p. 156)”, não puderam se completar como nos países em que se espelhavam. Os “sacrifícios fantásticos” para constituir a infraestrutura física e social do país também não conseguiram cumprir os fins planejados. Assim, “sem terem para onde voltar” e sem emprego, aquelas populações mobilizadas para o trabalho “se encontram numa condição histórica nova, de *sujeitos monetários sem dinheiro*, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos (Ibidem, 1999, p. 159-160, itálico do autor)”.

Olhando da virada do século, logo após a consolidação do projeto neoliberal, que veio após o esgotamento do desenvolvimentismo que não cumpriu o prometido, e o “[...] desmanche dos direitos conquistados ao longo da quadra anterior [...]”, Schwarz escreve: “A liga do trabalho rebaixado com a dependência externa, consolidada na semi-exclusão científico-técnica do país, aponta para a sociedade derrotada (2006, p. 13)”. O fracasso em superar o subdesenvolvimento é o ponto máximo de uma série de frustrações históricas que, desde o século XIX, sempre estiveram “[...] ligadas ao desnível tenaz que nos separa dos países-modelos e à ideia de o transpor por meio de uma virada social iluminada (p. 12)”.

Se parcelas do parque industrial e tecnológico nacional, formado em grande parte com capitais estrangeiros e aportes públicos, ainda conseguiram alcançar certo êxito e explorar produtivamente frações da força de trabalho mobilizadas até próximo do final do século XX, com a Terceira Revolução Industrial os critérios – produtivo e de investimento - do mercado mundial se tornaram inalcançáveis para a maioria dos setores. No plano da totalidade, esse revolucionamento das forças produtivas colocava simultaneamente um fim à capacidade do capital acumular mais-valia em escala crescente. De acordo com Schwarz, aquele ciclo desenvolvimentista – décadas depois retomado como objeto de discussão no PT, governo federal, entre especialistas e proponentes em políticas públicas -, que não logrou atingir “o seu ponto de chegada”, a saber, “a sociedade nacional integrada, livre dos estigmas coloniais e equiparada aos países adiantados (1999, p. 157)”, chegou ao fim “com os dois choques do petróleo, a crise da dívida e sobretudo com os novos saltos tecnológicos e a globalização da economia, que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem (Ibidem, p. 158)”. A “marcha do mundo” que se impôs ao país encontrou-o, argumenta ele, sem dinheiro para completar a industrialização e a integração social nos novos níveis de tecnologia requeridos mundialmente. Os custos exigidos com a produtividade dos países desenvolvidos,

inclusive da necessária infraestrutura física e social em apoio ao avanço das ciências, das técnicas e da automação, eram impossíveis de serem pagos.

Mas ao contrário do que ainda possa parecer como um projeto a ser completado ou reformado em outras bases por causa de erros do passado e do presente, como no caso das propostas de Paulani à falta de “um projeto nacional – de preferência nacional, popular e democrático, que tivesse permitido, desde seu início, o planejamento da intervenção econômica (2017a, p. 153)” - nos anos petistas, essa “[...] *já foi a modernização*, a única historicamente possível [...] dentro do contexto do sistema mundial produtor de mercadorias (KURZ, 1993, p. 196)”.

A corrida dos países atrasados na busca por alcançar os mais desenvolvidos, que não deixaram de continuar acelerando o passo, é como “[...] a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre (KURZ, 1993, p. 172)”. O vencedor está fadado à derrota porque o seu sucesso nos critérios do capital significa o próprio fim da acumulação, mediante a concorrência, e da capacidade do Estado-Nação engendrar projetos nacionais de desenvolvimento. Em termos categoriais, “o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização” no pós “boom fordista” empurraram o “sistema mundial produtor de mercadorias” para o seu “limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata de força de trabalho (Ibidem, p. 191)”. O êxito desse desenvolvimento alcançou “a beira da supressão, por parte do próprio capital, da substância de ‘trabalho’ produtivo do capital (Ibidem, p. 189-190)”. De acordo com Kurz em seu livro o *Colapso da Modernização* do início dos anos 1990, nesse contexto de estagnação e declínio da massa de valor a ser disputada entre os competidores globais, o acirramento da concorrência aumenta o número de regiões derrotadas ao redor do mundo, inclusive nos países desenvolvidos “vencedores” – o “Terceiro Mundo dentro do Primeiro (Ibidem, p. 210)” -, o que encolhe os mercados - consumidores e produtivos - e reitera a redução do valor global a ser transferido entre os lugares ou apropriado como lucro.

Ele refere-se aos países do chamado Terceiro Mundo, que enfrentam os processos de decadência e fracasso da modernização sem qualquer outra alternativa dentro dessa forma social, afundando em uma “barbárie secundária” das lutas e conflitos sem perspectivas, como “sociedades de colapso” ou “sociedades pós-catastróficas”. Mas ao ver também que a “maioria da população mundial” se encontra na condição de “sujeitos-dinheiro sem dinheiro” e “partes gigantescas do sistema produtor de mercadorias” se desmoronam, notou que o destino dos vencedores de então era igualmente o da catástrofe, que avançava das periferias para os centros do capitalismo. De acordo com Kurz, ao colapso em curso “Não seguirá [...] nenhuma

‘metamodernização’, mas apenas o horror infinito das sociedades pós catastróficas (1993, p. 196)”.

Diante de “uma crise categorial da forma social capitalista [...] que marca o fim definitivo da ‘modernização’”, a forma social Estado-Nação, por conseguinte, também entra em crise e tem a sua capacidade de ação restringida (KURZ, 2018). É importante enfatizar que não existe algo como uma vontade da política e do poder ou uma autonomia do Estado capazes de colocar em prática novos projetos desenvolvimentistas e mudar o colapso da atual forma social, ao contrário, o Estado só pode agir *a posteriori* e não modificar as leis da produção capitalista de mercadorias, além disso o crescimento das atividades estatais sempre dependeu do dispêndio produtivo de trabalho abstrato, ou seja, do pleno funcionamento do dinheiro, da mercadoria e da economia para serem financiadas (KURZ, 1997, 1993). Tanto o Estado e a política, quanto a economia e o mercado existem no “mesmo ‘campo’ histórico da modernidade (KURZ, 1997, p. 93)”, essa oposição é co-constitutiva e é parte da história de imposição e desenvolvimento do capital. O limite à valorização do valor significa, por isso, o limite dessas categorias. Se ao longo da história do capitalismo houve nas particularidades nacionais o predomínio de um dos polos da oposição ou o revezamento entre uma fase de maior intervenção e controle do Estado e outra com peso maior da concorrência e do mercado no processo de modernização e na resolução temporária das crises, na atual condição não há mais qualquer alternância de estatismo e monetarismo ou “tratamento da contradição” (KURZ, 2011a) dentro dos países e a nível global que possam fomentar ou desencadear um processo ascendente de valorização do valor. A mais recente oscilação que se observou na virada neoliberal, estatalmente induzida, seguida do retorno à intervenção estatista com a crise de 2008 - e suas versões nacionais no fracasso do neoliberalismo dos anos 1990 e do neodesenvolvimentismo petista -, bem como a mescla de um no outro que sempre houve, já nada tem a ver com um processo de acumulação de valor global, mas é tributário da circulação do capital fictício a nível mundial. Vê-se que “também na administração estatista da crise os irmãos inimigos keynesianismo e neoliberalismo se revelam como membros da mesma família (2011b, p. 1)”.

As reflexões de Kurz acerca desse polo co-constitutivo do capitalismo envolvem situar a própria forma do sujeito a ele coadunada, que nas personificações do poder ou nos posicionamentos pragmáticos do cotidiano – e da universidade - podem, por exemplo, oscilar suas ações e intenções entre os lados estatista e liberal no interior incontornável da matriz social subjacente. Precede tanto ao cidadão, à cidadania e seus representantes, cujas referências ideais seriam as decisões tomadas para o bem comum de uma nação soberana, quanto à liberdade dos proprietários no mercado e na concorrência, e isso inclui os seus ideólogos, “o princípio racional

a priori objectivamente inegociável da lógica da valorização” (2011a, p. 9). “Os actores filosófico-ideológicos, económicos e políticos do ‘tratamento da contradição’ movem-se como hamsters na gaiola [...], cuja polaridade imanente cria sempre novas opções aparentemente contraditórias de acção [...], podendo por isso tornar-se e transformar-se umas nas outras (Ibidem, p. 10)”. Essas formas de vontade, do agir, de liberdade e o conteúdo das suas necessidades, em suma, a forma de existência dos sujeitos está emparedada pela “máquina de valorização como mecanismo social cego”. A sua autosubmissão a esse princípio inconsciente, que funciona, entre outros, através do antagonismo de Estado e Mercado, é a condição para eles poderem realizar as suas metas e finalidades como pessoas (Ibidem, p. 8-10). É dentro do funcionamento da lógica objectivada, automática e naturalizada que

[...] se estabelece, simultaneamente, a polaridade imanente entre estatalidade e economia, entre *homo oeconomicus* e *homo politicus*, entre *bourgeois* e *citoyen* (determinados “masculinos” como sempre); com certeza que de modo plenamente inconsciente, como duplicação contraditória da “vontade geral” na estatalidade transcendental, ou na “forma vazia” de uma “lei em geral”, por um lado, e na máquina igualmente transcendental da “mão invisível”, por outro. Ambos os momentos da “vontade geral” apontam um para o outro e procedem um do outro. O mecanismo social objectivado da “mão invisível” precisa do poder de submissão política do Leviatã, que force a sociedade a esta forma, e da forma jurídica geral dos “sujeitos”, porque as mercadorias, na formulação posterior de Marx, “não podem ir para o mercado sem os seus guardiões”, e estes últimos têm de agir em relações contratuais reguladas, para poderem ser funcionários da legalidade pseudo-natural. Inversamente, a estatalidade e a forma jurídica têm como seu próprio pressuposto a “mão invisível” do mercado, na realidade o “sujeito automático” da reprodução fetichista no seu conjunto, que lhes determina a moldura do “poder de decisão” e da juridificação (Ibidem, p. 10).

Retomando a crise do Estado-Nação, é importante destacar que essa categoria não desaparece e sim é cada vez mais enfraquecida, de modo que a própria política “não pode mais formular qualquer alternativa, mesmo na forma previamente podada pelo sistema”. Com a decomposição das economias nacionais e dos “elementos da economia empresarial”, que muitas vezes fogem “para fora dos limites nacionais e continentais” em busca de oportunidades de lucro e mercado consumidor, os mecanismos de regulação – sistemas tributários, jurídicos, sociais, moeda, etc. – para dentro e para fora esboroam-se na luta desregulatória entre os Estados para atrair e manter o capital globalizado dentro das suas fronteiras (KURZ, 2018). Ao mesmo tempo, os custos das suas funções e setores hipertrofiados tornam-se impagáveis com as receitas internas. O aparelho estatal precisa concorrer avidamente no mercado por crédito, consumindo improdutivamente capital fictício, daí o potencial de crise que surge da normalidade dos enormes montantes de dívidas imprescindíveis para o Estado conseguir se reproduzir (Ibidem). Na linha de frente dos capitais a serem atraídos e mantidos no âmbito das economias nacionais, pressuposto tanto da economia, quanto da política, está a “finança capitalista”, que “virtualiza a acumulação de capital por falta de substância trabalho”, de sorte

que os fluxos de mercadorias se tornam, diferentemente de antes, “uma expressão, e mesmo um subproduto, de uma autonomizada ‘acumulação fantasma’ do capital monetário especulativo” (Ibidem).

Kurz, no livro *O Colapso da Modernização* (1993), descreve dois fenômenos associados que desde 1970 foram sendo armados e funcionam como “inspiração artificial do mercado mundial (p. 215)”. Por um lado, “megacircuitos de déficits” entre os perdedores e os vencedores da concorrência mundial, sendo que os primeiros são financiados pelos últimos com seus superávits comerciais e, conseqüentemente, se autofinanciam como exportadores para esses países, e por outro, “uma especulação global com imóveis e ações” a partir dos excedentes de capitais monetários que não podem mais ser investidos nos setores produtivos tradicionais. O “boom absurdo, puramente fictício do capital especulativo” soma-se e imiscui-se com os “circuitos de déficit nacionais e internacionais” impulsionando as dívidas e os processos de produção e consumo cada vez mais ficcionalizados (Ibidem, p. 217-8). Cabe mencionar que no livro *O Colapso da Modernização*, tantas vezes citado até aqui, o autor ainda considera que existe trabalho produtivo e acumulação em alguns espaços ao redor do globo, embora a situação esteja no limiar da ruptura: “por toda parte tenta-se protelar a crise mediante dinheiro de crédito artificialmente criado, que na verdade não tem substância alguma, na esperança de que possa pegar de novo o motor da acumulação (Ibidem, p. 219)”. Esse ponto de vista não é o mesmo dos textos já citados, como por exemplo o *Ascensão do Dinheiro aos Céus* (2019) e o *Dinheiro sem valor* (2014), nos quais já não há mais um “último fio finíssimo que liga a acumulação real à superestrutura de crédito (KURZ, 1993, p. 218)”. Apesar disso, a reprodução social não colapsou em termos formais, a “metafísica real capitalista da modernidade” (KURZ, 2011a) continua a reproduzir-se determinada por novos ciclos ficcionalizados de crescimento, a partir dos quais a sociabilidade mediada por mercadorias e dinheiro ainda persiste.

Se por um lado o esforço estatal encontra-se limitado e enfraquecido, por outro é obrigado a desenvolver-se “como progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso” (KURZ, 1993, p. 204). O Estado torna-se gestor “da crise na concorrência de localizações” em um território fragmentado entre regiões e localidades “acopladas” ao capital globalizado e aquelas “dissociadas”. O avanço do desemprego, da pobreza, da “dessocialização” e do “asselvajamento social” (KURZ, 2018) exacerba a sua faceta mais imediatamente violenta, o “estatismo terrorista [...] procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo à custa de uma administração violenta da miséria que se transformará em terror (1993, p. 204)”.

Com isso em mente e os olhos voltados para a recente particularidade brasileira, Marildo Menegat (2019, p. 261-5) vê nos últimos anos do século XX e no início do XXI, a partir da expansão das favelas, do desemprego em níveis insuportáveis, da explosão da violência e do encarceramento em massa, indícios de que o capitalismo nacional ingressou em uma fase de aprofundamento da barbárie, na qual as parcas conquistas no campo dos direitos sociais e trabalhistas³⁰², um arremedo de Estado de bem-estar social europeu e norte-americano, cederam lugar para um Estado punitivista e gestor do desmoroamento em curso.

Frente à crise estrutural do capital, o que se conhece como processo civilizatório³⁰³ não pode mais projetar a sua imagem de progresso que sustentou a crença de que se tratava de uma evolução infinita, “Tudo o que [...] pode oferecer é o espetáculo de horror (MENEGAT, 2019, p. 80)”. Enquanto a acumulação manteve-se em ascensão foram possíveis certos ganhos civilizatórios com a distribuição de renda e melhoras no padrão de vida da classe trabalhadora, sobretudo nos países centrais, com intermitências de barbárie. Desde que o capital alcançou os seus limites lógicos, “a história da humanidade tem sido [...] uma continua catástrofe social e ecológica. [...] uma crise brutal do outrora chamado processo civilizador (Ibidem, p. 202)”. Nesses tempos de catástrofes, as simulações temporárias e locais de prosperidade já não podem ocultar a dissolução da sociedade “[...] que começou na periferia e há muito chegou ao centro, prometendo não parar até suas energias destrutivas (ou a natureza) se esgotarem (Ibidem, p. 54)”. Se até os anos 1970 foi possível a oscilação entre o que se entende por padrões civilizatórios e a barbárie, assim como nos países periféricos fomentar as esperanças de atingir

³⁰² Os esforços da industrialização e da urbanização do país nos anos da ditadura civil-militar foram baseados na superexploração do trabalho. Esse regime impediu qualquer tentativa de expansão de direitos e modernização das relações de superexploração no campo e na cidade, ou seja, que formas democratizantes se realizassem. A ditadura foi a resposta brasileira, permeada de sacrifícios da classe trabalhadora, para a modernização periférica, diante da concorrência global, parrear-se com os ditames da produtividade dos países centrais (MENEGAT, 2019, p. 261-5). Por aqui, nem a produtividade desses países foi generalizada nos ramos produtivos, nem as conquistas sociais resultantes da luta de classe puderam ocorrer. “Isto não foi possível porque estas sociedades retardatárias estavam sempre numa situação desfavorável na concorrência pela apropriação dos lucros produzidos – cuja base é o desenvolvimento das forças produtivas – quanto porque o emparelhamento da medida de tempo de trabalho – que é o que ocorre na globalização – se torna impossível, e por isso se inicia a ruína desta forma social desde a periferia, seu elo mais fraco (Ibidem, p. 265)”.

³⁰³ Menegat (2019) entende que o processo civilizador coincide com a ascensão e o desenvolvimento da sociedade burguesa, que se esgotou com a sua crise estrutural. Tal processo, todavia, é constituído de forma fantasmagórica e fetichista, repleto de coações inconscientes a partir de formas objetivas de existência e, ao mesmo tempo, formador de uma subjetividade específica. Trata-se, na verdade, de uma barbárie civilizada (Ibidem, p. 15). Uma civilização que se realiza por meio da barbárie ou alterando-se com ela. O projeto da razão esclarecida pressupunha a supressão de uma condição humana de imaturidade, em que as relações de dominação pessoal e religiosas impediam a autonomia e o agir racional e consciente. O processo civilizatório burguês, porém, constituiu outra forma de dominação transcendental, impessoal e objetiva. O homem ainda estaria, menciona o autor retomando Marx, na pré-história da humanidade e caminha em sua imaturidade. “A liberdade humana não implica somente livrar-se das necessidades, mas principalmente suprimir as formas sacrificiais de produzi-las. O trabalho, cuja origem da palavra não esconde sua identidade com instrumentos de tortura, é um ato sacrificial numa forma sublimada de renúncia autoconsentida (Ibidem, p. 46-7)”.

os níveis de desenvolvimento dos países centrais, com o colapso do capitalismo a barbárie se torna permanente, seguida de seus rastros de catástrofes. Nas palavras do autor: “[...] o que teorizo como barbárie é esta tendência de um fim do mundo em curso como realização plena do capitalismo – e todas as suas variáveis evolutivas... (Ibidem, p. 192)”.

Antes, portanto, do neodesenvolvimentismo petista dos anos 2000, já desde a criação do PT no final dos anos de 1980, segundo Menegat (2019), não havia a possibilidade de reatar com as décadas anteriores e tentar levar adiante um programa de distribuição de riqueza ou de milagre econômico para reverter a exclusão em massa da modernização do país. Como já mencionado, o modo de governar modernizador a partir das políticas de estado deparou-se com os seus limites na crise mundial do capital (Ibidem, p. 261-5, 335). A “força progressista do capital” na sua fase expansiva, que engendrou a formação da nação e distribuiu direitos em alguns países chegou ao fim, por isso a luta por cidadania e distribuição de renda não faz mais sentido. O que se viu foi o colapso social brasileiro, primeiro, crise das dívidas, estagnação e inflação, seguida das políticas neoliberais, que desmontaram as condições objetivas para uma democracia de massas, atacando as poucas conquistas sociais e desmontando o aparato estatal e produtivo de inserção soberana do país (Ibidem, p. 268-271).

Na dissolução da forma social e sem poder garantir às “massas humanas refugadas” que a sua adesão à ordem social seja recompensada pelos ganhos com o trabalho, torna-se necessário uma dinâmica de contenção e disciplina. A manutenção da ordem recorre à fusão da violência física com a econômica³⁰⁴ - outrora cindidos, porém nunca ausentes totalmente no desenvolvimento do capitalismo - em processos semelhantes aos que ocorreram na acumulação primitiva (MENEGAT, 2019, p. 55). A função dominante do Estado passa a ser a de contenção do “processo de dissolução de uma modernidade em fim de linha (Ibidem, p. 85)” através do seu aparato policial e punitivo contra as massas de excluídos, um Estado Penal, uma modalidade do Estado de exceção³⁰⁵.

³⁰⁴ “Massacrar e humilhar estes que não podem mais valorizar o valor tornou-se um cimento social que, como aparência social necessária, precisa renovar sua unidade a toda hora ou porque as catástrofes se repetem com assombrosa regularidade, ou porque os grupos submetidos a execração vão se modificando e ampliando a cada momento. Esta brutalidade crua e sistemática contra as massas de perdedores é o prumo que sustenta o campo de gravidade em que se segura o indivíduo branco, homem de bem e bom cidadão desta época (MENEGAT, 2019, p. 56)”.

³⁰⁵ Antes sob a ameaça de dissolução durante as guerras, o Estado estendeu a ampliação dos seus poderes para as situações de crise econômica, como nos casos em que o fundamento das moedas, pautado no padrão ouro, estava em risco. “O Estado de exceção, portanto, surge justamente destas situações, como uma força decisória que pretende fazer com que tudo fique em pé quando os alicerces já estão em dissolução (MENEGAT, 2019, p. 153)”. Para Menegat, o estado de exceção original, que nunca se dissipou como constituinte da política, intensificou-se a partir da crise do capital dos anos 1970. O Estado não se legitima mais a partir das ideias de igualdade e justiça, mas ao assegurar a paz contra inimigos internos e externos. Sem poder atender aqueles que mais precisam ou ser fruto da ação coletiva, o Estado democrático na crise do capital legaliza os conflitos sociais que dão sustentação

O neoliberalismo como resposta à crise e o Estado Penal para conter o desmoronamento estão interligados e não foram implementados por nenhuma direita reacionária, afirma Menegat (2019), mas pelas versões social democratas nacionais. No Brasil, o partido social democrata (PSDB) e seu “Plano Real” “[...] assume e legaliza uma *economia política da barbárie*³⁰⁶, a qual se sustenta no saque ‘em que é despedaçada a substância física da economia nacional arruinada (Kurz) (Ibidem, p. 162)’. Quando o partido de esquerda (PT) ascende ao governo federal, ele dá continuidade a ambas as políticas, fazendo apenas uma inflexão na intencionalidade social e construindo um amplo aparato de gestão da barbárie. As experiências prévias nos governos municipais permitiram ao partido desenvolver técnicas inovadoras de “gestão dessa crise social (Ibidem, p. 105)” e usar o orçamento público para “produzir ‘escoras’ numa sociedade que desmoronava”, de maneira a “[...] fazer uma sutura num tecido social completamente esgarçado por índices alarmantes de desemprego que se transformam facilmente em violência cotidiana assustadora (Ibidem, p. 136)”. A forma “bem sucedida” de “governabilidade social” gerou a expectativa de que o governo criaria uma sociedade menos desigual, uma impossibilidade estrutural. Para o autor, “Nestas experiências, *o partido foi criando para si outro lugar na história*, distinto das antigas polêmicas sobre ser um partido revolucionário ou de reformas. *Seu sentido histórico último será mesmo o de ter construído um sistema original de gestão de uma sociedade que desmorona* (Ibidem, p. 105, itálico do autor)”.

A inflexão e o êxito efêmero do governo do PT na gestão da crise ou da barbárie com uma face mais humana e desenvolvimentista só foram possíveis devido à bolha especulativa com o preço das commodities, inflada a partir de 2002 e esvaziada em 2008, para voltar a crescer em 2010 e cair novamente em 2012 (MENEGAT, 2019, p. 100-1). Esse é o ponto fulcral não considerado por aquelas interpretações e práticas políticas que se atêm apenas ao grau de fidelidade aos preceitos desenvolvimentistas. Esse entendimento, bem como o de Paulani acerca da financeirização, invertem a ordem das determinações: a crítica às finanças toma como obstáculo aquilo que é a condição do próprio “crescimento”, como havíamos tratado antes através das reflexões de Pitta (2020) e Botelho (2019). A bolha de produtos primários formou uma ilusão de retorno dos “velhos ciclos virtuosos”, analisa Menegat (2019), e contou para tanto com o respaldo objetivo, como se viu na “[...] combinação de transferência de renda, aumentos reais do salário mínimo, aquecimento do mercado interno de consumo e de trabalho

ao próprio regime democrático. Frente à impotência das instituições públicas e do abandono do Estado de suas funções, ele se legitima através do uso da violência (2019, p. 152-7).

³⁰⁶ Segundo Menegat (2019), apesar do termo parecer um pleonasma, ele afirma referir-se a um período no qual as práticas econômicas “precisam se *utilizar da rapina e do saque* com uma frequência acachapante, a ponto de se tornarem leis gerais (p. 119)”.

e grandes investimentos em infraestrutura [...] (p. 141)”. A participação do Estado como “facilitador da indução artificial” com o PAC, o MCMV, os projetos da Petrobrás - a partir da descoberta do pré-sal - e o financiamento do BNDES às grandes empresas brasileiras, permitiu ao governo petista encenar “a realização de um projeto nacional em plena fagocitose desta forma em decorrência da globalização (Ibidem, p. 102)”.

O “artifício” não pôde estender-se por longos anos, como abordamos páginas atrás, mas “enquanto [...] durou – 2002 – 2008 e 2010 – 2012 -, os governos lulo – petistas colocaram em andamento toda energia destrutiva, tanto ecológica quanto social, do desenvolvimentismo (MENEGAT, 2019, p. 102)”. O projeto petista assentara na bolha financeira, que é efeito da própria crise, e quando ela rompeu “O fim da festa pregou uma peça na prepotência ideológica do progresso sem fim da esquerda tradicional (Ibidem, p. 106)”. Com o fim das possibilidades de gerir a barbárie em “face mais humana”, aprofundam-se o Estado Penal e as reformas nas quais a racionalidade econômica opera como esforço destrutivo para salvar a acumulação³⁰⁷. Após a queda de Dilma Rouseff

[...] é posto em marcha a destruição dos mecanismos de previsibilidade social da forma de direitos. “Escola, saúde, direitos trabalhistas, aposentadoria, enfim, tudo o que diz respeito à reprodução social da população e sua expectativa de inserção nos padrões que um dia se considerou civilizatórios no capitalismo foram destruídos em poucos meses (MENEGAT, 2019, p. 196).

Para essa perspectiva, não bastam boas intenções para levar a cabo algum projeto que não coincida, grosso modo e imediatamente, com os chamados interesses econômicos ou das classes dominantes. Se é a valorização do valor que determina a satisfação das necessidades, de modo que a margem de manobra dos partidos e grupos políticos é maior “em tempos de prosperidade capitalista”, com o seu fim encerram-se as alternativas políticas progressistas, por isso a social-democracia e os partidos de esquerda eleitos democraticamente aperfeiçoaram “a sua transformação em ‘mastim’ da administração de crise e de emergência (KURZ, 2011b, p. 25)”. No caso em questão, a maior capacidade para as políticas de cunho social e desenvolvimentista basearam-se, como acima mencionado, nas bolhas e fluxos de capital fictício. Portanto, quando a crise chega ou a bolha estoura, a oposição política enfrenta “a prova de fogo”, isto é, precisa mostrar “o seu valor como dura mão visível e braço armado do ‘sujeito

³⁰⁷ “Na medida em que a regressão à barbárie se intensifica, aquele hábito de vida mais baixo, ele mesmo, é destruído à força, para que novos acréscimos de rebaixamento sejam feitos. A pauperização das classes subalternas, que são predominantemente índios[as] e negros[as], não é, nesta perspectiva, um fenômeno do passado, como atestam os índices de desemprego, subemprego e as inúmeras fórmulas de terceirização do trabalho, mas ‘é o resultado da fase madura da acumulação de capital’, a partir da qual todo acréscimo de produção somente pode ser realizado deprimindo os salários e, paradoxalmente, ampliando o desemprego (MENEGAT, 2019, p. 179)”.

automático' (Ibidem)". Qualquer paralisação transforma o "Estado social ou de bem-estar" em um "Estado de promoção da guerra, mesmo para o interior (Ibidem)".

Nota-se então, que a montagem do estado de emergência no Brasil e a "plataforma de valorização financeira", base para a acumulação por espoliação, não são simplesmente os resultados de um projeto de classe ou o abandono dos ideais modernizadores desenvolvimentistas daquele partido de esquerda associados com um novo imperialismo. No atual momento de colapso e aprofundamento da barbárie na sociedade nacional, tratam-se, de um lado, das tentativas de atrair capital fictício a qualquer custo para sustentar as categorias do Estado-Nação – inclusive neodesenvolvimentista - e da economia nacional em dissolução, podendo mesmo simular novamente o vigor que pareciam ter outrora, e de outro, de administrar os setores e regiões ainda funcionais à reprodução social e impor a ordem aos sujeitos monetários sem dinheiro, nem que para isso seja necessário o extermínio dessas vidas.

A violência direta mobilizada nos assassinatos em periferias, contra os povos originários, nas expulsões e remoções ou mediante, por exemplo, a extração de renda não significa nenhuma nova fronteira nacional aberta à acumulação de capital, o que inclui o setor da construção civil em questão, ou alguma nova fase capitaneada pelas finanças, mas são parte dos arranjos "para manter de pé", despedidos da desgastada roupagem civilizatória, os alicerces fundantes da sociedade moderna. As reações estatais, portanto, devem ter cada vez "[...] menos o caráter de 'reformas' do que, pelo contrário, o de terror do Estado e de administração de crises (MENEGAT, 2019, p. 223)". Para Kurz, portanto, "Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado. A *falha do Estado* e a *falha do mercado* tornam-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e integração (1993, p. 234)".

Todavia, sem reconhecer que a desagregação do projeto nacional-desenvolvimentista nos anos 1970-80 já era expressão da crise do capital enquanto totalidade social em colapso, a crítica de Paulani através do estado de exceção, da acumulação por espoliação e da dominação financeira, entendidas como uma nova forma de dependência ou imperialismo, permanece inspirada, igual à toda uma geração de intelectuais, pela "tarefa inconclusa da formação nacional, à qual se vincula o imperativo de participar da modernidade - um imperativo com aceitação geral" (SCHWARZ, 1999, p. 160). A autora não menciona diretamente a sua filiação a essa tarefa, porém isso surge em seus textos como uma necessidade de levar adiante a modernização sob outro parâmetro, ou melhor, de um novo tipo de desenvolvimentismo com base em um projeto nacional-popular de desenvolvimento produtivo e ampliação dos direitos sociais, portanto, norteado verdadeiramente pela hegemonia dos dominados.

Não é a modernização em si e as suas categorias que são tomadas em sua negatividade imanente, uma socialização fetichista e catastrófica que escapa ao controle dos sujeitos, nem são reconhecidas, por isso, que as formas abstratas do Estado, da política e do “reconhecimento da cidadania e dos direitos” são partes da outra face da duplicação do “sujeito automático”, carregando consigo o Estado de Exceção criticado unilateralmente. Ao que parece, no entendimento de Paulani, essas categorias são positivadas e devem ser levadas a cabo em uma versão produtiva nacional e mais democratizada, liderada pela classe trabalhadora, que se transformará - como já visto nos regimes comunistas ou nos moldes da social democracia europeia? - no “suporte funcional do capital e das suas formas de representação” (KURZ, 2011a, p. 27) “a fim de se tornar “senhor” dos desaforos (Ibidem, p. 18)”.

Nos seus textos, encontra-se a dupla delimitação histórica da obra de Marx que, de acordo com Kurz, precisa ser criticada para atualizá-la com o século XXI: os restos da racionalidade iluminista, por exemplo, na “metafísica burguesa da história e do progresso”, que projeta adiante positivamente outra sociedade a se realizar em meio às categorias modernas e ao trabalho ontológico, e o vínculo com o movimento operário modernizador, “sujeito funcional no terreno das categorias capitalistas (2014, p. 25)”. Nesse sentido, a sua leitura da obra de Marx pode ser caracterizada “como um ‘marxismo do movimento operário’ sob a alçada (ou cativo) das categorias do contexto formal capitalista (Ibidem, p. 25)”. Isso, paradoxalmente, em um momento no qual “o capitalismo já se desenvolveu até à notoriedade da sua essência fetichista e da sua maturidade para a crise”, portanto, “a intenção de modernização e de reconhecimento se tornou pura e simplesmente irrelevante (Ibidem)”.

3.12.2 Marxismo tradicional e crítica antissemita

Muitos aspectos das reflexões de Paulani e arrisco estender também para as pesquisas de Fix, Rolnik e Royer, ainda que elas não explicitem os seus pressupostos, enquadram-se no que Postone (2014) chama de “marxismo tradicional”. Apesar do caráter limitado da crítica no interior do marxismo e do seu aspecto positivo em relação ao trabalho, suas conquistas e demais categorias modernas já terem sido brevemente mencionados através da reflexão de Kurz, aqui desenvolverei um pouco mais sobre isso através da obra de Postone. O que o primeiro chamou de “marxismo do movimento operário” se assemelha muito com o que esse autor denominou de “marxismo tradicional”. Dentro de uma grande gama de leituras das obras de Marx, não desconsideradas por Postone ao traçar essa generalização, ele identifica um tipo de crítica que positiva a produção industrial e o desenvolvimento das forças produtivas como se fossem

extrínsecos ao capital ou resultados puramente técnicos do desenvolvimento social. Nessa interpretação, o capitalismo é entendido “essencialmente em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado (POSTONE, 2014, p. 21)”. Isso significa que essas relações sociais de produção – propriedade privada e mercado -, hegemônicas pela classe burguesa, são responsáveis pelo controle das forças produtivas e, fundamentalmente, pela exploração dos trabalhadores criadores de riqueza que, por não serem os proprietários das máquinas e instrumentos de trabalho, são alienados de todo o processo de produção e dos seus resultados. Coerente com essa formulação, “As relações de dominação são entendidas primariamente em termos de dominação e exploração de classe (Ibidem, p. 21)”.

O trabalho possui nessas teorias um estatuto trans-histórico, “que medeia entre os seres humanos e a natureza, criando produtos específicos para satisfazer a determinadas necessidades humanas [...] ele constitui o mundo social e é a fonte de toda riqueza social (Ibidem, p. 22)”. Essa categoria, portanto, é hipostasiada, sendo projetada “sobre todas as histórias e sociedades as formas de riqueza e trabalho historicamente específicas do capitalismo (Ibidem, p. 87)”. Assim, o trabalho “oferece um ponto de vista normativo para uma crítica social em nome da justiça, razão, universalidade e natureza”, o que permite à teoria voltar-se a partir daí contra as classes improdutivas ou os interesses particulares em favor da classe trabalhadora e produtiva, portadora e realizadora dos interesses gerais da sociedade e dos seus ideais (das revoluções burguesas) (Ibidem, p. 85-7).

De acordo marxismo tradicional, as condições para os explorados romperem as suas amarras, ou seja, para o trabalho se libertar da dominação de classe, surgem com o crescente desenvolvimento das forças produtivas na forma da produção industrial, que entra em contradição com as inadequadas e cada vez mais obsoletas relações sociais de produção, reduzidas à propriedade privada e ao mercado, que, por sua vez, atravancam e limitam aquela potência impulsionada pelo trabalho. Administrando politicamente e regulando economicamente o modo de produção industrial, o proletariado pode se realizar como classe universal.

O socialismo é entendido implicitamente como propriedade coletiva dos meios de produção e de planejamento econômico num contexto industrializado. Ou seja, a negação histórica do capitalismo é vista essencialmente como uma sociedade em que se supera a dominação e exploração de uma classe por outra (POSTONE, 2014, p. 22).

Resguardadas as diferenças desse pensamento com o de Paulani – e nesse trecho traço a mesma crítica antes realizada pelo viés de Robert Kurz -, que vê a dominação também como uma lógica contraditória e abstrata do valor em autonomização e entende o trabalho abstrato,

bem como o fetiche que daí emana, como uma forma especificamente histórica e “verdadeiramente social” de prática e consciência, a ontologização da qualidade concreta do trabalho e dos valores de uso presentes nos seus textos levam-na a criticar apenas o valor, o lado abstrato da forma social, que adere ao trabalho concreto controlando-o, em um movimento meio automático, pois lógico dialético, meio determinado conscientemente pelas classes dominantes. A partir desse pressuposto ontológico, todas as transformações e rupturas históricas modernas nos textos de Paulani são apenas fenômenos da superfície histórica, sob os quais ainda permanece a materialidade sempre preta de valor – enquanto durar o capitalismo. Ao mesmo tempo, a sua perspectiva permite apostar na continuidade da modernização e sua natureza técnica e industrial - a ser hegemonizada pelos antes dominados, daí o seu ponto de vista do trabalho e não contra o trabalho, que então libertarão a si e a produção -, implantando o planejamento no lugar do livre mercado e a distribuição de renda no lugar da estrita apropriação privada, talvez ainda na forma soberana nacional, como visto acima.

Postone (2014) opõe ao marxismo tradicional, tal qual apresentado acima por Kurz, uma crítica que entende o trabalho – o seu “duplo caráter” (p. 103) - como uma categoria fundamental e historicamente específica de mediação social entre os homens e destes com a natureza³⁰⁸. O trabalho, portanto, não é a fonte transhistórica da riqueza ou “a base ontológica da sociedade – aquela que constitui, determina e controla causalmente a vida social” -, a partir da qual as diferenças entre as sociedades consistem nas distintas formas em que esse “elemento constituinte essencial da vida social” é regulado: “seja numa forma velada e ‘indireta’, seja (preferivelmente) numa forma aberta e ‘direta’ (Ibidem, p. 80)”, como seria no socialismo. Para ele, a “crítica madura” de Marx “é uma crítica do trabalho no capitalismo, não uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho (Ibidem, p. 37)”.

A relação entre forma e conteúdo em Marx não é contingente, como se o valor (a forma) e a sua regulação automática pelo mercado fossem uma expressão temporária do trabalho (conteúdo) ontológico, ao contrário, o fetiche expresso nas “formas sociais impessoais” de categorias como valor, mercadoria e dinheiro, por exemplo, é necessário e inseparável dessa sociabilidade mediada pelo trabalho; elas mistificam as relações sociais estruturadas sobre o trabalho produtor de valor e são, simultaneamente, as categorias naturalizadas com as quais os sujeitos lidam no seu cotidiano (Ibidem, p. 82). “A especificidade histórica da forma de

³⁰⁸ “Marx não se limitou a ‘radicalizar’ Ricardo e a ‘materializar’ Hegel. Sua crítica – que se origina no ‘duplo caráter’ historicamente específico do trabalho no capitalismo – é essencialmente histórica. Ele argumenta que, com suas respectivas concepções de ‘trabalho’ e *Geist*, Ricardo e Hegel postularam como trans-histórico e, portanto, não tiveram condições de apreender integralmente o caráter historicamente específico dos objetos que investigavam (POSTONE, 2014, p. 103)”.

aparência implica a especificidade histórica do que expressa (Ibidem, p. 82)”. Na leitura de Paulani parece não haver aparência necessária, a forma social do trabalho vai aderindo às formações sociais distintas ao longo da história humana para continuar existindo, sendo que no capitalismo aderiu a uma “forma verdadeiramente social” - quiçá mais inumana.

Para Marx, escreve Postone (2014), a “sua crítica imanente do capitalismo é tal que a indicação da especificidade histórica do objeto do pensamento implica reflexivamente a especificidade histórica da sua teoria (p. 103)”. Sem se dar conta disso, o pesquisador pode projetar a sua forma de pensamento para outras sociedades e ver lá os reflexos idênticos da modernidade: trabalho, valores de uso, máquinas etc. O objeto da crítica, por isso, deve ser o próprio trabalho – concreto e abstrato -, assim como os seus derivados: o valor, a mercadoria, o dinheiro, o capital, a produção industrial, o crescimento econômico, etc. O aspecto material, portanto, não guarda nenhum momento externo ou neutro em relação ao capital. Segundo Postone, “a produção no capitalismo não é um processo puramente técnico; está indissociavelmente relacionada às relações sociais básicas da sociedade e é por elas modelada (Ibidem, p. 31)”. Conseqüentemente, as relações sociais de produção a serem criticadas não se referem apenas ao modo de distribuição ou de mercado e propriedade privada, mas devem incluir a produção industrial ou o modo de produção dessa sociedade. Igualmente, a classe trabalhadora portadora do trabalho não está fora das relações sociais capitalistas como um meta-sujeito revolucionário, ela “é parte constitutiva do capitalismo e não a corporificação da sua negação (Ibidem, p. 32)”.

A dominação gerada por esse “caráter específico do trabalho no capitalismo”, oculto por trás da “especificidade do valor como forma de riqueza e do modo industrial de produção” (POSTONE, 2014, p. 46), não pode ser circunscrita apenas “em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupos) (Ibidem, p. 18)”, mas, abarcando-a, “constitui a base de uma forma historicamente específica, abstrata e impessoal de dominação social” (Ibidem, p. 46). No interior dessa forma de “dominação social abstrata”, a prática social, alienada dos “poderes e conhecimentos sociais” que tomam “formas objetivadas” e “quase independentes dos indivíduos que as constituem” (Ibidem, p. 47), cria formas sociais que se movem por um processo lógico e contraditório, próprias dessa sociedade e de nenhuma outra. Nesse sentido, o sujeito para Marx, à semelhança de Hegel, afirma Postone, “não é um agente social concreto e humano, coletivo ou individual”, ele é o próprio capital, uma abstração social composta por “formas categoriais subjetivo-objetivas”, substancializadas pelo “caráter específico do trabalho como atividade socialmente mediadora no capitalismo”, independente das vontades individuais e que se desenvolve no tempo (Ibidem, p. 97-8). O viés que aborda a

classe dominante como culpada, incompetente ou pouco nacionalista para explicar o fracasso do desenvolvimento brasileiro ou que aposta na hegemonia dos trabalhadores permanece arraigado na disputa entre sujeitos pretensamente volitivos pelo comando de processos que não dominam. A ideia de um “sujeito social concreto e consciente” que constitui o mundo e a si mesmo mediante o trabalho, em um processo que se torna autoconsciente, guarda “implicitamente [...] que o ‘trabalho’ é a substância constitutiva do sujeito, que as relações capitalistas impedem de se realizar. A crítica de Marx não vê o sujeito fora das relações sociais capitalistas, nem postula um “metasujeito histórico” a se realizar no futuro (Ibidem, p. 99)”.

O processo de desenvolvimento do capital como esse “poder estruturalmente hostil e dominante” contém em si a sua própria negação. O êxito dessa “forma de produção baseada no valor”, à revelia das pessoas que a criaram, ao desenvolver “o gigantesco potencial de produção de riqueza da ciência e da tecnologia modernas” torna inadequado os seus próprios critérios: o valor como fonte e medida da riqueza. O desenvolvimento industrial põe de lado o trabalho como pilar de sustentação do processo de produção e traz à tona “a contradição básica da sociedade capitalista” entre valor e “riqueza material” ou “riqueza efetiva” (POSTONE, 2014, p. 41). Apoiado nos *Grundrisse* de Marx, Postone argumenta que o desenvolvimento histórico baseado no valor o torna anacrônico e a realização “do potencial do sistema de produção gerado por ele” resultaria na sua abolição (Ibidem, p. 42). O “capitalismo *de fato* dá origem à possibilidade de sua própria negação, mas *não* evolui automaticamente para outra coisa (Ibidem, p. 51)”. Sem entrarmos em uma discussão mais profunda acerca da noção de superação na obra de Postone, que envolveria também analisar a sua crítica do trabalho em pormenor³⁰⁹, cabe ressaltar aqui o seu caráter negativo para continuar a tensão com a leitura de Paulani. Suprimir o capital para ele significa superar o valor e as relações sociais abstratas fundamentadas no trabalho, de sorte que não se trata de realizar ou libertar essa essência humana em geral, mas sim abolir o “trabalho concreto executado pelo proletariado” e a “produção industrial baseada no trabalho proletário” (Ibidem, p. 43-4). Isso implica, afirma Postone, que a totalidade social constituída pelo trabalho deve ser abolida junto com ele e não realizada. A formação social capitalista é a única constituída por uma “‘substância’ social homogênea”, por isso é a única que “existe como totalidade social”, “suas relações sociais fundamentais [...] são qualitativamente homogêneas” e possui uma lógica histórica imanente (Ibidem, p. 100), isso significa que a contradição do capital como “sujeito total” “dirige a totalidade” constituída pelo

³⁰⁹ Kurz em seu texto “A substância do Capital (2011a)” reconhece o mérito de Postone por ter sido o primeiro teórico a criticar a ontologia do trabalho, ainda que paradoxalmente carregando consigo elementos de um conceito ontológico e transhistórico do trabalho. Ver o subitem: “Para a crítica do conceito de trabalho em Moishe Postone”.

trabalho “não em direção à sua completa realização, mas em direção à possibilidade de sua abolição histórica” e, com ela, obviamente, do trabalho (Ibidem, p. 100).

Ainda com Postone (2011), as suas reflexões sobre a crítica parcial e fetichista do capitalismo, agora fora do marxismo, empreendida pelo anti-semitismo moderno e o nazismo – intrinsecamente interligados - nos ajudam a pensar criticamente a interpretação truncada do capitalismo de Paulani, Fix, Rolnik e Royer, cujo foco é a dominação do capital financeiro na nova fase da acumulação do capital. Segundo o autor, a principal diferença do anti-semitismo moderno, que emerge no final do século XIX, em relação à outras formas de racismo é a qualidade do poder atribuído aos judeus. Além de ser muito maior e real, “O que caracteriza o poder imputado aos Judeus no anti-semitismo moderno é o facto de ser misteriosamente intangível, abstracto e universal (2011, p. 2)”. Esse poder não se manifesta diretamente, mas opera por trás dos fenômenos, sendo difícil de apreender, daí os judeus serem percebidos como “[...] uma conspiração internacional extremamente poderosa e intangível (Ibidem, p. 2)”. Eles estariam por trás dos diversos aspectos tomados como negativos da vida moderna, como a degradação dos valores e das instituições tradicionais, do declínio dos grupos sociais e da destruição da nação, das crises econômicas, da organização proletária, etc., mas também por trás de posições aparentemente antagônicas, manipulando-as, como por exemplo entre a social democracia e o comunismo. A pretensão do anti-semitismo moderno “é a de explicar o mundo – um mundo que se tornou rapidamente demasiado complexo e ameaçador para muitas pessoas (Ibidem, p. 3)”.

Todos esses fenômenos e muitos outros, que acompanharam o desenvolvimento do capitalismo industrial, foram identificados e personificados na figura do judeu. “Por outras palavras, a dominação abstracta do capital, a qual – particularmente com a rápida industrialização – apanhou as pessoas numa rede de forças dinâmicas que não podiam compreender, passou a ser percebida como o domínio do Judaísmo Internacional (POSTONE, 2011, p. 3)”. Não obstante, outros aspectos da vida moderna, como o capital industrial, não foram rejeitados por esse anti-semitismo. Esse paradoxo ocorre porque as relações sociais capitalistas e as suas categorias possuem uma essência contraditória, cujo fundamento é a natureza contraditória do trabalho – trabalho concreto e trabalho abstrato -, que não se manifesta imediatamente na forma que assumem na superfície da sociedade. Ademais, essa contradição interna aparece como separação externa, cindindo-se entre de um lado o concreto e do outro o abstrato, uma antinomia desprovida de processo histórico e social, o que torna possível o pensamento olhar apenas para um dos lados quando se propõe crítico, afirma Postone (2011).

Sem perceber a natureza contraditória das categorias e seus desdobramentos em formas de objetivação antinômicas, o anti-capitalismo fetichista, tal qual ocorre com o anti-semitismo moderno, atribui a essa formação social apenas as manifestações da dimensão abstrata, opondo o lado concreto “como o ‘natural’ ou ontologicamente humano (POSTONE, 2011, p. 5)”. Esse pensamento ideológico hipostasia a dimensão concreta da contradição, por isso o trabalho concreto – “um processo puramente criativo, material, separável das relações sociais capitalistas” -, a mercadoria (pura materialidade) e o capital industrial – “descendente linear do trabalho artesanal ‘natural’” – aparecem em oposição ao dinheiro – “a ‘raiz de todo o mal’” – e ao capital financeiro (Ibidem, p. 5). Esses processos, tomados como “naturais”, são compatíveis ou podem ser relacionados com os desdobramentos das interpretações de matiz biológico, baseadas no sangue, solo, comunidade, povo e raça, enquanto o capital, ou a “artificialidade” e os seus aspectos negativos, são percebidos como sendo “a finança e o capital que rende juros”.

“A viragem para a biologia e o desejo de um regresso às “origens naturais”, combinados com uma afirmação da tecnologia, que aparecem em muitas formas no início do século XX, devem ser entendidos como expressões do fetiche antinômico que dá origem à noção de que o concreto é “natural”, e que apresenta crescentemente o socialmente “natural” de tal maneira que é apreendido em termos biológicos (POSTONE, 2011, p. 6)”.

De acordo com Postone, “nesta forma de ‘anti-capitalismo’ fetichizado, tanto o sangue como a máquina são vistos como os contra-princípios concretos do abstrato (2011, p. 5)”. Esse pensamento, ao invés de procurar superar a ordem social rompendo com a antinomia, projeta sobrepuja-la através das imanências dessa mesma ordem, apontando, sob o ponto de vista da dimensão concreta, “para uma forma de síntese social capitalista aberta, mais concreta e organizada”. Com as suas raízes assentadas “na transição do capitalismo liberal para o burocrático” e pronta para tornar-se “virulenta numa situação de crise estrutural (Ibidem, p. 6)”, essa forma de “anti-capitalismo” ataca unilateralmente a face abstrata, materializada no dinheiro e no capital financeiro. Trata-se da resposta ao pensamento liberal - “onde a dominação abstracta permanece incontestada e a distinção entre a razão crítica e a positiva não é efectuada” -, que permanece atada ao outro lado da antinomia (Ibidem, p. 6).

Tal como o lado concreto é biologizado nessa crítica enviesada da modernidade, o mesmo acontece no seu lado oposto, de sorte que o “ataque ‘anti-capitalista’ ao lado abstrato volta-se contra a sua manifestação na figura do judeu³¹⁰; uma forma de “biologização do capitalismo”. Os judeus “tornaram-se personificações do domínio intangível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital enquanto forma social alienada”. No nazismo,

³¹⁰ Apesar de não reproduzirmos aqui, Postone, nesse mesmo texto, traça algumas explicações sobre os motivos que levaram a dimensão abstrata do capitalismo a ser personificada nos judeus.

a antinomia concreto e abstrato pode traduzir-se “na oposição racial entre os Arianos e os Judeus historicamente conhecida”. Daí a “ligação imanente entre o tipo de ‘anti-capitalismo’ que caracterizou o nacional-socialismo e o anti-semitismo moderno”. Conseqüentemente, para ambos, “A superação do capitalismo e dos seus efeitos negativos foi associada à superação dos Judeus (POSTONE, 2011, p. 6)”.

O anti-semitismo moderno, portanto, é uma forma de fetiche particularmente perniciosa. O seu poder e perigosidade resultam da sua visão de mundo abrangente que explica e dá forma a certos modos de descontentamento anti-capitalista de uma maneira que deixa o capitalismo incólume, ao atacar as personificações da forma social. O anti-semitismo, assim entendido, permite-nos apreender um momento essencial do Nazismo como um movimento anti-capitalista reduzido [*foreshortened*], um movimento caracterizado pelo ódio ao abstracto, pela hipostasiação do concreto existente e por uma missão resoluta [*single-minded*] e impiedosa, mas não necessariamente alimentada pelo ódio [*hate-filled*]: livrar o mundo da fonte de todo o mal (POSTONE, 2011, p. 7).

Essa crítica do abstrato e a hipostasia do seu correspondente antagônico concreto, bem como a luta contra as formas que podem tomar as suas personificações e objetivações, têm os seus ecos na crítica de esquerda, inclusive a marxista. Alguns aspectos que Postone (2011) atribui ao “anti-capitalismo” fetichista e ao anti-semitismo moderno assemelham-se à ideia de um domínio das finanças e suas correspondentes personificações rentistas da nova fase do capitalismo, que ocorre em detrimento do capital produtivo e das classes trabalhadoras, sugados por aquele parasitismo que impede o desenvolvimento do hospedeiro. Não sugerimos de modo nenhum que as autoras, cujas pesquisas e reflexões são muito importantes para o desenvolvimento deste texto e o pensamento crítico brasileiro - e para a minha formação acadêmica e crítica -, são anti-semitas e/ou direcionam as suas reflexões contra qualquer personificação de judeu nacional ou internacional ou que elas veem o capital financeiro nacional nas suas mãos, mas há uma reiteração de um mesmo padrão de crítica. Escritas pelas autoras igualmente em um contexto de “virulenta [...] situação de crise estrutural” e contra o pensamento neoliberal, as suas críticas procuram libertar o trabalhador, o trabalho concreto, a produção e o valor de uso da dominação abstrata e os seus projetos para o Brasil apoiam-se no fortalecimento do capital produtivo e no desenvolvimento tecnológico dos potenciais nacionais.

3.13 Uma leitura possível do livro “Os Limites do Capital”

Se a argumentação acima pôde cumprir o seu objetivo de apresentar uma totalidade concreta em colapso a partir da construção habitacional no contexto neodesenvolvimentista, considero ter conseguido ao menos traçar uma relação entre os fenômenos empíricos em questão e a história do seu desenvolvimento com as determinações categoriais ou a contradição

em processo no momento em que o capital já não pode mais engendrar/suportar o tão esperado crescimento econômico e os projetos desenvolvimentistas. O “mecanismo secreto da crise” que se manteve “incubado (KURZ, 2014, p. 218)” durante as décadas da fase ascendente do capital e seu extravasamento assíncrono nos diversos Estados-Nação, aparecendo apenas brevemente em alguns espaços ao longo do século XIX e XX, pois logo soterrado pelo aumento da exploração do trabalho (mais-valia relativa) e as expansões internas e externas aos países, irrompeu mais fortemente - e sem solução para voltar a valorizar o valor - na superfície econômica nas décadas recentes com as crises e bolhas financeiras e imobiliárias, das quais, como se viu, o Brasil participou ativamente.

A teoria, portanto, que parece ser a mais adequada para explicar o processo de desenvolvimento em questão é aquela que concebe um limite absoluto à capacidade de acumular do capital, não a teoria que “[...] permanece fixada num prolongamento infindável do mecanismo de compensação [...] (KURZ, 2014, p. 218)”. Assim sendo, procuro cotejar nessa última parte do texto os dois principais livros para esta tese: “Os Limites do Capital”, de David Harvey, e o “Dinheiro Sem Valor”, de Robert Kurz; espero que a crítica do primeiro livro pelo segundo não soe meramente abstrata, como somente um confronto entre duas teorias, dado o esforço de análise, interpretação e crítica da particularidade brasileira na construção de moradias dos anos recentes no sentido da contradição em processo e colapso. Por fim, retomo, ainda que de maneira insuficiente, novamente a geografia, apresentando importantes autores e pesquisas que considero serem representativas do pensamento geográfico marxista atual que parte da produção do espaço como acumulação de capital, de modo a delimitar mais explicitamente as diferenças teóricas e de crítica em relação a esta tese.

3.13.1 Os limites do capital segundo David Harvey

De acordo com Harvey em *Os Limites do Capital*, Marx teria nos deixado com várias análises parciais das contradições do capitalismo sem integrá-las em um todo coerente, resultando em uma teoria das crises inacabada, de onde vieram as diversas interpretações, muitas vezes conflitantes. O autor, embora admita que não tem uma resposta precisa sobre como seria a versão final de uma teoria das crises em *O Capital* - “A síntese que ele (Marx) buscava seria presumivelmente apresentada em seu trabalho sobre o mercado mundial e as crises – uma obra que ele nunca chegou a preparar” -, propõe “(...) prosseguir sobre parte do terreno que Marx preparou e buscar alguns indícios de para onde ele se dirigia (2013, p. 136)”. Assim, a

partir das construções fragmentárias e incompletas, Harvey apresenta o que seriam três cortes³¹¹ – “cut” em inglês e recorte na edição em português - possíveis para se entender as crises dentro de O Capital. O que ele chamou de terceiro corte, isto é, a contradição espacial da acumulação, já foi apresentado na segunda parte deste texto. Os outros dois, que seguem resumidos abaixo, levam à sua compreensão da origem primeira das crises, denominado de primeiro corte, e da autonomização e predomínio das finanças e do capital fictício, chamado de segundo corte na teoria das crises. Essa recuperação permite entender a lógica que se desdobra no ajuste espacial e suas contradições apresentadas no segundo capítulo.

3.13.1.1 O Primeiro Corte na teoria da crise

Em Os Limites do Capital, os sete primeiros capítulos desembocam no primeiro corte da teoria da crise, que diz respeito à “Lei da queda tendencial da taxa de lucro” do Livro III de O Capital. Harvey afirma não pretender entrar na longa e complexa discussão que chega até os dias de hoje acerca da tal lei, mas sim chamar a atenção para o que ficou oculto debaixo da incompletude e da confusão daquela que ficou conhecida como a principal formulação de uma teoria das crises. Marx ao focar no tangencial – a queda nas taxas de lucro -, que seria apenas uma das manifestações do problema principal, teria revelado o fundamental, a “fonte básica” e indelével das crises no capitalismo, a saber, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e distribuição. Nessa sua interpretação, Harvey apresenta um desvio da obra de Marx, reconstituindo os três “modelos” contidos em cada livro de O Capital, assim como aborda os fenômenos mais superficiais da contradição fundamental, analisados por esses modelos, para então demonstrar a inadequação do terceiro modelo em sintetizar os outros dois anteriores e explicitar a tal “fonte básica”.

O autor insere o problema da crise no livro Os Limites do Capital através da crítica de Marx aos teóricos do equilíbrio, postuladores da unidade sem contradição entre produção e consumo, ou entre oferta e demanda. Alguns dos economistas clássicos desconsideravam a

³¹¹ De acordo com Botelho: “A exposição dos três cortes na teoria da crise, realizada por David Harvey em partes específicas da obra, não tem um caráter sequencial que deva indicar a sucessão dos processos de crise ao longo do capitalismo. O desenvolvimento histórico do capital enfrenta as crises de superacumulação, financeiras e geográficas conjugadamente. [...] Os três ‘cortes’ devem ser tomados no mesmo sentido de ‘camadas’ reveladas na estrutura do capitalismo através da análise teórica, mas a circulação global do capital não *atravessa* essas camadas, pois o capital mesmo deve ser visto como essas *camadas* em movimento. Só assim é possível pensar toda a unidade orgânica do movimento capitalista. Deste modo, o deslocamento geográfico das contradições (ajuste espacial) não surge depois do adiamento financeiro (ajuste temporal) ou somente após a desvalorização do capital superacumulado — o que poderíamos chamar de ‘ajuste estrutural’ (2014, p. 100-1)”.

potencial cisão entre essas esferas, como se a produção criasse a sua própria procura e não houvesse a possibilidade das vendas e das aquisições separarem-se no tempo, no espaço ou mesmo não se realizarem. Por detrás desta superficialidade da noção de equilíbrio, a produção e o consumo são tomados por Marx, escreve Harvey, como momentos da circulação geral do capital. O valor, como processo de autoexpansão mediante a produção de mais-valia, deve assumir diferentes figuras ao longo do ciclo $D - M (T - Mp) \dots P \dots M' - D'$, na passagem de um a outro dos seus elos constitutivos. As translações de uma a outra fase não são imediatas ou automáticas e precisam ocorrer sem perda de valor, enfrentando as separações no tempo e no espaço entre cada uma delas. “O capital monetário deve ser realizado por meio da produção; o capital produtivo deve ser realizado na forma de mercadoria; e as mercadorias devem ser realizadas como dinheiro (2013, p. 142)”.

Cada uma dessas fases, contudo, depara-se com barreiras específicas³¹² para a sua realização³¹³, uma vez que são necessárias determinadas condições para leva-las a cabo. A possível interrupção das metamorfoses pelas diferentes formas demonstra o potencial de desvalorização³¹⁴ contido na circulação do capital em razão de um equilíbrio que não pode ser alcançado, ao menos de modo perene. Marx “[...] nos mostrou o relacionamento necessário que deve prevalecer entre a produção e a distribuição, a produção e a realização de mais-valor, o consumo e a formação de novo capital, e entre a produção e o consumo”, além de toda uma série de outras condições, sobretudo envolvendo o dinheiro e o crédito, para o equilíbrio ocorrer, “Mas também nos mostrou que nada garante que esse equilíbrio seja encontrado na prática (HARVEY, 2013, p. 156)”. Dado o potencial malogro da sua empreita, o valor não realizado pode assumir formas negativas correspondentes com as suas fases de circulação, podendo ser destruído enquanto valor de uso, ter seus valores de troca depreciados no mercado e sofrer desvalorização no seu tempo médio de trabalho incorporado³¹⁵. Desta feita e assumindo o sentido do termo realização por Harvey,

³¹² Harvey descreve as muitas barreiras que podem se interpor entre uma fase e outra da circulação geral do capital – superprodução, subconsumo, falsos custos, velocidade da circulação, disponibilidade de matérias-primas e de trabalho, tecnologia apropriada para estar dentro do tempo médio socialmente necessário de trabalho, etc – e os muitos desequilíbrios que podem sobrevir à sua reprodução.

³¹³ Harvey utiliza o termo “realização” para se referir ao cumprimento de cada etapa da circulação do capital. Esse uso permitiria focar na unidade entre produção e circulação, ou seja, no fluxo necessário por entre as etapas do “movimento perpétuo” e autoexpansível do capital.

³¹⁴ “A vantagem de enxergar a desvalorização como um necessário momento do ‘processo de realização’ é que isso nos permite enxergar imediatamente a possibilidade de uma desvalorização geral do capital – uma crise (...) (HARVEY, 2013, p. 143)”.

³¹⁵ “O capital não realizado é diferentemente denominado de ‘desvalorizado’, ‘subestimado’, ‘depreciado’ ou até mesmo ‘destruído’. Marx – ou seus tradutores – parece usar esses termos de maneira intercambiável e inconsistente. Vou restringir meus próprios usos deles da seguinte maneira. A ‘destruição do capital’ refere-se à perda física dos valores de uso. Vou restringir o uso da ideia de ‘depreciação do capital’, em grande parte de acordo

Todas as crises são crises de realização e resultam na desvalorização do capital. Um exame da circulação do capital e de suas possíveis desagregações sugere que essa desvalorização pode assumir diferentes formas tangíveis: (1) capital monetário ocioso; (2) capacidade produtiva não utilizada; (3) força de trabalho desempregada ou subempregada; e (4) um excedente de mercadorias (estoques excessivos) (2013, p. 143).

Por fim, a insuficiência dos paliativos para superar essas contradições, tais como o consumo de luxo, a criação do mercado mundial, intensificação das necessidades, a expansão da oferta de dinheiro, etc., levariam irrevogavelmente à exploração do trabalho na produção para expandir os limites da circulação geral, ou melhor, à necessidade de uma acumulação continuada. Nas palavras do autor: “Vemos que um equilíbrio entre a produção e o consumo só pode ser alcançado no modo de produção capitalista – dadas às suas relações de distribuição ‘antagonistas’ – mediante a perpétua acumulação³¹⁶ (2013, p. 155)”. Por essa face, vê-se um modo de produção “perpetuamente revolucionário, constantemente trabalhando sob a necessidade social de se transformar internamente (Ibidem, p. 156)”, não obstante, criador, na mesma intensidade, de limites internos. As contradições que lhe são próprias põem sempre em risco a série de relações e as condições necessárias para a manutenção da acumulação perpétua, todavia, engendra ao mesmo tempo um mecanismo para a sua resolução: “As crises então aparecem como o único meio efetivo de uma oposição ao desequilíbrio, para restaurar o equilíbrio entre a produção e o consumo. Entretanto, essas crises envolvem a desvalorização, a depreciação e a destruição do capital (Ibidem, p. 156)”.

3.13.1.1.1 Os dois primeiros modelos da acumulação

Para investigar o capitalismo como “uma força revolucionária permanente que constantemente reformula o mundo em que vivemos (HARVEY, 2013, p. 225)” e o seu potencial de crise, Marx, de acordo com Harvey, desenvolveu representações abstratas que foram tomadas como “objetos teóricos” e sistematicamente analisadas, dando origem a modelos que funcionam como “janelas”, que permitem olhares desde diferentes posições para a complexa dinâmica do modo de produção capitalista. Os primeiros dois modelos, elaborados nos livros I e II de O Capital, dizem respeito, respectivamente, à produção e à circulação, porém,

com o uso moderno, para lidar com a cambiante valorização monetária dos bens (de onde se conclui que a apreciação é tão importante quanto a depreciação). E vou reservar o termo ‘desvalorização’ para situações em que o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado na forma material é perdido sem, necessariamente, qualquer destruição da própria forma material (HARVEY, 2013, p. 142)”.

³¹⁶ “[...] a acumulação perpétua depende da existência de força de trabalho capaz de produzir mais-valor. Por isso, a necessária expansão geográfica do capitalismo deve ser interpretada como o capital em busca de mais-valor. A inserção das relações capitalistas em todos os setores da economia e a mobilização de várias fontes ‘latentes’ de força de trabalho (mulheres e crianças, por exemplo) têm uma base similar (HARVEY, 2013, p. 156)”.

com esse método, ambas as esferas são isoladas entre si e Marx faz *cetera paribus* de uma série de variáveis que não são essenciais para o processo em foco.

No primeiro modelo é construído a teoria do mais-valor com base na relação social entre as duas classes representativas do capital e do trabalho e são enfatizados os processos de mudança tecnológica e organizacional. Sem fazer referência aos problemas envolvendo a circulação – custos, disponibilidade compatível de mercadorias, desproporção setorial, etc. -, o que importa é explicar como se dá “uma taxa de exploração consistente com as exigências da acumulação (HARVEY, 2013, p. 227)”, ou seja, que a distribuição de mais-valor entre a força de trabalho e o capital seja equilibrada, de sorte que as oscilações devem ser controladas nos estreitos limites de uma taxa de exploração que permita a reprodução do trabalhador e crie a mais-valia em montantes suficientes aos capitalistas. Harvey ressalta que nada pode garantir ou sustentar esse equilíbrio. Do lado do capital, a proporção de valor que lhe cabe pode crescer mediante expansão e exploração absoluta do proletariado (mais-valia absoluta) ou pelo revolucionamento constante das forças produtivas (mais-valia relativa). Nesse último caso, o desenvolvimento tecnológico e organizacional torna-se a mais poderosa alavanca da acumulação ao reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar a mais-valia na jornada do trabalhador, bem como é crucial para produzir um exército industrial de reserva, constranger os salários e a luta de classes³¹⁷.

O segundo modelo trata das características da acumulação no “reino da troca”. Marx constrói “esquemas de reprodução” nos quais as mercadorias trocadas entre os setores da economia devem manter determinadas proporções e, por isso, serem produzidas a certas taxas de crescimento também circunscritas para uma acumulação equilibrada de longo prazo. Às trocas somam-se também o emprego de força de trabalho, que deve expandir-se nas quantidades certas para corresponder ao consumo dos bens voltados para a sua reprodução. “Se essa proporcionalidade não for mantida, então a acumulação equilibrada não poderá ser sustentada e ocorrerá uma crise de desproporcionalidade (super ou subprodução de meios de produção ou de bens de consumo) (HARVEY, 2013, p. 238)”. Em que pese todas as simplificações e suposições de Marx nestes esquemas³¹⁸, ele pretende demonstrar como “(...) as taxas de

³¹⁷ “Há três conclusões fundamentais a serem extraídas do primeiro modelo de acumulação de Marx. Em primeiro lugar, a acumulação do capital está estruturalmente ligada à produção do desemprego e, por isso, gera uma crise endêmica de intensidade flutuante para grande parte da classe trabalhadora. Em segundo lugar, as forças que regulam as taxas salariais tendem a conservá-las abaixo desse nível requerido para manter o crescimento equilibrado. [...] Em terceiro lugar, o controle capitalista sobre a oferta de força de trabalho (mediante a produção de um exército de reserva) destrói a força de trabalho dentro do processo de trabalho e inclina o equilíbrio da luta de classes na produção para a vantagem do capital (HARVEY, 2013, p. 231)”.

³¹⁸ “Os esquemas de reprodução nos permitem examinar a reprodução do relacionamento de classe entre o capital e o trabalho do ponto de vista das relações de troca (HARVEY, 2013, p. 246-7)”.

crescimento simétricas nos diferentes setores, nas quantidades de produção, nas trocas de valor e no emprego (...) (Ibidem, p. 240)” são no máximo temporárias e o desequilíbrio é inevitável.

Olhando para o impulso incessante ao desenvolvimento das forças produtivas e as margens estreitas de realização impostas pelas relações sociais *a posteriori*, Harvey argumenta que as forças produtivas são impelidas à negar a sua própria matriz. A concorrência coage os capitalistas a “(...) revoluções eternas nas forças produtivas (...) (2013, p. 184)” em busca de um lucro diferencial, isto é, cada capital procura tornar-se mais eficiente que o tempo socialmente médio de trabalho praticado. Ao generalizar-se as novas condições, os capitalistas individuais são novamente impulsionados a aumentar sua produtividade em busca de um sobrelucro. As mudanças parecem gerar um espiral sem fim, escreve o autor. Os vários níveis de integração e verticalização, a disseminação pelos vários setores, que inclui da circulação de mercadorias ao dinheiro (inclui crédito), os serviços ou o consumo final, demonstram a interconexão entre todos os momentos e a simultânea possibilidade de desproporcionalidade.

Em certo ponto do tempo provavelmente haverá uma desigualdade considerável no desenvolvimento das forças produtivas entre as firmas individuais, as indústrias e até setores e regiões inteiros. Mas os estados tecnológicos não são independentes um do outro. Cada um serve para definir o outro mediante efeitos de interação múltiplos. (...) Na verdade, as interações são tão extensas, tão amplas as ramificações, que a mudança tecnológica parece assumir uma dinâmica autônoma, inteiramente divorciada de suas origens na competição capitalista e nas relações de classe. A mudança tecnológica pode se tornar ‘fetiche’ como uma ‘coisa em si’, como uma força direcionadora exógena na história do capitalismo. A presunção da necessidade e inevitabilidade da mudança tecnológica se torna tão forte que a luta por ela – incorporada em uma ideologia prevalecente de progresso tecnológico – passa a ser um fim em si (HARVEY, 2013, p. 186).

Para Harvey, a tendência perpétua dos capitalistas na direção de aumentar a composição orgânica como a principal alavanca da acumulação gera um efeito em cascata de desestabilização. A possibilidade de incongruência da esfera da produção com a da troca demonstra as regras distintas que regem cada uma delas. Há um conflito potencial entre uma “tecnologia viável” do ponto de vista da troca equilibrada³¹⁹, que permitiria uma correta proporção entre os valores de uso e a composição orgânica entre os setores, e as transformações tecnológicas coerentes com a acumulação na produção, que, impulsionadas pela concorrência e a busca de um lucro diferencial, podem, por exemplo, reduzir a demanda efetiva pelo aumento da composição orgânica dos capitais ao gerar desemprego ou criar alguma crise provocada pelos investimentos em capital fixo, que necessitam de um longo prazo de rotação e aumentam a produtividade das mercadorias. É essa a principal ideia contida nos esquemas de reprodução

³¹⁹ “Na verdade, a acumulação equilibrada mediante a troca é possível na perpetuidade, contanto que a mudança tecnológica fique confinada dentro de limites rígidos, contanto que haja uma oferta infinita de força de trabalho que sempre é comercializada em seu valor, e contanto que não haja competição entre os capitalistas e não haja equalização na taxa de lucro (HARVEY, 2013, p. 248)”.

do segundo livro, entende Harvey, ou seja, apresentar o tenuous equilíbrio, potencialmente a ser rompido pelas revoluções nas forças produtivas, que envolve a simultânea e sucessiva circulação de cada capital individual conformando a circulação geral do capital.

Em termos simples, as condições que permitem que o equilíbrio seja atingido no reino da produção contradizem as condições que permitem que o equilíbrio seja alcançado no reino da troca. É improvável que o capitalismo possa estar em tal estado que venha a satisfazer simultaneamente esses requisitos conflitantes. O cenário está montado para a construção do terceiro modelo de acumulação – aquele que expõe as contradições internas do capitalismo e demonstra como elas são a fonte de todas as formas de crise capitalista (HARVEY, 2013, p. 248).

O resultado, todavia, a que chega Marx sobre esse terceiro modelo no livro III de *O Capital* é um dos principais pontos de divergência declarados por Harvey. O “cenário montado” nos livros anteriores e seus respectivos modelos não o levaram à elaboração teórica esperada por esse último autor, que então se propôs à traçar por sobre o caminho deixado por Marx o que deveria ser o cerne de uma teoria das crises, apreendendo o fundamento de todo o processo no que poderia ter sido expresso em um terceiro modelo mais adequado para sintetizar os outros dois, já que Marx não só o teria deixado incompleto, como também o elaborou erroneamente.

3.13.1.1.2 O engano de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a incompletude do terceiro modelo

De acordo com Harvey, Marx teria se envolvido inadvertidamente em uma discussão da economia política clássica em torno da estagnação da acumulação capitalista, o que explicaria o motivo para o desvio da lógica do seu argumento desdobrado anteriormente. Em sua “ansiedade”, comenta Harvey, para explicar as “verdadeiras leis do movimento” do capitalismo e criticar o modo como a economia política entendia a queda dos lucros no capitalismo, Marx construiu um modelo que procurou apresentar a origem imanente das crises no capitalismo e, ao mesmo tempo, demonstrar que a queda nas taxas de lucro não é extrínseca a esse modo de produção, como queria a economia política clássica.

Aparentemente, Marx matou dois coelhos com uma só cajadada. Ele esclareceu os economistas políticos quanto à razão de a taxa de lucro precisar diminuir ao mesmo tempo que esboçou um modelo que reflete as contradições do capitalismo e suas manifestações concretas no ‘mundo da aparência’. Infelizmente, seu argumento é incompleto e de modo algum rigorosamente especificado³²⁰. E embora Engels

³²⁰ Do ponto de vista teórico teria faltado um maior aprimoramento, é o caso da falta de especificação quanto ao capital constante. Não está claro se ele diz respeito ao capital constante usado ao longo de um ano ou se ele inclui o capital fixo não usado e aquele capital adiantado para a compra do capital constante, de onde deveria se considerar os tempos de rotação do capital constante circulante e fixo. “Na prática, a exclusão do capital fixo e do tempo de rotação da análise nos deixa com uma definição de *c* como o capital constante usado no curso de um ano, e uma definição dos lucros que não sintetiza de nenhuma forma as estruturas analíticas dos dois primeiros modelos de acumulação (HARVEY, 2013, p. 254)”. A definição de lucro não leva em consideração os custos para

imponha uma forma muito clara ao argumento por meio da sua edição, o texto está infectado de todo tipo de ambiguidades (HARVEY, 2013, p. 251).

Levado, erroneamente, pelo problema da queda nos lucros, Marx, segundo Harvey, falhou em incorporar no seu modelo da crise os achados dos dois primeiros livros e integrá-los de modo a elaborar uma declaração mais completa dos motivos da crise e as suas ramificações.

Em geral, a argumentação de Marx no terceiro livro de *O Capital* reflete seu pensamento no primeiro livro, mas faz raras referências às poderosas formulações do segundo (o que não surpreende, pois o texto do terceiro livro que chegou até nós foi aparentemente escrito antes de terem sido realizadas as extensas investigações do segundo (HARVEY, 2013, p. 254).

se efetuar as mudanças tecnológicas, que levaria a pensar no tempo de amortização do capital fixo, nem as diferenças dos tempos de produção e circulação em diferentes setores, ou seja, o tempo que o capital assume ao longo da sua circulação pelas diferentes figuras do seu ciclo. Dada a diversidade de tempos de rotação dos capitais empregados nos múltiplos setores da produção, seria necessária “uma medida comum do tempo de curso”, sem a qual “não há equalização das taxas de lucro porque não haveria padrão contra o qual determinar se a taxa de lucro era mais alta ou mais baixa do que a média, ou mesmo crescente e decrescente (HARVEY, 2013, p. 261)”. Marx teria falhado em incorporar no processo de circulação do capital a sua própria sugestão de que o “sistema de crédito proporciona o mecanismo para reduzir diferentes tempos de curso a uma base comum, e que essa ‘base comum’ é a taxa de juros”, capaz de oferecer a medida de “um tempo de circulação padronizado socialmente necessário (Ibidem, p. 261)”. “Seu fracasso em integrar até mesmo os achados limitados, embora profundamente sugestivos, sobre o tempo de curso em sua taxa decrescente de lucro impede esta última de ser usada como um modelo sintético viável das contradições do capitalismo (Ibidem, p. 261)”. Como premissa histórica ou empírica direta, a explicação da lei pautada nos valores e não nos preços de mercado, e a desconsideração da distribuição da mais-valia antes do lucro industrial – renda, juros, lucro comercial, impostos -, limitariam as possibilidades de análise. Esses problemas na formulação implicam em uma inadequação para apreender a lógica interna do capitalismo em geral e as formas concretas na superfície da sociedade, diz Harvey. “O máximo que pode suportar a lei como uma premissa histórica é o peso, que não é insignificante, de explicar a estagnação em longo prazo e as crises periódicas violentas (HARVEY, 2018, 181)”. Outra grande polêmica sobre a lei tendencial, se refere às forças contrárias que emanam da própria reprodução ampliada do capital. “A ‘lei’ passa a ser uma ‘tendência’ porque é modificada por uma série de influências contrárias (HARVEY, 2013, p. 250)”. Marx, todavia, demonstra a impossibilidade das influências contrárias, por mais variadas que sejam, isoladas ou em conjuntos, suprimirem a tendência para a queda nas taxas de lucro no longo prazo, admite Harvey. A despeito disso, ele argumenta que teria faltado maior escrutínio de todos os possíveis fatores contrariantes. Harvey aborda uma série de antagonismos que restringem as transformações tecnológicas e moldam as formas organizacionais adotadas pelos capitais, dentre as quais muitas advêm dos achados do livro II de *O Capital* e são negligenciadas por Marx no Livro III. Afora as restrições causadas pela luta de classes, custos das mudanças tecnológicas, lei de patentes, limites do conhecimento, regulamentações estatais, etc., Harvey recupera as características organizacionais das empresas e os seus consequentes efeitos sobre a composição de valor. Do lado de fora da empresa, os fatores externos, mencionados por Harvey, de ordem accidental e conjuntural – guerras, acidentes climáticos, exploração da superfície da terra, etc. – ou os efeitos de interação entre os setores – poupança de capital pelo barateamento de insumos -, podem conter as composições de valor. “Marx lista seis dessas influências contrárias n’*O Capital*, mas duas delas (o comércio exterior e um aumento no capital social) falham em se adaptar às suas suposições usuais (uma economia fechada e um conceito de mais-valor que exclui os fatos da distribuição). Isso nos deixa com (1) uma taxa crescente de exploração, embora com tendência a diminuir; (2) custos decrescentes do capital constante (que impedem a elevação na composição de valor); (3) depressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho; e (4) um aumento no exército industrial de reserva (que preserva alguns setores das devastações do progresso tecnológico reduzindo o incentivo para substituir a força de trabalho por máquinas). Nos *Grundrisse*, Marx lista vários outros fatores ‘além da crise’ que podem estabilizar a taxa de lucro. Ele escreve sobre a ‘desvalorização constante de uma parte do capital existente’ (pelo qual eu presumo que ele se refere à obsolescência programada), a ‘transformação de grande parte do capital em capital fixo que não serve como agente da produção direta’ (investimentos em obras públicas, por exemplo) e o ‘desperdício improdutivo’ (os gastos militares são frequentemente usados como um exemplo na literatura contemporânea). Ele também prossegue dizendo que o decréscimo na taxa de lucro pode ser ‘contido por meio da criação de novos ramos de produção em que é necessário mais trabalho imediato proporcionalmente ao capital, ou onde a força produtiva de trabalho ainda não está evoluída, i.e., a força produtiva do capital’ (setores de trabalho intensivo são abertos ou preservados). E, finalmente, a monopolização é tratada como um antídoto para a taxa decrescente de lucro (HARVEY, 2013, p. 250)”.

Ao invés de apresentar o que poderia ter sido um modelo completo³²¹, critica Harvey, ele recorreu a um estratagema simples, segundo o qual o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, por meio de uma composição orgânica crescente dos capitais, provoca a tendência à queda nas taxas de lucro, assim, “Marx torna a lei dos lucros decrescentes compatível com as ‘leis de movimento do capitalismo’ (HARVEY, 2013, p. 250)”.

3.13.1.1.3 O fundamento oculto por debaixo do fenômeno da queda nos lucros e as catástrofes que daí advêm

Em meio a tantas objeções à lei da taxa de lucro, muitas delas servindo de pretexto para diversos autores desqualificarem a teoria de Marx, Harvey diz que o princípio fundamental das crises ainda assim pode ser extraído dessa formulação:

O que Marx na verdade nos mostra é que os capitalistas individuais – coagidos pela concorrência, capturados pelas necessidades da luta de classes e reagindo aos ditames ocultos da lei do valor – fazem ajustes tecnológicos que direcionam a economia como um todo distante de ‘um desenvolvimento ‘sólido’ e ‘normal’ do processo da produção capitalista (2013, p. 262).

Ele acredita poder resgatar Marx dos seus apologistas e detratores

[...] voltando ao princípio fundamental de uma contradição entre as forças de produção e as relações sociais da produção no capitalismo e seguindo a expressão dessa contradição em termos das características tecnológicas e organizacionais às quais o capitalismo deve necessariamente aderir para conseguir um crescimento equilibrado (2013, p. 262-3).

Desse modo, a crise evidencia-se não só como a possibilidade que surge das barreiras entrepostas na circulação do capital, como interrupção das suas metamorfoses, mas brota do interior do capital como relação social historicamente determinada. Nessa interpretação de Harvey, acumulação e crise estão referenciadas com a forma histórica do processo de trabalho, resultado da contradição específica entre o desenvolvimento das forças de produtivas e as relações sociais no capitalismo. Assim, é possível integrar os dois primeiros livros de *O Capital* ao terceiro modelo de acumulação deixado inacabado por Marx.

No primeiro livro d’*O capital* vemos os capitalistas individuais no comando de seus próprios processos de produção, usando a mudança tecnológica *dentro* da empresa como uma ‘alavanca’ para a acumulação (...) Resultado: revoluções eternas nas forças produtivas e uma produtividade sempre crescente da força de trabalho. Essa é a ideia que Marx procurou captar em seu conceito de uma composição orgânica de capital.

Quando pressionamos a análise dos esquemas de reprodução do segundo livro de *O Capital* um pouco além do que Marx teve tempo de fazer, chegamos ao conceito de uma *tecnologia viável* que permitiria a reprodução bem-sucedida das relações de classe, ao mesmo tempo que permitiria a ‘acumulação equilibrada’ entre e dentro dos

³²¹ O modelo completo “[...] deveria descrever e refletir as contradições internas do capitalismo e descrever também suas manifestações no mundo da aparência. Para Marx isso significava explicar a origem, as funções e as consequências sociais das crises (HARVEY, 2013, p. 248)”.

setores em termos físicos, monetários e de valor. O que Marx almeja em seu terceiro modelo é demonstrar que, para a acumulação ser sustentada, a composição de valor agregado do capital deva permanecer razoavelmente estável. Recuando para a estrutura dos esquemas de reprodução, podemos especificar mais claramente o que isso significa. A tecnologia viável agora abrange uma distribuição específica da mudança tecnológica entre os setores de modo a manter estável a composição de valor do capital. O que isso nos diz é que a dinâmica da mudança tecnológica e organizacional é fundamental para a estabilidade do capitalismo e que os caminhos da mudança compatíveis com o crescimento equilibrado são, se realmente existirem, extremamente restritos.

(...) Embora Marx não prove seu argumento além de qualquer possível sombra de dúvida, ele apresenta um excelente exemplo de que a mistura tecnológica e organizacional necessária só poderia ser conseguida temporariamente por acaso, e que o comportamento dos capitalistas individuais tende eternamente a desestabilizar o sistema econômico. Acredito que esta seja a interpretação correta a ser dada ao que Marx descreve como a contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações sociais no capitalismo. E eu também sugeriria que esta é a proposição fundamental que está enterrada no interior do argumento da taxa decrescente de lucro (HARVEY, 2013, p. 263).

Apesar de Harvey ter encontrado nessa lei “as justificativas básicas para a evidente instabilidade do capitalismo (2013, p. 267)”, ele afirma “com absoluta certeza [...] que Marx encarava a sua exposição da lei dos lucros decrescentes como uma declaração do ‘primeiro recorte’ da sua teoria da formação de crise no capitalismo (Ibidem, p. 266)”. A falha de Marx em sintetizar suas ideias em um modelo que explicasse a origem das crises e seus desdobramentos no terceiro livro de *O Capital*, ou ainda, os muitos aspectos inacabados em sua teoria, são os argumentos que Harvey recorre para chamar a lei da queda tendencial das taxas de lucro de “‘primeiro recorte’³²² da sua teoria da formação da crise no capitalismo (Ibidem, p. 266)”; “A interpretação tem de ser cautelosa, porque Marx deixa muita coisa de fora e a análise da formação de crise real ainda está por ser realizada (Ibidem, p. 272)”.

Ainda assim, é no âmbito desse primeiro corte que as contradições “são expressas como um colapso destruidor dos processos de reprodução social das duas grandes classes sociais e assumem a forma de ‘um excesso de capital simultaneamente com uma crescente população excedente’” (HARVEY, 2013, p. 267); Marx demonstrou aí convincentemente que a acumulação pela acumulação produz superacumulação de capital, afirma Harvey. As várias formas excedentes que o valor pode assumir demonstram que é preciso eliminar, escreve ele, uma fração do capital, ou seja, processos de “desvalorização do capital”, para esse ser compatível com as limitadas possibilidades de produzir e realizar a mais-valia sob as relações capitalistas. “Para o equilíbrio ser restabelecido, a tendência à superacumulação deve ser contrabalançada pelos processos que eliminam da circulação o capital excedente (Ibidem, p.

³²² “Essa teoria do ‘primeiro recorte’ da formação da crise no capitalismo é uma mistura de *insight* agudo, exposição confusa e julgamento intuitivo, temperados com uma pitada daquela visão milenar a que Marx era propenso. Mas o relato, embora incompleto, é de uma força irrefutável, pelo menos em termos das consequências sociais da desvalorização do capital que ele descreve (HARVEY, 2013, p. 280)”.

268)”. Mas as inúmeras possibilidades de desvalorizações parciais³²³ não são capazes de “retornar o sistema a algum tipo de ponto de equilíbrio (HARVEY, 2013, p. 277)”, é necessária uma destruição mais ampla e profunda do capital em circulação para reequilibrá-lo em acordo com a sua capacidade de produzir e realizar-se; essas catástrofes e o colapso social estão inscritas na própria lógica do valor:

As imagens amenas da ‘depreciação’ dão lugar às imagens mais dramáticas e violentas da ‘destruição’ quando se trata de descrever as desvalorizações que ocorrem no desenvolvimento das crises. No momento da crise, todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista são expressas na forma de violentos paroxismos que impõem ‘soluções momentâneas e poderosas’ e ‘durante algum tempo restauram o equilíbrio perturbado’. A superacumulação é contraposta pela retirada e até pela destruição parcial do capital (HARVEY, 2013, p. 277).

A lógica interna que governa as leis do movimento do capitalismo é fria, implacável e inexorável, respondendo apenas à lei do valor. Mas o valor é uma relação social, um produto de um processo histórico particular. Os seres humanos foram organizadores, criadores e participantes dessa história. Marx afirma que nós construímos uma vasta empresa social que nos domina, confina nossas liberdades e, fundamentalmente, lança sobre nós as piores formas de degradação. A irracionalidade desse sistema torna-se mais evidente em momentos de crise: ‘A destruição violenta do capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social (Marx)’ (HARVEY, 2013, p. 280).

O valor definido, inicialmente, argumenta Harvey, como em contínuo movimento, passa a incorporar as contradições próprias do capitalismo – afinal, o valor é algo específico, histórico, atributo do trabalho nesse modo de produção -, pois essa categoria não é uma referência fixa na qual se mede contabilmente a expansão progressiva da acumulação, mas deve

³²³ Harvey considera que há alguns tipos de desvalorização que “atrasam a taxa decrescente de lucro (2013, p. 272)”. O aumento da produtividade do trabalho reduz o valor por mercadoria e, conseqüentemente, os seus preços, que “caem depressa para que o valor incorporado em inventários do capital constante, de produtos parcialmente acabados ou acabados e de mercadorias no mercado esteja sendo perpetuamente reavaliado em relação à produtividade recém-atingida da força de trabalho”; essa depreciação dos valores de troca, que atinge mais as mercadorias que permanecem um tempo maior no mercado ou são consumidas mais lentamente, “pode ser entendida como uma forma de desvalorização (Ibidem, p. 273)”. Embora Harvey não mencione diretamente, entendo que isso signifique um barateamento do capital constante a ser adquirido e, por isso, dos custos de reprodução. Como Marx está falando, segundo Harvey, de uma queda na taxa de lucro e não na sua massa absoluta, os processos de centralização ao expropriar os capitalistas menores desvaloriza os seus capitais, o que permite aos grandes capitais “absorver os bens materiais e financeiros dos pequenos capitalistas por um valor reduzido (Ibidem, p. 274)”, redistribuindo a mesma massa de valor por um número menor de capitais. Outra forma de “aumento do ‘capital social’” (Ibidem, p. 274)” diferente da centralização e que igualmente impulsiona a taxa de lucro e compensa a tendência para a superacumulação são os ajustes organizacionais e estruturais. Com a “disseminação da forma de organização de sociedades anônimas e o advento do ‘capitalismo financeiro’ [...] uma parte do capital social total agora circula para captar juros em vez de reivindicar toda a parcela de mais-valor que produz. O capital que circula dessa maneira é *relativamente* desvalorizado porque recebe menos do que a taxa média de lucro (Ibidem, p. 275)”. A organização de setores pelo Estado, ao não reivindicar nenhuma porção da mais-valia produzida, pode ser considerado como um tipo de “desvalorização *absoluta* do capital caso este continue a circular a uma taxa de lucro zero (Ibidem, p. 275)”. Desse modo, “o Estado pode subsidiar o setor privado e aumentar artificialmente a taxa de lucro que os capitalistas individuais recebem (Ibidem, p. 275)”. Outro aspecto da desvalorização abordado por Harvey refere-se à força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas e a extração da mais-valia relativa barateia a mercadoria força de trabalho e cria um exército industrial de reserva disponível “para alimentar o foguete da acumulação futura (Ibidem, p. 277)”.

ser o reflexo das contradições necessárias e indissolúveis do capital, logo, o valor que não se enquadra nas condições limitadas da sua realização deve ser desvalorizado para, assim, restabelecer um novo equilíbrio e um novo patamar de acumulação. “Uma vez realizada a necessária desvalorização, a superacumulação é eliminada e a acumulação pode renovar o seu curso, com frequência em uma nova base social e tecnológica. E assim o ciclo vai percorrer mais uma vez o seu destino (HARVEY, 2013, p. 279)”.

O conceito de valor e da sua negação como não valor, escreve Harvey, tem “uma base materialista”. Desse modo, “(...) se o valor é interpretado como trabalho humano em seu aspecto social sob o capitalismo, então o “não valor” pode ser interpretado como trabalho humano que perdeu seu significado social devido a processos que também são peculiares do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 269)”. A identidade negativa do valor permite interpretar a miríade de formas que assume a superacumulação do capital – superprodução de mercadorias, capital ocioso dentro do processo de produção, exército industrial de reserva para além do requerido na acumulação, saldos de caixa ociosos, etc. - e a sua respectiva “nênese” (desvalorização) na circulação geral do capital contra o pano de fundo da “[...] contradição básica fundamental entre a evolução das forças produtivas e a barreira colocada pelas relações do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 271)”.

Por esse caminho e tendo em mente essa contradição básica fundamental, Harvey reavalia os equívocos recorrentes nos círculos marxistas que se atêm ao subconsumo ou à tendência de queda nos lucros como motivos da crise. “No mundo das aparências, as taxas decrescentes de lucro e uma abundância de mercadorias são representações superficiais do mesmo problema básico. (...) O fundamental é a oposição entre as forças produtivas e as relações sociais, e, portanto, não podemos atribuir prioridade a um ou outro lado (HARVEY, 2013, p. 271)”.

3.13.1.1.4 A relação contraditória fundamental e a sua especificidade sob o capitalismo

O fundamento das contradições do capitalismo, resgatado por Harvey da lei da queda nas taxas de lucro, tem uma gênese muito anterior ao próprio capital, afirma ele. Trata-se da oposição entre as forças que dominam a história humana, a saber, a tensão entre as forças produtivas, as relações sociais e as concepções mentais de mundo, sendo que, no seu cerne, engendrando-a, está a relação dialética entre o sujeito e o objeto do trabalho ou do homem com a natureza, que é própria da natureza do processo de trabalho.

No decorrer do seu argumento, Harvey, de um lado, se esforça por precisar a determinação histórica e social do que entende por forças produtivas e trabalho, de modo a não cair em uma análise empiricista e materialista que os compreende como alheios aos processos sociais, por outro, os conceitos de forças produtivas, relações sociais de produção e de concepções mentais de mundo (ciência e conhecimento) são tomadas como próprias do homem em sua relação com a natureza, portanto, transhistóricas. O autor extrai de Marx a seguinte elaboração que, segundo ele, procurou estabelecer a necessidade das contradições no capitalismo através de um argumento geral:

[...] o ímpeto para essa mudança (na relação entre as forças em tensão) está na própria natureza do próprio processo de trabalho – ‘agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza’. Por isso, a relação (dialética) recíproca entre o sujeito e o objeto do trabalho está no cerne do processo de desenvolvimento. Esse processo, quando generalizado para contextos sociais e históricos, conduz à ideia de que ‘ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção; e, mudando seu modo de produção [...] eles mudam todas as suas relações sociais’, assim como suas concepções mentais do mundo (HARVEY, 2013, p. 162).

Para produzir e reproduzir, os seres humanos são impelidos a ingressar em relações sociais e a lutar para se apropriarem da natureza de uma maneira consistente com essas relações sociais e com o seu conhecimento do mundo. No decorrer dessa luta eles necessariamente produzem novas relações com a natureza, novos conhecimentos e novas relações sociais. Controles sociais poderosos podem manter as sociedades em estados relativamente estacionários – estados a que Marx se refere como ‘pré-história’. Mas, uma vez que esses controles são derrubados (por quaisquer meios), o equilíbrio é perturbado e forças contraditórias entram em jogo. As contradições entre as forças produtivas, as relações sociais e as concepções mentais do mundo tornam-se a fonte central de tensão. A luta eterna para superar as contradições torna-se a força motriz da história (HARVEY, 2013, p. 163).

Nesse esforço para interpretar o que seria, nos seus termos, a história do progresso humano, Harvey nunca deixa de enfatizar o lado destrutivo e catastrófico da sua fase sob o capital, ao mesmo tempo em que trata das positivities do trabalho e das forças de cooperação, por exemplo. As categorias, segundo o seu entendimento, não estariam fora de uma circunscrição estrutural, por isso o autor mencionar, por exemplo, que só com o entendimento do significado e do propósito social da produtividade – para a produção de desejos e necessidades humanas ou de mais-valia - se tornaria compreensível o uso de tal ou qual tecnologia ou mesmo de certas concepções de mundo. Para ele, a unidade contraditória entre as forças produtivas, as relações sociais e as concepções mentais do mundo são da natureza do processo de trabalho, portanto, categorias transhistóricas, mas que tem o seu conteúdo e as suas interações determinadas em cada contexto histórico e social.

A interpretação geral das forças que dominam a trajetória da história humana é utilizada para entendermos a dinâmica do capitalismo. A busca insaciável por parte dos capitalistas para se apropriarem do mais-valor impele as eternas revoluções nas forças produtivas. Mas essas revoluções criam condições que são inconsistentes com a acumulação adicional do capital e com a reprodução das relações de classe. Isso

significa que o sistema capitalista é inerentemente instável e propenso a crises. Embora cada crise possa ser resolvida por meio de uma reestruturação radical das forças produtivas e das relações sociais, a fonte básica do conflito jamais é eliminada. Surgem novas contradições que geram formas de crises mais gerais. A única resolução fundamental para as contradições está na eliminação da sua fonte, na criação de relações sociais fundamentalmente novas – aquelas do socialismo (HARVEY, 2013, p. 163).

3.13.1.2 O segundo corte na teoria da crise

Outra “[...] parte importante dos ‘negócios inacabados’ na teoria de Marx [...]”, segundo Harvey, envolve a “[...] análise do crédito, das finanças e da circulação do capital que rende juros [...] (2013, p. 321)”, bem como a sua relação com a acumulação do capital. Na tentativa de “[...] preencher as lacunas teóricas” desses fenômenos, Harvey inicia o seu capítulo sobre o “Dinheiro, crédito e finanças” com a seguinte afirmação, que apresenta a sua base de partida³²⁴: nas reflexões de Marx “[...] o dinheiro existe como a encarnação do poder social geral, independente de e externo aos processos particulares da produção ou das mercadorias específicas” e, ao mesmo tempo, “[...] depende da criação de valor real através da incorporação do trabalho social nas mercadorias individuais (2013, p. 323)”. Com isso em mente, ele vai desdobrar as contradições do sistema monetário ao financeiro³²⁵ através da oposição entre as formas monetárias cada vez mais autonomizadas em relação ao dinheiro como medida de valor real das mercadorias e aos processos de criação de valor, buscando explicar as formas daquele conflito, cujo corolário é a superespeculação do capital fictício. O objetivo de Harvey é construir um “segundo corte” na teoria das crises a partir dos achados em *O Capital* e integrar “(...) os fenômenos monetários e financeiros com a teoria geral da produção de mercadorias capitalistas (...) (Ibidem, p. 322)”. De acordo com ele,

[...] enterrada dentro desses torturados capítulos sobre bancos e finanças no terceiro livro de *O Capital* está uma interpretação poderosa das contradições internas da forma financeira do próprio capitalismo. Quando conectados com a teoria básica do dinheiro apresentada no primeiro livro de *O Capital*, podemos começar a compreender como a acumulação pela acumulação e a circulação do capital fragmentam as funções do dinheiro como um meio de circulação e uma medida de valor, e erigem nessa base uma relação profundamente antagônica entre o mundo do dinheiro como uma medida do valor do trabalho social e o mundo intrincado e complexo das operações financeiras baseadas no crédito (HARVEY, 2013, p. 388-9).

Para o autor, a ascensão do sistema de crédito é uma resposta às obrigações e cargas adicionais que a circulação do capital impõe ao sistema monetário, ou ainda, é o resultado dos

³²⁴ “É a relação entre o dinheiro como a *expressão geral de valor* e as mercadorias como a *incorporação real do valor* que forma o eixo sobre o qual gira grande parte da análise (HARVEY, p. 323)”.

³²⁵ Para uma exposição clara e rigorosa da teoria do dinheiro e do crédito em Harvey, com referências à obra de Marx, ver Botelho (2015).

esforços do capital para solucionar as suas contradições proliferantes. O crédito então, não é algo acessório, mas se desenvolve e adquire centralidade à medida em que a reprodução capitalista se expande, do contrário, a acumulação estancaria. Essa forma de antecipar os ganhos futuros em troca de juros permite a flexibilização das barreiras ao livre fluxo do capital. A manutenção do valor e a reprodução ampliada necessitam garantir a estabilidade sobre os potenciais de ruptura já descritos na circulação do capital, isto é, toda a integração espacial e temporal dos setores e classes e a transmutação do valor pelas suas formas de realização precisam se dar simultânea e sucessivamente sem crises. Para tanto, o capital portador de juros se diversifica por uma série de funções amplamente descritas por Harvey. Dessa variedade há em comum a face positiva para o equilíbrio da acumulação e o funcionamento desta fração do capital como alavanca imprescindível deste processo.

Entendido como um todo integrado, o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada. Ele permite a realocação do capital monetário entre as atividades, firmas, setores, regiões e países. Promove a articulação de diversas atividades, uma divisão incipiente do trabalho e uma redução nos tempos de rotação. Facilita a equalização da taxa de lucro e arbitra entre as forças que contribuem para a centralização e descentralização do capital. Ajuda a coordenar as relações entre os fluxos de capital fixo e capital circulante. A taxa de juros reduz os usos atuais em contraposição às exigências futuras, enquanto formas de capital fictício vinculam os fluxos do capital monetário atual com a antecipação dos frutos futuros do trabalho.

(...)

Adequadamente organizado e gerenciado, o capital monetário reunido mediante o sistema de crédito tem o potencial de aprimorar o mecanismo de acumulação através da coordenação sofisticada das decisões de investimento em uma economia. Indiferente a qualquer emprego específico, esse capital monetário pode ser usado para impor a vontade da classe capitalista como uma coletividade sobre os capitalistas individuais. Na medida em que os capitalistas individuais, agindo em interesse próprio e buscando maximizar seus lucros em um ambiente competitivo, adotam tecnologias e tomam decisões que são inconsistentes com a acumulação equilibrada, o sistema de crédito oferece a esperança de controlar esse comportamento errôneo. A profunda contradição entre os comportamentos individuais e as exigências de classe que (...) exerce uma influência desestabilizadora tão poderosa sobre o caminho da acumulação, parece controlável, talvez até reconciliável. A estabilidade pode ser imposta sobre um capitalismo do contrário anarquista e não coordenado mediante a organização e o gerenciamento apropriados do sistema de crédito. Ou assim parece (HARVEY, 2013, p. 374-5)

Aparentemente, escreve Harvey, o sistema de crédito pode superar as contradições do capital. E, para assim cumprir esse potencial temporariamente, deve haver uma distribuição balanceada de função e poder entre o capital portador de juros ou capital financeiro e o capital industrial produtor de valor. Do mesmo modo, o arranjo entre o poder de regulação do Estado e o funcionamento do capital financeiro deve ser capaz de acomodar-se em um ponto de equilíbrio. Mas as pressões e as exigências contraditórias solapam essas configurações instáveis, que permitiram o desenvolvimento precário do capitalismo em um certo momento, e

isso ocorre porque o equilíbrio está assentado sobre relações contraditórias no interior do próprio sistema financeiro, que é, inclusive, a fonte de poder do capital portador de juros.

3.13.1.2.1 Da contradição da mercadoria ao capital fictício e suas crises

A contradição no interior da forma mercadoria entre valor de uso e valor de troca “[...] é a fonte da qual fluem todas as contradições dentro da forma do dinheiro [...] (HARVEY, 2013, p. 324)”, escreve Harvey, por isso a importância de considerar, inicialmente, o desdobramento dessa contradição. No curso do intercâmbio mercantil, uma mercadoria, entre tantas outras, converte-se na forma de equivalente geral ao emprestar o seu corpo material, “produzido em condições específicas de trabalho humano concreto (Ibidem, p. 324)”, para expressar aquilo que é comum ao mundo das mercadorias: o trabalho humano abstrato, constitutivo do valor. Essa mercadoria torna-se mercadoria-dinheiro - que “como qualquer outra mercadoria, tem um valor, um valor de uso e um valor de troca (Ibidem, p. 324)” -, a encarnação socialmente reconhecida do trabalho abstrato.

Na sua função de equivalente universal, “o dinheiro funciona como uma *medida de valores* e proporciona um *padrão de preço* contra o qual o valor de todas as outras mercadorias pode ser avaliado (HARVEY, 2013, p. 324, grifo do autor)”. Nesse movimento de expressão e medida do valor, que deve ser seguido pela realização dos preços no processo de troca, a contradição interna à mercadoria é resolvida à medida em que se exterioriza na forma relativa e equivalente de valor, isso significa que o trabalho abstrato da mercadoria – a forma relativa - é representado por uma mercadoria específica cujo corpo e valor de uso funcionam como encarnação do valor – a forma equivalente geral.

Ao permitir a circulação de mercadorias, a mercadoria-dinheiro também “funciona como um *meio de circulação* (HARVEY, 2013, p. 325, grifo do autor)”. Ao analisar esse seu funcionamento, Harvey comenta que assim como os preços de mercado das mercadorias diferem do seu valor³²⁶ o mesmo ocorre com o dinheiro: “a mercadoria-dinheiro agora incorpora duas medidas de valor: o tempo de trabalho necessário que ela incorpora, e o tempo socialmente necessário pelo qual ela pode, em média, ser trocada (Ibidem, p. 325)”. Considerando o ouro como a única mercadoria-dinheiro, o autor argumenta que as necessidades

³²⁶ Sobre essa incongruência Harvey recupera trechos de O Capital de Marx: “‘Isso não é nenhum defeito dessa forma’, insiste Marx, porque o ‘desregramento’ da produção e da troca de mercadorias, as eternas oscilações entre a demanda e a oferta, possivelmente não pode ser equilibradas exceto permitindo que os preços flutuem em torno dos valores (p 324)”.

oscilantes do metal para a circulação de mercadorias podem variar sem que a sua disponibilidade as acompanhe, resultando em grandes flutuações entre os preços e os valores que o metal possui. A “[...] possibilidade de uma separação entre seus valores reais e nominais (Ibidem, p. 326)” ocorrer já está dada desde a produção, a pesagem e a cunhagem das moedas, em que pese as tentativas de controle pelo Estado. Com o papel-moeda conversível em ouro muitos dos problemas envolvendo os custos da produção e os ajustes das quantidades em circulação podem ser resolvidos, o que dá uma maior liberdade a essa forma para ser impressa mais rapidamente do que o aumento das reservas em ouro, trazendo consigo, porém, os riscos da inflação. Já o papel-moeda puro, inconvertível, “[...] corta completamente a conexão entre o dinheiro e o processo de produção de qualquer mercadoria-dinheiro (Ibidem, p. 327)”; o poder do Estado garante a estabilidade e o valor no lugar da mercadoria-dinheiro.

Da troca de mercadorias surge também o dinheiro-creditício, que tem “[...] sua origem em letras de câmbio e notas de crédito que adquirem a forma social de dinheiro assim que começam a circular como meios de pagamento (HARVEY, 2013, p. 328)”. Apesar da maior flexibilidade para criar essas formas de dinheiro, o conjunto das transações envolvendo as mercadorias, às quais o meio de pagamento se vincula, deve ser descontada ao final. “Se as transações de mercadoria não forem completadas ao preço acordado, ou se os indivíduos falharem [...] O dinheiro creditício é diretamente ‘desvalorizado’ ou ‘depreciado’ porque a dívida não pode ser paga (Ibidem, p. 329)”.

Com o surgimento dos bancos, “[...] a moeda bancária substitui as letras de câmbio emitidas pelos produtores individuais como o meio de circulação (HARVEY, 2013, p. 330)” e essa instituição passa a centralizar os descontos das emissões de meios de pagamento. Mas a concorrência interbancária, as dívidas entre os bancos e a possibilidade de que as somas de ouro nos seus cofres sejam insuficientes, solapando a qualidade dos meios de pagamento, levam à criação de um banco central para resolver esses problemas. O banco central busca garantir o equilíbrio, a solvência e a qualidade da moeda dos bancos privados. Na condição de “guardião do estoque de ouro nacional”, o banco central equilibrava os pagamentos entre os países e o ouro funcionava como “o equivalente universal do câmbio mundial” (Ibidem, p. 332).

Com o fim da conversibilidade nacional, o padrão-dólar e seu lastro em ouro passaram a ocupar o lugar do equivalente universal para, finalmente, com a incapacidade dos EUA garantirem a conversibilidade da sua moeda, o capitalismo mundial perder de vez uma moeda que represente verdadeiramente os valores das mercadorias, ou seja, que sirva também como medida de valor (HARVEY, 2013, p. 332). “Mas o capitalismo mundial simplesmente não

funciona sem algum tipo de moeda de reserva estável – e esta é a dificuldade que o sistema monetário internacional tem enfrentado desde o início da década de 1970 (Ibidem, p. 333)”.

De acordo com Harvey, todo o arranjo hierárquico das instituições monetárias procura resolver “[...] a contradição básica entre o dinheiro como uma medida de valor e o dinheiro como um meio de circulação (2013, p. 333)”. Como mediador entre as mercadorias, a sua capacidade de “[...] representar os valores ‘reais’ da mercadoria é eternamente suspeita³²⁷ (Ibidem, p. 333)”. O autor afirma que nenhuma maneira foi encontrada para garantir a qualidade das moedas que não fosse a sua vinculação “[...] à produção de alguma mercadoria específica (Ibidem, p. 333)”, por isso a moeda perdeu a sua qualidade e garantia como medida de valor – “[...] o que garante a qualidade da moeda no ápice dessa hierarquia? Ouro? ‘Papel ouro’? ‘Ouro negro’ (petróleo)? Dólares? (Ibidem, p. 333)”. Mesmo com todos os arranjos políticos em torno do sistema monetário persiste ainda o problema de que a nível mundial “[...] a noção da moeda como uma medida de valor necessária se recusa a morrer [...] (Ibidem, p. 333)”. Para Harvey, “A ordenação hierárquica das instituições monetárias³²⁸ supera as contradições entre as formas equivalentes e relativas do valor, entre o dinheiro como uma medida de valor e um meio de circulação, nos níveis local e nacional, apenas para deixar o antagonismo não resolvido na arena internacional (Ibidem, p. 334)”.

O autor conclui esse momento da sua análise, segundo ele em condições de produção simples de mercadorias, apontando que as diferentes formas que o dinheiro assume – “[...] mercadoria dinheiro, as moedas, os papéis-moedas conversíveis e não conversíveis, vários dinheiros creditícios etc. [...] (HARVEY, 2013, p. 335)” – são o “[...] resultado do movimento para o dinheiro perfeito como um ‘lubrificante’ sem atrito, sem custo e instantaneamente ajustável da troca, ao mesmo tempo que preserva a ‘qualidade’ do dinheiro como uma medida do valor”. Não obstante, ele afirma que a “[...] principal contradição entre o dinheiro como uma medida de valor e o dinheiro como um meio de troca jamais é resolvida: ela é meramente transposta para níveis cada vez mais elevados dentro de uma hierarquia de instituições monetárias (Ibidem, p. 335)”.

³²⁷ “A noção de alguma medida absoluta de valor pode parecer redundante em qualquer nível particular na hierarquia, mas permanece o problema de garantir a qualidade da moeda – e o que é essa qualidade senão uma garantia de que uma quantidade nominal de dinheiro creditício realmente representa valores reais da mercadoria? (p. 333)”.

³²⁸ Ainda sobre essa hierarquia e os limites da sua ação, apesar desses arranjos parecerem deter o poder de “influenciar a produção e a troca de mercadorias”, Harvey ressalta que em qualquer um dos seus níveis, do mundial ao local ou do Fundo Monetário Internacional aos bancos privados, não há qualquer poder para “gerar magicamente uma expansão na produção de mercadorias. O incentivo real para o sistema está na acumulação mediante a produção e a troca de mercadorias. Por isso, Marx se opôs violentamente àquela versão da doutrina monetarista que acredita nos efeitos criativos da oferta de dinheiro (HARVEY, 2013, p. 334)”.

Para passar da discussão do sistema monetário para o financeiro, Harvey vai da produção e da troca simples de mercadorias, existentes, afirma ele, em outras formações sociais junto ao dinheiro como mediador das trocas, para a relação capital – trabalho e a apropriação da mais-valia através da relação de classe. Nos seus termos, “A ‘diferença palpável’ entre a circulação do dinheiro como capital e a ‘mera circulação’ do dinheiro mediante a troca de mercadorias está, em primeira instância, nas novas maneiras com que os capitais usam o dinheiro (2013, p. 337)”. Com o uso destinado à valorização do valor mediante a exploração do trabalho e não simplesmente às trocas, o dinheiro na qualidade de capital precisa do sistema de crédito e das operações financeiras uma vez que o sistema monetário não é capaz de arcar com as “obrigações e cargas adicionais” que a circulação capitalista impõe (Ibidem, p. 338):

Por exemplo, a preservação e expansão do valor requerem continuidade e coordenação estável quando a base material da produção é caracterizada por descontinuidade e discordância. As trocas entre os setores e as indústrias com períodos de trabalho, circulação e tempos de rotação diferentes têm de ser de algum modo desobstruídas e as coordenações entre o dinheiro, as mercadorias e os circuitos produtivos do capital têm também de ser alcançados. A taxa de lucro só pode ser igualada se o capital monetário puder se mover rapidamente de uma esfera de produção para outra, enquanto a acumulação e o reinvestimento requerem desembolsos periódicos de grandes somas, que do contrário teriam de ser acumuladas (HARVEY, 2013, p. 338).

Para o autor, “o sistema de crédito³²⁹ emerge como o filho especial do modo de produção capitalista e o capital que rende juros passa a desempenhar um papel muito especial em relação à circulação do capital (2013, p. 338)”. Mas esse capital de empréstimos e, por conseguinte, as finanças em geral erguem-se sobre as contradições da sua base monetária. “Na medida em que as finanças capitalistas se libertam dos grilhões do sistema monetário, elas ao mesmo tempo internalizam as contradições e se movem na direção de uma postura antagônica com respeito à sua própria base monetária³³⁰ (Ibidem, p. 338)”. Harvey sintetiza o argumento geral do seguinte modo:

Em virtude do seu controle sobre os meios de produção, os capitalistas também podem apropriar o poder social inerente ao dinheiro e coloca-lo para trabalhar como *capital monetário*, e assim produzir mais-valor mediante a produção. A lógica da circulação geral do capital os obriga a criar novos instrumentos financeiros e um sistema de crédito sofisticado que impulsiona o dinheiro e o capital que rende juros para um papel proeminente em relação à acumulação. Mas o poder coercivo da competição obriga os capitalistas, como agentes econômicos individuais, a abusar desse sistema e desse modo corroer o poder social do próprio dinheiro: a moeda pode ser desvalorizada, ocorre inflação crônica, crises monetárias são criadas etc. Constata-

³²⁹ “O conceito de capital financeiro tem uma história peculiar no pensamento marxista. O próprio Marx não usou o termo, mas deixou uma enorme quantidade de escritos sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital monetário. A definição implícita é a de um tipo particular de processo de circulação do capital que se concentra no sistema de crédito (HARVEY, 2013, p. 373)”.

³³⁰ “Marx construiu sua teoria do dinheiro a partir de uma análise da produção e da troca de mercadorias, sem referência à circulação do capital. Assim, ele primeiro identificou a contradição entre o dinheiro como uma medida de valor e o dinheiro como um meio de circulação para lançar a base para o entendimento de como essa contradição aumenta quando o dinheiro circula como capital (HARVEY, 2013, p. 383)”.

se que o seu uso do dinheiro como um meio de circulação através da ação do sistema de crédito solapa a utilidade do dinheiro como uma medida e uma reserva de valor. Então devem ser tomadas medidas para preservar a qualidade do dinheiro. Tornam-se necessários controles rígidos e severos. Esses controles surgem no decorrer de uma crise quando os capitalistas se apressam em segurar a mercadoria-dinheiro (o ouro, por exemplo) como a única representação legítima do valor, ou então são impostos como parte de uma política consciente por parte de uma autoridade monetária poderosa que opera como braço do Estado. Nas últimas circunstâncias, a política da estratégia monetária, como é seguida pelo Estado, torna-se crucial para o entendimento da dinâmica da acumulação do capital. Entretanto, sejam quais forem as circunstâncias, a tendência para o excesso no reino das finanças é fundamentalmente assinalada por um retorno às eternas verdades da base monetária (HARVEY, 2013, p. 339).

O crédito, portanto, não só permite a ampliação e a generalização das funções do dinheiro sob o capital, mas faz o mesmo com as tendências para a crise. O potencial aparente do sistema de crédito de “[...] superar os antagonismos entre a produção e o consumo, entre a produção e a realização, entre os usos presentes e o trabalho futuro, entre a produção e a distribuição [...]”, ou seja, de “[...] conter as forças que contribuem para as crises (HARVEY, 2013, p 376)”, “só supera esses limites da valorização do capital na medida em que os eleva à sua forma mais geral’ (Ibidem, p. 376)”.

Na forma do capital em geral no sistema de crédito e na mão dos financistas, esse capital “[...] só pode lidar com problemas que surgem na troca e nunca com aqueles que surgem na produção (HARVEY, 2013, p. 377)”, que diz respeito à criação de valor. Ademais, ao impulsionar o desenvolvimento tecnológico e a competição acaba por exacerbar a tendência à superacumulação, ao mesmo tempo em que gera uma acumulação fictícia através da especulação com ativos financeiros e títulos de terras inteiramente fora do controle e da produção de valor; assim, ao invés de resolver, “[...] acelera a formação de crises³³¹ [...] (Ibidem, p. 379)”.

O que começou aparecendo como um dispositivo saudável para expressar os interesses coletivos da classe capitalista, como um meio para superar ‘os grilhões e barreiras imanentes à produção’, elevando assim as ‘bases materiais’ do capitalismo a novos níveis de perfeição, ‘torna-se a principal alavanca para a superprodução e a superespeculação (HARVEY, 2013, p. 379).

Harvey, ao desdobrar a tendência imanente à crise que passa do sistema monetário para o de crédito, chega na discussão sobre o capital fictício³³². Na sua definição, “A categoria de

³³¹ Nesse momento da sua argumentação, Harvey, recuperando a apresentação de Marx sobre capital fictício e as especulações no sistema de crédito, lembra que esse último escreve que não só a formação de crises é acelerada como também “[...] traz à tona os ‘elementos de desintegração’ do capitalismo. Marx chama isso de ‘abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição autodissolutora’. Harvey completa que “Marx não elaborou muito essas ideias [...]” e nem explicou o que seria exatamente essa última expressão, por isso o autor propõe interpretá-la em acordo com “[...] os dilemas do uso do crédito no capitalismo (HARVEY, 2013, p. 379)”. Cabe lembrar que tentei uma leitura desses mesmos trechos no início do presente capítulo.

³³² “[...] os mercados para o capital fictício são vitais para a sobrevivência do capitalismo porque somente por meio deles a continuidade do fluxo de capital que rende juros pode ser assegurada (HARVEY, 2013, p. 367)”.

‘capital fictício’ é um fato implícito quando o crédito é ampliado previamente, em antecipação ao trabalho futuro como um contravalor (HARVEY, 2013, p. 352)”. Ao apresentar essa categoria, ele parte da ideia, já discutida no segundo capítulo e que é central para o ajuste espacial, de que a formação de capital fixo³³³ mediante o crédito antecipa um valor sem equivalente em mercadorias, funcionando como capital fictício na espera de que possa ocorrer no futuro uma valorização real. Há incerteza tanto em relação ao valor do próprio capital fixo, sujeito às inúmeras variações e desvalorizações, quanto ao seu uso no futuro, que deve confinar no espaço por determinado tempo a circulação do capital para se apropriar de um valor equivalente à sua depreciação mais um excedente. Harvey continua com inúmeros outros exemplos, desde o simples crédito antecipado por uma venda não realizada de mercadorias, engendrando a realização de novas compras por meio dos títulos representativos dessa dívida, passando pelas ações, dívidas públicas e privadas, etc. Em muitos desses títulos de dívida e propriedade, a variação dos seus preços pode não ter relação alguma com o capital real e sequer representar processos de valorização; os rendimentos sobre eles, independentemente das suas fontes, aparecem como juros de um capital, sendo ou não. Assim, nessa “[...] potencialidade para o ‘capital fictício’ [...]”, que “[...] está dentro da própria forma do dinheiro e está particularmente associada com a emergência do dinheiro creditício (HARVEY, 2013, p. 353)”, “[...] está sempre posta a possibilidade de se abrir [...] uma lacuna entre os dinheiros de crédito (que sempre têm um componente fictício, imaginário) e os dinheiros ‘reais’ diretamente ligados a uma mercadoria-dinheiro (Ibidem, p. 354)”. Portanto, se por um lado, o capital fictício “[...] permite um deslocamento suave do capital [...] superacumulado [...]” e “[...] pode disfarçar inteiramente a aparência das crises (Ibidem, p. 352)”, por outro³³⁴,

[...] a criação de valores fictícios antes da produção e realização real da mercadoria é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última palavra da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. A lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores *reais* se amplia. É montado o palco para as crises dentro do sistema de crédito (HARVEY, 2013, p. 352-3).

Harvey, após citar os momentos do livro III em que Marx trata da perda de conexão do capital com o processo de valorização - uma vez que esse surge com a propriedade de se autoexpandir automaticamente -, depois de recuperar a ideia desse autor sobre as formas insanas em que a acumulação de dívidas parece ser acumulação de capital e a possibilidade de que a

³³³ “A formação e circulação do capital fixo são necessárias para a acumulação. A barreira que o capital fixo cria para a acumulação futura [...] só pode ser superada por meio do sistema de crédito em geral e pela criação de formas fictícias do capital em particular (HARVEY, 2013, p. 357)”.

³³⁴ “[...] não deve surpreender que a circulação do capital que rende juros seja simultaneamente a salvação da acumulação e ‘a origem de todos os tipos de formas insanas’ (HARVEY, 2013, p. 357)”.

triplicação do capital pode não ser nada mais que formas imaginárias de valor³³⁵, escreve: “O sistema de crédito registra a ‘altura da distorção’ em um ponto em que a acumulação das reivindicações supera em muito a produção real (2013, p. 356)”. “É apenas uma questão de tempo antes que a bolha especulativa estoure (Ibidem, p. 397)”. O autor é enfático ao escrever que se esse capital fictício não for colocado na produção dentro de condições de uma acumulação equilibrada o problema da superacumulação será acelerado, pois o impacto de uma crise, “[...] que faria o sistema retornar a uma posição de equilíbrio medida pela composição de valor do capital³³⁶, é contida (2013, p. 405)” temporariamente pelo excesso de dinheiro – e a inflação - criado no âmbito privado e pelo Estado. Marx procura, segundo Harvey, “[...] nos alertar para a insanidade de uma sociedade em que o investimento em apropriação (rendas, dívidas do governo etc.) parece tão importante quanto um investimento na produção (Ibidem, p. 356)”; esse último afirma: “Se o capital investisse todo o dinheiro na apropriação e nenhuma na produção real, então o capitalismo não serviria mais para este mundo (Ibidem, p. 356)”.

Ao longo de diversos trechos, Harvey deixa claro, recorrendo ao próprio Marx, que a contradição fundamental “[...] está entre o que ele chamou de *sistema financeiro* (crédito) e sua *base monetária* (2013, p. 383-4)”, que “[...] se reduz fundamentalmente a uma contradição entre ‘o capital em sua forma monetária e o capital em sua forma de mercadoria’ (Ibidem, p. 388)”. Indo além, essa contradição entre as formas de representação do valor, a começar pelo dinheiro, como já exposto, até o seu ápice no capital fictício, e a mercadoria, pode ser buscada no interior dessa última. Mas o sentido mais profundo dessa contradição, após as suas elaborações sobre capital fictício, remete à tendência para a independência e a acumulação ilusória que todas as formas representativas do valor vão assumindo na história do capital ao se contraporem ao valor socialmente produzido; isto é, não apenas em relação à mercadoria-dinheiro que serve à medida do valor, nos termos de Harvey, mas ao processo de valorização, conforme demonstra a preocupação do autor com o excesso de apropriação em relação à produção real.

³³⁵ Harvey destaca a importância do sistema bancário, em meio ao “[...] problema eterno no capitalismo de encontrar os recursos escassos necessários para permitir a realocação do capital de usos relativamente improdutivos para usos mais produtivos [...]”, para criar capital monetário diretamente de valores fictícios [...] (2013, p. 368)”. Os bancos “[...] ao mesmo dão crédito e criam valores monetários em virtude do crédito que dão. [...] Os valores monetários fictícios podem então ser emprestados como capital. [...] Eles podem criar capital monetário antes da produção de valores (Ibidem, p. 367-8)”.

³³⁶ “A teoria que adotamos aqui indica que, antes de tudo, é o desenvolvimento descontrolado e desequilibrado das forças produtivas no contexto das relações de classe do capitalismo que provoca a superacumulação. Na medida em que a inflação é uma transformação da desvalorização, ela não pode ser sanada por um programa indiscriminado de aumento da produtividade. [...] Ainda que seja verdade que a desvalorização das mercadorias (incluindo a força de trabalho) possa ser evitada pela inflação no curto prazo, é igualmente verdade que seus problemas não podem ser sanados sem a desvalorização das mercadorias. [...] Mas só a desvalorização das mercadorias, incluindo a força de trabalho, pode forçar a reestruturação que vai permitir a retomada da acumulação equilibrada (HARVEY, 2013, p. 410)”.

Considere-se, por exemplo, o que acontece quando o dinheiro creditício e as ‘formas fictícias de valor’ usurpam o lugar da mercadoria monetária. Se o ritmo da criação de crédito acompanhar o ritmo do trabalho socialmente necessário realizado na sociedade, então os efeitos do crédito são mais benéficos do que prejudiciais com respeito à circulação do capital. Mas há pouco para evitar que a criação do crédito fique inteiramente fora de controle, embora, por outro lado, o problema da superacumulação esteja eternamente espreitando nos bastidores. Se os valores fictícios passarem a não ser apoiados pelos produtos do trabalho social ou se, por qualquer razão, a fé no sistema de crédito ficar abalada, então o capital precisa encontrar alguma maneira de restabelecer sua base no mundo do trabalho socialmente necessário. Há duas maneiras pelas quais ele pode fazer isso: vincular firmemente todas as suas operações à mercadoria monetária (ouro) como a medida de valor fundamental ou procurar outra maneira de estabelecer um vínculo direto com os processos materiais da produção real de mercadoria. As duas soluções têm falhas (HARVEY, 2013, p. 385).

No caso da demanda por liquidez em ouro, que deve exceder muito as quantidades de metais nos cofres dos bancos, os valores das mercadorias devem ser sacrificados para se garantir a sua representação na forma independente do dinheiro-mercadoria³³⁷; “Esta era a situação geral com a qual Marx estava familiarizado (HARVEY, 2013, p. 385-6)”. Tal corrida para o ouro ocorre porque o corpo de metal precioso oferece uma garantia material o mais precisa e clara quanto possível, afirma Harvey; o ouro estabelece uma representação firme do trabalho social³³⁸ (Ibidem, p. 384-5). O autor insiste nos trechos em que Marx³³⁹ enfatiza a impossibilidade do sistema de crédito se desligar do dinheiro na forma de metal precioso uma vez que nesse material haveria uma identidade com o trabalho. Todavia, essa “[...] defesa cega do dinheiro como uma medida de valor [...]” em alguns momentos da história “[...] envolveu uma desvalorização tão maciça das mercadorias que a própria sobrevivência do capitalismo foi posta em risco (Ibidem, p. 387)”.

Nas situações de não convertibilidade³⁴⁰, “[...] que se tornaram a regra no século XX [...]”, o banco central pode tentar “[...] disciplinar o sistema de crédito e o capital fictício [...]” através “[...] de um controle criterioso e de manipulação da taxa de juros e das exigências de reserva [...]” buscando “[...] evitar a desvalorização das mercadorias e ao mesmo tempo

³³⁷ “[...] no decorrer de uma crise, o capitalismo é obrigado a abandonar as ficções das finanças e recorrer ao mundo do dinheiro vivo, às eternas verdades da base monetária (HARVEY, 2013, p. 384)”.

³³⁸ “A maneira mais simples de regular a qualidade do dinheiro na sociedade é vinculá-lo a alguma mercadoria monetária universalmente aceita, como o ouro. A desvantagem disso é que o valor do trabalho social está ligado à condição do trabalho concreto na produção do ouro. Se esta última muda, muda também a expressão geral do trabalho social como um preço (HARVEY, 2013, p. 400)”.

³³⁹ Marx declara, segundo Harvey, “que ‘o sistema de crédito não se emancipa da base do sistema monetário mais do que o protestantismo se emancipou do catolicismo’. Embora o crédito frequentemente ‘sobrepuje o dinheiro e usurpe o seu lugar’, o banco central sempre continua sendo ‘o eixo do sistema de crédito’ e ‘a reserva de metal, por sua vez, é o eixo do banco’. Em outras palavras, ‘o dinheiro – na forma de metal precioso – continua sendo a base da qual o sistema de crédito, por sua natureza, *jamaís* pode se desligar’ (HARVEY, 2013, p. 384)”.

³⁴⁰ Apesar de Marx, segundo Harvey, não ter concebido um dinheiro inconversível garantido pelo Estado, a sua teoria foi capaz de antecipar os desdobramentos posteriores da contradição entre o sistema financeiro e a sua base monetária, uma vez que essa “[...] se reduz fundamentalmente a uma contradição entre ‘o capital em sua forma monetária e o capital em sua forma de mercadoria’ (2013, p. 388)”.

preservar a qualidade do seu próprio dinheiro como um reflexo ‘verdadeiro’ do valor do trabalho social. Isso implica que a oferta de dinheiro do banco central deve corresponder ao crescimento da produtividade do valor na economia como um todo (HARVEY, 2013, p. 386)”.

Mas esse controle do banco central seria uma ilusão, segundo Harvey apoiado em Marx. De um lado, o limite para resguardar a qualidade do dinheiro viria das relações entre os países no comércio internacional e as suas moedas, que sempre correm o risco de se desvalorizarem umas em relação às outras, às quais soma-se o problema da indefinição do dinheiro mundial desde 1973, que coloca “[...] o próprio sistema monetário internacional [...] em crise (2013, p. 387)”. Do outro, o poder limitado do banco central não pode evitar a formação de crise na esfera financeira que acompanha a tendência à superacumulação, ou seja, não pode determinar que as finanças cresçam no ritmo da produção de valor em razão da tendência do capital à superacumulação e à crise. De acordo com Harvey, enquanto a produção de mercadorias acompanhar a criação de capital fictício, que sempre anda à frente da primeira, não haveria problemas, mas quando “[...] a superacumulação se torna evidente, a realização dos valores fictícios, e também a dos valores na forma de mercadorias, fica ameaçada (Ibidem, p. 387)”.

O banco central, ao tentar reverter o ápice da “distorção” no sistema financeiro e preservar a qualidade do dinheiro como medida de valor em “[...] uma base monetária mais sólida do que aquela proporcionada pelos dinheiros de crédito e pelo capital fictício (2013, p. 356)”, termina por ficar emparedado pela necessidade de algum tipo de desvalorização³⁴¹. Cabe a esse banco, que não é apenas “[...] o eixo do sistema de crédito moderno, mas um ponto de controle central dentro do aparato do Estado (Ibidem, p. 370)”, operar dentro de uma margem:

[...] existe uma tensão entre a necessidade de manter a acumulação por meio da criação de crédito e a necessidade de preservar a qualidade do dinheiro. Se a primeira for inibida, terminamos com uma superacumulação de mercadorias e uma desvalorização específica. Se for permitido que a qualidade do dinheiro se destrua, generalizamos a desvalorização mediante uma inflação crônica. Assim são apresentados impecavelmente os dilemas dos tempos modernos (HARVEY, 2013, p. 369).

Como o retorno à base monetária destruiria os capitais fictícios e desvalorizaria as mercadorias, “A única defesa factível por parte de um banco central contra tal condição é imprimir dinheiro garantido pelo Estado para comprar os excedentes e realizar os valores dos capitais fictícios (HARVEY, 2013, p. 387)”. Ao fazer isso, desvaloriza-se o próprio dinheiro e a superacumulação transforma-se em inflação desenfreada. “Defender o valor nominal das mercadorias que incorporam um tempo de trabalho socialmente desnecessário é tão irracional

³⁴¹ “A teoria marxiana nos diz que, em resposta à superacumulação, o capital pode desvalorizar o dinheiro ou as mercadorias (ou alguma combinação de ambos). Mas só a desvalorização das mercadorias, incluindo a força de trabalho, pode forçar a reestruturação que vai permitir a retomada da acumulação equilibrada (HARVEY, 2013, p. 410)”.

quanto defender o dinheiro como uma pura medida de valor mediante a adesão cega a um padrão ouro (Ibidem, p. 388)”. Portando, dada a tendência para a superacumulação, “[...] a classe capitalista parece ter uma escolha entre desvalorizar o dinheiro ou as mercadorias, entre a inflação ou a depressão. No caso de a política monetária estar dedicada a evitar ambos, ela simplesmente acaba incorrendo em ambas [...] (Ibidem, p. 388)”.

3.13.1.3 Os ciclos de acumulação

No livro *O Capital*, encontram-se vários “*insights* parciais (p. 393)” de Marx no sentido de um ciclo do capital, afirma Harvey, e, mais especificamente em algumas partes do terceiro livro, vê-se uma representação em que “[...] O processo de acumulação passa por várias fases de estagnação, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e *crash* (2013, p. 393)”. A intenção de Marx, segundo o autor,

[...] é captar as interações entre a acumulação, a mudança tecnológica, a formação do capital fixo, o emprego e o desemprego, com as taxas salariais, a demanda do consumidor, a formação de capital fictício, a onda de dinheiros creditícios e o retorno à base monetária durante as crises de superacumulação e desvalorização (HARVEY, 2013, p. 393).

Harvey recorre a essa ideia de um ciclo do capital, descrevendo “[...] como as várias contradições do capitalismo se unem e se constroem umas sobre as outras em uma sequência dinâmica para produzir a onda da acumulação inicial [...]” até o seu desfecho na “[...] selvagem desvalorização tanto do capital como do trabalho (2013, p. 399)”, para construir uma interpretação que integre o ‘primeiro corte’ com o ‘segundo corte’ da teoria da crise ou “os aspectos financeiros e monetários [...] com a análise [...] das forças que contribuem para o desequilíbrio na produção (Ibidem, p. 421)” e realização. No seu entendimento desse ciclo, todo o movimento está relacionado com o sistema de crédito e o capital fictício, que são essenciais para a “dinâmica da acumulação (Ibidem, p. 422)”. “As análises do crédito e da circulação do capital que rende juros, da formação dos capitais fictícios e de todas as outras complicações financeiras e monetárias [...] adicionam uma dimensão totalmente nova à teoria da formação e da expressão da crise no capitalismo (Ibidem, p. 421)”. Isso significa, como já se viu, que as finanças não podem acabar com a “[...] tendência de desequilíbrio na produção (Ibidem, p. 421)”. Ao contrário, mesmo que possam ocorrer “[...] explosões especulativas relativamente autônomas [...] (Ibidem, p. 422)”, “[...] Marx demonstra que [...] a superacumulação cria condições maduras para essas febres especulativas (Ibidem, p. 422)” e essas últimas intensificam a primeira tendência. Nesse sentido, de acordo com Harvey, a análise do ciclo de acumulação evidencia

[...] como as contradições internas dentro da produção se manifestam na troca como uma oposição entre as formas de dinheiro e de mercadoria do valor que elas então se tornam, via ação do sistema de crédito, um antagonismo direto entre o sistema financeiro e sua base monetária. Esse último antagonismo forma então a rocha sobre a qual a acumulação finalmente se sustenta (HARVEY, 2013, p. 422).

Mas ele se opõe à maneira a-histórica como Marx³⁴² teria representado os ciclos, o que não seria compatível nem com as elaborações desse autor envolvendo “[...] as leis de movimento que governam a evolução histórica do capitalismo [...] (2013, p. 422)”. Para Harvey, os ciclos não seriam iguais e não retornariam o sistema para a mesma condição de antes, “Do ponto de vista da longa evolução do capitalismo, o ciclo da acumulação opera então como o meio em que processos de transformação social muito mais profundos são atingidos³⁴³ (Ibidem, p. 423)”. A cada renovação e recomeço, as forças produtivas e as relações sociais se ajustam em alguma posição nova de equilíbrio:

A atividade especulativa associada à expansão permite a experimentação individualizada e privada de novos produtos, novas tecnologias (incluindo formas organizacionais), novas infraestruturas físicas e sociais, e até culturas, configurações de classe e formas de organização e luta de classes totalmente novas. [...] ao mesmo tempo assenta as bases materiais para fases posteriores de acumulação. [...] O *crash* racionaliza e reestrutura a produção de modo a eliminar elementos estranhos (HARVEY, 2013, p. 423).

Nesse movimento, o capitalismo se transforma “a partir de dentro” “[...] como uma espécie de camaleão, eternamente mudando suas cores; como uma cobra, periodicamente trocando a sua pele (HARVEY, 2013, p. 424)”. A própria emergência do capital financeiro e suas respectivas transformações concretas são parte da “necessária evolução do capitalismo (Ibidem, p. 424)”, bem como “As contradições entre o sistema financeiro e sua base monetária [...]”, que “[...] aumentam e se tornam ainda mais terríveis à medida que o capitalismo avança (Ibidem, p. 388)”; o capital financeiro passa a ser caracterizado “[...] por uma instabilidade crônica (Ibidem, p. 424)”. A emergência dessa “[...] força controladora, repleta de contradições [...]” envolve “[...] a criação de novas instrumentalidades, instituições, novas facções, configurações e alianças de classe, e novos canais para a circulação do próprio capital (HARVEY, 2013, p. 424)”. O Estado tem participação importante para garantir a

³⁴² Nesse autor “Cada ciclo se parece com qualquer outro [...] e, por isso, parece retornar o sistema capitalista ao seu *status quo ante* depois que a crise cumpriu o seu curso [...] (HARVEY, 2013, p. 422)”.

³⁴³ Segundo Botelho (2014, p. 102), Harvey aponta para um processo em que há mudança na natureza das crises, que não podem eternamente se ajustar de modo idêntico. Esse autor levanta, de passagem e hesitante, a questão entre as crises cíclicas e estrutural, todavia, não dá continuidade às formulações sobre a possibilidade de um limite absoluto ao capital. Nesse ponto, só a guerra pode destruir a lógica capitalista, o que significaria destruir toda a humanidade, mas também pode servir como uma nova solução à superacumulação ou até desencadear uma revolução; somente essa última ou a destruição global ergueriam um limite absoluto ao capital. Botelho não descarta a possibilidade de uma destruição total, entretanto, escreve: “[...] o condicionamento de um *limite absoluto* para o desenvolvimento capitalista a uma revolução parece incorrer na metafísica que converte a forma *historicamente determinada* desta sociedade em uma *determinação permanente* de reconstrução econômica (p. 107)”.

funcionalidade do crédito ao longo do ciclo, inclusive para proporcionar uma reestruturação mais amena durante uma crise controlada, o que não resolve a necessidade de reestruturação para um novo ciclo de acumulação. As políticas estatais apesar de voltadas para a reprodução do capital, como sempre, muda os seus meios para atingir o seu objetivo, em especial aqueles voltados para controlar as crises catalisadas pelas finanças. Sobre essas rupturas, “O caráter dos *crashes* periódicos é também transformado. Em vez de serem o efeito social agregado de um processo essencialmente atomístico, individualizado, desde o início se tornam uma questão social (Ibidem, p. 425)”. Com o passar do tempo, reduzem-se as possibilidades de transformações internas do capitalismo e as opções “[...] tornam-se cada vez mais [...] confinadas a inovações dentro do próprio aparato do Estado (Ibidem, p. 425)”. Quando “[...] o limite da capacidade do Estado para administrar de forma criativa a economia é alcançado [...]” a resolução das crises³⁴⁴ “[...] depende cada vez mais do desdobramento do poder militar e repressivo [...] (Ibidem, p. 425)”. No plano mundial, “As crises desemaranham-se quando Estados rivais, controlados por diferentes sistemas monetários, competem uns com os outros sobre quem vai suportar o peso da desvalorização³⁴⁵ (Ibidem, p. 425)”.

A guerra, como Lenin insiste, torna-se uma das potenciais soluções para a crise capitalista (um meio de desvalorização esplêndido e imediato mediante a destruição). O imperialismo e o neocolonialismo, assim como a dominação financeira, tornam-se uma questão central na economia global do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 426).

3.13.2 As interpretações superficiais das contradições do capital pelo marxismo e a formulação esotérica da teoria da crise de Marx

Kurz (2014, p. 220) em “O Dinheiro Sem Valor”, assim como Harvey, também admite que Marx não deixou “[...] uma teoria das crises coerente e concludente, mas uma teoria fragmentária e contraditória [...]” dispersa ao longo de sua obra, o que gerou “[...] controvérsias intermináveis em torno das interpretações, tanto relativamente às causas e ao estatuto da crise no seio da dinâmica capitalista, como aos seus fenômenos, fases e formas de desenvolvimento (2014, p. 221)”. A crise teria sido formulada por Marx de modo ambíguo, de maneira que as suas elaborações se “[...] deslocam entre fenômenos de superfície ‘da circulação’ e uma autocontradição substancial do ‘sujeito automático’ (Ibidem, p. 220)”. Enquanto para Harvey,

³⁴⁴ Harvey, em uma passagem não muito clara, considera que há a possibilidade das crises e da transformação do capitalismo desaguar na transição para o socialismo. Mas, com o uso crescente do autoritarismo do Estado, as questões para a entrada no socialismo são alteradas. Ele menciona muito rapidamente essas ideias sem desenvolvê-las (2013, p. 425).

³⁴⁵ “A luta para exportar a inflação, o desemprego, a capacidade produtiva ociosa, as mercadorias em excesso etc. torna-se o centro da política nacional (HARVEY, 2013, p. 426)”.

o problema da teoria da crise envolvendo o seu núcleo central, que deveria ter sido exposto no livro III de *O Capital*, foi causado pelo desvio de Marx – em razão da sua celeuma com a economia política clássica – para a lei tendencial da queda das taxas de lucro, que o teria levado para longe das suas reflexões acertadas nos dois primeiros livros e a uma conclusão errônea da contradição fundamental do capital, para Kurz, a explicação das contradições da teoria da crise deve ser encontrada no duplo Marx, no problema da exposição e no individualismo metodológico de alguns momentos da obra desse autor.

Não abordarei esses pontos em maiores detalhes, pois exigiria recuperar um argumento bastante complexo e desenvolvido no decorrer de todo o livro “Dinheiro Sem Valor” para o qual não há tempo e nem espaço aqui. Apesar de ser um esforço necessário para compreender a crítica desse autor à Marx, ao marxismo e à teoria da crise elaborada por ele, menciono apenas rapidamente esses assuntos. Segundo Kurz (2014), Marx, ao construir a exposição progressiva do capital a partir da mediação de mercadoria e dinheiro, associada à circulação simples dessas formas, embora tenha a relação de capital como pressuposto, deu margem a um entendimento que acessa de modo errôneo a lógica do capital³⁴⁶ e autonomiza uma esfera da circulação que sequer existe³⁴⁷; tais enganos também se baseariam nas contradições do próprio Marx³⁴⁸.

³⁴⁶ De acordo com Botelho (2015), ao se referir à compreensão da teoria do dinheiro e do crédito em Marx presente em “Os Limites do Capital”, Harvey teria realizado uma “[...] leitura histórica ortodoxa questionável que enxerga a economia monetária como uma característica não exclusiva do capitalismo”. O equívoco de muitos marxistas, incluindo Harvey, é de não entenderem a categoria de “circulação simples” em Marx como um recurso lógico heurístico para apresentar as conexões das categorias burguesas e como uma forma de aparência socialmente necessária (p. 12). Essa interpretação equivocada implicaria “[...] a aceitação de uma necessidade de manutenção de alguma forma de economia monetária para além do capitalismo. Uma posição crítica seria enxergar que o dinheiro enquanto tal não é produto histórico anterior

ao capitalismo, mas é o resultado da lógica da mercadoria levada ao extremo da autonomização – sendo o capital fictício sua forma mais desenvolvida, como mostra o próprio Harvey. Dito isso, nenhuma transição pós-capitalista poderia fazer uso dessa forma ingenuamente, tomando-a como neutra, pois isso seria incorrer numa reprodução inconsciente das bases sociais que tornam possível a própria sociedade capitalista – o fracasso do socialismo real teria muito a nos ensinar nesse sentido (p. 13)”.

³⁴⁷ “Acontece que uma circulação no sentido pleno da palavra corresponderia unicamente à fórmula $M - D - M$, que em Marx apenas corresponde, no fundo, a um plano da exposição progressiva ou de reconstrução mental do capital dentro da sua lógica, mas sem qualquer realidade independente. Esta fórmula não pode aplicar-se às sociedades pré-capitalistas, uma vez que nem sequer conheciam qualquer produção universal; e não pode aplicar-se ao capitalismo, visto que, neste, a forma do dinheiro já não tem uma função de mediação, mas constitui o princípio e o fim do movimento do fim-em-si, enquanto a própria mercadoria, inversamente, já só se encontra no ‘meio’, ou seja, constitui um mero meio para um fim que lhe é exterior (KURZ, 2014, p. 141-2)”.

³⁴⁸ O fato de poder ser encontrado na apresentação da simples forma da mercadoria e dinheiro – e da circulação – em Marx, “[...] tanto a concepção de que a análise da forma fundamental constitui a exposição de um pressuposto histórico do capital já desenvolvido anteriormente, como também a oposta, segundo a qual apenas se trataria aqui da lógica real do capital com base nos seus próprios fundamentos (e/ou na sua exposição teórica) (KURZ, 2014, p. 38)”, levaria à questão da relação entre o lógico e o histórico em sua teoria, que não será aqui abordado.

3.13.2.1 A recepção redutora da crise por algumas leituras de Marx

Sobre o aspecto da circulação no mal entendido do marxismo, a troca entre mercadoria e dinheiro e seus potenciais fenômenos de crise no plano da exposição deveriam ser compreendidos em sendo “[...] aquela ‘falsa aparência’ [...]” de “[...] como o processo de valorização se apresenta [...]” (KURZ, 2014, p. 147)”, pois “[...] o mercado universal constitui um mero momento que não pode, de modo algum, ser compreendido de forma isolada (Ibidem, p. 145)”, devendo ser visto como a esfera de realização do valor. No fundo, as metamorfoses do capital³⁴⁹ pelas suas figuras não se referem à nenhuma circulação, sendo apenas etapas do “[...] fim-em-si fetichista da mais-valia [...]” e da “[...] repetição interminável deste processo de valorização [...]” (Ibidem, p. 146)”.

No que diz respeito ao acesso à lógica do capital por meio da mercadoria individual – e do capital individual – no primeiro livro, Kurz afirma que “As determinações elementares da forma do valor da mercadoria enquanto momento do capital nem sequer podem ser desenvolvidas com base na mercadoria individual”, mas “[...] só podem ser derivadas da análise conceptual da relação global³⁵⁰ (2014, p. 152)”. Se o “[...] verdadeiro contexto de mediação complexo do ‘processo global’ apenas se fala no terceiro volume [...]” (Ibidem, p. 158)”, corre-se o risco de, ao se ater naquilo que foi o resultado do raciocínio de Marx, porém, o começo da sua exposição, tomar, por exemplo, o capital – o “todo fetichista” - como sendo o capital individual, entender o valor como o trabalho contido individualmente na mercadoria e o preço como a sua dimensão quantitativa ou estabelecer o alvo da crítica no poder e nos interesses das subjetividades em seus cálculos individuais. “No entanto, o que transcende os sujeitos agentes e perfaz o movimento real de valorização é o todo do ‘sujeito automático’, o apriorismo constitutivo e transcendental que apenas se manifesta no capital individual, mas não o é em

³⁴⁹ Em relação às leituras reduzidas, “[...] que tem as suas raízes na própria lógica de exposição de Marx ou na respectiva terminologia”: “A transferência do conceito de circulação para as metamorfoses do capital deu azo a uma interpretação em que a produção passa por ser um âmbito quase neutro ou apenas influenciado pelo capital de forma exterior (por exemplo, nas condições sociais de enquadramento), ao passo que a relação do capital se apresenta, por um lado, de modo sociologicamente impregnado pela lógica do poder e juridicamente redutor (relações de propriedade ou contraposição de proprietários e não proprietários) e, por outro lado, como mediação ‘caótica’ por uma esfera da circulação ‘não planeada’. As verdadeiras metamorfoses do capital enquanto processo global são reduzidos a uma relação de circulação que, deste modo, nem sequer é real (KURZ, 2014, p. 147)”.

³⁵⁰ “Em Marx [...] a exposição da relação global apresenta-se como mera modificação da lógica elementar, uma vez que já tratara desta, no exemplo da mercadoria individual ideal-típica, como ponto de partida ou ‘forma celular’. Do ponto de vista do processo global, esta abordagem está errada. A mercadoria individual, por muito ideal-típica que seja o modo como é entendida, não pode abarcar em si a lógica da própria relação e, por isso, também não pode ser o objecto mentalmente isolado de uma análise essencial. A essência (negativa) é o todo, ao passo que o momento individual não passa de um fenómeno não essencial e, por conseguinte, não independente (KURZ, 2012, p. 151-2)”.

termos categoriais (Ibidem, p. 159)”. Feita essa remissão breve e insuficiente na teoria de Kurz, tem-se então ao menos uma referência para compreender as críticas das explicações da crise apresentadas por ele e que serão reproduzidas a seguir.

No capítulo dedicado à recepção da teoria marxiana da crise, esse autor começa citando “[...] três justificações redutoras da mecânica das crises” na “[...] perspectiva ‘exotérica’” de Marx. A primeira, refere-se à possibilidade das compras e das vendas não se realizarem na esfera da circulação. “[...] salta à vista uma contradição superficial, a saber, que os dois momentos da transacção divergem em termos temporais e quanto ao seu conceito, visto não existir imediatidade na troca de produtos [...] (KURZ, 2014, p. 220)”. Circunscrita “[...] à transacção mercadoria-dinheiro [...]”, a contradição “[...] também não exige nenhuma compreensão do processo global como verdadeiro pressuposto, podendo ser imputada aos défices de uma ominosa ‘circulação’; ou, de qualquer forma, a uma circulação ‘não regulada’, cujo problema consistiria unicamente numa eventual desproporção quantitativa confinada ao plano monetário [...] (KURZ, 2014, p. 221)”.

Uma versão ampliada da argumentação anterior, “[...] um pouco mais próxima do carácter social global do problema [...] (KURZ, 2014, p. 221)”, diz respeito à desproporcionalidade dos ramos produtivos, situação na qual a produção pode não coincidir nem com a necessidade material, nem com a solvência entre os setores. “Esta ‘teoria da desproporcionalidade’ da crise refere-se, no essencial, à divergência entre a produção e o mercado, sendo o défice atribuído mais uma vez à ‘circulação’, ou seja, ao ‘caos’ dos mercados (Ibidem, p. 222)”.

A terceira abordagem “[...] explica a crise com base na contradição entre a produção e a distribuição [...] (KURZ, 2014, p. 222)” do valor entre as classes. Nessa interpretação, os trabalhadores não teriam dinheiro suficiente para comprar as mercadorias. “Esta é a versão predilecta do marxismo do movimento operário, porque aqui o conceito de crise pode ser diretamente associado à ideologia da ‘justiça’ no terreno do valor, ou seja, do fetiche do capital (Ibidem, p. 222)”. A crise se basearia “[...] na dominação de classe (entendida de forma subjectiva) da burguesia, ou seja, em última análise, com base nas relações de poder de carácter política e jurídico (propriedade privada) e nas relações de distribuição daí decorrentes (distribuição) (Ibidem, p. 222)”. Na perspectiva de Kurz, essas

[...] explicações da crise que acabámos de delinear podem ser todas atribuídas ao ‘problema da exposição’ [...]. Logo nos planos da exposição dos primeiros dois volumes d’O Capital se tornam evidentes contradições internas da reprodução capitalista, cuja denominação pode ser entendida como argumento relevante para a teoria da crise. Mas como, afinal, só o ‘processo global’ constitui a verdadeira determinação da essência (e as categorias apenas neste plano adquirem validade),

também a teoria da crise só pode encontrar a sua fundamentação verdadeira neste contexto, ou seja, em termos de lógica da exposição, no terceiro volume d'O Capital (onde [...] acaba por não ser desenvolvida de uma forma inequívoca, embora Marx não deixe de fornecer a chave para a explicação essencial). Os elementos redutores da teoria da crise provêm de um entendimento ensombrado pelo individualismo metodológico e de uma limitação às supostas contradições 'da circulação', no entanto, eles não foram lidos no marxismo de uma forma 'lógico-expositiva', como uma reconstrução ainda incompleta do verdadeiro nexos, mas como uma explicação válida das crises reais (KURZ, 2014, p. 222-3).

Harvey, por outro lado, procura ultrapassar o que Kurz chama de contradição superficial da crise, presa ao plano da distribuição dos valores e na desproporção entre os setores e classes. Sem encontrar problema no caminho da exposição e na lógica que vai da forma elementar para a totalidade em Marx, ele busca o fundamento das crises através de uma síntese dos três livros de O Capital. Assim, considera ir além das contradições observadas no que chama de circulação do capital ao expor as determinações da produção, apresentando o confronto entre o impulso incessante ao desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, choque esse que provoca aqueles desequilíbrios ao longo do ciclo $D - M - P - M' - D'$. Todavia, como o trabalho e, por conseguinte o valor, nessa perspectiva, está infiltrado na e é idêntico à produção de mercadorias, tal como pode ser lido no primeiro livro à maneira do individualismo metodológico – não sem contradições em Marx, pois lá já tem uma cisão entre forma e matéria e o capital -, e a totalidade em crise surge quando a soma dos capitais individuais deixa de realizar as suas metamorfoses, cabe ressaltar, de mercadorias prenes de valor, devido à falta de equilíbrio entre os impulsos da produção e as necessidades da distribuição e da realização no mercado, recai-se novamente na esfera mais superficial da crise.

Para dar um passo além na sua exposição da recepção marxista redutora da crise, Kurz recupera a “[...] teoria da crise do Marx ‘esotérico’ [...]” (2014, p. 224)” que se refere à “[...] uma contradição entre a substância material e a substância do valor, entre a riqueza concreta e a riqueza abstrata (Ibid, p. 224)”. Essa teoria, como já foi apresentado ao longo do texto através desse autor e de alguns trechos de Marx, “[...] chama precisamente a atenção para a oposição entre o aumento da produtividade material, por um lado, e a objectualidade do valor abstracto, por outro: a massa crescente de produtos concretos é cada vez mais difícil de representar como substância do valor e de converter em dinheiro [...]” (Ibid, p. 225)”. Harvey até se aproxima desse fundamento ao tratar da contradição entre o dinheiro e o sistema financeiro, cujo cerne está na contradição entre o valor de uso e o valor na mercadoria, de onde se desdobra em sua teoria a constante autonomização das formas monetárias – do dinheiro não conversível ao capital fictício - em relação ao valor contido nas mercadorias, nas trocas e na produção – superespeculação -, mas como pressupõe “[...] a ‘riqueza abstracta’ (ou a objectualidade do valor abstracto da objectualidade do produto concreto) [...]” como não problemática e de uma

forma quase ontologicamente cega [...] (Ibid, p. 225)” foca os olhos apenas no momento da realização e “Faz-se então de conta que não se trata de uma contradição entre a riqueza material, por um lado, e a falta de substância do valor, por outro [...] (Ibid, p. 225)”.

Como mencionei alguns parágrafos acima, as “contradições superficiais” mencionadas não são o resultado apenas da má interpretação dos textos de Marx. Nesse sentido, Harvey pôde apoiar-se nesse autor, que em uma de suas passagens, por exemplo, apresenta a contradição não como aquela “[...] entre o crescimento incessante da riqueza material, por um lado, e a falta de substância do valor [...], por outro, mas como contradição entre a produção e a realização da ‘riqueza abstrata’ ou da própria substância do valor (KURZ, 2014, p. 226)”. Em um trecho do livro III de O Capital, citado aqui em nota³⁵¹, a contradição situa-se no “ciclo da própria substância do valor (pressuposta como suficiente)”, isto é, “[...] a massa da substância do valor representada pelos corpos das mercadorias (‘trabalho abstrato’ passado) já não consegue completar a necessária metamorfose na forma do dinheiro (Ibidem, p. 226)”. O problema não sobrevém da base da exploração e produção de mais-valia e sim da distribuição e da circulação ou da realização da mais-valia. Essa argumentação de Marx, contraditória com outros momentos de sua obra e inacabada, “[...] limita-se a uma contradição superficial no interior do movimento da própria forma do valor (da ‘riqueza abstracta’) que não traça nenhum ‘limite interno’, antes se deixando resolver à medida que vai surgindo (Ibidem, p. 227)”. De acordo com Kurz, “O marxismo tradicional ou marxismo do movimento operário nunca passou deste ponto de uma contradição superficial nas metamorfoses da mais-valia (Ibidem, p. 227)”. Reproduzo abaixo uma longa citação por entender que tais trechos mantêm diálogo com diversas ideias dos capítulos anteriores, em que debato com essa perspectiva do marxismo, mas também com Harvey, em especial no livro “O Novo Imperialismo”:

O seu conceito de crise (e a disputa em torno do mesmo) limita-se a dois momentos. Por um lado, e de forma prioritária, ao das condições distributivas, reduzidas ao aspecto sociológico e político-jurídico, na ‘riqueza abstracta’, que não é posta em causa enquanto tal. O fetiche do capital é completamente mal-entendido como um impulso de enriquecimento subjectivo e como poder de apropriação subjectivo da classe capitalista (personificada de forma colectiva). Esta é a própria base do marxismo que, deste modo, está em perfeita conformidade com as formas de base capitalistas e não passa de uma ideologia burguesa dos trabalhadores assalariados. [...] Não é a própria ‘riqueza abstracta’ que é o problema, mas a sua

³⁵¹ Kurz cita a seguinte passagem de Marx: “As condições da exploração imediata e as da sua realização não são idênticas. Não só não coincidem no tempo e no lugar, mas também em termos conceptuais. Uma apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela proporcionalidade dos diversos ramos produtivos e pelo poder de consumo da sociedade”. Segundo Kurz, “[...] aqui temos reunidas, na mais perfeita concórdia, as três explicações redutoras da crise: em primeiro lugar, a contradição elementar entre as compras e as vendas em termos gerais; em segundo lugar, a possibilidade da desproporcionalidade dos ramos produtivos; e em terceiro lugar, sobretudo a falta de poder de compra devida às condições de distribuição capitalistas, ou seja, a distribuição desigual da ‘riqueza abstracta’ (2014, p. 227)”.

distribuição desigual; não o carácter de fetiche do fim-em-si capitalista, mas a dominação supostamente subjectiva da burguesia.

[...] Tradicionalmente, a teoria da crise reduzida à relação de distribuição e, assim, ao poder subjectivo (social e político) traduz-se numa concepção de resolução igualmente subjectiva: a ‘classe operária’ deverá conquistar o poder político-social sob a forma de uma mera supressão da propriedade privada jurídica dos meios de produção e permitir, por esta via, uma distribuição ‘igual’ e ‘justa’ da ‘riqueza abstracta’ ou da mais-valia. [...]

O segundo momento [...] É que a contradição que, juntamente com a desigualdade da distribuição, supostamente acarreta as crises deve concentrar-se, por outro lado, na esfera do mercado erroneamente isolada como ‘circulação’ – ou, numa expressão mais correcta, no ciclo global do capital, precisamente na esfera da ‘realização’. Esta contradição deverá ser produzida também pela forma privada da produção, que apenas se socializaria através do mercado – um nexos que tradicionalmente é designado por ‘anarquia de mercado’. [...]

A falta de compreensão do carácter transcendental do capital, ou seja, de uma socialização fetichista e autonomizada face aos actores que, embora se divida na produção e na realização, não é produzida apenas pelo mercado, também se faz sentir na teoria da crise. Por isso, a segunda concepção de resolução a este respeito é apenas um complemento e versão alargada da primeira: o Estado deve, como ‘empresário geral’ da sociedade, planear o mercado, ou seja, substituir a concorrência universal no mercado e a ‘anarquia’ das decisões económicas a ela associada por uma burocracia planificada – sempre com base, naturalmente, na ‘riqueza abstracta’ e na sua substância do valor. [...]

[...] No fundo, a esquerda quase inteira [...] apenas quer organizar deste modo melhor o capitalismo ou ‘gerir ela própria’ o fetiche do capital – a bem dizer, uma opção absurda e cheia de contradições em si mesma que está condenada ao fracasso, visto que não pode existir algo como uma autodeterminação social consciente na forma social da heteronomia estrutural (KURZ, 2014, p. 229).

Outra teoria da crise apresentada por Kurz, referida também “[...] à linha ‘exotérica’ da argumentação marxiana [...] (2014, p. 230)”, e que está mais próxima das elaborações de Harvey é a teoria da sobreacumulação. Segundo o primeiro autor, essa teoria “[...] pode reivindicar ter, de certo modo, superado em si as três explicações redutoras da crise [...]”, isto é, “[...] com base na contradição entre as compras e vendas, nas desproporcionalidades entre os ramos produtivos e no ‘subconsumo’ social, mas não a própria redução teórica nelas contida (Ibidem, p. 230)”. Nessa interpretação, os investimentos de capital em meios de produção e força de trabalho em um momento tornam-se excessivos no período seguinte. O capital sobreacumulado e, conseqüentemente, sobreinvestido e sobreproduzido cria um excesso de valor em todas as formas³⁵², que não pode ser absorvido ou realizado pela capacidade social de consumo, ou seja, é valor desperdiçado que não pode ser valorizado. Na leitura de Harvey, esse valor irrealizável, que estava contido nas diversas formas do capital, torna-se um não-valor e perde o seu significado social, sendo com isso desvalorizado para o capital retomar o seu fluxo. A saída para a superprodução de capital, portanto, passa nesse autor pela sua correspondente

³⁵² “[...] surgem ‘sobrecapacidades’ em todas as formas do ciclo do capital: existências excessivas de mercadorias que ficam por vender; uma descida do grau de utilização dos meios de produção; força de trabalho que se torna supérflua; um congestionamento de lucro ou capital monetário excedentário que não podem ser reinvestidos em meio de produção de forma rentável (KURZ, 2014, p. 230)”.

nênese, na qual uma destruição ampla e profunda do capital abre o caminho para um novo ciclo de acumulação. Pelo crivo dessa perspectiva, a crise de sobreacumulação não pode ser vista como a manifestação de um limite interno do capital ou uma contradição que não pode ser resolvida, afirma Kurz, uma vez que a desvalorização do valor através das suas formas permite a retomada da acumulação do capital, logo, aparece como uma “função própria do mesmo (KURZ, 2014, p. 231)”. A crise funciona então

[...] como uma espécie de ‘limpeza geral’ ou ‘lavanderia automática’ do capital incorporada no plano sistêmico, uma das suas funções positivas [...] Feliz do capital enquanto ‘sujeito automático’: tanto o mau como o bom funcionamento do seu ciclo constituem uma das suas funções vitais. Sendo assim, em princípio já não há nada que possa correr mal. A contradição dialéctica imanente e, de acordo com Marx, ‘em processo’, desapareceu milagrosamente; é que uma contradição que é uma mera função daquilo que se contradiz já não é, evidentemente, contradição nenhuma (KURZ, 2014, p. 231).

Nesse aspecto, escreve Kurz, o marxismo e a economia política – e como vimos, os economistas, investidores e analistas envolvidos com as incorporadoras/construtoras - estão próximos, ao entenderam que a crise funciona como um ajustamento do capital. Não haveria um processo histórico ascendente e uma ruptura, mas um “sobe-e-desce aleatório” ou “vaivém” entre acumulação e desvalorização “[...] que, uma vez após outra, volta a iniciar-se numa espécie de ponto zero a seguir ao ‘choque de desvalorização’ (2014, p. 232)”. “No entanto, o caso muda de figura se incluirmos na nossa reflexão a contradição entre o valor de uso e o valor, entre a matéria e a forma, o que diz essencialmente respeito à questão da relação entre o desenvolvimento (material, ‘natural’) das forças produtivas e a valorização (Ibidem, p. 232)”.

3.13.2.2 A contradição entre a matéria e a forma

De acordo com Kurz, “o ponto fulcral tanto da teoria radical da crise que vai até ao fundo das coisas, como igualmente da crítica e ultrapassagem do fetiche do capital que vai até ao fundo das coisas (2014, p. 224)” é “a distinção e oposição estrita entre matéria e forma, entre produtos concretos e objectualidade do valor abstracta (Ibidem, p. 224)”. Se a concorrência impõe níveis cada vez mais altos de produtividade material e, conseqüentemente, através do desenvolvimento das forças produtivas limita as possibilidades de valorização, então não é possível reajustar ou limpar o capital sobranante, pois “[...] não se faz tábua rasa da força produtiva científico-técnica que se conserva no acervo do saber da sociedade e de onde não é possível recuar (Ibidem, p. 232-3)”; trata-se de um “[...] processo histórico irreversível (Ibidem, p. 255)”. A cada novo recomeço, a base da produtividade continua sendo aquela alcançada pelo patamar anterior das forças produtivas. Harvey, contudo, entende que a desvalorização do

capital em todas as frentes, ao agir sobre as mercadorias e a força de trabalho, faz recuar a composição orgânica do capital, de modo que a massa e as taxas de lucro voltam a subir. “Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas não é referido aos potenciais de aplicação da força de trabalho como único potencial de criação de valor (2014, p. 233)”. Como ele não vê contradição entre matéria e forma, não pode conceber que o declínio do uso de trabalhadores a cada novo ciclo, desvalorizados nas crises e regressando ao emprego em números cada vez menores, pois deslocados pelas máquinas e as novas tecnologias, faz com que o capital produza massas crescentes de mercadorias e materialidades, porém, declinantes em termos de valor. Do ponto de vista de Kurz, portanto, a contradição da substância valor deve ser deslocada da esfera da realização para aquela da produção, permitindo um olhar diferente para os ciclos, que Harvey entende serem infinitos em relação à lógica interna de funcionamento do capital. Assim,

Fricções na reprodução no plano do dinheiro devidas à falta de coincidência entre compras e vendas, desproporcionalidades entre os ramos produtivos, produção dita excedentária e sobreacumulação não são outra coisa senão formas de manifestação diversas do motivo mais profundo (e, assim, da essência da crise) na superfície do mercado, a saber, uma massa de valor e de mais-valia real (‘válida’ em termos capitalistas) que diminui periodicamente e, por fim, de modo historicamente absoluto, devido ao desenvolvimento das forças produtivas que ultrapassa a forma do valor (KURZ, 2014, p. 239).

A redução dos lucros, de um lado, e do poder de compra, do outro, só pode ser explicada pela falta da substância valor. Nesse sentido e apoiado em Marx, Kurz sintetiza a “[...] contradição fundamental objectiva no seio do ‘sujeito automático’ do fetiche do capital e da sua dinâmica histórica [...]”, que se põe em processo e atinge o seu clímax como um limite interno absoluto:

[...] por um lado, o fim-em-si da ‘riqueza abstracta’ assenta única e exclusivamente no dispêndio cada vez maior de energia de trabalho humana, que, de acordo com Marx, é a ‘substância do capital’, da qual o dinheiro (capitalista) não é mais que a forma de manifestação palpavelmente reificada. Por outro lado, o aumento constante das forças produtivas torna precisamente esta substância cada vez mais supérflua, retira-a do processo produtivo e acarreta assim a desvalorização lenta e, por fim, dramática das ‘objectualidades do valor’ cada vez mais formais (paulatinamente dessubstanciadas) da mercadoria e do dinheiro (KURZ, 2014, p. 234).

3.13.2.3 A ascensão do sistema de crédito e do capital fictício e os ciclos do capital em desubstancialização

Conforme acima apresentado, Harvey, em sua análise do sistema monetário e de crédito, considera que o capital financeiro e fictício assume uma função cada vez mais proeminente no processo de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que é acompanhado por contradições e crises ainda mais profundas. Se até um certo momento, as finanças resolvem temporariamente a contradição central entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de

produção, evitando a desvalorização do capital na forma do dinheiro, mercadorias e meios de produção, depois de um ponto, a tendência à superacumulação que daí advém cria as condições para as “febres especulativas”; simultaneamente, a sua autonomização em relação à produção de valor e ao dinheiro-mercadoria exacerba essa contradição de superacumular, ao dar impulso à novo desenvolvimento da produtividade, e realiza também por si a sua tendência à superespeculação. À certa altura, “A quantidade de capital fictício se move consistentemente à frente da acumulação real [...] (KURZ, 2014, p. 396)”. Com a “[...] expansão baseada no crédito [...]” e o ““esmagamento do lucro”” das indústrias, o capitalismo passa a depender de “[...] um sistema de crédito que nesse momento está estimulando tanto a produção quanto a realização. Mas isso só pode ser feito à custa da criação de vastas quantidades de capital fictício, ou de se abrir espaço para a ‘forma mais colossal de envolvimento em empreendimentos de risco e burla’”. O que se observa “[...] Sob essa febre especulativa [...]” são “[...] profundas perturbações do equilíbrio [...]” - entre os setores, a produção e a distribuição e entre o dinheiro creditício e a produção de valor -, a “[...] composição de valor do capital [...] aumentando rapidamente” e a “força de trabalho não está aí para permitir a expansão continuada da acumulação mediante a produção de mais-valor [...]”. Nesse processo, “Só a acumulação de capital fictício pode disfarçar os *crashes*. É apenas uma questão de tempo antes que a bolha especulativa estoure (Ibidem, p. 397)”.

Esses trechos selecionados guardam certa semelhança com alguns momentos do livro de Kurz, ao menos quanto aos fatos na sua superfície histórica. Recortando do contexto maior da contradição em processo, também é possível sintetizar um movimento parecido nesse autor. Vejamos. O crédito torna-se cada vez mais central na história do capitalismo, de “[...] *conditio sine qua non* de uma produção de lucro e participação no mercado (2014, p. 297)” em grande parte do século XX à determinante da reprodução social como um todo nas décadas recentes. Em razão disso, a partir dos anos 1980 há um encadeamento de crises financeiras e econômicas que se “agudizaram drasticamente” desde “[...] a bolha da Internet e do maior crash financeiro e econômico [...] em 2009 [...] (Ibidem, p. 268)”. Dada a necessidade, no decorrer do século passado, “[...] de uma aplicação crescente de capital monetário, devida à queda da taxa de lucro e à acrescida intensidade do capital [...]”, que “[...] conduziu a que cada vez menos os custos prévios, na sua imparável subida, pudessem ser pagos com base nos lucros correntes (Ibidem, p. 296)”, o crédito transformou-se “[...] no pressuposto central da produção ulterior, e ainda por cima num patamar cada vez mais elevado [...]”, de modo que “[...] o eixo temporal da produção social de mais-valia desloca-se fundamentalmente do passado para o futuro [...] (Ibidem, p. 297)”. Em que pese o avanço da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e

o fim-em-si da valorização, o sistema de crédito associado então aos mecanismos de compensação internos e externos evitavam, temporariamente, a desvalorização generalizada do capital nas suas diversas formas. Com o fim desses mecanismos e os lucros minguantes,

O capital monetário sem utilidade é, então, emprestado pelo sistema bancário aos participantes no mercado já na penúria, a troca de juros cada vez mais elevados, o que adia a sua insolvência, e/ou investido em títulos de propriedade nos mercados mobiliários ou imobiliários, o que leva a um aumento dos preços. [...] Após um determinado tempo, as bolhas da dívida e financeiras, insufladas e falhas de substância, têm evidentemente de rebentar. Segue-se, num segundo plano, a desvalorização do capital financeiro sob a forma de uma crise da dívida e de um crash nas bolsas, o que, por seu lado, se repercute sobre os mercados de mercadorias e de trabalho, podendo fazer com que a espiral descendente dê lugar à queda livre (KURZ, 2014, p. 291).

Como vem sendo discutido nesse texto, não obstante a semelhança em um primeiro momento, para Kurz, toda essa dinâmica e a “facticidade empírica” da ascensão do mercado financeiro e de suas crises são a manifestação do “clímax” da contradição em processo e da ruptura qualitativa no plano da mercadoria e do dinheiro da valorização do valor³⁵³. Isso significa que já passou o tempo no qual “[...] os entraves ou mesmo graves convulsões da acumulação voltavam sempre a poder ser resolvidos por novos surtos de uma absorção adicional de força de trabalho produtiva na perspectiva do capital [...]”, ao mesmo tempo em que “[...] também o processo de desvalorização, em todos os seus momentos e com formas de desenvolvimento mais uma vez assíncronas e contraditórias, se interrompia mal estava desimpedido o caminho para a produção de novas massas de mais-valia (2014, p. 292)”. Nessa direção, os “[...] diversos graus de concreção da desvalorização [...]” ou da dessubstanciação do capital não podem ser encerrados no interior dos ciclos de acumulação e crise, mas trazem à tona “[...] que o capitalismo não é um ‘eterno retorno do mesmo’ (Ibidem, p. 293)”.

Diferentemente de Harvey que, apesar de criticar a falta de historicidade dos ciclos de Marx e contrapor ao que seriam esses esquemas estáticos uma ideia de “evolução histórica do capitalismo”, recai na eterna³⁵⁴ reestabilização e recomeço da acumulação em novas

³⁵³ À objeção de que Harvey escreveu o seu livro “Os Limites do Capital” no início dos anos 1980 e, por isso, não pode ver todos os indícios de que o capital se desvalorizava de vez, já que a teoria se encontra “[...] vinculada ao lugar histórico em que situam os seus produtores e, por isso, a unidade da determinação categorial e da análise histórica nunca pode ser total (KURZ, 2014, p. 294)”, poderia ser respondida pela afirmação de Kurz, segundo a qual “Marx já tinha evidenciado, no seus traços fundamentais, um dos lados desta alteração qualitativa contínua no plano da relação formal de base: a lei da queda tendencial da taxa de lucro (Ibidem, p. 293)”. Além disso, Harvey também continuou a enfatizar a sua posição ao longo dos anos e até radicalizou-a no sentido oposto à crítica categorial, defendendo uma posição regulacionista e em prol de uma acumulação como nos anos fordistas em seu livro “O Novo Imperialismo” e em “O Enigma do Capital”.

³⁵⁴ Em uma das passagens em que discute a definição de capital financeiro, Harvey lança mão algumas vezes da ideia de eternidade ou “perpetual” na edição em inglês. O processo de acumulação como “valor em movimento” se desenvolve “[...] mediante a oposição eterna entre o dinheiro e as mercadorias [...]” (2013, p. 414)”, sem que essa oposição em processo produza qualquer mudança qualitativa categorialmente. É a partir dessa contradição que se deve entender “[...] as eternas mudanças na relação de poder entre o capital industrial e o capital bancário”; as variações no controle das corporações pelos bancos ou vice-versa “[...] têm também de ser vistos como parte de

configurações, Kurz (2014) leva às últimas consequências a ideia de uma “contradição em processo” ao ver na “longa evolução do capitalismo (Harvey)” algo além de transformações nas suas “cores” e “epiderme³⁵⁵”, que permitiriam as retomadas cíclicas. Se “[...] a ‘empíria’ é a das categorias, e as categorias são as da empíria (KURZ, 2014, p. 216)”, tanto a “[...] sequência endo-histórica das crises empíricas [...]”, quanto “[...] a determinação categorial [...]” devem remeter uma à outra para a sua correta compreensão (Ibidem, p. 215), escreve o autor. Nessa direção, as sequências sucessivas de ascensão, crescimento, crise e desvalorização do capital, narradas por Harvey, “[...] apenas aparenta ser [...] uma eterna oscilação de conjunturas e rupturas estruturais assentes em algo que é sempre igual a si próprio [...] (Ibidem, p. 215)”. O “[...] desenvolvimento empírico, juntamente com as crises empíricas que dele fazem parte [...]” são, “[...] ao mesmo tempo, um desenvolvimento e um movimento das categorias reais através do tempo; as próprias categorias são, em princípio, histórico-dinâmicas (Ibidem, p. 216)”. Para Kurz, a história do capitalismo é a de uma “[...] lógica ascendente, de certo modo teleológica, de desenvolvimento e contradição (Ibidem, p. 215)”; isso significa, “[...] mais concretamente, [...] a imposição de um desenvolvimento permanente (sempre a subir no vector do tempo) com repercussões igualmente progressivas sobre o fim-em-si do processo de valorização [...] (Ibidem, p. 215-6)”.

Em *Os Limites do Capital*, todavia, os “[...] processos de transformação social muito mais profundos (HARVEY, 2013, p. 423)” a cada ciclo, envolvendo as revoluções nas forças produtivas, as mudanças nas relações de produção, a superacumulação, a formação de novas infraestruturas físicas e sociais, as diferentes formas de organização e lutas de classes, a ascensão do capital financeiro, o aprofundamento das contradições entre as finanças e a base monetária³⁵⁶, a instabilidade crônica do capital financeiro, a inflação, a socialização e

um eterno processo de sondagem de uma forma organizacional que aumente a capacidade de sobrevivência do capitalismo diante de suas próprias contradições internas (Ibidem, p. 416)”; “[...] da mesma maneira que as eternas oscilações nos preços do mercado são fundamentais para o estabelecimento de valores de equilíbrio, também as eternas oscilações no equilíbrio do controle entre os banqueiros e as corporações são essenciais para essa relação de equilíbrio entre finanças e a produção de mais-valor [...] (Ibidem, p. 417)”.

³⁵⁵ “A capacidade para se transformar a partir de dentro torna o capitalismo um animal um tanto peculiar – como uma espécie de camaleão, eternamente mudando suas cores; como uma cobra, periodicamente trocando a sua pele (HARVEY, 2013, p. 424)”.

³⁵⁶ Sobre esse ponto, Botelho (2015) escreve acerca das propostas reformistas de Harvey, sobretudo nas obras mais recentes. Apesar de não estar explícito em *Os Limites do Capital*, as propostas em torno do controle do dinheiro, da redução do seu poder e da sua capacidade de acumular já podem ser encontradas nesse livro. As passagens em que Harvey trata da perda de lastro do dinheiro e do fim de Bretton Woods, lamentando a ampliação das instabilidades do capitalismo, vão nesse sentido. Para Botelho (2015), “Sem dúvida, a moeda metálica garantia um nível de estabilidade maior ao conjunto do sistema monetário e mantinha sob certos limites o sistema de crédito – o que não significa que dava estabilidade ao capitalismo. O problema é que não há como retornar a um padrão de dinheiro-mercadoria, pois temos hoje os problemas básicos de financiamento de toda a estrutura burguesa – endividada até a alma, seja na esfera pública ou privada, incapaz de ser convertida em qualquer mercadoria disponível. Além disso, o patamar de produção alcançado pela sociedade burguesa é tal que impede qualquer

generalização das crises até os limites da gestão estatal da economia, etc., não são mais do que rupturas históricas sem repercussão disruptiva no plano categorial, de sorte que “A crise, como o racionalizador irracional do sistema econômico, abre um caminho amargo no panorama econômico da sociedade capitalista (Ibidem, p. 398)”. O sacrifício das mercadorias e dos trabalhadores, escreve Harvey, torna-se a normalidade histórica “[...] no altar da irracionalidade que está na base do capitalismo (Ibidem, p. 398)”. Logo, ainda que pelo meio do caminho as crises desaguem no autoritarismo, em guerras e destruições, espreita na pós catástrofe o potencial para um renovado ciclo de acumulação.

Assim, mesmo que o autor, ao discutir o sistema monetário e financeiro, chegue a elaborar sobre as contradições progressivamente mais destrutivas e crônicas que se desenvolvem na forma de uma autonomização das formas monetárias e fictícias frente ao dinheiro-mercadoria (prehe de valor) e à produção social de valor, ele não vê as formas de acumulação ilusórias, as manobras financeiras das empresas³⁵⁷ e a inflação permanente, apenas temporária e dificilmente controlada pelo Estado, como indícios “[...] de um limite interno da valorização do capital (KURZ, 2014, p. 189)”. Isso se deve às suas concepções de trabalho e de contradição fundamental do capital, que partem de uma categoria e de uma lógica transhistórica próprias da humanidade levando a um pensamento que identifica as materialidades com o valor, questões às quais voltaremos com mais pormenores à frente. As tendências imanentes de superacumulação e de superespeculação, por isso, e diga-se de passagem, conectadas superficialmente, pois, embora uma leve à outra cada uma delas se refere a fundamentos distintos, sempre podem ser superadas e darem início a “[...] uma espécie de ponto zero [...] (KURZ, 2013, p. 232)” de um novo processo de valorização.

3.13.2.4 A desvalorização das formas mercadoria e dinheiro

Partindo deste pressuposto e para fazer jus à Marx, Harvey está ciente de que as mercadorias e o dinheiro são formas do capital e não podem simplesmente descartar o seu fundamento substancial se tornando absolutamente autônomas e seguir vazias e aleatórias o seu

espelhamento material de sua riqueza abstrata. O capitalismo se tornou tão produtivo e rico – a superacumulação deixou de ser cíclica e se tornou crônica – que qualquer base material seria limitada demais para conter a riqueza em forma monetária. Isso significa também que o capitalismo já não funciona mais segundo seus fundamentos lógicos, os seus próprios termos, portanto, precisa ser superado, não reformado. David Harvey, como enxerga o problema de uma perspectiva temporária, cíclica, ainda pode confiar na possibilidade de um sistema alternativo ou na proposta de reforma do sistema monetário visando reprimir a especulação (p. 16)”.
³⁵⁷ “Se todas as corporações procurarem sobreviver por meio de manobras puramente financeiras, sem aumentar ou reestruturar a produção, então o capitalismo não vai durar muito neste mundo (HARVEY, 2013, p. 416)”.

caminho na história sem qualquernexo e mediação. Nesse sentido, as autonomizações só podem resultar em catástrofes. O capital superproduzido em qualquer ponto das suas metamorfoses acaba nas suas diversas figuras como não-valores e são descartadas da “circulação do capital”; as desconfianças em torno da qualidade do dinheiro levam à uma corrida pelo ouro; e o capital fictício deve ser compelido de alguma maneira para a base do valor socialmente produzido. Portanto, esgotadas as regulações, ajustes e a gestão inflacionária do dinheiro, as desvalorizações, depreciações e destruições de todas as formas do capital são o recurso de última instância para que possam buscar um novo equilíbrio entre produção, distribuição e realização, bem como recolarem no valor. Em que pese essas resoluções, o imanente acirramento das contradições e a autonomização das formas leva do canibalismo, em “Os Limites do Capital”, à acumulação por espoliação, no livro “O Novo Imperialismo”, em que o capital mais consome o que existe do que cria nova riqueza.

Kurz lança outro olhar sobre o esvaziamento substancial das formas do capital. Ele escreve sobre o que chamou de “crise do dinheiro (2014, p. 189)”, que se manifesta na forma de uma inflação secular e vem junto com as questões envolvendo o sistema de crédito e o capital fictício sem separá-los do que pode parecer, em um primeiro momento, uma crise de realização das mercadorias ou de superacumulação. Enquanto Harvey vê na ruptura com o padrão dólar-ouro o fim de um entrave à eterna contradição entre sistema financeiro e base monetária, culminando na sua cronicidade e nos abusos e excesso de poder dos financistas, Kurz enxerga no “[...] progressivo desacoplamento do vínculo do sistema monetário aos metais preciosos [...] a eclosão faseada e a dinamização de uma contradição interna que [...]” põe “[...] objectivamente em causa o capital e o [...]” conduz “[...] até à sua fronteira histórica (2014, p. 209)”.

A impossibilidade, crescente ao longo do século XX até atingir a sua “massa crítica” na virada do século, dos capitais, do aparelho de Estado e da sociedade se financiarem com base nos rendimentos provenientes da exploração do trabalho e o conseqüente recurso ao crédito e à impressão de dinheiro “a partir do nada (KURZ, 2014, p. 300)” levaram à ruptura com o padrão-ouro³⁵⁸. A convertibilidade das divisas em ouro “[...] começou a tornar-se um empecilho porque travava a expansão das funções formais do dinheiro no âmbito do crédito e ameaçava limitar estruturalmente o seu volume (Ibidem, p. 298)”. Os primeiros surtos inflacionários acompanharam as economias durante as guerras mundiais, uma vez que os bancos emissores dos Estados, que não podiam se financiar mediante as receitas fiscais regulares e o crédito

³⁵⁸ “O problema sofreu uma dramática agudização prática nas economias de guerra da época das guerras mundiais, muito tempo antes de alcançar o seu ponto culminante na reprodução capitalista ‘normal’ (KURZ, 2014, p. 299)”.

convencional, passaram a imprimir dinheiro para o pagamento dos custos da guerra e do aparelho estatal em geral (Ibidem, p. 300). A desestabilização do sistema monetário mundial e o potencial inflacionário acompanharam “[...] o prolongamento crescente das cadeias de crédito e o recurso cada vez mais antecipado a uma produção de mais-valia futura [...] (Ibidem, p. 302)” pelos diversos níveis da sociedade no decorrer do século. No novo surto inflacionário nos anos 1970-1980, “[...] a criação de dinheiro sem fundamento substancial dos bancos emissores já se desacoplara estruturalmente da criação de valor real (Ibidem, p. 304)”. Estamos então, segundo Kurz, frente a um “dinheiro sem valor” “[...] como catástrofe da substância do valor capitalista, ou seja, do sistema já não sustentável do ‘trabalho abstracto’ (Ibidem, p. 320)”.

Mas como em Harvey não é a insuficiente produção de valor o elemento causal, a inflação é compreendida como o resultado da pressão da luta de classes sobre o Estado e da habilidade criativa institucional para controlar os efeitos da sobreacumulação, cujas ações restritas podem escolher entre desvalorizar as mercadorias e/ou o dinheiro. Nesse autor, a supressão do padrão-ouro e a falta de uma mercadoria-dinheiro no seu lugar desencadeiam uma instabilidade no sistema monetário mundial, corroborando com o problema inflacionário e impulsionando as contradições entre a base monetária e as finanças, ao invés desse lastro material ser compreendido como um sustentador superficial do dinheiro e o problema central ser encontrado na dessubstanciação de todas as formas do capital; o ouro, apesar de ser o representante imediato do trabalho abstrato, tal como outras mercadorias não contém valor e sofre do mesmo modo o processo de desvalorização.

Dito isso, é possível entender a desvalorização das mercadorias e do dinheiro, ou, nesse último caso, a administração inflacionária estatal, conforme tratadas por Harvey, fora dos ciclos perpétuos da acumulação e em relação com um fundamento comum da crise – lembrando que em Harvey, a superacumulação remete à contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção e a superespeculação às representações do valor na relação com o próprio valor socialmente produzido. De acordo com Kurz, “A forma do valor é as duas coisas, a mercadoria e o dinheiro [...] (2014, p. 196)”; “[...] no movimento autonomizado do fetiche do capital (Ibidem, p. 196)”, o valor das mercadorias, “invisível e não palpável, em termos empíricos”, precisa ser representado e se realizar na “[...] abstração real separada e tornada tangível, objectualidade do valor em termos quantitativos [...] (Ibidem, p. 197-8)”, ou seja, “[...] o valor tem de se reverter, em termos substanciais, nesta sua forma autonomizada, logo, representada no dinheiro (Ibidem, p. 198)”. Assim, nas metamorfoses do capital pelas suas diferentes formas, a “massa global do valor produzida (Ibidem, p. 197)” distribui-se por entre a “massa global das mercadorias”, por um lado, e na “massa global do valor do dinheiro”, por

outro (Ibidem, p. 197). Mas com o desenrolar da contradição em processo, essa dinâmica assume outro conteúdo: “[...] a desvalorização do valor ou a dessubstanciação do capital é, por conseguinte, dupla e vai abrindo caminho tanto no plano da produção de mercadorias (desvalorização do capital humano, do capital material e do capital-mercadoria), como no plano do equivalente universal (desvalorização de meio de fim-em-si do dinheiro) (Ibidem, p. 290)”. As “objetualidades de valor” da mercadoria e do dinheiro vão se tornando “[...] cada vez mais formais (paulatinamente dessubstanciadas) [...] (Ibidem, p. 234)”.

Frente a esse estágio crítico, nem as opções keynesianas de investimento estatal e programas sociais via crédito, nem a abertura para o endividamento global em todos os planos com o neoliberalismo podem reverter a desmobilização do trabalho, ao contrário, acirram o problema ao impulsionar novas rodadas de desenvolvimento das forças produtivas e o deslocamento da mais-valia do passado para as promessas sobre o futuro que nunca se realizarão, afirma Kurz. No atual período da história,

O abismo entre a mais-valia antecipada e a que se lhe seguia na realidade tornara-se intransponível, o que também se via no facto de a necessidade de crédito já não poder ser alimentada a partir das reservas, poupanças e aforros reais resultantes da produção passada de mais-valia, mas apenas com base em bolhas financeiras como as que eram insufladas pelo aumento fictício do valor de meros títulos de propriedade nos mercados financeiros. Como este processo, ao contrário do que acontecia no passado, pôde ser muitíssimo dilatado no tempo, primeiro pelo corte do vínculo ao padrão-ouro e, em seguida, pela desregulação neoliberal dos mercados financeiros, o pensamento positivista (sobretudo o da esquerda) convenceu-se seriamente de que o capitalismo, no seu movimento de acumulação putativamente perpétuo, passara agora a ser simplesmente ‘impelido pela finança’, independentemente do que isso pretenderia significar (KURZ, 2014, p. 305).

Nessa perspectiva, o ciclo do capital e a reprodução ampliada parecem fluir normalmente, quando, porém, só podem prosseguir ao preencher a lacuna do trabalho em declínio

[...] por um valor imaginário e sem substância, e logo de duas maneiras: a falta de procura é substituída pelo crédito numa ordem de grandeza que já não pode ser honrada; mas como este valor, realizado na aparência, não é suficiente para pagar os custos prévios do próximo round produtivo (recurso a máquinas, força de trabalho, etc.), também estes têm de ser substituídos pelo crédito de uma ordem de grandeza que igualmente já não pode ser honrada (KURZ, 2014, p. 306).

Se ainda é possível visualizar os ciclos em sua historicidade categorialmente a-históricas³⁵⁹, tal se deve, no plano mundial a uma “economia de défice global”. Como já citado, os “[...] circuitos transnacionais de défice entre diversos países e regiões do globo [...]”, centrados sobretudo em torno dos negócios entre a Ásia e os EUA e entre a Alemanha Ocidental

³⁵⁹ “O desfasamento entre o plano empírico e o plano conceptual faz com que, na elaboração teórica redutora e positivista, este último se cristalice de uma forma a-histórica, ao passo que a historicidade apenas se manifesta de forma empírica e, portanto, como uma história feita de acontecimentos exteriores sem importância maior, de meras ‘situações transitórias’ (KURZ, 2014, p. 314)”.

e a zona do euro, consistem “[...] no facto de uns financiarem a sua produção excedentária com as dívidas dos outros que, ao mesmo tempo, compram, por seu lado, os produtos da outra parte com recurso a esse mesmo endividamento. Financiam-se mutualmente sem, na realidade, nem uns nem outros terem um cêntimo real³⁶⁰ (2014, p. 308)”. Mas essa “megailusão” alimenta “o pensamento positivista” do qual faz parte “Todo o discurso sobre a ascensão dos chamados países emergentes ou sobre a China como suposta nova potência mundial [...]”; o Brasil neodesenvolvimentista se enquadra nessa leitura.

Nessa linha, Kurz cita as bolhas imobiliárias como um aspecto ilusório em comum às economias de muitos países. Aqui podemos recuperar as discussões do primeiro e segundo capítulos deste texto e as elaborações de Harvey sobre o ajuste espacial e a acumulação por espoliação. Movido pelo “[...] aumento dos preços dos títulos de propriedade, sem substância mas cada vez mais enfunado [...]”, o “*boom* da construção civil” mobiliza a força de trabalho para consumir os meios de produção, bem como impulsiona os diversos setores de bens de consumo e produção. Mas se tanto os custos de produção, quanto o consumo foram financiados “[...] por créditos que já nem podem ser honrados ou por bolhas financeiras, o jogo de sombras tem de se desfazer (KURZ, 2014, p. 307)”. As diferenças nas formas de constituição dessa bolha imobiliária e sua subsequente irrupção nos diversos países não alteram o princípio de funcionamento do raciocínio de Kurz. Desse modo, “A supostamente alegre produção de lucros, como todos os atributos do aumento relativo e absoluto da mais-valia, dissipa-se num grandioso estrondo de desvalorização [...]”, o que deveria levar ao pensamento, independentemente das estruturas físicas fixas na paisagem, “[...] de que nenhum valor ou mais-valia acabou por ser produzido (2014, p. 307)” e, conseqüentemente, ao entendimento segundo o qual o capital não pode resolver os seus problemas de acumulação ou engatar um novo ciclo de crescimento.

3.13.2.5 A relação entre a lógica e a história

A gênese histórica das crises do capital tem as suas raízes, de acordo com Harvey em “Os Limites do Capital”, na lógica contraditória que perpassa a história humana. Apesar desse autor não recorrer diretamente a uma versão dessa história que, nos termos de Kurz, vem do

³⁶⁰ “O que se passa é mais ou menos como se uma oficina transnacional de falsários tivesse distribuído uma massa gigantesca de notas falsas aos sujeitos econômicos em todo o globo que, em seguida, no padrão de produtividade alcançado que, na realidade, já não o permitia, começaram a produzir e consumir desalmadamente, como se não houvesse amanhã – o que, para este tipo de vida, não deixa de ser verdade (KURZ, 2014, p. 308)”.

pensamento de Engels³⁶¹ e é adotada, ainda que com modificações, por parte do marxismo tradicional, segundo a qual há um nexos transhistórico entre mercadoria e dinheiro que se desenvolve até nascer, por meio da sua generalização, a relação de capital, ele parte de um fundamento também transhistórico³⁶² que é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais de produção e as concepções mentais de mundo. A crítica de Kurz à Engels - cujo pensamento tem apoio em certo entendimento contraditório do próprio Marx³⁶³ -, de que em sua teoria há uma unidade desde sempre entre a lógica e a história pode ser direcionada à Harvey. Para esse último, não é a forma de socialização moderna baseada no valor e sua valorização que criou uma lógica contraditória, autonomizando as relações sociais e estabelecendo “uma cega dinâmica própria de lei pseudonatural (2014, p. 32)”, mas a contradição entre as forças produtivas, as relações sociais de produção e as concepções mentais de mundo (ciência e conhecimento) são tomadas “[...] como o desenvolvimento trans-histórico de condições ontológicas ou antropológicas (Ibidem, p. 34)”. No olhar de Kurz, porém, é só com a longa história de formação do capital, constituindo as suas categorias e nexos interno a funcionar de modo automático, que se pode falar de uma unidade entre a lógica e a história. “Sobre esta base do ‘movimento em si mesmo’, desta feita lógico, desenvolve-se uma outra história, mais concretamente, a história interna do capital, impelida pela concorrência, pelo desenvolvimento das forças produtivas ou destrutivas e pela reconfiguração sucessiva do ‘trabalho abstracto’ (Ibidem, p. 135)”.

Por outro lado, na perspectiva de Harvey, “[...] a relação (dialética) recíproca entre o sujeito e o objeto do trabalho está no cerne do processo de desenvolvimento (2013, p. 162)” dos seres humanos em sua luta para se apropriarem da natureza. “No decorrer dessa luta eles necessariamente produzem novas relações com a natureza, novos conhecimentos e novas

³⁶¹ “Em Hegel, essa unidade do lógico e do histórico designa a continuidade interna do espírito do mundo a tomar consciência de si próprio no meio da história. A história está subordinada à lógica em processo, sendo o processo histórico apenas o desenvolvimento interno de um princípio trans-histórico. Despojada na mistificação hegeliana, mas mantendo a mesma concepção fundamental de uma unidade da lógica (forma) e da história, a exposição de Engels traduz esta unidade na pré-existência e no desenvolvimento histórico do nexos formal entre a mercadoria e o dinheiro (KURZ, 2014, p. 34)”.

³⁶² Aqui caberia retomar a crítica já citada de Postone sobre a inadequação entre forma e conteúdo nas leituras transhistóricas. Nesse caminho, como determinadas categorias, inteligíveis das formas de reprodução social em dado período histórico, podem ser submetidas a conteúdos tão diversos ao longo da história e servir para compreender quaisquer que sejam os períodos?

³⁶³ “Essa interpretação de Engels não só era do conhecimento de Marx, como tudo indica que Marx a partilhava. Afinal, corresponde também ao entendimento corrente do materialismo histórico, com a concepção de uma sequência intrinsecamente lógica e historicamente necessária de formações sociais (ou seja, aquela simples inversão da metafísica da história de Hegel) (KURZ, 2014, p. 35)”. Na exposição de O Capital, por exemplo, embora exista uma dialética entre a totalidade pressuposta e as formas simples da mercadoria e do dinheiro no livro I, Marx também confunde “[...] a sua análise formal lógica com formas de práxis próprias da pré-história e da Antiguidade [...] (Ibidem, p. 35)”.

relações sociais (2013, p. 163)”; “‘ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção; e, mudando seu modo de produção [...] eles mudam todas as suas relações sociais’, assim como suas concepções mentais do mundo (Ibidem, p. 162)”. O resultado é uma dinâmica contraditória cuja luta para superá-la “torna-se a força motriz da história (Ibidem, p. 163)”. Para Kurz, todavia, “Do facto, evidente, de as pessoas terem sempre de produzir os seus gêneros alimentícios não decorre automaticamente que esse estado de coisas seja, para elas, decisivo, e contenha em si uma lógica própria, definidora da sociedade e determinante de todos os outros momentos da vida (2014, p. 79)”; esse é o sentido lógico da história próprio da modernidade, em que o dinheiro como um fim-em-si traz consigo uma forma de pensar e de agir econômicos que transforma a tudo em meio de acumulação. Além disso, seria um mito moderno, afirma esse autor, pensar que apenas com o capital e seu desenvolvimento das forças produtivas tenha sido “[...] produzido o potencial de ‘tempo livre’ em grande escala [...] (2014, p. 79)” e que, antes, a produção, ou na acepção moderna, o ‘trabalho’, tenha preenchido a vida no seu todo nos primórdios da Humanidade (Ibidem, p. 79)”. Não é porque as sociedades pré-capitalistas não detinham a gigantesca capacidade produtiva moderna que o seu horizonte de vida se resumia à caçar e colher, mas “O seu potencial de excedente fetichista – e, com ele, de crueldade e barbárie – apenas era outro (Ibidem, p. 80)”. Com base na análise de historiadores e antropólogos sobre muitos dos achados arqueológicos de sociedades não capitalistas, Kurz afirma que “Nada nos leva a concluir no sentido de uma fundamentação com base na produção dos gêneros alimentícios ou mesmo nas ferramentas para tal utilizadas. Trata-se, sim, de artefactos que ‘pressupõem um pano de fundo mental que se eleva muito acima da luta pela sobrevivência diária³⁶⁴’ (Ibidem, p. 81)”.

O entendimento tradicional e tendencialmente vulgar do ‘materialismo histórico’ traduz o facto abstracto, decerto válido em termos antropológicos, de um ‘processo de metabolismo com a natureza’ do ser humano, numa dedução elementar do pensamento e da acção – senão mesmo do relacionamento com o mundo no seu todo -, da confecção de objectos necessários à vida em termos de comida, bebida, indumentária, habitação, ferramentas, armas, etc., e também, mas apenas de forma secundária, de produtos culturais. É assim que a determinação especificamente capitalista por um ‘modo de produção’ ou uma ‘economia’ se ontologiza (KURZ, 2014, p. 79).

Só com “[...] a monstruosa banalidade do modo de vida capitalista [...]”, na qual os objetos produzidos são “[...] o suporte para o fim-em-si fetichista da ‘riqueza abstracta’” e “[...] nada é produzido simplesmente porque a sua necessidade se faz sentir e por existirem os meios materiais para tal [...] (KURZ, 2014, p. 80)”, isto é, “[...] em que os corpos-mercadorias apenas constituem o meio da multiplicação do dinheiro pela própria multiplicação (Ibidem, p. 116)”,

³⁶⁴ Citação retirada do livro de Klaus Schmidt (2008, p. 41), “Eles construíram os primeiros templos”.

que se pode tratar de relações de produção, “[...] enquanto âmbito logicamente autonomizado que subordina a si todos os restantes momentos e os assimila [...] (Ibidem, p. 82)”, e se pode falar de economia³⁶⁵, como uma esfera auto-referencial provida de fim, obstáculos e limite próprios. Nesse sentido, a existência de um “modo de produção” tem a ver com a subsunção dos corpos, por meio da disciplina do trabalho, e a configuração material de um processo de produção para corresponder à “[...] fome insaciável da máquina do dinheiro [...] (KURZ, 2014, p. 128)”. Assim sendo, não se pode deduzir da produção de objetos e sua troca, mediados por outras matrizes de relações não capitalistas, uma “[...] ‘lei econômica’, dotada de um sistema de regras objectivada”; nesses casos, “[...] a produção material não tem por base [...] uma universalidade objectivada de ‘trabalho abstracto’ (Ibidem, p. 92)”. É sob o capitalismo que “a relação (dialética) recíproca entre o sujeito e o objeto do trabalho (Harvey)” criou uma “matriz social” fetichista e apriorística às ações e, por conseguinte, engendrou uma dinâmica incontrollável entre as relações sociais de produção e as forças produtivas; lógica histórica essa que, atualmente, coloca a própria existência da vida, no sentido mais amplo, em risco. Portanto, a dialética entre as forças produtivas e das relações de produção

não é, de modo algum, a da ‘história mundial’, visto que, com respeito às relações pré-capitalistas, não há maneira de podermos falar em ‘relações de produção’ e em ‘forças produtivas’ que possam ser isoladas no sentido econômico, por falta de uma ‘economia’ distinta e, assim, tão-pouco de uma dialéctica entre estes dois momentos. Estas categorias e a dialéctica que entre elas opera pertencem unicamente ao capitalismo e não podem ser projectadas sobre formas anteriores (KURZ, 2014, p. 256).

3.13.2.6 A determinidade histórica do trabalho e a crítica radical

O princípio da leitura de Harvey, tal como da ortodoxia marxista criticada por Kurz, sendo que essa última deriva da objetualidade abstrata do valor - presente desde a troca simples de mercadorias de tempos remotos - a forma do dinheiro - igualmente existente como forma equivalente nas sociedades não modernas - e a partir daí o seu desenvolvimento transhistórico até o capital³⁶⁶, é o trabalho como uma “[...] categoria histórico-ontológica [...] (KURZ, 2014,

³⁶⁵ Sobre a ruptura com as relações não capitalistas e a constituição do Estado e da economia em torno do fim-em-si fetichista do valor e sua manifestação do dinheiro, envolvendo múltiplas dimensões, como a da máquina de guerra dos primórdios da modernidade, Kurz escreve: “O meio do dinheiro tornara-se o fim-em-si da sua própria acumulação. O fetichismo deste fim-em-si irracional, que já não correspondia a um fim estabelecido de modo consciente, nem mesmo ao do aparelho militar das armas de fogo, deu origem, pela primeira vez na história, à tal ‘economia’ centrada em si, alienada de todos os domínios da vida, ao mesmo tempo que os subjuga, tal como hoje parece evidente à própria consciência quotidiana, sendo ideologicamente retroprojectada pela ciência ‘esclarecida’ sobre todos os tempos e sociedades (KURZ, 2014, p. 116-7)”.

³⁶⁶ De acordo com Kurz (2014, p. 53-4), mesmo nos defensores da unidade do lógico e do histórico e da teoria pré-monetária do valor – nesta teoria, a equiparação abstrata na troca antecede historicamente o surgimento do dinheiro -, há o entendimento de que a mercadoria e o dinheiro não foram universais e nem onipresentes. Somente a

p. 44)”; por isso ele afirma que o fim do capital é o fim do trabalho assalariado e não do trabalho: “A única solução para as contradições do capitalismo envolve a abolição do trabalho assalariado (HARVEY, 2013, p. 491)”. Perde-se então de vista todo o processo violento de nascimento da modernidade, que constitui um apriorismo de relações entre mercadorias e dinheiro, em que os sujeitos são reduzidos a um material humano, isto é, a trabalhadores, bem como as suas necessidades e desejos são igualmente dominados para a valorização do capital. Não obstante Harvey (2013, p. 86-7) separar o trabalho em dois, primeiramente, como algo da natureza humana, fonte de criação e de liberdade, depois, dominado por uma objetificação como forma de existência sob o capitalismo, na qualidade de produtor de valor, tendo em vista determinar historicamente a categoria de trabalho assalariado, ele não se dá conta de que ao continuar projetando “a moderna abstracção do trabalho (KURZ, 2014, p. 45)” – abstracção real, existente no dia-a-dia dos sujeitos - sobre todas as “atividades humanas” retrospectivamente, com a intenção de explicar a relação do homem com a natureza em seu progresso, está anacronicamente igualando-as e classificando-as por meio de uma categoria que não existia em outras sociedades pela falta da própria relação social física-metafísica do dispêndio de “energia, músculos e cérebro” e sua finalidade. Se o objetivo da teoria do valor de Marx é, nos termos de Harvey, “[...] descobrir exatamente como o valor é atribuído às coisas, aos processos e até mesmo aos seres humanos, nas condições sociais que prevalecem dentro de um modo de produção predominantemente capitalista (2013, p. 87)”, como poderia a categoria trabalho expressar as relações sociais em períodos em que não existia o valor e o processo de valorização?

De acordo com Harvey (2013, p. 84-7), a grande revolução de Marx foi ter formulado uma teoria que levanta a questão sobre “[...] como e por que o trabalho no capitalismo assume a forma que assume (Ibidem, p. 86)”; o valor, em sendo essa forma, “[...] é, em primeiro lugar, ‘um modo de existência social definida da atividade humana’ atingido nas relações capitalistas de produção e troca (Ibidem, p. 86)”, escreve parafraseando Marx. Nesse sentido, entendo que a sua cisão da categoria trabalho em duas imanências, sendo uma humana e a outra capitalista,

categoria trabalho, como pressuposto lógico-histórico da humanidade, é tomado como universal e ontológico, sendo que a partir dele o valor e o dinheiro se desenvolveram. Essa interpretação teria se apropriado de trechos em que Marx se referiu à existência da troca de mercadorias e do dinheiro em algumas sociedades antigas em seus “interstícios”, “nichos” ou “poros”, mas sempre de modo marginal, sem constituírem-se como categorias universais e dominantes. Os adeptos da unidade do lógico e do histórico e da teoria pré-monetária do valor supõem que, independentemente dessas formas serem limitadas e circunscritas no tempo, uma relação externa a um contexto, esporádicas e inseridas em outras formas de relação, a determinação lógica da relação está sempre presente, contendo “a lógica elementar da forma do valor na sua totalidade (p. 55)”. “Daí resulta que as categorias ‘simples’, supostamente idênticas, da mercadoria e do dinheiro foram, em condições pré-modernas, algo completamente diferente, em termos qualitativos, daquilo que são no capitalismo e que, assim sendo, a ‘economia burguesa’ fornece tudo menos ‘a chave para a Antiguidade, etc.’ (KURZ, 2014, p. 62)”.

leva ao seguinte resultado teórico: de um lado, “[...] a atividade do trabalho humano como ‘o fogo vivo e doador de forma’, como a ‘transitoriedade das coisas, a sua temporalidade’, e como expressão livre da criatividade humana [...] (Ibidem, p. 86)” – as citações são dos Grundrisse – gera uma lógica contraditória positiva entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que efetiva “realizações reais (Ibidem, p. 86)” históricas, algo como uma metafísica do progresso; na sua outra face, “A *disciplina* imposta pela troca de mercadorias, as relações de dinheiro, a divisão social do trabalho, as relações de classe da produção, a alienação do trabalho do conteúdo e do produto do trabalho e a imperativa ‘acumulação pela acumulação’ [...] (Ibidem, p. 86)” limita o trabalho humano que, por sua vez, “[...] produz e reproduz as condições da sua própria dominação (Ibidem, p. 86)”, engendrando uma lógica negativa entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, cujo resultado são as tragédias e catástrofes já discutidas. Logo, “O projeto político visa liberar o trabalho como ‘o fogo vivo e doador de forma’ da disciplina férrea do capitalismo” e, por conseguinte, a dinâmica contraditória em sua natureza de desenvolvimento humano, sendo a ciência “[...] realmente revolucionária e criativa da história humana”, apoiada para tanto em uma leitura mais rigorosa de Marx, “[...] parte de uma luta muito mais ampla para disciplinar a própria disciplina³⁶⁷, ‘para expropriar os expropriadores’ e, desse modo, atingir a reconstrução da forma de valor através da ação coletiva (Ibidem, p. 87)”.

Radicalizando a crítica da economia política de Marx, o programa de Kurz, por outro lado, não pretende virar-se “[...] para o passado, com pretensões a redimir uma Humanidade que sofre com o capitalismo por meio da mistificação das relações modernas [...] (2014, p. 99)”. As relações pré-capitalistas, dominadas por relações fetichistas de caráter religioso, não “[...] dão a menor indicação para uma superação positiva do capitalismo (Ibidem, p. 99)”. Se as categorias da teoria não são meras construções mentais, mas correspondem às relações sociais historicamente determinadas, então a crítica deve voltar-se para si negativamente, pois representa a prática e o pensamento de uma sociedade fetichista, e contra o seu “[...] próprio objecto, que deve ser destruído e cujas ‘leis’ têm de ser abolidas (Ibidem, p. 29)”. Trata-se de realizar uma ruptura profunda tanto com o fetiche do capital, quanto com categorias ou formas de pensamento identificadas com sociedades não-capitalistas descontextualizadas das suas relações. “O lema é arriscar tudo. A consequência apenas pode consistir num programa explícito de crítica categorial e ruptura categorial prática, ou seja, num abrangente ‘programa de abolições’ (Karl Korsch) (Ibidem, p. 30)”.

³⁶⁷ O autor se refere à disciplina do trabalho sobre o capitalismo, apesar de ficar dúvida, talvez diga respeito também às disciplinas acadêmicas.

3.13.3 A Geografia de tudo isso³⁶⁸

À título de síntese, tendo em vista toda a discussão ao longo do texto até aqui envolvendo a estrutura espacial e a geografia do desenvolvimento mundial desigual, cabe retomar/ressaltar que muitos estudos no âmbito da Geografia, mas não só, como já foi discutido páginas atrás, têm atribuído à produção do espaço, mais especificamente à urbanização, uma função central na reparação das crises capitalistas. Por ser a tese central na sua reflexão, David Harvey é explícito sobre essa potência de acumulação em toda a sua obra, de onde podemos retirar passagens bem específicas quanto a isso: “A urbanização, concluo, é um veículo primordial para absorção do excedente em escalas geográficas sempre crescentes (2009, p. 12)”;

“A urbanização da China é a fonte primária da estabilização do capitalismo mundial? A resposta tem de ser um sim parcial. [...] a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que agora se tornou global, ajudado pela integração mundial dos mercados financeiros (2012, p. 142)”.

Neil Smith, na mesma linha de pensamento, identifica nos processos de gentrificação das cidades ao redor do mundo uma das estratégias de acumulação do período neoliberal: “O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana (2006, p. 85)”. Em outro texto, Smith (2007) parte da gentrificação nos EUA para apresentar a mudança na forma de expansão do capital nesse país nos finais do século XX. As imagens ideológicas construídas em torno do avanço da fronteira da colonização para Oeste nesse país, em sendo uma luta da civilização contra a barbárie encontrada na natureza e nos povos originários, foi novamente mobilizada, porém referindo-se a uma fronteira urbana, que reconquistaria para alguns setores da economia e as classes médias e altas os antigos centros das cidades. “Na linguagem da gentrificação, o apelo à imagem de fronteira é exato: pioneiros urbanos, proprietários urbanos e caubóis urbanos são os novos heróis folclóricos da fronteira urbana (p. 16)”. Mas essa representação, que se adequou a outros processos de gentrificação ao redor do mundo, teria um fundamento real, segundo o autor. Se no passado a “[...] expansão econômica foi realizada em parte por meio da expansão geográfica absoluta [...]”, na gentrificação essa expansão se dá “[...] pela diferenciação interna do espaço geográfico (p. 17)”. Embora Smith observe fronteiras em toda a parte – “[...] a fronteira urbana é, hoje, apenas uma

³⁶⁸ Esse é o título do sexto capítulo do livro “O Enigma do Capital” em que Harvey aborda o desenvolvimento geográfico desigual, a reformulação constante de paisagens, a compressão tempo-espaço e a “destruição-criadora” em sua função estabilizadora e de absorção do excedente de capital.

dentre várias fronteiras existentes [...]” -, “[...] visto que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em diferentes escalas [...] (p. 18)”, o desenvolvimento urbano é um meio importante para o capital sair da crise econômica global. De acordo com ele, o desenvolvimento geográfico desigual em um espaço e tempo criam diferentes padrões de valorização e desvalorização. A queda nas taxas de lucro no esgotamento do crescimento do pós-guerra e o abandono das áreas centrais de muitas cidades teriam criado a possibilidade de uma reestruturação do ambiente construído urbano: a produção desse espaço com taxas de lucro mais altas associadas aos ganhos especulativos com a renda da terra.

No Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, onde esta tese está vinculada, Ana Fani Carlos (2004, 2015) compreende que na passagem da primazia do capital produtivo para o capital financeiro, cuja expressão na metrópole de São Paulo é a desconcentração industrial e a centralização financeira, as finanças se realizam mediante a produção do espaço, articulando o nível local à escala mundial do capital; o Estado cumpre uma importante função para viabilizar física, financeira e legalmente essa nova etapa. Dada a queda nas taxas de lucro no âmbito produtivo, a “[...] mobilidade do capital dinheiro [...] deixa de direcionar-se, preferencialmente, para a produção de mercadorias – na indústria – para voltar-se à produção do espaço, como mercadoria passível de geração de lucros maiores do que para o setor industrial, em crise (2004, p. 58)”, e isso se dá concentrado espacialmente, na área de expansão do eixo-empresarial da cidade de São Paulo, que é voltada para os edifícios corporativos, destinados a atender os setores de serviços do grande capital. Nas palavras da autora, “O que estamos chamando de ‘eixo empresarial-comercial’ aponta para a fragmentação do espaço, uma forma espacial nova, construída segundo a lógica da reprodução – que alia as estratégias das frações do capital, sob a coordenação do Estado, que cria as condições necessárias à realização da totalidade do capital enquanto tal (p. 74)”.

Santos (2013), em sua tese de doutorado no mesmo departamento, desenvolve as reflexões da autora anterior em diálogo com as obras de Harvey e Smith, para ficar só nos autores citados aqui – não é possível resgatar toda a referência teórica e empírica que servem de base para a sua pesquisa -, propondo uma interpretação distinta da adotada neste texto para o fenômeno do boom do setor imobiliário, segundo a qual a reprodução do espaço urbano metropolitano nacional, com destaque para São Paulo, através das grandes construtoras/incorporadoras, entrelaçadas com o capital financeiro mundial, seria, atualmente, central para a acumulação do capital; trata-se de uma acumulação especificamente urbana e financeirizada.

O pressuposto da sua interpretação é a crise de sobreacumulação, que se desdobra em dois processos históricos cujo sentido é resolver a crise e restituir as taxas de lucro: de um lado, a expansão absoluta territorial sobre formações não capitalistas, isto é, a acumulação primitiva produzindo um novo espaço nos anos da industrialização do país e, de outro, que vem a ser predominante no atual período histórico, o de autofagia ou destruição de antigas configurações espaciais, cujos expedientes de acumulação por espoliação reproduzem o espaço urbano sob a determinação do capital financeiro. Nesse caso, os novos arranjos entre Estado e finanças conformam as condições que disponibilizam as metrópoles para a acumulação de capital.

Para ele, durante o período desenvolvimentista no Brasil, a expansão da fronteira urbana a nível do território nacional e nos processos de metropolização engendrava acumulação de capital em processos de produção do espaço urbano em uma dinâmica expansionista; de início, os capitais paulistas avançavam sobre cidades e mercados existentes, seguido da criação de novos espaços via acumulação primitiva e da integração nacional³⁶⁹ em torno de São Paulo. O urbano³⁷⁰ induzido pelas ações estatais, que se antecipava à industrialização e aos seus excedentes, uma vez que a indústria era incapaz de criar todas as suas condições de reprodução, significava a generalização das relações sociais de produção e a constituição material das condições da acumulação; esse avanço da fronteira criava os novos espaços de produção e circulação capitalistas, isto é, “Da mesma forma em que novo sangue era inserido na produção, com a disponibilização reiterada de força de trabalho no avanço da fronteira urbana, novos mercados e uma nova demanda se elaboravam na trilha da urbanização do país (p. 66)”.

A construção civil com as grandes obras de infraestrutura, saneamento e no segmento de edificações cumpriu então uma importante função nesse processo, sobretudo com a

³⁶⁹ “Aqui podemos recorrer às noções de expansão criativa e destrutiva. No caso de economias como as do Nordeste ou a do Sul do país, a entrada de capitais paulistas teve uma força destrutiva. Já no caso das economias do Centro-Oeste e da Amazônia, o fluxo de capitais vindo do Centro-Sul exerceu uma função criativa, originando uma estrutura econômica ainda inexistente nessas áreas. Nesses casos é possível concluir que, quando há uma coincidência entre a fronteira capitalista dos capitais originados no Centro-Sul e – mais especificamente em São Paulo – as fronteiras econômicas, de ocupação e, em suma, urbanas, há um tipo de expansão admitida como criativa (SANTOS, 2013, p. 78-9).

³⁷⁰ “Assim, em casos de expansão da fronteira urbana, quando o urbano, induzido pelo Estado, não precedeu a indústria, como sua própria condição, ele foi simultâneo mantendo-se em posição prioritária para os fins da acumulação de novo tipo (SANTOS, 2013, p. 89)”. “Primeiramente, o urbano e a cidade constituem a força motriz do avanço da atividade agrícola na fronteira: seja com o avanço horizontal das nucleações urbanas no território, seja com a constituição de uma demanda ou com o envio de excedentes produzido alhures, o urbano mobiliza esse avanço. Em segundo lugar, o urbano é o resultado dialético e inequívoco, o produto das atividades que se desenvolvem na fronteira. A explosão de núcleos urbanos e a transformação da vida tradicional das áreas atingidas pela fronteira revelam o urbano como resultado do tipo de expansão que se consolidou a partir de meados do século XX (SANTOS, 2013, p. 99)”. “Nesse contexto, a urbanização revela um processo sempre aberto. A modernização não é completa e produz aqui, reiteradamente, o seu outro como complemento do processo de acumulação (SANTOS, 2013, p. 105). A lógica urbano-industrial, desde as metrópoles às cidades da fronteira, determinava a própria expansão do campo e era reforçada por essa (p. 120).

mobilização do trabalho, seja via migração ou monetarização das parcelas da população expropriadas; esse setor “[...] aparece como o centro dinâmico da acumulação de um segmento tipicamente intensivo em trabalho (p. 135)”. Consumindo os setores tradicionais em dissolução, o setor da construção expandindo-se pelo território e internamente nas periferias das grandes cidades, com seu atraso técnico e baixa composição orgânica, “[...] se torna um importante provedor de mais-valias para toda a economia capitalista³⁷¹ (p. 136)”.

Com a crise do Estado e as transformações do capitalismo, o padrão geográfico expansionista antes dominante e funcionando por sobre espaços não capitalistas da fronteira e na escala metropolitana perde importância. Nessa última, sem o BNH, a expansão periférica se dá pela autoconstrução e não mais absorvendo os excedentes de capital que eram realizados através do lucro e da renda da terra. No contexto de crise³⁷² e concentração dos investimentos e da demanda na metrópole, associados à localização das empresas de serviços financeiros, de gestão do capital, etc., as áreas mais centrais tornam-se o foco dos negócios imobiliários de alto padrão, segregando a população, que vai ser expulsa para as favelas, o que gera uma renda diferencial aos empreendedores³⁷³. Do final dos anos 1980 a 1990, a saída para a crise combina a produção de imóveis para a moradia das classes de rendas mais elevadas com edifícios de escritórios de alto padrão destinados a abrigar a sede das grandes corporações e dos serviços financeiros; na época, São Paulo foi “[...] pioneira na criação de novas formas de relacionamento entre o Estado e o capital no que diz respeito aos instrumentos de intervenção no espaço urbano (p. 172)”. A financeirização passa a se realizar produtivamente nesses segmentos do imobiliário e predomina a intensificação geográfica do capital em espaços metropolitanos capitalistas.

Abre-se assim novas fronteiras em espaços já urbanizados, isto é, fronteiras internas de acumulação. Os capitais nacionais e internacionais são alocados e valorizados através de um “[...] novo tripé [...] envolvendo os circuitos financeiros e do chamado ‘terciário avançado’, o

³⁷¹ “[...] a construção civil confirmou o seu papel na segunda metade da década de 1960 após os reajustes internos da política econômica, que culminaram no deslocamento do centro de geração de empregos e absorção de mão-de-obra do subsetor construção pesada para o subsetor edificações (SANTOS, 2013, p. 140)”.

³⁷² “Diante de um quadro de redução da atividade econômica produtiva, com redução de salários de forma geral, com o enfraquecimento da demanda interempresarial e de bens de capital e com uma baixa demanda por bens de consumo, os novos investimentos tenderão a reforçar uma concentração já existente como dispositivo e recurso da acumulação (SANTOS, 2013, p. 168)”.

³⁷³ “A expansão periférica na escala metropolitana, nesse momento, passa a ser sintomática da exclusão de uma parcela crescente da população das condições de acesso à moradia e do mercado formal dos produtos da indústria da construção. Trata-se, nesses termos, de uma expansão de significados reduzidos para a acumulação capitalista. Aqui e a partir desse momento, não é mais a expansão geográfica a dinâmica prioritária que realiza a acumulação. É nesse momento que a expansão capitalista se diferencia da expansão geográfica como resultado da intensificação dos processos de acumulação do capital (SANTOS, 2013, p. 159)”.

circuito imobiliário e o poder público (p. 179)”; “[...] a metrópole é reproduzida como negócio [...] e esse [...] processo redefine os limites da acumulação (p. 155)”. Logo, há uma passagem da produção do espaço para a reprodução do espaço. “Finalmente, não é mais a urbanização que aparece na linha de frente das estratégias de valorização, mas a *mise em scène* de um urbanismo que representa a articulação entre o Estado e o capital na escala metropolitana e captura o espaço já consolidado das grandes metrópoles como condição e meio da acumulação (p. 3)”.

A abertura de ações das empresas de incorporação/construção consolidou a influência do capital financeiro na reprodução do espaço urbano metropolitano e, no plano das empresas, “[...] acabou por comprometer as empresas do ramo com um padrão financeirizado que subordina a lógica produtiva ao comportamento dos mercados financeiros (p. 223)”. Nesse contexto e apoiado pelos fundos públicos de uma política mista de neoliberalismo e neodesenvolvimentismo do PT, a dispersão espacial da produção e dos mercados nacionais, restringidas pelas políticas monetárias e fiscais, apenas serviram para ampliar as “bases de sucção” do capital financeiro no território através de medidas de um estado de exceção, renovando a concentração econômica, espacial e das classes mais abastadas em São Paulo como centro financeiro.

Mas foi principalmente após a crise de 2008 que, segundo Santos, as medidas de estímulo e financiamento estatal restauraram uma dinâmica expansionista e desenvolvimentista em estreita relação com a financeirização da economia brasileira e internacional. Com a enorme entrada de capital financeiro via instrumentos de captação das construtoras/incorporadoras, “[...] a política urbana e habitacional passa a desempenhar melhor o papel antes atribuído quase que exclusivamente à emissão dos títulos da dívida pública (p. 240-1)”, de sorte que “[...] todo o território nacional na condição de ‘plataforma de valorização internacional’ [...]” dá “[...] origem a uma dinâmica igualmente híbrida em termos espaciais e que reforça a centralização do capital por meio da expansão periférica de parte do investimento (p. 241)”. Entendo que é por meio dessa hibridização da fronteira, ao mesmo tempo expansionista e interna às grandes cidades, que Santos compreende o recente boom habitacional tratado na sua tese. Todavia, as frentes de expansão pelo território nacional, nas periferias metropolitanas e pelos segmentos econômicos seria limitado espacial e temporalmente pelo misto de ortodoxia neoliberal e heterodoxia desenvolvimentista dos governos petistas, sendo complementar à acumulação dos mercados centrais. Os problemas nos resultados das empresas que empreenderam mais intensamente a expansão territorial e por segmentos e a retração nas cotações das ações no decorrer dos anos 2010, sugerem a seguinte hipótese para o autor: “[...] a de que os mercados

centrais ligados à alta renda são mais estáveis numa economia que preserva aspectos de forte concentração espacial de recursos [...]” e que “[...] os demais mercados variam muito mais em função da participação do fundo público, que eles não constituem mercados sustentáveis no longo prazo e que, em geral, em nossa época, quando mobilizados, guardam uma tendência a funcionar como recurso expansionista de fundo especulativo (p. 259)”. Portanto, a fronteira segue pulsante nas principais metrópoles, valorizando os capitais financeiros, enquanto a insustentabilidade da acumulação pela dependência dos fundos públicos é atribuída apenas à fronteira externa, ainda assim geradora de acumulação à medida em que perdurou³⁷⁴.

Nota-se em toda a literatura apresentada ao longo desse texto, que vê emergirem nas novas fronteiras a superação da crise de acumulação, o predomínio da destruição do capital sobre si ou de seu “canibalismo”. Uma “vez que não há volta a dar ao facto de a Terra ser um espaço finito”, resta às personificações do capital, com a ajuda do fundo público e do aparato de Estado – da direita à esquerda do espectro político -, mediante os instrumentos de capital fictício, produzir através da violência, desvalorização e catástrofes novas geografias do desenvolvimento desigual. O que aqui se propõe é olhar para esse fenômeno de ascensão da autodestruição ao primeiro plano da reprodução do capital como sendo a expressão da sua autodissolução; não à toa Harvey aponta em diversas obras que a possibilidade de destruições cada vez maiores e avassaladoras estão sempre à espreita, caso o capital não entre nos trilhos do crescimento, mesmo outra guerra mundial com poder de aniquilar a vida na Terra já foi aventada por ele.

Essa produção financeirizada de futuras tragédias e ruínas como *modus operandi* confirma a desubstancialização das novas configurações espaciais como já discutido acima. Sob a determinação do capital fictício, frequentemente destruído sem reacoplagem no valor, os rendimentos e a precificação da terra e dos imóveis ou do ambiente construído como um todo assemelha-se, segundo essa literatura com base em Harvey, ao próprio capital fictício. Como escreve esse autor, o capital nessa forma determina não só os espaços a serem construídos, mas o ritmo da produção, a sua duração enquanto valor de uso e a taxa de rentabilidade esperada. Nesse comportamento ficcionalizado, os preços do ambiente construído como medida empírica do valor em declínio podem gerar lucros enquanto durarem as conjunturas de bolhas e de fluidez

³⁷⁴ “O Minha Casa Minha Vida, em função do seu caráter anticíclico, em época de financeirização e submissão ao grande capital financeiro internacional, não permitiu ainda sustentar um padrão radicalmente diferente daquele que resulta na concentração e intensificação geográficas do capital com fortes características atreladas à segregação urbana. A realização das estratégias mais importantes do segmento imobiliário e dos lucros do mercado financeiro a ele atrelados repousa, em sua maior parte, sobre a reprodução do espaço urbano de algumas grandes metrópoles (SANTOS, 2013, p. 266)”.

do capital fictício. Novamente, pode ser encontrado em Harvey essa possibilidade de que os capitais fictícios investidos na terra e no ambiente construído para a formação de configurações espaciais ocorra de modo tão especulativo que distancia-se da produção de valor real, levando a uma apropriação de valor excessiva se comparado com o valor existente; cabe a ressalva de no atual momento essas duas quantidades não se encontram mais nem pela desvalorização ou a destruição.

Como apontei ao longo desse texto desde a apresentação de alguns excertos de Marx, é a contradição insustentável e insuperável entre a substância material e a substância abstrata que constitui um limite absoluto, de sorte que a fronteira pode e deve seguir se expandindo e destruindo antigos espaços enquanto a sociabilidade mediada por mercadorias e trabalho continuar existindo. O salto quantitativo na construção de espaços ao redor do mundo, viabilizado à montante por créditos e à jusante por dívidas, em que pese a (super)exploração do trabalho e o aumento da produtividade da economia em arranjos desenvolvimentistas, e por isso mesmo, não pode transformar as fronteiras materiais em acumulação de capital, mas iludem a subjetividade fetichista que olha para apenas um lado da contradição.

Portanto, as atuais fronteiras, a (re)produção do espaço, as renovadas morfologias urbanas, o novo imperialismo, as novas formas de práticas sócio-espaciais e segregação, a violência, o estado de exceção, a plataforma de valorização financeira, a acumulação por espoliação, as desvalorizações e destruições, a gentrificação, entre tantos outros importantes fenômenos estudados e analisados pela literatura citada, ao serem mediados com as bolhas e o fluxo de capital fictício mundial e a contradição em processo, propõe-se que sejam compreendidos como indícios de que o capital chegou ao ápice do seu desenvolvimento. As geografias ao redor do mundo trazem à tona então o “colapso da modernização” e, talvez, refletir sobre essa empiricidade/opacidade da ruína seja uma importante contribuição da Geografia ao pensamento crítico.

Considerações Finais

Com base em Roswitha Scholz (2019), considero que as novas formas ou modelos de acumulação associados com as reconfigurações espaciais e as novas fronteiras, ou, segundo a autora, as “novas colonizações” - explicadas abaixo – presentes no texto até aqui, bem como todas as suas características envolvendo novas formas de exploração, dominação, violência e tragédias sociais, devem ser tematizadas “categorialmente em sua dimensão histórica, tendo como pano de fundo” “a lógica do capital compreendida como contradição em processo que aponta para o seu fim (Ibidem, p. 121)”.

O conceito de colonização acima citado, embora tenha um significado mais amplo na reflexão de Scholz³⁷⁵ (2019), refere-se também às transformações históricas tratadas nos capítulos precedentes, isto é, à expansão mercantil e capitalista por sobre setores e esferas da vida que ainda não estavam tomados diretamente pelo mercado e pela forma mercadoria ou que até então não estavam submetidos tão intensamente pelo capital, incluídos aí o fundo público e o aparelho estatal. Colonização, portanto, abarca o que seriam as novas possibilidades de acumulação, como nos casos com a terra, os imóveis, os altos juros, a vida cotidiana submetida pelas dívidas, a perda dos direitos, a mercantilização das políticas habitacionais, as novas configurações desde a macroeconomia ao planejamento das cidades determinadas pelo capital financeiro, etc.

Antes de desenvolver a crítica de Scholz (2019) sobre as colonizações e a sua potência de acumulação, que considero ser um dos pontos de chegada desta tese, apresento simplificada e insuficientemente a sua teoria crítica do valor-dissociação, que também é o princípio fundante do capital para Robert Kurz³⁷⁶; essa breve síntese se faz premente, uma vez que tal teoria é

³⁷⁵ Os revisores da tradução portuguesa do artigo de Scholz para a Revista Geografares escreveram a seguinte nota sobre o conceito: “Como o leitor poderá conferir o conceito de colonização tem proeminência no texto de Roswitha Scholz [...] Faz-se necessário mencionar que o conceito de colonização busca dar conta de distintos contextos: o primeiro deles diz respeito ao conceito de acumulação original (ou primitiva), bem como da moderna colonização, ambos contextos apresentados por Karl Marx n’O Capital; o segundo se refere ao debate ocorrido na segunda internacional, sintetizada por Rosa Luxemburgo em seu A acumulação do capital, no qual a autora questiona se a acumulação primitiva se restringiria ao contexto histórico de formação do capitalismo como apresentado por Marx; o terceiro emergiu predominantemente no debate latino-americano ao tentar dar conta do processo de expansão do capital e suplantação de relações não-tipicamente capitalistas (a chamada questão agrária); e o quarto, e último, se refere ao debate contemporâneo sobre a possibilidade da expansão do capital funcionar como uma solução, mesmo que provisória, para as crises do capitalismo (SCHOLZ, 2019, p. 159)”.

³⁷⁶ Ao tratar das profundas transformações que constituem o capital, Kurz ressalta: “Também as relações entre os sexos foram profundamente abaladas no âmbito desta transformação [...] Tratou-se de um momento essencial da constituição capitalista desde os primórdios da transformação do dinheiro. Neste processo, todos os elementos da reprodução social não passíveis, ou dificilmente passíveis, de serem representados no âmbito da lógica do dinheiro que também determinava o Estado (do acto de confeccionar a comida ao cuidar dos filhos e até ao ‘amor) foram retirados do contexto das relações de vinculação ou obrigação existentes até então, mas foram ao mesmo tempo dissociados da nova sociabilidade da mercadoria e delegados nas mulheres, como Roswitha Scholz demonstrou

central para esta reflexão e, embora não substitua a mediação que deveria ter permeado todo o texto, ao menos faz menção a uma grande lacuna da pesquisa. A autora parte da ideia de que a formação do capitalismo dissociou alguns elementos da reprodução social que não puderam ser integrados na lógica da multiplicação do dinheiro e do valor, atribuindo-os à mulher, enquanto o homem personificou o trabalho, a sua ética, a razão, entre outros. “o feminino foi dissociado do valor (mais-valia), do trabalho abstrato e do sujeito masculino, sendo por sua vez investido às mulheres (seja na forma das atividades de cuidado ou igualmente nas qualidades como sensibilidade, emotividade, fraqueza de carácter, entre outras) (Ibidem, p. 149)”. As diferentes atribuições incidentes sobre o feminino e o masculino, que em certo momento histórico e em alguns países corresponderam mais nitidamente aos respectivos domínios privado e público, bem como suas hierarquias, atribuições simbólicas e psíquicas, não permaneceram restritas apenas a esses campos de ação, pois o desenvolvimento do capital, que é o próprio desdobramento da relação do valor-dissociação, expandiu, generalizou e complexificou esse fundamento por diversas esferas e domínios sociais. Em Scholz – e também em Kurz -, o valor-dissociação é “o verdadeiro fundamento que co-constitui essencialmente o capital como sujeito automático, ou seja, o fetiche do capital (Ibidem, p. 154)”.

Decisivo aqui é que a dissociação do feminino com relação ao valor (mais-valia) não é “exterior” ao capitalismo, mas a relação do valor-dissociação (mais-valia) é, sim, uma relação basilar dialética, que desde o início constituiu o todo fetichista e o “movimento em si”, justamente porque a dissociação do feminino é simultaneamente exterior à relação de valor (de mais-valia) (SCHOLZ, 2019, p. 139).

Desse princípio, em que cada lado - “trabalhos produtivos e atividades dissociadas improdutivas” - com a sua lógica própria é pressuposto do outro, resulta uma “dinâmica de valor-dissociação que em última instância possibilita a contradição em processo e gera a queda do capitalismo (SCHOLZ, 2019, p. 139)”. Assim sendo, a compreensão das diferentes manifestações históricas na superfície dos fenômenos deve ter em mente esse “contexto basilar objetivo” em processo e por fim em colapso, sendo a fase atual de decadência caracterizada por um asselvajamento do patriarcado capitalista³⁷⁷. A crítica do valor-dissociação envolve também

[...] Ao facto de o dinheiro moderno (o capital) e o Estado partilharem uma origem comum no seio da sociedade oficial sobrepôs-se outra coincidência de origens mas importante, entre a universalidade abstracta (dinheiro e Estado), por um lado, e a dissociação sexual dos momentos da reprodução que nela não têm cabimento, por outro: ‘Aquilo que está dissociado não é um mero ‘subsistema’ dessa forma (como, por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou a política), mas é essencial e constitutivo para a relação global social’ (Roswitha Scholz*) (2014, p. 119)”. *A citação refere-se ao livro “O Sexo do Capitalismo”.

³⁷⁷ “Na guerra civil mundial, resultante do valor-dissociação considerado em toda a sua complexidade como contexto fetichista basilar, também as mulheres se tornam relevantes como administradoras da crise, seja na forma de grupos de auto-ajuda existentes na periferia, seja na forma de relações sociológicas de desigualdade nas estruturas do poder – inclusive à escala global – independentemente de “raça”, classe e gênero, justamente quando o patriarcado capitalista está sem conserto e nada se pode conseguir à maneira patriarcal habitual. Mas as mulheres também retornam aqui à situação de maltratadas com a máxima “trivialidade”, forçadas à prostituição, ao emprego doméstico etc. (em sua grande maioria, migrantes). Nesse sentido, o aumento parcial do poder das mulheres se

outras disparidades sociais para além da hierarquia de gênero sem reduzi-las ao seu conceito, tais como o racismo, o anti-semitismo, o anti-ciganismo e diversas outras relações a serem entendidas em suas particularidades concretas. Diferentemente de autores/as que deduzem logicamente os diversos fenômenos históricos a partir da forma valor, que seria proveniente de um trabalho ontológico, como nas teorias das colonizações que identificam as mulheres, camponeses, povos indígenas e a própria natureza como criadores de valor, ou que exaltam uma diferença indeterminada, Scholz afirma que é importante reconhecer “a qualidade particular (Ibidem, p. 150)” sem abolir o contexto basilar, isto é, a totalidade inescapável e em crise por trás dos sujeitos e grupos sociais. Isso significa que o conceito deve “suportar as rupturas, ambivalências e diferenças que lhe estão associadas” (Ibidem, p. 150); o valor-dissociação impõe-se absolutamente e engendra “diferenças, contradições e desigualdades” (Ibidem, p. 151)”, constituindo ao longo da história e em escala mundial “uma totalidade social fragmentária (Ibidem, p. 153)” cujo culminar é o “desmoronamento do patriarcado capitalista (Ibidem, p. 153)”.

O reconhecimento desta condição pela crítica do valor-dissociação deve resultar na sustentação da seguinte acrobacia que consiste em, de um lado, se afirmar como contexto fundamental e, de outro, admitir aquilo que não pode ser abarcado pelo seu conceito, em oposição ao pensamento androcêntrico universalista. Em outras palavras, a crítica do valor-dissociação só pode se manter na medida em que esteja pronta a igualmente desmentir-se a si mesma. O que não significa que ela deva se confundir ao lado das diferenças, ambivalências, rupturas, dessincronizações etc., quase como numa flutuação livre; pelo contrário, ela deve asseverar estas últimas, por assim dizer, em si mesmas, fazendo valer simultaneamente a sua qualidade própria. Por isso racismo, anti-semitismo e anticiganismo não podem ser derivados do valor-dissociação, enquanto contexto social basilar, assim como a dissociação não pode ser derivada do valor. Em outras palavras, isto significa dizer que a dissociação é de certa maneira o paradoxo de um conceito não idêntico, inclusive tomado em sua dinâmica histórica (SCHOLZ, 2019, p. 150).

Com isso em mente, nota-se nos achados empíricos e nos esforços de interpretação das pesquisas citadas no segundo capítulo um movimento na direção de apreender as particularidades da totalidade em processo, que tematizam até o plano subjetivo acochado pelo endividamento. Não obstante, permanecem presas a uma lógica dedutiva ou identitária, que deriva a compreensão das particularidades históricas e locais de um pressuposto teórico “androcêntrico e universalista” transhistórico centrado na forma do valor – e do trabalho -, bem como não reavaliam o plano categorial a partir das transformações históricas dos fenômenos; o que é observado não serve para indagar a teoria e as categorias sobre a sua adequação para explicar as abstrações reais em colapso. “[...] o capitalismo decompõe-se então, por um lado,

configura como uma vitória de Pirro que reside no horizonte de queda do patriarcado capitalista em colapso, e que, portanto, tem muito pouco a ver com emancipação, no sentido de uma suplantação fundamental de tais relações (SCHOLZ, 2019, p. 152)”.

numa relação estrutural de categorias rígidas que se reproduzem sempre de forma idêntica e que são sempre iguais a si mesmas, e numa ‘história de acontecimentos’ puramente exterior, a decorrer na superfície, por outro [...] (KURZ, 2014, p. 255)”.

Para o que interessa a esta tese, o risco dessa não compreensão do princípio do valor-dissociação em seu “culminar histórico” é a perda de referência à totalidade fragmentada para compreender as formas de violência raciais e contra o feminino, disseminadas desde as expropriações e expulsões das áreas de ocupação até o âmbito doméstico, e de reproduzir teoricamente, a partir dos fatos empíricos ou apenas de sua “modulação histórica (p. 247)”, o “mecanismo de compensação” que atuou efetivamente contra as tendências impostas pelas contradições do capital ao longo do século XX através “[...] da chamada ‘mais-valia relativa’ (Marx) e na expansão simultaneamente interna e externa do capital (2014, p. 218)”. As abordagens, todavia, partem do “ponto de vista do trabalho”, por isso pautam as análises em um eterno retorno do capital ao ponto no qual recomeça o seu processo infinito de valorização, de modo que a crítica parece não pretender transcender as suas categorias, mas em muitos casos reduz-se a exigir um novo Estado de Bem Estar Social.

Apesar de recorrer à Scholz (2019), esta tese também permanece sexualmente neutra e não tematiza, por exemplo, o racismo no contexto do “boom” imobiliário na época dos governos petistas. Faltou desenvolver, portanto, que as “consequências brutais e bárbaras (Ibidem, p. 120)”, apontadas pelas pesquisas na forma de uma acumulação por espoliação, são o resultado não só do desmoronamento da valorização do valor como forma de socialização, mas sim do “patriarcado capitalista”, que é o valor-dissociação em processo e crise. É importante enfatizar que as revoluções tecnológicas do final do fordismo, que tornaram o trabalho abstrato obsoleto, acirraram a violência contra os trabalhadores progressivamente supérfluos e também asselvajaram a violência patriarcal sobre as mulheres e as diferenças (Ibidem, 118-9; 120, 140). De acordo com Kurz (2005), na crise da terceira revolução industrial, a lógica da esfera econômica empresarial intensifica a sua dominação sobre as outras esferas da reprodução e as mulheres:

Por um lado, na penúria da crise de acumulação e financeira, a lógica do espaço funcional da economia empresarial [...] vai-se impondo a todas as esferas dele derivadas da reprodução social: a política, a cultura, a saúde, a educação, etc. perdem a sua própria lógica e são tratadas segundo os critérios de funcionalidade próprios da economia empresarial, ou seja, são submetidos directamente à lógica do trabalho abstracto, o que até à data apenas acontecia indirectamente e em formas derivadas. Por outro lado, esta expansão da lógica funcional da economia empresarial para além do seu espaço próprio e específico não pode sustentar a crise, e muito menos pode substituir as actividades reprodutivas dissociadas como “femininas”: “Em vez disso ocorre um asselvajamento do patriarcado produtor de mercadorias, em que este se solta das suas amarras institucionais” (Roswitha Scholz, O sexo do capitalismo). A dissolução da família tradicional e o dismantelamento das estruturas do estado social

não deixam a dissociação de conotação sexual sem objecto, mas antes a agravam (KURZ, 2005, p. 30).

A (re)produção do espaço abrindo fronteiras por meio da acumulação por espoliação e, abarcando o seu sentido, as colonizações “efetivamente observáveis”, degradando ainda mais as condições de vida, precisam ser entendidas nesse contexto “de um processo orientado, que em breve chegará ao fim (SCHOLZ, 2019, p. 140)”, pois se pensados como “essência e lei fundamental (a-histórica) do capitalismo (Ibidem, p. 140)” “os *teoremas* da colonização e as hipóteses sobre as possibilidades infinitas de acumulação induzem ao erro (Ibidem, p. 127)”. De acordo com Carlos Toledo (2019), o problema não estaria em ver no avanço das atuais fronteiras aspectos que lembram a violência política e econômica que estiveram amalgamadas no processo colonial na época da acumulação primitiva, mas é necessário ter em consideração que o movimento de fronteira tem natureza e sentido distintos a depender do momento da reprodução do capital, não coincidindo, por exemplo, aquele da constituição e imposição do capitalismo com o da formação do Estado nacional brasileiro e deste com o do colapso da modernidade. O mover das fronteiras de hoje já não basta para absorver a população excedente e conter a superacumulação global.

No contexto do neoliberalismo e da dominação financeira ou da globalização, a expansão do capital internacional e financeiro por sobre regiões e países, de maneiras empiricamente diferentes, não pode criar ilimitadamente novas fronteiras que funcionem como um exterior a ser dominado e colonizado (SCHOLZ, 2019, p. 125-6) à maneira de uma história permanente de acumulação primitiva global e de extração infinita de mais-valia. O mesmo vale para a ideia de (re)criação de novas configurações do processo global de acumulação.

Mesmo sendo o novo capitalismo do mercado financeiro com as suas especificações dominante na orientação, tem de ser sublinhado ainda assim que ele não constitui nenhum novo regime, no sentido de “regime de acumulação”, ou seja, não constitui nenhum novo modelo que represente um novo ciclo de valorização, no sentido de um capitalismo que permaneça eterno; pelo contrário, o capitalismo do mercado financeiro anuncia o fim do capitalismo. Nele se mostra justamente a “dessubstanciação do capital” e a “desvalorização do valor”, e justamente em relação ao capitalismo como um todo, que não pode ser explicado a partir da natureza das modificações interempresariais (SCHOLZ, 2019, p. 125).

Isso levaria a pensar algo como uma mudança no fetiche em relação àquele fetiche mencionado nas pesquisas envolvendo o capital portador de juros e o capital fictício. Quando a ideia de fetiche surge nesses textos se refere à multiplicação monetária que oculta a real exploração do trabalho do processo produtivo ou às operações momentaneamente independentes dessa substância, de onde podem surgir as bolhas e as crises, mas não há qualquer sinal de que esse fetiche poderia estar ocultando também um processo de reprodução do capital que é cada vez mais formal e menos substancial. Nessa direção, não haveria mais uma exploração do trabalho ou extração de renda capaz de engendrar novos processos de

acumulação, ao invés disso, como já tratado, a financeirização, o crédito, os déficits nacionais e o capital fictício ocuparam o lugar daquele crescimento que não pode mais voltar, pois já expressam a “lógica da contradição em processo quando alcança seu ‘limite interno’ (SCHOLZ, 2019, p. 142)”.

Paradoxalmente, esse mesmo fetiche que criou a ilusão de crescimento com perspectiva de progresso, um possível vir a ser de um Estado de bem estar social onde nunca antes existiu, faz crer que as finanças e o capital fictício são os principais culpados pelas crises, pela transformação da atuação estatal e, por conseguinte, da transferência do fundo público para fins privados e pelas tragédias sociais. Dessa perspectiva, o acirramento provocado pela lógica financeirizada diz respeito ao aumento do poder e da capacidade destrutiva das personificações desse capital sobre o urbano e a vida dos sujeitos. Tal aumento “coloca novos desafios à luta pelo direito à cidade, ou seja, para que a paisagem urbana responda a critérios não mercantis, universais, no campo dos direitos sociais (FIX, 2011, p. 5)”;

ou ainda, a ação dessas classes dominantes rejeita “outras possibilidades de políticas de promoção do acesso à moradia [...] como a habitação pública e a locação social, largamente experimentadas na Europa, durante o estado do bem-estar social (Ibidem, p. 23-4)”.

Para conter os efeitos perversos da atual etapa do capital e suas contradições, transparece naqueles textos um apelo regulacionista, não distante da crítica apenas ao lado abstrato da modernidade, que Postone apontou como sendo uma crítica truncada. As finanças, junto com as classes que as representam, deveriam ser controladas e servir diretamente ao aumento da produção e do consumo, impedindo a especulação e a transferência de renda entre as classes sociais e do setor produtivo, no intuito de conter as irracionalidades provocadas pelo capital fictício, o rentismo, o aumento da concentração de renda e o sufocamento do setor produtivo. O mercado privado também deveria ser cerceado e rebaixado para atuar fora do escopo do fundo público e do aparelho estatal, que precisam ser destinados exclusivamente para reduzir a desigualdade social.

Ao não considerarem as contradições disruptivas que limitam o estado de bem estar social, as pesquisas do segundo capítulo têm como projeto político o “tratamento da contradição (KURZ)” pelo Estado e seu fundo público, que devem reorientar, em um crivo popular e democrático, a produção e a habitação ainda no registro do valor e da mercadoria. Atenuada a exploração, o controle sobre o trabalho e a afeição por lucro e renda, o planejamento da cidade e o projeto da habitação nas mãos de uma racionalidade independente da esfera pública poderiam atender no interior das categorias do capital as necessidades sensíveis das famílias, não questionadas em seu caráter fetichista.

Partindo do pressuposto de um limite intransponível à valorização do valor, talvez os argumentos em torno da centralidade que adquirem a propriedade e a renda da terra – impostas e generalizadas pela propriedade privada como única forma de habitar, junto aos processos de expropriação e concentração –, bem como o capital financeiro (e fictício) e os juros – derivados da financeirização –, sugando mais-valia social mediante a espoliação e as apostas especulativas no futuro em novas fronteiras, façam jus à crítica de Marx (1988) ao entendimento corriqueiro das personificações das relações capitalistas acerca dos seus rendimentos e das suas fontes. Para os “agentes presos” nas relações de produção e os intérpretes atentos apenas às “manifestações alienadas (Ibidem, p. 253)” dos fenômenos, a tríade capital – juro (e lucro), terra – renda fundiária e trabalho – salário não é compreendida como uma forma social historicamente determinada, possuidora de um nexos comum cujos frutos são o resultado da exploração do trabalho. Mas esse não é o caso das reflexões do segundo capítulo, o que se verifica nas pesquisas e que guarda algo em comum com a crítica de Marx à trindade burguesa é a ausência de ligação entre a “essência das coisas”, que compreendo, a partir dos autores citados, ter mudado no último quarto do século XX, e as suas manifestações, tão bem apresentadas por elas. Ao se voltarem apenas à “substância material (Ibidem, p. 254, 258)” social, posta em movimento via acumulação por espoliação e representadas, por exemplo, na miríade de mercadorias, processos produtivos e trabalhadores sendo explorados, as autoras abstraem a queda global na produção de valor mundial. Cabe ressaltar que a obsolescência do trabalho é acompanhada, portanto, de um “crescimento extraordinário da riqueza material no clímax do capitalismo (SCHOLZ, 2019, p. 149)”. Esse procedimento de interpretação parece com aquele que Marx, olhando para a independentização das categorias, chama de ossificação - ou separação - da forma em relação à exploração do trabalho ou da mais-valia, sua substância e essência, embora nesse caso seja o de uma ossificação das formas cindidas do seu processo de dessubstancialização. As categorias capital, terra, trabalho e seus rendimentos continuam a autonomizar-se mesmo sem substância valor, determinadas pelo fetichismo da esfera financeira, e o caráter “místico” das relações sociais e o seu “mundo encantado e distorcido” (MARX, 1988, p. 262) ainda se reproduzem como objetividade social de uma totalidade social em colapso. Mas como na forma de consciência dos sujeitos há uma identidade entre as massas de mercadorias e valor, “[...] nem lhes pode ocorrer que a objectualidade material pudesse deixar de ser uma objectualidade do valor em termos sérios, ou seja, que à massa crescente de produtos correspondesse uma massa do valor minguante que acabaria por desaparecer de fato (KURZ, 2014, p. 229)”.

Se o lucro/juro, a renda e o salário passam a funcionar mediadas por essa determinação fictícia, o que dizer da valorização do valor na produção do espaço? Em minha dissertação de mestrado (2011), procurei entender o empreendedorismo urbano³⁷⁸ (HARVEY, 2005), a requalificação dos centros urbanos e a ascensão da competição mundial de cidades por capitais a serem investidos em seus novos negócios – terra, imóveis, turismo, museus, shows, operações urbanas, requalificações, serviços de gestão e comunicação, hotéis, etc. -, em geral, sendo a resposta de muitas localidades à desindustrialização e às transformações nas suas economias, como expressão da crise dos capitais que já não podiam se valorizar nos setores tradicionais devido à queda nas taxas de lucro do capital global. A pesquisa partiu da “Operação Urbana Nova Luz” no centro de São Paulo dos anos 2000 – posteriormente abandonada –, que deveria combinar o desenvolvimento de um setor terciário de tecnologia e comunicação, enormes investimentos culturais e empreendimentos imobiliários por toda a região, e propôs que a produção de cidades voltadas para os serviços e a valorização imobiliária não poderiam se conformar como uma contratendência à queda na produção social de valor. A dissertação questionava então se a futura produção do espaço na “Nova Luz” constituiria uma nova fronteira de acumulação e buscou inverter a sua determinação, entendendo que a ascensão do urbano nas chamadas, por muitos pesquisadores, “máquinas de produzir riquezas” ou “máquinas de crescimento urbano³⁷⁹” já eram o resultado da crise do trabalho, por isso, me referi na ocasião como “máquinas urbana de produção de riqueza fictícia” em relação às suas categorias de lucro/juro, renda e trabalho.

Em sua tese sobre o setor sucroenergético, Pitta (2016) se apropria da categoria de produção do espaço para levar a cabo a sua crítica às determinações abstratas contraditórias e em crise do capital. Tendo em mente a dessubstancialização das categorias dos rendimentos capitalistas³⁸⁰, ao refletir tensionando a particularidade da agroindústria canavieira na relação

³⁷⁸ “Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro (HARVEY, 2005, p. 230)”.

³⁷⁹ “Eis o que frequentemente são máquinas de crescimento urbano em todas as partes: a orquestração da dinâmica do processo de investimento e a provisão de investimentos públicos chave, no lugar e tempo certos, para fomentar o êxito na competição interurbana e inter-regional (HARVEY, 2005, p. 231)”.

³⁸⁰ Pitta (2016), olhando para a expansão da agroindústria canavieira desde os anos 1970, se perguntava em sua pesquisa de doutorado sobre a capacidade explicativa da renda da terra em um contexto de determinação da sua produção e expansão mediante as dívidas e os subsídios estatais, em um primeiro momento mediante a dívida pública nacional e, posteriormente, via a negociação de títulos de propriedade nos mercados financeiros e negócios com índices de derivativos, que inflacionavam os preços das commodities e permitiam maiores e novas alavancagens. O aprofundamento da modernização da agricultura do país como desenvolvimento das forças produtivas significava e significa dispensa de trabalho, contradição que, quando observada do ponto de vista do capital como totalidade social, corresponde à crise do trabalho no processo de valorização do valor, ainda que

com o processo de valorização em crise e a “[...] impossibilidade de, com os conceitos canônicos, conseguir dar conta do movimento do capital em sua espacialização no atual momento de reprodução fictícia do mesmo [...]”, ele formula “[...] algo como uma ‘produção fictícia do espaço’ ou uma ‘reprodução fictícia da produção do espaço’ [...]” para dar “[...] um pouco mais de sentido do que estamos tentando formular acerca das determinações críticas do capital fictício para o processo em questão (2016, nota da p. 201)”. A sua sugestão crítica é de que a

“determinação fictícia da espacialização [...] repõe o fetichismo de capital e trabalho [...] Parece, assim, que a continuidade de tais práticas, como a ‘expropriação’, e a ‘monopolização do território’ ocorrem já autonomizadamente em relação à sua capacidade de valorizar o valor, mas relacionadas às determinações críticas da reprodução capitalista ficcionalizada (2016, p. 251).

Assume-se, portanto, que a ideia de uma (re)produção fictícia do espaço e dos seus rendimentos torna possível pensar a existência das constantes reconfigurações espaciais e das fronteiras no limite do processo de valorização, mas ainda falta tratar da natureza do lado qualitativo, concreto ou material dessa produção, que em muitas abordagens marxistas são tomadas positivamente como objeto/aspecto a ser apropriado pela classe trabalhadora em um Estado Social democrata ou socialista, de sorte que a realização positiva do trabalhador se daria em um contexto industrial e por meio da “enorme coleção de mercadorias”. Desde Marx, porém, que o abstrato e o concreto da forma da mercadoria, produto do trabalho abstrato e concreto, formam um par fetichista indissociável e único, ou seja, que na realidade e no seu funcionamento esses pares dialéticos são uma mesma coisa apenas separada analiticamente na

muitas vezes acompanhada da superexploração dos trabalhadores e de processos de expropriação entendidos por alguns autores como de acumulação primitiva. Para o autor, o crescimento de muitos desses capitais desde então foi ficcionalizada, isto é, “[...] a necessidade de se iniciar uma produção de mercadorias para acessar mais capital fictício a fim de se reproduzir criticamente já estava posta para aquele momento (PITTA, 2016, p. 237)”, como demonstraram as falências, recuperações e fusões com a crise das dívidas e a moratória dos anos 1980 e, mais tarde, com o fim do ciclo de capital fictício, que inflava os títulos de propriedade e garantia mercado para as dívidas securitizadas, e do fomento estatal no século XXI. O aumento em intensidade e extensão dessa agroindústria, por todo esse período, não foi capaz de gerar valor o suficiente para corresponder ao lucro médio mais o sobrelucro da renda da terra para o capital monetário circulante como portador de juros e em apostas com derivativos. A renda da terra autonomizou-se da valorização do valor passando a funcionar e a repor o fetichismo de riqueza através da mediação com o capital fictício. Ao observar o comércio de terras propriamente dito e seus preços sem relação com a produção das mercadorias agrícolas, ou seja, autonomizadas da valorização e mesmo daquele impulso ficcionalizado afirma que “a categoria de renda da terra se realiza, aqui, em sua negatividade, como ponto de chegada de seu processo histórico de formação (com a formação da terra como mercadoria a ser comercializada em um mercado nacional de terras) e crise (2016, p. 257)”. A impossibilidade de muitas empresas continuarem a se reproduzir sem as formas de endividamento, os amplos incentivos estatais e os preços em elevação evidencia que os capitais diretamente envolvidos na produção são improdutivos. Os ganhos de produtividade com o aumento da composição orgânica e a abertura de novas fronteiras à exploração do trabalho com a produção do álcool e do açúcar não puderam remunerar substancialmente os capitais através das categorias de lucro e renda, nem os capitais ociosos que investiam indiretamente no setor via derivativos. Com o acirramento da crise após 2011, quando o setor se depara com a queda nos preços e a incapacidade de rolar dívidas com novas dívidas, não é mais possível cobrir sequer os seus preços de produção com os preços de mercado, portanto, esvaziam-se inclusive nominalmente as categorias de lucro, renda e juros.

teoria, de modo que o sujeito automático, através da ação das personificações do capital, cria todo o mundo material, a forma de produzi-lo e as necessidades sociais que lhe são próprios ao buscar a sua valorização. Nessa direção, apesar das pesquisas do segundo capítulo criticarem desde a exploração do canteiro de obras, passando pelo desenho dos empreendimentos, a forma da produção, seus sistemas técnicos e o resultado na unidade habitacional, que, para dizer o mínimo, não guarda relação com as necessidades por moradia das famílias, falta uma crítica imanente da produção, do valor de uso, do conjunto das necessidades da habitabilidade - referência normativa para o ideal de morar, tais como habitações bem inseridas no tecido urbano, com infraestrutura, serviços, transportes, heterogeneidade social, empregos próximos, etc. – e da realização desses pressupostos na forma democrática e popular pelo fundo público.

No trecho já citado no capítulo anterior dos Grundrisse, Marx apresentou as máquinas, o aparato técnico, o seu movimento, o modo de configuração material da produção, os materiais com os quais são fabricados a maquinaria, a sua eficácia e a ciência social que lhe serve como formas adequadas e postas pelo capital, “para o qual só existe o valor como fim em si mesmo (p. 926)”. A face material da produção e da sociedade, nos termos de Postone (2014), não guarda nenhum momento externo ou neutro em relação ao capital, pois “[...] está indissociavelmente relacionada às relações sociais básicas da sociedade e é por elas modelada (p. 31)”.

A abordagem de Pitta (2016) por meio da categoria de produção (fictícia) do espaço também visa criticar as reflexões que, segundo ele, hipostasiam o lado material e concreto das coisas, além daquelas que propõem realizar uma identidade do homem com os resultados do seu trabalho, incluindo o próprio espaço. Considerando que o espaço é “expressão real ou concreta daquelas determinações abstratas e não pode ser considerado como contendo propriedades em si que dados estatísticos abstratos ou representações gráficas ou cartográficas possam a estas supostas propriedades se identificar positivamente”, essa categoria deve auxiliar na compreensão negativa da sua própria produção e das mercadorias (e utilidades) em geral; a produção do espaço e de mercadorias “[...] já carrega a negatividade da autonomização de suas formas concretas de produção como dominação abstrata e crítica (2016, p. 198)”. Em uma de suas elaborações na tese, o autor critica as abordagens marxistas, que inclusive se aproximam das leituras do contexto neodesenvolvimentista e da construção habitacional no país apresentadas no segundo capítulo, nas quais não há uma formulação para a superação das relações sociais de produção capitalistas e a contradição entre o concreto e o abstrato acaba em uma antinomia, pois essa teoria separa “uma forma positiva da acumulação capitalista de outra negativa, que deveria ser ‘controlada’ (2016, p. 46)”. Rompida a contradição, deseja-se intervir

na negatividade abstrata que tende ao descolamento do lado concreto hipostasiado e positivado. A dialética serve assim, afirma Pitta, como método de entendimento para compreender o desenvolvimento lógico e histórico do capital e intervir na realidade capitalista para efetuar um “tratamento antinômico” das contradições e autonomizações, uma forma de conhecimento positivo que “pensa poder conceber manipulações do planejamento econômico mais corretas do que as demais, já que compreenderia no âmago a natureza dos processos sociais por meio de sua dialética como método de interpretação e julgamento do real para a identificação de quais são seus problemas (2016, p. 62)”. Partindo de uma concepção de trabalho e das materialidades/utilidades como próprias do humano em geral, pretende realizar a identidade interrompida pelo capital e idealizada do homem trabalhador com os seus objetos. A crítica não visa a mediação social por mercadorias e o trabalho como “cerne desta forma de sociabilidade”, mas reformular a relação sujeito-objeto para estabelecer outra relação com as coisas (p. 290-1). Tomado os meios de produção, o trabalhador “[...] faria o valor de uso submeter o valor às suas supostas ‘verdadeiras necessidades’ e controlaria o processo social, como dialética positiva, realização do homem nas coisas³⁸¹ (p. 291)”. Nessa direção, a “[...] lógica identitária [...]” desse tipo de entendimento acredita que

[...] o movimento de desdobramento contraditório da forma mercadoria pode ser apreendido epistemologicamente de forma correta, permitindo assim que seja manipulável pela ação racional e consciente de um sujeito trabalhador do planejamento (talvez ele mesmo), o qual passaria a ser o verdadeiro sujeito da sociabilidade capitalista, então hipostasiada para o futuro (PITTA, 2016, p. 131).

De acordo com Alfredo (2009), essa cisão entre o abstrato e o concreto das categorias modernas é parte do processo de formação e consolidação da Geografia enquanto ciência. A justificação desse campo do saber por meio da categoria de espaço fundamentou-o, até em sua perspectiva crítica, apenas sob o aspecto material, concreto e físico, deixando de lado que a “[...] sociabilidade determinada pelos processos de abstração, [...] teria efetivado uma realidade não só concreta, nem só abstrata, mas posta na contradição fetichista entre o concreto e o abstrato (p. 383)”; o espaço era apreendido, no máximo, como veículo das abstrações. O apego à noção tão só físico-material do espaço e a não tematização das determinações sociais que não estão apenas nos fenômenos, mas também na consciência e na concepção dos mesmos, impede de refletir sobre a “[...] conformação de uma totalidade que é e não é, portanto, concreta (p. 385)”. No seu percurso histórico como ciência, a Geografia acabou por tomar as formas de manifestação da contradição do valor em processo de valorização como se fosse aquela essência

³⁸¹ “Em certo sentido, a mediação social por meio das coisas, ao ser reproduzida como idealidade [...] reproduziria, hipostasiando, a aparente relação de identidade sujeito – objeto (mesmo como dialética positiva), o que repõe a concorrência, a propriedade privada, a concentração dos meios de produção e a exploração da substância do trabalho como finalidade tautológica e crítica (PITTA, 2016, p. 291-2)”.

e, por isso, apenas descreveu-as, ao mesmo tempo, ao não explicitar a negatividade do seu objeto, recaiu em uma crítica externa e moral sobre a sociedade. A sobre-determinação do espaço enquanto materialidade sem contradição no interior desse pensamento levou a Geografia à positivar as categorias determinadas historicamente. É o caso das técnicas para algumas vertentes da geografia, pois, à medida em que é entendida como uma categoria neutra, ao invés de ser tomada como na leitura de Marx sobre as forças produtivas, cujo sentido é o seu desenvolvimento constante que entra em contradição com esse próprio fim, pode ser objeto de finalidades boas ou ruins a depender da sociedade ou sujeito.

“Uma compreensão espacial e urbana fundamentada no ideário de fixo e fluxo, por exemplo, incorpora uma terminologia marxiana (fixo e fluido), aliás, sem reconhecer a crítica fisiocrática que Marx tecia a uma economia política que não observava as determinações metafísicas do social [...] O real visto materialmente, donde o espaço em sua materialidade estritamente concreta é uma de suas versões, levaria a uma afirmação das categorias próprias da modernização evitando compreender o movimento como forma de negatividade (2009, p. 390, grifo do autor)”.

Ainda na Geografia, Harvey em “Os Limites do Capital” reconhece a determinação do valor por sobre os valores de uso, as técnicas, o capital fixo e o espaço, mas como ele parte de um conceito de trabalho e da sua lógica subjacente como próprias de uma história humana em evolução, essas categorias são entendidas, por um lado, como parte da totalidade do capital e, por outro, como momento dessa história da humanidade que, por isso, devem ultrapassar o capitalismo. A ruptura de modos de vida e práticas sociais que representa a formação da modernidade seguida do movimento do capital sobre seus próprios pés não teria sido suficiente para invalidar esses conceitos e torna-los anacrônicos, pois existiriam, nos termos de Harvey, em cada período sob uma forma e determinação social específicas, ainda que em sociedades completamente diferentes entre si.

Afora a falta de historicidade dessas categorias, Harvey, por exemplo, ao abordar o capital fixo e o ambiente construído deixa claro que ambos são inseparáveis do aspecto temporal, determinado pela taxa de juros, e espacial, que é a própria materialidade construída entre crises e acumulação, do capital. Além do mais, são parte da subsunção real ao capital e devem obedecer ao aumento do desenvolvimento das forças produtivas. Os seus desempenhos, que envolvem todos os aspectos da sua qualidade e funcionamento, devem estar adequados aos últimos desenvolvimentos da produtividade ou serão desvalorizados e destruídos. O tempo de rotação a que devem corresponder é delimitado pela taxa de juros do momento. No caso do ambiente construído, a função e a forma devem estar entrelaçadas com toda complexidade da estrutura espacial para cumprir o seu papel na acumulação de capital. Daqui dá para extrair a ideia de que há uma produção de um valor de uso abstrato no ambiente construído, uma vez que todo esse espaço está inserido no que ele chamou de “complexo, composto e ordenado”. A

determinação fundamental do capital fictício para a produção das configurações espaciais faz com que essa última seja a materialização do potencial de acumulação, destruição e catástrofe do capital. A competição, a busca por diferenciais de lucratividade e a necessidade de criar espaços para absorver excedentes – o ajuste espacial - são outros elementos da teoria de Harvey que ajuda a pensar que uso, qualidade e materialidade têm existência e determinação pelo processo de acumulação de capital.

Para Kurz, que concorda com essa ideia de uma materialidade da catástrofe e vai além na sua crítica às categorias, toda essa objetividade e os seus resultados devem ser compreendidos em sendo parte das relações sociais que “[...] se autonomizaram face aos indivíduos sociais num contexto literalmente material e objectivado que, por isso, também está sujeito a uma cega dinâmica própria de lei pseudonatural (KURZ, 2014, p. 32)”. A irracionalidade, portanto, não está no modo como os sujeitos manipulam a produção e constroem as cidades, mas é imanente à produção, construção e seus valores de uso, sendo que as tragédias, o sofrimento e as catástrofes daí resultantes devem gerar o “[...] impulso crítico negativo [...]” como “[...] a condição de possibilidade do conhecimento³⁸² [...] (KURZ, 2014, p. 32)” da produção do espaço.

De acordo com Kurz, na sociabilidade determinada pelo valor não há qualquer instituição representativa ou organização de classe que possa “determinar o conteúdo objetivo da produção conscientemente e segundo critérios de sensibilidade às necessidades (2005, p. 34)”. Desde o início, o conteúdo dessas necessidades sociais está vinculado à critérios abstratos, pautados pela rentabilidade e a solvabilidade do consumidor. A falta de moradias de grande parte da população de baixa renda, por exemplo, tomou a forma do incansavelmente repetido déficit habitacional, uma medida meramente quantitativa realizada por um instituto de pesquisa sem qualquer vínculo com as múltiplas realidades e diferentes famílias, por exemplo, posteriormente transformado em meta econômica e política por meio de uma enxurrada de crédito para ser atendido como necessidade social. Quando o mercado consumidor se torna incapaz de pagar, sobram de um lado moradias vazias e de outro pessoas sem terem onde morar. Essa “abstração do conteúdo das necessidades” refere-se igualmente ao ponto de vista “da utilidade concreta, material ou imaterial” “no sentido [...] de uma objectividade da necessidade (Ibidem, p. 34)”, pois como se viu são fartos os exemplos de bairros inteiros homogêneos replicados a nível nacional sem importar a necessidade local. Assim sendo, a indiferença do conteúdo material da produção - a produção capitalista é indiferente ao que é produzido “sejam

³⁸² No livro “O Dinheiro Sem Valor”, esses trechos fazem parte da crítica de Kurz à naturalização da categoria dinheiro.

maçãs ou componentes para bombas nucleares (Ibidem, p. 34)” - e do produto final, apontadas por Kurz, ficam explícitas quando as pesquisas demonstram que a produtividade e a hiper gestão na construção funcionam como qualquer outra produção, focadas que estão no aumento da lucratividade, ainda que para isso recorra-se ao trabalho escravo, ao passo que o valor de uso das moradias para as diversas famílias não permite que os seus móveis mais básicos sequer caibam nas casas, muitas vezes construídas em quase total isolamento dos serviços e comércios essenciais; em algumas situações as habitações caem aos pedaços sem antes terem sido usadas. No limite, as próprias “estruturas das necessidades sociais” pelo lado das pessoas, ou melhor, da demanda estão submetidas à “moldagem” prévia e vão sendo criadas a reboque da produção e seu fim em si, por isso muitas dessas necessidades terem um caráter destrutivo social e ecologicamente (Ibidem, p. 34).

É importante ressaltar então que precede à mercadoria final o processo de produção que, independentemente de qual matéria transforma, vale apenas enquanto produção de valor, isso significa que a “forma concreta do processo de produção” e os seus resultados também passam pela abstração (KURZ, 2005, p. 27). “O fantasmático da objectividade do valor já se encontra no processo da sua produção (Ibidem, p. 27)”, de sorte que a “transformação determinada em termos materiais e sensíveis da matéria” é “essencialmente [...] constituição de valor com a finalidade da valorização (Ibidem, p. 27)”. Disso decorre que “os critérios operacionais e o regulamento econômico empresarial são abstratos e universais, completamente independentes do conteúdo concreto da produção (Ibidem, p. 27)”. O fracasso ou não de todos aqueles lançamentos projetados por sobre os bancos de terras e pressionados pelos capitais fictícios tinham também em comum, em todo o território nacional e segmentos de consumo, complexos cálculos para atingir certas margens de rentabilidade e em comparação com outras operações financeiras para formatar os empreendimentos. As constantes inovações contábeis, operacionais e de prestação de contas para os acionistas e analistas do sistema financeiro buscavam cada vez mais homogeneizar os procedimentos. O espaço onde decorre a produção, ou no caso deste estudo, o canteiro de obras da construção habitacional, “aparentemente” um lugar “funcional perfeitamente inocente”, não é só um local material, mas é também um espaço social, determinado essencialmente pela sua “função social” como “espaço da valorização do valor, daí é que decorre a sua forma material, e não ao contrário”. Esse espaço, abstraído “de todas as outras realizações da vida e necessidades exteriores à determinação econômica” é uma “parte integrante da abstração real” (Ibidem, p. 27), isto é, o “espaço funcional da economia empresarial (Ibidem, p. 28)” é o resultado de um longo processo de desvinculação “de todo o processo da vida (Ibidem, p. 27)”, que se dá no decorrer da formação da modernidade

dissolvendo todas as outras relações sociais em que nem sequer existia uma economia, muito menos uma esfera como essa apartada das demais relações e determinante de um todo; “um espaço social fantasmático, para lá de toda e qualquer sociabilidade (Ibidem, p. 28)”.

Deve ficar claro, portanto, que a determinação da abstração não advém apenas do mercado por sobre os objetos produzidos em suposta neutralidade, de modo que de nada adianta a sua simples regulação e controle. O “verdadeiro pressuposto (2014, p. 155)” é “[...] a socialidade enquanto totalidade negativa e objectiva”, que “constitui o apriorismo transcendental tanto da produção como do mercado, ou seja, é categorialmente pressuposta, para de algum modo poder dividir-se funcionalmente nestas duas esferas (p. 156)”. Esse “processo global” do “fetiche do capital” socializa “os produtores privados ou capitais individuais [...] ‘por detrás das suas costas’. Eles, como actores reais, apenas podem consumir pelo mercado, a posteriori, o que objectivamente já existe a priori, a saber, a mediação universal, a dependência mútua e a partilha de funções profundamente escalonada da reprodução social (KURZ, 2014, p. 155)”. “A produção individual constitui já a priori uma parte da produção global capitalista (2014, p. 160)” e o seu “produto individual” é “[...] sim, ‘objectualidade do valor’ enquanto carácter de mercadoria, precisamente porque já a priori é um componente de um todo social comum (2014, p. 170)”. Os resultados das relações empíricas entre os sujeitos determinadas “pelo carácter social da mercadoria (2014, p. 156)” assumem, por conseguinte, a forma material – infraestruturas, produções parcelares, subcontratações, etc. – de um “complexo global apriorístico (2014, p. 155)”, que se antepõe à reprodução social. A formação e o funcionamento desse “complexo global material apriorístico” não mantêm qualquer “relação directa entre necessidades e o aproveitamento dos recursos”, pois trata-se “[...] do ‘ciclo’ tautológico do fetiche do capital, mais concretamente sob a forma do capital global. A satisfação das necessidades é, no melhor dos casos, um mero subproduto ou ‘efeito colateral’ e não a finalidade, pelo que também não é obrigatória, mas antes carregada de restrições e até fastidiosa (2014, p. 157)”.

Do lado do trabalhador, Kurz entende que “As pessoas não ‘decidem’ sobre a forma social específica dos seus trabalhos nem antes, nem depois de os efectuarem; ela já lhes é cegamente pressuposta como forma historicamente constituída da sua vontade e da sua acção, mesmo antes de começarem a ‘trabalhar’ (2014, p. 156-7)”. Essas pessoas, cujo “dispêndio individual de trabalho constitui uma parte do ‘trabalho global’ (2014, p. 160)” e suas ações concretas e técnicas são ao mesmo tempo abstrações sociais a reaparecer nas “objetualidades de valor (2014)” no mercado, devem agir no interior do processo produtivo como “máquina de combustão social” sem poder intervir no conteúdo da produção, na organização e no ambiente

do processo de produção ou mesmo utilizar os meios de produção para fins pessoais ou alheios à valorização, pois trata-se de um espaço-tempo alienado (KURZ, 2005, p. 32).

No espaço-tempo abstracto da economia empresarial ocorre, de um modo paradoxal, um processo de abstracção tripla, real e prático. Embora sejam eles próprios que "trabalham", os sujeitos funcionais têm de começar por abstrair de si mesmos, de certo modo têm de se apagar a si mesmos como seres humanos, para obedecer aos imperativos do trabalho abstracto (KURZ, 2005, p. 32).

Em segundo lugar, os sujeitos funcionais do trabalho abstracto também têm de abstrair uns dos outros na prática, embora ao mesmo tempo tenham de cooperar uns com os outros no processo de produção concreto. No entanto, como Marx o descreveu muitas vezes, esta cooperação não lhes pertence, não é pessoal, e mais uma vez não obedece meramente ao comando exterior do proprietário privado/capitalista como sujeito de vontade, mas é estruturada pelo espaço-tempo abstracto do próprio processo de valorização (Ibidem, p. 33).

Em terceiro lugar, por fim, as produtoras e produtores, sob a égide do espaço-tempo da economia empresarial, de certo modo também têm de abstrair dos objectos concretos, materiais da sua actividade, embora sejam estes que são moldados em sentido técnico pelo trabalho concreto. No entanto, no próprio processo de produção a sua actividade concreta afigura-se às produtoras e produtores apenas como uma combustão abstracta e indiferente da sua energia. Por conseguinte, a "matéria" a trabalhar tanto como a sua transformação concreta permanece-lhes essencialmente indiferente e estranha, já não se podem identificar com ela no espaço-tempo da economia empresarial, como o artesão pré-moderno ainda se podia identificar com o seu objecto (Ibidem, p. 33).

O resultado final do processo de produção e trabalho na forma de valores de uso, aqui no caso tratado na qualidade de casas e apartamentos, é “uma mera determinação da forma da própria objectividade do valor e da sua realização como valor de troca (KURZ, 2005, p. 33)”. Isso significa que “o valor de uso social dos produtos consiste em ‘representar’” a “mais-valia como fim-em-si processante e de seguida realiza-la na troca (Ibidem, p. 34)”; “[...] o produto é ‘válido’ apenas socialmente, como objecto de representação desta substância abstracta e ao mesmo tempo real, como objectualidade do valor (p. 2014, p. 183)”. Pode-se então retomar o fio da discussão do trabalho de linhas atrás e ver que o modo concreto do seu dispêndio, no qual tanto o sujeito que trabalha quanto toda a actividade são sujeitas às abstrações reais e práticas, se destina a um produto que é uma forma de “utilidade abstrata”, que nada tem a ver com “o ponto de vista das necessidades”, sendo “parte integrante da abstracção real moderna (Ibidem, p. 8)”. Olhando a partir de Kurz para o circuito produção de valores de uso – consumo de necessidades concretas, a sua ideia de “utilidade abstrata”, criada por um processo de “abstracção do conteúdo das necessidades”, para saciar necessidades sociais moldadas pelo fim em si da valorização do valor, dá elementos para apreender negativamente a produção por um hipotético novo Estado de bem estar social.

Torna-se relevante questionar então, se a produção capitalista de cidades e moradias durante o Estado providência, naqueles países onde o fundo público e a participação democrática desempenharam um papel primaz, pôde constituir um “ambiente construído” que

não fosse determinado pela objetividade social. Suspendendo o inescapável de que as necessidades sociais e os valores de uso são inextricáveis da valorização do valor, teriam sido as cidades e as moradias nessa época e lugares voltados às “reais necessidades” dos indivíduos? O fato de que foram em geral produções em massa para corresponder às necessidades da proletarianização total da sociedade já deixa entrever a funcionalidade das ações estatais. Caberia aqui desdobrar inúmeras questões envolvendo o planejamento urbano, a arquitetura, a tecnocracia e as suas versões nos países comunistas, contudo, pretendemos apenas assinalar a relevância da categoria de fetiche para compreender a produção e os valores de uso positivados e sem referência às abstrações destrutivas das quais são parte. Importa salientar também a impossibilidade do Estado-Nação brasileiro reeditar a situação daqueles países naquele momento histórico. Nas linhas abaixo, retomo a discussão sobre esses limites do Estado e da violência que o raciocínio em torno do Estado de Direito carrega consigo.

Sem ver a alteração qualitativa por trás dos fenômenos e considerando o aparato estatal e seu orçamento como potenciais protagonistas do desenvolvimento não se pode ter em conta os limites da categoria Estado-Nação, como já tratado. O Estado parece independente do seu polo co-constitutivo em crise e a valorização do valor surge apenas como encarnação no mercado, no setor financeiro e sua elite, por isso o apelo para que o primeiro regule as finanças e seja controlado de modo democrático e popular. Os ecos do marxismo tradicional, que vê o problema apenas em termos de mercado, exploração do trabalho, propriedade privada e dominação de classe, permitem a espera de que algo como um “modo social-democrata de produção” possa ser instalado onde quer que se façam os arranjos adequados por meio da vontade de classe. Cabe lembrar que Oliveira (1998), ao defender a socialização por meio de um controle autoconsciente das classes sobre o fundo público, entreviu sem querer a própria impossibilidade de reprodução dessa socialização, ou seja, as contradições a limitarem tal modo de existência do Estado.

Novamente é preciso retomar aqui a discussão sobre a possibilidade imanente de suspensão das regras formais de funcionamento da categoria de Estado, assim como da política e do direito para dar lugar ao estado de exceção. O tipo de idealização da social-democracia por Oliveira (1998), que acreditamos ser partilhado de certo modo pelas pesquisas em questão, ocultou de seus olhos os exemplos históricos do reverso desse tipo de estatalidade, que fugia ao planejamento e ao controle público e democrático, a saber, o Estado que suspende todo o “direito formal universal (KURZ, 2001b, p. 22)” e promove a guerra para dentro e para fora das suas fronteiras. Na época dos conflitos mundiais, nos mesmos países que anos mais tarde serviram de modelo para Oliveira escrever o seu livro no final do século XX, emergiu das

democracias europeias o estado de exceção “[...] como violência industrializada e burocratizada da ‘forma da vontade geral’ autonomizada contra o seu próprio material humano, numa compressão monstruosa (Ibidem, p. 21)”. Ficava “[...] óbvio que a estatalidade democrática já vem sempre grávida com o estado de exceção (Ibidem, p. 23)”. Na convergência da crise e das disputas interestatais, a suspensão dos direitos e da democracia, que chegou a reduzir as pessoas “a um pedaço de carne (Ibidem, p. 23)” matável e dispensável, não veio de alguma força externa, mas de dentro, dos fundamentos da normalidade jurídica.

Olhando para a história de constituição do capitalismo, Kurz afirma que o “novo sistema de regras nascente” – o capital - assenta-se desde a acumulação primitiva em um “estado de exceção (2011b, p. 21)”, “uma relação de força imediata” - com as armas de fogo da protomodernidade, por exemplo - que revolucionou as antigas relações, destruindo “as tradições, hábitos e normalidades” para submeter ao longo dos séculos “os seres humanos à lógica da ‘riqueza abstracta’ autonomizada (Ibidem, p. 20)”. Eis o fundamento fantasmagórico social e histórico do estado de exceção. Essa relação violenta permaneceu em processo durante toda a história de imposição do capital, reaparecendo em surtos violentos esporádicos durante a fase de industrialização até explicitar-se novamente na administração do colapso, fato observado pelas autoras citadas sob diferentes aspectos e interpretados por elas como acumulação por espoliação. Independentemente da forma que essa violência assume ao longo do processo de modernização ou da particularidade histórica e nacional do Leviatã – “metáfora para aquela ‘soberania’ primeiramente pensada como ilimitada (Ibidem, p. 20)” -, como monarca absoluto, ditadura do proletariado ou representação democrática, o “Essencial aqui é uma relação de força imediata, como núcleo que pode manter-se latente, permanecer escondido ou surgir como metamorfose na forma jurídica, mas constituindo sempre o pano de fundo ou fundamento da relação social [...] (Ibidem, p. 20)”.

A “violência anômica” é “o verdadeiro fundamento do Estado de direito, dos direitos civis e da democracia”, bem como a consequência da normalidade jurídica e do Estado de Direito (KURZ, 2011b, p. 27). A suspensão das regras formais no estado de exceção demonstra, factualmente, “que a legalidade formal não tem origem em qualquer legitimidade, mas sim na pura força decisionista do caso limite indeterminado, em que se pode reverter de novo a qualquer momento. O direito formal universal deriva apenas do reconhecimento fáctico desta autoridade da força “vinda do nada” como um “milagre” e do medo das suas armas (Ibidem, p. 22)”. Essa coação, não atenuada “por qualquer condição pessoal ou social, que passa ao lado das necessidades sensíveis humanas elementares e deve afirmar-se mesmo contra elas (Ibidem, p. 21)”, chega a ser executada desenfreada e ilimitadamente porque é a própria “irracionalidade

da máquina social de fim em si, que se constitui e reconstitui sucessivamente na irracionalidade da força directa anômica (Ibidem, p. 23)”.

Tal como o “sujeito automático” constitui um processo cego através de acções de vontade humana pré-formadas, que não pode efectuar qualquer auto-reflexão teórica, também a “decisão” política reage cegamente e sem reflexão conceptual à crise; trata-se apenas de espalhar o medo anômico que impede que alguém pretenda desligar-se da ordem que o persegue e do seu nomos [...] (KURZ, 2011b, p. 27)

Aquela social-democracia, estabelecida como parâmetro e horizonte da crítica nos textos citados, se realizou em muitos países através da ascensão ao poder dos partidos políticos ligados à causa dos trabalhadores. Segundo Kurz (2011b), a prova da maturidade política desses governos de esquerda veio quando não só governou “sob condições de normalidade capitalista e de certa maneira de democracia do bom tempo”, mas foi capaz de recorrer na crise, em nome “dos direitos civis e do direito em geral”, às medidas de exceção, “com restrições duras e duríssimas contra as necessidades vitais, com medidas coercivas e repressão directa do aparelho de Estado contra o material humano (Ibidem, p. 26)”. De um partido ao outro, “trata-se de diferentes medidas e modos de proceder no mesmo contexto formal que transforma em irmãos inimigos os potenciais executores (Ibidem, p. 27)”. Abstraindo dessa “prova de maturidade política” da social-democracia, inscrita desde o âmago dos partidos que almejam governar, Oliveira (1998) teorizou de modo datado, no período restrito em que se desenvolveu essa “normalidade capitalista”, que inclusive não pode mais ser replicada. No Brasil, e sem desconsiderar que existem diferenças entre os partidos e no modo como podem colocar a violência estatal em ação, o impeachment de Dilma Roussef retirou o PT do governo antes de vermos os efeitos mais graves da piora do cenário econômico levarem ao agravamento do estado de exceção ou da administração da crise “sem intencionalidade social” em suas gestões; talvez não tenha havido tempo suficiente para o partido de esquerda dar provas mais completas da sua maturidade.

Não deixamos de reconhecer que há certa margem de manobra dentro da qual os governantes em determinados momentos podem fazer as suas escolhas e, no caso nacional, Paulani, Fix, Rolnik e Royer dão exemplos que assinalam bem as pressões às quais o governo do PT cedeu em detrimento dos movimentos sociais e dos antigos ideais do partido. Por outro lado, nessas autoras e no autor citados o Estado surge autônomo e sem contradição, sem a sua contraparte violenta como imanência, além da aparente pujança econômica do país e das possibilidades de escolhas dos seus representantes não serem problematizadas como resultantes daquela bolha de commodities, que inflou as expectativas para além do que a realidade em crise poderia cumprir. A decepção com o partido de esquerda e o apelo para que fizesse florescer no Brasil um Estado de bem estar social no período em que o capital fictício simula a produção de

riqueza, como se pudesse superar os erros cometidos no passado, como na época do BNH, por exemplo, não pode ser saciado por qualquer outro partido no poder ou projeto intelectual. Nesse modo de ver as coisas, em que pesem “todas as [...] pretensas diferenças” dos programas de esquerda que pretendam algum tipo de salvação do capitalismo, eles não querem “saber de uma “ruptura categorial” e se colocam dispostos “para a futura administração da crise (SCHOLZ, 2019, p. 127)” mediante as possíveis variações do estado de exceção³⁸³.

Por último e de extrema importância, entendo que a necessidade de tensionamento da teoria e da prática e do esforço para reconstruir no pensamento uma totalidade concreta é premente não para reforçar algum posicionamento teórico e fortalecer certas posições de pesquisa na universidade ou defender certos grupos e projetos políticos institucionais, mas a possibilidade de se amparar uma crítica social negativa a partir daí permite demonstrar que a busca por mais desenvolvimento (tismo) só aprofunda o horizonte de autodestruição que ameaça a sobrevivência da humanidade. Segundo Scholz, diante da catástrofe que nos cerca, há uma urgência por um “realismo dialético”, que significa, como citado, a necessidade da abstração teórica “[...] estar sempre ligada à terra, no concreto histórico dos conteúdos, sem contudo se deixar ficar por aí (p. 2)”. A dialética real do capitalismo, portanto, deve ser decifrada teoricamente na perspectiva da totalidade concreta em crise. Logo, se o realismo dialético é adequado ao seu objeto deve apontar para a dissolução da forma social e os limites internos à reprodução do capital e da natureza “exterior”. Ciente dos riscos da destruição do mundo, “Um realismo dialético tem de olhar de frente as relações sociais (mundiais), sem pieguices, sem venalidades e sem romantismos, para afirmar o objectivo de que sobre essas ruínas tem de nascer algo completamente novo (Scholz, p. 25)”.

³⁸³ “O espectro vai das violações da normalidade formal minúsculas, moleculares, até à carnificina generalizada em nome da ordem. Um momento do estado de exceção torna-se sempre manifesto em algum lado, porque ele constitui o pano de fundo lógico-histórico da constituição social e da sua ordem estrutural (KURZ, 2011b, p. 26)”.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. Trad. de Iraci D. Poleti. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, Leandro S. L. de. O desempenho das estruturas organizacionais das empresas de Real State e a relação com os seus valores de mercado. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALFREDO, Anselmo. Crise Imanente. Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica. Terra Livre, v. 34, p. 37-62, 2010.

_____. Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: Sobre Espaço, Tempo e Modernização. Revista Cidades, v. 6, p. 381-414, 2010.

_____. Crítica materialista e metafísica social sob as determinações críticas do capital. boletim paulista de geografia, v. 95, p. 35-59, 2016.

_____. Modernização crítica, crítica social e a naturalização do capitalismo contemporâneo. Em: MARQUES, Marta Inez M. et all. (Org.). Perspectivas de Natureza: Epistemologia, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: Annablume, 2018.

ALFREDO, A.; SILVA, Ana Cristina Mota. Modernização e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias na metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: aldeamentos indígenas, industrialização e periferia urbana. Boletim Paulista de Geografia, v. 91, p. 159-188, 2011.

AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. Minha Casa...E a cidade? Avaliação do programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AMORE, Caio S. “Minha Casa, Minha Vida” para iniciantes. Em: AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. Minha Casa...E a cidade? Avaliação do programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-28, 2015.

ARAUJO, Victor L. de. O ciclo expansivo de crédito no Brasil entre 2004 – 2014. XX Encontro Nacional de Economia Política: desenvolvimento Latino-Americano, Integração e Inserção Internacional - UNILA, Foz do Iguaçu, 26 a 29 de maio de 2015.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda, 2010. Disponível em: <https://nodoctruments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acessado em: 17/04/2021.

BASTOS, Pedro P. Z. Crescimento da dívida pública e política monetária no Brasil (1991-2014). Texto para discussão. Unicamp, IE, Campinas, n. 273, abr. 2016.

BEHRING, ELAINE R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M.M.S; MIOTO, Regina C.T. (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez 2010.

BEHRING, ELAINE R. A dívida e o calvário do fundo público. Dossiê: Dívida Pública. Revista Advir. n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, p. 9-21, 2017.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Economia e Sociedade, Campinas, v.21, p. 729-747, dez. 2012.

BOECHAT, Cassio A. O Programa Minha Casa Minha Vida e a financeirização da produção do espaço. In: [5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social, v. 1 n. 1 \(2017\)](#). Anais..., 2017.

BONENTE, Bianca; CORRÊA, Hugo Figueira. Desenvolvimento sem “ismos”: uma crítica ao novo-desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Dívida pública e expropriação social. Dossiê: Dívida Pública. *Revista Advir*. n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, p. 37-49, 2017.

BOTELHO, Maurílio. Teoria da Crise em David Harvey: Observações sobre Os Limites do Capital. *Revista Continentes*, v. 1, p. 66-111, 2014.

_____. Crise do capitalismo e 'mundo do trabalho' em David Harvey. *Sinal de Menos*, v. 11, p. 190-214, 2014.

_____. Dinheiro e crédito em David Harvey: comentários críticos. *Espaço e Economia*, v. 1, p. 1-1, 2015.

_____. Superacumulação e colapso do capitalismo no Brasil em retrospectiva. *Revista Geografares*, n. 28, p. 182-199, jan.-jun. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Substituição da poupança interna pela externa: o caso do Brasil. 2006. [Bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br). Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/497-Substitui%C3%A7ao_da_poupan%C3%A7a.p.06.pdf. Acessado em 17/04/2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma Síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul-dez 2016.

BRETTAS, Tatiana. A disputa pelo fundo público no contexto da financeirização. *Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. Niep Marx. UFF – Niterói – RJ, 2011.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública, interesses privados. Dossiê: Dívida Pública. *Revista Advir*. n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, p. 23-35, 2017.

BRUNO, M. & CAFFE, R. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil, in: População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil, IBGE, 2015.

CARDOSO, Adauto L. et all. A implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. Em: AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. Minha Casa...E a cidade? Avaliação do programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 73-102, 2015.

CARDOSO JR., José C.; GIMENEZ, Denis M. Planejamento e Desenvolvimento: considerações à luz de documentos do governo brasileiro entre 2003 e 2010. Brasília: Texto para Discussão n. 1690, Ipea, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: Carlos, Ana Fani A. ; Oliveira, Ariovaldo U.. (Org.). As Geografias de São Paulo. A metrópole do século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2004, v. , p. 51-83.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Crise Urbana. 1ed.São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36.

_____. DE LA “GEOGRAFÍA DE LA ACUMULACIÓN” A LA “GEOGRAFÍA DE LA REPRODUCCIÓN”: UN DIÁLOGO CON HARVEY. Scripta Nova (Barcelona), v. 12, p. 1, 2008.

CARNEIRO, Ricardo. Um intelectual em seu labirinto. 30/03/12. Carta maior. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Um-intelectual-em-seu-labirinto-/26565>. Acessado em 17/04/2021.

CARVALHO, Laura Barbosa de. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

DOSSIÊ: Dívida Pública. Revista Advir. n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Texto para discussão. Unicamp, IE, Campinas, n. 303, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de desenvolvimento e a natureza estrutural do ‘voo da galinha’. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 331, fevereiro de 2017.

FIORAVANTE, Dea G.; FURTADO, Bernardo A. Crédito Imobiliário. Em: ARAÚJO, Bruno C.; BACELETTE, Ricardo; DE NEGRI, João A (Org.). Financiamento do desenvolvimento no Brasil. Brasília: Ipea, p. 193-224, 2018.

FIX, Mariana de A. B.; ARANTES, Pedro F. ‘Minha Casa, Minha Vida’, o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*. 30/07/2009. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>

FIX, Mariana de A. B. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) do Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

FIX, Mariana de A. B; PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política (Online)*. v. 39, n. 4 (157), p. 638-657, 2019.

FONSECA, Pedro Cezar D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes R. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”. *Revista de economia política*, vol.33, nº 2, abril-junho, 2013.

FRITZ, Barbara; Paula, LUIZ Fernando de; PRATES, Daniela M. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n 21, p. 187-215, jul.-dez 2017.

FURTADO, Bernardo A.; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2012). Nota Técnica nº5, IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf. Acessado em: 29/06/2021.

GAUDEMAR, Jeal-Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Guide – Artes gráficas, 1977.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 31, p. 5-30, 2012.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência. In: ENANPUR, 16.; 2017. Anais..., 2017.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005a.

_____. *A produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005b

_____. *A Liberdade da cidade*. GEOUSP: Espaço e Tempo. São Paulo, nº 26, p. 09-18, 2009.

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Novo Imperialismo. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 6 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

_____. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. The Limites to Capital. London: Verso, 2018.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. Em: KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus. Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Revista Geografares, n. 28, p. 55-115, jan.-jun. 2019.

KURZ, Robert. A substância do Capital. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes, 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>. Acessado em: 17/04/2021.

KURZ, Robert. Não há Leviatã que vos salve. Teses para uma teoria crítica do Estado. Primeira Parte. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes, 2011a. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz390.htm>. Acessado em: 17/04/2021.

KURZ, Robert. Não há Leviatã que vos salve. Teses para uma teoria crítica do Estado. Segunda Parte. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes, 2011b. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz396.htm>. Acessado em: 17/04/2021.

KURZ, Robert. Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Trad. Lumir Nahodil. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. O fim da economia nacional. Em: *Schwarzbuch Kapitalismus* [Livro negro do capitalismo], 1999. Tradução André Villar Gomez, 2018. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz430.htm>. Acessado em: 17/04/2021.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. *EURE-REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES*, v. 40, p. 29-47, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo. Fase Superior do Capitalismo (Ensaio Popular). In: *Obras Escolhidas*. vol. 1. São Paulo: Alfa Ômega, 1986, p. 575-671.

LIMA, Sarah M.; Oliveira, Maria E. L.; Rodrigues, Marina de S. A crise e o desempenho econômico financeiro das empresas da construção civil. *ReGea – Revista de Gestão em Análise*. Unichristus, v. 6, n1/2, 2017.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. *Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MACHADO, N. “O estranho caso dos preços que querem desvincular-se do valor: contributo para uma Teoria Marxista da inflação”. In: *Economia Ensaios*, Uberlândia, 35(1), jul./dez. 2020.

MACHADO, N. “A “Primeira Versão” da Teoria da Crise de Marx: a queda da massa de mais-valia social e o limite interno absoluto do capital”. In: *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.49 n.1, p.163-203, jan.-mar. 2019.

MAGALHÃES, Matheus. Sistema da dívida e os novos pacotes de ajuste fiscal no Brasil. *Dossiê: Dívida Pública*. Revista Advir. n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, p. 51-62, 2017

MARICATO, Ermínia. Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das cidades. 1º Congreso Nacional del Suelo Urbano, Mexico: Unam, 2005. Disponível em:

http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf. Acessado em: 29/06/2021.

MARICATO, Ermínia. O Planejamento Urbano e a Questão fundiária. *Ciência Hoje*, v. 38, p. 16 – 23, 2006. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/cic3aanciahoje.pdf>. Acessado em: 29/06/2021.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro III, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-1858, Esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial: São Paulo, 2011.

MENEGAT, Marildo. A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 1-28, jan./abr. 2015

MORA, M. A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2015. (Texto para discussão n. 2022).

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista. O ornitorrinco. Boitempo Editorial. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. Em: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK, Cibele. (Org.). Hegemonia às Avessas - Economia, Política e Cultura na era da Servidão Financeira. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 21-8, 2010.

OLIVEIRA, Joailson A. de; Campos, Lorena A. Análise do Desempenho Financeiro de Empresas Listadas do Setor da Construção Civil em 2016. *4º Congresso UnB de Contabilidade e Governança*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/4CCGUNB/paper/download/11324/2257>.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manuel. Crise e Perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados* 31 (89), 2017.

PAULANI, L. M.; PATO, Christy Ganzert Gomes. Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil no último quarto de século. Em: João Antonio de Paula. (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

PAULANI, L. M. Bolhas brasileiras. *Jornal dos Economistas*. Corecon – RJ, Rio de Janeiro, N. 233, p. 3 -4, dez. 2008.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*. v. 23, p. 25-39, 2009a.

PAULANI, L. M. Autonomização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista (São Paulo)*. v. 28, p. 37, 2009b.

PAULANI, L. M.; ROTTA, T. N. Teoria Monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo. *Economia (Brasília)*. v. 10, p. 609-634, 2009.

PAULANI, L. M. Capitalismo Financeiro, Estado de Emergência Econômico e Hegemonia às Aversas no Brasil. Em: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; e RIZEK, Cibele. (Org.). *Hegemonia às Aversas - Economia, Política e Cultura na era da Servidão Financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial. p. 116-142. 2010.

PAULANI, L. M. Modelos Alternativos de Desenvolvimento. *Gente da FEA*. FEA – USP, São Paulo. Ano 8, ed. 70, p. 10-12, set. 2011a.

PAULANI, L. M. A Autonomização das Formas Verdadeiras Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. *Economia (Brasília)*. v. 12, p. 49-70, 2011b.

PAULANI, L. M.; Almeida Filho, Niemeyer. *Regulação Social e Acumulação por Espoliação*. *Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)*. v. 20, p. 243-272, 2011c.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional*. v. 10, p. 89-102, 2012.

PAULANI, L. M. *Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro*. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*. v. 77, p. 25-39, 2013.

PAULANI, L. M. *Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. *Revista de Economia Política (Online)*. v. 36, p. 514-535, 2016.

PAULANI, L. M. A Experiência Brasileira entre 2003-2014: neodesenvolvimentismo? *CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO*. v. 12, p. 135, 2017a.

PAULANI, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. 1ª ed. Revisada. São Paulo: Boitempo, 2017b.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*. 31 (89), 2017.

PELLEGRINI, Josué A. Dívida Pública Brasileira: Mensuração, composição, evolução e sustentabilidade. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Fevereiro/2017 (Texto para Discussão nº 226). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td226/view>. Acessado em: 17/04/2021.

PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCHUSP, 2016.

PITTA, Fábio. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha de commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Revista Sinal de Menos*, ano 11, nº 14, vol. 1, p. 2020.

PITTA, Fábio; SILVA, Allan. A pandemia na crise fundamental do capital: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social na particularidade do Brasil sob administração de Bolsonaro. *Zero à esquerda*, nº 0, 2022, pag. 98-169.

POSTONE, Moishe. Anti-semitismo e nacional-socialismo. Trad. Nuno Miguel Cardoso Machado, 2011. Disponível em: http://o-beco-pt.blogspot.com/2012/03/moishe-postone_02.html. Acessado em: 17/04/2021.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Trad. Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

RUFINO, Maria B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. Em: AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria B. C. Minha Casa...E a cidade? Avaliação do programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 51-72, 2015.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serv. Soc. Soc.* [online]. n.104, pp.605-631, 2010.

SALVADOR, Evilásio da S. A desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. Dossiê: Dívida Pública. *Revista Advir.* n. 36. Rio de Janeiro: Asduerj, p. 63-76, 2017.

SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra O. Orçamento e políticas sociais. Metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista de Políticas Públicas, São Luís*, v. 18, n.1, p. 15-32, jan.-jun. 2014.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade.* São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANFELICI, DANIEL DE MELLO. Centralização do capital no setor imobiliário e reconfiguração das metrópoles. *Mercator (Fortaleza. Online)*, v. 15, p. 1-21, 2016.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? – Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “Colapso da Modernização. Trad. Boaventura Antunes. *Revista Geografares*, n. 28, p. 116-169, jan.-jun. 2019.

_____. “Forma social e totalidade concreta”. In: *Revista Exit!*, n. 6, 2009. Disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>>. Acesso em: 5 dezembro de 2021.

SCHWARZ, Roberto. Fim de século. Em: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios.* São Paulo: Companhia das Letras, p. 155-162, 1999.

_____. Prefácio com perguntas. Em: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. Boitempo Editorial, p. 11-24, 2006.

SHIMBO, Lúcia Z. *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, Empresas Construtoras e Capital Financeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SHIMBO, Lúcia Z. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências. *Cad. MetrÓpole*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 35-51, 2016.

SILVA FILHO, Edison B. da. Trajetória recente do investimento estrangeiro direto e em carteira no Brasil. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 19, jan. – abr. 2015.

SANTOS, César R. S. *A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) do Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). *De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. *GEOUSP: Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 21, p. 15-31, 2007.

SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. *Estudos Avançados*, 12(33), 119-130, 1998.

SINGER, André. *A segunda alma do partido dos trabalhadores*. *Novos Estudos*, Cebrap, 88, nov. 2010, p. 89-111.

_____. *Cutucando Onças com Varas Curtas*. *Novos Estudos*, Cebrap, 102, julho 2015, p. 43 – 71.

TAVARES, Rosana. A estrutura de financiamento das empresas brasileiras abertas do setor de construção civil incorporadas de empreendimentos imobiliários: um estudo comparativo. Tese Doutorado, FEA, USP. São Paulo, 160 p., 2008.

TOLEDO, Carlos de A. A fronteira da territorialização do capital. Em: CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de C. A. A necessidade da Geografia. São Paulo, Contexto, p. 79-92, 2019.

Documentos, Relatórios, Reportagens, Revistas e Publicações do NRE – Poli USP Consultados

ABIBI FILHO, Alfredo E. Qual espaço das incorporadoras de pequeno porte no mercado? Revista Construção Mercado, n.109, p. 26-28, São Paulo, agosto-2010.

ABRAININC. Radar Abrainc Fipe. Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/uploads/2018/03/Release-Radar-201802.pdf>.

AÇÕES e planos para superar obstáculos. Caderno Especial (Prêmio Top Imobiliário), Jornal O Estado de São Paulo, 17/06/2015.

AÇÕES VIVR3: veja histórico de dividendos e se vale a pena comprar. E-Investidor Estadão. 18/07/2022. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/investimentos/vivr3-conheca-historico-de-dividendos>. Acessado em: 09/12/2022.

ALENCAR, Cláudio T. O risco de excesso de oferta nos segmentos residenciais de renda média alta na cidade de São Paulo após as ofertas públicas de ações na Bovespa por empresas de real state, Claudio Tavares Alencar. Revista Construção Mercado, n.78, p. 50-51, São Paulo, janeiro-2008.

ALENCAR, Cláudio T.; LIMA JR., João da R. O grau de investimento e os preços das ações das empresas de real state listadas na Bovespa. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 12. Jul. - set., 2008a. Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE12_3_08.pdf. Acessado em: 17/04/21.

ALENCAR, Cláudio T.; LIMA JR., João da R. O valor das empresas de real state no novo mercado. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 14. Out- Dez, 2008b. Disponível em:

https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE14_4_08_I.pdf. Acessado em: 17/04/21.

ALENCAR, Cláudio T.; TAKAOKA, Marcelo V. Pressão nos valores de terrenos no momento atual dos mercados de real state no Brasil. Revista Construção Mercado, n.81, p. 22, São Paulo, abril-2008.

ALENCAR, Cláudio T.; SILVA, Sergio A. R. da. O gerenciamento dos estoques crescentes de unidades habitacionais na cidade de São Paulo após as ofertas públicas de ações e a crise econômica mundial. Revista Construção Mercado, n.92, p. 20-23, São Paulo, março-2009.

ALENCAR, Cláudio T.; LIMA JR., João da R. Comportamento das Ações de Empresas de Real State na Bovespa. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 18. Out. – Dez., 2009. Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE7_2_07.pdf. Acessado em: 17/04/21.

ALENCAR, Cláudio T.; SOUZA, Fernando F. de A. As estratégias de crescimento e diversificação das empresas brasileiras de incorporação residencial: uma análise do período 2005-2008. 9ª Conferência Internacional da Lares. Real State e os efeitos da Crise Financeira. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://lares.org.br/2009/images/4-391-1-DR.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

ALENCAR, Cláudio T.; ALBUQUERQUE, Leandro S. L. de. Avaliação da Eficiência Organizacional e sua Influência nos Preços das ações das empresas de Real State no Brasil. IX Conferência Internacional da LARES. São Paulo, 2009. Disponível em: https://lares.architexturez.net/system/files/LARES_2009_184-287-1-RV.pdf. Acessado em: 17/04/21.

ALENCAR, Cláudio T.; GREGÓRIO, Carolina A. G. Eficiência, eficácia e consolidação do mercado de real state brasileiro na conjuntura do ciclo pós IPOs. Revista Construção Mercado, n.111, p. 46-48, São Paulo, outubro-2010.

ALENCAR, Cláudio T.; ALBUQUERQUE, Leandro S. L. O desempenho dos sistemas organizacionais das empresas de real state e a relação com os seus valores de mercado. X Conferência Internacional da LARES. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/Arquivos/leandro_claudio_lares2010.pdf. Acessado em: 17/04/21.

AMATO, Fernando B. O papel do private equity na consolidação do mercado imobiliário residencial. Revista Construção Mercado, n.95, p. 40-41, São Paulo, junho-2009.

APEXBRASIL. As Exportações Brasileiras e os Ciclos de Commodities: tendências recentes e perspectivas. Análise Apex-Brasil Conjuntura & Estratégia. Brasília – DF. Julho – 2011.

BANCO Central do Brasil. Relatório de Economia Bancária e Crédito. 2008 Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf. Acessado em: 17/04/2021.

BANCO Central do Brasil. Fatores condicionantes da evolução da dívida pública. Nota técnica nº 47, Brasília, p. 1-27, set. 2018.

BANCOS retomaram 70 mil imóveis por falta de pagamento desde 2014. 27/08/2018. Jornal o Estado de São Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bancos-retomaram-70-mil-imoveis-por-falta-de-pagamento-desde-2014,70002474630>. Acessado em: 16/05/2022.

BOLHA sem fim: imobiliárias perdem 72% de valor de mercado desde o auge do setor. Infomoney. 18/12/2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/bolha-sem-fim-imobiliarias-perdem-72-de-valor-de-mercado-desde-o-auge-do-setor/>. Acessado em: 12/05/2022.

BRASIL entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega”. O Globo. 06/09/2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>. Acessado em: 17/04/2021

BRITO, Daniel P. de. A influência do mercado de capitais no setor de real state brasileiro: geração ou destruição de valor? *11ª Conferência Internacional da LARES*. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://lares.architexturez.net/system/files/lares-2011-559-798-1-RV.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

ABRAINCC, Fipe. CADEIA de valor e importância socioeconômica da incorporação imobiliária no Brasil. Relatório Completo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.abraincc.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Cadeia-de-Valor-03-2018.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

CAMARGO, Cristiane B. de; MONETI, Eliane. Alianças estratégicas em real state – dificuldades e vantagens que podem ser transformadas em aprendizado para o setor. *Revista Construção Mercado*, n.152, p.50-52, São Paulo, março-2014.

CARTA ao Povo Brasileiro. 22/06/2018. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acessado em 17/04/2021.

CEPAL. La inversión extranjera directa em América Latina y el Caribe. NU. CEPAL. Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales, 2009. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/26158>. Acessado em: 17/04/2021.

CEPAL. La inversión extranjera directa em América Latina y el Caribe. NU. CEPAL. Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales, 2010. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1141/1/S2011016_es.pdf. Acessado em: 17/04/2021.

CINCO construtoras devem entrar na Bolsa e movimentar R\$ 5 bilhões. Estadão. Economia Uol. 13/01/2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/01/13/cinco-construtoras-devem-entrar-na-bolsa-e-movimentar-r-5-bilhoes.htm>. Acessado em: 07/12/2022.

CNI. Sondagem Especial. Financiamento. Confederação Nacional das Indústrias. Ano 16, n. 59, jan. 2015.

CNI. Sondagem Especial. Financiamento para capital de giro. Confederação Nacional das Indústrias. Ano 17, n. 3, jun. 2016.

CNI. Sondagem Indústria da Construção. Confederação Nacional das Indústrias. Ano 10, n. 11, nov. 2019.

CONCEPÇÃO e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, 2002. Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/09-concepcaoediretrizessoprogram.pdf>. Acessado em: 17/04/2021.

CONSTRUÇÃO civil vive crise sem precedentes no Brasil. 16/07/2015. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/a-crise-e-a-crise-da-construcao/>. Acessado em: 17/04/2021.

CONSTRUÇÃO civil se retrai em 2017 e segura recuperação da economia. 08/10/2017. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/construcao-civil-se-retrai-em-2017-e-segura-recuperacao-daeconomia.ghtml>. Acessado em: 17/04/2021.

CONSTRUTORA PDG encerra recuperação judicial de mais de R\$ 5 bilhões. 14/10/2021. Exame Negócios. Disponível em: <https://exame.com/negocios/construtora-pdg-encerra-recuperacao-judicial-de-mais-de-r-5-bilhoes/>. Acessado em: 09/12/2022.

CONSTRUTORAS lucram com contratos complexos. 13/08/2020. Diário do Comércio. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/artigo/construtoras-lucram-com-contratos-complexos/>. Acessado em: 28/11/2022.

DIEESE. A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013. Nota Técnica. São Paulo, n. 135, maio de 2014.

DIEESE. Dívida pública brasileira e compressão do orçamento: O que resta aos trabalhadores? Nota Técnica. São Paulo, n. 148, set. 2015.

DIEESE. Análise da evolução do crédito no período recente 2014-2017. Nota Técnica. São Paulo, n. 193, abr. de 2018.

FAMÍLIAS do Minha Casa terão R\$ 5 mil para eletrodomésticos e móveis. 13/06/2013. G1 notícias. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/familias-do-minha-casa-terao-r-5-mil-para-elerodomesticos-e-moveis.html>. Acessado em: 17/04/2021.

FAIXA 1,5 do Minha Casa Minha Vida começa a contratar moradias em todo o país. 27/10/2016. SindusconSP. Disponível em: <https://sindusconsp.com.br/faixa-15-do-minha-casa-minha-vida-comeca-a-contratar-moradias-em-todo-o-pais/>. Acessado em: 12/05/2022.

FIPE. A importância econômica do instituto de alienação fiduciária e dos procedimentos extrajudiciais para o desenvolvimento imobiliário brasileiro. Nota técnica. São Paulo, 2020.

GIGANTES do mercado imobiliário recorrem ao Minha Casa Minha Vida. 15/10/2018. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/gigantes-do-mercado-imobiliario-recorrem-ao-minha-casa-minha-vida.shtml>. Acessado em: 16/05/2022.

GONÇALVEZ, Robson. Ciclo e tendência da construção civil. FGV Projetos, 2015. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/artigo_robson.pdf. Acessado em: 17/04/21.

GREGÓRIO, Carolina A. G. Princípios e Conceitos para avaliar uma empresa de real state listada na bolsa. Revista Construção Mercado, n.104, p. 20-22, São Paulo, março-2010.

GREGÓRIO, Carolina A. G. Minha Casa Minha Vida 2. Discussão sobre a atratividade dos empreendimentos voltados à Faixa de 0 a 3 sm. Revista Construção Mercado, n.123, p. 54-58, São Paulo, outubro-2011.

GREGÓRIO, Carolina A. G. Minha Casa Minha Vida (MCMV). Discussão sobre a atratividade dos empreendimentos voltados à Faixa 1 após alterações dos preços máximos das unidades. Revista Construção Mercado, n.146, p. 52-56, São Paulo, setembro-2013.

IBGE. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>. Acessado em: 29/06/2021.

INADIMPLÊNCIA motivou suspensão do Minha Casa Melhor, diz Dilma. O Estado de São Paulo. Economia. 06/03/2015. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,inadimplencia-motivou-suspensao-do-minha-casa-melhor-diz-dilma,1645732>. Acessado em: 17/04/2021.

IPEA. Carta de Conjuntura, número 37 – 4º trimestre de 2017.

IPEA. Carta de Conjuntura, número 37 – 1º trimestre de 2020.

HUDSON, Alessandra M. de. "Análise Dos Indicadores Financeiros Das Construtoras E Incorporadoras Com Capital Aberto Na Bolsa De Valores De São Paulo". 16ª Conferência Internacional da Lares, 2016. Disponível em: http://lares.org.br/16a-conferencia-internacional-lares/resumos/HUDSON_ANALISE.pdf. Acessado em: 17/04/21.

INVESTIMENTO externo no Brasil teve aumento recorde de 87%, diz Cepal. 04/05/2011. BBC News. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110504_investimentos_cepал_mc_rc. Acessado em 17/04/2021.

LAWANT, David. A percepção dos investidores sobre as ações das companhias brasileiras de incorporação e construção residencial. Revista Construção Mercado, n.134, p. 40-42, São Paulo, setembro-2012.

LIMA JR., João da R. IPOs das Empresas Brasileiras de Real State: a Questão da Valuation. VII Seminário Internacional da Lares. São Paulo, 2007a. Disponível em: <http://lares.org.br/2007/artigos/T001-RochaLima.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

LIMA JR., João da R. Landbank das empresas de real state listadas na Bovespa. Revista Construção Mercado, n.76, p. 56-58, São Paulo, novembro-2007b.

LIMA JR., João da R. Especulação, Pânico e a Busca de Antídoto. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 13. Out. – Dez., 2008a. Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE13_4_08_I.pdf. Acessado em: 17/04/21.

LIMA JR., João da R. O Real State residencial no Brasil: como pensam as empresas de capital aberto. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 13. Out. – Dez., 2008b. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE18-4-09.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

LIMA JR., João da R. Aprendendo sobre bolhas. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 26. Out. – Dez., 2011. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE26-4-11.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

LIMA JR., João da R. Começar de Novo. O futuro das companhias de real state de capital aberto no Brasil. Carta do NRE – Poli. Escola Politécnica da USP. N. 30. Out. – Dez., 2012. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/NewsLetter/CartaNRE30-4-12.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

LISBOA, Fernanda P. Desempenho da cadeia imobiliária brasileira, efeitos e perspectivas provocados pelos investimentos estrangeiros. 11ª Conferência Internacional da LARES. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://lares.architexturez.net/system/files/lares-2011-566-832-2-DR.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

LULA diz que sua gestão é melhor que FHC e se compara a Getúlio e JK”. Poder, Folha On Line. 17/05/2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69036.shtml>. Acessado em: 12/10/2021.

LULA se compara a JK e diz que sonhos devem virar conquistas. Poder, Folha On Line. 03/03/2006a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76207.shtml>. Acessado em: 12/10/2021.

LULA se compara a JK e diz que sonhos devem virar conquistas. Poder, Folha On Line. 03/03/2006a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76207.shtml>. Acessado em: 12/10/2021.

LULA diz ser vítima de massacre e se compara a ex presidentes. Brasil, G1. 29/06/2006b. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1286023-5598,00-LULA+DIZ+SER+VITIMA+DE+MASSACRE+E+SE+COMPARA+A+EXPRESIDENTES.html>. Acessado em: 12/10/2021.

LULA diz ‘estar indignado com as coisas que estão acontecendo no país’”. Agência Brasil, Folha de Pernambuco. 15/09/2016. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/lula-diz-estar-indignado-com-as-coisas-que-estao-acontecendo-no-pais/42/>. Acessado em: 12/10/2021.

MEDEIROS, Fábio B. O déficit habitacional e o movimento das grandes empresas construtoras e incorporadoras brasileira em direção à baixa renda. Revista Construção Mercado, n.90, p. 24-27, São Paulo, janeiro-2009.

MERCADO imobiliário esfria e abre espaço para pechincha. 29/04/2014. Portal R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/mercado-imobiliarioesfria-e-abre-espaco-para-pechincha-29042014>. Acessado em: 12/10/2022.

META é ter produto rentável e competitivo. Caderno Especial (Prêmio Top Imobiliário), Jornal O Estado de São Paulo, 17/06/2015.

“NÃO TENHO a intenção de me matar; vou enfrentar”, diz Lula”. Brasil, Exame. 03/10/2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/nao-tenho-intencao-de-me-matar-vou-enfrentar-diz-lula/>. Acessado em: 12/10/2021.

O COMPORTAMENTO do setor de Real State no Brasil em 2012. Influência dos impasses na economia mundial e ajustes estruturais na economia interna do setor. Nota da 15ª Reunião do Comitê de Mercado do NRE – Poli USP. Escola Politécnica USP. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/Comite/CM-Nota-150312-final.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

O DECÊNIO que mudou o Brasil. Instituto Lula, Fundação Perseu Abramo. Partido dos trabalhadores. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/02/20/conheca-o-documento-o-decenio-que-mudou-o-brasil/>. Acessado em: 17/04/2021.

OS INVESTIMENTOS de capital estrangeiro no ambiente de real state no Brasil: Tendências de comportamento. Nota da 17ª Reunião do Comitê de Mercado do NRE – Poli USP. Escola Politécnica USP. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/Comite/CM-Nota-090812-final.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

PACOTE Habitacional. 14/09/06. Folha de São Paulo, Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1409200601.htm>. Acessado em 17/04/2021.

PAIC 2019: indústria da construção mostra avanço de serviços especializados e queda em Obras de infraestrutura. Agência IBGE Notícias. 08/09/2021. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30973-paic-2019-industria-da-construcao-mostra-avanco-de-servicos-especializados-e-queda-em-obras-de-infraestrutura>. Acessado em: 11/12/2022.

PAÍS mudou sua matriz econômica, diz Holland. Valor Econômico, 17/12/12. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland>. Acessado em 17/04/2021.

PERSPECTIVAS para o setor de real state no Brasil em 2012. Nota da 14ª Reunião do Comitê de Mercado do NRE – Poli USP. Escola Politécnica USP. Disponível em: <https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/Comite/CM-Nota-150312-final.pdf>. Acessado em: 17/04/21.

PERSPECTIVAS para o setor de real state brasileiro em 2014. Nota da 23ª Reunião do Comitê de Mercado do NRE – Poli USP. Escola Politécnica USP. Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/Comite_de_Mercado/cm_nota_21nov13.pdf. Acessado em: 17/04/21.

PROGRAMA de Governo 2002. Coligação Lula Presidente, 2002. Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf>. Acessado em: 17/04/2021.

PRONUNCIAMENTO de Aloizio Mercadante em 22/12/2010. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/386498>. Acessado em: 17/04/2021.

REVISTA Construção Mercado. Editora Pini, São Paulo. Vários números e anos.

REVISTA Conjuntura da Construção. Sinduscon – SP e FGV, São Paulo. Vários números e anos.

RICARDINO, Roberto. Expectativas Para o Setor de Real State em 2011, nos seus diferentes segmentos. Revista Construção Mercado, n.115, p. 22-23, São Paulo, fevereiro-2011.

SECOVI. Balanço Anual do Mercado Imobiliário. Vários Anos. Disponível em: <https://www.secovi.com.br/pesquisas-e-indices>. Acessado em: 17/04/2021.

SOUZA, Fernando F. e A. Discussão sobre o atual nível de endividamento das empresas de real state. Revista Construção Mercado, n.127, p. 20-23, São Paulo, fevereiro-2012.

TORNERI, Paola. Os modelos de gestão e a forma de remuneração das atividades de produção no ambiente da construção civil. Revista Construção Mercado, n.100, p. 64-65, São Paulo, novembro-2009.

UQBAR. Anuário – Securitização e Financiamento imobiliário. Empresa de Conhecimento Financeiro. Rio de Janeiro – RJ. Vários anos. Disponível em: <https://www.uqbar.com.br/anuarios-geral/>. Acessado em: 17/04/2021.

VEDROSSI, Alessandro O. A estrutura de funding das incorporadoras imobiliárias após as ofertas públicas de ações. Revista Construção Mercado, n.89, p. 36-37, São Paulo, dezembro-2008.

XII Encontro Nacional do PT, 2001. Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acessado em: 17/04/2021.

25 MIL famílias compraram imóveis que não foram entregues. Revista Exame. 26/09/2016. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/25-mil-familias-possuem-imoveis-que-nao-foram-entregues/>. Acessado em: 13/12/2022.